

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Instituto de Educação



**Entre a Caridade e a Filantropia:  
Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876/1975)**

**Maria da Glória Capela Tomás Cebola de Almeida Franco**

**Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó**

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, na  
especialidade de História da educação

**2018**

**UNIVERSIDADE DE LISBOA**

Instituto de Educação



**Entre a Caridade e a Filantropia:  
Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876/1975)**

**Maria da Glória Capela Tomás Cebola de Almeida Franco**

**Orientador: Professor Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó**

Tese especialmente elaborada para a obtenção do grau de Doutor em Educação, na  
especialidade de História da educação

**Júri:**

**Presidente:**

- Doutor Justino Pereira de Magalhães, Professor Catedrático e membro do Conselho Científico do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.

**Vogais:**

- Doutor Luís Alberto Marques Alves, Professor Associado com Agregação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto;

- Doutor Tiago Alexandre Fernandes Almeida, Professor Adjunto da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Lisboa;

- Doutor Jorge Manuel Nunes Ramos do Ó, Professor Associado com Agregação do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, orientador;

- Doutora Ana Isabel da Câmara Dias Madeira, Professora Auxiliar do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa;

- Doutora Ana Luísa Fernandes Paz, Professora Auxiliar Convidada do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa.



Para o Filipe

*Os caídos que se levantem!  
Aos que estão perdidos que lutem!  
Quem reconhece a situação como pode calar-se?  
Os vencidos de agora serão os vencedores de amanhã.  
E o “hoje” nascerá do “jamais”.*

Bertold Brecht (*Elogio da Dialética*)

## **Agradecimentos**

Terminou mais uma etapa. Nada disto teria sido possível sem a colaboração e ajuda de muitas pessoas. Inúmeros foram os incentivos e os apoios durante estes últimos anos e por mais agradecimentos que aqui deixe, tenho perfeita consciência que nunca serão os suficientes.

Em primeiro lugar agradeço ao Professor Doutor Jorge Ramos do Ó, orientador incansável, disponível e compreensivo. A ele o meu agradecimento pelo atencioso acompanhamento e pela dedicação, incentivo e apoio, sempre que deles necessitei. Pela disponibilidade na aclaração das questões, esclarecimentos e orientação na pesquisa.

Aos professores deste Instituto, Doutor Justino de Magalhães e Doutor Joaquim Pintassilgo, que me iniciaram neste trajeto, o meu muito obrigada.

A todos os que, ao longo destes últimos anos contribuíram para que a minha sanidade mental se mantivesse nos mininos aceitáveis. Entre eles destaco os meus colegas do Seminário de Leitura, que me ajudaram a crescer pessoal e intelectualmente.

Ao meu pai, pela disponibilidade demonstrada, sempre que solicitada.

O meu obrigada à Dr.<sup>a</sup> Idalete Lebre, diretora do Arquivo Municipal de Montemor-o-Novo e Dr.<sup>a</sup> Deolinda Menezes da DEGEsTE – DSRAlentejo.

Por último, mas não menos importante ao Filipe, Guilherme e Rosa, pela disponibilidade, compreensão e paciência em me aturarem nos dias em que o mau humor prevaleceu.

## Resumo

Finda a Guerra Civil (1834) surgiram novos olhares sobre a educação, tentando universalizá-la como forma de combater o analfabetismo. No entanto, a realidade não espelharia esta onda reformista.

O miserabilismo acentuava-se sendo, por vezes, atenuado com o recurso ao contrabando e aos assaltos/pilhagens, tão frequentes nesta vila de Montemor-o-Novo.

Na Roda era cada vez maior o número de crianças aí depositado e, nas ruas, os pedintes menores aumentavam.

Vivia-se, em meados do século XIX, com uma grande concentração de áreas rurais nas mãos dos latifundiários do Sul, mais precisamente no Alentejo.

O nível cultural era muito baixo, assim como a produção agrícola.

Enquanto na Europa a revolução industrial era já uma realidade, por cá o atraso acentuava-se e o concelho de Montemor-o-Novo não era exceção.

Tentando responder à onda filantrópica que se vivia, alguns montemorenses fundaram, em 1876, o Asilo Montemorense de Infância Desvalida (A.M.I.D.). Este propunha-se tirar das ruas algumas crianças, entaipando-as, evitando assim que perturbassem o quotidiano do burgo.

Ao financiarem instituições de solidariedade ou de caráter científico, os filantropos procuravam e conseguiram retirar destes investimentos lucros e mordomias.

Falar do Asilo é falar de Joaquim José Faísca. Benemérito fundador, rapidamente passou de cidadão com poucas posses a grande proprietário e detentor de avultada fortuna, feita à custa de elevados juros cobrados a empréstimos monetários.

Com a implementação de uma nova ordem histórica, a República (1910), e apesar das expetativas criadas, muito pouco foi alterado no campo da educação.

Nas direções do Asilo foram surgindo novos protagonistas (maçons e membros do Partido Republicano) que chamaram a si a gestão desta casa, durante largos anos.

O nascer do ideal filantrópico, com a revolução liberal, e o crescer da laicização do ensino, com a república, levaram a que um positivismo organizado, caso da maçonaria, se empenhasse na assistência *aos de baixo*, retirando vantagens pessoais.

Com o terminar da I Grande Guerra (1914/18) a vida dos montemorenses tornara-se um verdadeiro inferno. O mercado negro crescia e o contrabando com Espanha atingia proporções inigualáveis. Chegados a 1929, a grande depressão veio agravar o que era impensável poder ser agravado.

O número de crianças asiladas aumentou consideravelmente. Se 1876, ano da inauguração da instituição, eram em número de 5, em 1918 eram 17 e no final de 1929 já estavam contabilizadas 54, entre internas e porcionistas.

O quotidiano estava recheado de enormes dificuldades e a II Grande Guerra (1939/45) veio aumentar ainda mais a precariedade da vida intra e extramuros.

Com o século XX já a meio (1962) esta casa foi entregue a uma instituição religiosa que a geriu até 1975, data do seu encerramento.

Ao cotejar o acervo e a imprensa periódica local, procurei construir uma narrativa histórico-biográfica, assente no debate semântico entre os conceitos de caridade e filantropia e com a ajuda de autores de referência (Fernandes, Fonseca, Foucault, Goffman, Magalhães, Mattoso, Novoa, Ó, Pintassilgo...), tentei adquirir um conhecimento holístico desta casa asilar.

**Palavras-chave:** Asilo, Arquivo, História da Educação, Infância Desvalida, Montemor-o-Novo

## Abstrat

At the end of Civil War (1834) new looks on education emerged, trying to universalize it as a way to combat illiteracy. However, the reality would not reflect this reform wave. The miserabilism, it is emphasized being sometimes attenuated by the use of smuggling and assaults/plundering, frequent in this town of Montemor-o-Novo.

At the *Roda* an increasing number of children there placed and in the streets, the smaller beggars increased.

In the mid-19th century with a large concentration of rural areas in the hands of the southern landowners, more precisely in the Alentejo

The cultural level was very low, as well as agricultural production.

While in Europe the Industrial revolution was already a reality, here the delay was accentuated and the county of the Montemor-O-Novo was no exception.

Trying to respond to the philanthropic wave lived then, some montemorenses founded, in 1876, the Asilo Montemorense da Infância Desvalida (A.M.I.D.). Proposing to take some children out of the streets, isolating them “between boards” thereby preventing them from disrupting the village's everyday life.

By financing institutions of solidarity or scientific character, philanthropists, sought and succeeded, withdrawing from these investments profits and stewardship.

Talking about the asylum is talking about Joaquim José Faísca. A meritorious founder, he quickly went from a citizen with few possessions to the great owner and keeper of substantial wealth, made at the expense of high interest charged to monetary loans.

With the implementation of a new historical order, the Republic (1910), and despite the expectations created, very little has been altered in the field of education.

At the directions of the asylum were emerging new protagonists (Freemasons and members of the Republican Party) who have called themselves the management of this house for several long years.

The birth of the philanthropic ideal, with the liberal revolution, and the growing of the secularisation of education, with the Republic, led to an organised positivism, case of Freemasonry, to strive to assist the lower ones removing personal advantages.

With the end of the I Great War (1914/18) the life of the montemorenses became a real hell. The black market was growing and smuggling with Spain had reached unparalleled proportions. Arriving at 1929, the Great Depression turn to worsen what was unthinkable to be aggravated.

The number of children at the asylum raised considerably. If 1876, year of the inauguration of the institution, were in number of 5, in 1918 were 17 and at the end of 1929 were already counted 54, between charity and sponsored.

Everyday life was filled with enormous difficulties and the II Great War (1939/45) came to further increase the precariousness of life intra and extra walls.

With the 20th century already halfway (1962) this house is handed over to a religious institution that managed it until 1975, the date of its closure.

Ascertaining the *acquis* and the local periodic press, I sought to build a historical-biographical narrative, based on the semantic debate between the concepts of charity and philanthropy and with the help of reference authors (Fernandes, Fonseca, Foucault, Goffman, Magalhães, Mattoso, Nóvoa, Ó, Pintassilgo...), I tried to acquire a holistic knowledge of this house asylum.

**Keywords:** Asylum, Archives, History of Education, unprotected childhood, Montemor-o-Novo

## Índice Geral

	Pág.
Agradecimentos.....	V
Resumo.....	VI
Abstrat.....	VIII
Índice Geral... ..	X
Índice de fotografias.....	XII
Índice de quadros.....	XIII
Índice de gráficos.....	XV
Índice de ilustrações.....	XVI
Índice de anexos.....	XIX

## Parte I – O Princípio.

### Os Caminhos Percorridos.

#### 1. Iniciando

1.1. Ponto de Partida.....	2
1.2. Estrutura, Metodologia e Limitações.....	8
1.3. O Seminário de Leitura.....	16

#### 2. A Pesquisa

2.1. Pesquisa no Arquivo.....	18
2.1.1. Os Arquivos escolares.....	20
2.1.2. O Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo.....	23
a) Da origem ao funcionamento.....	23
b) Espólio em depósito.....	24
c) O Acervo do Asilo Montemorense da Infância Desvalida.....	24

3. A imprensa escrita: reflexos das realidades.....	30
---	----

## Parte II – Enquadramento Histórico.

### Entre a Caridade e Filantropia.

#### 1. Montemor-o-Novo

1.1. O Município.....	37
1.2. Cidade do Alentejo Central.....	38
1.3. Povoação com 836 anos.....	40
1.4. 17.400 Habitantes e 18% de analfabetos .....	47
1.5. O Convento da Saudação.....	61

2. Entre a caridade e a filantropia. ....	70
2.1. Os expostos e a Roda.....	88

## Parte III – Estudo Empírico.

### Espelhos da vida intramuros.

<b>1. O Asilo Montemorense da Infância Desvalida.</b>	
1.1. A fundação.....	96
1.2. Estatutos que gerem.....	116
1.3. As direções bianuais.....	119
a) Joaquim Faísca: benemérito e prestamista.....	136
1.4. Uma educação negligenciada.....	145
1.5. Higiene, Alimentação e Saúde pouco aconselháveis.....	162
1.6. Algumas questões laborais internas.....	167
1.7. Os dias de festa.....	170
a) As récitas.....	174
b) Inspiradas em Belchior Curvo Semedo.....	180
c) Das crianças, para os adultos.....	183
d) E hoje tudo continua igual.....	185
<b>2. As vivências entre 1876 e 1968.</b>	
2.1. O Estudo.....	188
2.2. Idade de admissão.....	190
2.3. Situação familiar .....	196
2.4. Fratria.....	200
2.5. Origem geográfica .....	203
2.6. Habilitações quando da admissão à instituição.....	208
2.7. Habilitações quando da saída da instituição .....	212
2.8. Condições de frequência.....	216
a) Alterações da situação de frequência.....	217
b) Valor das mensalidades.....	219
2.9. Duração dos internamentos.....	222
2.10. Destino das crianças à saída da instituição.....	226
2.11. Idade à saída do Asilo.....	230
2.12. Frequência ao longo dos anos.....	234

## Parte IV – O fim.

1. Conclusões possíveis.....	239
------------------------------	-----

### Referências Bibliográficas

Bibliografia.....	247
Fontes.....	254
Anexos.....	257

## Índice de Fotografias

Nº	Pág.
1	Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo..... 23
2	Vista área da cidade de Montemor-o-Novo.....39
3	Entrada das grutas do Escoural.....40
4	Vista do castelo de Montemor-o-Novo.....44
5	Varanda da sede da Associação Operária Montemorense.....49
6	Fachada principal do Convento da Saudação.....61
7	Claustros do Convento da Saudação .....65
8	Asiladas e funcionárias (1892) .....75
9	Asiladas, funcionárias e direção (1927) .....86
10	Asiladas, funcionárias e direção (1944) .....86
11	Pormenor da fachada principal do Convento da Saudação.....97
12 e 13	Painéis de azulejo nas paredes do refeitório.....108
14	Retrato de Joaquim José Faísca.....136
15 e 16	Interior do jazigo.....141
17	Interior do jazigo.....142
18	Aspeto exterior do jazigo.....142
19	Painel de azulejo numa parede lateral do jazigo.....142
20	Painel de azulejo numa parede, no interior do Asilo.....143
21	Crianças nos claustros do Asilo (1963) .....159
22,23,24,25,26,27,28 e 29	Teatrinhos de papel.....178
30	Atual teatro Curvo Semedo.....182
31 e 32	Representações teatrais das crianças do Asilo (internas e externas), no Teatro Curvo Semedo (1963).....184

## Índice de Quadros

Nº		Pág.
1	Jornais publicados em Montemor-o-Novo (1883/1980) .....	31
2	Frequência letiva (1916/1917) .....	50
3	Recenseamento eleitoral (1876/1880/1886) .....	52
4	População do concelho / Instrução (1878) .....	53
5	População do concelho / Instrução (1930) .....	54
6	População do concelho (1981) .....	55
7	Dimensão das freguesias / População (2011) .....	55
8	Nível de instrução (1981/2001/2011) .....	58
9	Taxa de analfabetismo (1981/2001/2011) .....	58
10	Taxa de analfabetismo em Portugal, Évora e Montemor-o-Novo (1911/1929/1930).....	58
11	Residentes no convento da Saudação (1719/1828) .....	66
12	Bens atribuídos ao Asilo (1900) .....	102
13	Receitas do Asilo (1876/1960) .....	117
14	Despesas do Asilo (1876/1960) .....	117
15	Direção do Asilo (1876) .....	120
16	Direção do Asilo (1878) .....	121
17	Direção do Asilo (1880) .....	122
18	Direção do Asilo (1882) .....	122
19	Direção do Asilo (1884) .....	123
20	Direção do Asilo (1886) .....	123
21	Direção do Asilo (1887) .....	123
22	Direção do Asilo (1895) .....	124
23	Direção do Asilo (1896) .....	124
24	Direção do Asilo (1898) .....	126
25	Direção do Asilo (1898) .....	126
26	Direção do Asilo (1900) .....	127
27	Direção do Asilo (1902) .....	127
28	Direção do Asilo (1906) .....	128
29	Direção do Asilo (1908) .....	129

30	Direção do Asilo (1908) .....	129
31	Direção do Asilo (1911) .....	130
32	Direção do Asilo (1918) .....	131
33	Direção do Asilo (1919) .....	131
34	Direção do Asilo (1920) .....	132
35	Direção do Asilo (1922) .....	133
36	Direção do Asilo (1947) .....	133
37	Direção do Asilo (1947) .....	133
38	Direção do Asilo (1962) .....	134
39	Relação de bens de Joaquim José Faisca.....	139
40	Relação de bens da afilhada mulher de Joaquim José Faisca.....	140
41	Ações de Joaquim José Faisca.....	140
42	Ações da afilhada da mulher do Joaquim José Faisca.....	140
43	Empréstimos cedidos pelo Joaquim José Faisca.....	141
44	Responsáveis pela educação das raparigas (1882/1884/1886/1888/1890).....	148
45	Idades de admissão (1886/1968) .....	191
46	Situação familiar das asiladas (1886/1968) .....	197
47	Fratrria (1886/1930) .....	200
48	Origem geográfica (1886/1968) .....	204
49	Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1968) .....	209
50	Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968) .....	212
51	Condições de frequência na instituição (1886/1968) .....	216
51 a)	Alterações às condições de frequência (1886/1895) .....	217
51 b)	Alterações às condições de frequência (1896/1905) .....	218
51 c)	Alterações às condições de frequência (1906/1935) .....	218
51 d)	Valor das mensalidades (1885/1927) .....	219
52	Duração dos internamentos (1886/1968) .....	222
53	Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1968) .....	226
54	Idade à saída do Asilo (1886/1968) .....	231
55	Frequência da instituição (1886/ 1975) .....	235

## Índice de Gráficos

Nº	Pág.
1	56
Evolução da população no concelho de Montemor-o-Novo (séc. XVIII a 2012).....	
2	57
Evolução da população no concelho de Montemor-o-Novo (1981/1991/2001/2011) .....	
3	59
Evolução do analfabetismo (1981/2001/2011). Dados comparativos Montemor-o-Novo/Nacionais.....	
4	134
Idades dos presidentes das direções.....	
5	194
Idades de admissão (1886/1935).....	
6	195
Totais / Idades de admissão (1886/1935).....	
7	199
Situação familiar das asiladas (1886/1935).....	
8	199
Totais / Situação familiar das asiladas (1886/1935).....	
9	205
Origem geográfica (1886/1895).....	
10	206
Origem geográfica (1896/1905).....	
11	206
Origem geográfica (1906/1935).....	
12	207
Totais / Origem geográfica (1886/1935).....	
13	210
Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1925).....	
14	211
Totais / Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1925).....	
15	213
Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968).....	
16	214
Totais / Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968).....	
17	219
Condições de frequência (1886/1935).....	
18	220
Totais / Condições de frequência (1886/1935).....	
19	224
Duração dos internamentos (1886/1935).....	
20	225
Totais / Duração dos internamentos (1886/1935).....	
21	228
Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1935) .....	
22	228
Totais / Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1935).....	
23	232
Idade à saída do Asilo (1886/1935) .....	
24	232
Totais / Idade à saída do Asilo (1886/1935).....	
25	236
Frequência da instituição( 1886/1975).....	

## Índice de Ilustrações

Nº		Pág.
1	Estatutos do Asilo.....	25
2	História Summaria do Asylo Montemorense da Infância Desvalida.....	25
3	Pedido de Admissão ao Asilo.....	26
4	Livro de atas.....	29
5	Livro de correspondência expedida.....	29
6	Diário do Alemtejo (24/11/1886).....	32
7	A Folha do Sul (3/4/1945).....	32
8	O Montemorense (4/4/1954).....	32
9	Ilustração Alentejana.....	33
10	Vista panorâmica de Montemor-o-Novo. Aguarela de Pier Maria Baldi .....	37
11	Mapa do distrito de Évora.....	38
12	Foral de 1203.....	41
13	Foral de 1503.....	41
14	O Marquês de Montemor.....	42
15	Alexandre Botelho.....	43
16	Cipriano Justino da Costa.....	43
17	Lopes Praça.....	48
18	Associação Operária Montemorense.....	49
19	Diário do Alemtejo (14/11/1886).....	62
20	Licença dada por Manuel para que D. Mécia deixe seus bens ao Convento da Saudação.....	63
21	Carta de D. Manuel à edilidade pedindo ajuda para a abertura do Convento da Saudação.....	64
22	Diário da Câmara dos Pares do Reino (12/3/1878) .....	68
23	Planta do Convento da Saudação.....	69
24	Estatutos da Associação de Beneficência Montemorense.....	98
25	Diário do Alemtejo (26/11/1886) .....	102
26	Diário do Alemtejo (27/10/1886) .....	105

27	A Sala de aula do Asilo.....	106
28	A Sala de lavoures do Asilo.....	106
29 e 30	Salas ocupadas pelo Museu do Asilo.....	107
31	O Dormitório do Asilo.....	107
32	O Refeitório do Asilo.....	108
33	A Folha do Sul (1898) .....	109
34 e 35	A Folha do Sul (2/6/1896).....	110
36	O Montemorense (24/6/1934) .....	111
37	O Montemorense (1/7/1934) .....	111
38	O Montemorense (8/7/1934) .....	112
39	O Montemorense (23/6/1935) .....	112
40	A Folha do Sul (15/5/1944) .....	113
41	A Folha do Sul (7/2/1939) .....	114
42	Ata de 30/11/1928.....	119
43	Ata de 23/2/1921.....	119
44	António de Oliveira e Silva.....	120
45	Joaquim José Faísca.....	120
46	Padre Romeiras.....	121
47	Simão da Cunha d'Eça.....	121
48	Francisco Brito Malta.....	124
49	Alfredo Costa Campos.....	125
50	A Folha do Sul (22/1/1889).....	125
51	Salvador da Costa.....	126
52	Revista Almansor (1992).....	127
53	Feliciano do Carmo Reis.....	127
54	Albino Cró Pimenta de Aguiar.....	128
55	Alberto Malta Mira Mendes.....	130
56	Alfredo Cartaxo.....	130
57	Hipólito José.....	131
58	José Maria Villa-Lobos.....	131
59	Joaquim Manuel Soeiro.....	132
60	O Montemorense (4/4/1954) .....	138
61	O Montemorense (4/11//1938) .....	138
62	Revista Montemor (1927) .....	138

63	História Summaria do Asylo Montemorense da Infância Desvalida.....	138
64	Diario do Alemtejo (4/11/1886).....	149
65	O Hino do Asilo.....	150
66	Oficialização da escola do Asilo.....	156
67	A Folha do Sul (7/4/1945) .....	158
68	Boletim de vacinas.....	162
69	Folha de vencimentos (1886) .....	167
70	Folha de vencimentos (1896) .....	168
71	Folheto informativo de uma festa (1913).....	173
72	Balancete de uma festa (1943).....	173
73	Belchior Curvo Semêdo.....	180
74	Construção do cineteatro Curvo Semedo.....	182
75	Pedido de admissão (1887).....	190
76	Registo de frequência da escola do Asilo(1890).....	190
77	Atestado de pobreza (1890).....	192
78	Ata de 3/12/1918.....	193
79	Registos de admissões (1889).....	193
80	Declaração de orfandade (1919).....	196
81	O Montemorense (1/1/1933).....	234

## Índice dos Anexos

Nº	Pág.
1	Pedido de admissão de uma criança ao Asilo (1919).....26
2	Diario do Alemtejo (24/11/1886) .....32
3	A Folha do Sul (3/4/1945) .....32
4	O Montemorense (4/4/1954) .....32
5	Mapa do concelho de Montemor-o-Novo.....40
6	Diário da Câmara dos Deputados (11/3/1878) .....68
7	Ata de 15/11/1915.....112
8	Ata de 15/7/1921.....112
9	Estatutos do Asilo Montemorense (1876) .....116
10	Ata de 30/11/1928.....119
11	Ata de 28/2/1921.....119
12	Hino do Asilo.....150
13	Ata de 4/4/1907.....152
14	Ata de 23/4/1912.....152
15	Ata de 6/5/1912.....152
16	Ata de 19/5/1912.....153
17	Ata de 31/5/1912.....153
18	Ata de 1/6/1912.....153
19	Ata de 31/5/1920.....153
20	Ata de 15/7/1921.....154
21	Ata de 15/8/1920.....154
22	Ata de 31/8/1920.....155
23	Ata de 15/2/1923.....155
24	Ata de 15/4/1923.....155
25	Ata de 15/9/1923.....155
26	Ata de 30/4/1924.....156
27	Oficialização da escola do Asilo (30/4/1929) .....156
28	Ata de 30/9/1924.....156

29	Ata de 1/6/1928.....	156
30	Ata de 31/1/1929.....	156
31	Ata de 28/2/1929.....	156
32	Ata de 10/4/1929.....	157
33	Ata de 30/4/1929.....	157
34	Ata de 20/5/1929.....	160
35	Tabela das professoras.....	162
36	Boletim de vacinação.....	162
37	Ata de 15/6/1918.....	163
38	Ata de 22/10/1918.....	163
39	Ata de 4/11/1918.....	163
40	Ata de 30/6/1927.....	163
41	Ata de 30/9/1927.....	164
42	Ata de 30/6/1928.....	164
43	Ata de 31/8/1929.....	165
44	Ata de 30/6/1930.....	165
45	Ata de 31/12/1930.....	165
46	Ata de 15/7/1930.....	165
47	Ata de 15/8/1930.....	165
48	Ata de 6/5/1908.....	166
49	Ata de 13/7/1908.....	166
50	Ata de 20/7/1908.....	166
51	Folha de vencimentos (1886) .....	167
52	Ata de 30/4/1919.....	167
53	Ata de 15/5/1923.....	167
54	Ata de 30/6/1924.....	168
55	Ata de 30/4/1925.....	168
56	Ata de 30/4/1926.....	168
57	Ata de 30/4/1927.....	168
58	Ata de 31/10/1928.....	169
59	Tabela das funcionárias.....	169
60	Tabelas das alunas.....	188
61	Pedido de admissão de uma criança ao Asilo (1887).....	190
62	Registo de frequência da escola do Asilo (1890) .....	190

63	Atestado de pobreza (1890) .....	192
64	Ata de 31/12/1898.....	193
65	Declaração de orfandade (1919).....	196

# **Parte I**

## **O Princípio** Os Caminhos Percorridos

## 1. Iniciando

### 1.1. Ponto de Partida

*A investigação é uma tentativa sistemática de atribuição de respostas às questões...o investigador e descobre os factos e formula uma generalização baseada nos mesmos. (Tuckman, 2000)*

Com o título - *Entre a Caridade e a Filantropia – Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876 / 1975)*, este trabalho insere-se no curso de Doutoramento em História da Educação, orientado pelo professor Doutor Jorge Ramos do Ó.

A escolha deste objeto de estudo assumiu, desde o início, um cunho muito pessoal. Não só porque frequentei esta instituição na sua vertente de jardim-de-infância, como aluna externa, quando esta abriu a frequência às crianças da vila, como forma de angariar fundos, mas, também, por estar sediada na terra onde nasci e onde resido.

Depois de escolhido o tema e encontrado o seu arco temporal (1876/1975), houve que localizar e, posteriormente delimitar as fontes, permitindo a reconstituição dos factos vividos.

O *Asilo das Meninas*, como era carinhosamente conhecido na urbe, marcou uma época, melhor, percorreu várias épocas históricas e acompanhou diferentes regimes, desde meados do século XIX (1876), a meados do século XX (1975). Com 99 anos de funcionamento contínuo, por várias vezes esteve em risco de fechar, devido a dificuldades económicas. Tal nunca se verificou pois, foi sempre superando as dificuldades com o contributo das populações locais, tendo apenas encerrado portas em 1975, por falta de apoios e devido à degradação em que se encontrava o convento da Saudação, tendo as asiladas sido transferidas para a Casa Pia Feminina de Évora, também já encerrada.

Não sendo uma instituição que se tenha empenhado na formação académica das suas internas contribuiu, no entanto, para as tirar das ruas dando-lhes abrigo, alimentação e vestuário. Sabendo que estes não foram, nem em qualidade, nem em quantidades suficientes, muito pouco foi feito por estas jovens. É muito fácil, agora, em pleno século XXI, condenar as condições assistenciais, à época em que o Asilo se encontrava em funcionamento, no entanto, por essa altura, tudo era diferente. As variáveis eram outras, assim como eram outras as mentalidades, os objetivos de vida, apenas o funcionamento desta forma de assistencialismo poucas alterações sofreram.

As orientações para a vida adulta foram sempre uma das prioridades desta instituição asilar. Sendo uma casa, no feminino, estas jovens eram orientadas para os fundamentos da economia doméstica: cuidar da casa, do marido, dos filhos. Era esse o objetivo de vida de muitas das raparigas, quer fora, quer dentro do espaço asilar.

*Tratava-se de subjugar o feminino através da fixação de tarefas cujo desempenho seria imprescindível mais tarde no interior do lar.<sup>1</sup>*

Esta “normalidade” sexista persistiu, durante largos anos, e acompanhou toda a existência do Asilo. No entanto, ao estabelecer paralelo entre a vida societária e a vida institucional, deparamo-nos com enormes semelhanças no que concerne à condição de género. Tanto num caso, como no outro, o lugar das mulheres era dentro das paredes do lar e muitas das que estudavam faziam-no para adquirirem maior cultura, mas não para exercerem uma profissão remunerada. Não lhes era permitida a escolha de uma profissão e as raparigas quando podiam frequentar a escola, poucas eram as que iam para além do ensino primário. Foi durante a segunda metade do século XIX que as raparigas começaram, gradualmente, a frequentar a escola pública. Mas se a escola lhes ia abrindo, progressivamente, as portas, nem todas as profissões estavam ao seu alcance. O magistério e a enfermagem eram, então, as profissões encaradas como as decentes para as raparigas solteiras. As casadas continuavam a pertencer ao lar, aos maridos e aos filhos, a quem estava a cargo a educação. O ensino estava adaptado à condição que se pretendia que a mulher assumisse na sociedade. Os afazeres domésticos, e os cuidados a ter com os filhos eram a base de toda a preparação para o desempenho do papel de mulher e mãe; continuavam a não ter os mesmos direitos que o sexo oposto. As suas perspetivas, também se mantinham muito baixas e, *raramente lhes era permitido sonharem. A independência era conquistada através do casamento que de independência não tinha nada; passavam da dependência dos progenitores para a do marido*<sup>2</sup>. Este modelo de manipulação ideológica e de humilhação a que a mulher estava sujeita tornava-a cada vez mais dependente dos homens. *Pode admitir-se portanto que a discriminação que se verifica em relação à mulher não diz respeito à alfabetização, mas sim à participação social.*<sup>3</sup> Pois, para este autor, a alfabetização da mulher devia-se a um conjunto de situações e de tratamentos diferenciados que originaram tal discriminação.

Ao traçar o percurso entre a pesquisa no Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, no Arquivo do Convento de São Domingos, no Arquivo Distrital de Évora, na torre do Tombo, no Arquivo da Direção Regional de Educação do Alentejo, na Biblioteca Nacional, na Biblioteca Distrital de Évora e as diferentes filiações conceptuais que percorri, elegi, como objeto de estudo, o Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

Olhar para as memórias coletivas da segunda metade do século XIX e primeira do século XX e, em simultâneo, procurar as diferentes manifestações de comportamentos implícitas no meio asilar, foi transportada para uma realidade desconhecida e que faz desta casa asilar uma instituição com diversos pontos comuns com outras, suas congéneres, mas, que também assume as suas singularidades. Vivendo, em simultâneo, com a ascensão de uma burguesia liberal, que fazendo-se representar, maioritariamente, junto das direções, mais não pretendia do que assegurar o seu prestígio em ações de caridade, onde a coberto de um manto de bondade e preocupação pelos mais desfavorecidos, nada se fazia. A exaltação da caridade era frequente junto dos jornais, mas as realidades ficavam muito aquém do que era suposto ser feito. Publicitavam-se

---

<sup>1</sup> Ó, J. R. do (2003)

<sup>2</sup> Idem

<sup>3</sup> MAGALHÃES, J. (1994)

feitos que ficavam sempre pelos projetos: aulas de ginástica, introdução à datilografia; criação de uma casa de ofícios...

Ao procurar conhecer tudo o que esta instituição pudesse revelar, procurei contribuir para que o conhecimento deste tipo de instituição ficasse mais rico. Tendo possuído alguns projetos que a fizeram diferenciar-se de outras – casos da importância dada às récitas e à educação física das raparigas – possuiu, também, muitos traços comuns com as demais – aposta na economia doméstica e nos valores de uma religiosidade decadente. Toda a rede asilar que, em finais do século XIX, se destinava a albergar crianças, variava consoante os fins a que se propunha e os seus ocupantes. A tentativa de Pina Manique de recolher as crianças abandonadas e desvalidas foi seguida na ação mas não nos fundamentos. Começam a surgir asilos por todo o território nacional, destinados a rapazes e a raparigas, mas as suas funções divergiam no conteúdo dos objetivos pretendidos. No caso em estudo ficou claro que não existiam preocupações com a escolarização das crianças. A educação visava a preparação para a prestação de serviços domésticos. Não sendo crianças abandonadas, não se encontravam à mercê dos perigos da moralidade imposta, nem apresentavam comportamentos que pudessem sugerir que seguiriam o caminho da delinquência ou do crime. As asiladas eram maioritariamente crianças doces e de fácil trato. As delinquentes não tinham aqui lugar evitando criar problemas às direções.

Ao partir de uma hipótese globalizante, procurei adquirir um maior conhecimento desta instituição, respondendo às curiosidades que me surgiam e, para as quais, as respostas eram imprevisíveis. O meu desejo de descrever esta instituição quer no seu interior, quer do ponto de vista exterior, levou-me a estudar a educação das meninas pobres. Mantendo-se a não escolarização da pobreza feminina inalterável ao longo dos diferentes regimes que a instituição atravessou, contribuiu para que o destino destas crianças fosse traçado à nascença. Nasciam pobres e da pobreza não saíam. Como mulheres para além da pobreza era fatal que em adultas servissem os maridos e fossem quase escravas da casa e dos filhos.

- No que é que esta instituição asilar pode contribuir para o enriquecimento da História da Educação? Como era a vida no seu interior e no exterior?

Não conhecia, com exatidão, a documentação existente, nem me tinha ainda apercebido da dispersão das fontes, o que dificultou a minha compilação informativa e todo o desenrolar deste processo.

O desaparecimento de alguma documentação foi outro entrave, fazendo com que tivesse a necessidade de encurtar este estudo em 13 anos.

Talvez num futuro próximo, sem limitações temporais, consiga colmatar este hiato.

Sendo uma investigação na área da História da Educação, faz todo o sentido que esta tenha sido, em grande parte, desenvolvida no Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, onde se encontra depositado o acervo do Asilo Montemorense; no Arquivo do Convento de São Domingos; para onde transitou parte da biblioteca pertencente a esta instituição, no Arquivo Distrital e no Arquivo da Direção Regional de Educação do Alentejo, ambos em Évora, e na Biblioteca Municipal, lugar indispensável para a consulta de alguma da imprensa escrita. As deslocações a Lisboa (Biblioteca Nacional e Torre do Tombo) foram, também, relevantes para a consulta de alguns periódicos, não disponíveis em Montemor-o-Novo, e de manuscritos que contribuíram para o conhecimento da instituição em causa. Destaco a documentação referente à

fundação desta casa asilar e alguns manuscritos alusivos ao diretor da instituição: Joaquim José Faísca.

Foi, igualmente, minha intenção, recorrer a arquivos fotográficos que ilustrassem, significativamente, diferentes passagens do texto escrito e o tornassem mais apelativo e de agradável leitura.

Tratando-se, como referi em cima, de um trabalho no campo da História da Educação e sendo a História um conjunto de factos irrepetíveis pois, *nunca acontece repetir-se a mesma coisa*,<sup>4</sup> faz com que esta área se torne tão apetecível para quem se propõe elaborar uma narrativa histórico-biográfica.

Criadora de grandes trabalhos científicos, a História da Educação ainda não assume, entre nós, lugar que lhe é devido. Muito fechada dentro das paredes da academia foi só

*a partir da década de 80 que a dimensão investigativa se estruturou, quer como reforço e ampliação das bases, quer como dimensão autónoma, assumida por um conjunto de personalidades vindos dos mais diversos campos científicos e técnico-profissionais.*  
(Magalhães, 2007)<sup>5</sup>

Área suscetível de grandes variações discursivas continua esquecida dos grandes debates e das grandes discussões públicas. Fundamentada nos fenómenos educacionais e sendo a educação um dos pilares do Estado Social, que se quer democrático e participativo, ela deveria marcar presença sempre que se fale de educação. Académicos competentes não nos faltam, assim como não falta quem possa argumentar, mas a sua visibilidade, enquanto intervenientes na causa pública, continua a rarear.

Se existe assunto sobejamente falado, mas nem sempre corretamente discutido, é a educação. Todos julgamos tudo conhecer e, sendo tema de que todos falamos é, simultaneamente, um dos mais desconhecidos. A saturação opinativa, a que temos estado sujeitos, criou algumas dificuldades a que se instale um conhecimento informado. Começa a sobrevir a urgência de dar corpo a uma nova forma de encarar a educação, no espaço público, e esta passará não só, pela democratização dos conhecimentos, como pela aposta em um novo arquétipo de cultura escolar, implicando todas as comunidades em que as escolas se encontram inseridas.

Ao estudar o passado, reinterpretando-o e analisando-o, a História da Educação assume-se como o núcleo de toda a História. Como eixo do funcionamento societário, a educação, olhada pelos olhos da História, proporciona aos investigadores um manancial ilimitado de opções, onde a incorporação de experiências vividas e o pensar sobre as realidades revela-nos o Homem, numa das suas facetas mais importantes: a Educação. Nos finais do século XIX as condições sociais e culturais careciam de quase tudo; toda a atividade quer cultural, quer económica era muito reduzida e as relações de poder começavam a tomar novas formas. Também no ensino se principiava a legislar tentando alterar mentalidades. Após a vitória do liberalismo, a igreja sofreu alguns reveses, tanto na sua esfera de influência, como no seu poder económico; a burguesia aumentava a sua influência. Novas mentalidades exigiam novas formas de estar e de ação. Os pressupostos não elitistas eram, agora, difundidos e seguidos por alguns intelectuais. Chegara a altura de fazer da educação o tema central da sociedade. A tentativa do Estado chamar a si o controlo da educação, à semelhança do que acontecia na Europa

---

<sup>4</sup> VEYNE, P. (1971)

<sup>5</sup> MAGALHÃES, J. (2007)

após a Revolução Francesa, fizeram com que esta começasse a ser gratuito e universal. No entanto, a maioria da população continuava analfabeta e, tendo sofrido um aumento em cerca de um milhão de habitantes, entre meados do século XIX e início do século XX, as dificuldades de respostas educativas cresciam. As populações concentravam-se nas áreas de Lisboa e Porto, abandonando o interior agrícola onde o progresso tardava. Se o analfabetismo imperava, este era mais sentido nas raparigas. Registrando, Montemor-o-Novo, à data de inauguração do Asilo uma população estimada em cerca de 13165 habitantes possuía cerca de 81% de analfabetos, dos quais 90% eram mulheres.<sup>6</sup> Sendo os homens mais alfabetizados, eram as mulheres ganhavam pontos quando analisados aqueles que apenas sabiam ler. Aqui 1% eram homens e 3% mulheres.<sup>7</sup> Esta tendência refletia também a realidade vivida no Asilo. Não existindo qualquer projeto educativo, apenas se pretendia que estas raparigas soubessem ler, a escrita estava fora dos planos pois escrever não era função do sexo feminino. A formação continuava em segundo plano. Tendo sido autorizada, pela primeira vez em 1750, as escolas para as raparigas foram apenas autorizadas para a cidade de Lisboa<sup>8</sup> e só em 1814 a lei é executada. Eram escolas públicas, gratuitas que tinham como principal objetivo ensinar as primeiras letras e os trabalhos destinados a preparar as jovens para futuras donas de casa. Era necessário saber ler, mas a escrita era esquecida. Não era reconhecida a sua importância, escrever não fazia falta. Mas esta educação no feminino inculcava, também, os fundamentos necessários para a sua futura qualidade de mães e para que este pressuposto fosse alcançado, a leitura era importante; era necessário ler às crianças os princípios da doutrina religiosa.

O pensamento liberal oitocentista continuava repleto de preconceitos relativos ao avanço cultural e laboral das mulheres e estas, muito pouco ou nada faziam para os combater. Mesmo os homens mais letrados (Garrett e Eça) continuavam a retratá-las como mulheres-objetos. Por não existir indústria empregadora nesta terra, as mulheres, ocupavam muito do tempo que lhes restava após os afazeres domésticos, com o trabalho agrícola. Mas mesmo trabalhando muitas vezes ao lado do homem os seus salários eram cerca de metade. Com o desenrolar da centúria de oitocentos a população agrícola foi descendo. Entre 1890 e 1911 esta descida rondou os 64%; para além da emigração que já se vinha fazendo sentir, o trabalho escasseava e a pressão social impedia que as mulheres continuassem a trabalhar fora de casa.<sup>9</sup>

Aquelas que usufruíam de uma situação económica confortável dedicavam-se à prática da caridade e à educação das suas filhas. Tentando preservar as crianças das ideias nefastas que as pudessem influenciar, o ensino doméstico, especialmente para as raparigas, ganhava adeptos. As classes mais altas defendiam-no como forma de proteger as suas meninas, não as expondo à população e, em simultâneo, possibilitando-lhes uma educação visando o seu futuro papel de esposas e mães. Mas, em simultâneo, o acesso à educação alargava os horizontes de algumas mulheres que começavam a exigir maior participação social e cultural; é por demais conhecida a participação feminina nos *motins da fome* originados pelo aumento do custo do pão e na revolução da *Maria da Fonte*.

Nunca deixando de trabalhar, muitas vezes, nas fainas do campo, a mulher rural raramente tinha acesso à instrução nem lhe era reconhecida qualquer tipo de intervenção societária. Mesmo as que trabalhavam fora dos lares eram sempre supervisionadas por

---

<sup>6</sup> INE. Censos de 1878.

<sup>7</sup> Idem

<sup>8</sup> ADÃO, A. (texto sem data)

<sup>9</sup> MARTINS, C.A. (1997)

um homem que, por elas se responsabilizava. Às que conseguiam prosseguir os estudos pouco mais lhes era permitido do que serem professoras ou enfermeiras. E muito poucos foram os casos encontrados ao longo deste estudo.

Para finalizar não podia deixar de referir alguns constrangimentos. Residindo em Montemor-o-Novo, toda a investigação necessária efetuada em Lisboa, só foi possível de realizar durante as férias escolares o que, por vezes atrasou todo o trabalho. Também a pesquisa nos arquivos nem sempre foi de fácil acesso; os horários destas instituições não são compatíveis com quem se encontra a trabalhar. Praticando horários entre as 9h e as 17h inviabiliza que se possam consultar os documentos após um dia de trabalho. Não existindo horários mais alargados todo o trabalho se torna muito moroso.

Outro entrave encontrado foi a enorme dispersão do espólio do Asilo e a dificuldade na sua consulta. Por receio de serem conhecidos, quem dele se apoderou indevidamente ou simplesmente por egoísmo, nem sempre foi possível o acesso aos arquivos na posse de particulares. Conhecendo alguma da sua localização não me permitiram o seu acesso mesmo sabendo que a consulta se destinava apenas à investigação.

Gostava de concluir afirmando ser meu desejo que presente investigação, para além de todo o prazer que me proporcionou, pudesse contribuir para um maior conhecimento da educação no município de Montemor-o-Novo, em particular no que respeita ao Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

## 1.2. Estrutura, metodologia e limitações.

Partindo de uma pesquisa assente maioritariamente em arquivos (Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, Arquivo Distrital de Évora, Arquivo da Direção Regional de Educação do Alentejo, e Torre do Tombo) e na imprensa regional editada durante o período de funcionamento desta instituição, fui construindo uma narrativa histórico-biográfica que, ao longo dos últimos 5 anos, foi ganhando corpo e que, agora, se encontra em fase de conclusão.

Tendo-me centrado em análises documentais, pois estas podem *construir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos* (Ludke e André, 1986), os arquivos revestiram-se de grande importância.

Ao tentar elaborar uma narrativa, dei por mim a contar uma história (ilustrada e, por vezes, com o recurso a lendas) que contribuiu para um maior conhecimento da atual cidade de Montemor-o-Novo, intra e extramuros da instituição, entre meados do século XIX e meados da centúria, que se lhe seguiu.

Enfatizando algumas das épocas vividas, procurei contribuir para a construção de uma memória coletiva que, ao conhecer e dar a conhecer a história do Asilo e quem dele fez parte (diretores, funcionários, alunas), trouxe a público alguns dos seus conflitos internos, dificuldades porque foi passando e todo o *modus vivendi* aí operado.

Através das leituras realizadas, questioneimei-me sobre a relação entre o meu trabalho e a escolha das minhas fontes. Nóvoa, ao convidar o doutorando *a inventar as suas próprias fontes* abre o caminho para que este crie os seus materiais e possa transformar tudo em fontes. Ao tentar fazer uso desta liberdade possível, permiti-me contar esta história construída de retalhos factuais. Valorizando a dimensão temporal, transporteimei-me até aos acontecimentos, relativizando-os ou sobrelevando-os, na medida em que as diferentes interpretações iam surgindo.

Tendo, inicialmente, previsto desenvolver o meu trabalho, entre 1876 e 1975, com o decorrer da investigação senti a necessidade de alterar este arco histórico. Foram várias as razões que me levaram a tal decisão. Entre 1962 (ano em que a instituição foi entregue à igreja) e 1975 (ano do seu encerramento), quase toda a documentação possível de ser estudada desapareceu. Tentei saber o porquê deste facto e as conclusões foram diversas. Muita da documentação passou para a posse de particulares que posteriormente a destruíram; as freiras, que tomaram conta desta casa, deixaram de registar os acontecimentos vividos<sup>10</sup>; quando do seu encerramento, muitos registos desapareceram; as constantes mudanças de instalações do Arquivo Municipal e as más condições de acondicionamento foram algumas das causas para o desaparecimento de muitos documentos. Assim sendo, este período de 13 anos ficará por conhecer aparecendo, apenas, no trabalho, algumas notícias isoladas referentes a este intervalo temporal.

Toda a descrição é suportada por datas históricas. Foi a elas que recorri para orientar o meu percurso e balizar acontecimentos. Procurei ter especial cuidado nas ligações entre estas, as notícias publicadas nas empresas e os acontecimentos vividos intramuros.

Mas as vivências, nos diferentes regimes, não se revelaram influenciadoras da vida no interior da instituição. Tudo se manteve inalterável, incluindo a cooperação entre a

---

<sup>10</sup> Isto foi-me referido por uma destas freiras, com quem tive a oportunidade de falar.

igreja e a maçonaria; entre a laicidade no ensino, pretendida pela 1ª República, e a religiosidade praticada no Asilo.

Sendo a investigação *algo que se procura* (Quivy e Compenhoudt, 2003) e *uma tentativa sistemática de atribuição de respostas* (Tuckman, 2000), ao procurar contar esta história que, para além de narrar factos vividos e de possibilitar um maior conhecimento desta casa asilar, ofereceu-me um maior entendimento sobre acontecimentos passados, na cidade de Montemor-o-Novo, entre meados do século XIX e meados do século XX.

Para o desenrolar deste estudo histórico-biográfico, além do recurso às fontes já acima referidas, as referências bibliográficas contribuíram para que todo o enquadramento teórico fizesse sentido. O recurso a autores de referência foram, assim, o alicerce para a construção de uma história cheia de memórias.

*Se as fontes históricas são aquilo que coloca o historiador em contacto com o problema* (Barros, 2010), e não pretendendo, de modo algum, considerar-me uma historiadora, o recurso a fontes iconográficas surge, frequentemente, ao longo do texto, não só como exemplificativo de determinadas situações descritas, mas também, como reforço de alguns relatos. Como fonte documental, a fotografia e a imagem contribuem para a visualização dos acontecimentos e reforço dos mesmos. Não possuindo conhecimentos para interpretar estes documentos, refugiei-me neles como forma de enriquecimento do texto escrito.

Dividido em quatro partes, cada uma delas subdividida em capítulos e estes em subcapítulos, o trabalho inicia-se tendo atribuído à primeira parte o título: *O Principio* e subtítulo: *Os caminhos trilhados*. Esta é composta por três capítulos: *Iniciando*, *A Pesquisa* e *A Imprensa escrita: espelho das realidades*.

Como o nome sugere, esta primeira parte do trabalho traça o meu percurso durante o período em que decorreu a investigação. Começando na pergunta de partida, abordando questões da ética e de como entendo as diferenças para com a moral, foquei-me sobre a estrutura do trabalho e as limitações sentidas. Antes de concluir este primeiro capítulo não podia deixar de escrever algumas reflexões sobre o Seminário de Leitura, orientado pelo professor Doutor Jorge Ramos do Ó, e da importância de que este se revestiu nas minhas aprendizagens e no desenvolvimento da minha escrita.

O segundo capítulo é exclusivamente dedicado ao processo de pesquisa nos arquivos, às dificuldades e constrangimentos sentidos. Cabe aqui um pouco da história do Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, onde se encontra depositado o acervo do Asilo Montemorense da Infância Desvalida, acervo este que descrevo pormenorizadamente.

A concluir esta primeira parte apresento a imprensa escrita que, à época, retratou as vivências da vila e dispensou algumas linhas a esta casa asilar. Enquanto espelho fiel, ou não, das realidades, os jornais e as revistas dão-nos a conhecer aspectos da vida da terra, que estão diretamente ligados com a vida do Asilo.

Revelando-se, a informação, como crucial para a cultura de uma população

*...a possibilidade de um relacionamento suficientemente intenso e informado – isto é, ao mesmo tempo, capaz de fruição e de sentido crítico – com a comunicação social, com as muitas formas de lazer propostas aos modos de vida contemporâneos, com diversas modalidades de oferta cultural, passa, em*

*grande medida, pela detenção de competências básicas de literacia*<sup>11</sup>.

Com um grande número de publicações editadas poderíamos supor que os níveis de literacia desta população fossem elevados. Mas, na realidade, tal não se verificava. Em 1911, Montemor possui cerca de 77,5% da sua população sem qualquer grau escolaridade; em 1981, 32%, e trinta anos mais tarde, em 2011, segundo os últimos censos, 11,4% da população ainda era analfabeta.

Com os materiais impressos a surgirem de forma crescente, no dia-a-dia das pessoas (Benavente, 1996) numa terra tão pouco letrada, torna-se muito difícil justificar o elevado número de publicações a existirem em simultâneo.

Foram muitos os títulos encontrados: *O Bijou* (1883), *Correio do Alemtejo* (1883), *Diario do Alemtejo* (1886), *A Kermesse* (1889), *A Crença Popular* (1890), *O Meridional* (1891), *A Mostarda* (1891), *O Almanach do Alemtejo* (1892), *A Folha Meridional* (1893), *Sal e Pimenta* (1895), *Rascunhos* (1895), *A Mocidade* (1896), *A Gazeta* (1896), *O Alentejano* (1897), *A Folha do Sul* (1897), *Democracia do Sul* (1901), *Correio da Manhã* (1927), *O Montemorense* (1932) e *A Folha de Montemor* (1989). Na impossibilidade de os consultar todos, houve a necessidade de escolher os que mais se debruçaram sobre Asilo em diferentes contextos temporais. Selecionei quatro títulos: três editados em Montemor: *O Meridional* (1891), *a Folha do Sul* (1897) e *O Montemorense* (1932) e um em Évora, *O Diario do Alemtejo* (1886). Não tendo, inicialmente, prevista a consulta de jornais editados na capital do distrito, deparei-me com um grande número de notícias publicadas, no *Diario do Alemtejo*, sobre a instituição em estudo, e abri esta exceção, pois o que aqui foi escrito revelou-se de grande utilidade para o trabalho.

Se alguns títulos foram possíveis de serem consultados na Biblioteca Municipal, outros houve que exigiram a minha deslocação à Biblioteca Nacional, como é o caso de *O Meridional*. Ainda assim, nem todos os números estão disponíveis para consulta, devido ao seu elevado estado de degradação.

A imprensa escrita assume aqui um papel relevante. Toda a informação recolhida, para além de alguma qualidade duvidosa e, por vezes, assumidamente tendenciosa, tornou-se fundamental para o conhecimento do objeto de estudo. Nem sempre uma lógica explicativa esteve presente e houve a necessidade de saber ler nas entrelinhas, tentando desmontar narrativas, procurando representações dos fenómenos que influenciaram a vida institucional. Refletindo conjunturas políticas diversas e expressando ideais distintos, os seus editores assumem-se, quase sempre, como representantes de uma determinada facção política e, como tal, dão à notícia o seu cunho pessoal.

Com níveis de literacia muito baixos e tão fraca consciência social, é fácil concluir que as práticas cidadãs não podiam primar pelo minimamente aceitável. A participação cívica e social, em meados do século XIX, deixava muito a desejar e a imprensa disso dava notícia. A falta de higiene, de saneamento, as pragas, as epidemias... tudo marcava uma população descuidada e iletrada. Se a relação entre literacia e cidadania era uma das causas de tanto infortúnio, ainda hoje se sentem alguns destes problemas.

As épocas conturbadas, em que esta investigação se centrou, espelhadas na imprensa escrita local, tornaram-se um manancial informativo viciante e difícil de ser apartado. Tudo parecia relevante.

Após traçar o roteiro do trabalho, e depois de referir o meu objeto de estudo e a questão de investigação, chegou a altura de trabalhar todo o corpus documental.

---

<sup>11</sup> BENAVENTE, A. (coord.) Rosa, A., Costa, A.F. (1996)

A segunda parte intitula-se *Enquadramento Histórico: Entre a Caridade e a Filantropia*. Não me parecendo viável falar de uma instituição sem referir a sua localização, o primeiro capítulo é exclusivamente dedicado à cidade de Montemor-o-Novo. São aqui abordados fatores relacionados com a sua fundação, demografia e os níveis de instrução.

Se a Revolução Industrial vingava na Europa, por aqui era a agricultura que continuava a ser a maior empregadora da mão-de-obra não qualificada. Com esta revolução nasce uma burguesia capitalista à qual se contrapuseram correntes socialistas e socializantes. Estas ao implodirem, por quase toda a Europa, nunca tiveram repercussões em Portugal e Montemor não foi uma exceção. Terra de grandes proprietários agrícolas, as campanhas cerealíferas sazonais traziam para esta terra gentes oriundas no Norte e Centro do país que arrastavam as suas famílias consigo. É comum encontrarmos crianças asiladas que acompanhando os pais nestas campanhas, procuravam no asilo refúgio e apoio que não conseguiam obter de outro modo.

Terminei esta breve viagem, por terras de Almansor<sup>12</sup>, no Convento da Saudação, local onde se instalou o Asilo Montemorense e que, presentemente, serve de residência artística ao projeto *O Espaço do Tempo*, coordenado pelo bailarino/coreógrafo Rui Horta.

Fundado no século XVI (1502) para servir de clausura às religiosas da ordem de São Domingos, obteve autorização para se manter em funcionamento, até ao falecimento da última freira residente, mesmo após a expulsão das ordens religiosas, tendo encerrado portas em 1876.

No segundo capítulo confronto as palavras caridade e filantropia. Substantivos frequentemente utilizados, ao longo do trabalho, que sendo semanticamente muito diferentes, por vezes convergem na ação. Procuo interpretá-los com a ajuda de alguns autores de referência que me acompanharam ao longo do trabalho, destacando: Brecht, B., Fernandes, R., Fonseca, J., Fonseca, T., Foucault, M., Goffman, E., Magalhães, J., Mattoso, J., Nóvoa, A., Ó, J.R.do, Pintassilgo, J., Tengarrinha, J.M., entre muitos outros. Servindo de sustentação a este trabalho, a revisão da literatura consultada e trabalhada permitiu-me interagir com os diferentes autores e os seus textos, tentando dar uma consistência credível aos dados recolhidos. Todo este trabalho assenta em autores que já estudaram esta temática e que, agora, foram o meu referencial. Destacando, apenas, aqueles a quem mais recorri e que maiores contributos deram ao meu trabalho, relevo: Brecht – quando abordada a importância da arte cénica; também aqui Benjamim, W. se mostrou fundamental.

Montemor-o-Novo esteve sempre presente ao longo do estudo. Terra onde se localizou o asilo, onde nasci e onde resido merecia que lhe dedicasse algum do meu tempo. Com a ajuda de Fonseca, J. e Fonseca T. foi possível conhecer e dar a conhecer a sua história durante o período em análise. Mas, sendo o Asilo o objeto central do trabalho, Fernandes, R., Magalhães, J., Pintassilgo, J., mostraram-se indispensáveis para a construção do texto. A eles recorri tentando compreender estas instituições e a educação no feminino durante a última metade do século XIX e primeira do século XX. Foi com as ajudas de Nóvoa, A., e Ó, J.R.do, que me inteirei do funcionamento deste tipo de instituição, do papel dos professores e da relação entre o analfabetismo e as diferentes

---

<sup>12</sup> Nascendo perto Arraiolos e desaguando em Samora Correia, o rio Almansor é um dos afluentes do rio Tejo. A origem do seu nome está ligada a Al-Hajib Al-Mansur (938 / 1002), governador do Al-Andaluz nascido em Algeciras e que, em 990, empenhando-se na luta contra os cristãos ibéricos, conquista e destrói a vila de Montemor.

fases da História em que o Asilo se manteve em funcionamento; as questões da higiene, da saúde e da disciplina tiveram, também, nestes autores a sua sustentação. Goffman e Foucault foram os autores a quem mais recorri na tentativa de compreender o funcionamento no interior desta casa de caridade. Balanceando entre uma *instituição total* e uma *instituição disciplinar*, conseguiu sempre satisfazer mais os interesses dos seus benfeitores do que os das suas alunas. Visando dar visibilidade a uma burguesia em ascensão, mais parecia ter sido criado para satisfazer a sede de caridade e de filantropia que se fazia sentir no país. As crianças estavam em segundo plano, limitavam-se a existirem para poderem ser ajudadas. Não podia deixar de referir Mattoso, J., que com a sua História de Portugal e Nóvoa, A. no campo da História da Educação, foram eles, o elo de ligação deste trabalho. Através dele relacionei as diferentes épocas da história com os acontecimentos vividos no Asilo. Tengarrinha, J.M., foi o autor de referência quando da abordagem à imprensa escrita e ao papel que esta desempenhou como montra das realidades vividas nos diferentes períodos históricos abordados.

Dos trabalhos académicos consultados, gostava de salientar três teses: - Ó, J.R.do (2003) *O Governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (ultimo quartel do século XIX- meados do século XX)*; Rufino, C. (2004) *A educação correccional de menores em internato. Discurso pedagógico e políticas disciplinares da modernidade.*, e Lopes, M. A. (2005) *A criança ao desamparo: A representação da criança pobre na imprensa periódica de Setúbal. (1870/ 1930)*.

Após leitura da bibliografia mencionada, inteirei-me de diferentes estudos efetuados nesta área, que me enriqueceram e foram fundamentais para consolidar e desenvolver teorias. Direcionadas para duas vertentes, uma abrangendo a história da educação asilar e outra mais vocacionada para as diferentes realidades vividas, as leituras realizadas assumem enorme importância para o conhecimento das instituições e do seu enquadramento, segundo diferentes perspetivas.

Sendo uma abordagem qualitativa permitiu-me desenvolver conceitos, à medida que realizava as minhas leituras, fundamentando conteúdos. Partindo, depois, para o tratamento das recolhas efetuadas e sabendo que *as técnicas a privilegiar na abordagem dos documentos são as análises de conteúdos e a análise documental*,<sup>13</sup> construí interpretações sobre os dados recolhidos, na tentativa de recordar acontecimentos.

Se o investigador visita um local ou uma situação de campo para observar os fenómenos aí ocorridos (Tuckman, 2000)<sup>14</sup>, este trabalho, que se pretende indutivo e descritivo, não deixa de, em certas passagens, recorrer a representações sociais e ideológicas, as quais não pude, nem quis evitar.

Surge, aqui, um subcapítulo dedicado à Roda dos Expostos. Este tema surgiu depois de conhecer a origem das crianças internadas. Mesmo que, maioritariamente, possuíssem suportes familiares conhecidos, algumas estavam referenciadas como expostas. Tal situação pediu que tentasse aprofundar o meu conhecimento sobre o fenómeno. Mesmo após o encerramento das Casas da Roda, o abandono de crianças recém-nascidas continuava a ser prática casual. Agora, as crianças eram deixadas à porta das igrejas, dos hospitais ou das casas assistenciais e os jornais iam dando notícia, cada vez que tal se verificava. Tendo já terminado a sua função, quando da fundação do Asilo, estas crianças passaram a ser responsabilidade dos municípios que as internava em hospícios ou, caso existissem, em casas assistenciais.

---

<sup>13</sup> LUDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986)

<sup>14</sup> TUCKMAN, B.W, (2000)

O terceiro e último capítulo é exclusivamente dedicado ao conhecimento do objecto de estudo: o Asilo Montemorense da Infância Desvalida. Tentei contar a história desta instituição e de como se foi relacionando com a população residente, em que estava inserida, desde a sua fundação, aos estatutos que a geriram, aos diretores (destacando Joaquim José Faísca e o seu dúbio percurso de vida) até às festas. Tudo foi abordado. Tratando-se de uma instituição, que não estava propriamente vocacionada para a educação, por vezes, esta marcou presença, mesmo que os objetivos principais estivessem orientados na preparação das crianças para a economia doméstica. Não podia terminar o capítulo, sem fazer uma pequena abordagem ao teatro para as crianças e das crianças. Não sendo, no meu entender, a mesma coisa, o teatro para a infância continua a ser confundido com teatro infantil. Continuamos a infantilizar esta arte chegando mesmo a humilhar as “nossas” crianças com a qualidade dos espetáculos apresentados. Isto surgiu devido ao destaque que algumas direções do asilo deram às representações feitas pelas crianças, durante as festas da casa e à construção de uma sala para as récitas das asiladas. Ao falar de teatro, em Montemor, era imperdoável não referir o nome de Belchior Curvo Semedo. Embora não cabendo no arco temporal em que este trabalho se enquadra, o seu nome não podia passar despercebido. Membro da Nova Arcádia, com o cognome de *Belmiro Transtagano*, notabilizou-se quer pela sua poesia, dramatologia e pelas inúmeras fábulas que escreveu e traduziu.

A terceira parte, que intitulei *Espelhos da vida intramuros*, é totalmente dedicada ao Estudo Empírico. Composta por um só capítulo, *As vivências entre 1876 e 1968*, nele faço uma análise detalhada de tudo o que foi possível conhecer sobre as crianças que frequentaram a instituição, entre 1876 e 1968.

Elaborei 11 quadros que originaram 21 gráficos,<sup>12</sup> com resultados parciais e 9 com resultados totais. Tentando não fazer quadros muito grandes, nem gráficos de leitura difícil, dividi os dados recolhidos em períodos de 10 anos, possibilitando uma leitura mais fácil e agradável.

Neste capítulo estudei as idades de admissão das crianças, ao Asilo; as suas situações familiares; o número de irmãs que frequentaram a instituição; a origem geográfica das asiladas; as suas habilitações, quando foram admitidas; as habilitações que possuíam, quando saíram da instituição; em que condição se encontravam a frequentar esta casa asilar; a duração dos internamentos; o destino após o internamento; a idade de saída e a frequência ao longo dos anos.

Se fosse possível traçar o perfil da criança-tipo que frequentou esta casa asilar podia caracterizá-la como tendo entrado para o Asilo com 6 anos, com os dois progenitores vivos, nascida no concelho de Montemor-o-Novo, analfabeta, a usufruir de uma situação de gratuidade, tendo permanecido na instituição cerca de 10 anos e saído com 15 anos, para servir em casa de outrem.

A mendicidade que, muitas vezes justificava o internamento, continuava dentro da instituição de forma controlada e orientada. (Rufino,2004) Muitas são as vezes que as crianças asiladas descem até à vila para angariar verbas para a instituição com a venda de flores, trabalhos de costura e bordados ou simplesmente vendendo figuras de santos, às portas das igrejas.

Na quarta e última parte, *O Fim*. Aqui deixo as conclusões possíveis e tudo o que gostaria de ter feito e que pretendo fazer num futuro próximo. Estabelecida uma relação de amor/ódio com o trabalho que ora avançava, ora estagnava, arrisco-me a pensar que este pode ter sido o ponto de partida para futuros trabalhos. O arquivo tornou-se viciante.

Antes de dar por concluído este capítulo, gostava de deixar aqui algumas reflexões sobre as questões de ética no trabalho académico

Envolvendo o tema uma componente essencialmente histórico-educativa, foram os Arquivos o meu principal suporte.

No estudo de documentos arquivados, que mexendo ou não com a vida de pessoas, as questões de ética estão sempre presentes, como estão igualmente presentes quando se trata de um trabalho académico.

As interações encontradas, quer nos relacionamentos com as comunidades locais, quer nos interpessoais, entre pares e funcionárias, contribuíram para que, em simultâneo como estudo documental, este trabalho refletisse uma realidade vivida, nesta cidade.

E, por se tratar de crianças e jovens, mesmo que maioritariamente já não estejam entre os vivos, as questões de ética surgem com alguma frequência e que nem sempre são de fácil abordagem.

Não existindo nenhuma formação na área, quer na formação inicial dos professores, quer na formação contínua, a ética ainda é algo pouco debatido quando se tratam questões ligadas à educação. Não tendo carácter de disciplinas, estas questões estão muito à mercê de quem com elas se preocupa ou de quem se propõe fazer um trabalho académico. As reflexões e as discussões ainda escasseiam.

Conceito algo abstrato e modo de estar na vida, não moralizante nem moralizador, a ética pressupõe propósitos democráticos, interventivos e respeitadores. Sendo a educação inerente à humanidade e movendo-se na esfera da subjetividade, a moral e a ética confundem-se, por vezes, no entendimento de muitos. Não lhe competindo fazer julgamentos, pois esses pertencem ao limite da moral, a ética pretende zelar pelo respeito e normas de conduta que não atropelem, mas que interagem e respeitam.

Transpondo isto para a elaboração de um trabalho académico, estas questões assumem importância significativa, quando surgem plágios ou a não referenciação de autores citados.

Se a entendermos como conduta que contribui para a dignificação e o respeito pelos outros e pela objetividade, vem-me logo à memória as teorias defendidas por Kant. Este, ao propor uma investigação sobre os fundamentos da ética, baseados na razão, mais não propunha do que ligar o pensamento às racionalidades, demarcando-se da moral e dos preconceitos por esta assumidos.

Construída em contradições e debates, e não correspondendo a nenhuma linearidade, a ética assume-se como uma dialética vivida em plenitude, em liberdade e em cidadania. Constituindo-se como área de investigação e baseada em premissas científicas, obriga a reflexões fundamentadas; logo, implica liberdade, depende da racionalidade, os comportamentos são pensados, não impostos.

A moral, como um conjunto de comportamentos que variam conforme as culturas, baseando-se em valores transmitidos entre gerações, valores impostos pelas sociedades que orientam ações, torna-se limitadora das liberdades individuais. Assim, não entendendo a ética no campo da moral, mas no das racionalidades, procurei fazer dela, uma constante neste meu trabalho.

Sem pretender entrar em pretensiosismos, penso que este meu trabalho pode contribuir para um melhor entendimento quanto à diversidade das casas asilares. De todas as que foi tomando conhecimento e das que já conhecia, O Asilo Montemorense da Infância Desvalida possui particularidades únicas. Para além da importância dada às récitas teatrais e do exercício físico, tão esquecido em instituições femininas, como já referi anteriormente, esta casa destinada a raparigas pobres soube sempre selecionar muito bem as suas internas. A opção por crianças, maioritariamente, com os progenitores

vivos e a coabitarem dava à partida a garantia que estas não eram delinquentes nem possíveis criminosas. Assim sendo, este modelo de caridade para com os pobres bons e honestos, facilitava a gestão do Asilo e proporcionava aos seus bem feitores a credibilidade que tanto almejavam.

### 1.3. O Seminário de Leitura

Foi como se, de repente, tudo fosse essência.

Aqueles que costumava convocar clamavam agora a minha ignorância.

Sentimento estranho este, que experimentei há cinco anos, quando me dispus a frequentar os Seminários de Leitura orientados pelo Professor Doutor Jorge Ramos do Ó.

O primeiro impacto foi quase traumático, quer pela forma, quer pelo conteúdo. Espaço descomprometido, aberto a conversas e incentivador para quem se dispõe a aproveitá-lo, foi, inicialmente, um local inibidor, tal era a quantidade e qualidade dos debates travados entre todos os presentes. Salas cheias de gentes ávidas de conhecimento, onde se juntam e discutem diferentes saberes e diferentes sensibilidades.

Sem qualquer espécie de dúvidas, ele foi um espaço facilitador de aprendizagens e de enriquecimento intelectual que, aos poucos, se tornou fundamental para a progressão do meu trabalho.

Batalhando, semanalmente, contra alguns bloqueios e algumas limitações que teimam em persistir, a frequência deste espaço foi, aos poucos, transportando-me para o interior de conversas, cujos conteúdos só nele são possíveis.

Ao longo de 5 anos, e semanalmente, desloquei-me a Lisboa, só para poder usufruir destas duas horas inspiradoras.

O tema da tese estava decidido. Era preciso procurar fundamentos, explorar possibilidades, conhecer hipóteses. A frequência deste Seminário foi o ponto de partida que, posteriormente, se tornou a meta.

Como ponto de partida, contribuiu para que a minha escrita, pouco a pouco, tomasse significado e se desenvolvesse, ordeiramente, através dos textos lidos e debatidos; através das trocas de opiniões escutadas com toda atenção possível; através de notas rabiscadas à margem dos debates.

Se acreditarmos que a escrita vem na sequência daquilo que lemos, então estes Seminários foram um enorme contributo para o otimizar e o passar para o papel os conhecimentos adquiridos, através das leituras propostas e, nem sempre, de fácil entendimento.

Durante estes anos tentei começar a tratar por *tu*, autores, que não me sendo totalmente desconhecidos, com eles não mantinha relações de cumplicidade. Outros houve que, aos poucos, se foram juntando ao meu núcleo de leituras e que, igualmente, deram o seu contributo à minha escrita.

Se a escrita não surge do nada, se um texto necessita ser alimentado para poder ter significado, são as leituras, feitas pausadamente que lhe vão dando substância e que o vão tirando da apatia em que, por vezes, se refugia.

Ao proporcionar e estimular estas leituras, o gosto pelas palavras cresce, como crescem novas ideias que, ao serem trabalhadas, resultam em escritos aprimorados nascidos do prazer dos livros.

Os novos desdobramentos que tive de efetuar e a que fui, voluntariamente, sujeita após a leitura de alguns textos propostos ou antecipadamente acordados; a horizontalidade opinativa trocada no interior da sala e toda a dinâmica conseguida foram o que de mais enriquecedor se me apresentou, ao longo deste meu curso de doutoramento.

Terminada a etapa, o contacto é para manter. A tese ficará para trás, mas a escrita irá continuar nos dois jornais e no blog para onde escrevo regularmente. Não sendo uma escrita com o rigor e o cuidado da utilizada neste trabalho, não deixarei de escrevinhar, enquanto tal me der prazer.

E agora, que a meta está prestes a ser alcançada, olhando para os últimos cinco anos, só me resta agradecer ao professor Jorge Ramos do Ó e a todos os colegas que contribuíram para o meu enriquecimento intelectual e como pessoa.

## 2. A Pesquisa

### 2.1. Pesquisa no Arquivo

*O arquivo constitui o núcleo duro da informação sobre a escola, corresponde a um conjunto homogêneo e ocupa um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar. (Mogarro, 2006)<sup>15</sup>*

Se para escrever História de Educação é necessário recorrer a fontes primárias, os arquivos surgem-nos no topo da lista. São a estes que recorreremos para nos inteirmos de um acontecimento passado e o podermos trazer à atualidade sem o perigo de fuga à verdade. Aqui tudo é transparente e, por mais estranhos que sejam os documentos em que possamos tropeçar, eles são a História. A necessidade de uma reflexão sobre o que se pretende estudar leva-nos a procurar os locais onde a História adormecida coabita, muitas vezes, com a negligência. Aqui começam a surgir as primeiras dificuldades em encontrar o que se procura e em satisfazer a paixão pela descoberta.

Pesquisar, só por si, não tem qualquer significado. O que faz sentido é a confrontação de saberes, as leituras e reflexões sobre os seus conteúdos. Convém ter sempre presente que uma leitura do passado, por mais minuciosa e direcionada que seja, é sempre dirigida por uma leitura do presente (Certeau, 2002)<sup>16</sup>. Ler o passado à luz do presente é sempre possível, desde que os juízos de valor, os juízos morais, fiquem de fora.

Assim, torna-se necessário ir para além do que nos é dado a ler.

Por serem maioritariamente documentos manuscritos, a sua descodificação revela-nos apenas a verdade de quem os escreveu e esta pode colidir com outras verdades já conhecidas. O confrontar de leituras tornará a pesquisa mais credível e a influência de fatores externos levam-nos a interrogar os documentos e travando, com eles, batalhas, podendo direcioná-los para os caminhos inicialmente não pensados.

Não sendo os documentos qualquer coisa que fica por conta do passado, mas um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de que detinham o poder (Le Goff, 2003)<sup>17</sup>, tornam-se identificadores e representantes dos seus autores e das narrações por eles estampadas.

Pensar o arquivo como um local onde estão depositados documentos é a mais comum das suas definições, mas, para quem o utiliza, passa a ser um local de procura, um lugar onde o que está inerte ganha vida e passa a ter sentido.

Se considerarmos os arquivos como um conjunto de testemunhos, na posse de entidades singulares ou coletivas, públicas ou privadas, que os preservam para nos servirem de memória, poderíamos considerá-los, igualmente, como autênticos relicários da História.

---

<sup>15</sup> MOGARRO, M. J. (2006)

<sup>16</sup> CERTEAU, M. (2002)

<sup>17</sup> GOFF, L. (2003)

Ao lhes darmos a importância devida, o investimento na formação dos arquivistas, que nem sempre é uma realidade, tornar-se-ia indispensável, mesmo urgente. Ser um funcionário, ainda que com algum bom senso e alguma sensibilidade, não é suficiente. Fazendo, os arquivistas, parte do processo histórico, uma vez que são eles os verdadeiros depositários das nossas memórias, a sua formação não pode, nem deve ser subestimada, passando a condição indispensável e em atualização permanente.

Mas, se os arquivos municipais já começam a primar por alguma organização e conservação do que lhes é dado a guardar, os arquivos escolares, despensas cheias de caixotes amontoados e sem qualquer catalogação, nem sequer merecem esta denominação.

### 2.1.1. Os Arquivos escolares

O desinteresse pela organização dos arquivos escolares, negando-lhes a importância devida, torna-se um entrave ao desenvolvimento de estudos na área da educação e, particularmente, na da História da Educação.

Esta falta de empenho tem contribuído para apagar parte da nossa memória coletiva. Apesar da sua pertinência, estes arquivos são quase inexistentes. Um número significativo, dos que existem, pertence a instituições com características muito peculiares, como é o caso dos asilos, reformatórios, internatos ou grandes liceus, representativos de uma determinada população escolar muito localizada e pouco abrangente.

Não havendo preocupação dos responsáveis das instituições escolares para com este património alegando, na maioria das vezes, a exiguidade dos espaços, parte deles é destruída ciclicamente, (de 5 em 5 anos), permitindo-se eliminar todo o tipo de documentos referentes aos alunos (cadernos, registos de frequência, relatórios...) assim como o material didático, construído ou adquirido, representativo de uma determinada época e/ou considerado pedagogicamente ultrapassado. A escola continua a não preservar, nem a dar a conhecer, os materiais que produz. Estes são documentos maioritariamente em suporte de papel, desorganizados, mal-acondicionados e com pouca, ou nenhuma, acessibilidade.

Também a constante instabilidade de funcionários, docentes e não docentes, em nada tem contribuído para alterar esta situação. Como os materiais não lhes pertencem, foram produzidos por outros, tornam-se pouco interessantes, e podem ser destruídos. A estabilidade laboral seria, certamente, facilitadora de uma eventual aposta na criação de arquivos escolares.

Se a instabilidade profissional pode ser considerada um entrave, a criação e organização destes arquivos, a Formação Contínua de Professores, subordinada a temas que abordassem como conservar e ordenar os documentos, que motivassem para a importância de sua existência, seria uma mais-valia para a salvaguarda do património. Professores, com formação na área, poderiam tornar-se responsáveis, junto dos colegas, alunos e restantes funcionários, pela criação e organização dos materiais.

Se existem, nos atuais agrupamentos, professores bibliotecários, porque não existem professores arquivistas? Com uma aposta na formação adequada, os interessados começariam a surgir.

Ensinar a preservar é sinónimo de ensinar a fazer História. Ao perder-se parte desta memória está-se a perder parte da História das nossas instituições escolares. Através desta historicidade ficaria facilitado o estudo da vida das instituições e dos seus principais atores.

Nos agrupamentos de escolas, a preocupação com a preservação dos documentos, os poucos que são guardados, não é, nem nunca foi, uma prioridade. São arrumados em espaços que em nada contribuem para a sua conservação, frequentemente metidos em salas pouco ventiladas, escuras e húmidas, sem preocupação quanto ao acondicionamento e ordenação, o que contribui para uma rápida deterioração.

Se isto acontece nas sedes dos agrupamentos, o problema repete-se nas pequenas escolas rurais onde, ciclicamente, todo o espólio é destruído, queimado, não deixando qualquer vestígio. Continua a não existir uma atitude de conservação para com estes materiais. Os exercícios escolares não são preservados, pois os estabelecimentos escolares acham-se na obrigação de, ciclicamente, limpar o espólio por falta de espaço. (Chervel, 1988)<sup>18</sup> Estes materiais escolares tornam-se ainda mais difíceis, de serem encontrados, se a pesquisa incidir em escolas do 1º ciclo ou em jardins-de-infância pertencentes à rede pública. Aqui nada é guardado, não existe espaço disponível, nem vontade dos responsáveis para tal.

Se nos reportarmos à educação não formal, a situação ainda é mais desastrosa. Não merecendo a importância que lhe é devida, a conservação dos materiais produzidos não é uma preocupação.

O que resta destas atividades?

Onde estão os relatórios, as fotografias e os registos?

A consulta dos acervos escolares é inglória, devido à frequente destruição e dispersão de documentos pertencentes ao património escolar. Ao serem destruídos, o estudo das instituições escolares fica seriamente comprometido, sem que os órgãos de gestão disso se apercebam ou com isso se preocupem.

Para além da dispersão das fontes, quando estas existem, o seu acesso nem sempre é facilitado. O estado de conservação de alguns documentos, que à data da sua retirada das escolas era razoável, poderá ser posta em causa, devido ao modo como está acondicionado. *Esta situação poderá agravar-se, muito rapidamente, uma vez que a capacidade de armazenamento de nova documentação é nula em cerca de metade das escolas e muito reduzida nas restantes.* Nóvoa (1997)<sup>19</sup> Se isto acontecia em 1997, no presente agravou-se substancialmente, com o encerramento de muitas escolas rurais. Com o processo de encerramento de escolas, em curso, a salvaguarda desta documentação não está minimamente garantida.

Porque não aproveitar o encerramento de algumas das escolas do 1º ciclo para nelas instalar pequenos museus escolares, onde os arquivos teriam papel de destaque?

Cuidar da nossa memória coletiva não será uma forma de educar para uma cidadania responsável e ativa?

Está na altura, apesar de algo tardia, de se organizarem estes arquivos, inventariá-los e arrumá-los com critérios e rigor científico, pois, ao espelharem o quotidiano em que foram produzidos, tornam-se fontes de informação importantes.

Se os arquivos institucionais não se encontram, muitas vezes, acondicionados da maneira mais correta, o que dizer dos arquivos particulares. Estes não passam de pilhas de documentos não tratados, desordenados, não identificados e mal acondicionados. Algumas vezes, para poderem ser consultados, estamos dependentes do humor e da disponibilidade, ou indisponibilidade, de quem os guarda, em suas casas, nas mais precárias condições de armazenamento, não abdicando de os ter na sua posse, como se se tratassem de documentos, que só a si dizem respeito.

A relação do investigador com o arquivo possui, por vezes, um misto de amor/ódio. Amor pelo que significa, para si, a investigação que está a desenvolver, o empenho nela depositado, o entusiasmo com se agarra ao trabalho e ódio pelas dificuldades com que

---

<sup>18</sup> CHERVEL, A. (1988)

<sup>19</sup> NÓVOA, A. (1997)

se vai deparando, quer quanto à indisponibilidade de consulta da parte de quem os guarda, quer quanto à sua destruição, à da falta de ordenação e ainda devido à sua deficiente conservação que podem por em causa o estudo, levar à desmotivação ou mesmo à desmobilização. Os entraves, no acesso a estes documentos, são uma luta constante e, por vezes, inglória. Muitos são escondidos de quem os pretende estudar, por egoísmo ou por medo que se denuncie a sua posse.

Trabalhar em arquivos, sejam eles referentes a instituições públicas ou privadas, é tarefa ainda mais complicada, para quem vive longe dos grandes centros urbanos. A dispersão dos documentos pode tornar a rentabilização temporal e a pesquisa comprometidas.

Colocando as novas tecnologias ao serviço dos arquivos e da investigação, as dificuldades tornar-se-iam facilmente ultrapassadas, colmatando alguns dos problemas sentidos, quando da necessidade de consultar um arquivo ou um determinado acervo. A sua digitalização, scanarização ou a microfilmagem, não só os protegia de variadíssimas manipulações, como tornaria o seu acesso facilitado à investigação, sem existir a necessidade de deslocação ao espaço físico dos arquivos. A falta de espaço passava a não ser uma desculpa, a conservação tornar-se-ia mais adequada, o manuseamento preservado e a permissão aos documentos mais rápida e de acesso universal. Possuindo horários de abertura ao público das 9h às 17h e estando encerrados ao fim de semana, a sua utilização torna-se muito difícil para quem se encontra a trabalhar. Podendo esta dificuldade ser colmatada com a aposta nas novas tecnologias O Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo ainda tem um longo caminho a percorrer.

## 2.1.2. Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo



Fotografia 1: Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

### a) Da origem ao funcionamento.

Fazendo um pouco de história, apraz referir que a mais antiga referência ao Arquivo Histórico Municipal, antigo Arquivo Camarário, aparece registada no Livro das Vereações, datado de 1443. Podemos aqui encontrar um termo de transição de responsabilidades sobre documentos e outros objetos pertencentes à câmara, entre o procurador Fernão Pires e o seu antecessor André Gonçalves. Mais tarde, quando do domínio Filipino, por volta de 1663, o exército espanhol, comandado por D. João de Áustria, saqueou estas instalações, destruindo importantes documentos, ali depositados. Sediado em edifício camarário, no interior das muralhas do castelo foi, já no decorrer do século XVIII, transferido para fora destas muralhas, instalando-se no centro da vila, procurando aglutinar muitos dos documentos que se encontravam dispersos. Nas suas *Memórias Estatísticas*, Varela (1814)<sup>20</sup>, refere a existência de numerosos e valiosos pergaminhos, que foram recuperados do abandono em que se encontravam.

Durante o século XIX e após as reformas liberais, é enriquecido, com a extinção das câmaras de Lavre e Cabrela.

Na década de 30, do século XX, inúmeros documentos foram furtados, sendo posteriormente vendidos a instituições públicas e a particulares, como é o caso do Foral de Leitura Nova, datado de 1503.

Após obras de melhoramento, durante os anos 60, deste mesmo século, levadas a cabo nos Paços do Concelho, onde se encontrava depositado o Arquivo, foi transferido para uma sala no interior do Cineteatro Curvo Semedo. Com esta mudança voltaram a perder-se importantes documentos, devido às condições de transporte, ao deficiente acondicionamento e ao pouco cuidado depositado no seu manuseamento.

---

<sup>20</sup> VARELLA, J.J. (1814)

A partir de 1974 foi iniciada a inventariação de parte deste conjunto documental, tendo ficado concluída em 1982. Um ano mais tarde, 1983, o Arquivo Histórico Municipal instala-se nas antigas instalações do Convento de São João de Deus, espaço que partilhou com a Biblioteca Municipal.

Em acordo estabelecido entre a câmara municipal de Montemor-o-Novo e o Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, foi possível recuperar e adaptar as antigas instalações da cadeia civil do concelho, construída nos anos 30, do século XX, e aqui instalar, em definitivo, o atual Arquivo.

Em 1997, a instituição aderiu ao Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais (PARAM). Este programa pretendeu *apoiar as autarquias no planeamento e construção da rede de arquivos municipais*<sup>21</sup> e teve como objetivo principal a sua requalificação, salvaguardando o acesso ao património existente.

Situado na Carreira de São Francisco, o espaço foi inaugurado a 8 de março de 2008. Do seu núcleo principal destaca-se o Arquivo Camarário.

b) Espólio em depósito.

Devidamente climatizado e oferecendo boas condições físicas de armazenamento e de perseveração dos documentos aqui depositados, os seus Fundos Documentais estão organizados em:

A - Câmara Municipal de Montemor-o-Novo (1443 – 1993).

B - Administração do Concelho de Montemor-o-Novo (1838 -1958).

C - Celeiro Comum de Montemor-o-Novo (1717 – 1921).

D - Corporações Religiosas (1726 – 1928).

E - Câmara de Cabrela (1763 – 1849).

F - Câmara de Lavre (1709 – 1849).

G - Junta de Freguesia de Cabrela (1649 – 1929).

H - Misericórdia de Lavre (1536 – 1935).

I - Junta de Freguesia de Lavre (1813 – 1896).

J - Notários (1573 – 1855).

L - Juízo dos Órfãos (1581 – 1828).

**M - Asilo Montemorense da Infância Desvalida (1876 – 1969).**

N - Arquivo da Reforma Agrária (1974 – 1999).

Sempre em atualização e crescimento, atualmente encontra-se em fase de catalogação o espólio pertencente ao Professor Doutor Banha de Andrade, doado a este Arquivo pelos filhos. Composto por inúmeras caixas, contendo fichas manuscritas, desorganizadas e algumas bastante deterioradas, quase impossíveis de serem lidas, brevemente, parte dele, estará disponível para consulta pública.

c) O acervo do Asilo Montemorense de Infância Desvalida

Reportando-me ao acervo pertencente ao Asilo Montemorense de Infância Desvalida, a situação encontrada não foi, em nada, diferente do já referido anteriormente para outros acervos. Se grande parte do espólio se encontra no Arquivo Histórico Municipal de

---

<sup>21</sup> Artigo 3º, nº1, da alínea r do decreto-lei nº 60 / 97, de maio.

Montemor-o-Novo, existe ainda inúmera documentação na posse de particulares, na biblioteca do Convento de São Domingos e muita outra, a que já se perdeu o rasto ou foi mesmo destruída por quem dela se apoderou, quando do desmantelamento da instituição. Possui, também, este acervo fotocópias de documentos em que os originais estão na posse de particulares. A dispersão dos documentos é uma realidade e o acesso ao espólio, que se encontra nas mãos dos particulares, uma miragem. Poucas foram as vezes em que consegui ter acesso aos originais que procurava, pois, os seus guardiões tendem a todo o custo esconder a sua existência. Se consegui o acesso aos livros de atas, este foi-me completamente interdito no respeitante aos bens materiais retirados do museu da instituição.

Este fundo documental foi, na sua maior parte, recuperado em julho de 1988, das instalações do antigo Convento da Saudação, situado dentro das muralhas do castelo, onde funcionou o Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

O estado de conservação dos documentos varia entre a boa conservação e alguma deterioração. Alguns documentos possuem folhas rasgadas, rasuradas ou arrancadas, desconhecendo se estes estragos foram feitos na origem dos documentos ou à posteriori. Com exceção dos livros de atas (6/1/1903 a 5/2/1908; 10 /2/1908 a 31/12/1920; 15/1/1921 a 30/6/1931) e do registo de correspondência expedida (10/12/1885 e 28/8/1913), todos os outros documentos aqui depositados são os originais.

O acervo, referente ao Asilo, está assim ordenado:

## **1 M – Estatutos e História Sumária.**

### **1 M1 – Outros sem data.**



Ilustração 1: Estatutos do Asilo

### **2 M – Correspondência**

#### **2 M1 – Correspondência Recebida – 1877/1924.**

Exemplos: Autorização para o alvará de nomeação da direção (1887); carta de exoneração de uma professora (1901); pedido de dispensa de alunas das aulas de costura para se prepararem para os exames do 1º grau (1902); várias doações e testamentos; cartas do administrativo do concelho com a aprovação de diferentes orçamentos (1908); subsídios (1919); Banco eborense/pagamento de dividendos (1920); resposta a um pedido de professora de dactilografia, por uma senhora de Vila Franca (1920).



Ilustração 2: História Sumária do Asilo Montemorense da Infância Desvalida

#### **2 M2 – Registos de Correspondência Expedida – 1911/1934.**

Exemplos: Cartas de agradecimento de doações de bens alimentares; carta ao ministro das finanças, dando conta dos pagamentos das asiladas (1912); carta ao ministro do interior a pedir uma professora (1913); variadas cartas para o Governador Civil, Administrador do Concelho, Diretor Geral de Estatística, Delegado do Procurador de República, Direção do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Presidente da Comissão Distrital de Instrução Pública; autorização para a participação das crianças numa procissão (1915); carta da câmara municipal anunciando a colocação da luz

elétrica (1918); carta da Condessa de Valença pedindo um espaço para a instalação provisória do Asilo dos Velhos (1919); agradecimento de esmolas em dinheiro e bens alimentares; carta para GNR pedindo o patrulhamento do exterior do Asilo no dia da festa anual (1922); um donativo da Presidência da República (1923); carta de demissão de uma regente (1924); pedido para a instalação de água potável (1928); pedido da oficialização da escola (1929); agradecimento ao Sanatório do Outão pelo internamento de uma criança (1931); agradecimento de gado para uma tourada (1933).

**2 M3 – Registos de Correspondência Expedida – 1885/1911.**

Exemplos: Agradecimentos de donativos em esmolas alimentos e livros (1885); Pedido de uma caixa métrica ao Conselheiro da Direção Geral de Instrução (1887); Pedidos variados ao Administrador do Concelho para a entrada de crianças.

**3 M – Entrada de alunas: (existem 55 registos)**

**3 M1 – 1886/1902.**

**3 M2 – 1889/1914.**

**4 M – Registos de Frequência da escola do Asilo (contabilizando internas e externas).<sup>22</sup>**

**4 M1 – 1890.**

Mês de outubro: constam 63 inscritas;

**4 M2 – 1893/1894.**

De agosto de 1893 a junho de 1894. Entre agosto de 1893 e janeiro de 1894, estão referenciadas 73 crianças; entre fevereiro de 1894 e junho de 1894, 63 crianças;

**4 M3 – 1894/1895.**

De junho de 1894 a dezembro de 1894. Estão referenciadas 72 crianças, entre junho e dezembro de 1894 e 70, entre janeiro e maio de 1895.

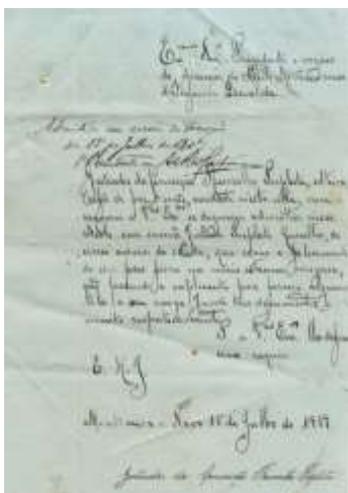


Ilustração 3: Pedido de admissão ao Asilo (Anexo 1)

**5 M – Requerimentos para a entrada de alunas:**

**5 M1 – 1887/1927.**

Existem apenas 10 destes requerimentos. O primeiro data de 15 de maio de 1887.<sup>23</sup>

**6 M – Orçamentos e Contas de Receitas e Despesas:**

**6 M1 – Orçamento – 1877/1961.**

**6 M 2 – Contas de Receitas e Despesas – 1876/1958.**

**7 M – Diário de Receitas e Despesas:**

As receitas aparecem divididas em ordinárias (subsídios, donativos, esmolas) e eventuais.

<sup>22</sup> Este número não espelha o número de crianças a frequentar, em simultâneo, a escola, pois não aparecem referenciadas as entradas e saídas das asiladas. Aparecem aqui registados apenas o nome das alunas, as presenças e as faltas às aulas (na escola do Asilo) e o respetivo número de matrícula.

<sup>23</sup> Deste dossiê, consta uma carta, escrita à direção, por terceiro, em nome dos pais da criança, comprovativo do batismo passado pela Arquidiocese de Évora, parecer do Regedor, parecer do padre, parecer do presidente da direção do Asilo e o atestado médico, comprovativo de que a criança não sofre de doenças infetocontagiosas. Em alguns requerimentos surge também um atestado de orfandade. Certidões de óbito de progenitores e atestados comprovativos da situação de pobreza, passados pelo padre. Após 1910 o atestado de pobreza é passado pela administração do concelho e o atestado de batismo deixa de aparecer nos processos.

Das despesas constam as com o pessoal, os prémios de distinção, móveis e utensílios variados, roupas de cama e mesa, vestuário e calçado, alimentação, medicamentos, combustível, lavagem de roupa (sabão), manutenção da capela, cultura de cerca, obras no edifício e expediente.

**7 M1** – 1876/1892.

**7 M2** – 1904/1910.

**7 M3** – 1910/1915.

A partir de 1910, as receitas aparecem diferenciadas em receitas ordinárias – classe primeira (rendimentos, juros, dividas a cobrar e dividendos do banco) e receitas extraordinárias – classe segunda (esmolas, subsídios, gratificações, donativos, mesada das pensionistas e vendas). As despesas, dividem-se em obrigatórias – classe primeira (ordenados, alimentação, combustível, limpeza, roupa e móveis, iluminação, reparações medicamentos, material para a escola e expediente de secretaria) e despesas facultativas – classe segunda (festas da casa).

Em todos os outros itens seguintes repetem-se as mesmas receitas.

**7 M5** – 1915/1919.

**7 M6** – 1927/1929.

**7 M7** – 1932/1940.

**7 M8** – 1956.

**7 M9** – 1959.

**7 M10** – 1960.

#### **8 M** – Relação de Documentos de Despesas:

**8 M1** – 1906/1910.

Esta caixa é composta por documentos de despesas, isolados. Entre 1906 e 1908 surgem faturas com despesas da igreja; com o petróleo e artigos de iluminação; roupas, móveis e utensílios de cozinha; linhas e outros artigos de costura e livros; material para as aulas. De 1907 a 1908 existem apenas faturas de despesas com roupas, móveis e pequenos consertos. Entre 1909 e 1910 as faturas dizem respeito, apenas a material de papelaria.

#### **9 M** – Ordens de Despesas:

**9 M1** – 1876/1882.

**9 M2** – 1885/1886.

**9 M3** – 1887/1890.

**9 M4** – 1891/1899.

**9 M5** – 1900/1902.

**9 M6** – 1904.

**9 M7** – 1918/1919.

**9 M8** – 1921/1922.

**9 M9** – 1925/1926.

**9 M10** – 1926/1927.

**9 M11** – 1927/1928.

**9 M12** – 1930/1931.

**9 M13** – 1936/1943.

**9 M14** – 1877/1881.

Quase todas as despesas estão relacionadas com gastos com o pessoal, com as asiladas e com pequenos arranjos no edifício.

**10 M – Guias de Receitas:**

**10 M1 – 1885/1920.**

**10 M2 – 1924/1931.**

As receitas arquivadas são quase exclusivamente relacionadas com a venda de rifas e pensões das asiladas

**11 M – Donativos:**

**11 M1- Guias dos Donativos – 1887/1879.**

Ano económico de 1886/1887: - 12 fichas com donativos, em dinheiro, que variam entre os 100\$000 e os 10\$000; 4 fichas com rendas de casa: duas de 4\$000, 1\$200 e 9\$200; Juros de inscrições: - duas fichas de 67\$500 e 82\$500; 3 fichas de vendas em bazar e rifas; uma multa judicial de 1\$000; rendimentos de uma asilada (Custódia) correspondente a 17\$000; mesadas da pensionista Elvira: 4 fichas de 66\$000; gratificações aos anjos no valor de \$360; subsídios (câmara, particulares e confrarias) 9 fichas num total de 766\$370; uma ficha com donativos em bens materiais (azeite, aluguer de um banco para ginástica e aluguer de uma escada); três fichas, referentes a esmolos, num total de 31\$980.

No ano económico de 1878/1879: - receitas de juros de inscrições no valor de 211\$500; dividendos de 20\$000; rendas de prédios – 8\$000; mesadas – 66\$000; rendimento de uma asilada de 17\$500; subsídios diversos num total de 699\$400; donativos totalizando 394\$265; esmolos – 21\$935; objetos alugados ou vendidos – 15\$440; multas judiciais no valor de 4\$000; gratificações aos anjos – 4\$500 e saldo da confraria da caridade de 200\$000.

**11 M2 – Documentos diversos – 1883/1935.**

Contas relativas aos donativos do visconde de Santo André e seu irmão Luís da Fonseca Salgado; lista de donativos por altura do Natal de 1934; lucros de uma corrida de touros de beneficência (1935)

**11 M3 – 1896/1912.**

Um livro para o assento de donativos de 1896 e um outro semelhante de 1897.<sup>24</sup>

**11 M4 – 1918/ 922.**

Livro de registo de donativos em géneros.

**11 M5 – 1922/1935.**

Um livro com registos de donativos em géneros.

**11 M6 – 1947/ 1969.**

Dois livros com registos de donativos em géneros.

**12 M – Documentos Diversos:**

**12M1 – Requisições – 1940/1945.**

**12M2 – Folhas de Vencimentos dos Empregados do Asilo – 1876/1907.**

**12M3 – Documentos Diversos de Receitas e Despesas.**

**12M4 – Outros Documentos.**

Um relatório de contas com o respetivo parecer do conselho fiscal; relatório de contas do Asilo de Órfãos Desvalidos de Santa Catarina, um pequeno opusculo sobre o decorrer do ano de 1903/1904; folha de vencimentos relativa aos anos económicos de 1876/77 e 1906/1907.

**12 M5 – Registos de bens do Asilo – 1918.**

---

<sup>24</sup> Estes livros estão organizados por ano e mês, nome do benemérito, descrição do donativo e caso este seja em dinheiro, aparece registado o valor.

**12 M6 – Livro de bens de Joaquim José Faísca – 1893.**

Este livro possui muitas folhas rasuradas e arrancadas, o que dificultou o levantamento de todos os seus bens.

**12 M7 – Livro de Visitantes – 1876/1903.**

**12 M8 – Atas – 1903/1920.**

**12 M9 – Atas – 1908/ 920.**

**12 M10 – Atas – 1921/1931.**



Ilustração 4: Livro de atas



Ilustração 5: Livro da correspondência expedida

As atas registravam, maioritariamente, os donativos recebidos, as nomeações de novas direções e a entradas e saída de alunas. Depois de 1931 não foram encontrados livros de atas. No arquivo apenas se encontram as suas fotocópias, pois os originais estão na posse de particulares.<sup>25</sup>

Após 1969 não existe qualquer documento neste acervo, apesar do Asilo só ter encerrado em 1975.

Com a entrada da Ordem religiosa para a direção desta casa, todo o espólio desapareceu. Ao contactar uma freira, irmã Cláudia Augusta, que esteve no Asilo pouco tempo antes do seu encerramento e lhe ter perguntado pelo espólio existente, foi-me dito ter tudo desaparecido quando do encerramento desta casa. A freira não sabe ou não quis dizer qual o destino dos documentos.

Espólio rico, para quem se propôs escrever sobre esta casa asilar, revelou-me algumas surpresas que, mais à frente, descreverei.

Se os arquivos são parte das nossas memórias, a imprensa local é, igualmente, um dos recursos, a que recorri, na tentativa de conhecer acontecimentos passados, diretamente relacionados com o meu objeto de estudo.

---

<sup>25</sup> De momento estão comigo, pois foram-me emprestados pelos atuais proprietários, na condição de os devolver assim que acabe esta investigação.

### 3. A imprensa escrita: reflexos das realidades

*A imprensa constitui uma fonte imprescindível para o estudo da História Moderna Contemporânea (Lopes, 2004)<sup>26</sup>*

Se o acervo do Asilo, depositado no Arquivo, contribuiu para a construção de algumas memórias, estas foram sendo completadas e enriquecidas, com o recurso à imprensa escrita, que se publicou, durante o período em estudo. Refletindo as realidades vividas no concelho não podia deixar de marcar presença.

Nos últimos 20 anos do século XIX e início do século XX, Montemor-o-Novo possuía um enorme e variado conjunto de publicações periódicas. Tendo em conta o número de habitantes, as publicações eram em quantidade exagerada. Não que todas se publicassem em simultâneo, mas comparando o seu número com o grau de analfabetismo da população, existia um enorme desfasamento.

Em 1890 a população estava estimada em 12789 habitantes residentes, em 2011, nos últimos censos, era de 17174. Não sendo números substancialmente diferentes, existia apenas uma diferença de 4385 habitantes, o número de publicações não espelhava o nível de escolaridade dos habitantes desta terra. No ano de 1900 a população analfabeta estava aferida em cerca de 80%, enquanto em 2011 esta percentagem era de 18%.

Talvez se consiga justificar esta enorme quantidade de publicações ao crescente interesse pela leitura e ao incremento do ensino, que se procurava alargar a todos os setores sociais e profissionais (Tengarrinha,1983)<sup>27</sup>, nos finais do século XIX, princípios do século XX.

Entre os finais do século XIX (1883) e fins do século XX (1980) foi possível identificar dezanove publicações, entre jornais diários, semanários, mensários e revistas, abrangendo todos os quadrantes: políticos, humorísticos, literários, generalistas, charadístico e noticiosos. De 1883 e 1892, as publicações eram em número de oito: - *O Bijou*, *o Correio da Manhã*, *Diario do Alentejo*, *A Kermesse*, *A Crença Popular*, *O Meridional*, *A Mostarda* e *O Almanach do Alentejo*, nos oito anos seguintes, de 1893 a 1901, identifiquei oito títulos: - *A Folha Meridional*, *Sal e Pimenta*, *Rascunhos*, *A Mocidade*, *A Gazeto do Sul*, *O Alentejano*, *A Folha do Sul* e a *Democracia do Sul*. Em 1917 surge *A Democracia do Sul*. *O Meridional* e a *Folha do Sul* foram mandados suspender, durante o mandado de Sidónio pais devido ao seu fervor republicano.

Mais tarde (1927, 1932 e 1989) nascem três novos títulos, respetivamente, *O Correio da Manhã*, *O Montemorense* e a *Folha e Montemor*, dos quais, os dois últimos, ainda se publicam.

As edições multiplicavam-se a um ritmo inversamente proporcional ao grau de escolarização dos habitantes da vila.

---

<sup>26</sup> LOPES, M. (2004)

<sup>27</sup> TENGARRINHA, J.M. (1983)

**Quadro 1:** Jornais publicados, em Montemor -o- Novo (1883 e 1980)

<b>Ano da 1ª edição</b>	<b>Título</b>	<b>Linha editorial</b>
1883	<i>O Bijou</i>	Semanário literário, noticioso, recreativo, charadístico e crítico.
1883	<i>O Correio do Alemtejo</i>	Literário, noticioso e charadístico.
1886	<i>Diário do Alemtejo</i> 	Este diário publicava-se em Évora e não em Montemor. No entanto não quis deixar de o referir pois é a primeira publicação a editar longos artigos sobre a história do Asilo Montemorense. Editado em Évora.
1889	<i>A Kermesse</i>	Esta publicação destinou-se exclusivamente a dar conhecimento das quermesses levadas a cabo durante este ano. Serviu apenas para ajudar à angariação de fundos, não se conhecendo outras edições.
1890	<i>A Crença Popular</i>	Deste periódico não se conhece a existência de nenhum exemplar, nem consegui saber qual o seu caráter noticioso. <sup>28</sup>
1891	<i>O Meridional</i>	Semanário de opinião política, literária e noticiosa.
1891	<i>A Mostarda</i>	Semanário humorístico.
1892	<i>O Almanach do Alemtejo</i>	Também não se conhece a existência de qualquer número desta publicação nem qual a sua linha editorial.
1893	<i>A Folha Meridional</i>	Semanário político de ideologia republicana.
1895	<i>Sal e Pimenta</i>	Sem exemplares conhecidos. <sup>29</sup>
1895	<i>Rascunhos</i>	Publicação quinzenal. Revista de cunho

<sup>28</sup> Tive conhecimento, desta publicação, quando da consulta de algum do espólio do professor Banha de Andrade.

<sup>29</sup> Tive conhecimento, desta publicação, quando da consulta de algum do espólio do professor Banha de Andrade.

		reflexivo.
1896	<i>A Mocidade</i>	Dedicado às letras e às publicações literárias.
1896	<i>A Gazeta do Sul</i>	Semanário político, noticioso e literário. Editorialmente progressista.
1897	<i>O Alentejano</i>	Folha noticiosa, linguística e literária. Era considerado uma publicação legitimista.
1897	<i>A Folha do Sul</i> 	Começou por ser um semanário agrícola passando posteriormente, em 1898, a ser um <i>semanário noticioso</i> . Em 1911 passa a <i>bisemanário</i> ; em 1940 a <i>bisemanário regionalista</i> ; no ano de 1944 intitula-se <i>semanário defensor dos interesses do concelho de Montemor-o-Novo</i> e em 1945 passa a <i>semanário de larga expansão no sul do país</i> .
1901	<i>Democracia do Sul</i> 	Órgão oficial do Partido Republicano
1927	<i>Correio da Manhã</i>	Generalista
1932	<i>O Montemorense</i> 	Semanário regionalista. Este título ainda se publica com periodicidade mensal e encontra-se, presentemente, assumindo-se como porta-voz da igreja.
1989	<i>A Folha de Montemor</i> 	Generalista regional. Tem periodicidade mensal



Ilustração 6: D. do A. (24/11/1886)  
(Anexo 2)



Ilustração 7: Folha do Sul  
(3/4/1945) (Anexo 3)



Ilustração 8: O Montemorense  
(4/4/1954) (Anexo 4)

Na sua maioria, estes jornais tinham edições semanais, possuindo ente 4 e 8 folhas, à exceção das revistas.

Dos dois títulos ainda publicados, *A Folha de Montemor* possui um caráter generalista regional e *O Montemorense* é o atual porta-voz da igreja católica. Com uma população em número superior à do início do século, este concelho apenas possui dois jornais mensais.

O atual desinteresse pela leitura e o alheamento das populações pela política e pelos acontecimentos nacionais e internacionais levam a que, em pleno século XXI, apenas se publiquem dois títulos e ambos mensais, intercalando a suas edições.

Com a investigação centrada no *O Meridional*, *A Folha do Sul* e *O Montemorense*, não podia deixar de incluir, neste grupo, *O Diário do Alentejo* que, embora não se tenha editado em Montemor-o-Novo, publicou os primeiros artigos, que encontrei, dedicados ao Asilo Montemorense de Infância Desvalida.



Ilustração 9: Ilustração Alentejana (1927)

Recorri, igualmente, a alguns artigos da revista *Ilustração Alentejana* (1927)<sup>30</sup>, editada em Évora, pelas mesmas razões acima referidas.

Devido ao grande número de publicações foi necessário optar por aquelas que mais artigos possuíam, sobre a instituição em estudo e que mais números têm disponíveis, para consulta. Mesmo assim, não foi possível o acesso a alguns exemplares de *O Meridional*, depositados na Biblioteca Nacional, devido ao seu mau estado de conservação, o que impossibilitou a consulta de toda a coleção.

No contexto do meu trabalho, atribui um papel revelante à imprensa escrita, pois considero que constitui uma boa fonte de pesquisa, embora nem sempre espelhe, realisticamente, os acontecimentos da época.

A imprensa, ao ser encarada como um instrumento de manipulação de interesses e intervenção na vida social, obriga a um estudo pormenorizado, tentando aí desvendar ideias e pensamentos, que se possam tornar relevantes. *A categoria abstrata da imprensa se desmistifica quando se faz emergir a figura de seus produtores como sujeitos dotados de consciência determinada na prática social.* (Capelato, 1988)<sup>31</sup>

Sabemos que estes textos são maioritariamente superficiais, mas não deixam de retratar, cada um à sua maneira, parte da realidade vivida na época em estudo.

*Na verdade, é difícil encontrar um outro corpus documental que traduza com tanta riqueza os debates, os anseios, as desilusões e as utopias que têm marcado o projecto educativo nos últimos dois séculos. Todos os Actores estão presentes nos jornais e nas revistas: os alunos, os professores, os pais, os políticos, as comunidades... As suas páginas revelam, quase sempre “a quente”, as questões essenciais que atravessaram o*

---

<sup>30</sup> Esta revista era editada pelo semanário Eborense *Terra Alentejana*. O número consultado foi exclusivamente dedicado a Montemor-o-Novo e decidi inclui-lo neste meu trabalho pois possui um extenso artigo e muitas fotografias do Asilo Montemorense da Infância Desvalida

<sup>31</sup> CAPELATO, M.H. (1988).

*campo educativo numa determinada época. A escrita jornalística não foi ainda, muitas vezes, depurada das imperfeições do quotidiano e permite, por isso mesmo, leituras que outras fontes não autorizam (Nóvoa, 2002).<sup>32</sup>*

Analisando-os com um olhar crítico, evitei tentar cair em análises ficcionistas. É comumente conhecido que as verdades, que nos relatam, estão limitadas às verdades de quem escreve. Os autores das notícias assumem-se como porta-vozes das diferentes fações políticas, económicas, sociais ou mesmo profissionais. Assumem-se como os porta-vozes das suas verdades. O enfoque das notícias nem sempre relata a realidade tal como ela é, mas sim como o relator a vê. Por estas razões é conveniente manter alguma distância, relativamente ao que nos é contado. Assim, a leitura dos periódicos foi fundamental para o entendimento das realidades factuais.

Não sendo o jornal um documento isolado, o seu confronto, com outro tipo de escritos, é indispensável para dar credibilidade ao narrado. Ao nos depararmos com narrativas subjetivas, é imprescindível reconhecer, sempre que possível, o que se aproxima mais das realidades. Por vezes, é necessário confrontar as verdades e saber apartá-las da ficção.

Em terras pequenas, e com tiragens muito limitadas, é fácil perder-se a objetividade adaptando a notícia à linha editorial de quem escreve. O tempo histórico nem sempre nos transmite a realidade. O próprio jogo de interesses, entre os diferentes periódicos, é suscetível de moldar os factos, indo ao encontro dos ideais dos relatores.

Também o relacionamento com o poder local instituído pode levar à adulteração da realidade, que nos é contada. Toda a imprensa apresenta uma certa intencionalidade, a maneira como se escreve não é neutra, tudo tem um fundamento, tudo é essência.

Apesar de todos os questionamentos, os jornais continuam a ser um meio priorizado de informação. Meio privilegiado para a reconstituição do passado esconde inverdades que, por vezes, são impossíveis de identificar.

Não existindo um conjunto de critérios definidos que possam ajudar à análise deste tipo de fontes, limitei-me a articular as notícias encontradas com a documentação guardada no Arquivo e com publicações sobre o tema, construindo uma investigação historiográfica local, que contribuiu para o estudo da instituição em causa.

Assim, devemos encarar a imprensa

*... como um factor metológico de maior interesse para uma maior aproximação do passado, que deve compreender desde a evolução do mundo das ideias aos grandes movimentos políticos e sociais, até à recuperação de realidades e concepções geralmente ignoradas pela história convencional numa espécie de arqueologia da vida quotidiana que só é possível por intermédio da imprensa.<sup>33</sup>*

Mesmo com alguns percalços, o uso dos jornais, como fonte documental possibilita

*... uma leitura das manifestações contemporâneas aos acontecimentos, e uma real aproximação dos discursos emitidos na época em relação ao projecto de sociedade,*

---

<sup>32</sup> NÓVOA, A. (2002). In BASTOS, M. H.C. e CATANI, D. B. (Orgs.).

<sup>33</sup> Idem

*bem como às intenções sociais e dentro delas à escola. Tais fontes, que se caracterizam pelo seu carácter polémico e por vezes passageiro, representam um produto cultural de sujeitos específicos em um determinado contexto histórico. (Amaral,2003)<sup>34</sup>*

Tendo o jornalismo nascido da confluência de três fatores distintos: o progresso da tipografia, a melhoria das comunicações e o interesse do público pela notícia (Tengarrinha, 1989)<sup>35</sup> foi certamente, este último fator que influenciou o enorme número de publicações editadas em Montemor-o-Novo. *Pese embora o facto das classes mais baixas ainda não terem um acesso fácil a este produto, a sua abrangência alarga-se e passa a ser lido em cafés, praças e demais locais de convívio. (Mattoso, 1994)<sup>36</sup>*

Como poderoso meio de comunicação que é, o jornal serve-se do seu mediatismo para, não só transmitir e dar a conhecer acontecimentos, como para tentar chamar públicos para as suas linhas editoriais.

A imprensa consultada, sempre que abordava a temática do Asilo, fazia-o segundo as opções políticas dos seus editores. Estes ao transmitirem os seus ideais afirmavam que...*a ação caritativa da imprensa periódica ...em todos os assuntos palpitantes, que se prendem com a beneficência pública, advogando as causas dos infelizes, reclamando com energia a assistência das corporações oficiais, lembrando alvitres, suscitando melhoramentos, promovendo subscrições, levantando sempre, com as melhores diligencias o estandarte do Bem, na sua cruzada constante em favor dos desvalidos. (Ribeiro, 1905)<sup>37</sup>*

Com os jornais sempre presentes na vida do homem moderno e, apesar das diferentes contingências, continuam a ser essenciais na divulgação das informações a nível local, regional, nacional e global.

Enquanto a comunicação for relevante para a sociedade e houver quem goste de manusear papel, os jornais continuarão a desempenhar a sua função informativa, de acordo com o rigor de quem escreve e as escolhas de quem lê.

Se a leitura do acervo me transportou para o passado e me possibilitou algumas surpresas, a dos periódicos tornou-se deveras prazenteira. Relatos de acontecimentos, vivenciados nesta terra, alguns divertidos, outros descaradamente falsos (pois a História se encarregou de os desmentir) e outros ainda tratados até à exaustão, mantiveram-me presa, meses a fio, incapaz de me desligar daqueles maços de folhas impressas.

Ao concluir esta primeira parte do trabalho, depois de abordar o meu percurso nos arquivos e no confronto possível, destes com a imprensa regional, parto para o enquadramento histórico construído com base nas leituras da imprensa local, do acervo do Asilo, do Arquivo da Direção Regional de Educação do Alentejo e na da bibliografia de referência.

---

<sup>34</sup> AMARAL, G. L. do (2003)

<sup>35</sup> TENGARRINHA, J. (1989).

<sup>36</sup> MATTOSO, J. (1994)

<sup>37</sup> RIBEIRO, V. (1905) citado em LOPES, M.A.C. (2005)

## **Parte II**

### **Enquadramento Histórico** Entre a Caridade e a Filantropia

## 1. Montemor-o-Novo

### 1.1.O Município

*Onze leguas aonascente da villa de Setúbal, e 7 a nordeste d'Alcaçer do Sal, e 5 a noroeste d'Evora, em lugar eminente, sadio e fresquissimo está situada a mui nobre e notável Villa de Montemór-o-Novo, cuja a etymologia inculca e evidencia do sitio, que é formado por tres montes, e tem para a parte sul um fortíssimo castello que, na architectura e grandeza, leva vantagem a muitos do reino. (Costa, 1708)<sup>38</sup>*



Ilustração 10: Vista panorâmica de Montemor-o-Novo. Aguarela de Pier Maria Baldi<sup>39</sup>

Nesta segunda parte irei proceder ao enquadramento histórico do problema e da origem da instituição. Não fazia qualquer sentido realizar um estudo histórico-biográfico sem referir a localização da instituição em causa. Ao dar a conhecer a sua situação geográfica e ao enquadrá-la entre os limites temporais pré-definidos, viajarei pela historiografia, narrando *feitos e defeitos* dos seus habitantes. O presente capítulo é dedicado à cidade de Montemor-o-Novo. Contando, um pouco da sua história, acederei, creio, a uma maior compreensão da mesma o que facilitará a interligação dos conhecimentos adquiridos com os relatos dos jornais, já consultados, e com o que se passou no interior da instituição. Articulando a história e a vida societária relato as principais vivências decorridas nesta cidade ao longo dos 99 anos de funcionamento do Asilo Montemorense.

---

<sup>38</sup> COSTA, Padre A. C. (1708) citado por CORREIA, J.H. e ALVARES, J.M. (1873)

<sup>39</sup> Florentino de nascença, arquiteto e pintor de profissão, Pier Maria Baldi (1630/1686) visitou Portugal acompanhando Cosme de Médicis, no final da década de 60, do século XVII. Alguns dos lugares por onde passou ficaram registados nas suas aguarelas. Montemor-o-Novo foi uma dessas terras.

## 1.2. Cidade do Alentejo Central.

O concelho de Montemor-o-Novo localiza-se no Alentejo Central, sendo contíguo a três regiões: a norte, a Lezíria do Tejo (concelho de Coruche); a noroeste, o concelho do Montijo e a sul/sudoeste o Alentejo Litoral (concelho de Alcácer do Sal).

Possuindo 7228km<sup>2</sup>, o Alentejo Central ocupa 7,8% do território continental português. Sendo composto por 14 município tem uma população residente estimada em 166822 indivíduos<sup>40</sup>, menos 6824 habitantes, relativamente aos censos de 2001.



Ilustração 11: Localização Geográfica do Concelho.

O concelho é, presentemente, composto por sete freguesias: Ciborro, Cabrela, Foros de Vale de Figueira, União das Freguesias de Lavre e Cortiçadas de Lavre, União das Freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Silveiras, Santiago do Escoural e São Cristóvão.

Em conjunto com o concelho de Évora, é um dos maiores concelhos da região.

O município em causa é o 4º mais extenso do país e, simultaneamente, um dos mais despovoados. Situa-se a cerca de 30 km de Évora, a capital do distrito; a 110 km de Lisboa e a igual distância de Badajoz.

A cidade de Montemor-o-Novo é a sede do concelho com o mesmo nome.

---

<sup>40</sup> INE: Censos 2011.



Fotografia 2: Vista aérea da cidade de Montemor-o-Novo

Terra pretensamente moderna, mas onde as lendas ainda possuem um papel importante, junto da população mais antiga. A mais conhecida é a Lenda das Arcas, da autoria do Conde de Monsaraz (1852 /1913). António Macedo Papança, foi agraciado com o título de Conde de Monsaraz, em 3 de janeiro de 1890, por D. Carlos. Nasceu em Reguengos de Monsaraz, a 18 de julho de 1852 e faleceu, em Lisboa, a 17 de julho de 1913. Advogado e poeta foi membro do Partido Progressista. Com a implantação da República exilou-se na Suíça e, posteriormente, em França. Regressou a Portugal, já doente, tendo falecido poucos meses após o regresso.

### As Arcas de Montemor

*Entre escombros, na rudeza  
Da vestuta fortaleza,  
Batidas do vento agreste,  
Empedernidas, cerradas,  
Há duas arcas pejadas,  
Uma de oiro, outra de peste.  
Ninguém sabe ao certo qual  
Das duas arcas encerra  
O fecundo manancial  
Que fartará de oiro a terra  
Mesquinha de Portugal;*

*Ao qual, se mão imprudente  
Lhe ergue a tampa funéria,  
Vomitará de repente  
A fome, a febre, a miséria,  
Que matarão toda a gente!*

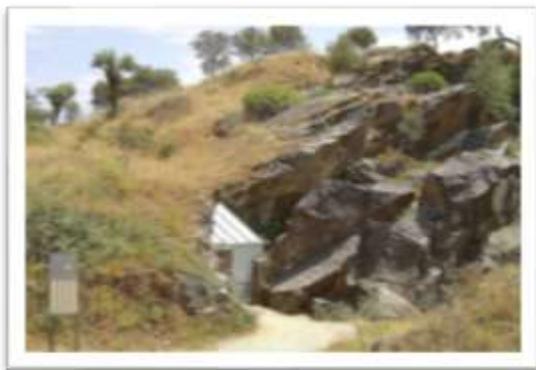
.....  
*Sempre que o povo faminto,  
Maltrapilho e miserando,  
Fosse ela cristão ao moiro,  
Entrou no tosco recinto  
Para salvar arrombando  
A arca pejada de oiro,  
Quedou-se, os braços  
erguidos,  
O olhar a tonito e errante,  
Sem atinar de que lado  
Vinha morrer-lhe aos  
ouvidos  
Uma voz agonizante,  
Entre ameaças e gemidos:*

*- “Ó povo de Montemor,  
Se estás mal, se és  
desgraçado,  
Suspende, toma cuidado,  
Que podes ficar pior!”  
E, nesta perplexidade  
E etéreas hesitações  
Hão-de passar as idades,  
Suceder-se as gerações*

*E continuar na rudeza  
Da vestuta fortaleza,  
Batidas de vento agreste,  
Empedernidas, cerradas,  
As duas arcas pejadas,  
Uma de oiro, outra de peste.*

### 1.3. Povoação com 836 anos de História

Os mais antigos vestígios da presença humana na região, que atualmente constitui o concelho de Montemor-o-Novo<sup>78</sup>, parecem datar, segundo a Comissão de Coordenação da Região do Alentejo (C.C.R.A.), de há cerca de 350 mil anos, durante o Paleolítico



Fotografia 3: Entrada das Grutas do Escoural

Inferior.

Foram encontrados instrumentos dessa época, junto à ribeira de São Cristóvão, situada na freguesia com o mesmo nome. Ainda segundo o C.C.R.A., julga-se que coexistiram neste território o Homem de Neandertal e o Homo Sapiens, como testemunham os achados arqueológicos e pinturas rupestres, descobertas nas grutas do Escoural.

Após a ocupação árabe, esta terra foi conquistada por D. Afonso Henriques, em 1139...*achei aver n'esta villa um castello*

*antigo, que el-rey D Affonso Henriques ganhou aos mouros na celebre jornada de 1139, quando venceu os cinco reys no campo d'Ourique (o qual destruiu Miramolim na entrada do anno de 1191). (Correia e Alvarez, 1873)<sup>79</sup>*

Em 1189, o Miramolim de Marrocos invadiu a vila, destruindo-a.<sup>80</sup>

Montemor-o-Novo teve a sua origem, como urbe, em época indeterminada, entre o período muçulmano e a conquista cristã da região sudoeste da Península Ibérica, onde se situa a região alentejana.

Segundo a Carta Estratégica do Concelho<sup>81</sup>, data de 1181, a primeira referência à sua existência como povoação. À data, era já terra portuguesa pertencente a D. Gonçalo Mendes, mordomo da Cúria, entre outros proprietários das terras em redor, caso dos monges de Palmela.

---

<sup>78</sup> Ver mapa – anexo 5.

<sup>79</sup> CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873)

<sup>80</sup> Só como curiosidade, e não tendo qualquer fundamento histórico, O Meridional, publicou, em 19-7-1914, uma notícia algo bizarra sobre a origem desta terra. Cito: “Num livro impresso na cidade de Évora, em 1739, intitulado *Historias das Antiguidades d'Évora* encontra-se a seguinte referencia a esta vila. *Vem relatando incidentes acontecidos a um certo nicromante chamado Montemor, que viveu, segundo o autor, ali pelo tempo da guerra de Tróia e diz que dando quasi todas as riquezas ao filho, o mandou que caminhasse por diante, que ele queria ficar só, por mais se dar à arte que professava (necromancia). O filho caminhando mais por diante, chegou ao nosso Alentejo e fez assento em um monte, onde hoje está a vila de Montemor-o-Novo, tomando o nome deste filho de Montemor, que se chamava o mesmo do pai. E por distinguir as residências de ambos, se chamou Montemor-o-Velho, à do pai, que por modos fundara a vila com esse nome e Montemor-o-Novo, à do filho.*

<sup>81</sup> CMMN: Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2013/2017.

No decorrer do reinado de D. Sancho I<sup>82</sup> constituiu-se como concelho, depois de reconquistada. (Correia e Alvarez,1873). Em 1203 recebe o seu primeiro Foral dado por D. Sancho I<sup>83</sup> e em 1503, a vila recebeu o segundo, de D. Manuel I. (Correia e Alvarez, 1873)<sup>84</sup>



Ilustração 12: Foral de 1203<sup>85</sup>



Ilustração 13: Foral de 1503<sup>86</sup>

Montemor-o-Novo pertenceu diretamente à coroa, até que D. João I entregou a sua posse a D. Nuno Alvares Pereira, em 1384.

<sup>82</sup> CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873) *No mez de março deste próprio anno (1201) mandou el-rei (D, Sancho I) povoar a celebre villa de Montemór-o-novo, e conforme ao theor da escriptura, era a fundação ou restauração feita de novo, pois diz que por serviço de Deos e da Virgem, e de todos os santos queria povoar Montemór, signal que não havia d'antes aquella povoação.*

<sup>83</sup> Começa assim o Foral: *In nomine Patris et Filii et Spiritus Sanctis; ámen.*

*Ego rex Sancius, magni Alfonsi Regis filius, unacum filiis meis, Rege Alfonso, et Rege Petro, et Rege Fernando, et Regina Tarasia, et Regins Dulcia ad honorem Dei et Sanctae Marie sempre virginis, Montem majorem volumus populare.* (Em nome do pai, do filho e do espirito santo, amém. Eu, rei Sancho, filho do grande Afonso, juntamente com meus filhos o rei Afonso, o rei Pedro, o rei Fernando, a rainha teresa e a rainha Dulce, queremos povoar Montemor para honra de Deus e da virgem Maria, sempre virgem e de todos os santos)

<sup>84</sup> CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873) Foral de 1503. *Dom Manoel por graça de Deos, Rey de Portugall e dos Algarves d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhor da Guynee e da conquista, navegação e commercio de Ethiopia, Arabia, Percya e da India. A quantos esta nossa carta de foral dado á villa de Monte Mor ho Novo virem fazemos saber, que por bem das deligencias e poucos e emquryçooens que em nossos regnos e senhorios mandamos civelmente fazer pera justificação e declaração dos foraes dellee: e por algumas sentenças e determinaçoens que com os do nosso concelho e letrados fizemos. Acordamos, visto o foral da dita villa, dado por El Rey Dom Sancho o primeiro, que as rendas e os direitos reaes se arrecadassem na forma seguinte...*

<sup>85</sup> Fonte: CMMN

<sup>86</sup> Idem

Já durante o século XV, passou para a posse de D. João de Bragança, marquês de Montemor<sup>87</sup>. D. João foi o primeiro e o único Marquês de Montemor. Bisneto bastardo de D. João I, por parte do Fernando que, por sua vez, filho bastardo de D. João I mãe, de D. Nuno Alvares filha. Devido ao dote de assenhoreou-se da Montemor (Mendonça, 1465, tornou-se do castelo. Seis anos mais doada, pelo rei, toda a vila Marquês de Montemor. até ao reinado de D. João João viu-se envolvido por termo à vida do rei, ordem do monarca, assim D. Álvaro, D. Afonso e D. Bragança. Este último, a ser degolado na Praça de



Ilustração 14: Marques de Montemor

João fugiu então para Espanha, fixando residência em Sevilha, onde faleceu em 1484. *Este Marquez não teve filhos: mas dos seus sobrinhos vieram as famílias de primeira grandeza de Portugal: casa de Bragança, Cadaval e Valença, etc. (Correia e Alvarez, 1873)*<sup>90</sup>

Após a sua condenação à morte, por se opor politicamente a D. João II, esta vila passa definitivamente para à posse da corte.<sup>91</sup>

Durante o século XV, a população começa a instalar-se nos arrabaldes, deixando a zona junto às muralhas do castelo. Já em finais deste século realizaram-se, aqui, os Conselhos Gerais (1496), presididos por D. Manuel, onde foi decidido mandar descobrir o caminho marítimo para a Índia. Esta vila foi palco de realização de Cortes, de estadias dos soberanos e da tomada de importantes decisões para o país.

A 12 de novembro de 1288, em Montemor-o-Novo, é elaborado um documento que depois segue para o papa Nicolau IV, *solicitando a sua proteção para um estudo geral fundado em Lisboa com o consentimento do monarca, (D. Dinis) o qual seria financiado com as rendas de diversos mosteiros e igrejas portuguesas.*(Pizarro, 2005)<sup>92</sup>

<sup>87</sup> Foto retirada do livro *D. João Marques de Montemor-o-Novo* de Jorge da Fonseca

<sup>88</sup> MENDONÇA, M. (1995)

<sup>89</sup> CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873). Quando, pois, por causa da peste D. João II se retirou d'Evora para Montemor-o-Novo foi aposentado o Arcebispo de Braga em casa de um criado do Marquez de Montemor-o-Novo; o Marquez irritado tractou mal o Arcebispo. D João II ouvindo as queixas do Arcebispo mandou que o Marquez se considerasse preso no castello onde habitava, e que dentro de cinco dias passasse o outro lado do tejo, até receber ordens em contrario. Fugindo para Castelo Branco, para não ser deportado, Marquês de Montemor, juntou-se ao rei de Castela para conspirar contra D. João II.

<sup>90</sup> CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873)

<sup>91</sup> Só por curiosidade, em 1482, foi aqui degolado Pero de Albuquerque, um dos conspiradores contra a vida de D. João II. (DIONISIO, S.A. 1927) *Guia de Portugal II – Estremadura, Alentejo, Algarve*. Fundação Calouste Gulbenkian.

<sup>92</sup> PIZARRO, J.A.S.M. (2005)

No *numeramento*<sup>93</sup> mandado realizar por D. João III (1527) existiam, em Montemor-o-Novo, 899 fogos, sendo, à data, a sexta terra mais populosa do Alentejo.

D. Sebastião, em 1563, eleva-a à categoria de vila notável, categoria intermédia entre vilas e as cidades.

Com resistência ativa durante a ocupação espanhola e, mais tarde, com as invasões francesas, no entanto, a sua época de apogeu situou-se durante os séculos XV e XVI. Para isto contribuiu o facto da Corte se estabelecer, durante largos períodos em Évora.

Em julho de 1808 um grupo de cidadãos montemorenses travou resistência armada contra as tropas de Junot. Após a sua entrada, na vila, esta é saqueada e despojada de muito da sua riqueza em objetos de arte, principalmente arte sacra.

Quando, iniciado o século XIX, possuía uma população sofrida e com graves doenças.

*As molestias, que mais grassão nesta terra, são febres intermitentes; quasi todos os anos pelo estio chegam a atacar três quartas partes da população: parece ser esta moléstia a única, que tem o carater de endémica... outras moléstias se desenvolvem procedidas da norma da vida: os deboches, o excesso das bebidas que produzem em não poucos indivíduos hum estado de astenia, que os leva ao estado caquético...e decorrendo o tempo, por mais apropriado tratamento de que gozem, lhes provem a morte. (Varella,1814)<sup>94</sup>*

Devido á crise agrícola que se fazia sentir, ao aumento dos preços e ao desemprego, um enorme descontentamento generalizado inicia-se, no Alto Minho: a revolução da Maria da Fonte. Todo o seu espirito revolucionário atinge, também, a vila de Montemor-o-

Novo. Aqui, o povo vira-se contra as edilidades locais, que tinham como presidente D.

Alexandre José Botelho (cabralista), começando por destruir e queimar os papéis da lei tributária, exigindo, em simultâneo a demissão das autoridades locais que...*por seus estratagemas lhes tinham desacatado a sua urna eleitoral.*<sup>95</sup>

Sob pressão do povo, é proposto o nome de José Maria de Vila Lobos Laboreiro para

administrador do concelho. Devido à sua recusa em aceitar o cargo, o mesmo é atribuído ao cabralista José Gregório Feio Pereira Rosa, tenente do regimento de Milícias de Évora. Posteriormente é nomeado para presidente da câmara Cypriano Justino da Costa (revolucionário)<sup>96</sup> e



Ilustração 15: Alexandre José Botelho



Ilustração 16: Cypriano Justino da Costa

<sup>93</sup> Catálogo do Arquivo Histórico de Montemor-o-Novo.

<sup>94</sup> VARELLA, J.J. (1814)

<sup>95</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1 B153 *Livro de atas da Junta Governativa*, 1846. Sessão de 2/6/1846

<sup>96</sup> Fundador do Jornal *O Meridional* em 1891

para vereadores José Mouzinho de Vasconcellos Almadanim, D. Diogo de Sousa<sup>97</sup>, Vicente Carlos Miguéns e Joaquim José Pinto.<sup>98</sup>

Esta composição camarária apenas se mantém em funções, cerca de um mês.

Segundo Fonseca (2002)<sup>99</sup>, em julho de 1846, Montemor é ocupado pelo exército governamental e os representantes da autarquia refugiam-se, passando a reunir na herdade de *Sancha Cabeça*, nos arredores da vila.



Fotografia 4: Vista do castelo

Três meses mais tarde, em outubro, o poder local volta para as mãos dos cabralistas, encabeçados por D. Alexandre José Botelho<sup>100</sup> que já, anteriormente tinha exercido o cargo de presidente da câmara. Findo o primeiro mês, Cypriano da Costa retoma o lugar na edilidade, voltando a ser destituído por D. Alexandre Botelho, em janeiro de 1847.

No início do século XIX, Varella (1814)<sup>101</sup> relata-nos o estado deplorável em que se encontrava a saúde pública. Refere o autor que, durante os verões, três quartos da população adoecia com febres, verificava-se um consumo excessivo de álcool e as doenças venéreas eram epidémicas.

Assim andava esta terra em meados do século XIX, entre nomeações e demissões, o povo passava cada vez pior e as revoltas sucediam-se.

Conta-nos a História, que Montemor sempre foi terra de justiceiros populares. A imprensa local relatava os desacatos levados a cabo, por todo o concelho. Eram, maioritariamente, rixas entre donos de terras e/ou assaltos, praticados por bandos organizados, que atacavam os transeuntes menos precavidos.

Conta Salvador da Costa<sup>102</sup>

*Em 6 de janeiro de 1891 houve grande crime na estrada de Lavre. O recebedor proposto que na véspera tinha ido a Lavre, com o cocheiro Duarte Veiga, foram assassinados a tiro de espingarda à volta, no Sítio da Cruz dos Finados. Tinham ido a Lavre receber as décimas ou as contribuições, como hoje se diz.<sup>103</sup>*

<sup>97</sup> D. Diogo era cunhado de D. Alexandre, irmão da sua mulher.

<sup>98</sup> A.H.M.M.N. – C.M. A1 B154 *Livro de atas da camara*: Sessão extraordinária de 25/5/1846

<sup>99</sup> FONSECA, T. (2002)

<sup>100</sup> Alexandre José Botelho de Vasconcellos de Mello de Mattos e Noronha (1807/1877), cavaleiro da Ordem de Cristo e fidalgo da casa real, nasceu em Lisboa a 30/6/ 1807. Após a Guerra civil de 1832/34 vem para Montemor tomar conta das suas herdades. Entre 1839 e 1873 desempenha vários cargos na autarquia local. De 1865 a 1875 foi presidente da Comissão Promotora da Instrução Popular, neste concelho. No decorrer de 1873 é substituído, na camara, pelo seu filho D. Afonso de Sousa Botelho.

<sup>101</sup> VARELLA, J. J. (1814)

<sup>102</sup> Salvador da Costa foi um comerciante abastado entre os finais do século XIX e inícios do século XX. Em 1898 foi presidente do Asilo. Nasceu em Montemor em 1864. Pouco letrado, só possuía a escola primária, foi proprietário de uma padaria e comercializava cereais que comprava na terra e ia vender a Lisboa.

<sup>103</sup> *Memórias de Salvador da Costa* in Almansor (1992), nº 10.

Ainda antes da viragem do século, continuava-se a viver em decadência social e civilizacional. Eram frequentes as notícias que retratavam as péssimas condições de subsistência a que as populações estavam sujeitas.

*... não tem água, não tem higiene, não tem uma praça para venda de peixe...  
não temos um mercado, não temos um passeio.*<sup>104</sup>

*Das ruas fazem-se depósitos de águas pútridas, lançam da janella abaixo detritos de peixe e outros conductores de insalubridades, sem que as policias se importem saber com tal, parecendo que com o seu desleixo querem comprometer o seu chefe a cargo de quem está um dos assumptos mais importantes do serviço policial que é a hygiene.*<sup>105</sup>

Com todos estes problemas de falta de higiene, não é de estranhar a existência de inúmeras epidemias que, ciclicamente, se faziam sentir. Em 1910, a varíola continuava a fazer estragos na população pobre d'esta villa<sup>106</sup>; dois anos depois, fevereiro de 1912, a epidemia continuava a não dar tréguas: *Continua a varíola, fez mais um morto no hospital.*<sup>107</sup>

Também os problemas económicos pareciam não ter fim. Em 1909, os maiores contribuintes do concelho reuniram-se para votarem o aumento de 10% sobre as contribuições camarárias na tentativa de aligeirar a crise financeira.<sup>108</sup>

Já após a tomada de poder pelos republicanos, a organização dos *Formigas-brancas*<sup>109</sup> tenta controlar todo o concelho. Originavam, com alguma frequência, confrontos, nas ruas da vila, com os inimigos da causa.

Implantado o Estado Novo, a situação económica do concelho volta a piorar. Os assalariados rurais, a maioria da população, sofrem um empobrecimento substancial.

*Montemor, como o país em geral, esforçava-se por recuperar a normalidade. Porém, a conjuntura internacional prenunciava tempos difíceis, para uma Europa que procurava erguer-se dos escombros da Guerra. O golpe militar de 28 de Maio de 1926, abriu o caminho a 48 anos de ditadura. Todavia, os trabalhadores montemorenses, experimentados na luta contra os governos republicanos e os seus interregnos ditatoriais, jamais baixaram os braços, mantendo sempre acesa a esperança em dias melhores.*  
(Fonseca)<sup>110</sup>

---

<sup>104</sup> O Meridional (8/8/1897)

<sup>105</sup> O Meridional (13/5/1900)

<sup>106</sup> O Meridional (13/11/1910)

<sup>107</sup> O Meridional (12/2/1911)

<sup>108</sup> O Meridional (18/4/1909)

<sup>109</sup> Esta organização semiclandestina era composta por voluntários republicanos e ajudavam as autoridades a combater os inimigos da República.

<sup>110</sup> FONSECA, T. (1995)

No dia 11 de março de 1988, a vila é elevada à categoria de cidade.

Hoje possui todas as estruturas de uma cidade moderna. A vida decorre ao ritmo de uma pequena cidade do interior, onde a população residente continua a decrescer. A fraca aposta na modernização da pouca indústria existente e a escassa oferta do sector terciário levam a que muita da população jovem e com mais escolaridade debande para outras terras que lhes ofereçam melhores condições de vida e de realização pessoal.

#### 1.4. 17400 Habitantes e 18% de analfabetismo

Tendo traçado um arco histórico de 99 anos, compreendido entre 1876 e 1975, por vezes, sinto a necessidade de recuar no tempo, para poder explicar alguns acontecimentos que julgo indispensáveis, para o desenrolar do estudo. Contar, um pouco da história deste concelho, a isso me obriga.

Se até ao século XVIII, o ensino estava nas mãos do clero, em conventos e colégios particulares, no início do século XIX, as escolas primárias públicas ainda eram uma raridade. Só em 1837 é colocado o primeiro professor régio, nesta vila.

Nomeada, neste concelho, em 1865, a Comissão Promotora da Instrução Popular tinha como objetivos o incremento da rede escolar, do ensino primário, tentando combater o abstencionismo *causado pela falta de concorrência e assiduidade das crianças às escolas*<sup>111</sup>. Constituído por 5 elementos e presidido por D. Alexandre Botelho, competia-lhe, para além de zelar pela instrução normal destinada às crianças, preocupar-se, também, *com as que estavam na varonil*.<sup>112</sup> Assim, *cabia-lhe procurar meios de conseguir uma aula nocturna*<sup>113</sup>, na tentativa de chamar os jovens à escola.

Corria o ano de 1873 quando Correia vem denunciar a existência de *um governo e uma organização escolar aristocrática, despótica. Tendentes instituições populares e uma instrução própria da idade média. Se assim continuar, cremol-o, as nossas instituições cahirão; qualquer vento revolucionário as tombará....Pregaremos no deserto, mas cumprimos um dever, ficamos em paz com a nossa consciência.* (Correia, 1873)<sup>114</sup>

Se a vida se desenrolava de forma algo anárquica, a instrução, principalmente a que respeita ao sexo feminino, também não estava nos seus melhores dias. As primeiras escolas públicas eram masculinas e iniciaram as suas atividades em 1837, com a criação de salas em Montemor e Lavre e, um ano mais tarde, em Cabrela. A educação masculina continuava a ser prioritária relativamente à feminina. Apesar de, segundo Carvalho (2011)<sup>115</sup>, Passos Manuel, em 1836, ter decretado a criação de escolas femininas, nas capitais dos distritos, a verdade é que, em 1845, nove anos depois, só existiam três destas escolas no distrito de Évora, enquanto, que colégios particulares eram mais de cinquenta (Gameiro, 1997)<sup>116</sup>.

O ensino feminino decorria, até então, em casas particulares ou em colégios dirigidos por ordens religiosas femininas (Adão, 1997)<sup>117</sup>. Deve-se a Alexandre Botelho a iniciativa da criação da primeira escola feminina deste concelho, no ano de 1842. Primeiramente pensada para funcionar no Recolhimento de Nossa Senhora da Luz, para onde chegaram a ser contratadas duas professoras, *uma para o ensino primário e*

---

<sup>111</sup> Arquivo M.M.N., A1M10 – *Regulamento da Comissão Promotora da Instrução Popular*. Livro de atas (22-5-1865)

<sup>112</sup> Idem

<sup>113</sup> Idem

<sup>114</sup> CORREIA, J. H. (1873)

<sup>115</sup> CARVALHO, R. (2011)

<sup>116</sup> GAMEIRO, F. (1997).

<sup>117</sup> ADÃO, Á. (1997)

*costura e uma outra de bordados, francês e musica*<sup>118</sup>. Devido, porém, ao desinteresse pelo seu financiamento manifestado pelas entidades locais e pela Misericórdias, o projeto não chegou a ser concretizado. No ano letivo de 1844/45, apenas funcionavam três escolas públicas femininas, em todo distrito de Évora, enquanto as escolas particulares eram cinquenta, sendo sete no concelho de Montemor.

Alexandre Botelho manda então abrir a primeira escola feminina pública, quando nomeado para a presidência da edilidade montemorense. É inaugurada em 1860<sup>119</sup> com a presença de 40<sup>120</sup> alunas. Passados dois meses este número subia para 45. Cinco anos mais tarde já eram mais de 80, estando muitas em lista de espera.<sup>121</sup>

Quase em simultâneo com o desenrolar destes acontecimentos, fixa-se em Montemor, um jovem oriundo de Trás-os-Montes, de nome José Joaquim Lopes Praça<sup>122</sup>. Para além dos muitos estudos publicados, deu particular importância à educação das mulheres: A



Ilustração 17: Lopes Praça

*Mulher e a Vida ou A Mulher Considerada Debaixo dos seus Principais Aspectos* (Praça, 1872)<sup>123</sup>. Dedicada à sua mulher Elizária Eugénia da Matta e Costa, esta obra considera a educação doméstica essencial, indo assim ao encontro das ideias da época. Este tipo de educação é, segundo Praça, indispensável para as futuras mulheres, mães de família e esposas prendadas. Refere ainda que esta educação deve ser completada

*... com uma instrução forte e sóbria para poderem partilhar nas carreiras de seus maridos, e para convenientemente dirigirem nos primeiros anos a educação de seus filhos... Não parece que exigindo nós para as meninas uma educação mais ampla e sólida que a atual, e uma instrução mais útil e profunda, a desviamos, no começo do seio da vida familiar...*  
(Praça, 1872)<sup>124</sup>

Toda a instrução estava direcionada para que a jovem, após o casamento, soubesse assegurar o bem-estar do marido e dos filhos. A importância das aprendizagens servia apenas para não envergonhar os respetivos companheiros, defendendo que a falta de instrução podia desencadear más condutas. No entanto, o seu apelo ao incremento da educação física é uma ideia inovadora.

*A gymnastica não deve ser unicamente partilha das educações masculinas... Todos os exercícios que motivassem o seu desenvolvimento físico, que lhes vigorassem o corpo e lhes fizessem adquirir a conveniente destreza e agilidade devem de ser recebidos a adotados como uteis a sua missão e ao seu*

<sup>118</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1 M10 *Livro de atas da Comissão Promotora da Instrução Popular* (1865)

<sup>119</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1 B160 *Livro de Atas* (1858/1860): sessão de 30/5/1860.

<sup>120</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1 B161 *Livro de Atas* (1860/1862): sessão de 4/8/1860.

<sup>121</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1M10 *Livro de Atas da Comissão Promotora da Instrução Popular*, 19-8-1865.

<sup>122</sup> PRAÇA, J. J. L. (1844/1920) era licenciada em Direito. Veio para Montemor lecionar as disciplinas de latim, francês e economia rural. Com variadíssimas obras publicadas nas áreas da filosofia, estudos históricos e estudos jurídicos, não deixou de dar alguma atenção à educação e instrução da mulher.

<sup>123</sup> PRAÇA, J.J.L. (1872).

<sup>124</sup> Idem

*futuro... Nesta parte a educação feminina anda completamente desnordeada. (Praça, 1872)<sup>125</sup>*

Terá sido esta teoria que levou o Joaquim José Faísca<sup>126</sup> a construir um ginásio no Asilo?

Sendo este um dos séculos mais ricos da nossa História, não deixa de ser também um dos mais conturbados. Por toda a Europa as reformas estruturais avançavam demasiado rápido e a economia acompanhava este crescimento.



Ilustração 18: Associação Operária Montemorensense (número especial da revista Montemôr 1912)

No nosso país, a vida corria muito mais devagar e o atraso começava a acentuar-se. Com uma economia baseada no sector primário, a industrialização tardava a chegar. A produtividade mantinha-se muito baixa e o nível cultural das populações era quase inexistente. Segundo Godinho (1971)<sup>127</sup>, a sociedade estava dominada por uma estrutura aristocrático-religiosa.

O conjunto de todos estes fatores levou a que as condições de vida se fossem degradando, os campos sendo progressivamente abandonados, tornando-se

o absentismo agrícola uma das principais causas do atraso económico da região.

Em 1901, nasce em Montemor, a Associação Operária Montemorensense. Foi aqui que surgiu o ideal maçónico que viria a originar a aberturas de três Lojas, no concelho.

Com o início do século XX, o republicanismo começou a manifestar-se junto de algumas hostes Montemorenses. São fundados *O Meridional* (1891) e *A Democracia do Sul* (1901), publicações que divulgavam e defendiam estes princípios.

Surgem, por esta altura, as primeiras lojas maçónicas no concelho: em 1909, no Escoural e em 1911 em Montemor e Vendas Novas.

Estes dois movimentos, maçonaria e república, andavam de mãos dadas e tiveram uma implementação quase simultânea. Sempre presentes em todos os atos da vida pública montemorensense, os elementos da Maçonaria ocupavam os mais altos cargos municipais, assim como cargos de direção do Asilo Montemorensense da Infância Desvalida. Entre eles



Fotografia 5: Varanda da Sede da Associação Operária Montemorensense.

<sup>125</sup> Idem

<sup>126</sup> A este senhor dedico um subcapítulo.

<sup>127</sup> GODINHO, V. M. (1971)

encontramos António Lopes d’Andrade, Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar, Jaime Arnaldo Lopes Brejo. No entanto, esta onda maçónica teve vida curta. Segundo Ventura (2013)<sup>128</sup>, a partir de 1919, deixam de existir Lojas Maçónicas organizadas neste concelho. Até então, e juntamente com os membros do Partido Republicano, entre 1902 e 1918, dividiram a gestão do Asilo. Também a convivência pacífica, entre a maçonaria e a igreja, se refletia nesta casa asilar. Conviveram em diferentes direções e, se existia animosidade esta não era conhecida. A convivência era pacífica.

No ano letivo de 1911/12, surgem as primeiras escolas mistas em Cortiçadas de Lavre, Landeira, Safira, Santo Aleixo, São Brissos, São Gens, São Geraldo, São Mateus, Santa Sofia e São Romão.<sup>129</sup>

É curioso observar que o número de matrículas é aqui maior nas raparigas que nos rapazes, com exceção da aldeia de São Cristóvão.

**Quadro 2:** Frequência letiva (1916/1917)

Escolas	Anos	Recenseados		Matriculados	
		Rapazes	Raparigas	Rapazes	Raparigas
Cabrela	1916/1917	59	86	12	25
Cortiçadas de Lavre	1916/1917	33	44	29	42
S. Cristóvão	1916/1917	46	16	43	14

Instituto Nacional de Estatística

A frequentar a escola havia uma percentagem de 20.3% de rapazes e 29% de raparigas, em Cabrela; 87,85% de rapazes e 95,4% de raparigas, em Cortiçadas de Lavre; 93,4% de rapazes e 87,5% de raparigas, em São Cristóvão. Com exceção de S. Cristóvão, o número de raparigas a frequentar a escola era superior ao dos rapazes.

Surgiram, por esta altura alguns intelectuais que, defendendo a educação da mulher, não deixaram de a encarar como dona de casa e zeladora do bem-estar da família.

Álvaro Viana de Lemos e Lopes Praça são disto um bom exemplo.

Ao defender que *a mulher não fosse masculinizada*, Álvaro de Lemos sustentava que ela podia ser escolarizada, desde que não pusesse em causa os lugares desempenhados pelo homem. A sua educação não deveria levar a uma situação em que *não haveria verdadeiras donas de casa, nem sequer criadas, pois todas as mulheres passariam a ser intelectuais...deixaria de haver lares simples de conforto amorável e vida calma de família* (Lemos, 1924)<sup>130</sup> Por outras palavras: a mulher podia estudar mas não saber muito, nem aplicar os seus conhecimentos em desfavor do lar.

Já Lopes Praça, apesar de defender a instrução das raparigas, acrescenta que a *instrução desperta mil forças ocultas na alma das mulheres; a ignorância adormece-as*. Para o autor, a mulher não deve ser exclusivamente educada para ser mãe ou para criada, no entanto, não deixa de defender que a educação doméstica *exerce sobre o espírito das meninas uma salutar influência*. Isto, só por si, será insuficiente tornando-se necessária

<sup>128</sup> VENTURA, A. (2013)

<sup>129</sup> A.H.M.M.N. C.M.N. A1 B80 Livro de Atas das Vereações Camarárias (1911/1912)

<sup>130</sup> Citado em Pintassilgo *A educação doméstica nos Asilos femininos O exemplo do Asilo D. Pedro V de Lisboa na transição do século XIX para o século XX*. Centro de Investigação em Educação

a frequência de escolas femininas, onde a formação deve ter por base as Artes e a Estética. Os saberes formais ficavam de fora.

Com o final da primeira grande guerra, a miséria aumentou junto das populações mais pobres. Os alimentos escasseavam e, em contrapartida, os latifundiários possuíam grandes quantidades de cereais armazenados. A edilidade local fez vários apelos à solidariedade, mas, em vão. Os pedidos não tiveram qualquer espécie de receção, junto dos mais poderosos. Para além da escassez cerealífera e o aumento galopante dos bens de primeira necessidade fizeram com que a vida dos montemorenses se tornasse um verdadeiro inferno. Foram lançados novos impostos, como meio de fazer fase à crise económica gerada pela guerra. O mercado negro crescia e o contrabando, com Espanha, tomava proporções inigualáveis.

Toda esta penúria viria a ter consequências ao nível da saúde pública.

Em 1915, *O Meridional*<sup>131</sup> fazia um apelo para a prevenção contra a tuberculose, que se estava a tornar um flagelo, alertando para a grande quantidade de casos existentes em pessoas que eram os *verdadeiros contaminadores da doença*<sup>132</sup>, provocando um aumento da mortalidade. Não obstante, a tosse convulsa atacava grande número de crianças provocando a sua morte, isto já no decorrer de 1917. Para além destas epidemias surge, por esta altura, o maior flagelo epidémico do século: a pneumónica. Entre 1917 e 1919, registaram-se, no concelho de Montemor, 627 óbitos, sendo a principal causa de morte, no concelho, durante o ano de 1918<sup>133</sup>. Ainda no decorrer do mesmo ano a vila vê-se a braços com um sem números de revoltas por parte dos operários. Com o desenrolar da 1ª Grande Guerra, aumentaram as manifestações de descontentamento, devido à escassez de trabalho e às dificuldades sentidas, tendo o exército a ocupado esta vila.

A Democracia do Sul escrevia:

*... Ora desta maneira como é possível enviar tropas para França? De modo algum. As que há até são poucas para mandar para Montemor*<sup>134</sup>

Devido a toda a situação vivida, é criado em 1919, o Asilo da Mendicidade, que ficaria provisoriamente instalado nas instalações do Asilo Montemorense da Infância Desvalida. A população idosa crescia e as suas necessidades faziam-se sentir a todos os níveis.

As dificuldades sentidas pelas populações tinham também reflexo no Asilo. Em carta dirigida à edilidade local, a direção do Asilo referia-se à existência *de uma crise financeira angustiada...com muitas despesas provocadas pela epidemia*.<sup>135</sup>

Para ajudar a combater toda esta miséria, a autarquia concedeu, ao Asilo, um subsídio de 50 escudos anuais e propôs-se pagar metade das despesas com a eletricidade.

Se o quotidiano estava recheado de enormes dificuldades, a 2ª Grande Guerra veio aumentar, ainda mais, a precariedade do dia-a-dia. Os açambarcamentos<sup>136</sup>, a escassez de mantimentos e o desemprego eram uma realidade que afetava toda a população. Em 1936, a escassez de azeite<sup>137</sup> provoca um elevado número de desempregados. A falta de

---

<sup>131</sup> *O Meridional* de 12/9/1915

<sup>132</sup> Idem

<sup>133</sup> FONSECA, T. (2013)

<sup>134</sup> *Democracia do Sul* (3/10/1918)

<sup>135</sup> A.H.M-M-N. C.M.N. A4C86 *Correspondência Recebida*, de 13/4/1918. Convém lembrar que esta epidemia é a Pneumónica que atacou esta vila.

<sup>136</sup> *O Montemorense* (26/4/1936)

<sup>137</sup> *O Montemorense* (13/12/1936)

emprego, escassez alimentar e degradação social provocam um aumento da criminalidade, especialmente de pequenos furtos, que surgem, frequentemente, relatados na imprensa regional.

Após o término da II Guerra, a situação económico-social do concelho em nada melhorou. O custo de vida continuava a aumentar.

Se a educação andava mal, a economia não andava melhor.

Entre os séculos XVII e XVIII, Montemor passou por um período de estagnação económica e demográfica. No século XVIII, a população da vila tinha 900 fogos a que correspondiam cerca de 3600 cidadãos. Durante todo este período, a terra pertenceu quase exclusivamente à nobreza e às ordens religiosas, mas os camponeses eram a sua população maioritária.

Durante o século XIX, com a reforma administrativa do país, iniciativa do Regime Liberal, o concelho cresceu com a anexação dos concelhos vizinhos de Lavre e Cabrela. A anexação destes dois concelhos veio contribuir para um aumento da sua população residente. Em 1814, a população era em número de 6291 e em 1900, de 13494 habitantes.

No recenseamento eleitoral realizados em 1876, ano da fundação do Asilo, constavam dos cadernos eleitorais, 832<sup>138</sup> eleitores, sendo, apenas, 158 elegíveis. Mesmo com a população a aumentar, o número de possíveis habitantes elegíveis diminuía.

Com o avançar do liberalismo começaram a surgir novos protagonistas sociais e políticos. As reformas de 1832/34 alteraram alguns mecanismos de acesso ao poder local. As riquezas e os bens materiais começaram a sobrepor-se ao poder do sangue; os cargos já não passavam de pais para filhos, os bens materiais começavam a falar mais alto.

Toda esta alteração de poderes fez-se, muitas vezes, recorrendo a enorme burocracia e corrupção. Os municípios começam a sentir grandes dificuldades em responderem a todas as solicitações, pois o dinheiro era pouco e os encargos com o ensino e a assistência eram cada vez maiores<sup>139</sup>.

**Quadro 3:** Recenseamento eleitoral (1876/1880/1886)

Freguesias	1876		1880		1886	
	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis	Eleitores	Elegíveis
Nossa senhora da Matriz de Montemor-o-Novo	149	63	290	42	330	25
São Gens	18	1	42	1	48	0
Nossa Senhora da Vila	176	56	363	19	315	24
São Matheus	54	1	97	1	108	0
Sant'Iago do Escoural	75	3	154	2	196	2
São Brissos	13	2	29	2	33	1
São Criatovam	24	2	74	1	82	1
São Romão	16	0	33	0	46	0
Santo António de Vendas Novas	69	10	171	4	191	6
Santo Aleixo	16	1	43	1	71	1
Nossa Senhora de Saphira	23	1	77	1	73	1
Nossa Senhora da Represa	15	2	19	1	25	3
Santa Sophia	5	1	19	1	34	0
São Geraldo	12	4	48	2	75	2

<sup>138</sup> Nos cadernos eleitorais constam 832 eleitores. Depois de fazer as contas registei 799. Menos 33 do que o numero oficial.

<sup>139</sup> Por esta altura os municípios foram obrigados a construir escolas, pagar aos professores e zelar pela assistência aos expostos.

Matriz da Villa de Lavre	73	5	140	2	177	0
Matriz da Villa de Cabrela	51	5	95	1	177	2
Landeira	10	1	16	1	24	0
Totais	799	158	1710	82	1875	68

AHMMN: A2K42, A2K46; A2K52. Recenseamento eleitoral, 1876, 1880 e 1886<sup>140</sup>

Em 1878, dois anos após a inauguração do Asilo, existiam em Montemor 17 freguesias. Já nesta altura as freguesias urbanas possuíam cerca de 30% dos eleitores do concelho. Apenas 8% da sua população pertencia ao grupo dos que sabiam ler e escrever. O concelho vivia quase exclusivamente da agricultura.

Era nas freguesias urbanas, Castello e Matriz, que se registava maior literacia. Esta, no entanto, decrescia em proporção direta com a interioridade, o afastamento da vila. Como era de prever, o número de cidadãos do sexo masculino que sabiam ler e escrever era maior que o do sexo oposto: 989 para 509.

**Quadro 4:** População do concelho / Instrução (1878)

Freguesias	População			Instrução					
	H	M	T	Dos que sabem ler e escrever		Dos que sabem ler		Dos que não sabem ler nem escrever	
				H	M	H	M	H	M
Montemor-o-Novo - Castello (Nossa Senhora da Vila)	946	975	1921	269	194	24	25	653	756
Montemor-o-Novo - Matriz (Nossa Senhora do Bispo)	914	967	1881	263	194	17	30	634	743
S. Thiago do Escoural (S. Thiago)	728	595	1323	83	19	9	6	636	570
Lavre ( N.S. da Apresentação)	726	558	1284	83	21	3	2	640	535
Vendas Novas (S. António)	675	491	1166	120	62	25	16	530	413
Cabrela (N. S. da Conceição)	511	353	864	47	17	11	2	453	334
São Matheus	387	341	728	19	5	2	0	366	336
São Geraldo	349	238	587	11	1	1	0	337	237
Safira (N.S. da Natividade)	272	173	445	3	1	0	0	269	172
São Brissos	298	126	424	23	3	1	1	274	122
Landeira (N.S. da Nazareth)	237	120	357	27	4	2	0	208	116
São Cristóvão	274	160	434	14	2	1	0	232	158
Represa (N.S. da Purificação)	217	132	349	6	0	0	0	211	132
São Gens	185	184	369	8	0	0	0	177	184
Santo Aleixo	185	147	332	4	3	0	0	181	144
Santa Sofia	202	158	360	6	1	2	0	194	157
São Romão	227	114	341	3	1	2	0	222	113

Instituto Nacional de Estatística. <sup>141</sup>

Cerca de 52 anos mais tarde, em 1930, a população cresceu substancialmente, tendo sofrido uma grande diminuição na década seguinte. Nessa altura já o número de freguesias tinha passado de dezassete para seis. Três freguesias rurais: Nossa Senhora da Conceição que agrupava Landeira e Cabrela; Nossa Senhora da Assunção – Lavre; Santiago que juntava o Escoural, São Cristóvão e São Brissos e três freguesias urbanas, duas em Montemor-o-Novo e uma em Vendas Novas. Na vila de Montemor existiam duas freguesias: Nossa Senhora da Vila que agrupava o Castelo, Represa, Santa Sofia e São Mateus e a Freguesia de Nossa Senhora do Bispo composta pela Matriz, São Gens e

<sup>140</sup> Foi respeitada a ordem das freguesias que constam dos cadernos eleitorais.

<sup>141</sup> Foram seguidos, com rigor, os dados disponíveis dos censos realizados em 1878.

São Geraldo. Por último, a Freguesia de Santo António era composta pela vila de Vendas Novas, Santo Aleixo e Safira. A sua população estava estimada em 29354 habitantes, mas o grau de literacia continuava muito baixo: 75% da população era analfabeta, continuando esta taxa a ser mais alta, entre as mulheres.

**Quadro 5:** População do concelho / Instrução (1930)

Freguesias	População			Instrução			
	H	M	T	Analfabetos		Dos que sabem ler	
				H	M	H	M
Cabrela e Landeira (N.S. da Conceição)	1397	1309	2706	1143	1216	254	93
Lavre (N.S. da Assunção)	1880	1659	3539	1437	1363	443	296
Montemor-o-Novo – Castelo, Represa, S. Sofia e S. Mateus (N.S. da Vila)	2684	2753	5437	1934	2125	750	628
Montemor-o-Novo – Matriz, S. Gens e S. Geraldo (N.S. do Bispo)	2575	2583	5158	1752	1896	823	687
Santiago do Escoural, S. Romão, S. Cristóvão e S. Brissos (Santiago)	2644	2463	5107	2056	2070	588	393
Vendas Novas, S. Aleixo e Safira (Santo António)	3958	3449	7407	2594	2601	1364	848

Instituto Nacional de Estatística.<sup>142</sup>

Apesar do empenho da população na defesa da sua cidade, esta continua a perder população ao longo dos últimos anos.

Com o número de habitantes residentes a aumentar até 1950, após esta data a situação inverteu-se. Até à década de 50, do século passado, quando atingiu o seu auge, a população residente manteve-se sempre a crescer. Com a promoção das campanhas cerealíferas, onde era necessária muita mão-de-obra, os habitantes da vila passaram, em 10 anos, de 25682 para 38793. Registou-se um aumento de 13111 residentes com a vinda para o Alentejo de trabalhadores oriundos de outras regiões do país.

Com a chegada dos anos 60/70, as grandes migrações foram as responsáveis pela perda de 19963 habitantes. Ao perder a freguesia de Vendas Novas e da Landeira, em 1962, Montemor perde, também, cerca de 8790 habitantes. E aqui começa a desertificação do concelho. Só as freguesias de Cabrela, São Cristóvão e Escoural perdem mais de metade da sua população residente.

Durante a década de 80, com um total de 20210 habitantes, existiam 32% de analfabetos, muito acima da nacional que se situava nos 18,6%. Em 1980, depois de feita uma nova requalificação das freguesias, estas passaram de 6 para 11. Algumas foram separadas, como é o caso do Escoural e São Cristóvão e outras nasceram: Ciborro, Cortiçadas de Lavre, Foros de Vale de Figueira e Silveiras

<sup>142</sup> Foram seguidos, com rigor, os dados disponíveis dos censos realizados em 1930.

**Quadro 6:** População do concelho (1981)

Freguesias	População
Cabrela	1497
Cíborro	881
Cortiçadas de Lavre	927
Foros de Vala de Figueira	865
Lavre	1779
Nossa Senhora do Bispo	5317
Nossa Senhora da Vila	5048
Santiago do Escoural	2301
São Cristóvão	1210
Silveiras	385
Total	20210

Instituto Nacional de Estatística.

Só após o 25 de abril, a população aumentou ligeiramente devido ao retorno de residentes das ex-colónias ultramarinas. Entre 1991 e 2001 houve uma pequena variação de 54 residentes, de 18362 passaram a 18578. Nos dez anos seguintes, entre 2001 e 2011 passou de 18578 para 17437, perdendo cerca de 1141 residentes.

Para além das freguesias, o concelho possui também muitas situações de povoamento disperso e habitação isolada.

Apesar de acompanhar a tendência observada no Alentejo/Alentejo Central, Montemor-o-Novo mantém uma dinâmica própria, quer pelo seu posicionamento relativo, quer pela sua dimensão.

Atualmente possui uma população residente calculada em 17 437 habitantes.

**Quadro 7:** Dimensão das freguesias / População (2011)

Freguesias	Área (km2)	População residente
Cabrela	192,05	649
Cíborro	55,01	714
União das freguesias de Lavre e Cortiçadas de Lavre	213,80	1561
Foros de Vale de Figueira	67,93	1070
União das freguesias de Nossa Senhora do Bispo, Nossa Senhora da Vila e Silveiras	417,82	11568
Santiago do Escoural	138,66	1335
São Cristóvão	147,05	540
Totais	1232,33	17 437

INE / Censos 2011<sup>143</sup>

A sua economia era, até há pouco tempo, essencialmente virada para a agricultura, prática que tem vindo a ser abandonada, não só devido às difíceis condições e vida de quem trabalha a terra, como ao aumento da escolaridade dos jovens residentes que, ao

<sup>143</sup> Optei por agrupar as freguesias segundo a nova Reorganização Administrativa tentando assim fazer uma leitura o mais próximo da realidade atual.

longo dos anos, têm procurado trabalhar em áreas mais rentáveis e que, na sua maioria, se situam fora do concelho.

Segundo a lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro (Reorganização Administrativa do Território das Freguesias), as freguesias urbanas (Nossa Senhora da Vila e Nossa Senhora do Bispo) foram anexadas aglutinando, igualmente, a freguesia das Silveiras. Esta anexação passou a denominar-se União das freguesias Nossa Senhora da Vila, Nossa Senhora do Bispo e Silveiras. Consolidada a reforma, apenas uma freguesia abarca 66,3% da população do concelho. Também Lavre e Cortiçadas de Lavre foram fundidas, intitulado-se, agora, União das freguesias de Lavre e Cortiçadas de Lavre. Atualmente o concelho possui sete freguesias.

**Gráfico1:** Evolução da população do concelho de Montemor-o-Novo (Século XVIII/ 2012)



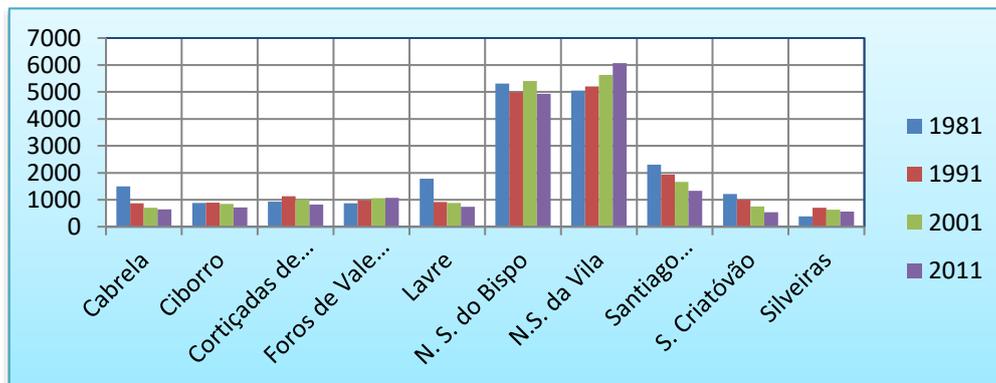
Carta Estratégica do Concelho de Montemor-o-Novo 2005/2015; INE

Muitas destas freguesias foram perdendo população, chegando mesmo a desaparecer, como tal. Hoje são pequenos lugares dispersos e quase sem habitantes.

A população está cada vez mais envelhecida, as escolas não têm alunos e os jovens procuram outros destinos, que lhes proporcionem melhores condições de vida.

O grau de instrução da sua população tem vindo a melhorar de forma substancial, apesar de ainda não ser o ideal. Nos últimos 30 anos, a população escolarizada começou a encher as nossas escolas, situação que se manteve até ao início do século XXI. A partir de então a situação inverteu-se.

**Gráfico 2:** Evolução da população no concelho de Montemor-o-Novo (1981/1991/2001/2011)



INE

Verifico que, com exceção da freguesia urbana de Nossa Senhora da Vila, toda as outras perderam habitantes, nos últimos 10 anos. As freguesias rurais de Cabrela, Ciborro, Lavre, Escoural e S. Cristóvão, durante os últimos 30 anos, vieram sempre a perder habitantes.

Entre 2001 e 2011, o concelho perdeu 1386 habitantes. Nestes últimos quatro anos, tem-se registado uma perda de cerca de 300 habitantes por ano. No entanto, durante os anos de 2013 e 2014, esta perda foi mais significativa devido à difícil situação económica em que o concelho viveu, no que respeita a criação de postos de trabalho.

Com uma população residente a diminuir, o número de analfabetos também diminuiu.

**Quadro 8 -** Nível de instrução (1981/2001/2011)

Datas	Sem escolaridade	1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário	Médio	Superior
1981	52,2%	33,4%	7,0%	4,2%	1,5%	0,6%	0,7%
2001	29,6%	30,8%	11,7%	13,0%	9,8%	0,4%	4,6%
2011	18,9%	30,8%	11,1%	16,1%	13,6%	0,8%	8,8%

INE<sup>144</sup>

Julgo estarem aqui contabilizados não só os analfabetos como os que, mesmo frequentando o 1º ciclo, não o concluíram. No entanto, a redução do número de analfabetos pouco contribuiu para um aumento significativo do nível de instrução da população. Segundo os últimos censos, a maioria só possui o 1º Ciclo e o insucesso escolar continua a ser uma realidade, no concelho. Cerca de 18% da população continua sem qualquer qualificação académica.

Ao contrapormos os resultados locais com os nacionais, os resultados são bastante desfavoráveis para os montemorenses.

<sup>144</sup> INE: Censos de 1981, 2001 e 2011

**Quadro 9:** Taxa de analfabetismo (1981/2001/2011)

Nacionais				Montemor-o-Novo		
Homens	Mulheres	Total	Datas	Homens	Mulheres	Total
13,7%	23,0%	18,6%	<b>1981</b>	27,9%	35,9%	32,0%
6,3%	11,5%	9,0%	<b>2001</b>	14,3%	20,5%	17,5%
3,5%	6,8%	5,2%	<b>2011</b>	8,9%	13,7%	11,4%

PORDATA<sup>145</sup>

Segundo os censos de 2011, dos 17437 residentes, 11,4% (8,9% de homens e 13,7% de mulheres) continuam analfabetos, mais que o dobro dos resultados a nível nacional. Comparando Montemor com a capital do distrito, Évora, então as diferenças são muito pequenas.

**Quadro 10:** Taxa de Analfabetismo em Portugal, Évora e Montemor-o-Novo (1911/1929/1930)

Anos	Portugal	Évora	Montemor
1911	75,5%	80,2%	77,5%
1929	70,5%	77%	76,8%
1930	67,8%	73,4%	75,9%

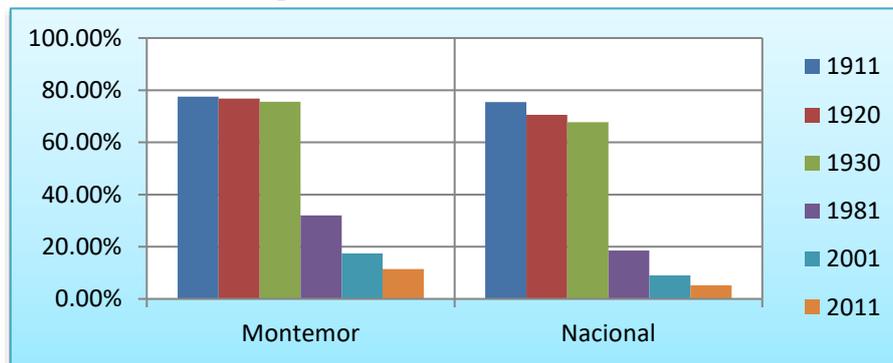
Fonseca (2010)<sup>146</sup>

Apesar de todas as políticas de incentivo à escolarização levadas a cabo pela 1ª Republica, a verdade é que a taxa de analfabetismo continuava elevadíssima. No entanto, altura houve, em que em Montemor estava abaixo de média registada, na capital de distrito, Évora. Segundo Fonseca (2011), o grande número de não escolarizados teve como principal causa as dificuldades de acesso a certas aldeias, as grandes distâncias entre si, a falta de professores qualificados e o atraso global em que o país vivia. Penso poder acrescentar que o fraco empenho da população, em mandar os filhos para as escolas, foi igualmente um dos fatores a ter em conta. Desde muito cedo as crianças começavam a trabalhar nos campos, contribuindo para o sustento dos seus lares

<sup>145</sup> PORDATA: Censos de 1981, 2001 e 2011

<sup>146</sup> FONSECA, J. (2012).

**Gráfico 3: Evolução do analfabetismo (1981/2001/2011)**  
Dados comparativos Montemor-o-Novo/Nacionais



PORDATA

Mesmo com as taxas de analfabetismo a decrescerem, esta é uma realidade que, ainda, afeta parte da população residente.

As atuais políticas para o ensino não têm sido capazes de chamar à escola muitos dos nossos jovens. Estes desistem da escola, antes de concluírem o ensino secundário, optando por trabalhar fora do concelho. Muitas das vezes, nem a escolaridade obrigatória concluem. A escola nada lhes diz. Não os motiva nem lhes proporciona saídas profissionais.

Abordar temas como o analfabetismo e a escolaridade sem o recurso às estatísticas era impensável. Mesmo sabendo que os números, nem sempre, refletem a realidade, tornam-se, nestes caos, ferramentas cruciais. Foi assim que com eles trabalhei.

Tendo perdido as apostas na universalização do ensino, a Monarquia Constitucional e a Primeira República, deram passos muito positivos para que a realidade fosse alterada, mas sem grandes resultados. Não passando da legislação para a ação, o analfabetismo continuou muito elevado e a frequência da escola muito baixa. No espaço de um ano, entre 1910 e 1911, foram criadas 872 novas escolas, mas, apenas, 206 chegaram a funcionar. (Nóvoa, 1988)<sup>147</sup>

Com o golpe de 1926 e todo o pragmatismo implementado numa nova política para o ensino primário que, levou à redução da escolaridade obrigatória e à simplificação das matérias em estudo, a escolarização das populações rurais continuava em estagnação.

Mesmo pouco letrada a população montemorense tem, ao longo dos séculos, sabido defender a sua terra. Esteve sempre em primeiro plano, quando da primeira invasão francesa, comandada por Junot, até à luta de resistência ao regime do Estado Novo.

Gostava de poder acreditar que esta população teve uma evolução positiva no que respeita à cultura, instrução e combate ao analfabetismo. No entanto, e olhando para o presente, parece-me que a sua religiosidade continua a ser um entrave a uma mais rápida evolução. População, com grande sentido de justiça e forte apego às tradições, continua a revelar uma grande simpatia por crenças e espiritualidades não compatíveis com as sociedades mais desenvolvidas. Esta religiosidade esteve sempre presente junto das populações, como se pode inferir pelo elevado número de conventos existentes na cidade: convento de São João de Deus, convento de São Francisco, convento de São

<sup>147</sup> NÓVOA, A. (1988)

Domingos, convento de Nossa Senhora da Conceição, convento do castelo de Covas de Monfurado, convento de Santa Cruz de Rio Mourinho e o convento de Nossa Senhora da Saudação.

O convento da Saudação foi o único destinado ao sexo feminino e foi nele que se instalou o Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

## 1.5. O Convento de Nossa Senhora da Saudação<sup>148</sup>

*De acordo com o guia de Bernardo Vasconcelos Sousa o Convento observante fundado cerca de 1502, por iniciativa de D. Mécia de Moura, viúva de D. Nuno de Castro. Com o apoio de entidades oficiais do concelho – juiz, vereadores e procurador – e de cavaleiros, fidalgos e povo de Montemor-o-Novo, D. Mécia dirigiu a D. Manuel o pedido de instituição de um convento na vila. Esta súplica veio a ser aceite pelo monarca a 5 de Abril de 1502 (...)<sup>149</sup>*



Fotografia 6: Fachada principal do Convento da Saudação

Fundado, graças à *devota crença de um grupo de piedosas mulheres naturais de Montemor*<sup>150</sup>, que se isolaram em sistema de empedramento, sem votos, dentro das muralhas do castelo, este convento cumpriu as suas funções até 1876, quando passou a ser ocupado pelas crianças desvalidas deste concelho.

---

<sup>148</sup> Este Mosteiro foi estabelecido pela Carta Régia de 1502 concedida a D. Mécia de Moura, viúva de D. Nuno de Castro, pelo Sr. Rei D. Manoel, na qual aquelle grande Monarcha lhe dá a faculdade de fundar o Mosteiro, entrando no numero dos doze, que o Papa lhe havia permitido nos seus Estados; foi concluído no anno de 1513. As religiosas deste Convento seguem o instituto de S. Domingos, a sua primeira Prelada foi a Madre Isabel Vaz. Filha do Mosteiro de Jesus de Aveiro, huma das cinco fundadoras, do Mosteiro de Santa Anna de Leiria....Tem esta corporação hum Vigario Religioso da Ordem de S. Domingos, huma Prioriza, cuja obediência estão actualmente sujeitas onze Madres professoras e oito seculares. Varella, J.J. (1814) *Memoria Estatística Acerca da notável Villa de Monte Mor o Novo*.

<sup>149</sup> ESPANCA, T. (1975) *Inventário Artístico de Portugal – Distrito de Évora*.

<sup>149</sup> Idem

<sup>150</sup> Idem

Segundo Frei Luiz de Sousa, em História de S. Domingos<sup>151</sup>, este convento foi fundado por volta de 1500 quando



Ilustração 19: Diário do Alemtejo  
(14/11/1886)

*viviam juntos pelos annos da nossa redempção de mil e quinhentos na nobre villa de Montemór – Novo com grande recolhimento, e vida exemplar umas devotas mulheres da mesma villa naturaes: e como forma de comunidade reconheciam por cabeça uma sua companheira cujo nome era Joanna Diz Quadrada. Morava na mesma terra D. Mécia de Moura, senhora illustre, viúva de D. Nuno de Castro. Era rica de bens temporaes e não menos de virtudes e amor de Deus: não tinha filhos nem outro herdeiro forçado.*<sup>152</sup>

Não possuindo D. Mécia descendentes, sendo detentora de avultada fortuna e,

*Notando o bom termo com que procediam Joanna Diz e as suas companheiras foi imaginando fazer uma obra santa...Foi a primeira a fazer da sua casa, casa de Deos fundando n'ella um mosteiro.*<sup>153</sup>

Doou, D. Mécia, às religiosas, as suas propriedades e todos os seus rendimentos, vendendo, simultaneamente, a cidadãos judeus, que viviam, na judiaria intramuros, parte da vinha de que era proprietária.

*Por virtude das licenças de el-rei dotou D. Mécia às religiosas 5 herdades que rendem desenove moios de trigo e dito e meio de cevada e muitas pitaças; e na mesma escriptura fez declaração das casas que já possuía. Dou-lhes mais vinte e quatro mil reis de rendas em dinheiro.*<sup>154</sup>

Abro aqui um pequeno parêntesis para referir que Montemor-o-Novo tinha, à data, a nona maior judiaria do país. Situada ao longo da muralha do castelo, aos poucos ia tomando conta de parte do comércio local, vivendo os seus membros, essencialmente, de produções de vinho e azeite.

Os mais antigos vestígios da presença desta comunidade, em Montemor, datam de 1331. Neste mesmo ano aparecem referências a um Lagar de Judeus, situado nos arredores da vila. Cerca de 40 anos mais tarde, surge-nos outro topónimo, o Adro dos Judeus. A comunidade judaica tinha uma dimensão importante, pois, entre os anos de 1359 e 1493 existem registos de 69 judeus residentes. Fonseca (2012)<sup>155</sup>

<sup>151</sup> História de São Domingos, vol. I, liv Vi, cap. XIX. Porto 1997

<sup>152</sup> Diário do Alemtejo (10/11/1886)

<sup>153</sup> Diário do Alemtejo (10/11/1886)

<sup>154</sup> Diário do Alemtejo (10/11/1886)

<sup>155</sup> FONSECA, J. (2012)

Para Andrade<sup>156</sup>, a alusão à permanência de judeus é um pouco anterior a 1331, tendo surgido, em Montemor-o-Novo, por volta de 1203. Segundo o autor, as ocupações profissionais desta comunidade eram muito variadas. Em maior número surgem aqueles que se dedicavam ao artesanato, à agricultura e os vinhateiros, mas foram ainda encontrados registos de alfaiates, ferreiros, gibeteiros, tecelões, algibeibes, marceneiros, mercadores, comerciantes e contadores de impostos.

Voltemos ao convento.

Após a morte de D. Mécia, foram adquiridas várias casas contíguas ao edifício central do convento, possibilitando assim a sua ampliação.



Ilustração 20: Licença dada por D. Manuel para que D. Mécia deixe os seus bens ao Convento da Saudação.<sup>157</sup>

O convento de Nossa Senhora da Saudação teve autorização de funcionamento em 16 de maio de 1506, cedida por D. Manuel que, ao dar o seu consentimento, deu igualmente a sua régia proteção. Ficou então decidido que a comunidade pertenceria à Ordem de S. Domingos. Segundo Fonseca (1995), o próprio rei D. Manuel viria a aconselhar o município, em carta dirigida às autoridades locais, a participar nesta obra. No decorrer do ano de 1514, o mesmo monarca concedia-lhe um subsídio proveniente do imposto de sisa, oriundo da vizinha cidade de Évora, que se manteve até 1820. Aqui se instalaram as três primeiras religiosas vindas do Convento de Santana de Leiria: a priora Isabel Vaz e as madres Catarina Soagem de Sousa e Filipa Gois. Com o avançar dos anos, o convento da Saudação foi sofrendo uma vasta série de adaptações, para poder recolher as religiosas. Recebeu donativos em dinheiro, bens e obras de arte, visando a sua recuperação e manutenção.

---

<sup>156</sup> Cadernos de História de Montemor-o-Novo (2015) – *Comemoração do centenário de Banha de Andrade*. CMMN

<sup>157</sup> Biblioteca Publica de Évora, maço 27, peça 73, folha 2.

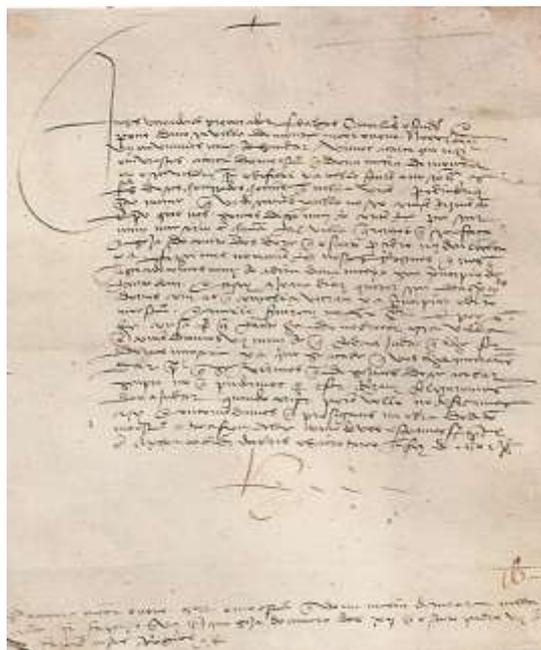


Ilustração 21: Carta de D. Manuel à edilidade de Montemor pedindo ajuda para a abertura do convento da Saudação(1502)<sup>158</sup>

Desde a sua fundação, o número de freiras residentes manteve sempre uma tendência crescente. Após vinte anos de funcionamento, habitavam aqui 15 freiras, em 1583 o número era de 41<sup>159</sup>. Durante a centúria de seiscentos, as residentes estimavam-se em 50 e, na seguinte, eram cerca de 65<sup>160</sup>.

No início do século XIX o Convento da Saudação, a seguir à Misericórdia, era o senhorio que maior número de bens: possuía 863,688 reis e 68 propriedades.

Com a extinção e expulsão das ordens religiosas, o convento manteve-se em funcionamento mesmo que

*... condenado pelo decreto de 1834 que extinguiu as ordens religiosas, determinou que os Conventos de freiras se conservassem em quanto existisse alguma professa; durou este mosteiro até 1876 em que faleceu a última religiosa D Maria Paula de Santa Rita Velez, no dia 27 de fevereiro.<sup>161</sup>*

Com a ordem para a extinção das Ordens Religiosas, esta casa manteve-se aberta até à morte da última freira nele residente. Após o falecimento de D. Maria Paula de Santa Ritta Velez, ocorrido em 27 de fevereiro de 1876, última residente e priora da Ordem das Dominicanas, o edifício passou para a posse da Fazenda Nacional, tendo ficado abandonado, encontrando-se em ruínas, à data da instalação do Asilo.

<sup>158</sup> AHMMN A1 C1 - 11

<sup>159</sup> FONSECA, T. (1995)

<sup>160</sup> ESPANCA, T. (1975)

<sup>161</sup> Diário do Alemtejo (19/11/1886)

Salvador da Costa conta-nos, nas suas memórias,<sup>162</sup> que

Pelo Entrudo deste ano morreu a última freira do Convento da Saudação, que assim era chamado o convento das freiras, onde hoje é o Asilo da Infância Desvalida. O enterro foi em segunda-feira de Entrudo. Ao enterro foi a população de Montemor, pobre e rico não faltou ninguém. Eu fui ver o enterro para a torre do Calvário que deita para o Hospital. Fui mais outros rapazes que iam dobrar os sinos.

Em meados do século XIX, existiam, neste concelho, sete conventos: cinco na vila e dois rurais. O Convento de São Francisco, pertencente à Ordem de São Francisco, cuja fundação data de 1495; o Convento de Nossa Senhora da Saudação (1506) o único destinado ao sexo feminino em que se seguia a Ordem de São Domingos; o Convento de São Domingos (1559) pertencente à Ordem com o mesmo nome; o Convento de São João de Deus (1625); o Convento de Nossa Senhora da Conceição (1688) pertencente à Ordem dos Agostinhos Descalços. Fora da malha urbana, o Convento de Santa Cruz de Rio



Fotografia 7: Claustros do Convento

Mourinho (1436), situado na freguesia de São Mateus, lugar de retiro solitário, pertencente aos Eremitas de São Paulo e o Convento das Covas de Monfurado (1725), situado na freguesia do Escoural, local de retiro solitário, da Ordem dos Eremitas Descalços São Paulo de de Nossa Senhora do Castelo.

Para além destes conventos, tinha Montemor-o-Novo um *recolhimento de huma Irmandade, ou Confraria, no anno de 1578, na Ermida de Nossa Senhora da Paz, aonde esteve por espaço de quatro annos...em 1749 mudou para hum terreno do recio, proximo da Ermida de Nossa Senhora da Luz...pode ter até trinta e tres Recolhidas*<sup>163</sup>

Mas o convento da Saudação não era só habitado por religiosas e candidatas ao hábito. Entre as suas residentes, tinha, em 1604, duas escravas. Estas entraram para o Convento fazendo parte do dote de duas raparigas com pretensões a noviças. Segundo Fonseca (1986)<sup>164</sup> uma dela, Brites Freire de Andrade entrou para esta casa com um dote de 350 mil reis e uma escrava de 11 anos, de nome Ana, que a serviria enquanto vivesse, ficando, após a morte da sua ama, a servir o Mosteiro. Ainda segundo o mesmo autor, era frequente a existência de escravos a trabalharem para as famílias mais abastadas da vila. É o caso de Valentim Lobo da Silveira que, em 1724, possuía 5 escravos, entre os seus trabalhadores. Na sequência dos inquéritos paroquiais que tiveram lugar três anos depois do terramoto de 1755 o prior de S. Tiago, Valério da Costa refere que “abalarão

<sup>162</sup> *Memórias de Salvador da Costa* (1992) in Revista Almançor nº 10

<sup>163</sup> VARELLA, J.J. (1814)

<sup>164</sup> FONSECA, J. (1986)

notavelmente paredes interiores e o coro...” tendo o refeitório sido encerrado. Neste século possuía o Convento 65 freiras, o máximo que chegou a atingir.<sup>165</sup>

Após o falecimento da última freira residente, a Fazenda Nacional mandou inventariar os bens do convento. Destes destacavam-se: várias peças em prata (custódias, bandejas, penas, cruzeiros, romãs e uma santa Madalena) num total de 45 objetos; 32 quadros com cenas da vida religiosa; peças de roupa dos santos; roupa de enxoval; imagens religiosas e variadas peças de mobiliário.<sup>166</sup>

Todo este tesouro foi entregue à guarda do último padre do convento, João de Deus Augusto Faísca<sup>167</sup>, tendo-se perdido grande parte do espólio. Não tendo chegado, à atualidade, muitos documentos sobre a frequência deste Convento, existem, no entanto, no Arquivo Distrital de Évora, manuscritos dos séculos XVIII e XIX, onde se encontram registos de algumas das atividades realizadas no interior. São, quase exclusivamente, autorizações superiores para entradas no Convento ou para as suas enclausuradas poderem professar.<sup>168</sup>

**Quadro 11:** Residentes no Convento da Saudação (1719/1828).

ANO	NOME	NATURALIDADE	FILIAÇÃO	ASSUNTO
1719	Teresa Ana Mascarenhas (7 anos)	Lisboa	-Marques Gouveia	Pedido para recolher em clausura, como educanda.
1719	Soror Ana Rita do Coração de Jesus	-	-	Pedido para mudar para o Convento do Salvador, em Évora.
1732	Josefa Teresa	Montemor-o-Novo	- Inácio Mira - Antónia da Conceição	Pedido de autorização para entrar como criada de Soror Feliciana Veríssimo.
1733	Úrsula das Virgens e Joana do Presépio (irmãs)	Pará, Brasil	-	Pedido de autorização para professarem
1733	Catarina de São José	Alcáçovas	-António Vagado - Isabel Moreno	Pedido de autorização para entrar como criada de Soror Mariana Bernardo de Jesus.
1734	Entrada de uma criada	-	-	Pedido de autorização para as irmãs Soror Cecília Antónia dos Sarafins, Soror Rosa Maria da Purificação e Soror Micaela Ângela dos Anjos, terem uma criada.
1735	Soror Feliciana Veríssimo	.	.	Autorização para a eleição como priora.
1738	Maria Feliciana de Santa Clara	Montemor-o-Novo	-	Pedido para entrar na clausura do Convento, como educanda.
1739	Inês Antónia de Melo Távora Castro Chichorra	-	-	Pedido para entrar na clausura do Convento

<sup>165</sup> PEREIRA, M. (2015) *Aspetos da morte na nobreza do século XVII. A escavação da Cripta dos Mascarenhas no Convento da Saudação em Montemor-o-Novo*. Revista *Almansor* n.º 1, 3.ª série.

<sup>166</sup> Torre do Tombo, caixa 1932, capilha 6.

<sup>167</sup> Irmão de Joaquim José Faísca, a quem dedico um subcapítulo.

<sup>168</sup> Arquivo Municipal de Évora. Câmara Eclesiástica de Évora. K- Conventos; J-Montemor-o-Novo; 001-Convento da Saudação (1719/1860)

				como educanda.
1740	Mariana Umbelina	Estremoz	- Manuel Lopes dos Reis - Antonhia Pinheiro da Cunha	Pedido para entrar como criada de Soror Teodósia Joaquina de São José.
1741	Catarina Teodora Bouttats	Lisboa	- Henrique José Bouttats - Maria Ângela Vanlheidandael	Pedido para entrar como educanda.
1746	Genoveva Angélica Peregrina	Montemor-o-Novo	- Francisco José Salema - Francisca Eugénia	Pedido para entrar como educanda
1752	Francisca Maria Joaquina	Montemor-o-Novo	-	Pedido para entrar no Convento e permanecer em hábito secular.
1767	Soror Paula Rosa de Santa Maria	-	-	Pedido para sair e ir a banhos nas Caldas da Rainha.
1797	Soror Teodora Perpetua de Jesus	Alandroal	-	Pedido de autorização para professor.
1797	Soror Maria Rita Joaquina	Montemor-o-Novo		Pedido de autorização para professor.
1799	Soror Maria madalena Máxima do Carmo	Montemor-o-Novo	-	Pedido de autorização para professor.
1808	Soror Brázia Ludovina da Encarnação	Montemor-o-Novo	-	Pedido de autorização para professor.
1808	Soror Rita Jacinta Peregrina do Céu	Montemor-o-Novo	-	Pedido de autorização para professor.
1808	Soror Teresa Cesária de Jesus	Montemor-o-Novo		Pedido de autorização para professor.
1811	Teresa Perpetua de Santa Rita	-	-	Pedido para sair da clausura e ir a banhos.
1813	Soror Maria Ângela Efigénia de Santa Rita	-	-	Pedido para sair da clausura e ir a banhos mais remédios.
1813	Soror Joaquina Cândida do Menino Jesus	Montemor-o-Novo	-	Pedido de autorização para professor.
1815	Soror Mariana Rita do Patrocínio e Brito	Montemor-o-Novo	-	Pedido de autorização para professor.
1815	Entrada de uma criada	-	-	Pedido de autorização para que Teresa Angélica do Coração de Jesus Moreira, continue em clausura mas tenha uma criada para a servir.
1816	Joana José Machado da Silveira	Montemor-o-Novo	- Estevão Pedro Machado - Ana Genoveva e Sá	Pedido para a entrada como educanda
1816	Clara Peregrina Lobo da Silveira	Montemor-o-Novo	- Valentim Lobo da Silveira - Mariana C. de Melo Lobo da Silveira	Pedido de autorização para entrar em hábito secular e levar uma criada.
1817	Maria Francisca Benedita	-	-	Pedido de autorização para sair da clausura e ir a banhos.
1819	Mónica Maria do Menino Jesus Coelho Palhinha	-	-	Pedido de autorização para entrar em hábito secular e levar duas criadas.
				Pedido de autorização

1820	Soror Joaquina Cândida Ramalho	-	-	para ter em clausura uma criada.
1824	Entrada de uma criada	-	-	Pedido de autorização para que Soror Maria Ângela Efigénia de Santa Rita Messejana tenha, em clausura, uma criada.
1824	Soror Teresa Cesária Máxima da Piedade	-	-	Pedido de autorização para ter em clausura uma criada.
1824	Soror Joaquina Cândida Ramalho	-	-	Pedido de autorização para sair da clausura e ir a banhos.
1828	Maria Manuel	Montemor-o-Novo	- Leonardo Coelho Palhinha - Rita Custódia	Pedido de autorização para professor.
1828	Maria Carolina	Igrejinha. Arraiolos	- José Manuel Penhas - Maria Rita Robusto	Pedido de autorização para professor.
1828	Ana Inácia Xavier Pereira Rosa	Montemor-o-Novo	- José Joaquim Pereira Rosa - Maria Leocádia Xavier Borbom	Pedido de autorização para professor.

Após a morte da última freira residente, a Fazenda Nacional tomou posse do edifício do convento,<sup>169</sup> tendo o espaço sido cedido à administração do Asilo em 17 de Maio de 1878, por Carta de Lei assinada por El-Rei D. Luís I.

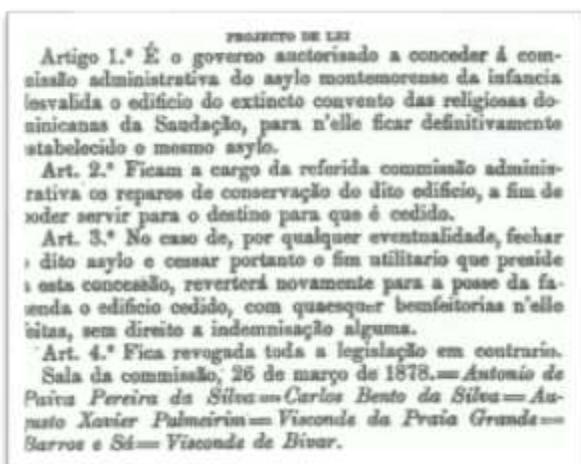


Ilustração 22: Diário da Camara dos Dignos Pares do Reino (12/3/1878) (Anexo 6)

Após a saída do Asilo, o Convento ficou ao abandono, foi saqueado e começou a entrar num tal estado de degradação, que se tornava perigoso entrar nas suas salas.

Em final dos anos 80, princípio dos anos 90, a ENATUR pretendeu transformá-lo numa pousada. Esta não pode avançar com o projeto pois não possuía o aval do IPPC e desconhecia-se quem eram os proprietários<sup>170</sup>.

Em 1978, a Direção Geral do Património cedeu-o ao Lar dos Pequenininos,<sup>171</sup> assim

como alguns dos seus pertences. Alguns destes bens estão, presentemente, na posse dos Amigos de Montemor, nas instalações do restaurado Convento de S. Domingos<sup>172</sup>, mas da grande maioria destes valores não consegui qualquer notícia.

<sup>169</sup> Torre do Tombo: IV/1/25 (35); cx 1932 – capilha 4

<sup>170</sup> A Folha de Montemor (fevereiro de 1992)

<sup>171</sup> O Lar dos Pequenininos é atualmente uma IPSS, sediada em Montemor-o-Novo, possuindo as vertentes de creche e jardim-de-infância.

<sup>172</sup> A Fundação do Convento de São Domingos (anterior mosteiro de Santo António) foi iniciativa de Manuel Frago e sua mulher Beatriz Nogueira que, possuindo grande fortuna, doaram os seus bens

Desde possível quartel para a GNR, a pousada, de tudo se falou, mas nada foi concretizado.

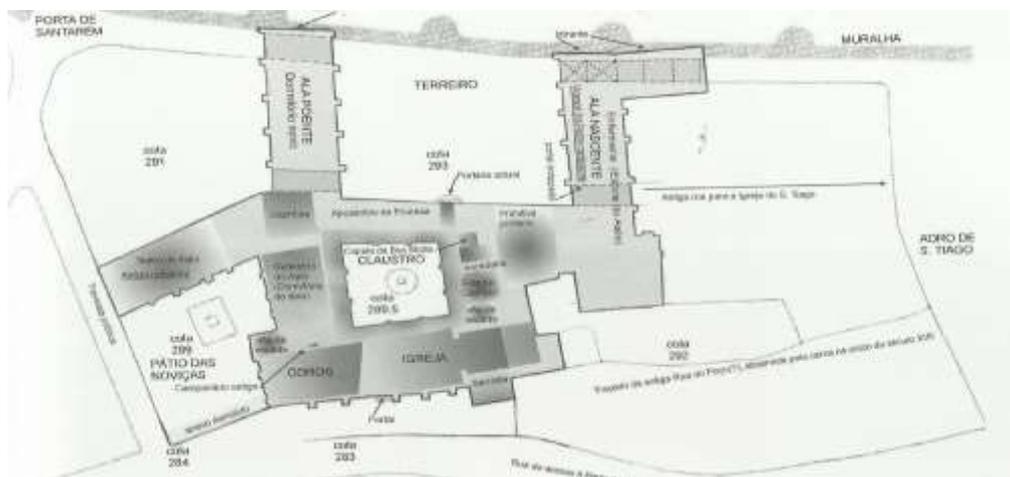


Ilustração 23: Planta do Convento da Saudação<sup>173</sup>

Situado dentro das muralhas do castelo, este antigo convento é, hoje, sede do projeto *Espaço do Tempo*, dirigido pelo coreógrafo/bailarino Rui Horta. Serve de local de ensaio, residência artística e sala de espetáculos, mesmo estando algumas das suas alas ainda por reabilitar. Com 47 salas, 15 no piso térreo, 12 no primeiro andar e 20 no segundo andar, 3500 m<sup>2</sup> de superfície coberta e 3200 m<sup>2</sup> de superfície descoberta, o convento tem novamente vida e aos poucos vai sendo recuperado.

O convento da Saudação é património nacional desde 1951<sup>174</sup>.

De convento, em 1500, a asilo, em 1876, terminando em residência artística, em 2000, no seu interior, viveram-se inúmeros casos de caridade e/ou de filantropia, de promoção social das elites locais e da pretensão de respostas rápidas para que tudo ficasse na mesma.

---

para a construção deste mosteiro. Com as obras iniciadas em 1561 e concluídas em 1619, este encerrou portas quando da expulsão das ordens religiosas (1834). É então vendido em hasta pública a António Marques dos Santos. Até 1967 é utilizado como armazém agrícola perdendo-se a maior parte dos seus azulejos. Votado ao quase total abandono rapidamente entrou em avançado estado de degradação. Já na década de 70 inicia-se a sua recuperação graças ao Grupo dos Amigos de Montemor-o-Novo. Hoje é aqui que funciona o núcleo museológico desta cidade, com salas destinadas à arqueologia, arte sacra, olaria, etnografia e tauromaquia. É também aqui, que se acha guardado o que resta da antiga biblioteca e do museu do Asilo.

<sup>173</sup> ESPANCA, T. (1975)

<sup>174</sup> Diário do Governo: 5/1/1951.

## 2. Entre a caridade e a filantropia

*Conceitos como infância desvalida, infância abandonada, infância delinquente, e os usos da categoria menor, emergiram, tendo sido elaborados nos processos de lutas e embates políticos, económicos e culturais num determinado contexto histórico. A própria existência dessas adjectivações já apontava para as diferenças (e desigualdades) que envolviam o termo infância e para a diversidade de projectos e iniciativas educativas destinadas a sujeitos em condições plurais, e desiguais, da experiência humana (Schueler, 2009)<sup>175</sup>.*

Contrapondo os conceitos de caridade, filantropia e enquadrando-os nas diferentes épocas históricas tentei aqui desmontá-los, e por essa razão se justifica um olhar sobre as práticas no interior da instituição em estudo. Termos relacionados com o assistencialismo procurei interpretá-los a partir do interior.

Criada com o intuito de socorrer aos mais carenciados, até que ponto a assistência praticada, no século XIX, privilegiou as franjas mais desfavorecidas da sociedade? Cedo se perceberá que houve o que designaria aqui de *investimento fictício*, em que se postulava o enquadramento educativo e o internato das crianças, mas na verdade os dividendos que iriam manter o Asilo Montemorense em funcionamento por 99 anos referiram-se mais à manutenção de uma ideia simbólica de generosidade que alimentou e projetou socialmente as elites cultas, do que propriamente à emancipação cultural e profissional das destinatárias da instituição. Mobilizando toda uma sociedade para os problemas da pobreza, camuflavam-se afinal poucos investimentos e mantinha-se intacto o fracasso da educação feminina. Nem se escolarizava nem se proporcionavam aprendizagens visando um futuro mais digno a estas crianças.

Ao excluir os portadores de doenças infetocontagiosas, os deficientes, os não batizados, os doentes mentais... discriminavam-se os que mais necessitavam de ajuda e apoios. A obrigatoriedade de um atestado de pobreza pode, também, ter sido um fator discriminatório, pois era passado pelo pároco e segregava à partida todos os que não fossem católicos. Com tanta restrição, a assistência estava limitada a um grupo restrito de carenciados e, neste grupo, encontravam-se muitas crianças que dependiam da caridade. Estudar o grupo etário que abarca a infância sem recorrer à informação histórica faz na realidade muito pouco sentido.

A História da Educação, como a História da Infância, são áreas de estudo em que é muito fácil projetarmos nostalgias e envolvimento pessoal dos pesquisadores (Vidigal)<sup>176</sup>. Todos fomos crianças e todos vivemos, de perto, a educação. No entanto, as evidências escasseiam e nem sempre é possível justificar factos, mesmo pressupondo que são verdadeiros. Também os atores principais (as crianças), nem sempre foram merecedores da devida importância. Encaradas à luz das sociedades medievais, sem

---

<sup>175</sup> SCHUELER, A, F, M, de (2009)

<sup>176</sup> FERNANDES, R. e VIDIGAL, L. (coord.)

qualquer espécie de identidade, não lhes eram reconhecidas características, nem cuidados relativos à sua faixa etária. O seu reconhecimento nasce durante o positivismo oitocentista, quando surge o interesse pelas suas necessidades básicas e um maior investimento numa cultura escolar mais abrangente. Relata-nos Arie (1960) que a criança vinha de um mundo medieval sem qualquer tipo de identidade e só na passagem para a era moderna se começa a olhar a criança de outro modo, proporcionando-lhes condições de vida mais adequadas às suas idades.

Também as ações assistenciais de ordem pública e privada, desencadeando-se em diferentes épocas históricas, sofreram evoluções.

Durante as décadas de oitocentos, eram as práticas de caridade que predominavam, repetindo-se, anos mais tarde, com o controlo, por parte da igreja, das instituições de carácter assistencial. Este tipo de prática, a caridade, sentia-se glorificada ao esconder o miserabilismo existente, tentando fazer crer que tudo estava bem. Quem as praticava ficava de consciência tranquila e moralmente reconfortado. A religiosidade sentia-se recompensada com ações desenvolvidas, coletiva ou individualmente. Mas, este tipo de ideal conformista, em nada ajudava à resolução das situações a que se propunha dar respostas.

Se as preocupações com a educação começavam a criar alicerces, a proteção aos desamparados já se tinha iniciado, alguns séculos antes.

Integrando um movimento de solidariedade cristã para com os mais necessitados, D. Beatriz, mulher de D. Afonso III, fundou, em 1273, o Hospital dos Meninos Órfãos, em Lisboa. No primeiro quartel do século XV, D. Isabel de Aragão, mulher de D. Dinis, cria o Hospital de Santa Maria dos Inocentes (1321), em Santarém, e a Real Casa dos Expostos (1325), em Coimbra. Ao findar este século (1498), D. Leonor inaugura as Misericórdias, instituições que funcionavam sob a orientação de ordens religiosas que, por vezes, acolhiam crianças, embora não estivessem, exclusivamente, destinadas a tal. Sem qualquer ligação à igreja, mas seguindo a doutrina católica, as Misericórdias espalharam-se por todo o território nacional. A sua função limitava-se, essencialmente, à guarda, não existindo preocupações educativas.

Pensa-se terem sido estes os primeiros contributos, na tentativa de criar uma rede de assistência direcionada para a proteção das crianças votadas ao abandono e/ou mais desamparadas. (Fontes, 2005)<sup>177</sup> A preocupação com a infância pobre e desvalida surge com o intuito de proporcionar assistência imediata, visando a normalização dos costumes dos cidadãos das classes mais baixas. Tentavam que estes seguissem os padrões de conduta moral de quem se propunha ajudá-los.

Até ao século XVI, as crianças eram enviadas para os hospitais, onde permaneciam em contacto com todo o tipo de pessoas e de doenças. Mais tarde, surge a necessidade de separação, das crianças, em relação aos doentes e/ou adultos, assim como a separação entre os sexos. A sua convivência não era de todo aconselhada, o contacto com doenças e, por vezes, com a promiscuidade, em nada contribuía para o desenvolvimento e a proteção dos mais novos.

Com a emergência de políticas liberais, por toda a Europa, Portugal não podia ser uma exceção, culminando, em 1820, com a instauração de um regime liberal, consolidado com a constituição de 1822. Encontrava-se, por esta altura, o país, a braços com uma grave crise económica e social, que se veio a agravar com uma guerra civil. A miséria reinava, de norte a sul, e as respostas, para a solução dos problemas, tardavam.

Finda a guerra, com a assinatura da Convenção de Évora, tornava-se urgente dar resposta ao atraso e empobrecimento em que o país se encontrava. Era necessário

---

<sup>177</sup> FONTES, T.A. (2005)

investir na educação. Se a doutrina liberal defendia um estado mínimo, este nunca recusou o direito à assistência. Por iniciativa de D. Pedro IV, é nomeada uma comissão com o objetivo de estudar e implementar na educação das classes mais pobres. Em 1834, esta comissão, presidida pelo rei, funda a Associação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, na tentativa de ajudar a pôr termo à mendicidade e à pobreza crescente, solucionando o problema das crianças que passavam os dias sozinhas, sem qualquer tipo de acompanhamento parental. Foi esta a primeira forma organizada, tentando orientar e proteger as crianças em risco. No entanto, para chamar as crianças à sua frequência era, por vezes, necessário ir de porta em porta e convencer as famílias mais carenciadas dos benefícios da entrega das suas crianças a estas instituições assistenciais. (Fernandes, 2000)<sup>178</sup>

Segundo Pintassilgo, estas casas asilares *desempenharam uma função de regulação social. Retirando do espaço público algumas manifestações de pobreza e mendicidade... estes estabelecimentos contribuíram para o encerramento de jovens desvalidos em espaços de clausura destinados à sua proteção*<sup>179</sup>. Mas este tipo de proteção em nada os beneficiava, muito pelo contrário, isolando-os e tirando-os do convívio com a demais sociedade, apenas contribuía para camuflar um problema existente e para o qual tardava uma solução definitiva.

Um ano após a criação da Associação das Casas de Asilo, por decreto de 6 de abril de 1835, é criado o Conselho Geral de Beneficência. Este reconhece a assistência como um direito dos cidadãos, estendendo, a todo o país, um conjunto de medidas, visando abolir a mendicidade e a vadiagem, através do recolhimento em Asilos, proporcionando, assim, educação e trabalho aos seus asilados. O combate à mendicidade foi uma das batalhas dos governos oitocentistas que, por vezes, levou ao aumento da repressão sobre a mendicidade e toda a espécie de ociosidade.

Nos anos seguintes ao triunfo das forças liberais, surge, no distrito de Évora, uma elite económica bastante diversificada, quanto às suas origens, sendo, no entanto, a grande maioria composta por proprietários rurais e/ou aristocratas, com raízes locais.

A sua preocupação financeira levava-os, a investir junto de instituições de carácter assistencial (Fonseca, 1986)<sup>180</sup>, dando força aos ideais filantrópicos que se começavam a fazer sentir e a tomar o lugar até então ocupado pela caridade.

Tendo a sua origem na Grécia e estando ligada ao cristianismo, a caridade é movida por sentimentos de compaixão e de pena. Não é necessário ter dinheiro, para a praticar, basta estar imbuído de crenças religiosas. Glorificada por muitos, a *caridade assiste aos pobres e desvalidos depois da queda* (Ferrão, 1867)<sup>181</sup>. Estando a palavra caridade diretamente relacionada com a religião<sup>182</sup>, não se estranha que este tipo de assistência seja praticado por ordens religiosas e/ou por cidadãos laicos, que se identificam com as teorias defendidas pela igreja. Assim, a assistência à infância encontrou *as suas raízes na prática da caridade e nas primeiras instituições de assistência fundadas em*

---

<sup>178</sup> FERNANDES, R. (2000)

<sup>179</sup> PINTASSILGO, J. (texto sem data)

<sup>180</sup> FONSECA, J. (1986)

<sup>181</sup> Citação do Ministro Martens Ferrão (1867) in LOPES, M.A. (2013). *Os socorros públicos em Portugal: Primeiras manifestações de um Estado providência (séculos XVI – XIX)*. Revista Estudos do Século XX. Centro de Estudos da Universidade de Coimbra

<sup>182</sup> Etimologicamente a palavra caridade vem do latim *caritas*. Virtude ligada a ideais cristãos e que consiste em amar a Deus e ao próximo, sem segundos interesses. Também se pode utilizar este conceito para evocar o auxílio prestado aos mais necessitados, é uma esmola que se dá para se ficar de bem com a consciência.

*Portugal, como é o caso das Misericórdias* (Mogarro e Martinez 2011)<sup>183</sup>. Vivendo à sombra de tais práticas, as Misericórdias podem ser encaradas como as antecessoras das Casas de Asilo. Revelando-se num modo de ação ineficaz, e não correspondendo às expectativas nelas depositadas (Rizzini, 1993)<sup>184</sup>, estavam escancaradas as portas, para que uma nova prática assistencial surgisse: a filantropia.<sup>185</sup> Esta surgiu, como contraponto ao termo cristão de caridade. Atividade também de caráter assistencial propunha-se corrigir as práticas públicas, pouco eficazes, defendidas pelos partidários da caridade.

Mas dizer que a filantropia não está ligada à igreja, continua a ser mais um sofisma, comumente aceite. Mesmo apresentando-se, muitas vezes, como laico, o filantropo continuava impregnado de conceitos religiosos, que norteavam toda a sua vida. Temos, como exemplo, o que se passou na instituição em estudo: o “casamento” entre a igreja e a maçonaria, representante dos filantropos, vingou ao longo de vários anos.

A tendência positivista, que se vivia em finais do século XIX, assim como as práticas reformistas, que se estavam a tentar implementar, contribuíram para que a sociedade se tornasse cada vez mais elitista, afastando, dos olhares dos cidadãos, o miserabilismo crescente, como meio de proteção da ordem pública e da paz social.

Foram as questões de ordem social que impulsionaram os filantropos, no empenho à assistência; foram estas questões que fizeram aumentar o, já grande, poder económico de alguns cidadãos. Ao transformarem a pobreza numa questão social, era necessário dar-lhe resposta e essa só podia vir da sociedade, uma vez que as instituições estatais não tinham (não podiam, ou não queriam) maneira de as resolver. Aproveitando-se das poucas intervenções estatais, o filantropo procurava tirar benefícios da sua ação.

Praticada por cidadãos abastados economicamente, visava, sempre, o retorno do investimento efetuado. Ao financiarem este tipo de instituições, solidárias e/ou com fins científicos, os filantropos procuram, sempre retirar, do investimento, lucros pessoais. Era uma assistência com retorno e lucros económicos e/ou sociais, para quem a praticava. Procurando resolver os problemas, a curto prazo, competia às políticas de responsabilidade civil, e não aos filantropos, tentar encontrar soluções que solucionassem estes problemas, a longo prazo.

Carregada de intencionalidades, a filantropia, por vezes, desobrigava o poder estatal das suas funções sociais, responsabilizando entidades particulares por tal intervenção (Kuhlman, 1998)<sup>186</sup>. Tendo, como principais impulsionadores, intelectuais, médicos e juristas também estes questionaram a existência da Roda dos Expostos e a pouca eficiência das Misericórdias. As respostas dadas não eram eficazes.

Em 1852, foram aprovados os Estatutos da Sociedade das Casas de Asilo da Infância Desvalida. Estas tinham por finalidade dar proteção, educação e instrução às crianças pobres, de ambos os sexos, desde finda a criação de leite, de forma a libertarem os progenitores para os seus afazeres diários, sem terem de deixar ao abandono as suas crianças.

Segundo Fernandes (2000)<sup>187</sup>, estas instituições começaram por surgir em França, por iniciativa de Denys Cochin, chegando a Portugal pela mão da recém criada Sociedade

---

<sup>183</sup> MOGARRO, M.J. e MARTINEZ, A. (2011)

<sup>184</sup> RIZZINI, I. (1993)

<sup>185</sup> Palavra de origem grega, composta por Philos (o que gosta) e Anthropos (homem) significando “amor pelos homens/ pela humanidade”. Esta começou a ser aplicada em contraponto com o termo caridade desligando-se das doutrinas defendidas pela igreja.

<sup>186</sup> KUHLMAN, M. (1998)

<sup>187</sup> FERNANDES, R. (2000)

Promotora das Escolas Gratuitas de Primeira Infância, que teve como impulsionadora D. Maria II. Ainda segundo o autor, só em 1835 surgem as primeiras referências às Casas de Asilo, com a fundação da Sociedade de Beneficência das Casas de Asilo para a Primeira Infância. Mesmo tendo surgido em época de grandes reformas, rapidamente se espalharam pelo país, pois a situação vivida a tal obrigava.

Fundam-se instituições, exclusivamente, destinadas às crianças, apesar dos tribunais continuarem a ser universais e a regularem-se por leis comuns. Durante o século XIX, os tribunais continuavam a ser os mesmos que os dos adultos, mesmo após a adaptação de alguma legislação. Um ano após a implantação da República, em 1911, é criado o tribunal de Menores, com o nome de Tutorias Infantis<sup>188</sup>. Mantendo-se em vigor até 1962<sup>189</sup>, foi nesta data revista, alterando algumas medidas tutelares e abolindo outras.

Depois de abril de 1974, mais precisamente em 1978<sup>190</sup>, a lei é novamente alterada e é atribuída maior relevância à prevenção, que à punição.

Se a legislação e o olhar para as crianças foram evoluindo e adaptando, também as redes sociais de apoio à infância, mais desprotegida, começaram a surgir, tentando dar respostas a abandonos, necessidades básicas e condutas desviantes. No entanto, só durante a monarquia institucional, este movimento atinge proporções mais visíveis.

Já com a coroa entregue a D. Pedro V (1855), começaram a ser feitas tentativas para legislar, tentando combater o elevado grau de ignorância, em que o povo se encontrava, pois, era atribuída a falta de instrução de um povo, ao atraso do seu país.

Ao lutar contra o ensino entregue às ordens religiosas, o rei *criou duas escolas pagas através da sua dotação pessoal: uma em Maфра, em 1855, e outra, um ano mais tarde, em Lisboa, junto ao palácio das necessidades. Eram uma gota no meio do oceano, mas o rei esperava que constituíssem um exemplo.* (Mónica,2005)<sup>191</sup>

Este monarca defendia uma instrução universal; defendia que, quando todo o povo soubesse ler, entenderiam que o trabalho, sem instrução, de nada servia. (Lopes, 1993)<sup>192</sup>

Em fevereiro de 1856, são publicadas as *Considerações sobre a Instrução Pública*. É aqui defendido que, a instrução de um povo, para além de ajudar a terminar com a criminalidade é, simultaneamente, uma necessidade social, moral e económica.

Escreve o monarca:

*É necessário educar a sociedade para o presente, porque a boa inteligência do presente traz consigo a do futuro; é necessário educá-la de maneira que as tendências e as resistências indispensáveis à regularidade da vida constitucional se estabeleçam, que cada membro da sociedade conheça o ponto que ocupa no sistema do governo, que ele conheça os seus direitos, e saiba sustentá-los...Vê-se pois que consideramos a instrução pública destinada numa prudente medida, a preencher esses fins, como um poderoso móbil de acção política, não tanto nas mãos dos governantes, como nas dos governados; que a consideramos como o complemento, e a primeira*

---

<sup>188</sup> Decreto-lei de 27/5/ 911 – Lei de Protecção à Infância

<sup>189</sup> Decreto-lei nº44287 e 44288 de 20/4/1962.

<sup>190</sup> Decreto-lei nº314 de 27/10/1978

<sup>191</sup> MÓNICA, M.F. (2005)

<sup>192</sup> LOPES, M. A. (1993) In Mattoso (1994)

*necessidade do sistema representativo. (Considerações sobre a Instrução Pública)*<sup>193</sup>

A educação ocupava um papel de destaque, na felicidade moral dos povos, pelo que o saber não deveria ser um monopólio só de alguns, mas algo que toda a sociedade deveria ambicionar. Se um governo precisava de homens esclarecidos pela instrução, estes deveriam estar atentos à educação dos mais novos. Defendia o rei que, a educação não era só uma obrigação do Estado, mas sim um direito dos cidadãos.

Em junho de 1859, é criado o Conselho Geral de Instrução Pública. Com funções essencialmente consultivas, foi aqui que se começou a pensar nos alicerces, para uma



Fotografia 8: Asiladas e funcionárias (1892)

reforma do ensino: reorganizou-se o ensino primário, o ensino secundário, os cursos comerciais e promoveu-se a construção de edifícios escolares.

Alguns anos mais tarde, 1870, D. António da Costa clama pela necessidade de fomentar a escolarização obrigatória, tentando combater o flagelo do analfabetismo. Apesar desta intenção, o sistema escolar não *ultrapassou... os limites dos estreitos interesses económicos e culturais dos portugueses.* (Fernandes, 1978)<sup>194</sup>

No entanto, *o Estado português não conseguiu estabelecer um programa ou canalizar recursos suficientes para a montagem do sistema escolar.* (Magalhães e Neto, 2009)<sup>195</sup>

Com a extinção das ordens religiosas, decidida nas Cortes de Évora Monte, em junho de 1834, os conventos passam para as mãos da Fazenda Nacional. Surge, então, a necessidade de realojar todos aqueles que viviam, sob a custódia destas instituições. Alguns destes edifícios são doados às Casas de Asilo para a Infância Desvalida (como aconteceu em Montemor).

Entendendo por *desvalidos* aqueles que nada valem, foi com este nome que abriram as primeiras casas de asilo destinadas às crianças. Como o nome sugere, estas nada valiam, logo, não era necessário grande empenho na sua educação e formação, bastava dar-lhes alimentação (nem sempre a melhor, em qualidade e quantidade) e tirá-las das ruas, tentando esconder a sua existência. Era preciso afastá-las do convívio com os demais cidadãos.

A aposta centrava-se, maioritariamente, na educação moral e religiosa, estando os cuidados mínimos apenas assegurados. A sua invisibilidade tornava-se necessária, para uma sociedade, que se pretendia limpa. Estas crianças, poucos ou nenhuns direitos tinham, inclusivamente quando doentes, e nos casos mais graves, eram entregues às famílias, para ai morrerem. Muito raramente eram mandadas para os hospitais.<sup>196</sup>

<sup>193</sup> *Considerações sobre a instrução pública* in MÓNICA, M. F. (2005)

<sup>194</sup> FERNANDES, R. (1978)

<sup>195</sup> MAGALHÃES, J. e NETO, W. (2009)

<sup>196</sup> Relativamente a este assunto poucos foram os casos encontrados de crianças que, enquanto internadas em Montemor, foram tratadas em hospitais.

Durante o século XIX, a palavra Asilo, estava associada à assistência aos pobres, aos doentes mentais e aos desvalidos da sociedade.

O primeiro asilo destinado às crianças, em Lisboa, foi impulsionado por Luís da Silva Mouzinho de Albuquerque e sua mulher, Ana Mascarenhas de Ataíde, em 1834. E é sob este princípio que são inaugurados os 3 primeiros, todos sediados nesta cidade. Só, três anos mais tarde, se começam a espalhar por todo o país. Segundo Geremek (1995)<sup>197</sup>, *a política de grande enclausuramento marcou muito profundamente a evolução das sociedades modernas*. Esta era a política praticada nas casas assistenciais.

O enclausuramento era a realidade defendida.

No decorrer do ano de 1897, só na capital, os asilos eram já em número de 12. Isto retrata bem a miséria em que as populações viviam e a premência do seu auxílio.

A primeira casa destinada ao sexo feminino só é inaugurada, na Ajuda, 22 anos mais tarde. Como é fácil de entender, a preocupação com a educação das raparigas estava em segundo plano. Não era uma prioridade dos governantes, nem para as famílias.

Sendo instituições destinadas à prática da caridade, tinham como objetivo a educação, e muito raramente, a instrução, das crianças mais pobres, até aos 7 anos de idade, para os rapazes e 9 anos, para as raparigas. Tinha, como principal preocupação, o combate à mendicidade dando, em simultâneo, proteção a quem acolhiam (Soares, 2001)<sup>198</sup>.

Para Fernandes (2000)<sup>199</sup>, *o aperfeiçoamento técnico das manufacturas, tornando secundária a força física, permitia a absorção de mão-de-obra infantil, depois dos 7 anos de idade*. Assim, começando a trabalhar ainda durante a infância, estas crianças tornavam-se uma mais-valia para as famílias, pois ajudavam nas despesas dos lares.

Ficavam assim, de fora, as crianças mais pequenas, de quem ninguém se ocupava, e a quem se destinou a criação das *escolas dos pobres*.

Encarado, como uma necessidade, este enclausuramento apoiava-se numa educação no trabalho e pelo trabalho: as preocupações pedagógicas estavam esquecidas e/ou simplesmente eram excluídas.

Já com o século XIX, quase a findar, e com o aparecimento, em força, do movimento filantrópico, dá-se início à batalha pela reforma nas casas asilares e instituições similares (prisões, hospícios). Com o apoio na burguesia comercial e financeira, iniciou-se uma discussão generalizada, sobre a sua eficiência e sobre o destino a dar às crianças e jovens aí internados. Deste movimento resultou que, as crianças fossem separadas dos adultos e se transferissem para instituições destinadas às suas faixas etárias.

Ao longo dos anos, a relação adulto/criança foi sofrendo grandes mudanças, relacionando-se com as diferentes épocas vividas (Aries, 1988)<sup>200</sup>. Mas só no século XIX, as crianças começam a ter a importância, que lhes é devida.

Se a educação ainda não se tinha afirmado na sociedade oitocentista, não era de prever que se iniciasse nas Casas de Asilo. Não era esse o seu objetivo.

Tendo estas instituições um caráter assistencial, os seus estatutos apelavam para:

*Dar protecção e educação e instrução às crianças pobres de ambos os sexos desde que tenham acabado a criação de leite, tratando dos meninos até á idade dos sete anos e as meninas até a dos nove, habilitando*

---

<sup>197</sup> GEREMEK, B. (1995)

<sup>198</sup> SOARES, N.F. (2001)

<sup>199</sup> FERNANDES, R. (2000)

<sup>200</sup> ARIES, P. (1988) Para este autor esta nova maneira de encarar a infância foi fruto de um gradual e progressiva mudança de mentalidades que só se começou a impor no início do século XV

*assim os pais e as mães a ocuparem-se da sua lida diária, sem o inconveniente de deixarem seus filhos ao abandono (...)* 1º Os meninos de mais de quatro anos e as meninas de mais de seis não serão admitidas. 2º Poderão conservar-se em cada casa de asilo até à idade de doze anos, vinte e quatro das meninas que até aos nove anos tiverem mostrado maior aproveitamento precedendo para isso decisão do conselho de direcção sob proposta das senhoras directoras- Para perfazer este número ficarão no asilo oito em cada um dos três primeiros anos, e as vagas se preencherão anualmente à medida que ocorrerem<sup>201</sup>

Todo o discurso criado em torno da proteção à infância desvalida era encarado como um remédio que podia sarar o problema da mendicidade e do abandono de crianças. Mas a realidade mostrava-nos que as relações de desigualdade com a restante sociedade agravavam as dependências, tão do agrado e, razão de alguma da existência dos filantropos.

Gradualmente, o Estado foi tentando assumir o papel dos particulares, já que não possuía capacidade de resposta para tanta solicitação, e a nova ordem liberal chamou a si a responsabilidade pela educação destas crianças. A assistência pública tornou-se uma das prioridades do reino, tendo o desenvolvimento da teoria higienista contribuído para tal, pois coincide com o incremento das casas de asilo.

Criada, em 1901, à Inspeção Sanitária Escolar<sup>202</sup> competia-lhe:

*... inspeccionar quer as condições higiénicas dos edifícios em que estavam instaladas as várias escolas do Reino – não apenas as publicas mas também privadas – quer todos os alunos. Especificamente quanto a estes últimos, a Inspeção devia registar os que eram ou não vacinados, os que sofriam de doença contagiosa ou prejudicial à colectividade e ainda organizar um boletim antropométrico.*<sup>203</sup>

Ao tornar-se uma das prioridades dos governantes, a assistência pública muito ganhou com o desenvolvimento desta teoria. Iniciando a sua trajetória em Portugal, no termo do século XIX (Ó e Carvalho, 2009)<sup>204</sup>, e coincidindo com o impulso das casas de asilo, contribuiu para que no interior destas casas se desenvolvessem alguns cuidados básicos de higiene; as vacinações e os atestados de isenção de doenças infetocontagiosas, eram obrigatórios no ato de admissão.

Mas a articulação entre a assistência pública e a privada, quase não se fazia sentir. Caminhando paralelamente, iam desenvolvendo as suas ações, independentemente umas das outras.

Pertencentes ao domínio do privado,

*os asilos de infância desvalida foram uma das mais importantes novidades dos governos liberais, em*

---

<sup>201</sup> Diário do Governo nº273 de 20/11/1852

<sup>202</sup> Ó, J. R. do e CARVALHO, L. M. (2009)

<sup>203</sup> Idem

<sup>204</sup> Idem

*matéria de assistência pois, não se limitando ao amparo dos órfãos ou crianças abandonadas, procurou socorrer crianças pobres mas com famílias.*(Lopes, 1993)<sup>205</sup>

Defendendo a igualdade, entre todos os cidadãos, assim como uma instrução universal, era incentivada a construção de escolas. Apesar deste esforço, a população continuava muito pobre e iletrada, continuando a aumentar o número de marginais. A ignorância mantinha-se e a resistência à instrução não diminuía, por parte dos mais desfavorecidos. *Os de baixo* pouco ou nada se interessavam pela escola. Em paralelo, a burguesia ia conquistando terreno à nobreza, ganhando-lhe privilégios políticos, sociais e económicos, surgiam novos-ricos despojados de títulos de nobreza. O poder económico começava a marcar presença.

Enfatizava-se a pobreza. A aposta na formação dos desvalidos assentava em 3 pilares: disciplina, religião e trabalho. Sendo uma educação essencialmente religiosa católica, algumas destas crianças lá iam tendo acesso a regras de escrita, leitura e aritmética, mas era, sem qualquer espécie de dúvida, a economia doméstica que prevalecia, nas instituições destinadas às raparigas.

O abandono de crianças continuava um problema de ordem pública, não só nos centros urbanos como nas áreas rurais, onde, diariamente, as crianças ficavam desprotegidas, vagueando livremente pelas ruas ou pedindo esmola, enquanto os progenitores se ausentavam para trabalhar.

*O estudo histórico da infância abandonada, delinquente e marginalizada, possibilitaria uma melhor compreensão no tempo e no espaço e nos contextos das características, carências e diferentes problemáticas sociais, familiares e educativas que afectam o comportamento, a educação e o modo de vida daquela infância.* (Martins, 2005)<sup>206</sup>

Ao serem retiradas da rua e institucionalizadas, mais pareciam estar a ser castigadas pela sua condição social. O enclausuramento impedia que a pobreza se tornasse um drama social. Estando refém do seu poder económico, a classe maioritária, o povo, sempre excluído socialmente, não teve, neste tipo de assistencialismo, a ajuda necessária. O Estado paternalista nunca foi a solução para o combate à pobreza e, ao encará-la como possível causadora de alguma desordem social, enclausurava-a, fechando-a atrás de muros, em instituições oficiais ou particulares.

A criação de espaços asilares em lugares murados, imbuídos em sentimentos de compaixão (que tão bem fazem a quem os pratica), libertavam as sociedades de situações embaraçosas. Ao serem enclausuradas, deixavam de existir. Branqueava-se, assim, a sua existência.

No entanto, algumas destas casas de caridade também recebiam alunos externos. Na maior parte dos casos, só estas crianças mantinham contactos frequentes com as famílias, garantindo, assim, a tão necessária sociabilização e as ligações afetivas.

Como medidas de *controlo social* levadas a cabo, nos finais do século XIX, estas instituições, mais não fizeram do que protelar a resolução das desigualdades sociais, ajudando a solidificar as políticas desligadas da realidade. As instituições tipo

---

<sup>205</sup> LOPES, M. A. (1993) In MATTOSO (1994)

<sup>206</sup> MARTINS, E.C. (2005)

carcerário, a que Goffman chamou de *instituições totais* destinadas a recolher jovens delinquentes, abandonados e vadios, mais não fazia do que estigmatizar e segregar, quem já o era.

Estas casas eram:

*Lugares de residência e de trabalho, onde um grande número de indivíduos, colocados na mesma situação, separados do mundo exterior por um período de tempo relativamente longo, leva em conjunto uma vida de reclusão, com modalidades que são minuciosas e completamente regulamentadas (Goffman, 1974).<sup>207</sup>*

Recorrendo ao objeto de estudo, situações houve em que crianças estiveram internadas por mais de 20 anos e não podendo ser considerada uma vida de reclusão completa, pois algumas saídas eram permitidas, quer para visitar os familiares, quer para participar em atividades de cariz social (missas, procissões, pedir esmolas...), as regras eram muitas e, dia a dia, era devidamente regimentado e sobrevigiado. Como instituições normalizadoras e segregativas que eram, as Casas de Asilo mais não faziam do que abarcar um conjunto de medidas contra a vadiagem, através do socorro, com o objetivo de proteger os indigentes.

Os seus regulamentos internos (Lopes, 2004)<sup>208</sup> eram matéria de preocupação, como a proteção, a educação e a instrução das crianças. Preocupavam-se com os perigos das ruas a que estas crianças estavam sujeitas e educavam-nas de forma a robustecer os hábitos de ordem, disciplina e virtudes cristãs.

*Estas instituições representavam um ponto de confluência da realidade social e das conceções das elites, o resultado do cruzamento do mental e do concreto a que procuravam responder (Lopes, 2004).<sup>209</sup>*

Mas, se as recolhidas podiam beneficiar de alguns cuidados básicos, totalmente inacessíveis nas ruas, como a alimentação, cuidados elementares de saúde, higiene e educação, raras eram aquelas que tinham acesso ao ensino e a uma formação qualificada. Podendo livrar-se de seguirem alguns dos caminhos que as levariam às prisões, ao serem institucionalizadas, forneciam mão-de-obra barata, destinada a ocupar funções relacionadas com os serviços domésticos. Sobrepondo a importância do trabalho doméstico ao ensino, estas casas tornaram-se centros de emprego desqualificado.

Ao pensar-se que, só pelo isolamento, pelo assistencialismo assimilacionista<sup>210</sup>, estes indivíduos poderiam ser restituídos à sociedade de forma útil, a criação das casas de asilo foram encaradas como uma mais-valia. Era esperado que as crianças assimilassem os conhecimentos e os valores fundamentais de quem os auxiliava, era necessário integrá-las, para não se tornarem uma ameaça. A expansão das casas de assistência foi, essencialmente, obra de iniciativas privadas, da alta sociedade oitocentista e contou com

---

<sup>207</sup> GOFFMAN, E. (1974)

<sup>208</sup> LOPES, M. A. (2004)

<sup>209</sup> Idem

<sup>210</sup> Julgo poder chamar de assistencialismo assimilacionista a este tipo de auxílio. Para além de pretender assistir quem mais precisava, em simultâneo, pretendia que os assistidos assimilassem toda a cultura, religião e comportamentos de quem se propunha auxiliar. Não eram aqui tidos em conta os interesses de quem recebia a ajuda.

o apoio de políticos liberais. Com eles surgiu um forte movimento filantrópico, que veio substituir a prática da caridade, até então tão comum.

Surgindo após a guerra civil (1822), o filantropismo cristão começou a marcar pontos e a chamar a si as questões de políticas educativas.

*O filantropismo cristão reflectiu-se desde logo na fundação das Casas de Asilo da Infância Desvalida, graças à criação em 1834, da Sociedade Promotora das Escolas Gratuitas da Primeira Infância Desvalida, de iniciativa de D. Maria II, a qual concebeu o projecto durante o seu exílio parisiense onde assistira ao funcionamento das Saies d' Asile.*

*As Casas de Asilo e a sua organização eram decalcadas do Manual de Denys Cochin. Considerando-se, porém, que não existia propriamente um modelo adequado começou-se por fundar uma chamada "Escola de Ensaio", albergando 21 crianças recrutadas nos bairros pobres de Lisboa. No mesmo ano de 1834 é fundada uma segunda Casa de Asilo no Funchal. (Fernandes, 2004)<sup>211</sup>*

Mas o nascer do ideal filantrópico, com a revolução liberal, e o crescer da laicização do ensino, com a República levou a que um tipo de positivismo organizado, caso da maçonaria, surgisse, envolvendo-se no assistencialismo e procurando retirar daí frutos, para as suas organizações. Com o advento desta nova era política, a sociedade tradicional estava a ser questionada, começando a dar maior ênfase ao poder económico do que a uma hierarquia há muito estabelecida.

A burguesia triunfava perante os laços de sangue.

Tanto a caridade, como a filantropia, apesar de serem conceitos bem definidos, estão possuídas de grande mutabilidade. Este par conceptual, além de não poder ser encarado como antagónico, confunde-se, muitas das vezes, nas práticas e nos fins que se propõe atingir. Ambos recorrem ao voluntarismo e à boa vontade dos seus aderentes, visam esconder a pobreza instalada e não dissimulada, ajudando, em ambos os casos, ao lavar das consciências dos mais afortunados

Ao tentar passar-se de uma lógica caritativa para uma de solidariedade, a resolução dos problemas, a que visavam dar respostas, nunca eram resolvidos, apenas foram sendo entaipados, sem existir a preocupação para com a sua real solução. O paternalismo foi-se mantendo e a relação de dependências dos assistidos pelos assistentes aumentava, sem nunca se chegar ao amago da questão. A compaixão, que inspira a caridade, nunca deixou de inspirar a filantropia e, estas práticas assistencialistas continuavam pouco dissemelhantes. O assistencialismo assimilacionista mantinha-se, mesmo com a tentativa de separação da igreja do estado.

*A partir de meados do século XIX a filantropia moderna questionava as práticas caritativas, demonstrando a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares (Gondra, Schueller, 2008)<sup>212</sup>.*

---

<sup>211</sup> FERNANDES, R. (2004).

<sup>212</sup> GONDRA, J.G. e SCHUELER, A. (2008).

Era a necessidade de uma aculturação das populações que se começava a defender. Era a alteração de comportamentos que se pretendia.

Toda esta política assistencial teve, por base, a assimilação da criança a um *modus vivendis* não dominante, mas mais poderoso, visando o conformismo, por parte dos assistidos. Os valores transmitidos eram os das classes dominantes e as referências culturais, nada tinham a ver com a realidade das crianças institucionalizadas. Tentando suavizar a pobreza, o filantropo organizava-se em confrarias e/ou irmandades, procurando responder às necessidades mais prementes. Ao responderem a uma primeira emergência, nunca apostavam na resolução do problema, essa competia ao Estado. Apontavam para a abertura das instituições, para a recolha destas gentes, mas depois de institucionalizadas, pouco se preocupavam com o seu futuro.

O mediatismo continuava a nortear a ação.

Os apoios monetários e os donativos eram angariados, entre os seus pares, em grandes convívios sociais e, posteriormente, publicados na imprensa regional, como forma de agradecimento e de visibilidade social.

Surgindo a partir de meados do século XIX, o movimento filantrópico, com o apoio da burguesia e apoiado na figura do benemérito, começa a criar raízes na sociedade local. Esta figura chamava a si o protagonismo e marcava presença na génese dos orfanatos e casas asilares.

Homem nobre, ligado ou não à igreja, possui, habitualmente, formação superior. Os detentores de títulos de nobreza começam, lentamente, a ser substituído, por uma burguesia em ascensão, onde os médicos, juristas e comerciantes tinham um papel relevante na sociedade, pois começavam a ser detentores de fortunas (Marques, 1986)<sup>213</sup>. Partindo do pressuposto que as famílias mais carenciadas e destruídas não possuíam, nem podiam transmitir, as competências necessárias, para uma integração completa nas sociedades locais da época, quanto mais depressa se desenrolasse esse processo, melhor seria para as crianças.

Se a assimilação pressupõe *uma desaculturação da cultura* (Leite, 2002)<sup>214</sup>, esta orientava-as, para que se tornassem, cada vez mais semelhantes junto dos seus pares mas, em simultâneo, distanciava-as e estigmatizava-as aos olhos da sociedade. A partir do momento em que eram institucionalizadas, quanto mais rapidamente se adaptassem a este monoculturalismo, mais facilitada se tornava a sua integração no grupo de pares.

Estas disparidades societárias, desenvolvidas através de ações, visavam, exclusivamente, excluir quem mais necessitava ser incluído. O olhar atento dos filantropos e as sentidas necessidades de *controlo social*<sup>215</sup> foram peças chaves para garantir alguma paz social às políticas liberais, que se começavam a implementar.

Em inícios do século XIX, a palavra filantropia surge, igualmente, ligada à assistência aos expostos

*As melhores lembranças que o filantropo cogitar para benefício dos expostos, sempre hão de ceder ao plano dos prémios, dos privilégios, e das honras; o interesse he a mola real do genero humano, deve, por ella ser dirigida; huns fazem consistir todo o seu interesse no dinheiro, outros nas honras; esses dois meios bem applicados podem dar grandes vantagens....*<sup>216</sup>

---

<sup>213</sup> MARQUES, O. (1986)

<sup>214</sup> LEITE, C. (2002)

<sup>215</sup> FOUCAULT, M. (1974)

<sup>216</sup> VARELLA, J. (1814)

Se os governos da monarquia constitucional apelavam, frequentemente, ao incremento da educação/ensino, como forma de colmatar o atraso, que se fazia sentir, com a 1ª República a prioridade apontava à formação cívica dos cidadãos. Com uma intervenção cidadã, como reflexo do poder democrático (Benavente, 1977)<sup>217</sup>, o novo regime, instalado quando da revolução de 5 de outubro de 1910, mesmo propondo-se defender um estado mais igualitário, as novas identificações continuavam no esquecimento e, ao serem transmitidos às crianças valores que em nada tinham a ver com o seu universo social, o sucesso da educação estava à partida comprometido.

Alfabetizar era importante, ajudava a mudar mentalidades e à saída do obscurantismo. Era pedido aos cidadãos um empenho responsável, pela causa pública. Era-lhes pedida uma participação ativa, na vida da sociedade. *O processo de alfabetização é uma conquista crescente de consciencialização do alfabetizado, que vai construindo o seu caminho para a liberdade – a educação torna-se uma prática de liberdade* (Mogarro e Pintassilgo)<sup>218</sup>

Possuindo valores baseados numa moral laica, o republicanismo não foi capaz de, só por si, combater estes flagelos. A miséria e a degradação social tinham vindo para ficar. *A Revolução das mentalidades tardava, era urgente moralizar a sociedade* (Pintassilgo).<sup>219</sup> A pedagogia uniformizada, em voga no século XIX, pouco ou nada evoluiu nos primeiros anos da república.

Os comportamentos mantinham-se inalterados, sendo a sua imitação

*... o resultado de uma luta concorrencial que leva as camadas burguesas a imitarem as maneiras de ser aristocráticas e que, por seu turno, obriga a nobreza da corte a aumentar as suas exigências de civilidade, no intuito de voltar a atribuir-lhe um valor discriminativo.*(Chartier, 1988)<sup>220</sup>

Sem uma alteração comportamental significativa, o fracasso das políticas estava garantido. Segundo Pintassilgo (2007)<sup>221</sup>, o início do século XX foi marcado por um espírito republicano que, embora valorizasse a educação da mulher, tinha a sua principal preocupação centrada na preparação para o desempenho do papel de mãe (como educadoras dos filhos) e esposa (com a respetiva obediência aos maridos).

Para os republicanos, o atraso a que o ensino estava votado, era devido ao obscurantismo religioso e eram as raparigas quem mais sofria com os princípios orientadores da moral vigente. Estes ofuscavam as aprendizagens escolares. Era mais importante agradar ao companheiro, ter a casa asseada e zelar pelo bem-estar da família.

*Enseñales a hacer una comida conveniente, a lavar, planchar, remendar medias, cocer botones...cocer el pan que comam... sé asseada y tem tu casa en buen orden...*( Vargas, 2001)<sup>222</sup>.

---

<sup>217</sup> BENAVENTE, A., MENDES, H. e SCHMIDT, L. (1977)

<sup>218</sup> MOGARRO, M. J. e PINTASSILGO, J. (Texto sem data)

<sup>219</sup> PINTASSILGO, J. *Regeneração Moral e Formação de Cidadãos – O debate na imprensa pedagógica portuguesa no início do século XX*. Texto sem data.

<sup>220</sup> CHARTIER, R. (1988)

<sup>221</sup> PINTASSILGO, J. (2007)

<sup>222</sup> VARGAS, H. C. (2004).

A educação no feminino sempre esteve largos passos atrás, relativamente ao sexo oposto. Com uma sociedade mais preocupada, até há poucos anos, em proporcionar aos rapazes uma educação privilegiada, em termos académicos; as raparigas continuaram a ser ensinadas a agradarem aos maridos e cuidarem da casa e dos filhos, descurando-se a sua formação académica. Se as famílias tinham poucos recursos económicos, quem se mandava para a escola eram os filhos rapazes, pois não havia dinheiro, para que todos estudassem; se os problemas económicos não existissem, continuava a ser nos rapazes, a aposta académica, ficando as raparigas a ajudar as mães, nas tarefas domésticas, preparando-as, assim, para serem esposas dedicadas, obedientes e sempre submissas.

*Pero si la caridad há sido próvida com las niñas, bien puede decirse que respecto de las niñas há llevado su generosidade hasta assistilas com lujo, por más que, aún asi y todo, sempre queda algo que hacer en este punto, y por mucho que se recorra calles y plazuelas, sempre se halla alguna pobrecita infeliz á quien arrancar de las garras de la miséria y de la corrupcion. (Mullois, 1847)<sup>223</sup>*

Conhecido o princípio de que nada acontece isoladamente, toda a atividade humana sofre influências do coletivo e do meio em que está inserido. Assim, protagonista de grandes transformações sociais, a educação das raparigas não poderia deixar de ser matéria transversal, a toda esta sociedade liberal. No entanto, estava limitada às elites locais.

*O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem a sua função, seus papeis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase pré determinado. (Perrot, 1988)<sup>224</sup>*

Sendo uma educação baseada na exclusão e na diferença de género, as ideias positivistas não foram suficientes para mudar estas práticas e mentalidades. A sociedade patriarcal mantinha-se e a igreja continuava a desempenhar o seu papel castrador.

*Todo o sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas da sua estrutura e do seu funcionamento ao facto de que é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência são necessários ao exercício da sua função própria de inculcação quanto à realização da sua função de um arbitrário cultural do qual ele não é produtor e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (Boudieu e Passeran, 1975.)<sup>225</sup>*

Se a educação doméstica era a prioridade, casos houve, em que as aspirações ousaram sonhar mais alto, tentando, maioritariamente, cursar nas Escolas de Enfermagem e nas Escolas Normais.

---

<sup>223</sup> MULLOIS, M. I. (1847)

<sup>224</sup> PERROT, M. (1988)

<sup>225</sup> BOUDIEU, P. e PASSERAN, J.C. (1975)

Ao considerar a educação, o eixo identificador de uma comunidade, em relação à restante interculturalidade global, não podemos menosprezar o seu protagonismo e o seu lugar de destaque, dentro da própria comunidade.

Gostava de deixar, aqui, um pequeno parêntesis, para referir o que entendo por interculturalidade e as diferenças que penso existirem com a palavra multiculturalidade. Não havendo sociedades monoculturais, pois ninguém vive isolado, a multiculturalidade é, sem qualquer espécie de dúvida, uma realidade atual. Sendo palavras que, por vezes, se confundem no discurso, elas possuem especificidades que as distinguem. Podemos entender, por interculturalidade, um conceito, suportado por noções de reciprocidade e troca nas relações humanas. Esta está ligada às inter-relações, entre os modos de sentir e de compreender as realidades. As suas preocupações centram-se nos conteúdos e nos processos, para atingir os seus objetivos. Se a multiculturalidade visa a igualdade de oportunidades, a interculturalidade *incide na valorização das culturas, nos seus valores e no reforço da solidariedade...* (Silva, 2002)<sup>226</sup>

Uma identidade não se constrói isoladamente, evoluindo no contacto com outras, tendo como base a educação, as inter-relações sociais, para além de não estarem garantidas, originavam que as relações identitárias estivessem resumidas aos pares, originando a estagnação e o isolamento. Encontrar o lugar de cada cultura, no seio da multiculturalidade (Kawami, 2006)<sup>227</sup>, não é só problema da atualidade. Não se questionando este assunto, no século XIX, não significava que ele não existisse. O pluralismo cultural existe, quando, em simultâneo, são identificados diferentes estilos de vida, valores diversificados e específicos para diferentes grupos de cidadãos, ele estava presente no interior destas instituições.

As crianças, aqui institucionalizadas, nada tinham a ver com os estilos de vida dos seus beneméritos e os seus valores também não eram comuns. Esta mestiçagem de valores e de padrões de vida nunca foi respeitada. Era necessário que as crianças adquirissem os valores de quem as sustentava para, o mais depressa possível, serem integradas na sociedade, da qual tinham sido retiradas, por serem vistas como uma ameaça. Não se põem aqui problemas de natureza étnica, mas a discriminação era uma realidade.

Por tudo isto, uma educação multicultural, que aqui não pode ser olhada à luz de um folclore étnico, também não pode ser ignorada, pois nunca existiu qualquer tipo de esforço em respeitar os valores culturais de quem estava institucionalizado.

A educação continuava a pesar no orçamento familiar, não eram só os custos com a escola, mas, a perda de mão-de-obra, resultante da frequência escolar, e que, era uma mais-valia para o agregado familiar. Se a criança frequentava a escola, não podia trabalhar e ajudar nas despesas familiares. Para além disto, a escola não era aglutinadora dos interesses das populações, não cativava, nem apelava à sua frequência. Estas eram poucas; eram poucos os professores competentes e as distâncias a percorrer pelas crianças, eram demasiado extensas e penosas. A situação manteve-se durante muitos anos, atravessando vários regimes.

O debate entre educação e ensino constituiu uma das causas públicas da época. No entanto, os professores eram muito escassos e os alunos pouco motivados, para a frequência escolar. Segundo Mogarro e Martínez (2010)<sup>228</sup>, este leque de regeneração social não podia deixar de lado o problema das políticas de proteção social, como contributo para o desenvolvimento do país.

---

<sup>226</sup> SILVA, M.C.V. da (2002)

<sup>227</sup> KAWAMI, R. (2006)

<sup>228</sup> MOGARRO, M.J. e MARTINEZ, A. (2010)

Aparentemente, a única preocupação com o que se passava intramuros, muito pouco mexia com a população da terra, o que mais preocupava as direções era a transmissão de valores da época



Fotografia 9: Asiladas, funcionárias e direção (1927)

*As Casas de Asilo têm sido definidas pelo seu caráter caritativo ou assistencial, quer sob o ponto de vista do discurso, quer sob o ponto de vista da prática. Em contra partida, o sentido da sua atividade pedagógica não foi até ao presente escrutinado de modo a deixar claro as funções efetivas e do próprio conceito de assistência.* (Fernandes, 2000)<sup>229</sup>

Mesmo sem as ordens religiosas, a religião continuava a exercer a sua influência, com a ligação entre a

igreja e a maçonaria, bem espelhada no exemplo do Asilo Montemorense da Infância Desvalida. Ao conviverem em diferentes direções, os religiosos, os laicos e os maçons, mantinham uma relação estreita e cordial. Se existiam conflitos, entre as duas instituições, não eram aqui retratados. Contribuindo para o incremento destas casas asilares, por se basearem em ideologias, onde o apelo à fraternidade era uma constante, os maçons iam conseguindo ganhar prestígio, junto das instituições filantrópicas. Devido ao seu caráter positivista, facilmente aglutinavam, à sua volta, apoios às causas que defendiam. Não se mostrando anti-religiosos, mesmo após a implantação da república, foram conseguindo manter a sua influência, junto de alguns elementos ligados à igreja católica.

Mas a igreja nunca deixou de ter lugar de destaque, nesta instituição de caridade. A sua ingerência aproveitava-se destas instituições e das famílias mais carenciadas para não perder o seu poder e continuar a beneficiar de tudo o que a sociedade lhes podia proporcionar. Era através da mulher, que conseguia aglutinar a restante família. Por esta não ser escolarizada, era mais fácil deixar-se apanhar pelas doutrinas cristãs e, com ela, arrastar toda a família, mesmo que isso contribuísse para o perpetuar da ignorância, a que o sexo feminino estava votado. Com instrução muito limitada, não originavam qualquer questionamento e tudo era aceite, pacificamente.

Era preciso que

*a inteligência feminina se revigore com o conhecimento das verdades religiosas para evitar o fanatismo e as superstições, em proveito da família e da humanidade; porque só d'este modo abandonariam as frivolidades e caprichos em obséquio dos seus direitos e das suas naturais faculdades* (Praça, 1872).<sup>230</sup>

O que se pretendia, com este tipo de afirmações, era, precisamente, que as mulheres continuassem a viver no fanatismo e na obscuridade, que a igreja transmite. Não excluindo a mulher do tecido produtivo da sociedade, as ambiguidades, relativamente ao papel a desempenhar, eram, por vezes, gritantes.

<sup>229</sup> FERNANDES, R. (2000)

<sup>230</sup> PRAÇA, J.J.L. (1872).

Continuava-se a defender uma educação feminina virada para o lar e para a família. Algo misógino e com uma ideologia marcadamente católica. Deusdado pretendia que a educação orientasse *o espirito da mulher desenvolvendo integral e harmoniosamente as suas faculdades de acordo com as suas aptidões e o seu fim* (Deusdado, 1886).<sup>231</sup>

Todo o sistema de ensino podia ser visto, como pertencente a uma área, em que as lutas políticas marcavam presença (Gromsci,1997).<sup>232</sup> Mas essas batalhas continuavam a olhar para a mulher, como um ser inferior. Uma vez que ela, a mulheres, não era parte integrante do mercado de trabalho (Ó e Carvalho, 2009).<sup>233</sup> Com as crises sucessivas, em que o país vivia, tornou-se imprescindível prepará-la para poder assumir ocupações, fora de casa.

Em 1911, foi atribuído aos serviços de Sanidade escolar a promoção do desenvolvimento mental das alunas, assim como o *ensino da ginástica que passou a ser da sua competência exclusiva* (Ó e Carvalho, 2009).<sup>234</sup> Esta atividade, há muito, que era defendida no interior do Asilo Montemorense.

Mas a condição à nascença continuava a predestinar o futuro das crianças. Quem nascia pobre e do sexo feminino, nunca poderia aspirar a ter lugar de destaque na sociedade. A liberdade de escolha não era para todos. (Fernandes, 1994))<sup>235</sup>

Esta *pobreza estrutural, que se exprimia pela existência de um certo número de pessoas sujeitas ao socorro público, eram muito bem toleradas pelas estruturas da época e não*



Fotografia 10: Asiladas, funcionárias e direção (1944)

*punham grandes problemas às autoridades públicas.* (Geremek, 1998)<sup>236</sup>

Finda a 1ª República, existiam, no distrito de Évora, sete instituições de assistência (Martins).<sup>237</sup>

Já durante a ditadura militar, a educação doméstica continuava a ter grande protagonismo. Tinha como objetivo *preparar as mulheres para vida do lar, de educadoras dos filhos e para todas as situações que não impliquem competências como homem.* (Carvalho, 2011)<sup>238</sup>

O golpe militar de 1926, e devido à situação em que o país se encontrava foi inicialmente aclamado pelas populações. O povo, cansado de guerras e instabilidades, ansiava por tempos de paz. Mas tudo se alterou muito rapidamente. Quando, em 1928, Salazar toma o poder, as políticas fraturantes e restritivas das liberdades (fruto das suas convicções religiosas e fascizantes) vieram pôr em causa as expectativas populares. Também este novo despotismo estendeu as suas garras ao ensino. O retrocesso foi uma realidade pois, manter as populações na ignorância, era meio caminho para uma submissão rápida e sem entraves, nem questionamentos.

<sup>231</sup> DEUSDADO, F. (1886)

<sup>232</sup> GROMSCI, citado por MARROW, R. e TORRES, C.A. (1997)

<sup>233</sup> FILHO, L. F.M. (2004)

<sup>234</sup> Ó, J. R. do e CARVALHO, L. M. (2009)

<sup>235</sup> FERNANDES, R. (1994)

<sup>236</sup> GEREMEK, B. (1998)

<sup>237</sup> MARTINS, E. C. in FERNANDES e VIDIGAL (coord.) (2015)

<sup>238</sup> CARVALHO, R. (2011)

*O inconveniente de o povo saber ler não estava propriamente no facto, em si mesmo de ler, mas no uso perigoso que dele podia resultar. (Carvalho, 2011)<sup>239</sup>*

Com a fundação da Mocidade Portuguesa (1936), deu-se mais um passo na instrumentalização dos jovens aos ideais nacionalistas e cristãos. Um ano mais tarde (1937), o aparecimento da ala feminina continua a incrementar e desvalorizar o papel da mulher, na sociedade. Revalorizava-se o papel da mãe, da esposa de cuidadora do lar e da família. As competências académicas continuavam a estar em segundo plano. A aposta era a domesticação da mulher, limitando-lhe o acesso a certas profissões, impedindo-a de tentar uma independência económica, relativamente ao marido. Algumas profissões, até para casarem, tinham de pedir autorização ao Estado.

Nunca a opinião de Almeida Garrett (1904) tinha estado tão atual. Para este romancista, *a mulher deve estar em certa sujeição ao homem porque depende dele...foi moldada pela natureza para ser mãe.*<sup>240</sup>

Mas é no, e com o, trabalho, que a mulher, verdadeiramente se revoluciona.

Com o advento do capitalismo, as relações sociais e laborais agravam-se. As desigualdades aumentam, estabelecendo-se novas relações de produção. Os interesses, pelo bem comum, foram-se esbatendo, com uma maior aposta nos lucros e no desenvolvimento económico. Aqueles, que não serviam para trabalhar, passaram a excluídos, restando-lhes o recuso aos apoios prestados pelos filantropos, os mesmos que os tinham excluído. Depois de controlarem os meios de produção e grande parte da empregabilidade, dedicavam-se a ajudar a quem tinham dispensado.

Se era importante combater o analfabetismo, esta importância passou para segundo plano, durante o Estado Novo.

A assistência aos *desvalidos* foi sofrendo algumas alterações, ao longo dos anos, mas, no seu âmago, pouco se alterou, até aos dias de hoje. Os internatos continuaram a ter a mesma estrutura rígida e disciplinar e as condições de aprendizagem e as possíveis apostas na formação prosseguiram não sendo as melhores.

Mas, já anteriormente à existência dos Asilos, os excluídos tinham os seus destinos traçados. As Rodas dos Expostos zelavam por eles.

---

<sup>239</sup> CARVALHO, R. (2011)

<sup>240</sup> GARRETT, A. (1904). In CARVALHO, R. (2011)

## 2.1. Os expostos e a Roda

*De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte externa, o expositor colocava a criança que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante – ou Rodeira – que um bebé acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido. (Marcílio,1998)<sup>241</sup>*

Se a Roda existiu no convento da Saudação, não há qualquer espécie de dúvida, no entanto não foi possível saber se esta cumpriu as suas funções durante os primeiros anos de funcionamento deste Asilo.

Remontando à Antiguidades, a prática do abandono de crianças atravessa a Grécia Clássica, toda a História da Humanidade e chega ao século XVII, onde a Roda veio dar acolhimento às crianças rejeitadas e/ou vítimas de abandono.

Se, na Idade Média, a entrega aos mosteiros era prática comum, as instituições religiosas continuaram na primeira linha, ao longo dos séculos. Confrarias e as irmandades tomaram a dianteira, como forma de *salvar as almas* dos seus associados.

No século XVII, D. Beatriz funda o Hospital dos Meninos Órfãos, primeira instituição destinada a recolher *expostos e velar pelo seu bem-estar físico e moral, preparando-os para poderem ganhar o seu sustento ao alcançarem a idade adulta.* (Alvim, 1984)<sup>242</sup>

Ao deparar-se com o número decrescente da população, não só resultante das diversas epidemias, que vingavam, como dos inúmeros infanticídios e abortos registados, a 10 de maio de 1783, o Intendente Pina Manique mandou abrir Casas de Roda, em todas as comarcas do país. Apesar dos esforços, a mortalidade continuava. *O criminoso abandona das pobres criancinhas, cuja vez de chorar viria mais tarde, quando na plenitude da existência pudesse julgar os progenitores e a cumplicidade do Estado, agravou-se assustadoramente, aponto de se ter resolvido oficializar, com a instituição da Roda, aquela prática infame* (Pardal, 1968).<sup>243</sup>

Os expostos recolhidos na Roda continuavam a morrer, por falta de condições de higiene, saúde e alimentação adequadas. A Roda não conseguiu, não podia ou não queria, zelar pelo bem-estar das crianças, que lhe eram confiadas.

*Os médicos e os jornalistas, os maiores críticos, consideravam a Roda um símbolo da miséria...denunciava os gastos ruinosos do erário público, o convite à dissolução de costumes e a incapacidade da Roda em assegurar a sobrevivência de*

---

<sup>241</sup> MARCÍLIO, M. L. (1998)

<sup>242</sup> ALVIM, M. H. V.-B. (1984)

<sup>243</sup> PARDAL, U. V. (1968)

*um número cada vez maior de expostos.* (Cubeiro, 2011).<sup>244</sup>

O número de óbitos era muito grande e a maioria das crianças morria, antes de completar um ano de idade.

*Existia desde 1852, uma disposição legal que considerava criminoso todo aquele que encontrasse um exposto e o não fosse entregar às autoridades. Mas os casos de abandono eram tão numerosos que um cidadão, para não ficar incurso na lei, seria obrigado a faltar frequentemente ou emprego ou transtornar outras ocupações profissionais.* (Pardal, 1968)<sup>245</sup> Esta frase revela bem a quantidade de abandonos que existiam. Talvez um pouco exagerada, não deixa de refletir alguma da realidade.

Se a criação da Roda, segundo Marcilio (1998), aparece pela primeira vez, em Roma, foi já no século XVII que se espalhou por toda a Europa. Colocadas à entrada das igrejas, conventos e hospitais, eram nelas depositados todos os enjeitados assim que nasciam, crianças fruto de relacionamentos casuais ou vítimas de pobreza extrema. (Morais, 1997)<sup>246</sup> Continuava a ser preferível abandonar as crianças, após o nascimento, do que praticar o aborto. As mentalidades católicas e o grande poder que a igreja detinha não o permitiam e faziam questão de o relembrar, frequentemente.

Entregando as crianças recém-nascidas na Roda, evitava-se que elas fossem abandonadas nas ruas ou à porta das igrejas e conventos.

*A criança depositada na roda, recolhida pela rodeira, era logo baptizada. Fazia-se um inventário de todos os eventuais pertences que trazia consigo, inscrevia-se no livro de entradas dos expostos cada uma das peças do vestuário e objetos que vestia ou foram colocados junta a si, mesmo sendo apenas farrapos. Transcreviam-se os bilhetes ou escritinhos que eventualmente o expositor deixava preso à roupa do bebé. No livro de entradas dos expostos, já registravam a criança com seu nome de baptismo, e por vezes suas condições de saúde aparentes. A cada criança reservava-se uma página do grande livro de registos de entrada, pois todas as eventualidades da sua vida seriam cronologicamente ai inscritas* (Freitas, 1997).<sup>247</sup>

As primeiras referências à existência da Roda, em Montemor-o-Novo, constam, segundo Moraes (1997), de um diploma régio, datado de 1546<sup>248</sup>, terminando as suas funções no, Hospital de Santo André<sup>249</sup>, em 1837<sup>250</sup>.

---

<sup>244</sup> CUBEIRO, T. M. R. (2011)

<sup>245</sup> PARDAL, U. V. (1968)

<sup>246</sup> MORAIS, M. da G. (1997)

<sup>247</sup> FREITAS, M. C. de (org.) (1997)

<sup>248</sup> Existem duas teses sobre a data da fundação da Roda, nesta cidade. Uma que defende a data de 1546 e outra de 1567 Segundo Correia e Alvares (1873) “a sua fundação não é muito anterior a D. Manoel “ (1495/1521). Para Varella (1814) esta não existia no tempo em que, a administração do hospital, estava a cargo dos Cónegos de S. João Evangelista. Sabendo que esta administração esteve à frente dos destinos do hospital até 1567, o mais acertado era pensar-se que a fundação da Roda fosse posterior a esta data. No entanto esta tese é contrariada pelo diploma régio de 10 de julho de 1546 determinando que, quando o número de expostos excedesse os 10, metade passariam a ser criados pelo concelho de Montemor. Assim fica assegurada a existência de expostos em 1546, mas nada garante que seja este o ano da fundação da Roda.

Situada nas traseiras do hospital, a Roda recebia, em inícios do século XIX, uma média de 40 crianças por ano.

*Em humma pequena casa dentro do Hospital de Santo André, aonde se acha a roda, em que se recebem os expostos, há humma mulher com salário e ração paga pelos reditos do mesmo Hospital; he do dever desta serva aceitallos ou tirallos da roda, aceallos, levallos ao Administrador para fazer o competente assento em hum livro com este destino, onde se declara o dia da entrada, os signaes, e o vestido que traziam. O primeiro passo que dá o Administrador em beneficio dos expostos He fazellos baptizar na Igreja Matriz, em que se despende 100rs; trata logo de procurar ama de leite para os crear e em quando a não acha, são nutridos os engeitados com certas papas, que lhes az a serva; secedendo muitas vezes não se achar ama, e ser por isso necessário recorrer à Vara da Justiça são levados nestes meios tempos por algumas casas, onde se tem noticia que haja mulheres com filhos de mama. (Varella, 1814)<sup>251</sup>*

Entregues a amas, que ficavam responsáveis pelas crianças até à idade de 7 anos, após o que eram entregues aos juizes. Cabia aos juizes de órfãos a afixação de editais, onde as crianças eram negociadas, em praça pública, como se de animais se tratasse, em dia de leilão.

*... que há expostos por acomodar, e que na primeira audiência, ou dia (...) os arrematará a quem, melhor soldada offerecer. (Morais, 1997)<sup>252</sup>*

Segundo a lei portuguesa, quando as crianças completassem sete anos passavam a depender dos juizes dos órfãos. *Estes deveriam nomear-lhes tutor e acomodá-los como empregados a troco de alimentos, vestuário e dormida, passando os meninos a receber salário a partir dos doze anos e adquirindo a emancipação aos vinte. (Lopes)<sup>253</sup>*

Mas as crianças que chegavam ao juizado, eram uma pequena percentagem do total dos expostos. A mortalidade, durante o primeiro ano de vida, rondava os 80%. Mesmo os que ficavam entregues às amas tinham uma esperança de vida muito baixa. Entre 1790 e 1814, na cidade de Montemor-o-Novo foram *entregues* à Roda 307 crianças, 159

---

<sup>249</sup> “ O Hospital Real de Santo André da villa de Montemór-o-Novo na província do Alemtejo da directa e imediata administração da ordem da hospitalidade de S. João de Deus...Este hospital foi fundado de duas alvergarias, que consta estarem estabelecidas no anno de 1354...A primeira alvergaria se chama do Espirito Sancto e a segunda de Santo André...”Correia, J.H. de Brito e Alvares, J.M. (1873)

<sup>250</sup> Também a data de 1837, referida por Moraes (1997) para o fim da Roda junto ao hospital de Santo André, não me parece ser consensual. Segundo Correia e Alvares (1873), em fevereiro de 1836 “...foi a roda dos expostos transferida do pavimento terreo do edificio do hospital, onde ate então esteve, para o hospicio dos Monges de S. Paulo de Montefurado, por simples acordo do administrador do concelho com a Camara...aprovado em 17 do referido mez de fevereiro.”

<sup>251</sup> VARELLA, J. (1814)

<sup>252</sup> MORAIS, M. da G. (1997)

<sup>253</sup> LOPES, M.A. (texto sem data)

rapazes e 148 raparigas, dos quais faleceram 197, 95 rapazes e 102 raparigas. (Varella, 1814)<sup>254</sup>

Criados por amas, que eram pagas para tal, nem sempre estas cumpriam com as suas obrigações, não lhes assegurando os cuidados mínimos. Quando se conseguia encontrar alguém disponível para os receber, era-lhes entregue juntamente com o enjeitado o *vestido necessário, que se reforma, e três pães de três quartas, e hum arrátel de assucar; deste tempo em diante começa a vencer ordenado, que tem sido mui variado; no anno de 1753 forão 500 rs; de 1753 a 1790 de 720 rs mensais, estabeleceu-se hum premio de 1000 rs para cada ama, que desse o enjeitado vivo e são no espaço de dois anos.* (Varella, 1814)<sup>255</sup>

No município de Montemor, os expostos eram sustentados pela câmara e pela Misericórdia<sup>256</sup> que, nesta vila, detinham um grande poder económico, contribuindo *anualmente com 910\$896 réis distribuídos em prestações mensais. O município entra com o restante.* (Correia e Alvarez, 1873)<sup>257</sup>

Até chegarem a ser obrigações dos municípios, os expostos tinham de passar por algumas etapas eliminatórias da sua condição. Segundo as Ordenações Manuelinas (1521), os órfãos que não fossem fruto de legítimo matrimónio, fossem filhos de homens casados ou solteiros, ficavam, primeiramente, a cargo dos pais; não podendo estes criá-los, passavam para as custas das mães; se nenhum dos dois casos referidos fosse viável, eram entregues a parentes. Não querendo estes, assumir as responsabilidades ou, sendo estas crianças filhos de religiosos (frades ou freiras), ou de mulheres casadas e, para que as crianças não morram eram entregues a hospitais, albergarias ou outro lugar indicado, para a criação dos enjeitados. Ainda segundo as mesmas Ordenações, a criação dos expostos estava entregue ao município, sendo sustentados pelas contribuições públicas. Mais tarde, as Ordenações Filipinas (1603), continuaram esta política, mas com o incremento das Misericórdias, muitas destas crianças passaram a ser sua responsabilidade, mantendo a ajuda dos municípios.

O número de expostos aumentava e o estado já não conseguia fazer face às despesas. A mortalidade atingiu valores muito elevados e, a agravar a situação, as amas escasseavam.

*Em Portugal, durante toda a Idade Média, a criação de crianças expostas esteve a cargo das Câmaras Municipais que para tal deveriam ter (...) verbas específicas (...). As Ordenações Manuelinas são muito claras (...) quanto à responsabilidade da criação das crianças: primeiro os pais, depois os parentes e, na impossibilidade destes assumirem essas responsabilidades, deveriam ser os hospitais ou hospícios e finalmente, numa cadeia clara, os*

---

<sup>254</sup> VARELLA, J. (1814)

<sup>255</sup> VARELLA, J. (1814)

<sup>256</sup> Na antiga Rua do Carvoeiro (atual Rua direita) existia uma pequena capela em honra de Santo António. Ao lado desta morava Ruy Mendes Gago e sua mulher Beatriz Fernandes. Devido ao mau estado em que esta capela se encontrava resolveram recupera-la e aqui fundar, em 1499, a confraria da Misericórdia. Em 1513 decidiram que apos as suas mortes, se celebrassem aqui, missas diárias e que todo o dinheiro angariado servisse para a construção da igreja de Misericórdia, a ser construída no local onde, anteriormente estava a sua casa. Estas obras foram concluídas em 1532 e passados alguns anos foram também compradas algumas casas junto a esta igreja. A Misericórdia de Montemor-o-Novo chegou a ser a maior proprietária desta cidade.

<sup>257</sup> CORREIA, J.H. de B. e ALVARES, J.M. (1873)

*municípios. A criação das Misericórdias originou que nos grandes centros urbanos se estabelecessem acordos de princípio entre as duas instituições de modo que, passando a administração dos expostos para a responsabilidade das Misericórdias, as Câmaras deveriam contribuir financeiramente para este serviço (Reis, 2012).<sup>258</sup>*

Um dos contributos das câmaras, para criação destas crianças, eram os subsídios atribuído às amas.

Mas, também aqui, nem tudo corria bem. Numa inspeção mandada realizar, em 1896, a todas as amas de expostos, que recebiam subsídio, foram *detectados abusos grandiosos no serviço dos expostos*.<sup>259</sup> Oriunda das classes menos abastadas, a tarefa de criar as crianças era encarada, como um meio de subsistência por parte destas famílias: era uma nova fonte de rendimento. No entanto, casos houve em que, terminado o período de *criação*, algumas das amas ficavam com os menores, mesmo após o término do subsídio estatal. Este facto leva-me a questionar se não seriam algumas destas amas, as mães verdadeiras destas crianças. Não se poderia ter dado o caso de deixarem os filhos na Roda e, mais tarde, serem as suas amas, recebendo o subsídio estatal, que ajudaria ao sustento das famílias? Cuidarem dos próprios filhos e serem pagas para o fazerem pode ter sido uma solução para a subsistência de algumas famílias.

Voltemos à Roda, Estas

*... consistiam em uma abertura na parede da casa ou do hospital e dentro uma roda que girava de forma que a criança passava da rua pra dentro do edifício sem que se visse quem ali a depositava. Uma campainha tangida pelo portador do enjeitado despertava a rodadeira; a Roda girava sobre si e a criança entrava naquele antro onde a aglomeração espantosa de pequeninos seres, a falta de amas e de cuidados de higiene produziam uma mortalidade aterradora (Ribeiro, 1968).<sup>260</sup>*

Também no convento da Saudação existiu uma Roda. Desta desconhece-se a data em que iniciou e em que ano terminou as funções, a que estava destinada. Não foi, igualmente, possível saber se ainda funcionou após a instalação do Asilo, neste convento.

Defendida, desde finais do século XVIII, a obrigatoriedade de se criar uma casa de Roda, em todas as vilas em que as autoridades locais assumissem o compromisso de entregarem estas crianças a amas, a troco de um salário. Mas tal obrigatoriedade nem sempre surtiu o efeito desejado. As más condições financeiras das câmaras municipais para manter o serviço das amas e a falta de fiscalização foram razões, mais do que suficientes, para que esta responsabilidade fosse assumida pelas Juntas Gerais dos Distritos.

---

<sup>258</sup> REIS, M. J. (2012)

<sup>259</sup> O Meridional (9/2/1896)

<sup>260</sup> RIBEIRO, V. citado em PARDAL, U. V. (1968)

Durante os séculos XIX, os expostos e os órfãos<sup>261</sup> eram vítimas deste tipo de ações assistencialistas/assimilacionistas. As grandes crises económicas, que se viveram ao longo deste século, em particular as relacionadas com a escassez e constante inflação do preço dos cereais, em muito contribuíram para o elevado número de expostos.

*“A quién no conmueve el aspecto de esas criaturinhas infelices que á de conocer lo que se desgracia, han probado ya en si todas las penalidades de la vida?... Cuán dignas, pues, no son de lástima estas pobrecitas, y principalmente los que cada día vemos sin padres en las calles?”<sup>262</sup>*

Com futuro incerto, muitas destas crianças eram, algumas vezes, deixadas à sua sorte, mendigando pelas ruas ou roubando, quando tal era possível

*E a Roda começou a.... desandar. Suprimidas a pouco e pouco, as Rodas desapareceram definitivamente depois de 1875. Mas não desapareceram ainda os expostos, nem a sua triste condição melhorou nos hospícios de cada concelho, até serem confiados, como trambolhos indesejáveis, a mulheres mercenárias das diversas localidades.<sup>263</sup>*

Tornando-se responsável das câmaras, as crianças eram entregues a hospícios, onde coabitavam com toda a espécie de miséria humana.

Com o germinar das casas asilares, estas começaram a ter a seu cargo as crianças que mais ninguém queria. Subsidiados pelas câmaras, os Asilos tomavam a seu cargo a educação, a saúde e a alimentação dos expostos. Mas sempre que algo corria mal, as crianças tornavam a ser entregues à responsabilidade dos municípios, que tentavam encaminha-las para quem as quisesse receber. Caso tal não viesse a acontecer, voltariam para os hospícios.

Extinta em 1867, em Évora, só em 1873 foi criado um hospício para a substituir

Já sem a existência de Rodas em funcionamento, os abandonos continuavam. Com o século XX já iniciado, noticiava o Meridional a morte de uma criança exposta, de nome Agripina Rosa, que morreu de fome.<sup>264</sup>

Em 1909, a existência de expostos ainda perturbava parte da população e a imprensa disso dava notícia. Convinha fingir que, de nada se tinha conhecimento, de nada se sabia. *Cuidar e valer aos expostos? Para quê? Os expostos podem morrer à vontade, seus nomes não figuram no recenseamento dos eleitores.*<sup>265</sup>

Mesmo não existindo já a Roda em funcionamento, as crianças desta vila voltaram a ser deixadas à porta do hospital ou do hospício. Notícias de abandonos continuavam a ser divulgadas. *Ontem fez-se mais um registo civil de uma criança abandonada, às duas horas, à porta do hospício municipal desta vila*<sup>266</sup>

---

<sup>261</sup> Entendo por órfãos, todos aqueles que perderam um ou os dois progenitores e por expostos os abandonados, enjeitados e/ou rejeitados pelos progenitores e/ou pela família.

<sup>262</sup> MULLOIS, M. (1847)

<sup>263</sup> PARDAL, U. V. (1968)

<sup>264</sup> O Meridional (10/7/1904)

<sup>265</sup> O Meridional (18/8/1909)

<sup>266</sup> O Meridional (12/5/1912)

Durante alguns anos, os jornais não publicaram notícias de abandonas de crianças, mas em 1915, O Meridional retoma o assunto. *Há muito que esta terra não era testemunha de um tal acto de desumanidade...expuseram uma criança recém nascida, do sexo feminino, à porta do hospício, na madrugada de 12 do corrente...A criança parece filha de pessoas remediadas, devido ao enxoval que consigo trazia.*<sup>267</sup>

Seis anos mais tarde, em 1921, dá entrada no Asilo uma criança de nome Maria Amélia Garcia, referenciada como exposta. Esta criança permaneceu cerca de 6 anos no Asilo, tendo saído para trabalhar em casa de um senhor que, por coincidência, ou não, tinha o mesmo apelido que a rapariga e que, nos últimos três anos de internamento, lhe pagou as mensalidades. Não foi este o único caso de uma criança exposta, internada na instituição. Mais casos existiram, como se poderá ler na tabela, onde constam os nomes das asiladas.

Não consegui ler, em documento algum, se, após a inauguração do Asilo, a Roda existente no convento da Saudação tornou a servir as funções para as quais foi criada. Talvez as crianças, identificadas como expostas, tenham sido enviadas, para esta instituição, por ordem do município. Não tendo encontrado referências a um elevado número de asiladas expostas, a verdade é que estas continuaram a existir. Em 1887, dá entrada na instituição, Maria, de 7 anos; em 1893, Marcelina Augusta, de 7 anos e Germana Augusta, também, 7 anos; em 1902, entra Hortense Gonçalves, com 6 anos. Apesar de só existirem quatro casos assinalados, muitas crianças filhas de pais incógnitos frequentaram a instituição. Não sendo este o grupo maioritário, a verdade é que a instituição em estudo agregou, no seu interior, crianças oriundas de diferentes agregados familiares, de diferentes zonas geográficas e como pertencentes a diferentes faixas etárias. Analisando, minuciosamente, a história do Asilo Montemorense da Infância Desvalida, tudo isto pode ser comprovado com as consultas feitas no Arquivo Municipal.

---

<sup>267</sup> O Meridional (14/2/1915)

## **Parte III**

### **Enquadramento Histórico** Entre a Caridade e a Filantropia

## 1. O Asilo Montemorense da Infância Desvalida

### 1.1.A Fundação

*Em primeiro lugar, há instituições criadas para cuidar de pessoas, que, segundo se pensa, são incapazes e inofensivas; nesse caso estão as casas para cegos, velhos, órfãos e indigentes. Em segundo lugar, há locais estabelecidos para cuidar de pessoas consideradas incapazes de cuidar de si mesmas e que são também uma ameaça à comunidade, embora de maneira não-intencional; sanatórios, para tuberculosos, hospitais para doentes mentais e leprosários. Um terceiro tipo de instituição total é organizado para proteger a comunidade contra perigos intencionais, e o bem-estar das pessoas assim isoladas não constitui o problema imediato: cadeias, penitenciárias, campos de prisioneiros de guerra, campos de concentração. Em quarto lugar, há instituições estabelecidas com a intenção de realizar de modo mais adequado alguma tarefa de trabalho, e que se justificam apenas através de tais fundamentos instrumentais: quartéis, navios, escolas internas, campos de trabalho, colónias e grandes mansões (do ponto de vista dos que vivem nas moradias de empregados). Finalmente, há os estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, embora muitas vezes sirvam também como locais de instrução para os religiosos; entre exemplos de tais instituições, é possível citar abadias, mosteiros, conventos e outros claustros (Goffman,2010).<sup>268</sup>*

Instituição assistencial, este Asilo foi criado para dar abrigo e proteger as raparigas pobres de Montemor-o-Novo, surgindo numa altura em que, por todo o país, se viviam exaltações filantrópicas ligadas ao emergir de uma burguesia que, no mundo rural, necessitava a todo o custo afirmar-se e dar-se a conhecer; nada melhor que as ações de organizadas no plano do resgate da infância pobre para atingirem tais objetivos. Vivendo sempre com dificuldades, as instituições asilares tentavam superá-las com os contributos dos beneméritos, com a organização de corridas de touros, tiro aos pratos, vendas de bordados feitos pelas crianças e festas abertas ao público. Mas estas festas, para além de servirem para angariar verbas, contribuíam, simultaneamente, para a promoção da elite burguesa local, afirmando-a como capaz de largos gestos beneméritos. É essa circunstância que, a meu ver, explica a longevidade de um estabelecimento de educação com um número reduzido de internamentos das crianças e,

---

<sup>268</sup> GOFFMAN, E. (2010)

ao mesmo tempo, uma forte visibilidade na no espaço vila, quer através da imprensa quer ainda de muitos eventos.



Fotografia 11: Pormenor da fachada principal do edifício do Convento da Saudação<sup>269</sup>

O movimento asilar, em Portugal, inicia-se durante primeira metade do século XIX mas, já anteriormente, tinham sido criadas instituições de proteção às crianças mais desprotegidas.

No decorrer do ano de 1837, é publicado no Diário do Governo nº158, de 7 de julho, os nomes e as funções dos membros do Conselho Geral de Beneficência, criado com o objetivo de por termo à miséria crescente, reprimindo-a e fechando-a em casas assistenciais. No seu artigo 2º diz-se que *haverá em cada uma das Captaes dos Districtos Administrativos do Continente do Reino e as Províncias insulares, uma Comissão de cinco Membros nomeada e presidida pelo respectivo Administrador Geral, o qual participando a instalação da mesma Comissão ao Conselho Geral de Beneficencia manterá com elle a correspondência necessária para o serviço a seu cargo, nos termos prescriptos ....* Montemor, mesmo não sendo capital de distrito, teve a sua Associação de Beneficência fundada em 1860.

Após a aprovação deste Conselho Geral de Beneficência, 15 anos mais tarde, em 1852, mais precisamente, a 3 de novembro, são aprovados os Estatutos da Sociedade das Casas de Asylo da Infância Desvalida, de Lisboa. Estes estatutos pretendiam gerir os asilos situados na capital, mas, foram, em simultâneo, inspiração para outras casas asilares espalhadas pelo país. Além dos muitos pontos em comum com os estatutos do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, existem algumas substanciais diferenças. Talvez, as principais sejam: as idades de admissão, em Lisboa, só são aceites crianças após terminada a *creação de leite, tratando dos meninos até à idade de sete anos, e das meninas até á de nove*; a existência de diretoras e não só de diretores e a presença de um artigo, o 31º, onde se escreve que, todas as meninas admitidas *receberão toda a educação relativa ao serviço e arranjo doméstico das famílias, habilitando-as ao mester de criadas de servir*. Em Montemor, mesmo sabendo que o destino da grande maioria das asiladas era o de servirem em casa de outrem, tal não constava nos estatutos. Estes eram omissos quanto à qualidade da educação e futuro das suas crianças.

---

<sup>269</sup> No cimo da fachada pode-se ler “AMID 1883”: Asilo Montemorense da Infância Desvalida – 1883.

Os asilos começam então a proliferar por todo o país, *fruto de novas perspectivas sociais, em breve a semente da Associação das Casa de Asilo de Infância Desvalida germinou nas terras mais aráveis do continente* (Pardal, 1969)<sup>270</sup>

Quatro anos mais tarde, a 22 de abril de 1858, são aprovados os estatutos do Asilo de Évora. Por ser o mais próximo de Montemor, e ter sido fundado 18 anos antes, fiz uma leitura cuidada dos seus estatutos, tentando encontrar as semelhanças e as dissemelhanças mais significativas entre estas duas casas assistenciais. Em Évora, já não aparece a referência explícita, quanto ao futuro destas crianças e jovens, limitando-se estes a referirem o ensino de trabalhos próprios do sexo e da idade, o que na prática queria dizer o mesmo. Surge também a obrigatoriedade das diretoras serem exclusivamente do sexo feminino, o que nunca aconteceu em Montemor. Aqui todas as direções tinham apenas homens a desempenharem os diferentes cargos. Nunca nenhuma mulher assumiu a direção deste Asilo.

Retratando o que vinha acontecendo no país e não querendo ficar para trás, o Alentejo começava a abrir as suas casas asilares.

*A criação de Asilos de Infância Desvalida foi uma das mais importantes novidades dos governos liberais em matéria de assistência, pois, não se limitando ao ampara dos órfãos ou crianças abandonadas, procurou socorrer crianças pobres com família* (Lopes,1993).<sup>271</sup>

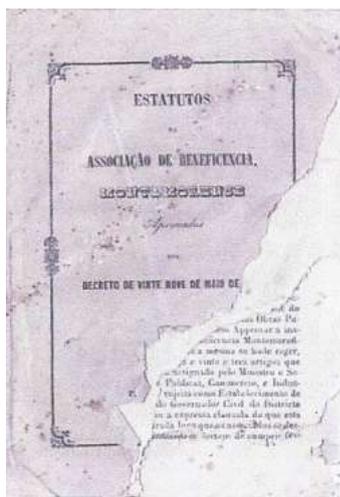


Ilustração 24: Estatutos da Associação de Beneficência Montemorense

Estas casas assistenciais, destinadas à infância desvalida, possuíam, nas suas orientações, algumas preocupações com a educação das crianças, assim como, com a sua alimentação e higiene<sup>272</sup>.

Se as preocupações com a infância começavam a ser uma realidade, com o advento do liberalismo, por cá, isto é, por Montemor, começavam a surgir movimentações que viriam, mais tarde, dar corpo ao nosso Asilo.

Em setembro de 1860, um grupo de residentes desta vila junta-se e faz aprovar os *Estatutos da Associação de Beneficência*

*Montemorense*. Esta contou, à data da fundação, com cerca de 64 associados; 10 anos mais tarde eram já 130.

Destinava-se esta associação a prestar socorro, não só aos seus membros, como também

*... quando o estado da Associação for tal, que os benefícios possam alcançar maior latitude, poderá neste caso dar-se maior desenvolvimento às benéficas disposições destes Estatutos, estabelecendo-se dotes às órfãs, donativos e prémios aos órfãos... e tudo o mais que possa corresponder ao piedoso pensamento da associação.*<sup>273</sup>

Continuando a citar estes estatutos, no seu capítulo 8º, artigo 21, refere-se que

<sup>270</sup> PARDAL, U. V. (1969)

<sup>271</sup> LOPES, M. A. (1993)

<sup>272</sup> Temas estes que serão abordados mais à frente.

<sup>273</sup> *Estatutos da Associação de Beneficência Montemorense* (16/4/1860)

*Logo que seja possível será creada uma confraria com o Orago de S. João de Deos, nosso Padroeiro e patricio, para que assim melhor se possa invocar o favor do Ceo para uma corporação que ceda ao desempenho dos principios humanitários a beneficio dos desvalidos de quem aquele santo varão, foi o mais estremoso protector.*<sup>274</sup>

Não consegui saber se esta associação desempenhou algum papel relevante junto dos mais carenciados mas, talvez tenha sido o berço da fundação do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, nove anos mais tarde. Julgo não andar muito longe da verdade pois, alguns dos seus membros fundadores estiveram na origem do Asilo. Encontram-se, nesta situação, António Justino da Costa e Joaquim José Faísca.<sup>275</sup>

Em 20 de fevereiro de 1867, os estatutos da Associação de Beneficência Montemorense foram revistos e aprovados por João de Andrade Corvo, ministro das Obras Publicas, Commercio e Industria.

Os asilos tornavam-se, por esta altura, espaços para albergar crianças enjeitadas, desvalidas e/ou oriundas de famílias com parcos de recursos económicos. A grande maioria destas asiladas não estava ao abandono, era internada pelos familiares que viviam em situações de pobreza, ou de desestruturação familiar. Algumas eram órfãs de um ou dos dois progenitores e os familiares não possuíam meios de subsistências para as poderem criar.

As perceções sociais demonstravam

*... a necessidade de intervir nos hábitos e comportamentos das classes populares – não poucas vezes associadas às “classes perigosas” –, por meio de campanhas educativas nas quais se exaltavam princípios como a positividade do trabalho, do modelo familiar nuclear, da economia, da moralidade e da religião (Gondra e Schueller, 2008).*<sup>276</sup>

As respostas a dar visavam evitar o aumento da mendicidade e de certos comportamentos antissociais, prejudiciais à sociedade da época.

A proliferação das casas asilares abrangeu todo o país, mas, só em 1876, chegou a vez de Montemor-o-Novo.

Não existindo, em meados do século XIX, instituições públicas em número suficiente para responder às necessidades de acolhimento de crianças, que viviam em situação de extrema pobreza, órfãs e/ou abandonadas, e

*... devido ao sentimento religioso dos Montemorenses e à devoção de um cidadão prestante, de todos amigo, a orphã, a pobrezinha, privada de protecção e que lhe escude os primeiros passos, encontra aonde abrigar-se,*

---

<sup>274</sup> Estatutos da Associação de Beneficência Montemorense (16/4/1860)

<sup>275</sup> A este último senhor dedico, mais adiante, um subcapítulo.

<sup>276</sup> GONDRA, J.G. e SCHUELER, A. (2008).

*e aonde a par do alimento de corpo lhe é dado o alimento do espírito...<sup>277</sup>,*

É criado o Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

Estando inicialmente para se fixar no Convento de Nossa Senhora da Luz, junto ao Rossio, as suas condições físicas a tal desaconselharam. O edifício encontrava-se muito degradado e incapaz de receber crianças. Foi, posteriormente, escolhido o Convento da Saudação, no interior das muralhas do castelo.

*No monte que está junto à villa de Montemor-o-Novo, e que pelo lado do Sul com ella se prolonga em quasi todo o seu comprimento, monte a que se dá ainda o nome de Castello, pois que n'elle esteve outr'ora fundada a antiga villa, que era cercada de muralhas, das quaes ainda resta a cortina encimada por três torres, e que se defronta com a actual povoação, existia um edifício irregular e de má construção, o Convento de Nossa Senhora da Saudação, já bastante deteriorado pela acção destruidora do tempo. Este convento.... ficaria ao abandono e ao desamparo...se n'elle não fosse instalado o Asylo de Infância Desvalida (Romeiras, 1890).<sup>278</sup>*

Falecida, em 27 de fevereiro de 1876, a última priora residente neste convento, Maria Paula de Santa Rita Vélez, ainda em vida, autorizou que, esta casa, servisse de abrigo a crianças desprovidas de meios de subsistência.

Tentando fazer cumprir tal desejo, um grupo de cidadãos montemorenses, dos quais faziam parte, D. Francisco de Sousa Barreto (administrador do concelho), Luís Henrique Brejo, Luís Manuel de Brito Fragoso Amado, António Manuel Alves Monteiro, João Vicente Borges, Henrique Pimenta de Aguiar, Rodrigo de Vila Lobos Melo Fragoso (juiz, escrivão, tesoureiro e deputado da Confraria da Matriz) e Joaquim José Faísca, reúne-se e nomeia uma comissão, para elaborar os estatutos do futuro Asilo. Desta comissão fazem parte D. Francisco de Sousa Barreto, Dr. Baltazar Mouzinho de Vasconcelos Almadanim e Joaquim Maria Messejana (o escrivão da câmara).

Com os Estatutos redigidos em 24 de julho de 1876, o Asilo instalou-se, dois anos mais tarde, em 1878, no Convento da Saudação.

Antevendo já a abertura da instituição no extinto convento, um dos mais ricos fidalgos de Montemor, José Maria Villa Lobos Laboreiro, doou uma verba estimada em 25.000 réis, para obras de melhoramento. Também o barão de Castelo de Paiva fez uma doação de 500\$000, para ajudar as obras de recuperação do edifício.

---

<sup>277</sup> "História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889" (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora. Escrita em 1890, este pequeno opusculo retrata a vida do Asilo durante os primeiros anos de existência. Escrito pelo padre João Joaquim de Sousa Romeiras, que viria a ocupar o lugar de diretor da instituição, é a melhor e mais completa descrição sobre a vida entremuros. Para além de uma descrição exaustiva sobre a fundação desta casa, ainda nos dá a conhecer os donativos recebidos, os resumos das contas entre os anos de 1876 e 1889, uma exaustiva listagem do espólio, terminando com uma visita guiada pela instituição.

<sup>278</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

Segundo Espanca (1975)<sup>279</sup>, quando da autorização para funcionamento, o Asilo Montemorense possuía um valioso espólio, em arte sacra, que ficou à guarda do padre Romeiras, último prior do convento e posterior membro da direção do Asilo. Deste constavam 350 peças de vestimenta sagrada, louçaria, mobiliário, metais e livros impressos e manuscritos. Algumas destas peças ficaram depositadas no Asilo, tendo muitas delas, desaparecido. As que restam, e são muito poucas, encontram-se no Convento de S. Domingos.

mento e a despesa do asy- lo desde 1878 até 1885:	
1.º anno	
Recetta .....	2:577,6702
Despesa .....	2:247,6045
2.º anno	
Recetta .....	2:005,8007
Despesa .....	1:651,6286
3.º anno	
Recetta .....	2:694,6095
Despesa .....	1:551,6847
4.º anno	
Recetta .....	2:100,8860
Despesa .....	1:646,0058
5.º anno	
Recetta .....	2:004,2480
Despesa .....	1:259,6287
6.º anno	
Recetta .....	2:040,6083
Despesa .....	1:955,6917
7.º anno	
Recetta .....	2:907,6756
Despesa .....	2:869,6510
8.º anno	
Recetta .....	2:120,6807
Despesa .....	1:665,6917

Ilustração 25: Diário do Alemtejo  
(26/11/1886)

Em leilão realizado no decorrer do ano de 1876, grande número de objetos de uso profano de prata e estanho, foram adquiridas por Joaquim José Faísca, José Pedro Feio Pereira Rosa, Simão da Cunha d'Eça Azevedo e José António Ganhão. Todas estas personalidades, com exceção de José Ganhão, fizeram posteriormente parte de diferentes direções do Asilo.

Começavam assim a surgir as primeiras receitas que ajudariam ao sustento da casa e,

*Animados de nobres sentimentos os membros da Direcção resolveram mendigar de porta em porta n'esta villa o óbolo da caridade para sustentação, e aumento do Asylo de Infância Desvalida. (Romeiras, 1890).<sup>280</sup>*

O sucesso do peditório foi tão grande que, nesse mesmo ano, ficou decidido que o número de asiladas passaria de cinco para nove, tendo sido adquiridos *3000\$000 reis nominais d'inscrições para começo dos fundos do Asylo, deixando ainda em cofre um saldo de 371\$097 réis para as primeiras despesas do anno.*(Romeiras, 1890)<sup>281</sup>

Fundado a 2 de julho de 1876, esta cerimónia ficou, na *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida – da sua fundação até junho de 1889*, pela mão do padre João Joaquim de Sousa Romeiras que, à data, fazia parte da direção do Asilo, ocupando o lugar de vogal. Posteriormente, de 1908 a 1911, exerceu o cargo de presidente.

Este relata-nos os primórdios da vida da instituição assim como tudo o que se relaciona com o seu funcionamento entre 1878 e 1889. Segundo o autor, entre março e maio de 1876, a *Comissão Instaladora* conseguiu, através de donativos, a quantia de 555\$300 reis dando, assim início ao funcionamento desta casa. Toda a população de Montemor se uniu em torno desta obra, ajudando com o que podiam. Confeccionaram as roupas para as crianças, deram donativos monetários, bens de consumo, ofereceram-se para fazer *remuneração nos reparos mais urgentes de que o edifício carecia*. Com cerca de 264\$774 reis, a comissão comprou as mobílias, roupas e objetos de primeira necessidade.

Foram gastos 152\$500, em móveis e utensílios; 34\$980, em roupas de cama e mesa; 4359\$000, em vestuário e calçado para as alunas; 16\$635, em alimentação; 190\$000 em

<sup>279</sup> ESPANCA, T (1975)

<sup>280</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>281</sup> Idem

iluminação; 7\$110, com a limpeza e arranjo do espaço; 6\$540, em expediente e 4\$510, em despesas não discriminadas.

Tendo, no final de todas as despesas necessárias ao funcionamento da instituição, sido entregue, à primeira direção nomeada, a verba, 290\$526, para a gerência do Asilo.

Terminado o primeiro ano e com a ajuda de toda a população, o passivo do Asilo estimava-se em cerca de 371\$097. Segundo o Diário do Alentejo, durante os primeiros sete anos entre receitas e despesas o saldo foi sempre positivo. As contas mantinham-se favoráveis à instituição.

Tinha, por esta altura, o Asilo, 11 mil reis em inscrições, 14 ações do Banco Eborense, cada uma no valor de 50 reis e *mil reis em metal*. Contava, também, com doações de algumas irmandades sediadas nesta vila: S.S. da Matriz com doações entre 350\$000 e 400\$000 anuais e S. Thiago do Castello com 40\$000. Possuía ainda um subsídio anual da câmara municipal, no valor 1000\$000 reis.

Para além destas ajudas, esporadicamente, recebia ajuda monetária da Ordem 3<sup>a</sup> de S. Francisco (18\$000 reis); da confraria das Almas e do Calvário (1\$000 reis); da confraria do Reverendo Clero (18\$000 reis); da confraria da Almas de Lavre (13\$500 reis); e variadas esmolas de particulares.<sup>282</sup>

Os donativos em dinheiro, os rendimentos de prédios, os dividendos do Banco do Alentejo, as esmolas, as festas (principalmente touradas e vacadas), a venda de trabalhos de costura, os subsídios das confrarias, da junta de freguesia da Matriz, da Junta Geral do Distrito, da Direção Geral de Assistência e da câmara municipal, em conjunto com as mensalidades das pensionistas foram o sustento do Asilo, ao longo de alguns anos da sua existência. Mas estas ajudas não eram fixas: alturas houve em que, simplesmente, deixaram de existir ou reduziram-se muito significativamente.

Mas o Asilo também possuía muitos terrenos e casas, nesta vila e arredores, dos quais retirava alguma quantia, em rendas.

Num inventário realizado em 1900, constam em valor dos domínios, para venda direta, 3 3288 568 reis<sup>283</sup> e

#### Quadro 12: Bens atribuídos ao Asilo (1900)

1	Casa na rua do Chamorro
1	Casa na rua Direita
1	Casa na rua do Padrão
1	Casa nos Paços do Concelho
1	Casa no Fontão da Beata
1	Casa em Safira
1	Casa na rua da Parreira
1	Casa na rua da Calçada
1	Fazenda em Valle de Freira
1	Fazenda às Felgueiras
1	Fazenda à Tourina
1	Fazenda a Valbom
1	Fazenda na Morgadinha
1	Fazenda à Bouças
1	Fazenda à Visitação
1	Fazenda à Lage

<sup>282</sup> Diário do Alentejo (26/11/1886)

<sup>283</sup> Torre do Tombo: IV/I/25 (1) a IV/I/25 (6); cx 1931 – capilha 1

1	Fazenda a Rixas
1	Fazenda à Felgueira
1	Fazenda à Barcadiga
1	Fazenda do Lacrau
1	Olival à Visitação
1	Olival em Valle de Couros
1	Pinhal em Lavre
1	Ferragial às Portas de Évora
1	Courela de Pouso
-	Vinhas ao Carregal

Bens atribuídos ao Asilo<sup>284</sup>

Apesar destes rendimentos, as sucessivas direções ambicionavam alargar os seus domínios. O funcionamento desta casa não servia só para dar abrigo às crianças, mas também, para que os seus benfeitores fossem socialmente agraciados.

Em 10 de junho 1887, em sessão da Câmara dos Deputados, o deputado D. José Saldanha, em nome dos diretores do asilo, pede que sejam concedidos, a esta casa asilar, os terrenos anexos ao extinto Convento da Saudação.

*Sr. Presidente, pedi a palavra para mandar para a mesa uma representação da direcção administrativa do asylo montemorense de infância desvalida, requerendo que lhes sejam entregues três pedaços de terreno, pertencas do extincto convento da Saudação, que foi concedido com todas as suas pertencas, a este asylo, por carta de lei de 17 de maio de 1878.....*<sup>285</sup>

Pedidos em 1887, só dois nos mais tarde, os terrenos são cedidos, a titulo provisório, na condição de *reverterem para a posse da fazenda nacional com quaesquer bemfeitorias n'elles feitas sem direito de indemnização alguma quando o referido asylo deixe de existir legalmente.*<sup>286</sup>

Regressemos a 1877. Cerca de um ano após a inauguração, é aprovada, em sessão camararia, uma verba a distribuir anualmente a esta casa de caridade<sup>287</sup>. Para além deste subsídio propôs-se o município ajudar a reparar os acessos, pois o edifício localizava-se no cimo de uma pequena elevação que, à data, se encontrava fora da cidade com difíceis acessos e a melhorar a recolha da água.

Já em sessão camararia anterior, 5 de fevereiro de 1877<sup>288</sup>, é sugerida a construção de um bazar em que a venda dos seus produtos revertesse a favor deste Asilo, como ajuda à angariação de fundos. Este não foi viabilizado pela população, pois o local não agradava aos habitantes da vila. Para terminar com esta discórdia, Joaquim José Faísca resolveu adquirir *uma pequena casa* (situada no Rossio)<sup>289</sup> *com o único fim de lhe dar uma aplicação toda humanitária*<sup>290</sup>. A casa foi comprada por 831.782 reis e restaurada às custas do novo proprietário. No entanto, parece que as coisas não terão corrido da

<sup>284</sup> Torre do Tombo: IV/1/25 (7) a IV/1/25 (12); cx 1931 – capilha 2

<sup>285</sup> Sessão da Camara de deputados (10/6/1887)

<sup>286</sup> Diário do Governo nº49 (1/3/1889)

<sup>287</sup> A.H.M.M.N.C.M.N. A1 B167 Livro de Atas (1875/1878), sessão de 30/4/1877.

<sup>288</sup> A.H.M.M.N.C.M.N. A1 B167 Livro de Atas (1875/1878), sessão de 5/2/1877.

<sup>289</sup> O Rossio é um amplo espaço aberto, no centro na cidade, onde hoje se situam um Centro Escolar e a praça de touros.

<sup>290</sup> A.H.M.M.N.C.M.N. A1 B168 Livro de Atas (1878/1881), sessão de 25/2/1878.

melhor maneira. Em 1904, a referida casa foi doada à Associação Operária Montemorense, associação ligada à maçonaria, recentemente criada, pois *os resultados forão sempre muito menos do que os esperados*<sup>291</sup>. Ou seja, os lucros não eram suficientemente altos que justificassem manter a casa aberta, o retorno monetário, ambicionado pelos filantropos, não estava garantido.

Mesmo com algumas dificuldades logísticas

*No dia 2 de Julho de 1876, teve logar na igreja da Matriz uma sympathica cerimónia religiosa a bênção da bandeira do Asylo; em seguida houve sermão alusivo ao acto e por último cantou-se com toda a solemnidade o Hymno Te-Deum. Terminada esta cerimónia religiosa, sahiu da mencionada igreja em direcção ao Castello uma bem organizada procissão, em que tomavam parte todas as corporações e irmandades, e as pessoas mais distinctas d'esta terra, acompanhadas por um enorme concurso de povo conduzindo, como que em triumpho cinco creancinhas que no novo estabelecimento de caridade iam encontrar amparo e protecção". No Castello era a procissão esperada por centenares de pessoas em cujos semblantes se devisava a alegria que lhes ia n'alma (Romeiras, 1890).*<sup>292</sup>

Em dúvida quanto à sua localização, as primeiras direções hesitaram na sua definitiva escolha. É sabido que o Asilo foi instalado no Convento da Saudação, em 1878. Não é conhecida a sua primeira localização mas, segundo o relato acima descrito, a procissão inaugural dirigiu-se para o castelo e é no interior das muralhas que se situa o Convento da Saudação.

Se o Asilo não estava ainda a funcionar neste espaço, porque se encaminhou para lá a procissão inaugural? Talvez a sua localização já estivesse decidida, mas as obras ainda não concluídas. E para onde terão ido as crianças, durante estes dois anos? Perguntas para as quais ainda não consegui encontrar respostas.

O convento da Saudação encontrava-se a necessitar de grandes obras, a sua localização, *em local ermo e solitário* (Romeiras, 1890)<sup>293</sup>, era dada como um obstáculo á sua instalação. Tentando encontrar um espaço mais central, foi questionada a possibilidade de o Asilo se instalar no convento de Nossa Senhora da Luz, mas este tinha sido dado à Misericórdia e convertido em hospital, e as instalações do hospital velho estavam impróprias, para serem habitadas por crianças.

Dadas as escassas alternativas, decidiram-se pela primeira escolha: o Convento da Saudação, situado dentro das muralhas do castelo, espaço que se encontrava ao abandono desde a morte da última freira e que teve de ser restaurado, antes da instalação desta instituição.

Após este restauro, a imprensa local descreve-o como um lugar quase paradisíaco.

*Entramos um dia n'aquelle asylo levados apenas pela curiosidade do touriste. Julgávamos n'aquele ramo já*

---

<sup>291</sup> A.H.M.M.N. A.M.I.D. *Livro de Bens do Faísca*, 1893.

<sup>292</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>293</sup> Idem

*ter visto bastante, já ter estudado o melhor; mas voltamos de lá com o espirito absorto pelo muito que viramos e ouvimos e a tenção feita de alli tornarmos mais vezes para estudar detidamente essa grande obra de verdadeira caridade, semi-occulta entre as paredes do velho mosteiro.<sup>294</sup>*

Na sessão da Câmara de Deputados, de 12 de março de 1878, o governo é autorizado ... *a conceder à comissão administrativa do asylo montemorense da infância desvalida o edificio do extinto convento das religiosas dominicanas da saudação, a fim de n'elle continuar definitivamente estabelecido o mesmo asylo, ficando, no entanto, salvaguardado que ... no caso de, qualquer eventualidade, fechar o dito asylo e, cessar portanto o fim utilitário que preside a esta concessão, reverterá novamente para a posse da fazenda o edificio cedido, bem como qualquer benfeitorias feitas sem direito a indemnisção alguma.*

Só em 17 de maio este despacho seria assinado por D. Luiz.

Também os periódicos locais relataram a inauguração desta casa. Durante o ano de 1886, o Diário do Alemtejo, editado em Évora, publica vários artigos intitulados: *As Instituições de Beneficencia do Alemtejo – O Asylo de Monte-Mor-o-Novo*, onde descrevia os meandros da fundação desta casa assistencial. Os artigos foram publicados, em pequenos capítulos, entre os números 3 e 48 da referida publicação.

Não tendo sido possível o acesso aos dois primeiros números deste jornal, podemos ler na edição nº3, de 5 de outubro de 1886 que, depois de várias diligencias junto do governador civil, o arcebispo

*...lá vae, peregrino da Santa Caridade, caminho de Monte-Môr, satisfeito, alegre e planeando a maneira de levar a efeito o seu empreendimento. Propõe a nomeação de uma comissão; convida para ella D. Francisco de Sousa Barreto, dr Balthasar Meirinho e José Maria Messejana; instala-se a comissão no dia 8 de fevereiro, apresenta os estatutos no dia 28! Recapitulemos. No dia 23 de janeiro faz-se a proposta, no dia 26 vem para Évora, no dia 8 de fevereiro organisa-se a comissão dos estatutos, no dia 28 estavam prontos! O Asylo era já uma realidade.<sup>295</sup>*

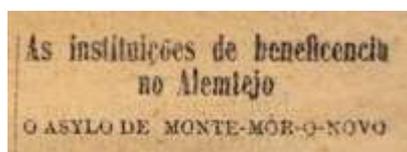


Ilustração 26: Diário do Alemtejo  
(27/10/1886)

---

<sup>294</sup> Diário do Alentejo (27 /10/1886)

<sup>295</sup> Diário do Alentejo (5/10/1886)

Com o Asilo já instalado, a imprensa começa a dar alguma cobertura ao acontecimento. A importância da sua divulgação poderia contribuir para o sucesso da casa, apelando a contributos e esmolas que ajudassem à sua sobrevivência. Os apelos sucediam-se na imprensa local e as respostas lá iam surgindo pois, com um espaço tão amplo, a sua perseveração acarretava grandes despesas.

Segundo a descrição do padre Romeiras (1890)<sup>296</sup>, este espaço, agora cedido ao Asilo era composto:<sup>297</sup>

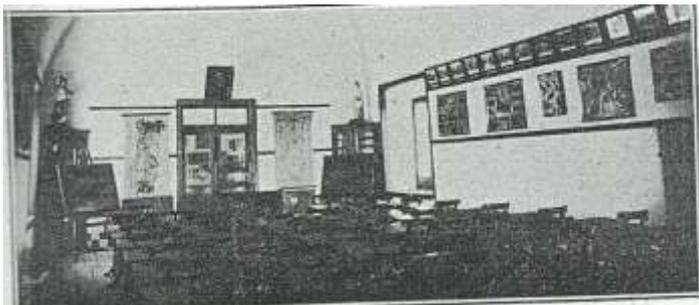


Ilustração 27: A sala de aula do Asilo

com uma mesa e uma cadeira, estilo Luís XV. Nas paredes existiam *litografias coloridas, representando assumptos de Velho e Novo Testamento, mapas e outras gravuras apropriadas*<sup>301</sup>. A ladear a secretária da professora, estavam duas caixas de madeira com as *Tabellas do methodo de João de Deus*. ... *é um bom salão abundante de luz, bem ventilado e onde foram observadas as mais importantes prescrições ds hygiene escolar.*<sup>302</sup>

- A Aula de costura possuía, ao centro, uma grande mesa e nas paredes variados quadros entre os quais, *em logar sobranceiro Santa Roza de Lima ensinando uma menina a cozer*. ... *Recebe a luz principal por uma grande janella d'onde se avista um soberbo panorama: à extremidade da villa os campos da freguesia de S. Matheus, uma das mais povoadas, e talvez a mais antiga do termo de Montemór-o-Novo...*<sup>303</sup>



Ilustração 28: Sala de lavoures do Asilo

<sup>296</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>297</sup> Todas as fotografias ilustrativas do interior desta casa foram retiradas da Revista Ilustração Alentejana, 1927.

<sup>298</sup> As fotografias (27,28,29,30,31 e,32) apresentadas neste capítulo referentes aos espaços do Asilo foram retiradas da Revista *Ilustração Alentejana* de 1927

<sup>299</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>300</sup> Diario do Alentejo (23/11/1886)

<sup>301</sup> Idem

<sup>302</sup> Idem

<sup>303</sup> Idem

*É uma beleza aquella janela e realmente mais encantador é ainda, entrar na sala... ao cahir da tarde e achar dezasseis meninas sentadas, costurando e aspirando a plenos pulmões, aquella ar puro e vivificante, iluminadas pelos últimos clarões suaves do crepúsculo vespertino.*<sup>304</sup>

- Situada na ala norte da escola, encontramos uma sala que servia para as exposições, biblioteca e sala de reunião da direção.



Ilustração 29 e 30: Salas ocupadas pelo Museu

Esta era contígua a uma outra, o Museu. Possuía várias vitrinas, onde se encontravam expostos os trabalhos, em labores, feitos pelas crianças e uma biblioteca composta por livros oferecidos ou deixados, em herança, à instituição<sup>305</sup>.

Na parede do topo, estava um quadro que representava *S. José, Nossa Senhora e o menino Jesus trabalhando cada um deles em seu mister*, um retrato a óleo da beata Catarina do Nascimento e o retrato de São João de Deus.

Para além destes quadros, existiam muitos outros representando pessoas ilustres da terra, beneméritos da instituição; uma galeria com os reis e as fotografias dos exploradores Capello e Ivens e do escritor Camilo Castelo Branco. Esta sala possuía ainda, a *collecção Deyrolle completa*, dois preciosos bordados, sendo um em prata, feitos pelas irmãs da caridade.

Segundo o periódico *Ilustração Alentejana*<sup>306</sup>.

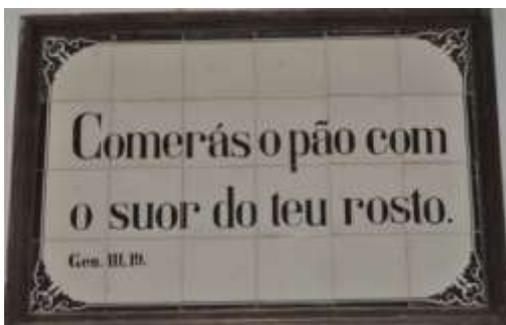
---

<sup>304</sup> Diário do Alemtejo (24/11/1886)

<sup>305</sup> Parte da biblioteca, que restou, encontra-se depositada no convento de S. Domingos.

<sup>306</sup> *Ilustração Alentejana*, 1927

Fazia igualmente parte deste espólio, uma coleção de bonecas vestidas com os hábitos religiosos de diferentes congregações, um busto de D. Luís I, a cadeia de relógio e um berloque pertencentes a Marquês de Pombal.



Fotografias 12 e 13: Painéis em azulejo na parede do refeitório

- O dormitório era uma sala espaçosa e bem arejada. *Um largo salão bem ventilado e mandado reconstruir pela direcção aproveitando um dos antigos dormitório das freiras a que chamavam o dormitório novo para o diferenciar do dormitório do sino onde será o refeitório das meninas...*<sup>307</sup> com acesso direto ao pátio.



Ilustração 31: O Dormitório do Asilo

- Ao fundo do dormitório das crianças, ficavam os quartos da regente e da professora.<sup>308</sup>  
- O antigo refeitório das freiras foi destinado para a aula de ginástica e casa de recreio. Aqui, foi mandado construir um pequeno teatro, cujo palco tinha 4,10m de fundo, oferecido pelo benemérito Faísca. Esta sala possui 4 janelas que dão para *um pátio que hade ser arborizado* (Romeiras, 1890).<sup>309</sup>

- O refeitório tinha acesso ao pátio interior por 4 portas. À entrada, no interior, existe ainda, um painel, em azulejo, onde se pode ler: *Comerás o pão com o suor do teu rosto.* Na parede do fundo, estão lavatórios de mármore e, sobre eles, outro painel, também em azulejo, com o seguinte dizer: *Antes das refeições / as mãos lavaremos / A Deus do coração / mil graças daremos.*<sup>310</sup> Uma das portas interiores dá passagem para uma despensa que, por sua vez comunica com a cozinha.



Ilustração 32: O Refeitório do Asilo

<sup>307</sup> Diário do Alemtejo (25/11/1886)

<sup>308</sup> Idem

<sup>309</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>310</sup> Estes dois painéis ainda estão nas paredes deste convento.

- Numa pequena farmácia, junto à entrada para o dormitório, guardava-se *um fornecimento de drogas simples mais uzuaes...para acudir aos accidentes fáceis que entre a população infantil se podem dar.*<sup>311</sup> A um dos topos desta sala estava o retrato de Brotero.
- A enfermaria ocupava duas pequenas salas com vista para o campo.
- A *caza dos cabides* situava-se próximo da aula e era o local onde as externas e semi-internas colocavam os seus pertences.
- A aula da 2ª classe tinha três janelas para o pátio.
- A *caza dos serões* ficava situada próximo do dormitório e tinha cinco janelas viradas para o campo.



Ilustração 33: Folha do Sul (1898)

- As *retretes* foram construídas segundo as recomendações do *Dr. Aragão e Dr. Camara Manoel*, (Romeiras, 1890)<sup>312</sup>, assegurando boas condições de higiene.
- A *capelinha onde as asyladas fazem oração* possuía alguns quadros e imagens *d'algum valor artístico. As creancinhas, todos os dias, antes de se irem deitar, rogam à virgem interessada perante o throno do altissimo para que conceda aos benfeitores d'aquella caza de caridade os seus dons e benefícios.*<sup>313</sup> Esta tinha um azulejo, na parede, onde se podia ler:

*Em modesta capellinha  
Por esmolas construída  
Erguerá a criancinha  
Uma prece, agradecida. (Romeiras, 1890)<sup>314</sup>*

- Esta pequena capela estava decorada com ramos de flores, feitos pelas asiladas e *nas paredes tinham a tabela dos dias em que no Asylo se fazem sufrágios por alma dos bemfeitores falecidos e as orações que as asyladas todos os dias recitam e que foram aprovadas pelo ex. mo e rv.mo sr. Arcebispo Coadjutor, D. Augusto Eduardo Nunes. (Romeiras, 1890)<sup>315</sup>*
- Existiam, ainda, *a caza do archivo e as rouparias.*

Este antigo convento possuía, também, algumas edificações particulares que, progressivamente, foram sendo entregues às respetivas direções do Asilo. Destas constavam a ... *caza dos leques e a caza das águias que pertenciam a diferentes senhoras que as habitaram; todas ellas foram entregues à direcção do asylo que as vai aproveitando para diferentes acomodações.*<sup>316</sup>

Em finais de 1895, mais precisamente a 22/12, O Meridional dá conta da continuação das dificuldades com que o Asilo sobrevivia:

<sup>311</sup> Diario do Alemtejo (25/11/1886)

<sup>312</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>313</sup> Não deixa de ser engraçado verificar que as crianças rezavam pelos seus benfeitores, pedindo benefícios, e não pediam nada para elas.

<sup>314</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>315</sup> Idem

<sup>316</sup> Diario do Alemtejo (25/11/1886)

*O seu estado foi próspero até 1889...recebia anualmente subsídios valiosos das corporações da vila e a caridade pública porfiava em contribuir com ofertas e géneros...de ano para ano se nota um decréscimo sensível nas receitas do nosso Asylo, que nos faz temer pelo seu futuro...o número de crianças asyladas tem aumentado na proporção decrescente das receitas.*<sup>317</sup>

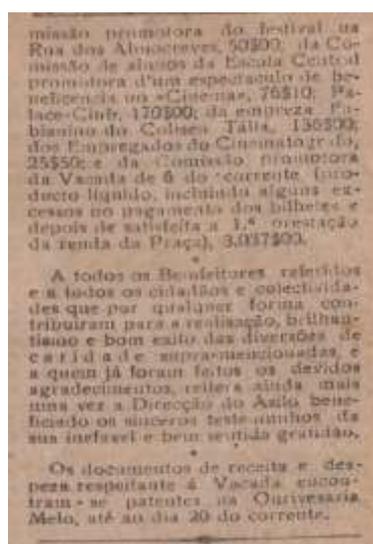


Ilustração 34 e 35: A Folha do Sul (2/6/1898)

E, assim, o asilo ia vingando, até que, em 1898, começa a ressentir-se da falta de apoios. Os jornais iniciaram uma campanha, onde se apelava para a boa vontade dos cidadãos, pedindo ajudas, monetária e em género, tentando que esta casa não fechasse portas. Em junho desse ano, 1898, *A Folha do Sul* publica um artigo alertando para o facto de as confrarias terem reduzido, de forma substancial, os seus donativos, que passaram de 300\$000 reis para 100\$000 reis. Relata, ainda, que a atual direção se viu obrigada a cortar grande parte das suas despesas e termina perguntando: *Não seria, pois, possível que os Montemorenses que, a pretexto de qualquer futilidade se desunem e criam rivalidades, se unissem agora que se trata de uma coisa tão seria?*<sup>318</sup>

<sup>317</sup> O Meridional (22/12/1895)

<sup>318</sup> A Folha do Sul (2/6/1898)

Devido à crise financeira que a instituição atravessava, no ano de 1902 foram, proibidas as admissões de novas alunas<sup>319</sup>. Mesmo continuando a publicitar os donativos e ofertas a situação continuava crítica.

Por altura da feira anual de setembro, decidiu a direção abrir um bazar, tentando arranjar algum dinheiro, tão necessário às despesas da casa. Para tal convidou alguns académicos de renome para a promoção deste evento. Acederam ao convite Alfredo



Ilustração 36: O Montemorense (24/6/1934)

Camarate Campos, Alberto Mendes, Jayme Beja, Manuel Frago, Joaquim Alves Pereira, António Romeira, Joaquim Lopes Tavares Júnior, Henrique da Veiga Palhinha e Francisco Veiga Campos.<sup>320</sup>

Em 1903, Joaquim José Faisca doa à instituição uma vitrina contendo um bric-brac de estampas, objectos de arte, conchas, outros molúsculos, gasterópodes, aves, uma boa coleção de moedas em prata e cobre.<sup>321</sup>

Também os inspetores primários que visitavam a instituição iam deixando

louvares ao seu funcionamento. Em dezembro de 1904, era noticiado que um subinspetor, de visita à instituição, teria ficado *maravilhado com o bello estabelecimento de caridade que possuímos.*<sup>322</sup>

A condição económica continuava a agravar-se e para complicar a já frágil situação não havia quem quisesse assumir a direção da instituição. Esteve o Asilo com uma direção demissionária entre dezembro de 1904 e abril de 1906. Durante estes dois anos a direção, apesar de demissionária, lá se foi mantendo nas suas funções.

É no ano de 1906 que entra para os quadros da direção, como vogal, Alfredo Cunhal que ira ter um papel inovador, na história da instituição. Logo nesse ano e após a tomada de posse, *mostrando a conveniência de promover por todos os meios a máxima regularidade na aplicação das asyladas, tanto na aula como na classe de costura*<sup>323</sup> decide premiar, à sua custa, as raparigas que mais se distinguiam, nas diferentes áreas. A entrada para a direção de Alfredo Cunhal veio trazer uma lufada de ar fresco. Possuidor de grande fortuna contribuiu para que o Asilo recompusesse as suas finanças. Tomando a palavra, no dia 15 de agosto, dia da festa anual, referiu que *punir e recompensar é condição de todo o bom governo. Não tivemos felizmente que punir, que recompensar, sim.*<sup>324</sup>



Ilustração 37: O Montemorense (1/7/1934)

<sup>319</sup> O Meridional (7/9/1902)

<sup>320</sup> Idem

<sup>321</sup> O Meridional (22/3/1903)

<sup>322</sup> O Meridional (24/9/1904)

<sup>323</sup> O Meridional (13/5/1906)

<sup>324</sup> O Meridional (19/8/1906)

Parecia que tudo se começava a reorganizar.

No decorrer do ano de 1909, mais precisamente a 20 de março, morre Joaquim José Faísca. Este foi mais um pretexto para que a direção em funções decidisse alienar alguns dos seus bens, tentando fazer face às despesas mais urgentes.

Mas a situação financeira continuava longe de estar estabilizada.

Em 25 de janeiro de 1911, a repartição da fazenda do distrito de Évora arrematou: uma morada de casa, na rua Direita, nº 60, por 300\$00 reis; moradas de casas, na rua do Chamorro, nº14, nº 16 e nº 18, por 120\$000 reis, cada; uma casa, na rua da Matriz Velha, nº 6, por 150000 reis; um ferragial, no Castello, por 40000 reis; um ferragial, dentro das muralhas do castelo, por 30000 reis e um ferragial, na Borracha, por 24000 reis.<sup>325</sup>

Outra fonte de angariação de fundos consistia na organização de touradas ou vacadas.

Era frequente surgirem, nos periódicos, anúncios destes eventos destinados a ajudar o Asilo.

Mas não só de touradas vivia o Asilo. Os bailes de beneficência; as representações teatrais, levadas a cabo por companhias contratadas para o efeito; as vendas em bazares; as esmolos; as missas de sufrágio; os torneios de tiro aos pombos e aos pratos; a venda de flores e os bordados, eram as suas principais fontes de receita.



Ilustração 38: O Montemorense  
(8/7/1934)



Ilustração 39: O Montemorense  
(23/6/1935)

Para além dos habituais meios de recolha de donativos surgem, por vezes, algumas doações, fora do comum. Reunida a direção do Asilo, a 15 de novembro de 1915, por proposta do presidente *foi resolvido por unanimidade pedir aos proprietários dos lagares desta vila para que estes autorizem a colocar nos seus lagares vasilhas afim de qualquer benfeitor que o queira vá deitar nelas azeite para o Asilo*<sup>326</sup>.

Em 15 de julho de 1921, a instituição recebeu um donativo de 316 latas de sardinha em conserva, oferecidas por uma empresa de Setúbal. Perante tal oferta, a direção decidiu vende-las ou leiloá-las num festival de beneficência.<sup>327</sup>

Não consegui apurar qual o destino final destas latas.

Ciclicamente, continuavam a ser publicadas, nos jornais locais, as listas de donativos, em dinheiro e géneros, com os respetivos nomes dos dadores. Mas estes não se limitavam à publicitação dos donativos e insistiam em fazer sair artigos de louvor a esta casa. Nem só para apelar à angariação de fundos, este estabelecimento era notícia.

Em 1929, a revista Ilustração Alentejana, dedica todo o seu número à vila de Montemor. Entre outras coisas, traça um largo elogio a esta casa de caridade. Com um grande

<sup>325</sup> O Meridional (9/4/1911)

<sup>326</sup> Ata de 15/11/1915 (Anexo 7)

<sup>327</sup> Ata de 15/7/1921 (Anexo 8)



Ilustração 40: Folha do Sul (15/5/1944)

fechasse portas. Enquanto se mantivesse em funcionamento estava garantida a visibilidade e o reconhecimento pela prática de “boas-ações”, tão necessárias à sua autopromoção.

Sob a direção do padre Alfredo Cartaxo, este estabelecimento lá se foi mantendo, muito a custo.

Não fugindo ao habitual, as queixas continuavam e os donativos nem sempre correspondiam às expectativas.

Com o fim da primeira Grande Guerra, toda esta situação teimava em persistir.

Em 1936, já no decorrer da guerra civil espanhola, *O Montemorense* torna a fazer apelos aos seus concidadãos para, mais uma vez, ajudarem o asilo, financeiramente. As dificuldades aumentavam e o número de crianças internadas não parava de crescer. Em finais de 1936, com o perpetuar da crise e o aumento crescente do desemprego, os internamentos atingiram o número de 40 e a instituição contava apenas com um rendimento anual de 6000\$00<sup>329</sup>

Mas não era só intramuros que as dificuldades se faziam sentir. Todo o país sofria os efeitos das guerras e a assistência, quer pública, quer privada, carecia de quase tudo. O município não tinha possibilidade de atender a todos os pedidos e os apoios eram diminutos. Os apelos às ajudas sucediam-se na imprensa

número de fotografias ilustrativas, os editores registam o *absoluto asseio, ordem e princípios morais* e acrescentam

*... possuir higiénicas e boas salas de aula, para verão e inverno, um amplo refeitório, em cujas paredes se lêem os nomes dos fundadores para quem se pede, todos os dias, uma Avé maria e dos bondosos legatários, um vasto e arejado dormitório com 20 camas, cada uma com sua almofada revestida do respectivo pano de crochet, e um grande salão para teatro ...*

Alguns anos mais tarde, 1933, e não fugindo à crise económica, que atinge todo o país, esta casa vive dias difíceis. Os subsídios estatais, longe de satisfazerem as suas necessidades, eram, por essa altura, de 2 contos mensais. O Asilo começava a acumular dividas que já rondavam os 30 contos.

Com 32 crianças internadas e sem ajudas oficiais, foi decidido despedir a cozinheira e a empregada de limpeza, substituindo-as pelas asiladas mais velhas, que tomavam a seu cargo as tarefas domésticas do Asilo, *...no asilo não há creadas. São as próprias educandas que fazem todo o serviço doméstico. Não há cozinheiras. São as mais velhinhas que preparam as refeições e que têm, a seu cargo, todo o serviço de cozinha.*<sup>328</sup> Os frequentes apelos à solidariedade foram-se sempre mantendo ao longo dos anos. As elites locais iam respondendo não deixando que este

<sup>328</sup>O Montemorense (1/1/1933)

<sup>329</sup> O Montemorense (13/12/1936)

*Nenhum de nós, ricos ou remediados, quererá deixar morrer as nossas casas de caridade... nenhum de vós deixará de escutar delas o conselho, a imposição de ajudares dentro do limite do possível a manter essas casas que dão de comer e o calor de um lar aos pobres velhinhos e crianças da nossa terra.*<sup>330</sup>

A assistência continuava a não conseguir cumprir as funções, que lhe eram associadas. A penúria instalava-se fora das instituições, tornando-se visível aos olhos da restante população.

*Crianças, raparigas, já em idade de carecerem de protecção, andrajosas, sujas, aparecem constantemente a bater às portas.*<sup>331</sup>

O Asilo não recebia mais crianças e, nas ruas, era crescente o número de pedintes. Mesmo vivendo com muitas carências, as situações destas mendigas não eram comparáveis às das crianças que viviam institucionalizadas.

*Comparamos, então, sem querer, estas crianças famintas, andrajosas e sujas, tendo as feições quasi apagadas, com a frescura e alegria, com o asseio e calma das que no claustro belo do Asilo brincam e palram.*<sup>332</sup>



Ilustração 41: A Folha do Sul (7/2/1939)

Mesmo passando por algumas dificuldades, sempre se encontravam em situação privilegiada, relativamente às não institucionalizadas. Por muito pouco que houvesse, não passavam fome, tinham onde dormir e o que vestir.

Os anos passavam e o asilo continuava a fazer correr muita tinta pelas mais diversas razões. Os donativos continuavam a ter destaque na imprensa

Mas as dificuldades não se faziam sentir só a nível de organização interna. Convento muito velho, a necessitar de obras urgentes e sem fundos para as levar a cabo, em fevereiro de 1939 só não se dá nele uma tragédia, por mero acaso.

Isto só não aconteceu porque o acidente se deu, a um domingo, e a área atingida foi a sala de aula. Esta derrocada inutilizou algumas carteiras e diferente material didático.

<sup>330</sup> Idem

<sup>331</sup> O Montemorense (1/8/1937)

<sup>332</sup> O Montemorense (1/8/1937)

Mas não era só a sala de aula que necessitava de reparações urgentes. Outras divisões estavam, também, necessitadas de intervenção urgente: o museu e a sala de costura<sup>333</sup>. Com a II Guerra quase a terminar, a instituição continuava a necessitar da ajuda de todos.

A Folha do Sul decidiu publicar um longo artigo de primeira página, alertando os montemorenses para as necessidades urgentes da casa asilar. Sem poder contar com uma receita certa ... *tem de viver em permanente regime de equilíbrios financeiros, à mercê de uma constante interrogação.*<sup>334</sup>

No início de 1951, a 5 de janeiro, saiu, no Diário do Governo, a classificação como monumento nacional do castelo de Montemor-o-Novo. Esta classificação não só abrange as muralhas como, também, alguns imóveis, que se encontram no seu interior e que são: a torre de menagem, torre do relógio e torre da má hora; três cisternas; um matadouro mourisco; duas capelas; o edifício do Asilo; terrenos e ruas, que servem de passeio público e alguns terrenos de cultivo, que são posse de particulares.

Até 1962, a direção desta casa esteve entregue a figuras abastadas da terra. Nos últimos anos, a degradação do espaço, os escassos apoios financeiros e a pouco cuidada assistência dada às crianças levaram a que a direção fosse entregue a uma ordem religiosa. Em outubro de 1962, as Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria instalaram-se em Montemor, com um grupo formado por oito religiosas. Destas, quatro dedicam-se à formação das 30 crianças asiladas e as restantes quatro *deambulam constantemente, pelas escolas da vila e do campo, ou de monte em monte, na generosa e sacrificada preocupação de contribuir para um melhor nível da vida espiritual e moral das gentes desta zona do Alentejo, principalmente nos sectores da Infância e da Juventude.*<sup>335</sup>

Ao assumirem a gestão do espaço, houve a necessidade de se desfazerem de todas as roupas, camas e colchões aí existentes, pois estes estavam infestados por piolhos e percevejos. Os cuidados com a higiene estavam completamente esquecidos. Com a entrada na instituição das religiosas, a instituição começou a ser conhecida como o *Asilo das Meninas*.

Foi, igualmente, nesta altura, estabelecido um protocolo com a câmara municipal em que, finda a escola primária, eram subsidiadas as alunas com melhor aproveitamento, para estudarem no Externato Mestre de Avis.<sup>336</sup>

Necessitando de obras urgentes e não existindo verba que as suportassem, no decorrer do ano de 1973 e devido ao avançado estado de degradação das instalações, as crianças foram alojadas num edifício junto à câmara municipal, no Largo dos Paços do Concelho nº 1, pertença da família Cunhal, hoje posse da câmara.

Não sendo esta a situação ideal para a instituição, propôs-se Alfredo Cunhal mandar construir, às suas custas, um novo edifício para aí instalar o Asilo.

Mas tal nunca se veio a concretizar.

A instituição passou por muitíssimas dificuldades, ao longo da sua existência. Encerrou portas, em 1975, com a transferência das raparigas para a antiga Casa Pia feminina, situada na cidade de Évora<sup>337</sup>.

---

<sup>333</sup> O Montemorense (12/2/1939)

<sup>334</sup> A Folha do Sul (5/8/1944)

<sup>335</sup> O Montemorense 1964

<sup>336</sup> O Externato Mestre de Avis era a instituição particular existente na vila. Este colégio tenha a vertente do ensino primário e liceal. Era frequentado pelos filhos das classes mais abastadas da terra, tendo encerrado nos anos 80.

## 1.2. Os Estatutos que gerem

*Tendo ouvido em sessão de 25 do presente mez o Concelho do Districto, com cujo o parecer me conformei; e usando da faculdade que me confere o Decreto de 22 d'Outubro de 1868, aprovo e confirmo para os devidos efeitos os mencionados estatutos, que constam de seis capítulos e vinte e seis artigos, escriptos em cinco meias folhas de papel selado, todas numeradas e rubricadas...*<sup>338</sup>

Servindo os estatutos para gerir e orientar os fundamentos de uma instituição, estes nem sempre cumpriram este objetivo. Constantemente esquecidos e passados para segundo plano dava, por vezes, a sensação que só eram cumpridos quando satisfaziam os interesses das diferentes direções.

Acreditando que a instituição teve os seus estatutos baseados nos das suas congéneres, e feitas as devidas adaptações, estes foram aprovados, a 24 de julho de 1876, vinte dias após a cerimónia oficial de inauguração do Asilo. Fundada em 1852, a Sociedade das Casas de Asylo da Infância Desvalida de Lisboa com estatutos aprovados em 20 de novembro do mesmo ano, parece ter servido de modelo para a elaboração dos estatutos de outras casas asilares.

Os Estatutos<sup>339</sup> eram constituídos por um conjunto de normas e regras reguladoras do seu funcionamento e condutas a serem seguidas, regulamentando, simultaneamente, um conjunto de normas administrativas.

Era necessário normalizar as condutas e, embora não fosse uma instituição religiosa, era à religião que se recorria para conseguir este objetivo, fazendo dela presença constante no quotidiano da instituição.

Não excluindo, estatuariamente, o acesso ao internamento de crianças não católicas, a verdade é que se exigia um atestado de batismo, quando do pedido de internamento. Igualmente, não estava consignado referências às possíveis etnias das crianças, nem ao seu estatuto social, mas, quando da admissão, era pedido um atestado de pobreza.

Publicados em 1878, são compostos por seis capítulos e vinte e seis artigos, estando

*Assinado por Francisco Guedes de Carvalho e Menezes, Visconde de Guedes, do Conselho de sua Majestade, Moço Fidalgo com exercício, Commendador da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, Governador Civil do Districto d'Évora.*<sup>340</sup>

---

<sup>337</sup> A Casa Pia foi instalada no Colégio do Espírito, onde funcionaram as duas secções (masculina e feminina), até 1904, quando a secção feminina foi transferida para o extinto Convento de S. José em Évora (Convento Novo). A partir desta data a secção feminina ficou também conhecida por Casa Pia Feminina. Presentemente esta casa já encerrou portas.

<sup>338</sup> *Estatutos do Asilo (26/10/1877). Segue, no anexo 9, a descrição de todos os artigos destes Estatutos.*

<sup>339</sup> Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

<sup>340</sup> *Estatutos do Asilo (26/10/1877)*

Os estatutos foram aprovados, em 24 de julho de 1876, editados em 1878 e assinados pelo presidente da direção, João Raphael de Vasconcellos Almadanim Mouzinho; o secretário, António Maria d'Oliveira e Silva; o tesoureiro, Joaquim José Faísca e pelos vogais, padre João Joaquim de Sousa Romeiras e Rodrigo Villa Lobos de Mello Fragoso.

Após reunião realizada em fevereiro de 1876, um grupo de cidadãos montemorenses pertencentes à *Confraria do Santíssimo, erecta na Matriz*, e à *Associação de Beneficência Montemorense*, alguns pertencentes a ambas as associações, redigiram os estatutos do que viriam a ser os do Asilo.

A fundação desta instituição surgiu de uma necessidade social de aderir à onda humanitária, que se vivia, com o aparecimento de grande número de casas asilares, nas principais cidades do país, tendo ido buscar a sua inspiração às *Salles d'asilles* francesas. Acompanhando esta rápida expansão, Montemor não quis ficar para trás. Com um número de internamentos, quando da inauguração, de 5 crianças, poderia ser levada a crer que, por esta altura, não existiam muitas crianças necessitadas desta casa, mas, no espaço de 5 anos, os internamentos passaram de 5 para 23.

Se os estatutos serviam de lei para o funcionamento da instituição, a verdade é que as diferentes normas estatutárias eram frequentemente esquecidas.

Toda a moral laica preconizada pelo regime liberal não era, de forma alguma, seguida dentro das paredes do Asilo. Padres fizeram parte de algumas direções, as crianças participavam em atividades religiosas e, nas paredes da instituição, existiam painéis de azulejo com frases apelando à religiosidade.

Mensalmente, o tesoureiro escrevia, no respetivo livro de receitas e despesas, todos os donativos e gastos efetuados na instituição. Entre 1876 e 1960, com enormes lapsos de tempo pelo meio, encontrei diferentes registos. Na maioria, as receitas contabilizadas provinham de:

#### **Quadro 13:** Receitas do Asilo (1876/1960)

- Juros de Inscrições
- Dividendos do Banco Eborense
- Subsídios
- Donativos
- Esmolas
- Produtos de bazares
- Pensões de alunas internas e externas
- Gratificações aos anjos
- Recitas de festas e da praça de touros
- Venda de lavoures
- Objetos alugados ou vendidos

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

As despesas eram maioritariamente com:

#### Quadro 14: Despesas do Asilo (1876/1960)

- Ordenados dos empregados
- Expediente e secretaria
- Móveis
- Vestuário e calçado
- Alimentação
- Alimentação dos animais (animais de capoeira e um burro)
- Combustível
- Reparos e obras
- Manutenção da igreja
- Festas da casa
- Manutenção da farmácia
- Lavagem de roupa ( sabão)
- Culturas de cerca
- Sufrágio por alma de benfeitores

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Vivia-se, em meados do século XIX, numa sociedade ideologicamente subjugada ao catolicismo. Esta realidade está espelhada nos estatutos pois para poderem ter acesso à instituição, as crianças tinham de estar batizadas e possuir um atestado de pobreza passado pelo pároco local.

Se as aspirações das raparigas eram muito baixas, o incentivo para que as superassem não existia. Muitas eram órfãs, algumas expostas, apesar da grande maioria ter os dois progenitores vivos. A situação de pobreza era, no entanto, condição a ser confirmada pela paróquia, quando da admissão das crianças. Não sendo possível indagar qual a profissão dos progenitores, tudo me faz pensar que a maioria seria assalariada (rurais sazonais, residentes ou não, no concelho).

Muitas foram as personalidades conhecidas, na vila, que, ao longo dos anos, assumiram, cargos nas diferentes direções e a quem competia fazer cumprir estes estatutos. Estavam, na sua maioria, entre os mais ricos latifundiários do concelho ou ligados aos Partidos que iam alternando o poder autárquico.

### 1.3. As direções bianuais

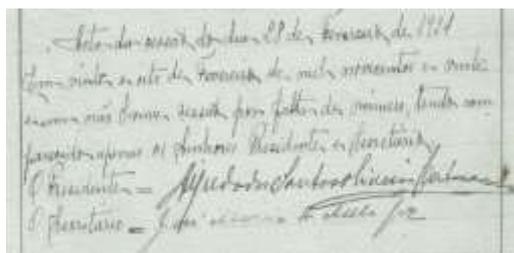
*Animados de nobres sentimentos os membros da Direcção resolveram mendigar de porta em porta n'esta villa o óbolo da caridade para sustentação, e aumento do Asylo de Infancia Desvalida. D'isto trataram apenas tomaram posse do honroso cargo em que foram investidos.<sup>341</sup>*

Nomeada pelo governo civil de Évora, era entre os seus membros, que se escolhiam os diferentes cargos a desempenhar. Reuniam-se, quinzenalmente, pelas 18 horas, na sala da direção dentro das instalações do Asilo. Muitas destas reuniões nunca se chegaram a realizar, por falta de quórum.

Ilustração 42 e 43: Livro de atas 1921/1931



(30/11/1928) (Anexo 10)



(28/2/1921) (Anexo 11)

Todas as direções eram compostas por um presidente, um secretário, um tesoureiro e um ou dois vogais.

Fazendo uma leitura dos quadros que se seguem, constato que, ao longo dos anos, as diferentes direções do Asilo tiveram, quase sempre, suporte em algumas das famílias mais abastadas da urbe. Nos recenseamentos analisados, foi frequente encontrar referências a membros das direções do Asilo, entre aos quarenta maiores contribuintes da terra ou entre os quarenta maiores *contribuintes da contribuição industrial*<sup>342</sup>.

Todos os quadros foram elaborados a partir da *História Summária do Asylo*<sup>343</sup>, das atas das reuniões (1903/1931) e das leituras de alguns dos jornais da época. As idades registadas correspondem às que os diretores tinham, quando eleitos para os cargos. Muitos destes dados foram, recolhidos dos recenseamentos eleitorais, existentes no Arquivo Histórico Municipal, pertencentes ao acervo da câmara, entre os anos de 1876 e 1923.

<sup>341</sup> *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889* (1890)

<sup>342</sup> A.H.M.M.N. Fundo da Camara Municipal: A2K50

<sup>343</sup> *"História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889"* (1890)

### Quadro 15 – Direção do Asilo (1876)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	João Raphael de Vasconcellos Almadanim Mouzinho	58	Proprietário/Lavrador
Secretário	António Maria d'Oliveira e Silva	37	Proprietário
Tesoureiro	Joaquim José Faísca	49	Lojista
Vogais	João Joaquim de Sousa Romeiras	30	Padre
	Rodrigo de Villa Lobos de Mello Fragozo	50	Proprietário e Fazendeiro

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1876: A2K42; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora.

João Raphael de Vasconcellos Almadanim Mouzinho exerceu, por duas vezes, durante quatro anos, as funções de presidente da instituição entre 1876/ 1878 e 1882/1884. Em 1875 foi vogal na câmara municipal de Montemor-o-Novo.

António Maria d'Oliveira e Silva, entre 1876 e 1878, tem a seu cargo o secretariado e, cerca de vinte e oito anos depois, é nomeado para a presidência, cargo que exerce por dois anos, de 1906 a 1908. A ele se deve a instalação do Hospital de Santo André, desta cidade. Em 1876, António Maria d'Oliveira e Silva foi membro da Comissão de Recenseamento Eleitoral e, em 1908, aparece entre os mais ricos proprietários desta terra.

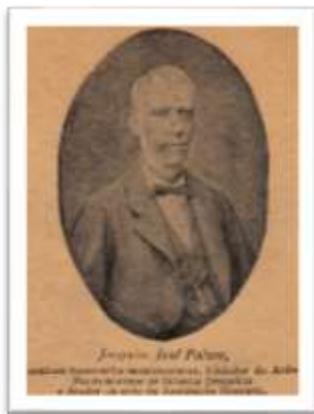


Ilustração 45: Joaquim J. Faísca



Ilustração 44: António Oliveira e Silva

O presidente João Raphael de Vasconcellos Almadanim Mouzinho, assim como o secretário António Maria d'Oliveira e Silva constam das listas dos quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1876, 1878, 1880, 1883, 1884.

Joaquim José Faísca exerceu o cargo de tesoureiro da instituição por nove anos, sete dos quais consecutivos, de 1876 a 1878 e de 1880 a 1887, durante os quais foi acumulando fortuna. Em 1878, é nomeado vereador da câmara municipal de Montemor-o-Novo. Mais tarde, em 1883, pertenceu à Comissão de Recenseamento Eleitoral do concelho. Em 1885, fez parte da lista dos quarenta maiores contribuintes da contribuição industrial de Montemor-o-Novo. É, ainda hoje, considerado o maior benemérito do Asilo.

O padre Romeiras, após pertencer à direção inaugural desta casa, como vogal, torna a assumir um cargo na direção, desta vez como presidente, no decorrer do ano de 1908, já com 70 anos.

Rodrigo de Villa Lobos de Mello Fragozo, em 1876, é vogal da direção e torna a ter o mesmo cargo, de 1880 a 1882. Em 1880 e 1884, consta do recenseamento dos quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo



Ilustração 46: Padre Romeiras

### Quadro 16 - Direção do Asilo (1878)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Simão da Cunha d'Eça Azevedo	49	Facultativo da Câmara e Proprietário
Secretário	Joaquim Xavier dos Santos	49	Lavrador e Abegão
Tesoureiro	José Pedro Feio Pereira Rosa	46	Proprietário
Vogal	Francisco Manoel da Costa Campos	29	Sua Agência

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1878: A2K43; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora



Ilustração 47: Simão da Cunha d'Eça

Em 1878, conhece-se apenas um elemento nomeado como vogal, ao contrário do que acontece com dois nomeados, quer nos anos antecedentes, quer nos precedentes.

O presidente Simão da Cunha d'Eça Azevedo aparece referenciado entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1880 e 1884. Exerce o cargo de presidente da instituição durante quatro anos consecutivos, entre 1878 e 1882, retomando-o, no biénio de 1884/1886. Natural de Condeixa-a-Nova fixa-se, em Montemor-o-Novo, como médico *Municipal*<sup>344</sup>.

Joaquim Xavier dos Santos é o secretário entre 1878 e 1880. Neste ano passa a vogal, cargo que desempenha durante mais dois anos. Em 1882, é reeleito novamente para secretário. Surge entre os quarenta maiores contribuintes de

Montemor-o-Novo, no recenseamento eleitoral realizado em 1878, 1880 e 1883. Em 1878, foi nomeado vogal para a câmara municipal.

José Pedro Feio Pereira Rosa aparece referenciado, entre os quarenta maiores contribuintes desta vila, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1880, 1883, 1890 e 1894. No decorrer de 1870, foi provedor da Misericórdia e membro do Conselho Municipal de Montemor-o-Novo<sup>345</sup>. Em 1874, é um dos acionistas da construção do

<sup>344</sup> Revista Almansor (1992)

<sup>345</sup> Os membros deste conselho eram eleitos entre os 40 maiores contribuintes do concelho.

teatro que existiu na Rua Nova.<sup>346</sup> Nos anos de 1878 e 1881 foi nomeado vereador fiscal das obras públicas para a câmara municipal. Em 1882, é nomeado presidente da mesma. Francisco Manoel da Costa Campos aparece-nos um pouco desfasado do restante grupo. Assume as funções de vogal durante dois anos e não parece ser possuidor de grande fortuna, pois não foi encontrada qualquer referência ao seu nome, nos recenseamentos realizados à data. Também a sua idade surge fora do contexto pois é muito mais novo que os restantes membros da direção.

**Quadro 17 - Direção do Asilo (1880)**

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Simão da Cunha d'Eça Azevedo	51	Facultativo da Câmara e Proprietário
Secretário	Luiz Manoel de Brito Fragozo Amado	65	Proprietário
Tesoureiro	Joaquim José Faísca	53	Negociante
Vogais	Rodrigo de Villa Lobos de Mello Fragozo	54	Proprietário
	Joaquim Xavier dos Santos	51	Lavrador

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1880: A2K46; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora.

Nos quadros 3 e 4, os nomes repetem-se sem grandes alterações. Muda o nome do presidente; Joaquim Xavier dos Santos passa de vogal a secretário trocando de cargo com Luiz Manoel de Brito Fragozo Amado. O vogal Rodrigo Fragozo é substituído por Francisco Brejo.

**Quadro 18 - Direção do Asilo (1882)**

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	João Raphael de Vasconcellos Almadanim Mouzinho	64	Proprietário
Secretário	Joaquim Xavier dos Santos	53	Lavrador
Tesoureiro	Joaquim José Faísca	55	Lojista
Vogais	Luiz Manoel de Brito Fragozo Amado	67	Proprietário
	Francisco Henriques da Silveira Brejo	33	Proprietário

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1885: A2K51; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho 8de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora.

Luiz Manoel de Brito Fragozo Amado é nomeado vereador da câmara municipal de Montemor-o-Novo, em 1877.

Francisco Henriques da Silveira Brejo, já anteriormente, no ano de 1878, tinha exercido o cargo de tesoureiro da câmara municipal.

<sup>346</sup> Revista Almansor (1992)

### Quadro 19 - Direção do Asilo (1884)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Simão da Cunha d'Eça Azevedo	54	Facultativo da Câmara e Proprietário
Secretário	Francisco José da Silveira	53	Contador de Juízo
Tesoureiro	Joaquim José Faísca	57	Lojista
Vogais	António Alves Monteiro	60	Proprietário
	Francisco Henriques da Silveira Brejo	33	Proprietário

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1885: A2K51; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até junho 8 de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora

Francisco José da Silveira é eleito para secretário em 1884 e 1886. Nesse ano reaparece Joaquim José Faísca, novamente como tesoureiro.

António Alves Monteiro e Francisco Henriques da Silveira Brejo são vogais de 1884 a 1886.

### Quadro 20 - Direção do Asilo (1886)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Martinho de Vasconcellos Almadanim Mouzinho	51	Proprietário
Secretário	Francisco José da Silveira	54	Contador de Juízo
Tesoureiro	Joaquim José Faísca	59	Proprietário
Vogais	José d'Almeida Fragozo Gyrão	31	Empregado Público
	Manoel Dias Sant'Anna Júnior	30	Lojista

Fonte: A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1886: A2K52; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho 8 de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora

Martinho de Vasconcellos Almadanim Mouzinho pertenceu à comissão de recenseamento eleitoral, no ano 1878. Em 1881, exerceu um dos cargos de vereador na câmara municipal. É nomeado presidente da direção do Asilo, lugar que reassume entre 1886/1887.

José d'Almeida Fragozo Gyrão e Manoel Dias Sant'Anna Júnior são os novos vogais nomeados em 1886. Este último, em 1885 e 1892, aparece referenciado entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, no recenseamento realizado à data, e em 1895, assume o cargo de tesoureiro.

### Quadro 21- Direção do Asilo (1887)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Martinho de Vasconcellos Almadanim Mouzinho	52	Proprietário

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1886: A2K52; *História Summária da Fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho 8 de 1889* (1890), p.4, Minerva Eborense, Évora

No ano de 1887, apenas se conhece o nome do presidente da direção. Não foi possível conhecer os nomes dos restantes elementos. Sou, assim, levada a acreditar que a direção se manteve a mesma, pois os cargos variavam com uma periodicidade de cerca de dois anos.

**Quadro 22 - Direção do Asilo (1895)**

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Francisco Manoel de Brito Malta	39	Proprietário/Lavrador
Secretário	João Alves Pereira	55	Lojista
Tesoureiro	Manoel Dias Sant'Anna Júnior	42	Lojista
Vogais	Jacinto Rosado Pinto Banha	43	Lojista
	Augusto César Pinto da Costa Rebello	56	Alfaiate

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1895: A2K60; 1896: A2K61.

O nome de Francisco Manoel de Brito Malta surge entre os quarenta maiores contribuintes da terra, nos recenseamentos eleitorais realizado em 1890 e 1908. Foi vice-presidente da câmara, em 1886. Exerceu o cargo de presidente do Asilo, entre 1895 e 1897.

João Alves Pereira apenas desempenhou as funções de secretário durante dois anos (1895/1897). Em 1902, é eleito como vogal.

Jacinto Rosado Pinto Banha consta entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1885 e 1892 e João Alves Pereira, no recenseamento eleitoral realizado em 1885. Foram, respetivamente, vogal e secretário, entre 1895 e 1897



Ilustração 48: Francisco Manoel de Brito Malta

**Quadro 23 - Direção do Asilo (1896)**

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Alfredo Augusto da Costa Campos	41	Proprietário
-	José Gregório	-	-
-	Salvador da Costa	-	Comerciante
-	José Falcão	-	-
-	Manoel Dias Sant'Anna Júnior	44	Lojista

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1908: A2K71; O Meridional de 5/1/1897

No ano de 1896, apenas se conhece o nome do presidente, Alfredo Augusto da Costa Campos. Não foi possível conhecer os cargos desempenhados pelos restantes membros desta direção.



Ilustração 49: Alfredo Augusto da Costa Campos

É por demais conhecido que as preocupações com a formação académica, no seio do Asilo, deixavam muito a desejar; no entanto, alguns diretores possuíam um olhar mais alargado manifestando o desejo de que as raparigas, após deixarem a instituição, não almejem, somente, tornarem-se criadas, mães e donas de casa.

Na sua tomada de posse como presidente da direção desta instituição, Alfredo de Campos, refere que:

*Destinadas naturalmente a voltarem quando mulheres, ao meio d'onde foram tiradas em creanças, só por excepção pode admitir-se que cheguem a ocupar uma posição em que lhes proveitem tanto letras e tantas prendas de mão a que vemos aplicar a quem depois vemos distribuir pela casa abastadas na qualidade de creada.*<sup>347</sup>

Durante o ano de 1889 julgo terem existido duas direções. Uma primeira, que tomou posse em janeiro, e uma outra, que já exercia funções, em julho. Segundo o bissemanário *A Folha do Sul*, editado em Montemor, no seu número de 8/1/1889, relata que, em 5 de janeiro, foi aprovada, pelo governador civil do distrito, a nova direção do Asilo da qual fazem parte os seguintes elementos, como membros efetivos: Francisco Pereira Rosa Salgado, Adriano Alves Baptista, Augusto da Silva Gião, Augusto Theophilo Pereira e Albino Cró Pimenta de Aguiar; como suplentes foram aprovados os nomes de José Francisco Fragoso, Augusto Cesar Varella, Manuel Freire Torres, Manuela Feliciano de Carvalho e o Padre João António da Silva. Refere, ainda, este periódico, na sua edição de 22 de janeiro, que Augusto Theophilo Pereira e Albino Cró Pimenta de Aguiar recusaram os lugares, tendo sido substituídos pelos dois primeiros suplentes.

Esta recusa em aceitar os lugares para que estavam nomeados foi assim comentada:

*“ Como é lamentável que haja quem de tudo faça politica e vá assim desgostar cavalheiros prestimosos que poderiam bem dirigir os negócios d'aquelle estabelecimento de caridade! Coisas... ”*<sup>348</sup>



Ilustração 50: A Folha do Sul (22/1/1889)

Não conhecendo os cargos assumidos por cada um, a direção ficou assim composta

<sup>347</sup> O Meridional (5/1/1897)

<sup>348</sup> A Folha do Sul (22/1/1889)

### Quadro 24- Direção do Asilo (1898)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
-	Francisco Pereira Rosa Salgado	-	-
-	Adriano Alves Baptista	-	-
-	Augusto da Silva Gião	-	-
-	José Francisco Fragoso	-	-
-	Augusto César Varella	-	-

Folha do Sul de 22 de janeiro de 1889

Francisco Pereira Rosa Salgado para além de ocupar o cargo de presidente do Asilo era, em simultâneo, diretor do jornal *O Meridional*<sup>349</sup>, cargo que ocupou até 1893. Salvador da Costa foi presidente do Asilo durante o ano de 1898. Desta direção não foi possível encontrar outros elementos, nem saber quando tomou posse, nem quando terminou as funções. É de referir que, pela primeira vez, o presidente da direção do Asilo não é um grande proprietário agrícola. Salvador da Costa é um comerciante embora muito abastado.

Entre 1889 e 1898, não me foi dado a conhecer outra direção. Nem nos periódicos, nem no Arquivo, existe qualquer tipo de referência a este período de 9 anos



Ilustração 51: Salvador da Costa

### Quadro 25 - Direção do Asilo (1898)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Salvador da Costa	34	Comerciante

Memórias de Salvador da Costa in Revista Almansor (1992), nº10

Este encontrava-se em funções a 2 de julho, como consta nas suas memórias.<sup>350</sup>

<sup>349</sup> O Meridional (17/9/1893)

<sup>350</sup> Revista Almansor (1992)

Era eu, nesse tempo, director do Asilo de Infância Desvalida Montemorense e o Sr. Arcebispo manifestou o desejo de visitar o Asilo e de almoçar lá. Os meus colegas, que eram quase todos de almoços à lisboeta, com pastelinhos e outras bugigangas, já não tinham tempo de ir a Lisboa trazer de lá o almoço. Digo: "Ora, o Asilo é pobre, e vive de esmolas. Mal parece oferecer um sumptuoso almoço! Se me dão autorização, eu trato do almoço". No dia 2 de Julho o almoço do sr. Arcebispo, para as meninas e para a direcção, foi "Sopas da panela à alentejana" e bifes com ovos. Tudo ficou satisfeito com o menú.

Ilustração 52: Revista Almansor (1992)

### Quadro 26 - Direção do Asilo (1900)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	João Augusto da Silva Gião	40	Proprietário
Secretário	Feliciano do Carmo Reis	49	Proprietário / Lavrador
	Francisco Salgado	-	-
	Albino da Costa	-	-
	João Pereira Reis	-	-

Fonte: A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1901: A2K65; O Meridional de 7/1/1900



Ilustração 53: Feliciano do Carmo Reis

João Augusto da Silva Gião exerceu as funções de presidente, com nomeações em 1900 e 1902. Em 1908, consta entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo. O nome de Feliciano do Carmo Reis aparece referenciado entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1887, 1890, 1894 e 1908. Foi secretário da direcção, com uma nomeação, em 1900.

### Quadro 27- Direção do Asilo (1902)

Cargos	Nomes		
Presidente	João Augusto da Silva Gião	42	Proprietário
Secretário	Bernardino de Mattos Faria	42	Caixeiro

Tesoureiro	Albino Costa Cró Pimenta de Aguiar	52	Agricultor/Proprietário
Vogais	Cypriano Justino da Costa Campos	39	Professor / Proprietário
	João Alves Pereira	62	Lojista

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1908: A2K7

Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar viria a ser presidente da comissão executiva da câmara municipal, pelo Partido Democrático, seis dias após a proclamação da República, entre 1910 e 1913.

*Homem inteligente e culto, exemplar chefe de família, primeiro presidente da camara após a implantação da República,...*<sup>351</sup> Em 1902, exerceu as funções de tesoureiro na direção do Asilo. Foi deputado à Assembleia Constituinte em acumulação de funções com o cargo de vereador camarário. Em 1911, é iniciado na Maçonaria e, no mesmo ano funda a Loja Maçónica *União e Trabalho*.<sup>352</sup>



Ilustração 54: Albino da Costa Cró Pimenta de Aguiar

Cypriano Justino da Costa Campos e Albino Costa constam entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, respetivamente, nos recenseamentos eleitorais realizados em 1908, 1890 e 1892. Cypriano Justino da Costa Campos foi fundador do periódico *A Democracia do Sul*, defensor dos princípios republicanos.

Bernardino de Mattos Faria, fundador do Partido Republicano Português, em Montemor, foi, posteriormente, dirigente do Partido Democrático. Entre 1914 e 1916, assumiu o cargo de presidente da câmara e, nos cinco anos seguintes (1917/1921) foi presidente do Senado Municipal.

Com exceção do presidente e do vogal João Alves Pereira, todos os restantes elementos foram nomeados para os cargos da direção apenas uma vez.

Esta direção manteve-se até 1906<sup>353</sup>; apesar de demissionária desde dezembro de 1904. Devido às dificuldades que a instituição atravessava, ninguém queria assumir os cargos diretivos.

#### Quadro 28 - Direção do Asilo (1906)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	António Maria d'Oliveira e Silva	67	Proprietário
Secretário	António Justino Rodrigues de Andrade	50	Professor Primário
Tesoureiro	José Manuel Alvares	55	Advogado/ Comendador
Vogais	Alfredo Cunhal Júnior	28	Proprietário
	António Justino da Costa Praça	28	Proprietário

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1908: A2K71; Livro de atas (1903/1908)

<sup>351</sup> Ilustração Alentejana (1927)

<sup>352</sup> Ventura, António (2013)

<sup>353</sup> Livro de atas de 1903 a 1908

António Maria d'Oliveira e Silva, novo presidente desta casa, era membro do Partido Regenerador

António Justino Rodrigues de Andrade foi nomeado, por duas vezes, para as funções de secretário, em 1906 e 1908. Entre 1923 e 1925, foi presidente da comissão executiva da câmara, pelo Partido Democrático.

José Manuel Alvares, em 1906, assume o lugar de tesoureiro, lugar que volta a ocupar em 1908.

Alfredo Cunhal Júnior e António Justino da Costa Praça iniciam as suas funções no Asilo ocupando os lugares de vogais. O segundo mantém-se na direção que foi eleita, em 1908.

### Quadro 29- Direção do Asilo (1908)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	António Maria d'Oliveira e Silva	69	Proprietário
Secretário	António Justino Rodrigues de Andrade	32	Professor Primário
Tesoureiro	José Manuel Alvares	57	Advogado/ Comendador
Vogais	Alfredo Augusto Cunhal Júnior / José Luís Guerra	29	Proprietário
	António Justino da Costa Praça	29	Proprietário

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1908: A2K71; Livro de atas (1903/1908)

Em 30 de abril de 1908, Alfredo Cunhal dá o seu lugar ao suplente José Luís Guerra, por ter sido nomeado para Administrador do Concelho.

António Justino da Costa Praça aparece referenciado entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, no recenseamento eleitoral realizado, em 1908. Inicia as suas funções no Asilo ocupando um dos lugares de vogal. Ambos os vogais exercem funções por menos de um ano. Ainda em 1908, é nomeada nova direção.

O Padre Joaquim Romeiras retorna à direção do Asilo, desta vez, como presidente, após 32 anos de ausência.

### Quadro 30- Direção do Asilo (1908)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	João Joaquim de Sousa Romeiras	70	Padre
Secretário	Alberto Malta de Mira Mendes	21	Proprietário
Tesoureiro	José Maria de Mello Júnior	26	Ourives
Vogais	José Francisco Fragoso	40	Amanuense de Administração
	Augusto Adelino da Silva	34	Sua Agência

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1908: A2K71; Livro de atas (1903/1908) Livro de atas (1908/1920)

*Com exceção do presidente, todos os restantes membros da direção são estreantes, no ano de 1908. O presidente já tinha pertencido à direção inaugural desta casa asilar.*



Ilustração 55: Alberto Malta de Mira Mendes

José Maria de Mello Júnior, secretário em 1908, torna a ser chamado para desempenhar um cargo diretivo, desta vez, como tesoureiro, no decorrer dos anos de 1918, 1919, 1920 e 1921

Alberto Malta de Mira Mendes, José Francisco Fragoso e Augusto Adelino da Silva exercem apenas durante um mandato os cargos, respetivamente de secretário e vogais. Alberto Malta de Mira Mendes foi presidente da Comissão Executiva da câmara municipal, em 1918. Em 1927, foi presidente da camara municipal, tido como: *inteligente e de bom senso fizeram dele figura notável, a quem Montemor deve os serviços mais relevantes.*<sup>354</sup>

Augusto Adelino da Silva, em 1909, é substituído por José Luís Guerra.

### Quadro 31 - Direção do Asilo (1911)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Jaime Arnaldo Lopes Brejo	25	Comerciante/Farmacêutico
Secretário	Cypriano d'Oliveira Barreto	24	Escrevente
Tesoureiro	António Lopes d'Andrade	32	Caixeiro
Vogal	Joaquim Marques Aguiar	27	Caixeiro

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1911: A2K72; Livro de atas (1908/1920)

Jaime Arnaldo Lopes Brejo, presidente em 1911, foi nomeado governador civil de Évora, por duas vezes. A primeira entre 18 de fevereiro de 1922 e 14 de abril de 1923 e a segunda entre 13 de março de 1926 e 11 de junho de 1926. Político republicano foi presidente da camara municipal de Montemor-o-Novo, de 1917 a 1922, e presidente do Asilo, até 1918. A sua farmácia era o ponto de encontro dos republicanos da urbe.<sup>355</sup>Foi um dos fundadores da Loja Maçónica *União e Trabalho*.

Os restantes elementos apenas têm cargos diretivos durante um mandato. Cypriano d'Oliveira Barreto, António Lopes d'Andrade e Joaquim Marques Aguiar foram, em 1911, respetivamente, secretário, tesoureiro e vogal. António Lopes d'Andrade pertencia à Loja Maçónica *União e Progresso*, sediada no Escoural, vila que dista cerca de 18 km da sede do concelho.

Esta direção manteve-se em 1912, 1913, 1914, 1915, 1916 e 1917. Só em setembro de 1918 é nomeada a nova direção.



Ilustração 56: Alfredo Cartaxo

<sup>354</sup> Ilustração Alentejana (1927)

<sup>355</sup> Democracia do Sul (24/3/1918)

### Quadro 32 - Direção do Asilo (1918)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo	32	Padre
Secretário	José Maria Mello Júnior	36	Ourives
Tesoureiro	Adriano Alves Batista	64	Comerciante
Vogais	José Maria Laboreiro de Villa Lobos	34	Proprietário
	Hipólito José Pereira Reis	38	Proprietário/Lavrador

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1911: A2K72; Livro de atas (1908/1920)

O padre Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo inicia as suas funções de presidente do Asilo, em 1918. Em 1919, 1920 e 1921 continua na presidência da instituição.

Adriano Alves Batista, que em 1918 desempenhava as funções de tesoureiro, é renomeado para as mesmas funções no ano seguinte. Em 1921, passa a exercer as funções de vogal da direção

Hipólito José Pereira Reis foi vereador da camara municipal de Montemor-o-Novo, de 1901 a 1906. Em 1908, aparece referenciado entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, no recenseamento eleitoral então levado a cabo. Exerce o cargo de vogal em 1918, 1919, 1920 e 1921.

José Maria Laboreiro de Villa Lobos consta entre os quarenta maiores contribuintes de Montemor-o-Novo, no recenseamento eleitoral realizado em 1890. Em 1918 é vogal na direção do Asilo, cargo que exerce apenas um ano.



Ilustração 57: Hipólito José Pereira Reis



Ilustração 58: José Maria Villa Lobos

### Quadro 33- Direção do Asilo (1919)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo	33	Padre
Secretário	José Maria Mello Júnior	37	Ourives

Tesoureiro	Adriano Alves Batista	65	Comerciante
Vogais	Hipólito José Pereira Reis	39	Proprietário
	Joaquim Manuel Soeiro	45	Serralheiro

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1911: A2K72; Livro de Atas (1908/1920)



Ilustração 59: Joaquim Manuel Soeiro

Com exceção de Joaquim Manuel Soeiro, que ocupa o lugar de vogal, todos os outros membros da direção são repetentes nas suas funções. Este ocupará as mesmas funções no ano seguinte. Foi também o primeiro presidente da *Associação de Previdência Social* e um dos fundadores da *Associação Operária Montemorense*.<sup>356</sup>

### Quadro 34- Direção do Asilo (1920)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Padre Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo	34	Padre
Secretário	José Maria Mello Júnior	38	Ourives
Vogais	Hipólito José Pereira Reis	40	Proprietário
	Joaquim Manuel Soeiro	46	Serralheiro

A.H.M.M.N. recenseamentos eleitorais 1920: A2K80; Livro de atas (1908/1920)

Durante o ano de 1921, não entraram novos elementos para a direção do Asilo. Todos são repetentes, estando alguns nomeados há vários anos consecutivos

Em 1922 José Maria Mello Júnior passa para tesoureiro e Joaquim Manuel Soeiro para secretário. É eliminado um dos lugares de vogal.

Com um dos mandatos mais longos à frente do Asilo, o padre Cartaxo era *prior da Matriz, vigário da vara que na presidência da direcção daquela benemérita casa de caridade tem feito prodígios de boa administração. Este senhor por ser um orador distinto e conta com a estima de toda a gente, é alguém cujas qualidades não é possível engrandecer suficientemente*.<sup>357</sup>

<sup>356</sup> Estas associações estavam diretamente ligadas às lojas maçónicas existentes no concelho

<sup>357</sup> Ilustração Alentejana (1927)

### Quadro 35 - Direção do Asilo (1922)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Padre Alfredo dos Santos Oliveira Cartaxo	36	Padre
Secretário	Joaquim Manuel Soeiro	48	Serralheiro
Tesoureiro	José Maria Mello Júnior	40	Comerciante
Vogal	Hipólito José Pereira Reis	42	Ourives

Livro de atas (1921/1931)

Este grupo irá manter-se, até 1947, com a mesma constituição. Foi a direção com o mandato mais longo que a instituição teve, cerca de vinte e cinco anos.<sup>358</sup>

### Quadro 36 - Direção do Asilo (1947)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
-	Joaquim Manuel Soeiro	63	Serralheiro
-	Hipólito José Pereira Reis	57	Ourives
-	António Varela Romeiras	54	Comerciante

*O Montemorense* (1/5/1947)<sup>359</sup>

Desta direção desconhecemos os restantes elementos assim como a distribuição dos cargos. A notícia publicada em *O Montemorense* apenas refere estes três nomes e nada diz sobre os cargos desempenhados.

Em 1930, foi um dos fundadores dos Bombeiros Voluntários de Montemor e, no decorrer do mês de maio de 1947, Alfredo Maria Praça Cunhal<sup>360</sup> deu posse a uma nova direção desta casa de caridade.

### Quadro 37 - Direção do Asilo (1947)

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	António Maria Malta Laboreiro de Vila Lobos	30	Proprietário/Lavrador
	António Salvador Romeiras da Costa	49	-
	Manuel do Nascimento Pires	-	-
	Simão Luís Reis Malta	27	-
	Henrique Alves Nunes	-	-

*O Montemorense* (1/5/1947)

<sup>358</sup> *Montemorense* (1/5/1947)

<sup>359</sup> Idem

<sup>360</sup> Alfredo Cunhal era, à data, presidente da Comissão Municipal de Assistência

António Salvador Romeiras da Costa, o segundo filho de Salvador da Costa, presidente do Asilo, no ano de 1898, assumiu, por esta altura, um dos cargos diretivos.

Nada mais foi possível averiguar, sobre esta direção.

Entre 1947 e 1962, desconhecemos qual a constituição das direções. Só, no decorrer do ano de 1962, temos notícia da existência de um novo diretor.

**Quadro 38 - Direção do Asilo (1962)**

Cargos	Nomes	Idade	Profissão
Presidente	Alfredo Maria Praça Cunhal	54	Proprietário / Lavrador

*O Montemorense* (1/5/1947)

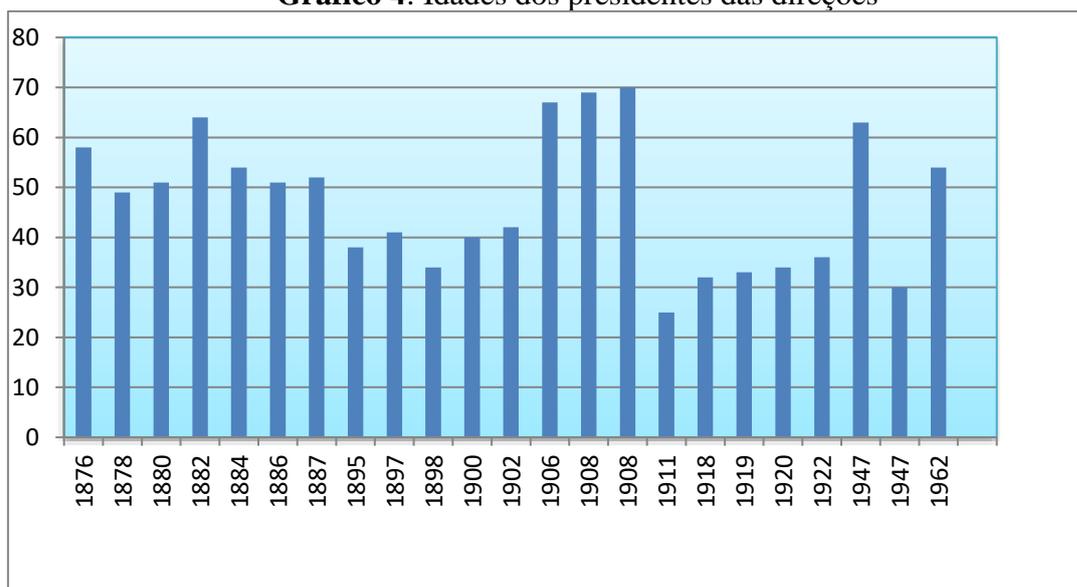
Alfredo Maria Praça Cunhal foi presidente da Comissão Administrativa do concelho de Montemor-o-Novo, de 1935 a 1937. Em 1947, Presidente da Comissão Municipal de Assistência deste mesmo concelho: em 1962, data em que a direção da instituição foi entregue à ordem religiosa das Irmãs Franciscanas Missionárias de Maria, era presidente do Asilo.

Com a entrega desta casa asilar a uma instituição religiosa, toda a documentação, possível de ser estudada, foi perdida. A partir desta data desconhecem-se os membros das direções e quais as funções que desempenhavam.

Na sua maioria, os elementos constituintes das diferentes direções, eram detentores de avultadas fortunas e exerciam cargos nos governos regionais, na câmara ou na sede do distrito.

Em 1911, temos a direção mais jovem de todas as conhecidas. Com um presidente de 25 anos, os restantes membros têm idades compreendidas entre os 24 e os 32 anos. Este presidente surge depois de, ter exercido o mesmo cargo, o elemento mais velho de todas as direções, o padre Romeiras de 70 anos.

**Gráfico 4: Idades dos presidentes das direções**



Com uma média de idades a rondar os 47 anos, é em plena implantação da República que a direção mais jovem assume o controlo desta casa asilar.

De todos os diretores conhecidos, permitam-me destacar Joaquim José Faísca. O senhor Faísca (como é conhecido) é dado como um dos fundadores da instituição. Personagem destacado, idolatrado e ainda muito pouco estudado, obrigou-me a que procurasse conhece-lo melhor, tentando compreender a sua vida e algumas das suas facetas, como grande benemérito desta terra.

### a) Joaquim José Faísca: benemérito e prestamista

*“... Joaquim José Faísca, cuja memória não morreu, não morre porque o seu carinho em favor da Humanidade sofredora se materializou em construções esplendidas.”<sup>361</sup>*

Falar do Asilo Montemorense da Infância Desvalida é, também, falar de algumas personalidades que contribuíram para a sua fundação e foram marcantes, ao longo dos anos. Entre elas, estão presentes algumas das famílias mais abastadas da vila de Montemor-o-Novo: o Mouzinho Almadanim, os Laboreiro, os Villa-Lobos e os Cunhal. Famílias antigas, grandes proprietários agrícolas e, ainda hoje, detentoras de fortunas. Gerido, ao longo dos anos, por inúmeras direções exclusivamente masculinas, alguns dos seus diretores tiveram papel de destaque no funcionamento da instituição. Se uns se destacaram pela longevidade no cargo, caso do padre Romeiras; outros, como Alfredo Cunhal, destacaram-se pela dinâmica inovadora, que tentou implementar.



Fotografia 14: Retrato de Joaquim José Faísca

Por entre estas *ilustres figuras*, surge um nome que parece estar, completamente descontextualizado, quanto à sua condição social e profissional; personagem sem fortuna própria, pouco instruído e oriundo da classe trabalhadora. O senhor Faísca<sup>362</sup>, como era conhecido no burgo, parece estar sempre em primeiro plano, quando se fala do Asilo. É habitual ouvirem-se comentários do género: *Foi ele que fundou o Asilo; Foi ele que o pôs a funcionar; Se não fosse o senhor Faísca não teria havido dinheiro para fazer obras e dar de comer às crianças; Montemor devia fazer-lhe uma homenagem, não basta ter uma rua com o seu nome.* É frequente aparecer um pouco endeusado e acima de qualquer suspeita. Convém, pois, “perder” algum tempo com este senhor, não só pelo modo como é idolatrado, mas, também, devido à sua enigmática personalidade

Joaquim José Faísca nasceu a 23 de outubro de 1824, na vila de Montemor-o-Novo, onde faleceu, a 20 de março de 1909, com 75 anos. Filho de José Luís e Maria Ritta, de origem humilde, teve uma educação muito elementar, devido aos poucos recursos dos progenitores. Cedo se estabeleceu como barbeiro. Com o pouco dinheiro, que conseguiu com a sua atividade, pagou a educação religiosa do seu irmão, João de Deus Augusto Faísca, que viria a ser o último capelão da comunidade religiosa instalada no Convento da Saudação, antes da morte da última freira.

<sup>361</sup> O Montemorense (4/4/1954)

<sup>362</sup> O retrato de Joaquim José Faísca pertence ao Museu do Convento de São Domingos

Em setembro de 1860, foi co-fundador da *Associação de Beneficência Montemorense*. Casou com Maria José Almeida Faísca que viria a falecer em 1901, com 78 anos. Deste casamento nasceram duas filhas: Sara Augusta Faísca e Noeme Maria Faísca. Sara faleceu em 1862 e Noeme em 1871, com 7 anos. Da primeira filha não me foi possível saber a idade, a data do falecimento, nem a data de nascimento.

Terminado o ofício de barbeiro, adquiriu uma ferragem e, posteriormente, uma ourivesaria da qual se desfez em 1899, pois a sua saúde já não permitia que estivesse à frente de um estabelecimento comercial.

De pessoa humilde rapidamente começou a ser reconhecido pelo seu caráter íntegro, honesto e de *boas contas*. Tal prestígio levou-o a assumir diferentes cargos em várias associações. Abraçou o cargo de tesoureiro da Confraria<sup>363</sup> do Santíssimo Sacramento e da Confraria do Santíssimo, da freguesia do Castello; em ambos os casos terminou as suas funções com o aumento do dinheiro, em caixa, e deixando as instituições sem dívidas,<sup>364</sup> salvando-as de falência certa.

Foi vereador da câmara municipal de Montemor-o-Novo, de 1878/79 e 1880/81<sup>365</sup>.

Por ser vereador camarário, cargo facilitador de algum acesso privilegiado à realidade vivida no concelho, e ter, há alguns anos, perdido as duas filhas, foram factos que certamente contribuíram para o seu interesse por esta instituição asilar. Pensa-se que a ideia da formação do Asilo terá sido, em parte, da sua responsabilidade, mas tal não pode ser provado.

Mas o *caráter bondoso e desinteressado*, com que é lembrado, não corresponde completamente à verdade. Mesmo sendo uma figura assaz conhecida, outra faceta da sua vida está ainda por estudar. Como prestamista, todo o seu caráter de benemérito passa a ser questionado, ou talvez não, pois o filantropo objetivava receber benefícios em troca dos seus préstimos. No entanto, foi no Asilo que investiu parte da sua fortuna, ou melhor, parte da fortuna herdada da sua mulher.

Desposou uma senhora com fortuna própria, dona de um grande número de propriedades (casas e terrenos agrícolas) de quem herdou, em conjunto com uma afilhada, Maria da Conceição Pisco, após a morte da mulher.<sup>366</sup> Se conseguiu arranjar algum fundo de maneio com o seu trabalho, os bens deixados em herança pela mulher foram, com toda a certeza, um grande contributo para o avolumar da sua fortuna.

Voltemos ao Asilo. Para a sua abertura doou 2 mil reis, ajudando as obras de recuperação do Convento da Saudação. Aqui mandou construir um teatro para as representações das crianças durante as festas da casa e uma sala de ginástica para o exercício físico das asiladas e que servia, em simultâneo, de área coberta para as atividades lúdicas, durante os invernos rigorosos ou os abrasadores estios. Sem dúvida, algo inovador na educação feminina do século XIX.

Com a construção das salas para a prática da ginástica e da arte cénica, Faísca, vinha ao encontro das teses defendidas por Foucault (1980)<sup>367</sup>, algo pouco frequente neste tipo de casas de caridade.

---

<sup>363</sup> Associações compostas por laicos associados, de forma livre, para viverem as ideologias religiosas do Cristianismo

<sup>364</sup> Revista *Commercio e Industria: Sciencias, Artes e Lettras. Galearia Biographica Contemporânea*. nº 105, 1889, Lisboa.

<sup>365</sup> A.H.M.M.N.C.M.N. A1 B167 *Livro de Atas* (1875/1878), A1 B168 *Livro de Atas* (1878/1881), A1 B169 *Livro de Atas* (1881/1884).

<sup>366</sup> No livro onde consta a relação dos seus bens e que será analisado mais à frente, aparece-nos a discrição de todas estas propriedades.

<sup>367</sup> FOUCAULT, M. (1980)

*Desde os finais do século XVIII, o corpo sadio, limpo, válido, o espaço purificado, limpo arejado... constitui em algumas das leis morais essenciais na família (Foucault, 1980).*

O investimento na educação do corpo começava a modificar os hábitos morais da época. Ao apostar nestas práticas, a sua visão avançada da educação permitiu-lhe algum reconhecimento, na imprensa de então.

A imprensa dava-lhe destaque esporádico.

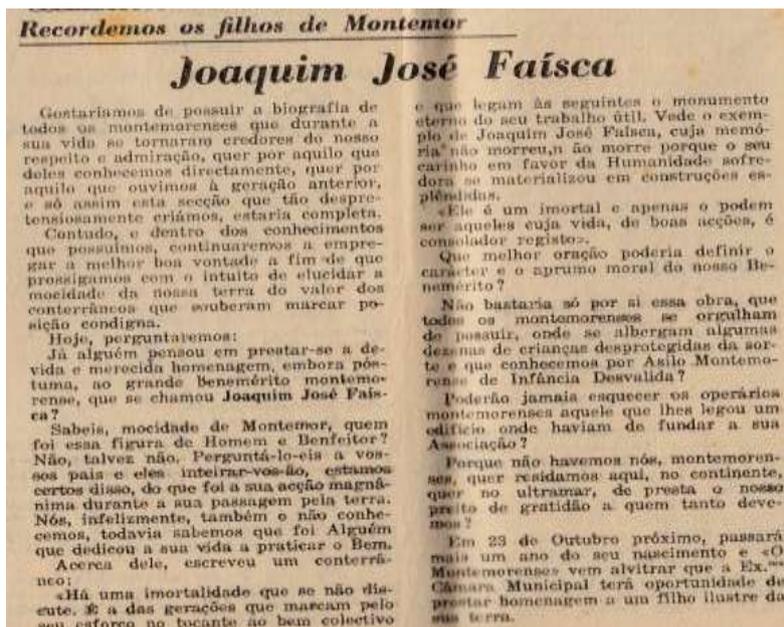


Ilustração 60: O Montemorense – 4/4/1954

*Quem entrar naquela casa, fundada aí por volta de 1876 pelo grande benemérito Joaquim José Faísca, sente sempre um*

Ilustração 61: O Montemorense – 4/11/1938

*Esta casa de caridade, fundada aí por 1876, constitui uma das maiores glórias da vila de Montemor-o-Novo. Deve-se ao esforço e actividade do grande benemérito montemorense, Joaquim José Faísca.*

Ilustração 62: Revista Montemor - 1927

No entanto, algumas inverdades foram sendo construídas em torno deste personagem. Faísca não foi o fundador do Asilo, ele ajudou, mas muitos outros participaram ativamente no projeto. É inquestionável que saíram da sua fortuna pessoal alguns dos benefícios para a instituição e os seus donativos foram generosos.

Em 1881, *sufragando a alma* do seu irmão, o padre Faísca, doou:

- 3 lenços, 2 livros “o Genio do Christianismo”, 1 dito “Nova Escola” por M.A.Figueiredo, 1 dito “Novo Dicionário portátil da língua portuguesa, 3 ditos pequenos em broxura, Um Diccionario da

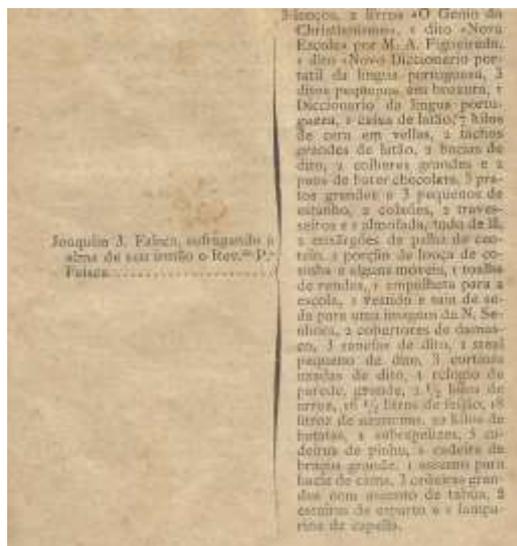


Ilustração 63: História Sumária do Asilo Montemorense da Infância Desvalida

*lingua portuguesa, 1 caixa de latão, 7 kilos de cera em vellas, 2 tachos grandes de latão, 2 bacias de dito, 2 colheres grandes e 2 paos de bater chocolate, 3 pratos grandes, 3 pequenos de estanho, 2 colxões, 2 travesseiros e 1 almofada, tudo de lã, 2 enxârgões de palha de centeio, 1 porção de louça de cosinha e alguns moveis, 1 toalha de rendas, 1 ampulheta para a escola, 1 vestido e saia de seda para uma imagem de N. Senhora, 2 cobertores de damasco, 3 sanefas de dito, 1 steal pequeno do dito, 3 cortinas uzadas de dito, 1 relógio de parede, grande, 2 ½ kilos de arroz, 16 ½ litros de feijão, 18 litros de azeitonas, 22 kilos de batatas, 2 sobrepelizes, 5 cadeiras de pinho, 1 cadeira de braços grande, 1 assento para bacia de cama, 3 cadeiras grandes com assento de tabua, 2 esteiras de esparto e 1 lamparina de capella.*(Romeiras, 1890)<sup>368</sup>

Generoso nas ofertas foi aos poucos conquistando fama de grande benemérito.

Posteriormente a estas ofertas, só em 1886, surgem novas dádivas registadas: 14 livros, para a biblioteca. (Romeiras, 1890)<sup>369</sup>

No ano seguinte (1887), fez uma doação de 20 litros de azeite e 2 velas de cera (Romeiras, 1890)<sup>370</sup> e, em 1888, doou 600 livros impressos. (Romeiras, 1890)<sup>371</sup> Se estas ofertas continuaram até ao seu falecimento, só voltei a ter noticia confirma em 1903, quando O Meridional referiu que:

*Continua o senhor Joaquim José Faísca no seu louvável propósito de oferecer a este estabelecimento de caridade, muitas das preciosidades que enchiam a sua casa. O Senhor Joaquim José Faísca... é o principal benfeitor do Asylo, a pessoa a quem mais se deve e que honra muito Montemor-o-Novo.*<sup>372</sup>

Nesse ano, ofertou:

*- 1 Porco, 2 carradas de lenha, 1 vitrina contendo bric-brac de estampas, objectos de arte, conchas, outros moluscos gasterópodes, aves, uma boa colecção de moedas de prata e de cobre.*<sup>373</sup>

Depois de 1903 já não encontrei mais nenhum registo relativo a doações.

Com o acumular da fortuna, aumentou substancialmente o seu património urbanístico e financeiro. A sua fortuna, para além da que lhe foi deixada em testamento pela mulher, aumentou com os juros ganhos nos empréstimos concedidos a alguns amigos e/ou conhecidos e com as rendas das muitas propriedades que possuía.

No decorrer do ano de 1893<sup>374</sup>, constavam nos seus bens:

### Quadro 39: Relação de bens de Joaquim José Faísca

7	Casas na Rua Direita Nº 50, 52, 54, 60, 62, 64 e 66.
1	Loja na Rua Direita, 53. Nesta loja funcionou a Ourivesaria e tinha ainda duas casas anexas.
3	Casas e quintal na Rua do Chamorro nº14, 16, 18.
2	Casas na Rua das Fontainhas nº1 e 5.
1	Casa e varanda no Rocio nº1, Esta casa foi adquirida para servir de bazar a favor do Asilo. Mais tarde, <i>por dar sempre muito menos do que o esperado</i> <sup>375</sup> , foi doada à

<sup>368</sup> ROMEIRAS, J. de S. (1890)

<sup>369</sup> Idem

<sup>370</sup> Idem

<sup>371</sup> Idem

<sup>372</sup> O Meridional (22-3-1903)

<sup>373</sup> Idem

<sup>374</sup> A.H.M.M.N. 12 M 6 – Livro de bens de Joaquim José Faísca – 1893. Deste livro foram arrancadas um número indeterminado de folhas pelo que a relação de bens está, certamente, muito incompleta.

	Associação Operário Montemorense.
1	Casa na Rua Verde nº5. Esta casa foi-lhe deixada de herança pelo irmão.
1	Casa na Rua da Matriz nº6
1	Casa junto à igreja da Visitação
1	Foro <sup>376</sup> de casas no largo do Corro nº4.
1	Ferregial <sup>377</sup> pequeno no Castello
1	Ferregial à Quinta da Borracha
	Quintais no Castello, Matriz

No seu livro de bens aparecem, ainda, algumas propriedades deixadas pela mulher à afilhada Maria da Conceição Pisco, das quais ele ficou usufrutuário, até à morte desta.

Destes bens contam:

**Quadro 40:** Relação de bens da afilhada da mulher de Joaquim José Faísca

2	Casas na Rua Direita nº53 e 55 (casas anexas à ourivesaria).
1	Fazenda no sítio das Palmeiras
1	Olival à Quinta de D. Francisco
1	Olival à Abadinha
1	Olival a Valleparaizo

Ao fazermos uma leitura do mapa da vila, na época, apercebemo-nos da dimensão das suas propriedades.

Para além destes bens possuía ainda vários investimentos em ações, em seu nome:

**Quadro 41:** Ações de Joaquim José Faísca

8.000 reis	Junta de Crédito Publico
50 ações de 50.000 reis cada	Banco do Alentejo

E algumas deixadas à afilhada da mulher, sendo ele usufrutuário até à sua morte.

**Quadro 42:** Ações da afilhada da mulher de Joaquim José Faísca

10 ações de 50.000 reis cada	Banco Eborense 10 ações de 50.000 reis cada
5 ações de 10.000 reis cada, doadas ao Asilo	Teatro Montemorense

Não foi com certeza só com ourivesaria que Joaquim José Faísca acumulou tal quantidade de propriedades. A sua fortuna foi aumentada com os empréstimos concedidos. Tais empréstimos eram realizados com uma taxa de juro que variava entre os 6% e os 8% e cobrados em prestações mensais. Eram empréstimos a lavradores em dificuldades ou a pessoas sobejamente conhecidas na terra e que tentavam, a todo o custo, manter um estilo da vida nem sempre compatível com as suas posses. Algumas

<sup>375</sup> A.H.M.M.N. 12 M 6 – Livro de bens de Joaquim José Faísca – 1893

<sup>376</sup> Foro é um termo ainda hoje muito utilizado para identificar algo de pequenas dimensões, referente a áreas agrícolas ou pequenas habitações.

<sup>377</sup> Ferregial é uma palavra utilizada para designar um campo cultivado de cereais ou uma pastagem.

destas personalidades fizeram parte de diferentes direções do Asilo. É o caso de Cypriano Campos e do padre Romeiras.

**Quadro 43:** Empréstimos cedidos por Joaquim José Faísca

150.000 réis	Francisco Maurício Magalhães
200.000 réis + 50.000 réis	Manuel da Visitação Matheus
300.000 réis	Cypriano Justino da Costa Campos <sup>378</sup>
54.000 réis	Francisco José Alfacinha
300.000 réis	Augusto Dias Mendes
300.000 réis	Joaquim José da Silva Vieira
700.000 réis (pelo trespasse da ourivesaria).	João Alves Pereira
100.000 réis + 250.000 réis	Padre Joaquim José Romeiras <sup>379</sup>
200.000 réis + 100.000 réis	José Mariano Rabaça
100.000 réis	Augusto Cesar Varella
100.000 réis	Augusto Cesar Pinto da Costa Rebello
100.000 réis	Filipe José Reis
400.000 réis	Valentim José Pires
140.000 réis + 150.000 réis	António Luís do Foro

Estes são alguns dos empréstimos possíveis de serem conhecidos. Somando tudo temos a quantia de 4 694 000 réis. Quantia mais do que suficiente para poder ter uma vida despreocupada e desafogada.

Uma outra façanha identificativa do caráter peculiar e vanguardista deste personagem prende-se com a construção do jazigo para a sua família. Já muito estudado, esse monumento funerário possui características únicas em relação aos seus semelhantes, existentes no país. Situado à entrada do cemitério, do lado esquerdo, encontra-se abandonado e em avançado estado de degradação.



Fotografia 15 e 16: Interior do jazigo

<sup>378</sup> Pertenceu à direção do Asilo como vogal em 1902.

<sup>379</sup> Pertenceu à direção do Asilo, com vogal, em 1876 e como presidente em 1908.



Fotografia 17: Interior do jazigo



Fotografia 18: Aspeto exterior do jazigo

*Trata-se de uma espécie de capela formada por uma caixa de alvenaria rebocada e pintada. ... este monumento apresenta a entrada para os caixões lateralizada, sendo a porta da capela verdadeiramente um oratório, já que não é possível a entrada nessa parte do jazigo. ... trata-se de uma solução original, provavelmente única em Portugal... (Portela e Queiroz, 2002)<sup>380</sup>*

Segundo os mesmos autores<sup>381</sup>, este monumento foi construído em duas fases distintas. A primeira em 1862, após o falecimento da sua filha Sara e uma segunda fase, em 1871, nove anos mais tarde, após a morte da filha Noeme. Só foi dado por concluído em 1872. Esta obra vem reforçar o caráter peculiar da sua personalidade a que podemos juntar as obras realizadas no Asilo. Em meados do século XIX, não era prática frequente o investimento em sala para teatro e para ginástica nas escolas femininas e, muito menos, nas de caráter assistencial. Se a construção destas duas salas no Convento da Saudação foi algo avançado para a época, a edificação do jazigo foi-o igualmente, fugindo ao traçado dos jazigos existentes.

Numa das paredes laterais do seu jazigo podemos encontrar um painel, em azulejo, onde se lê que a sua manutenção ficará a cargo do Asilo. Após o encerramento desta instituição e como, até hoje, nenhuma entidade chamou a si a conservação deste monumento, a sua degradação tem vindo a aumentar rapidamente.

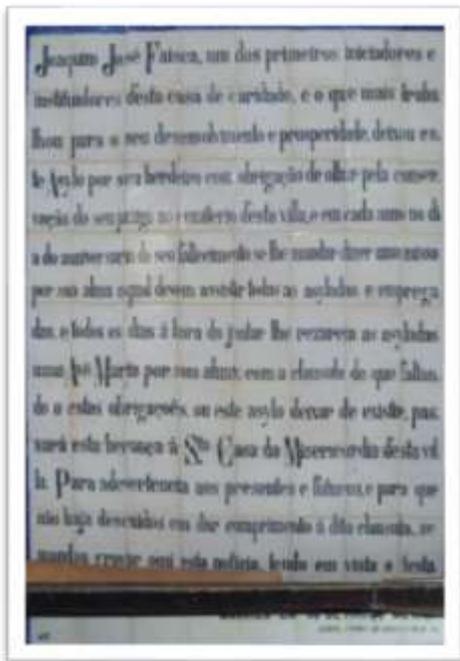


Fotografia 19: Painel de azulejo na parede lateral do jazigo

<sup>380</sup> PORTELA, A. M. e QUEIROZ, (2002).

<sup>381</sup> Idem

Após a sua morte (1909), a direção da instituição mandou fazer um painel de azulejo que afixou na parede do antigo refeitório; este ainda se encontra no referido local, relembrando a figura do seu benemérito, como forma de perpetuar a sua presença.



Fotografia 20: Painel de azulejo, numa parede, no interior do Asilo

*Joaquim José Faísca um dos primeiros iniciadores e instituidores desta casa de caridade, e o que mais trabalhou para o seu desenvolvimento e prosperidade, deixou este Asilo por seu herdeiro como obrigação de olhar pela conservação do seu jazigo, no cemitério d'esta vila, e em cada anno no dia do anniversario do seu falecimento se lhe mandar dizer uma missa por sua alma a qual devem assistir todas as asyladas e empregadas, e todos os dias à hora do jantar lhe rezarem as asyladas uma Ave Maria por sua alma; com a clausula de que faltando a estas obrigações, ou este asylo deixar de existir, passará esta herança à S.ta Casa da Misericórdia desta vila. Para advertência dos presentes e futuros, e para que não haja descuidos em dar cumprimento à dita clausula, se mandou gravar aqui esta noticia tendo em vista o testamento...*<sup>382</sup>

Com as rendas, os juros dos empréstimos e das inscrições, o seu rendimento mantinha-se bastante elevado. A fama de bondoso, íntegro e benemérito, com que está rotulado, não é completamente verdadeira. Grande parte da sua

fortuna pode ter sido construída com o recurso aos juros dos empréstimos e com os bens deixados pela mulher. O facto de se ter desfeito de uma casa, comprada para servir de bazar a favor do Asilo, *por dar sempre muito menos do que o esperado*<sup>383</sup>, mostra um pouco da sua faceta de negociante.

Quando do seu falecimento, registou, em testamento... *deixo todos os meus bens, direitos e acções, ao Asylo Montemorense d'Infância Desvalida, depois de pagas todas as despesas que tiveram de se fazer, excepto duas moradas de casas, sitas na Rua Direita d'esta mesma villa, com os números cincoenta, cincoenta e dois e cincoenta e quatro de polícia porque as deixo a António Fialho Ferro e Valério Máximo Fialho Ferro, como sobrevivência de um para o outro... deixo à Misericórdia d'esta villa a quantia de mil e quinhentos reis por uma só vez...*<sup>384</sup>

Dia 21 de março de 1910, o Asilo comemorou o primeiro aniversário da morte de Faísca *que legou a maior parte dos seus bens aquella casa de caridade*<sup>385</sup>. Pelas 9 horas, o padre Romeiras, presidente da direção, celebrou missa seguida por uma atuação do coro das alunas. *Findos estes actos religiosos a que assistiram toda a Direcção, as professoras e alumnas, dirigiram-se todos ao refeitório onde o Sr. Presidente declarando inaugurada uma lápide que ali existe, referente ao benfeitor Faísca, fez o justo elogio da sua dedicação ao Asylo, tão generosamente manifestada e pediu às*

<sup>382</sup> Descrição do mosaico.

<sup>383</sup> A.H.M.M.N. 12 M 6 – Livro de bens de Joaquim José Faísca – 1893

<sup>384</sup> Excerto do testamento de Joaquim José Faísca. Repartição das Finanças, Montemor-o-Novo.

<sup>385</sup> O Meridional (27-3-1910)

*alumnas que orassem pelo eterno descanso de tão grande amigo do Asylo. Dia 21 foi completamente feriado no Asylo e de tarde as professoras e alumnas foram ao cemitério visitar o túmulo do Sr. Faísca.<sup>386</sup>*

Nesse dia foi feriado na instituição. Na parte da tarde, professoras e alunas rumaram ao cemitério para visitarem o respectivo jazigo.

---

<sup>386</sup> O Meridional (27/3/1910)

## 1.4. Uma educação negligenciada

Muito falada e legislada, a educação feminina era tema transversal quer à Monarquia Constitucional, quer à Primeira República. Vivia-se, em meados do século XIX, uma concentração de grandes áreas rurais, nas mãos dos latifundiários do Sul, circunstância que tornava ainda mais difícil nesta zona a afirmação de uma prática consistente de alfabetização das massas populares e mais desfavorecidas.

Enquanto na Europa a revolução industrial era já uma realidade, por cá, o atraso acentuava-se cada vez mais e o concelho de Montemor-o-Novo não era exceção. A sucessão de crises económicas e a fraca mobilidade social, resultante da escassíssima oferta educativa levaram a que este concelho vivesse algumas situações de miséria extrema.

A educação nunca tinha sido uma prioridade e as crianças, até há pouco tempo ainda, eram olhadas como pequenos adultos. É por esta altura que se começa a olhar a infância com mais atenção, dando-lhe a importância que lhe é devida e que tardava. Durkheim (1984)<sup>387</sup> refere que a criança não devia ser tratada como um homem pequeno, mas sim como criança que era, possuidora de um estatuto particular, atendendo às suas características. No entanto, será durante a vigência do regime liberal que este movimento atinge maior visibilidade

Com uma miséria galopante, havia urgência em dar respostas a todos aqueles que viviam nas ruas e não possuíam qualquer meio de subsistência. As casas de recolhimento já não davam a resposta adequada. As crianças viviam paredes meias com os adultos e toda a espécie de doença e de problemas sociais.

A burguesia, assim como as ordens religiosas, instituem, por esta altura, os internatos para crianças, separados dos adultos, tentando responder e ultrapassar o problema. Com uma população analfabeta na ordem dos 88%, sendo de 78,6% no início do século XX, o distrito de Évora era o espelho de uma realidade em que a interioridade se pagava caro.

Em 1878, dois anos após a fundação do Asilo, a taxa de alfabetização do distrito de Évora situava-se nos 18,4%. Estavam matriculados 256 alunos nas 5 escolas para rapazes e uma para raparigas.<sup>388</sup>

Sendo o século XIX uma época de grandes transformações sociais, a educação tentava não ficar para trás. Era matéria transversal a toda esta sociedade liberal. Porque baseada na exclusão e no género, as ideias positivistas não foram suficientes para mudar estas práticas e mentalidades, no seio da educação. A revolução liberal de 1820 começou por se empenhar em criar um novo sistema de ensino, mas sem sucesso.

Os proprietários mais abastados começavam a ver o ensino como um meio de promoção para os seus filhos (Cutileiro,1977)<sup>389</sup>, mas o sexismo continuava a ser um dos protagonistas das políticas educativas.

Os atores sociais não permitiram a mestiçagem dos papéis.

---

<sup>387</sup> DURKHEIM, E. (1984)

<sup>388</sup> Arquivo distrital de Évora. Núcleo do governo civil. M91

<sup>389</sup> CUTILEIRO, J. (1977)

*O século XIX acentua a racionalidade harmoniosa dessa divisão sexual. Cada sexo tem a sua função, seus papéis, suas tarefas, seus espaços, seu lugar quase pré determinado... (Perrot, 1988).<sup>390</sup>*

Culpando o atual estado da educação pelo atraso global do país, os governos emergentes da revolução liberal tomaram esta como uma das suas prioridades, tentando assim abrir as portas ao progresso.

Se o ensino não se encontrava na melhor das situações, o estado moral da população era retratado por Varella (1814), como vivendo em grande decadência e despojado de toda a espécie de caráter.

Na segunda década do século XIX, vivia-se, em Montemor, uma situação de escassez quase total, desde bens materiais como bens imateriais, e o ensino era um reflexo de tudo isto. Não existiam pessoas dignas e hábeis que pudessem ter a seu cargo as questões da educação dos jovens

*... não há uma Aula publica de primeira educação, os Mestres particulares, sem aptidão e aprovação, contão mui poucos educandos...Entregues ao vicio e á preguiça observo eu a maior parte da mocidade da minha Pátria, calamidade que he devida ao criminoso abandono dos chefes de família; daqui nascem os máos costumes, os péssimos usos, os frequentes jogos, os lapunares, e as intrigas que são as insígnias infiaíveis do homem ocioso e sem educação (Varella, 1814).<sup>391</sup>*

Apesar desta intenção, o sistema escolar *não ultrapassou... os limites dos estreitos interesses económicos e culturais dos portugueses* (Fernandes, 1978)<sup>392</sup> e o *Estado português não conseguiu estabelecer um programa ou canalizar recursos suficientes para a montagem do sistema escolar.*(Magalhães e Neto, 2009)<sup>393</sup>

Em 1873, três anos antes da inauguração do Asilo, Correia (1873)<sup>394</sup> retratava o ensino aos olhos das políticas liberais vigentes à época, atribuindo os seus males a... *uma das faltas de capitaes existentes, assim no plano da instrução municipal desta villa... a falta gravíssima com a qual será eternamente impossível radicar de um modo efficaz real e deffinitivo as instituições liberais entre nós por forma a que não seja mera fantasmagoria á merce dos ambiciosos e da mais nefasta imoralidade.*

Mas estas casas de asilo não serviam somente para guardar crianças, elas pretendiam também, segundo faziam constar, *o cultivo da sua inteligência e do seu coração* (Luc, 1982).<sup>395</sup> Apostas que nunca se vieram a verificar pois estas pretensões nunca foram levadas muito sério. Poucos foram os casos conhecidos de crianças que registaram algum sucesso escolar. Quando isto acontecia, a imprensa dava-lhes destaque imediato.

---

<sup>390</sup> PERROT, M. (1988)

<sup>391</sup> VARELLA, J. J. (1814)

<sup>392</sup> FERNANDES, R. (1978)

<sup>393</sup> MAGALHÃES, J. e NETO, W. (2009)

<sup>394</sup> CORREIA, J.H. (1873)

<sup>395</sup> LUC, J.-N. (1982)

Em 1895, O Meridional salientou que o *resultado obtido pela escola do Asylo é mais uma prova de que naquellas casas devem procurar instrução para suas filhas todos os paes que não poderem pagar a professores especeaes.*<sup>396</sup>

Durante o ano de 1883, o Asilo começa a receber alunas externas.

Ao apelar à frequência de pensionistas externas, apostava-se na angariação de fundos, através de crianças pagadoras de mensalidades que pudessem ajudar a equilibrar as contas da instituição.

Por mais elogios que se fizessem aos resultados obtidos pela escola, a realidade é que a aposta continuava a ser nas tarefas domésticas.

Em finais desta centúria, com o desabrochar da revolução industrial, as mulheres começam a trabalhar fora de casa. Os filhos, que até então tinham estado sempre sob a sua alçada, de repente, começaram a ficar entregues a si próprios,

Mas a sociedade patriarcal mantinha-se e a igreja continuava a desempenhar o seu papel castrador. Nem a expulsão das ordens religiosas, levada a cabo pela revolução liberal, conseguiu tirar poder à igreja. O sistema de ensino manteve-se inalterado e os seus fundamentos imutáveis.

*Todo o sistema de ensino institucionalizado deve as características específicas da sua estrutura e do seu funcionamento ao facto de que é preciso produzir e reproduzir, pelos meios próprios da instituição, as condições institucionais cuja existência e persistência são necessários ao exercício da sua função própria de inculcação quanto à realização da sua função de um arbitrário cultural do qual ele não é produtor e cuja reprodução contribui à reprodução das relações entre os grupos ou as classes (Boudieu e Passeran, 1975).*<sup>397</sup>

Esta forma de encarar o ensino institucionalizado retirava-lhe toda a neutralidade, continuando a permitir que este mantenha na reprodução a sua essência. Falar da neutralidade das instituições é o mesmo que descontextualizá-las. A neutralidade nunca existiu. A política educativa estava bem definida e com orientações muito precisas. A educação formal não tinha qualquer relevância, quase toda a aprendizagem estava direcionada para as funcionalidades da vida, do dia-a-dia. A maioria das crianças não ia à escola, *não havia nada de importante para lhes ensinar* (Postman, 1999).<sup>398</sup>

Com a figura parental ausente de casa durante longos períodos, cabia à mulher o governo do lar e os cuidados com a educação das crianças. Este recato destinado ao sexo feminino em nada contribuiu para a sua escolarização, assim como o escasso número de escolas destinadas às raparigas.

Se era a mulher que zelava pelo bem-estar dos filhos/ filhas, era ao homem que cabia a responsabilidade pela sua educação.

---

<sup>396</sup> O Meridional (5/5/1895)

<sup>397</sup> BOUDIEU, P. e PASSERAN, J. C. (1975)

<sup>398</sup> POSTMAN, N. (1999)

**Quadro 44:** Responsáveis pela educação das raparigas  
(1882/1884/1886/1888/1900)

Ano	Responsáveis pela educação das raparigas						
	Pai	Mãe	Avós	Tios	Padrinhos	Tutores	Misericórdia
1882	86,3%	12,5%	1,3%	-	-	-	-
1884	84,8%	11,6%	0,7%	2,2%	0,7%	-	-
1886	95,6%	4,4%	-	-	-	-	-
1888	90,7%	9%	-	-	-	-	-
1890	68,8%	8,6%	0,2%	-	0,2%	-	22,2%

Recenseamento de crianças em idade escolar: AHMMN: A1M4, A1M5<sup>399</sup>

Podemos constatar que à medida que a década de oitenta ia avançando, maior era o número de pais que assumiam as responsabilidades pela educação das filhas. Só em 1888, estes dados sofrem uma ligeira inversão a favor das mães e em 1890 as Misericórdias assumem um papel importante, relativamente á educação das raparigas, assumindo a responsabilidade de 22% das recenseadas em idade escolar.

Ser responsável pela educação das raparigas não significava apenas garantir que estas frequentassem a escola. Este recenseamento diz respeito apenas à idade escolar em que as crianças se encontravam e não à frequência das instituições de ensino.

A situação de conformismo resultante da pouca escolarização e da ausência de poder económico levou a que, um anulamento generalizado do sexo feminino, todo o poder e responsabilidades recaíssem nos homens.

Às mulheres competia zelar pelo bem-estar das famílias, não pelo seu próprio bem-estar ou pela sua promoção social. Esta continuava a existir, para servir.

O falecimento de um dos progenitores, particularmente do pai, gerava grandes distúrbios no seio dos lares. Sendo eles o sustento da casa, o seu desaparecimento obrigava a toda uma reestruturação familiar. Como as mães não trabalhavam, todo o sustento era posto em causa e o miserabilismo instalava-se nestes lares.

Era à sociedade que competia cuidar dos órfãos, assegurando-lhes a educação e a sobrevivência. Dando a orfandade origem a pobreza extrema, o Estado, para assegurar os meios mínimos de subsistência a estas crianças, institucionalizava-as. Fazia-o em espaços isolados e com regras muito bem definidas que contribuía para que, segundo Foucault (1975)<sup>400</sup>, estas crianças quebrassem todo o tipo de ligações com os seus quotidianos, antes da entrada para as instituições. Quebravam-se, aqui, os elos de ligação com a vida que levavam antes de serem institucionalizadas. Tudo ficava para trás e tentava-se que, dali para a frente, todo o passado fosse esquecido. Procurava-se que absorvessem os ensinamentos impostos, no interior da instituição. A assimilação deveria ser rápida e pouco questionada.

<sup>399</sup> AHMMN: A1M4, A1M5

<sup>400</sup> FOUCAULT, M. (1975)

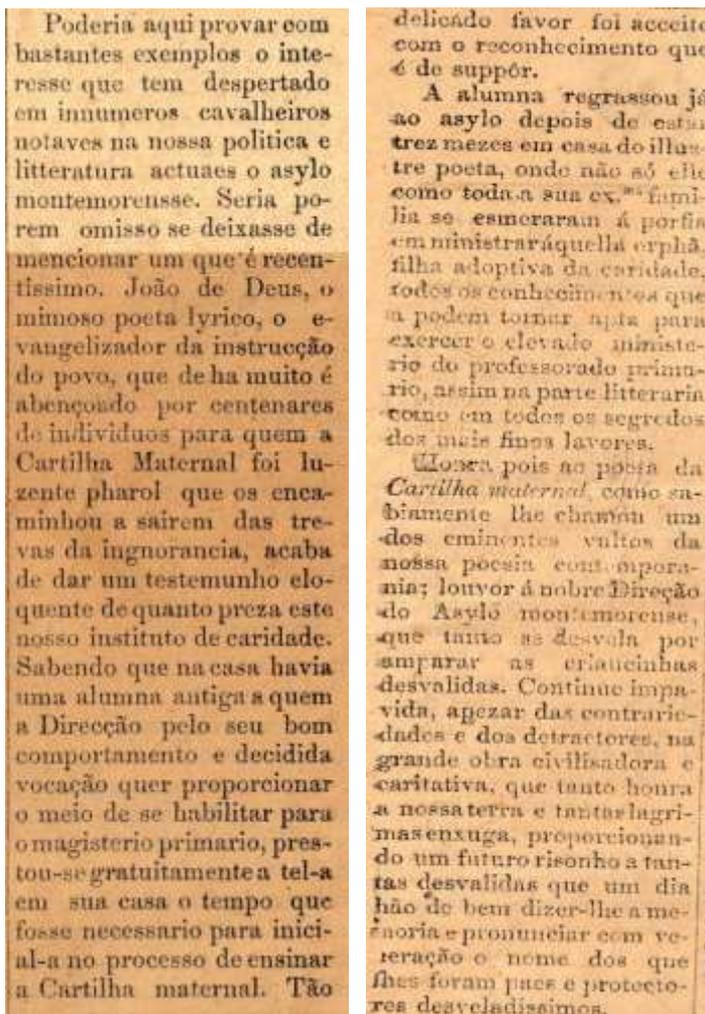


Ilustração 64: Diario do Alemtejo (4/11/1886)

Com uma educação virada para o lar e não para o ensino académico surgem, no entanto, algumas exceções neste Asilo: é enviada para a casa de João de Deus uma criança para aprender a ler pelo seu método<sup>401</sup>, e Romeiras (1890) fala de uma rapariga que foi para Lisboa aprender segundo o método de Froebel.<sup>402</sup>

Estando a educação no centro do debate público, em finais do século XIX, foi feita uma aposta no combate ao analfabetismo e na assistência aos desvalidos. Segundo Nóvoa, com o ensino entregue às mulheres estas não marcavam ainda uma referência identitária da profissão

*La dimension feminine de l'enseignement est acceptée, mais ne constitui pas la reference identitaire de la profession. Bien au contraire ce sont les images masculines qui s'adapte le mieux au modèle professionnel dominant.* (Nóvoa)<sup>403</sup>

Pelo facto de serem mulheres, a maioria das professoras não conseguia, não queria ou não podia valorizar o seu papel na sociedade. Eram em número muito reduzido e as escolas destinadas às raparigas também eram muito escassas.

Educar continuava a ser tarefa das mulheres, dentro e fora de casa.

*Não restam dúvidas que as últimas décadas do século XIX foram férteis em ideias que contribuíram para consolidar o processo de expansão dos papéis sociais desempenhados pela mulher* (Tambora, 1997).<sup>404</sup>

Mas este facto não significava que as mulheres começassem a ser senhoras das suas vidas. Era-lhes permitido trabalharem fora de casa, mas as opções continuavam muito limitadas.

<sup>401</sup> Diario do Alemtejo (4/11/1886)

<sup>402</sup> A este caso não encontrei mais nenhuma referência.

<sup>403</sup> NÓVOA, A. (texto sem data)

<sup>404</sup> TAMBORA, E. (1997) 1

Em 1845, apenas existia uma escola destinada às raparigas, neste concelho, e esta era particular.<sup>405</sup>

Quatro anos antes da inauguração do asilo, em 1872, Lopes Praça defendia que *as filhas menores de pessoas miseráveis, que por morte, avançada idade, ou moléstia de seus paes, ou por qualquer outro motivo justificado, não poderem ser alimentadas, nem socorridas, por elles ou por seus parentes, serão entregues ao cuidado e protecção da respectiva municipalidade, que as fará criar, alimentar e educar á custa de renda do concelho até á idade em que possam ganhar a sua vida* (Praça, 1872).<sup>406</sup>

Não sei qual a idade que aqui é referida como garante da sustentabilidade, mas no Asilo de Montemor, mesmo existindo um limite de idade para a permanência na instituição, em muitos casos, foi largamente ultrapassada.

Sem nunca ter estado diretamente ligado à vida do Asilo Montemorense, Joaquim Praça é o autor da letra do hino<sup>407</sup> desta casa, cuja música pertence a António do Nascimento e Oliveira.

O início do século XX foi marcado por um espírito republicano que, embora valorizasse a educação da mulher, tinha a sua principal preocupação centrada na preparação para o desempenho do papel de mãe (como educadora dos filhos) e esposa (com a respetiva obediência aos maridos) (Pintassilgo, 2007)<sup>408</sup>. Ao chegarem ao poder, os republicanos depararam-se com uma percentagem de apenas 23% de crianças em idade escolar a frequentarem o sistema de ensino. Em 1911 dá-se uma tentativa de reestruturação do ensino primário e, dois anos mais tarde (1913), cria-se o Ministério da Instrução Publica, na tentativa de acompanhar as transformações pretendidas.

Se, para estes novos políticos, o atraso do ensino se devia ao obscurantismo religioso em que o país vivia, poucos foram os progressos que se começaram a registar. A igreja continuou a marcar presença no ensino dentro e fora das instituições escolares.

Foi, então, dado início à expansão de uma rede escolar e iniciada a implementação de um ensino oficial universal. Mas nenhuma destas apostas foi ganha.

Sendo a escola uma entidade normalizadora, convinha, aos diferentes órgãos de poder, mantê-la como meio de amestramento dos seus frequentadores. Universalizando a normalização todos ficam expostos aos mesmos currículos, às mesmas matérias, tornando igual o que é diferente.

A educação doméstica continuava a ser uma prioridade para as raparigas.

Com uma população residente de 12957 habitantes, no concelho de Montemor, onde 63,7% se dedicava à agricultura, 14,1% o artesanato, 21,1% ao comércio e serviços e 1,2% sem ocupação definida, as ambições culturais e académicas mantinham-se muito baixas. Nem a lei de 2 de maio de 1878<sup>409</sup>, nem a de 11 de junho de 1880<sup>410</sup>, que

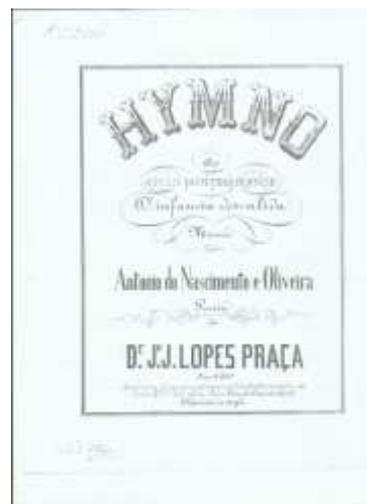


Ilustração 65: O Hino do Asilo  
(Anexo 12)

<sup>405</sup> Arquivo distrital de Évora. Núcleo do governo civil. M-44

<sup>406</sup> PRAÇA J.J. L. (1872).

<sup>407</sup> Segue em anexo a versão completa do hino.

<sup>408</sup> PINTASSILGO, J. (2007).

<sup>409</sup> Sendo uma lei que tornava obrigatória a frequência do ensino primário possuía, no entanto, algumas particularidades que favoreciam a não frequência da escola. Estavam dispensados desta obrigatoriedade as crianças que recebiam instrução em casa; as que morassem a mais de 2 km de uma

determinavam a obrigatoriedade do ensino, conseguiram por cobro ao elevado grau de analfabetos que a vila possuía.

No entanto, é através do trabalho e da instrução que, verdadeiramente, se inicia a revolução na contextualização dos papéis segundo géneros. Não só devido às crises sociais como às diferentes guerras que foram surgindo, as mulheres, muito lentamente, começaram a assumir um papel ativo nas sociedades. Eram necessárias mãos para os trabalhos, fora dos lares, e estas começaram a ser chamadas para os desempenhar, pois, os homens nem sempre estavam presentes para os ocupar.

A obrigatoriedade do ensino não surtiu grandes efeitos na escola do Asilo. Raras eram as crianças que concluíam a escolaridade obrigatória. Não era a principal preocupação das diferentes direções. Tudo me leva a crer que era condição indispensável arranjar colocação, emprego, assim que as raparigas atingissem idade para trabalhar, soubessem ou não escrever e ler. As habilitações eram desnecessárias e, só algumas (muito poucas) conseguiram atingir qualquer grau de escolaridade.

Se as preocupações com as habilitações eram escassas, as saídas para férias estavam bem regulamentadas. Só se podia sair com autorização do diretor no dia *de Anno Bom, domingo de Paschoa, pela feira de Setembro e pelo Natal*<sup>411</sup>. O isolamento societário a que estas crianças estavam sujeitas tornava-se facilitador da pouca cultura e escolarização das internas.

Mesmo com a escola a funcionar no interior do convento registava-se um grande número de faltas às aulas, como comprovam os registos de assiduidade. O porquê desta situação pode estar ligado a possíveis doenças ou aos muitos serviços domésticos que estas tinham de fazer dentro da instituição. Muitas vezes ocupavam o lugar de funcionárias despedidas, contribuindo para o aliviar das despesas. O plano assistencial economicista sobreponha-se a todos os outros.

Se antes da Republica parte da vida destas crianças estava ligada à religião, também depois de 1910 nunca deixou de o estar. Esta religiosidade expressava-se nas idas à missa, nas participações em procissões, nas orações diárias antes das refeições, por imposição de benfeitores falecidos, no acompanhamento de funerais, nas visitas aos jazigos de benfeitores...

Toda esta religiosidade estava bem espelhada nas paredes da instituição, através de quadros de cariz religioso ou pequenos painéis, em azulejo, com pequenas orações.

O Estado assumia-se como laico mas não tentava combater a religiosidade assumida; os discursos só faziam sentido fora das instituições. No seu interior,

*todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, cómodos saberes e os poderes que eles transportam consigo* (Foucault, 1997).<sup>412</sup>

---

escola gratuita; as que fossem extremamente pobres. Como é do conhecimento comum, no Alentejo, crianças a viverem a mais de 2 km de uma escola são, talvez, a maioria, devido à dispersão das habitações. Em 1878, só cerca de 30% da população viva em freguesias urbanas, no concelho de Montemor-o-Novo

<sup>410</sup> Lei sobre a Reforma do Ensino Primário e Regulamento e Providencias para a execução da referida lei.

<sup>411</sup> O Meridional (27/7/1902)

<sup>412</sup> FOUCAULT, M. (1997)

Se o empenho com os progressos académicos era quase inexistente, também os castigos, por maus comportamentos, ou mau aproveitamento escolar, parecem ter sido raros, ou não foram descritos nas atas. Poucos são os casos encontrados.

Sem ter conseguido conhecer as razões que levavam à aplicação do castigo, limito-me a transcrever o mesmo, para se poder fazer uma ideia de como eram aplicados.

*... que durante oito dias esteja em todos os actos a dita alumna de pé, em logar separado das outras e tomar as refeições na mesma posição; que alem d'isso fique privada do recreio durante o mesmo tempo e que se lhe inscrevesse o nome no quadro negro que se acha patente na escola.*<sup>413</sup>

Apenas esta referência foi encontrada nos livros de atas consultados. No entanto, estão registadas algumas expulsões de crianças por maus comportamentos.

As expulsões foram raras ou pelo menos foram raros os casos relatados.

Um dos casos mais pormenorizadamente relatado refere-se às asiladas Augusta Marmelada e Hortense Gonçalves. Em reunião da direcção de 23 de abril de 1912<sup>414</sup>, a regente do Asilo, Lourença Calção Valente, comunica aos directores a apreensão de uma carta pertencente à asilada Ana Augusta Marmelada, dirigida a José Joaquim Pereira, em que dizia não ter sido ainda possível mandar-lhe os moldes das fechaduras, que ele pedira. Ao sugerirem a entrega da referida carta à regente, esta negou-se a fazê-lo, o que veio levantar algumas suspeitas sobre a implicação da mesma em todo esse caso. No dia 6 de maio, novamente reunida a direcção, o presidente informou os restantes membros que lhe tinha sido comunicado, pela regente, que a criada *ao se levantar pela manhã do dia anterior, encontrou aberta a porta de passagem para a antiga portaria, suspeitando, por isso, de qualquer ato grave praticado pelas asiladas Ana Augusta Marmelada e Hortense Gonçalves às quais já tinham sido apreendidas cartas de namoro*<sup>415</sup>. Perante tais factos, decidiu a direcção chamar as referidas asiladas para esclarecer o relatado e, em simultâneo, saber mais sobre a carta mencionada pela regente, na sessão anterior. No decorrer na audição às asiladas foi, confirmado que no dia um do corrente *mez levantaram-se pelas vinte e três horas e meia e dirigiram-se a uma casa que junto da antiga portaria, tem uma pequena janela sem grades que comunica com a cerca de cima, onde estiveram com os respectivos namoros, isto é, a Hortense com António Francisco Nogueira e a Ana com José Joaquim Pereira.*<sup>416</sup>

Contaram, também, as asiladas que as portas tinham sido abertas, dias antes, a pretexto de irem tratar do gasómetro. Acrescentaram que, com frequência, se encontravam com os respetivos namorados, quando das saídas, em passeio, com as restantes colegas, e que se afastavam do grupo com conhecimento da regente. Questionadas sobre a carta reportada pela regente confirmaram o seu conteúdo, acrescentando que a regente não a quis mostrar à direcção pois, a mesma, referia os seus encontros amorosos, durante os passeios das raparigas, com José Manuel Alvarez.

---

<sup>413</sup> Ata de 4/4/1907 (Anexo 13)

<sup>414</sup> Ata de 23/4/1912 (Anexo 14)

<sup>415</sup> Ata de 6/5/1912 (Anexo 15)

<sup>416</sup> Idem

Perante tais declarações a direção resolveu *convidar os três facultativos de Montemoro-Novo a fazerem um exame às duas asiladas, por terem ficado convencidos de que ambas foram desfloradas.*<sup>417</sup>

A 19 de maio, o presidente da direção informou os restantes membros da resposta ao pedido feito aos facultativos. O presidente Jaime Brejo informou que *os três facultativos desta vila, depois de terem examinado demoradamente as asiladas Hortense Gonçalves e Ana Augusta Marmelada, lhe declararam que estão ambas desfloradas – aquela por completo e esta parcialmente.*<sup>418</sup>

Perante tais notícias, decidiram os diretores fazer queixa ao Procurador da República, desta vila, pelo crime de que foram vítimas, estas asiladas.

Alguns dias mais tarde, foram as mesmas chamadas a tribunal para serem ouvidas sobre a queixa apresentada. Durante as audiências, Hortense Gonçalves denunciou um tal José Pilha, que entrava frequentemente nas instalações do asilo ao serviço da regente.

Durante a reunião da direção, de 31 de maio<sup>419</sup>, esta asilada, confrontada com tais declarações, tudo confirmou acrescentando que esse senhor já tinha tentado abusar de duas asiladas de nome Carolina (que já saiu do Asilo) e de Margarida Norte. Chamada a Margarida à sala da direção esta confirmou tudo o que tinha sido relatado e acrescentou ter a regente conhecimento do acontecido.

Dia 1 de junho a direção determinou, *pedir imediatamente a exoneração do cargo da regente Lourença.*<sup>420</sup> Quanto às raparigas Ana Augusta Marmelada foi expulsa e entregue à família e Hortense Gonçalves<sup>421</sup>, após 9 anos de permanência no Asilo, por ser exposta, foi entregue à camara municipal e, posteriormente, transferida para um hospício.

Acontecimentos como este devem ter sido muito raros, pois mais nenhum aparece mencionado nas atas.

Mesmo continuando a ter um papel secundário, as questões relacionadas com o ensino, lá iam, ocasionalmente, assumindo algum papel com mais destaque.

Alguns incentivos começam a surgir, tentando que as crianças se interessem pelos estudos: os prémios instituídos por Alfredo Cunhal e os prémios de 50\$00 atribuídos pela Folha do Sul.

Apesar dos incentivos monetários, a formação ministrada estava ligada, principalmente, à costura e bordados, que eram vendidos como fonte de rendimento para as despesas da casa. A compra de uma máquina de costura grande foi outra das apostas da direção. Com esta aquisição pretendia-se que as crianças aprendessem a fazer fatos de homem,<sup>422</sup> para serem vendidos, arrecadando assim verbas extras para os cofres do Asilo.

As crianças tinham de trabalhar para ajudarem o sustento da instituição.

Se a aposta na formação continuava a ser uma miragem, houve, no entanto, lugar a alguma inovação. Em 1920 a direção adquiriu uma máquina de escrever e *encarregou uma senhora de Lisboa, professora de dactilografia, Carolina Lopes da Silva, de*

---

<sup>417</sup> Ata de 6/5/1912 (Anexo 15)

<sup>418</sup> Ata de 19/5/1912 (Anexo 16)

<sup>419</sup> Ata de 31/5/1912 (Anexo 17)

<sup>420</sup> Ata de 1/6/1912 (Anexo 18)

<sup>421</sup> Esta aluna, mesmo tendo nome de família, era exposta.

<sup>422</sup> Idem

*administrar às asiladas, instruções elementares de dactilografia, mediante a gratificação de 50\$00.*<sup>423</sup>

Esta situação não deve ter tido muito sucesso pois encontrei apenas uma referência a esta professora, no ano de 1920.<sup>424</sup> Nada mais aparece mencionado no que respeita às aulas de datilografia.

Se a algumas crianças foi proporcionado algum estudo, outras havia que eram declaradas totalmente incompetentes para qualquer tipo de tarefas.

*Resolveu a direcção que a asilada Ana Rita Pereira de vinte e dois anos de idade, que não tem aptidões de espécie alguma, pelo que não é fácil colocá-la nem mesmo como criada de servir, se conserve por mais algum tempo no asilo até se lhe conseguir destino conveniente, ficando não como asilada, mas como ajudante de cozinheira, sem ordenado e só pela cama, mesa e vestuário, o que já não é pouco atendendo que nada se pode esperar dos seus serviços.*<sup>425</sup>

A estas nada mais restava que permanecerem a trabalhar no Asilo, a troco de comida e cama.

Nunca foi aqui defendida a promoção social das asiladas. As suas expectativas foram sempre muito baixas. A um ínfimo número de raparigas é reconhecido algum valor e empenho escolar. Quando tal acontece, são enviadas para outras instituições para darem continuidade aos seus estudos.

Casos destes existiram muito poucos; um dos exemplos é o que se passou com a asilada Virgínia da Conceição Casmarrinha. Tendo dado entrada no asilo em janeiro de 1917, com 12 anos, Virgínia era órfã de pai e quando da admissão já possuía algumas habilitações escolares. Talvez tenha sido esta a razão por que lhe foi facultado o progresso nos estudos.

Após dois anos de internamento, *a senhora professora de Letras pediu licença para levar a exame de admissão ao Liceu a asilada Virgínia da Conceição Casmarrinha achando ser de toda a justiça e conveniência que a Excelentíssima Direcção proporcionasse depois, a esta asilada, que é bastante inteligente e estudiosa o seguimento de qualquer curso que lhes parecesse próprio e vantajoso*<sup>426</sup> A este pedido respondeu a direção afirmando já ter uma verba destinada a proporcionar um curso à asilada mais aplicada. Como é dado a entender, apenas uma criança teria a possibilidade de continuar os estudos, pois a verba era destinada somente a uma asilada.

Um mês após este pedido, *a professora Dona Maria Cristina Calhau informou a Excelentíssima Direcção que a asilada Casmarrinha fizera exame de admissão ao Liceu, em nove do corrente, tendo dado magnificas provas, pedia licença para insistir pela colocação desta asilada em qualquer colégio onde pudesse seguir estudos.*<sup>427</sup>

Por decisão da direção, foi colocada no Colégio Inglês, em Lisboa, onde deu entrada no mês de outubro para frequentar o Curso Comercial.<sup>428</sup> Cerca de um ano mais tarde e por falta de meios económicos, a direção do asilo decidiu mandar regressar a Virgínia, ao

---

<sup>423</sup> Ata de 31/5/1920 (Anexo 19)

<sup>424</sup> Ata de 31 /5/1920 (Anexo 19)

<sup>425</sup> Ata de 15/7/1921 (Anexo 20)

<sup>426</sup> Ata de 30/6/1920

<sup>427</sup> Ata de 15/8/1920 (Anexo 21)

<sup>428</sup> Ata de 31/8/1920 (Anexo 22)

asilo. Estando a exercer o magistério Primário, na vila, a professora Júlia da Soledade Franco ofereceu-se para, gratuitamente, ajudar a preparar, esta jovem para o exame de admissão à Escola Normal. A proposta foi aceite pela direção que colocou a Virgínia, no asilo, como ajudante da escola primária possibilitando-a de sair da instituição para as aulas particulares.<sup>429</sup>

Em reunião da direção de 15 de fevereiro de 1923, o *Senhor presidente informou ter-lhe comunicado a senhora Dona Júlia Franco, ilustre e bondosa professora desta vila que tem leccionado gratuitamente a ajudante Casmarrinha deste asilo, que esta se achava habilitada com as disciplinas do terceiro ano do curso dos liceus, mas que tal preparação era ainda insuficiente para o exame de admissão à Escola Normal, o qual requeria as habilitações do quinto ano do curso dos liceus ou equivalente, que para a habilitar para tanto não se achava competente, e por isso era sua opinião que a referida ajudante fosse internada em um colégio em qualquer das cidades onde actualmente há escola Normal (Lisboa, Coimbra ou Porto) afim de ai com professor ou professora com as devidas competências e conhecimentos de orientação da Escola pudesse ser finalmente preparada para entrar na mesma com bases sólidas.*<sup>430</sup>

Em março deste mesmo ano, os diretores informam a asilada que decidiram coloca-la no Colégio dos Órfãos, em Coimbra, *onde ficou debaixo da proteção do Doutor Fernando Pimenta, lente da Universidade, pagando ao referido colégio uma mensalidade módica que será custeada por um grupo de benfeitores amigos desta casa, e que este internato é provisório e apenas até ao fim do ano escolar, devendo depois resolver-se definitivamente o assunto como se julgar mais conveniente.*<sup>431</sup>

Depois de três meses neste colégio regressou, ao Asilo, em julho, de férias. Ficou então decidido que, quando o ano letivo se iniciasse, a Virgínia seria colocada no Colégio Alexandre Herculano, também em Coimbra, *por motivos de economia e maior facilidade em obter professores competentes para o Curso a que se destina. Verificou-se que a permanência da ajudante Casmarrinha no colégio dos Órfãos obrigava o asilo a uma despesa maior, pois não possuindo este colégio professores com competência para a habilitação para o exame de admissão à Escola Normal, seria preciso contracta-las fora o que daria origem a uma despesa enorme; ao passo que dentro do colégio Alexandre Herculano há professoras competentes e em condições de leccionar as disciplinas, sem ser necessário sair.....Além disso a Direcção tem também á cerca deste colégio as melhores referências e informações.*<sup>432</sup>

Após sete meses, o asilo, alegando não ter possibilidade de custear as despesas com o colégio, mandou regressar a Virgínia a Montemor. Refere a direção que o asilo *não deve ser apenas uma fábrica de criadas de servir cumprindo também aos superiores indagar das aptidões das asiladas e aproveitar as que mais se distingam afim de lhes preparar um futuro melhor, a Direcção sentiu-se forçada, com grande pena, a mandar retirar de Coimbra ... cortando-lhe a carreira, vista a impossibilidade da casa poder continuar a mante-la lá e os donativos não chegarem para tudo*<sup>433</sup>.

Continuando numa política economicista, decidiu a direção dispensar a professora que ai se encontrava a leccionar e substitui-la pela Virgínia, que possuía *mais habilitações que algumas professoras que já passaram pelo asilo.*<sup>434</sup>

---

<sup>429</sup> Ata de 15/7/1921 (Anexo 8)

<sup>430</sup> Ata de 15/2/1923 (Anexo 23)

<sup>431</sup> Ata de 15/4/1923 (Anexo 24)

<sup>432</sup> Ata de 15/9/1923 (Anexo 25)

<sup>433</sup> Ata de 30/4/1924 (Anexo 26)

<sup>434</sup> Idem

Poucos meses após esta promoção, Virgínia decide deixar definitivamente o Asilo, indo viver para Angola com um tio paterno.

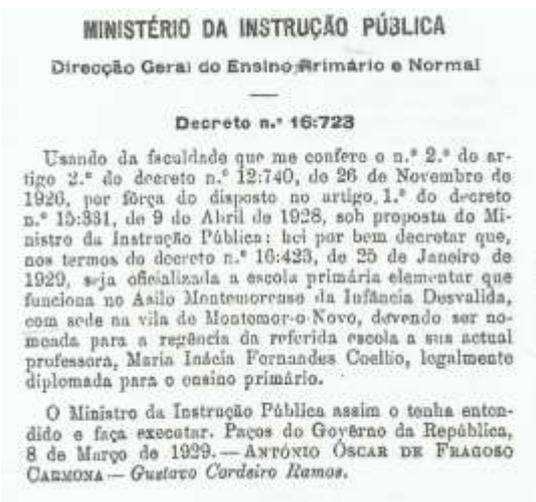


Ilustração 66: Oficialização da escola do Asilo (anexo 27)

Chamada à direção para dar conhecimento da sua decisão disse *que, talvez lhe conviesse mais ir com o tio, pois o lugar do asilo não lhe oferecia futuro algum com a agravante que o ordenado (inferior ao de uma criada de servir) não lhe chegar para se vestir sequer.*<sup>435</sup>

Mais uma vez, as direções não souberam ou não quiseram proporcionar a continuação de estudos a quem o podia fazer. Nada mais restou a esta rapariga senão abandonar a instituição que dela se estava a aproveitar, com o intuito de rentabilizar recursos, humanos e financeiros.

Os objetivos destas casas de caridade continuava a apostar, ao que melhor servia estas crianças pois o seu destino

era serem *criadas de casas alheias, esposas de operários, de artistas, de caixeiros ou de militares inferiores*<sup>436</sup>, ficando assim aptas para a vida doméstica.

Se não eram proporcionados sucessos escolares, também ninguém era mandado embora por ter maus resultados na escola.

Durante o ano de 1924, a instituição está de tal maneira empobrecida que resolve cancelar todas as admissões.

Em 1929, é formalmente oficializada a escola do Asilo.

Este não foi um processo fácil. Iniciado em junho de 1928, teve o seu epílogo em abril de 1929. Na reunião da direção de 1 de junho de 1928, o presidente apresentou um requerimento, datado de 31 de maio e dirigido ao Presidente da República, pedindo ... *que, pelo Ministério da Instrução, seja decretada a conversão em oficial da escola particular de ensino primário elementar, instalada neste Asilo*<sup>437</sup>.

Cerca de sete meses passados, em reunião de 31 de janeiro de 1929, o mesmo informa os restantes elementos da direção que resolveu *insistir junto do excelentíssimo Ministro da Instrução pela oficialização da escola do Asilo*. Acrescentou ainda ... *ter as melhores esperanças em conseguir este benefício para o Asilo, encontrando-se já muito empenhado no assunto o senhor Doutor Ferrand Pimentel de Almeida, chefe de gabinete do senhor Ministro da Instrução.*<sup>438</sup>

Em fevereiro, são os elementos da direção informados, pelo presidente da mesma que, aguarda ... *com fundadas esperanças, que seja decretado por estes dias, a oficialização da escola do Asilo.*<sup>439</sup>

Finalmente, a 10 de abril, é convocada uma reunião extraordinária para que o presidente informe todos os seus colegas da oficialização da escola e que esta... *será publicada amanhã, ou depois, no Diário do Governo.*<sup>440</sup>

<sup>435</sup> Ata de 30/9/1924 (Anexo 28)

<sup>436</sup> Diário do Alemtejo (27/10/1886)

<sup>437</sup> Ata de 1/6/1928 (Anexo 29)

<sup>438</sup> Ata de 31/1/1929 (Anexo 30)

<sup>439</sup> Ata de 28/2/1929 (Anexo 31)

<sup>440</sup> Ata de 10/4/1929 (Anexo 32)

Foi resolvido, pela direção que no primeiro dia de aulas da posse da professora definitiva, os diretores assistiriam aos primeiros dez minutos de aula *devendo nesse dia haver jantar de gala para as asiladas e para a professora, que não mora no Asilo.*<sup>441</sup> Esta nomeação saiu em Diário do Governo de 17 de maio e a 20 do mesmo mês, a professora foi recebida *pela direção e pelas asiladas, na portaria do edifício e após as boas vindas foram para a aula, onde a direção assistiu aos primeiros 10 minutos.*<sup>442</sup> Tendo uma escola a funcionar, entre muros, a aposta na melhoria do ensino ministrado procurou acompanhar os novos tempos, dependendo das direções em função. As expectativas não eram muitas mas, já no decorrer do regime republicano, algumas das crianças conseguiam levar a bom termo a instrução elementar e um escasso número de meninas conseguiu ir mais além.

*Os benefícios que da instituição deste asilo teem resultado para as crianças desvalidas da vila são os mais apreciáveis. Do asilo teem saído algumas meninas para a escola de habilitação para o magistério primário, concluindo satisfatoriamente o curso. Algumas há bem colocadas e com boa posição social. As mais asiladas saem, como é natural, para a labuta da vida.*<sup>443</sup>

Uma outra tentativa de proporcionar a continuação da formação das asiladas surgiu quando a direção em funções, em 1931, em carta dirigida à enfermeiro-mor dos hospitais civis de Lisboa, faz um pedido para ai receberem duas asiladas, no hospital escola, como praticantes, com a possibilidade de, no futuro, poderem tirar o curso de enfermagem.<sup>444</sup> Apenas seguiu uma aluna que foi escolhida pelo seu bom comportamento e interesse pelo gosto das aprendizagens. Não consegui identificar esta rapariga mas, pelo que me foi dado ler nos jornais e nas atas foi caso único, no asilo. Se durante o regime republicano o combate ao analfabetismo não foi ganho com a ditadura militar e, posteriormente, com o Estado Novo esta aposta foi esquecida. Ao baixar o número de anos da escolaridade obrigatória e simplificando os programas de ensino, o Estado Novo veio contribuir para o aumento da ignorância e da iliteracia. O ensino tornou-se cada vez mais seletivo, virando-se para a população detentora de poder económico e social, excluindo as franjas sociais. Alfabetizar era importante, ajudava a mudar mentalidades e à saída do obscurantismo. Era pedido aos cidadãos um empenho responsável pela causa pública. Apesar da legislação para tal apontar, a sua realização nunca passou do papel. A ignorância era o estado pretendido pelos regimes opressores. Quanto menos se soubesse, menos se contestava.

*O processo de alfabetização é uma conquista crescente de consciencialização do alfabetizado, que vai construindo o seu caminho para a liberdade – a educação torna-se uma prática de liberdade (Mogarro e Pintassilgo).*<sup>445</sup>

---

<sup>441</sup> Ata de 30/4/1929 (Anexo 33)

<sup>442</sup> Ata de 20/5/1929 (Anexo 34)

<sup>443</sup> Revista Montemôr – julho 1929

<sup>444</sup> Livro de registo de correspondência expedida (1911/1934)

<sup>445</sup> MOGARRO, M. J. e PINTASSILGO, J. (texto sem data)



Ilustração 67: A Folha do Sul (7/4/1945)

Escolarizar podia significar educar para manter a permanência de um regime, assim como não escolarizar podia significar, precisamente, a mesma coisa. Ao escolarizar estavam a ser trabalhadas as mentes e ensinadas as crianças, dentro dos conceitos ideológicos vigentes; ao não serem escolarizadas, eram mantidas na ignorância e os questionamentos sobre os movimentos societários não surgiriam.

Em 1945, por iniciativa do presidente da camara Adriano da Silva Baptista é criada, dentro do asilo, uma *Casa de Trabalho* com o objectivo de preparar ... *para as labutas quotidianas as raparigas montemorenses.*<sup>446</sup>

Refere a notícia que a formação desta casa de trabalho contribuirá para ... *acabar com o sistema antiquado de vida em comum, reputando urgente e necessário o cuidar-se da higiene física e higiene moral das asiladas visto que essas de ambas precisam.* Continuando refere ainda que... *sobre a formação moral e religiosa muito há a fazer nesse capítulo, principalmente no primeiro ponto dando a conhecer às asiladas o que há de bom e de mau no tormentoso caminho da existência, Em resumo, pô-las em contacto com a realidade da vida.*<sup>447</sup>

Após a entrada em funcionamento, as asiladas começaram a ostentar nas suas fardas dísticos de cores variadas, sempre que saiam à rua. Isto deve-se à divisão *em famílias* das crianças, no interior da instituição.

*As asiladas foram assim agrupadas para terem a noção da responsabilidade e, cada "família" tem a sua vida em comum, dirigida por uma chefe, que é a que vela pelo bem estar das subordinadas.*<sup>448</sup>

No entanto, não foram só as asiladas as frequentadoras deste projeto, ele estava aberto a raparigas externas, mediante o pagamento de uma pequena mensalidade. Propondo-se dar educação moral e religiosa a todas as que o frequentassem, visava também estudar ... *as possibilidades de trabalho de cada uma das alunas, sem descorar as aptidões e vocações das raparigas, aquilatando-se pois êsse estudo o que estará adequado ao seu temperamento e ao seu meio. Em primeiro lugar empregar-se-ão em saber tudo quanto*



Fotografia 21: Crianças nos claustros do Asilo, 1963.

*diz respeito ao serviço doméstico, para o que serão escaladas, especializando-se depois em outros ramos do curso, como costura caseira, corte e costura, bordados, tapetes, etc. O curso compor-se-á de duas partes... sendo a primeira a preparação geral e a segunda de aperfeiçoamento e especialização.*<sup>449</sup>

Não sei precisar quanto tempo durou este projeto, ou se chegou mesmo a ser implementado na sua totalidade, mas a verdade é que esta foi a única referência encontrada sobre o assunto.

Quando da entrega da instituição à ordem religiosa, em 1962, já todas as crianças frequentavam a escola da vila que se situava mais perto do Asilo, mais precisamente a escola Conde Ferreira, hoje escola nº2. No Asilo apenas permaneciam as

<sup>446</sup> A Folha do Sul (7/4/1945)

<sup>447</sup> A Folha do Sul (7/4/1945)

<sup>448</sup> Idem

<sup>449</sup> A Folha do Sul (7/4/1945)

crianças em idade de jardim-de-infância e as que não se encontravam a frequentar a escola.

Com 31 professoras conhecidas<sup>450</sup> foi muito difícil conseguir saber, com exactidão, o período de tempo em que se encontraram em funções. Por vezes, quando surge a data de admissão; não aparece a de saída, ou vice-versa. Também, muitas delas não eram, na realidade, professoras diplomadas. Nem sempre o Asilo teve condições económicas para recorrer a diplomadas, quando tal acontecia era frequente o recurso a alunas asiladas, mais velhas e já possuidoras de alguma escolaridade, caso de Virgínia Casmarrinha (1924). No pior cenário não se contratavam professoras, ou por não existirem candidatas ao lugar, ou por não haver dinheiro para cobrir o vencimento.

A instabilidade vivida originava a existência de mais de uma professora colocada, por ano letivo. Durante o ano de 1924, a escola do Asilo tem 3 professoras diferentes: Luíza Azêdo, Virgínia Casmarrinha e Barbara Perdigão. Tendo sido inaugurada esta instituição teve como primeira professora, em 1876, Maria Victória da Silva Teixeira, que acumulou a docência com as funções de regente. Mas este não é o único caso de acumulação de funções, outros casos existiram ao longo dos anos. Em 1907, Thereza da Visitação Ferrão, antes de ser professora, aparece referenciada como ajudante de costura (de 1900 a 1906) voltando a surgir em 1924 também como ajudante sem aparecer referida a sua função. Em 1921, Maria Cristina Calhaus também acumula com a função de regente. Talvez por uma questão economicista a realidade é que encontramos muitas professoras a acumular funções com a escola pública: Júlia Antunes Franco (1929), Elvira de Jesus Figueira (1929). Isaura de Jesus Roque Romeiras (1931 a 1946)<sup>451</sup>, Maria Elisa Rebocho Salvado Alves Nunes (1946 a 1948), Mariana Rebocho Salvado (1949 a 1950), Caetana Borges Pequito (1953), Maria da Conceição Paixão Alface (1957), Maria Rita Godinho (1963 a 1964), Constantina Maria Ferro (1965) e Natividade da Conceição F. Moreira (1966 a 1968) surgem como estando colocadas a lecionar na escola Conde Ferreira, estabelecimento de ensino situado muito perto do convento da Saudação. Segundo os dados recolhidos na Direção Regional de Educação do Alentejo, estas professoras aparecem como tendo levado crianças asiladas a exame. No entanto não foi possível saber se acumulavam funções no Asilo ou se eram as crianças que se deslocavam à escola pública. Não faz muito sentido que existindo uma escola oficializada a funcionar na instituição, as crianças se deslocassem à vila para poderem ter aulas. Depois de 1929, não existem referências à colocação de professoras no Asilo.

Com permanências, algumas muito curtas, na instituição, a mudança de professoras era uma constante. Anos houve em que assumiram o lugar mais do que uma docente: Margarida Ronquilha e Francisca Emília Roza Ferreira (1883), Luísa Augusta Azêdo, Virgínia Casmarrinha e Barbara dos Anjos Perdigão (1924), Maria Inácia Fernandes Coelho, Júlia Antunes Franco e Elvira de Jesus Figueira (1929).

Com uma constante instabilidade os resultados não podiam ser muito bons. Entregue o ensino nas mãos de personagens que nada entendiam de educação, o Estado Liberal desresponsabilizava-se dos fracassos e insucessos que se acumulavam intramuros. Tendo já desaparecido a figura do mestre-escola, algumas destas senhoras ou raparigas, que assumiram a docência, ainda possuíam menos habilitações para o ensino. Mas tratando-se de uma escola feminina não era o mais importante, a preparação académica

---

<sup>450</sup> Segue em anexos 35 a tabela das professoras identificadas entre 1876 e 1968.

<sup>451</sup> Esta professora esteve a lecionar no Asilo cerca de 15 anos. Foi de todas as identificadas a que, mais anos, se manteve em funções.

estava em segundo plano. Só nove anos após a inauguração do Asilo, surgiu a primeira professora formada numa Escola Normal: Palmira Cândida de Campos (1885 a 1886). Sabendo que foi durante a época pombalina que o Estado começou a controlar as atividades escolares<sup>452</sup>, esse controlo muito tardiamente chegou a esta instituição. Era a direção que entrevistava as candidatas e as selecionava sem grandes preocupações com os currículos, olhando-se muitas vezes apenas para as despesas. Se a aposta na educação estava fora de questão, nem sempre o bem-estar físico era devidamente cuidado. Alimentação e cuidados de saúde nem sempre eram assegurados e a higiene não era devidamente cuidada.

---

<sup>452</sup> NÓVOA, A. (1987)

## 1.5. Higiene, alimentação e saúde pouco aconselháveis

Se as casas de asilo para a infância desvalida possuíam, nas suas orientações pedagógicas, algumas preocupações com a educação/ensino das crianças, a alimentação, a higiene e a saúde não estavam devidamente contempladas. No entanto, em Montemor, por vezes estes assuntos mereceram a atenção de algumas das direções. Mais com umas do que com outras direções, estas temáticas ora iam assumindo algum papel de destaque, ora eram ignoradas e lançadas para segundo plano ou ficavam mesmo no esquecimento.

Várias são as referências aos problemas com a saúde, alimentação e higiene das crianças asiladas. Sendo tudo muito relativo e não existindo muita informação disponível, ainda assim consegui obter algumas informações, nos livros de atas e na empresa local. Como preocupação cíclica, tão depressa surgia, como era ignorada.

No final da monarquia constitucional começam a desenvolver-se um conjunto de medidas medico-higienistas, junto das casas de beneficência. A mortalidade infantil era um flagelo e não havia como travá-la. Se esta realidade era preocupação em todo o país, no interior do Asilo também se começavam a tomar algumas medidas indo ao encontro destas inquietações.<sup>453</sup>

As vacinas eram disso um exemplo, sendo obrigatórias nos atos de inscrição e, caso existissem crianças não vacinadas, as direções deliberavam *mandar vacinar todas as crianças que ainda não o tenham sido*<sup>454</sup>.

Mesmo com algum empenho nos cuidados com a saúde, nem sempre se obtiveram os melhores resultados. As crianças continuavam a ser entregues aos familiares, por estarem doentes, indo morrer a casa sem que ninguém se preocupasse em saber se as famílias tinham condições ou possibilidades para as tratarem. Muito raramente eram enviadas para o hospital onde, maioritariamente, faleciam.

Ao serem admitidas na instituição era-lhes exigido um atestado comprovativo da ausência de doenças infetocontagiosas, mas, à posteriori, nada era feito para garantir os cuidados básicos de saúde. Depois de internadas de nada lhes servia a apresentação deste atestado, uma vez que era no interior da instituição, que as infetocontagiosas iam surgindo.

Também de algumas mortes por doença, fui tendo notícia através da imprensa e das atas da instituição.



Ilustração 68: Boletim de vacinação (anexo 36)

<sup>453</sup> São disto exemplos as idas para a praia, em casas emprestadas e devidamente acompanhadas, das quais falarei um pouco mais adiante.

<sup>454</sup> Ata de 15/6/1908 (Anexo 37)

Nesta terra de contrastes, as doenças e as epidemias, marcaram sempre presença ao longo dos séculos. As febres cíclicas, que Varella (1814)<sup>455</sup> atribui à pouca higiene e ao descuido com os esgotos que atravessavam a vila; aos excessos de bebida, originando um *estado astenia, que, leva ao estado caquetico*; à sífilis que *por falta de policia e de moral facilmente propagação sem horror*; à *leucorrhea* que, nessa altura afectava mais de duzentas mulheres. Algumas das situações facilitadoras destas moléstias não eram combatidas e as epidemias continuavam descontroladas.

Os relatos de doenças e internamentos prosseguiram.

No decorrer de 1887, uma criança de nome Lourença foi internada no hospital desta terra, desconhecendo o motivo de tal internamento. Nas últimas décadas do século XIX, primeiras do século XX, as infeto-contagiosas afetavam muita da população local. Nas escolas, os cuidados escasseavam e a sensibilização das populações para com o tema era quase nula.

O presidente da direção, em reunião de 22-10-1918, informa *haver já no Asilo alguns casos de gripe pneumónica, mas só dois com alguma gravidade, que a seu pedido, todos os dias vinha ao Asilo o Excelentíssimo Dr. Salvador da Costa e também algumas vezes o Excelentíssimo Dr. Guerra, que tem sido acompanhado pela enfermeira D. Olimpia Cardoso, sendo as doentes tratadas com toda a atenção cuidado e carinho. Como a criada Cipriana se encontra bastante doente resolveu a direção interna-la no hospital.*<sup>456</sup> Desde o anúncio destes dois casos de pneumónica passaram apenas 15 dias até ao seu desfecho. As asiladas Mariana da Conceição e Angélica Rita faleceram *apesar de todos os esforços dos ilustres facultativos*<sup>457</sup>, assim como a criada Cipriana. Esta doença assumiu grandes proporções, muitos foram os óbitos e rara foi a família que não se viu atingida. Ainda durante este ano de 1918, o Asilo recolhe algumas crianças que ficaram abandonadas e órfãs devido a esta epidemia de gripe.<sup>458</sup> A direção da instituição manda vacinar todas as crianças, que ainda não o tenham sido, na tentativa de evitar mais doenças epidémicas. Dia 15 de janeiro de 1919 já todas as crianças estavam revacinadas. Mas vacinas, só por si, não acabaram com as epidemias. Os relatos de mortes, por doença, continuavam. No ano (1919), morre Maria Antónia, de febre infecciosa; em 1924, Rosa Augusta das Dores é mandada, para morrer, em casa da mãe; em 1926, Elisária Augusta Rosado é enviada para casa, por estar muito doente e no ano seguinte, 1927, Custódia Maria morre no hospital.<sup>459</sup>

Com a primeira República inicia-se o combate a este flagelo sem grandes resultados, pois as condições de salubridade, poucas alterações sofreram

Um ano após o triunfo da ditadura militar sobre a primeira república, por decisão da direção em funções e conselho médico, atendendo *que grande parte das asiladas se encontra enfezadas e raquíticas, carecendo muito de banhos de mar*,<sup>460</sup> decidiram envia-las para a praia. A decisão estava dependente dos subsídios atribuídos ao Asilo, pela Comissão Municipal de Assistência. Tendo-se verificado a atribuição do referido subsídio, ficou o presidente da direção encarregue de escolher o destino das férias.

Foi eleita a praia da Cruz Quebrada e o alojamento, na Quinta Maribela, em Linda-a-Pastora, propriedade do Dr. Artur Ervideira, que se disponibilizou para acolher as crianças.

---

<sup>455</sup> VARELLA, J. (1814)

<sup>456</sup> Ata de 22/10/1918 (Anexo 38)

<sup>457</sup> Ata de 4/11/1918 (Anexo 39)

<sup>458</sup> Idem

<sup>459</sup> Destas crianças são se conhecem as doenças nem as causas das mortes.

<sup>460</sup> Ata de 30/6/1927 (Anexo 40)

Esta nova experiencia, tanto para directores como para as asiladas, transformou-se num acontecimento festivo em que foram envolvidas várias as entidades. As crianças não se limitaram apenas aos banhos de mar, foi-lhes proporcionado todo um diversificado tipo de actividades e visitas, ao longo dos dias de férias. Inúmeras foram as atenções dispensadas por parte de pessoas singulares e colectividades, nomeadamente, *o proprietário da Quinta Maribela, o director e supervisor do Asilo de Campolide, director do Asilo de Santo António dos Capuchos, director do Jardim Zoológico, director da “Voz do Operário” director geral da Companhia de Ferro Portuguesa, do proprietário do Grande Hotel Itália, no Monte Estoril e de pessoas de todas as classes que nos honraram com a sua amabilidade e generoso acolhimento.*<sup>461</sup>

Findo este período, foi opinião da direcção *que todas as asiladas se encontram com melhor aspecto e com mais saúde*<sup>462</sup>.

Em 1928,<sup>463</sup> o Ministro da Instrução Pública, ao instituir novos programas para o ensino primário, alerta para os hábitos de higiene e para a sua importância na saúde dos alunos. Este novo encarar a higienização abriu espaço para um novo incremento da educação física e do desporto escolar.

Nesse mesmo ano a experiencia foi repetida, atendendo *aos bons resultados colhidos no ano passado*<sup>464</sup>. Desta vez foi escolhida a cidade de Lagos como destino de férias, após *dois bons montemorenses e dedicados amigos desta Casa de Caridade, residentes naquela cidade, os senhores João António Carretas e Romeu Amável Carretas, terem oferecido gratuitamente a este Asilo, uma casa devidamente mobilada...*<sup>465</sup>

Ficou assente que a partida se efetuará durante a primeira ou segunda semana de agosto e o regresso em fins de setembro. A deslocação foi feita de comboio, a preços reduzidos e pagos com o dinheiro recolhido através de um pedidório levado a cabo para o efeito. Na reunião de 31 de agosto de 1928, o presidente informou a restante direcção da calorosa recepção que as crianças tiveram quando da sua chegada a Lagos. A deslocação para a praia continuava a ter carácter festivo.

*Na manhã de treze do corrente compareceram na estação dos Caminhos de Ferro, representantes da Camara Municipal, autoridades de todas as colectividades locais e nomeadamente a Academia e as crianças de todas as escolas acompanhadas pelos respectivos professores e muito povo, tendo-se organizado um impressionante cortejo que acompanhou as nossas asiladas até à sua residência de férias, onde um numeroso grupo de senhoras de primeira sociedade lhes ofereceu e serviu uma lauta e delicadíssima refeição, e que ele presidente usando então da palavra agradeceu...tão eloquente e cativante testemunho de solidariedade humana*<sup>466</sup>.

---

<sup>461</sup> Ata de 30/9/1927 (Anexo 41)

<sup>462</sup> Idem

<sup>463</sup> Decreto-lei nº 16077 de 26/10/1928

<sup>464</sup> Ata de 30/6/1928 (Anexo 42)

<sup>465</sup> Idem

<sup>466</sup> Idem

No ano de 1929, as férias balneares não se realizaram. Alegando falta de recursos e, particularmente, por não se ter encontrado *casa conveniente e em boa conta para instalação das asiladas numa praia*,<sup>467</sup> as tão desejadas férias não aconteceram.

Em 1930, foi detetado um caso de tuberculose. Florinda Pereira foi internada no sanatório do Outão, *por se encontrar bastante fraca e em condições de ali ser internada*.<sup>468</sup> Esta criança só deu entrada em Outão, em outubro, quatro meses após terem feito o pedido e em dezembro já estava de volta à instituição.<sup>469</sup>

Não podendo precisar se por ter sido detetado este caso de tuberculose ou por uma outra razão, a verdade é que a direção desta casa asilar decidiu retomar o envio das asiladas para a praia. Desta vez o destino foi Paço D'Arcos

Um mês após o pedido para que Florinda fosse internada no sanatório, a direção resolveu *que as asiladas façam este ano a sua época de banhos em Paço de Arcos, nos meses de Agosto e Setembro, em três turnos; cada turno demorar-se-há vinte dias e será acompanhado pela senhora professor a que em Paço de Arcos servirá de regente, ficando no Asilo com as respectivas asiladas a senhora regente, devido à sua idade*.<sup>470</sup>

Segundo relatam as atas tudo leva a quer que esta estadia na praia foi uma mais-valia para o bem-estar e para a saúde destas raparigas.

Um mês após a tomada de decisão, o presidente da direção, o padre Alfredo Cartaxo, informou os restantes diretores *que já se encontra em Paço de Arcos o primeiro turno de asiladas, estando tudo a decorrer na melhor ordem*<sup>471</sup>. Mais informou que o transporte até à praia foi feito em carros particulares disponibilizados para tal fim, por cidadãos amigos da instituição<sup>472</sup>

Este foi o último ano, em que tive conhecimento das férias balneares das crianças institucionalizadas. Não sei se por razões económicas ou outra qualquer realidade, a verdade é que não mais se repetiram.

Se as questões ligadas à saúde nem sempre mereceram a atenção aconselhável, a higiene também não era uma prioridade. Estas pretenderam definir novos modelos de saúde, motivando as populações para a interligação saúde/higiene. As preocupações com a infância (nascimento, lactação, banhos, asseio corporal, vestuário); com a vida doméstica (questões sociais da mulher, limpeza, prevenção de doenças e vícios) e com o espaço público (saneamento e combate às epidemias) foram o conjunto de medidas levadas a cabo, na tentativa de se terminar com algumas das situações existentes. Caracterizadas como inovadoras de uma modernidade (Peruga, 2000)<sup>473</sup> que se começava a fazer sentir, as medidas higienistas, muito lentamente, começavam a dar os primeiros passos.

Em novembro de 1886, pela mão do editor, O Meridional, registam-se as boas condições de higiene aqui verificadas no Asilo

---

<sup>467</sup> Ata de 31/8/1929 (Anexo 43)

<sup>468</sup> Ata de 30/6/1930 (Anexo 44)

<sup>469</sup> Ata de 31/12/1930 (Anexo 45)

<sup>470</sup> Ata de 15/7/1930 (Anexo 46)

<sup>471</sup> Ata de 15/8/1930 (Anexo 47)

<sup>472</sup> Idem

<sup>473</sup> PERUGA, B. (2000)

*... Trabalha-se activamente para que o estabelecimento seja dotado de todos os melhoramentos preceituados pela hygiene, recomendados pela moderna pedagogia.*<sup>474</sup>

Mas a realidade nem sempre espelhava a existência de bons hábitos de higiene (a existência de tuberculose e raquitismo, são disso prova). Ao ser descuidada esteve na origem de algumas doenças que era preciso combater. A relação entre pobreza e doença era uma realidade, quer dentro quer fora da instituição.

Também a alimentação não era a mais aconselhada. Apenas em datas festivas existia algum cuidado com a alimentação das crianças. Vários são os casos referidos em que existe alteração e melhoria das refeições para assinalar tais dias.

A 6 de maio de 1908<sup>475</sup>, para assinalar a inauguração do retrato de D. Manuel *houve refeição melhorada*<sup>476</sup>.

A alimentação desta casa deve ter chegado a uma tal degradação que, em 1918, foi necessária a intervenção da direção. Em julho, ficou registado em ata que *a alimentação das asiladas deve constar não só de género e alimentos sólidos mas também convenientemente preservados.*<sup>477</sup> O apelo ao consumo de alimentos sólidos e bem conservados leva-me a subentender que a maior parte da alimentação consistia em alimentos pouco cuidados e não corretamente acondicionados, talvez a sopa fosse a única componente de muitas das refeições. Uma semana mais tarde, foi entregue às cozinheiras uma ementa semanal, visando tornar a alimentação mais variada<sup>478</sup>

É, também, notícia a oferta de jantares melhorados, oferecidos pela edilidade pública, quando do aniversário da implantação da república, refeições oferecidas pela direção, quando das festas anuais da casa e outras custeadas por beneméritos por altura do Natal. Se, no dia-a-dia, a alimentação era deficiente, nos dias festivos, particularmente nas festas da casa, esta era muitíssimo melhorada, chegando mesmo a cair em exageros.

Um pouco mais à frente, no subcapítulo dedicado às festas da instituição, transcreverei algumas ementas bastante diversificadas.

---

<sup>474</sup> Diário do Alemtejo (4/11/1886)

<sup>475</sup> É a primeira referência encontrada relativa à alimentação das crianças internadas.

<sup>476</sup> Ata de 6/5/1908 (Anexo 48)

<sup>477</sup> Ata de 13/7/1908 (Anexo 49)

<sup>478</sup> Ata de 20/7/1908 (Anexo 50)

## 1.6. Algumas questões laborais internas.

Com dificuldades económicas permanentes, as funcionárias do Asilo e as suas questões laborais nem sempre foram fáceis de gerir.

As reivindicações eram frequentes e as respostas nem sempre as mais satisfatórias. Os

A image shows a document titled 'Vencimentos dos empregados do Asilo Montemorense de 1886'. It is a table with several columns and rows, containing handwritten entries. The table is somewhat faded and has a yellowish tint. The columns likely represent different categories of employees or their respective salaries and benefits for the year 1886.

Ilustração69: Folha de vencimentos (1886) (anexo51)

baixos salários eram causa de discórdia e de constantes alterações de funcionárias.

Não existe muita documentação que reflita a esta realidade; a que consegui encontrar narra algumas das contestações das funcionárias.<sup>479</sup> O Asilo foi mantendo os mesmos postos de trabalho com poucas alterações, ao longo dos anos. As funcionárias estavam divididas em: professoras (primária e de costura), regente, lavadeira, cozinheira, duas ajudantes e criada de mandados. Algumas acumularam funções e outras foram, por

vezes, suprimidas por razões economicistas. A primeira professora de costura surge, em 1900, Francisca Araújo recebia um ordenado de 5\$000 e manteve-se em funções durante sete anos.

Em 1919, surge a primeira referência às questões laborais. A lavadeira e a criada de mandados pedem aumento de ordenado *por não haver quem preste estes serviços por menos*.<sup>480</sup> Um ano mais tarde, 1920, aparece em ata a contratação de uma professora de datilografia e a compra de uma máquina de escrever. Carolina Lopes da Silva foi contratada com um ordenado de 50\$00. O tempo em que exerceu as suas funções é uma incógnita. Em mais nenhuma ata aparece referenciada, no entanto, sou levada a acreditar que esta ocupação não vingou. Caso contrário teria encontrado outras alusões a tal atividade.

Três anos mais tarde, já em 1923, a direção resolveu suprimir o lugar de cozinheira, despedindo Eufrásia do Rosário Mira e substituindo-a pelas asiladas mais velhas. Não sabendo qual a razão desta tomada de posição, as dificuldades económicas, por que a casa passava, justificavam tais atitudes. Despedindo uma funcionária sempre era menos um ordenado ao fim do mês, podendo, assim, dividir o pecúlio pelas restantes trabalhadoras que, há muito, reclamavam um aumento. Foram, então, aumentados os ordenados à professora, à criada de mandados e à lavadeira.<sup>481</sup>

<sup>479</sup> Apenas nas atas se encontram referencias a este assunto.

<sup>480</sup> Ata de 30/4/1919 (anexo 52)

<sup>481</sup> Ata de 15/5/1923 (anexo 53)

Durante cerca de um ano as asiladas mais velhas ocuparam este posto de trabalho após o que a direção sentiu a necessidade de tornar a contratar uma cozinheira, pois as crianças internadas eram muito pequenas e não podiam desempenhar estas funções.<sup>482</sup>

Em 1924, foi contratada uma nova regente, para exercer, em simultâneo, com as funções de professora de costura, declarando aceitar o lugar *mas não com a miséria de ordenado actual, que bem sabia que o Asilo luta com falta de recursos mas que os ordenados que aqui se estão pagando às professoras são inferiores aos que recebem hoje as criadas de servir.*<sup>483</sup> Não sei se o ordenado foi revisto, nem se a senhora acabou por ser contratada.

Passados quatro anos voltam a surgir problemas relacionados com os vencimentos. Recebida em reunião da direção, a regente foi-se queixar que após a contratação de uma ajudante, por 80\$00, as outras funcionárias queriam aumento de ordenados. Ficou acordado que *iam aumentar um pouco esses salários no próximo ano económico, mas se continuarem a pagar os salários actuaes, mesmo durante o novo ano económico, a não ser que as assalariadas declarem peremptoriamente que deixarão de servir o Asilo se não passarem a receber mais.*<sup>484</sup>



Ilustração 70: Folha de vencimentos (1896)

Dois meses mais tarde, as assalariadas (*cozinheira, lavadeira e creada de mandados*)<sup>485</sup> pediram para serem aumentadas para 60\$00, cada uma; caso contrário deixariam o Asilo. A direção, desta vez, acedeu, pois era impensável o Asilo ficar sem todas as suas funcionárias.

Atendendo às reclamações das funcionárias, em 1925, estas voltam a ser aumentadas.<sup>486</sup> No ano seguinte, as reivindicações tornam a vir ao de cima. Por essa altura, a direção *resolveu atender às reclamações do pessoal remunerado deste Asilo pedindo aumento de vencimentos, como se julgou de justiça, excepto quanto à creada de mandados, por ter casas para morar.*<sup>487</sup>

Em finais de abril de 1927, novo desentendimento salarial surgiu. As professoras da escola e a professora de costura pediram aumentos de ordenados; a criada de mandados e a lavadeira ameaçaram despedirem-se, se não fossem aumentadas e a cozinheira só ficaria a trabalhar por 50\$00, se pudesse trazer para junto de si a filha de 2 anos. Todas as reivindicações foram aceitas e em simultâneo. A direção decidiu que a regente ficaria, a partir desta data, só com funções administrativas, passando as aulas de costura e lavoures para a responsabilidade da professora de letras.<sup>488</sup>

<sup>482</sup> Ata de 30/4/1924

<sup>483</sup> Idem

<sup>484</sup> Idem

<sup>485</sup> Ata de 30/6/1924 (anexo 54)

<sup>486</sup> Ata de 30/4/1925 (anexo 55)

<sup>487</sup> Ata de 30/4/1926 (anexo 56)

<sup>488</sup> Ata de 30/4/1927 (anexo 57)

Por decisão dos diretores, em 1928, retoma-se a experiência de colocar as asiladas mais velhas na função de cozinheiras, *para assim se habituarem a desenvolver os serviços domésticos*.<sup>489</sup>

Continuando numa política de contenção de despesas, em 1929, o cargo de monitoras passou para a responsabilidade das duas asiladas mais velhas. Uma ficaria com a responsabilidade da cozinha e a outra para ajudar a regente a manter a disciplina. Estas trocavam de lugar de quinze em quinze dias e eram pagas a 30\$00, cada uma, o que correspondia ao ordenado da cozinheira dividido pelas duas. O Asilo saía sempre a ganhar. Agora fazia um, dois em um: duas funcionárias com o ordenado de uma.

Em abril de 1931, voltam a ter de contratar novas funcionárias: uma para os serviços domésticos e outra para a costura e lavores.

Com constantes mudanças no pessoal, a instituição lá ia tentando gerir as suas despesas. Mas esta política de contenção era completamente esquecida quando das festas se travava. Nestas ocasiões, não se olhava a despesas. Era preciso dar visibilidade à instituição e, em simultâneo, colher os louros pela obra feita.

Muitos são os hiatos referentes às funcionárias. Existem anos em que apenas se conhece o nome de algumas funcionárias e outros em que, somente, temos conhecimento dos salários praticados. Também a acumulação de cargos acontecia com alguma equidade. Professoras primárias ocupando, em simultâneo, o lugar de regente: Maria Victória Teixeira (1876) e Maria Cristina Calhaus (1921); regentes e professoras de costura: Leopoldina Varela (1924); Maria Ana dos Santos (1926); Maria da Conceição Torres (1927) e Maria da Assunção Direitinho (1931). Entre todos os nomes encontrados surge Francisco Teixeira (1929) como único elemento do sexo masculino que aqui exerceu funções como criado de mandados. A sua permanência na instituição durou pouco tempo pois, em 1931, já tinha sido substituído por Maria Luíza.

Após 1945 não encontrei qualquer tipo de registo onde estivessem os nomes das funcionárias e as repetidas funções.<sup>490</sup> Apenas são conhecidas algumas das professoras primárias que tinham a seu cargo crianças asiladas, na escola a funcionar dentro do Asilo e, posteriormente, na escola Conde Ferreira (escola pública mais perto das instalações da instituição).

---

<sup>489</sup> Ata de 31/10/1928 (anexo 58)

<sup>490</sup> Segue em anexo 59 a tabela com os nomes, funções e salários, das funcionárias do asilo, possíveis de identificar.

## 1.7. Os dias de festa

Para além das festas de aniversário da instituição, outras eram organizadas, como meio de sensibilização da população local, para suprirem as dificuldades em que se vivia no seu interior.

Muitos foram os discursos, alertando para esta realidade e muitas as notícias publicadas, dando nota destas vivências. Todos os anos, entre julho e agosto, eram festejados os sucessivos aniversários da instituição. Durante as festas anuais, em 1898, o evento foi aproveitado para chamar a atenção sobre o estado em que o Asilo se encontrava. A sua condição de decadência financeira era tal, que este podia desaparecer.<sup>491</sup>

Mesmo passando por sérias dificuldades, as festas da casa eram um acontecimento na vila. Além de servirem para a angariação de fundos, ajudavam a promover a caridade, dando-lhe visibilidade através da publicidade nos vespertinos da época. Refeições reforçadas e melhoradas e cerimónias religiosas foram práticas comuns ao longo dos anos.

Realizada a 15 de agosto de 1900, e segundo O Meridional<sup>492</sup>, a festa de aniversário da instituição constou de:

- 12h – missa;
- 16h - jantar composto por sopa de massa, cozido, arroz, carne assada, vagens guisadas com frango, peixe, peru assado, salada, empadas e pastéis, doces, fruta, queijo e vinho comum e do Porto.
- Exposição dos trabalhos das alunas (desenhos, uma prova de caligrafia da aluna Cristina Campeans, labores, um quadro a seda e óleo, relojeira e fosforeira em missangas).<sup>493</sup>

Quatro dias depois, o redactor Rodrigues d' Andrade, de O Meridional, escreveu:

*Entre os estabelecimentos de caridade instituídos com o louvável fim de regenerar a sociedade pela educação da mulher, os asylos d'infância desvalida são os mais dignos da sympathia universal e mercedores de protecção... Não há modo mais sublime na obra da civilização que contribuir para o levantamento da dignidade da mulher... nada mais fundamental que educar a mulher. Educar a mulher do povo, não nas letras e prendas de labores que só podem ser uteis a classes abastadas, mas nos exercícios que podem tornar a mulher do povo um modelo de honestidade e um exemplar de mães de família, eis os objectivos de todos os instituidores de asylos de beneficência.... Há aptidões que seriam um crime desprezar... é necessário haver muita prudência e não tomar como regras o que só pode constituir uma rara excepção...*

---

<sup>491</sup> O Meridional (21/8/1898)

<sup>492</sup> O Meridional (19/8/1900)

<sup>493</sup> Idem

*Convém que todos envidem esforços para que esta casa se mantenha e prospere pois constitui o monumento mais honroso para nós e aquele de que mais nos orgulhamos perante os forasteiros.*<sup>494</sup>

Alguns meses mais tarde, em novembro e com o objetivo de angariar receita foram apresentadas duas récitas pelas alunas – “Tudo em Bolanda” e “Ambição e Virtude” – ensaiadas pela professora do asilo, a que se seguiu o Baile das Saloias<sup>495</sup>

Nesse ano, 1900, a festa de Natal noticiada por O Meridional constou de:

- 10h – comunhão das alunas
- 11h – missa
- Tarde – exibição da Banda da Carlista
- Jantar com as alunas internas e externas.<sup>496</sup>

Escrevia mais, sobre esta ocasião:

*O Asylo Montemorense, sem contestação, está elevado à altura de um dos primeiros estabelecimentos de caridade do paiz, pelo que merecem sinceros elogios todas as direções que o teem administrado. No entanto não concordamos com a praxe seguida no Asylo, desejávamos menos educação artística e mais educação doméstica.*<sup>497</sup>

Algumas récitas iam-se sucedendo ao longo dos anos mas, as diferentes direções apostavam, também, nas matinés em que se sorteavam brindes, (alguns oferecidos pela rainha D. Amélia), de exhibições de ilusionistas, artistas de variedades... revertendo o produto dos bilhetes a favor da instituição.

A festa anual de 1903 para celebrar o 27º aniversário foi noticiada como uma festa *deveras brilhante e como há muitos anos não se fazia.*<sup>498</sup> Iniciada com uma missa seguida da 1ª comunhão de algumas asiladas, foi servido um jantar melhorado, oferecido pela direção e composto por sopa de massa, cozido, galinha de fricassé, carne assada, peru, salada, fruta, doces e vinho. Terminou o dia com a atuação da Banda Filarmónica do Circulo Montemorense, nos claustros do convento.<sup>499</sup>

Três anos mais tarde, em 1906, a situação do asilo parecia estar a recompor-se. Todas as asiladas receberam novas fardas oferecidas pelo juiz José Joaquim Lopes Tavares. Por iniciativa do diretor Alfredo Cunhal foram atribuídos prémios às asiladas com melhores rendimentos escolares. Em simultâneo com a festa, foi inaugurada a iluminação do asilo. Narram os jornais que, neste ano, estavam 60 crianças à mesa, no dia da festa. O jantar servido constou de sopa de massa: estrelinhas, abobora, vagens e batatas, carne com batata, arroz, assado, salada, fruta, vinho e doces.<sup>500</sup> Houve exposição de trabalhos escritos, desenhos e bordados e, às 4 horas, a Banda do Circulo montemorense tocou nos claustros.

---

<sup>494</sup> O Meridional (19/8/1900)

<sup>495</sup> O Meridional (21/1/ 1901)

<sup>496</sup> O Meridional (11/8/1901)

<sup>497</sup> O Meridional (18/11/1901)

<sup>498</sup> O Meridional (30/8/1903)

<sup>499</sup> Idem

<sup>500</sup> Idem

Terminada a refeição, o diretor José Manuel Alvarez tomou a palavra e dizendo:

*A caridade é a primeira das virtudes... suprimi a caridade e todas as outras virtudes desaparecerão da terra... A caridade é o espírito de deus... Sem caridade não há Deus... A caridade anima os ceos e a terra.*<sup>501</sup>

Para terminar a festa, as crianças cantaram a canção das asiladas:

*Uma de nós, ficou em pequenina  
Sem amparo e sem mimos paternais  
- Herva que mal desponta na campina  
E logo a opprimem soes e vendavais.*

*Outra, jamais ouviu dizer-lhe alguém  
Estas palavras – Filha, meu amor!  
Não viu nem pae nem conheceu a mãe  
Não tem família, abandonada flor!*

*E se alguma ainda tem mãe ou parentes  
São tão pobres também, tão desgraçados  
Que vão comer à noite, tristes gentes  
Magros feijões de dia conquistados.*

*Que seria de nós débeis meninas  
As filhas da miséria e da orphanidade  
Se não houvesse as almas diamantinas  
Que praticam a santa caridade!*<sup>502</sup>

Os dias festivos sucediam-se e pouco variavam na sua programação.

Em 1910, a festa iniciou-se, pelas 8 horas, com uma missa rezada por alma dos benfeitores e comunhão das asiladas; às 11 horas, missa cantada *em que tomou parte a orchestra da Antiga Sociedade Phylarmonica.*<sup>503</sup> Da parte da tarde, pelas 17 horas, sessão solene e admissão de novas alunas

À noite, as *iluminações do costume e basar e atuação da phylarmonica da localidade.*<sup>504</sup>

No ano de 1912, começaram-se a fazer sentir as novas trazidas pela primeira República. Celebrando o 36º aniversário houve uma *festa cívica comemorando esta data com uma Kermesse, iluminação e concerto pela aplaudida filarmónica do Circulo Montemorense.*<sup>505</sup> As celebrações religiosas foram abandonadas e a civilidade, tão do agrado dos republicanos, tomou-lhe o lugar.

---

<sup>501</sup> O Meridional (19/8/1906)

<sup>502</sup> Idem

<sup>503</sup> O Meridional (11/9/1910)

<sup>504</sup> Idem

<sup>505</sup> O Meridional (16/6/1912)



## a) As récitas

*Procura-se, diferenciar as experiências dramáticas vividas pelas crianças, dos espetáculos teatrais criados pelos adultos para resguardar espontaneidade da atuação infantil, que não está fundamentada nos aspectos formais que o teatro impõe (Koudela, 1984).<sup>506</sup>*

Se o termo grego para teatro, “*theatron*”, significa “lugar para ver”, quando aplicado às crianças o seu significado deveria ser alargado. Ver não é atividade que, só por si, satisfaça o público mais jovem. Este precisa de serem chamados à participação. E o teatro é ação. *O teatro é um jogo, mas um jogo complexo, onde existe o jogo do actor, o do espectador e o grande jogo que eles jogam todos juntos (Costa, 2003).*<sup>507</sup>

Atividade frequente na vila, o teatro marcou lugar na existência desta casa asilar.

Mas comecemos pelo princípio.

Prática ancestral, o teatro ocupava um lugar de destaque nas civilizações clássicas, tentando moralizar as sociedades com as suas mensagens. Só muitos séculos mais tarde, chegou às escolas, como hoje o conhecemos.

Tendo ocupado um lugar de relevo nas civilizações clássicas, esta escola de cidadania servia, essencialmente, para tentar moralizar as cidades, onde era exibido. A sua função moralizadora tinha ênfase sobre todas as outras.

Quando se fala em teatro, em Portugal, a nossa memória leva-nos até Gil Vicente (1465/1536). Não pretendo aqui descrever a longa história do teatro em Portugal, mas é inevitável rememorar um pouco do passado.

Se Gil Vicente é considerado o pai do teatro português, Garrett (1799/ 1854) é o pai do teatro contemporâneo. É com ele que surge a verdadeira literatura teatral, foi ele que *constituiu a glória definitiva do teatro português (Castro, 1954).*<sup>508</sup>

Durante o reinado de D. João III (1502/1557), o teatro começou a fazer parte dos currículos dos Estudos em Humanidades do Colégio Real. Mas é com a Companhia de Jesus que este se começa a consolidar, junto dos estudantes. Através do estímulo à aprendizagem do latim, a arte de representar ganha algum estatuto. Impondo-lhe um cunho pedagógico, para além das práticas moralizadoras, as representações passaram a ter, em simultâneo, uma função social. Ao apoderar-se da sua função criadora de cultura, o teatro começa a integrar-se nos currículos escolares, consolidando-se junto dos discípulos, apelando a uma ginástica mental e à aprendizagem.

Esta arte ganha algum estatuto e, é através desta prática que os jesuítas começaram a tornar públicos os seus fundamentos pedagógicos.

O teatro tinha, até à data, uma função mais moralizadora do que societária.

Com a chegada do século XIX e o nascer do romantismo dá lugar às representações históricas e aos dramas reprodutivos das realidades. A exaltação patriótica começa a encher as salas.

---

<sup>506</sup> KOUDELA, I. D. (1984)

<sup>507</sup> COSTA, I. A. (2003)

<sup>508</sup> CASTRO, A. de (1954)

Durante o século XIX, mais precisamente no decorrer da segunda metade, foi-se aproximando da educação, as abordagens morais foram ficando para segundo plano e as questões sociais e pedagógicas começavam a destacar-se. É por esta altura que começa a ser visto como um motivador e um facilitador das aprendizagens. Ajudando mesmo, por vezes, à alfabetização das populações.

*Os teatros não são menos agentes de instrução pública que as escolas propriamente ditas; pelo contrário, neles se ensina e pratica simultaneamente a moral, a sociabilidade e a prudência, a história e a linguagem, as maneiras e o gosto e isso indistintamente de todas as idades, a todas as classes e a ambos os sexos... mais do que nenhuma outra escola empregam o enérgico elemento do prazer. (Castilho, 1857)<sup>509</sup>*

Encarado como um outro modo de escolarizar, a sua importância começa a ser reconhecida no seio do sistema de ensino. O decreto-lei de 28 de julho de 1881, introduz uma nova disciplina nos currículos das Escolas Normais: *Leitura e Recitação de Prosas e Versos*. Com este novo investimento, os futuros professores e professoras, ficariam mais despertos para a arte cénica, conseguindo, assim, motivar os seus alunos para tal.

W. Benjamim (1892/1940), em 1928, explica-nos, de forma muito clara, as capacidades que as crianças possuem em assimilarem diferentes saberes. Detentor de uma perspetiva única de encarar o teatro, Benjamim, ao apelar ao investimento no encadeamento histórico atribui ao teatro um papel relevante na construção e desconstrução de todos os indivíduos em formação.

*La representación es, en oposición a la ejercitación pedagógica, la liberación radical de un juego ante el cual el adulto sólo puede ser espectador...La representación teatral es la gran pausa cradora en la obra educacional. E sen el reino de los niños, lo que el carnaval era en los cultos antiguos. Se invierten los términos, y así como en las saturnales romanas el amo servía al esclavo, durante la función están los niños en el escenario para enseñar y educar a los atentos educadores... Su niñez se realiza jugando.<sup>510</sup>*

Como atividade lúdica, o teatro contribui para o desenvolvimento e despertar da atenção, concentração, desinibição e expressão verbal. Se este se pode ensinar, também se pode arrogar de contribuir para o lúdico e o improvisado.

Surge, então, quem defenda que o teatro é essencialmente uma atividade lúdica.

Para Brecht (1898/1956), *o teatro não foi feito para ensinar* (Brecht, 1963)<sup>511</sup>, o teatro ajuda o homem a entender o mundo, ajuda-o a tirar as suas próprias ilações. Brecht (1967)<sup>512</sup> defende que o teatro serve essencialmente para a diversão mas, onde o seu

---

<sup>509</sup> CASTILHO, A.F. de (1857)

<sup>510</sup> [Http://lecturasdeinfancia.blogspot.pt/2008/10/programa-de-un-teatro-infantil.html](http://lecturasdeinfancia.blogspot.pt/2008/10/programa-de-un-teatro-infantil.html)

<sup>511</sup> BRECHT, B. (1963)

<sup>512</sup> BRECHT, B. (1967)

carater ideológico marcará sempre presença, ajudando, assim, a uma estruturação do pensamento.

A necessidade de estimular o pensamento crítico é sempre encarada como um dos caminhos para a liberdade

O papel do ator nem sempre teve lugar de destaque. Até ao século XIX, a preparação dos atores/atrizes não era uma aposta; o cuidado com a formação passava-lhes ao lado e não era encarada como um investimento. Por vezes, a má preparação e o amadorismo contribuíam para o afastamento do público e para o descrédito desta arte.

Era necessário que as *intensões dos atores fiquem totalmente claras, com vivacidade intelectual, emoção verdadeira, um corpo equilibrado e disponível, os três elementos – pensamento, sentimento e corpo – devem estar em perfeita harmonia.* (Brook, 2002)<sup>513</sup>

Se isto se aplica ao ator profissional é o igualmente aplicável às crianças. A ligação harmoniosa entre o corpo, sentimentos e pensamentos, gera crianças equilibradas, conscientes, atentas e responsáveis.

Com a Implantação da República, a civilidade era a principal abordagem dos textos destinados às representações. De acordo com o ideal republicano, a educação deveria ser um meio privilegiado para incentivar a igualdade entre todos e incrementar o desenvolvimento societário.

Como instrumento de propagando do Estado Novo, o teatro, feito por ou para crianças, tinha como principal objetivo o retorno à moralização de costumes, à obediência e o toldar de vontades e mentalidades.

Após 1974, nos primeiros anos pós-revolução, assume o papel de *educador do povo*. As representações tinham fundamentos interventivos e apelavam para ideais socializantes. Nunca eram negligência as mensagens para uma cidadania intervencionista

Mas o tardio reconhecimento das reais funções do teatro infantil tem contribuído para que este ainda não acompanhe o desenvolvimento do teatro sénior, ou destinado aos adultos. Poucas são as companhias e as salas de espetáculo que, com regularidade, se dedicam a um público mais jovem, mas não menos exigente. E, por vezes, as que existem possuem práticas que em nada credibilizam esta arte.

No decorrer dos séculos XIX e princípios do XX, o teatro praticado nas instituições de educação/ensino era encarado como uma demonstração das habilidades dos jovens “atores” e do trabalho dos responsáveis pelas crianças, os professores. Aqui, o que era importante era mostrar ao público os dotes artísticos das crianças e não existia qualquer preocupação com a função lúdica de quem “representava”.

Esta arte, enquanto praticada por crianças, para os adultos, apenas ambicionava a que criança mostrasse os seus virtuosismos. As preocupações pedagógicas não existiam.

Por esta altura as funções educativas não eram uma preocupação, nem a sua prática assumia uma importância significativa, nem nas escolas, nem dentro dos muros do Asilo. Atividade muito utilizada, em datas festivas, tinha, como um dos principais objetivo, a recolha de fundos para a instituição.

Com festas anuais, e possuindo uma sala para as récitas, a presença do teatro no Asilo era acontecimento com alguma regularidade, como retrata a imprensa da época. As representações eram levadas a cabo dentro da instituição, ou mais tarde, no cineteatro Curvo Semedo<sup>514</sup>. Seguiam quase sempre um objetivo religioso, muito do agrado de quem assistia.

---

<sup>513</sup> BROOK, P. (2002)

<sup>514</sup> Deste poeta falarei um pouco mais à frente.

Como já referi em outro capítulo, o interesse pelo teatro teve início com a inauguração de uma sala, para as representações das crianças, oferecida ao Asilo por Joaquim José Faísca.

Mas o teatro para a infância feito para as crianças ou, como acontecia nesta instituição, feito pelas crianças, não possuía nem o mesmo significado, nem as mesmas características, que hoje lhe atribuímos: o harmonioso desenvolvimento dos mais novos. Não sendo essas as funções que desempenhava no Asilo, não o são, igualmente, nas atuais escolas.

A escassez de textos adaptados às crianças e/ou a falta de interesse em os escrever levava a que estas representações se baseassem, quase sempre, em cenas bíblicas ou textos de caráter religioso, que muito pouco deviam interessar a quem os representava. Mesmo não existindo qualquer tipo de formação específica, por parte dos cuidadores, que nem sempre foram pessoas qualificadas, a verdade é que as sucessivas direções faziam questão em exibir os *dotes* artísticos das *suas meninas*.

Voltemos ao século XIX. Julgo poder dizer que, nesse século, não existia a preocupação com o teatro para as crianças, mas foi por esta altura que o Asilo começou a fazer as suas récitas. Estas eram levadas à cena nas suas instalações, em datas festivas como o Natal ou o dia do Asilo. Mais tarde e após a sua construção, começaram a ser realizadas no cineteatro Curvo Semêdo, para que toda a população pudesse assistir, garantindo assim uma maior receita monetária.

Este tipo de representações, o melodrama, fugia, quase sempre, ao clássico e destinava-se a uma população menos letrada. A população montemorense era, à data, maioritariamente analfabeta. Os personagens eram

*... identificados com aqueles outros que são ameaçados, a compaixão que sentimos por eles é pena de nós próprios; e, pela mesma ordem de ideias compartilhamos os seus temores. Lamentamos o herói de um melodrama porque ele se encontra numa situação terrível, compartilhamos os seus temores e, quando temos penas de nós próprios pretextamos esta com pena dele.* (Bentley, 1967)<sup>515</sup>

Para além das récitas em cima de um palco, o teatro também estava presente no dia-a-dia das crianças asiladas. Estas, nas suas horas de lazer, possuíam pequenos teatrinhos de papel, com que brincavam.<sup>516</sup> O seu estado de conservação não é o melhor e a forma, como estão guardados, muito rapidamente levará á sua degradação.<sup>517</sup>

---

<sup>515</sup> BENTLEY, E. (1967)

<sup>516</sup> Estão guardados no Arquivo do Convento de S. Domingos quinze destes brinquedos de papel.

<sup>517</sup> Com o nome de Martin Engelbrecht (1684/1756) gravado em algumas peças, estes teatros são originários de Augsburg, Alemanha. Reproduzindo cenas religiosas, atividades relacionadas com as diferentes estações do ano ou cenas da vida agrícola, eram compostos por cinco ou seis cenários diferentes, presos por um fio, que se ia puxando, sobrepondo-se, à medida que a história se desenrolava.



Fotografias 22,23,24,25,26,27,28 e 29: Teatrinhos de papel

Tendendo a representar cenas da vida quotidiana, estes pequenos teatrinhos surgiram em finais do século XVIII. Possuindo caráter moralizador, tão do agrado da época, animavam festas de aniversário e entretinham as brincadeiras dos mais pequenos. O estilo representado retratava os bastidores da época barroca e alimentavam a sede de cultura da burguesia a quem era vedado acesso a outras formas de cultura.

Estando hoje completamente em desuso

*o Teatro de Papel, com a sua ingenuidade tocante, não se propõe assumir o lugar da televisão ou do computador, mas constitui um enriquecimento que estimula a imaginação e a criatividade. Continua palpável, previsível e próximo, e faz participar no jogo, de uma forma activa, tanto o espectador como o actor.*<sup>518</sup>

Mas mesmo estando erradicado das brincadeiras das nossas crianças ainda é capaz de proporcionar, para além do divertimento, o desenvolvimento da criatividade e da imaginação. Experimentem coloca-lo nas mãos das crianças e verão o que acontece.

---

<sup>518</sup> REICHEL, D. (1999) *Les Brigands dans la Salle à Manger: Histoire du Théâtre de Papier*. In [www.marktbreit.de/museum/les\\_brigands.htm](http://www.marktbreit.de/museum/les_brigands.htm).

## b) Inspiradas em Belchior Curvo Semêdo

*Teve Montemor-o-Novo a boa fortuna de ser berço de um dos grandes poetas portugueses dos fins do século XVIII, Belchior de Curvo Semedo... tão notável por seus talentos, como desregrado e violento por vezes na aplicação deles.<sup>519</sup>*

Referi no subcapítulo anterior a existência do cineteatro Curvo Semedo, nesta cidade. Deixo aqui uma pequena referência a este poeta ainda tão pouco conhecido, de nome completo **Belchior Manuel Curvo Semedo Torres de Sequeira**.

Possuindo Montemor-o-Novo alguma tradição ligada ao teatro, a divulgação desta arte já teve melhores dias mas, sempre que os espetáculos são levados à cena, a sala enche-se e os montemorenses mostram o seu agrado e gosto pela arte cénica.

Com apenas uma sala de espetáculos, Montemor decidiu dar-lhe o nome de um dos seus mais ilustres poetas: Curvo Semedo.<sup>520</sup>

Belchior de Curvo Semedo (1766/ 1838) além de poeta foi, também, um contador de fábulas. Nome importante do movimento *Nova Arcádia*, usava, para esse efeito, o nome de *Belmiro Transtagano*.

Militar de profissão, passou à reforma, a seu pedido, por incapacidade física relacionada com problemas de visão. Nascido em Montemor-o-Novo a 15 de março de 1766, veio a falecer em Lisboa a 28 de dezembro de 1838.

A sua multifacetada personalidade ainda lhe arranjou tempo para se dedicar à poesia e de aderir à maçonaria. Casou, por duas vezes, repetivamente com Maria José Ludovice de Santa Barbara e Moura, em 1799, e em 1809, com Gertrudes Perpétua de Portugal da Silveira Walles de Varona de Góis e Meneses. Curvo Semedo foi pai de seis filhos: Baltazar, Maria Amália, Eduardo, Augusto, Adriano e Carolina. Os dois primeiros nasceram do primeiro casamento e os restantes do segundo enlace matrimonial.

Oriundo de famílias sobejamente conceituadas não se livrou de passar pelas garras da inquisição, devido a duas denúncias. Foram-lhe atribuídos duros comentários à aristocracia e à igreja, razão pela qual foi alvo de um breve encarceramento nas masmorras do antigo Palácio dos Estaus, também conhecido por Palácio da Inquisição, no Rossio, em Lisboa.

Membro da Nova Arcádia ai recebeu o nome de *Belmiro Transtagano*. Com a sua obra poética compilada em 4 volumes intitulados “Composições Poéticas”, ainda traduziu



Ilustração 73: Belchior Curvo Semedo

---

<sup>519</sup> Ilustração Alentejana (1927)

<sup>520</sup> Fotografia da revista Ilustração Alentejana

algumas das fábulas de La Fontaine, escreveu alguns textos teatrais, sendo o mais conhecido o *Novo Entremez*, onde critica, com algum humor, a burguesia da época. Nos últimos anos de vida perdeu, quase por completo, as faculdades mentais e a visão, vindo a falecer, com 73 anos de idade.

Autor contemporâneo de Bocage com quem mantinha relações algo conturbadas. Este difícil relacionamento surge-nos, por vezes, em forma de verso.

Escreveu Curvo Semêdo:

*Mas hoje, para se ser poeta insigne,  
Basta dizer: componho ínclitos versos.  
E, depois de vestir com falsas cores  
Hipérbole ou antítese rançosa,  
Exclamar: Isto é meu! Isto não morre.*

Resposta de Bocage:

*Junto ao Tejo, entre os tenros Amorinhos  
As belmiricas musas pequeninas,  
Para agradar a estupidas meninas  
Haviam fabricado uns bonequinhos*

*Eis tágides louçã de ebúrneo colo,  
A quem não vencerá, por mais que luta,  
O nosso Belmirinho, anão de Apolo.*

*Surge das águas e lhe diz: - Filhinho, escute!  
Olhe com que noticia hoje o consolo!  
É poeta do rei de Lilipute.<sup>521</sup>*

Trocando, com alguma regularidade, acusações e insultos, os dois poetas da Nova Arcádia faziam questão em publicar as suas desavenças.

Mas Curvo Semedo também é nome de sala de espetáculos. Antes da inauguração desta sala, já Montemor tinha tido outras salas destinadas às representações.

Com uma primeira sala de espetáculos a funcionar no Convento de S. Domingos, mais tarde foi o Convento de S. João de Deus que passou a receber as récitas. Mas nenhuma das salas garantia o mínimo de qualidade pretendido. Sentia-se a necessidade de erguer algo de raiz, que garantisse as condições mínimas e dignas para as representações.

Foi então edificado o *Teatro Talma*, perto dos antigos Paços do Concelho.

---

<sup>521</sup> Revista Almansor (1968)

Mas os montemorenses continuavam descontentes com esta sala, pois não oferecia as condições mínimas, para receber a arte dramática. Inaugurado em 1882, foi destruído

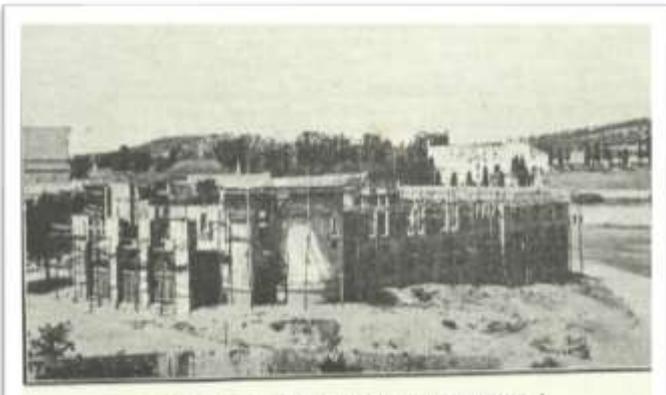


Ilustração 74: Construção do teatro Curvo Semedo

pelo fogo em 1922, ficando só de pé as suas paredes exteriores.

Em 1925<sup>522</sup>, inicia-se a construção do que é hoje o Teatro Curvo Semedo. Foi, por essa altura, criada uma empresa que meteu mãos à construção de uma nova sala de espetáculos. Nasceu, então, a Companhia Edificadora do Teatro Curvo Semedo, composta por António Joaquim Marques dos Santos, José Maria Laboreiro de Vila Lobos, António Lopes de

Andrade, Luís Henrique Fragoso Amado e Manuel Francisco Semedo<sup>523</sup>. Inaugurado a 27 de janeiro de 1960, esta obra projetada e recuperada por Raul Lino, encontra-se ainda a funcionar em pleno, necessitando de obras de melhoramento e de modernização, tanto da sala de espetáculo como de todas as infraestruturas adjacentes.

Com uma sala antiquada e desconfortável, poucos têm sido os espetáculos que, ultimamente, aí acontecem. Já não se projetam filmes, as representações diminuem anualmente e os espetáculos de variedades são ainda os que vão dando vida a esta casa.

Alegando falta de verbas, a câmara, adia recuperação do edifício que, se começa a deteriorar, por falta de investimento.



Fotografia 30: Atual teatro Curvo Semedo

<sup>522</sup> Fotografia retirada da Revista *Ilustração Alentejana* (1927)

<sup>523</sup> Alguns destes nomes já surgiram neste trabalho. Foram diretores do Asilo Montemorense da Infância Desvalida.

### **c) Das crianças, para os adultos**

A distinção entre teatro para crianças e teatro de crianças, nem sempre está devidamente apartada. Mas esta questão iria levar-me muito longe e não sendo este o propósito do meu trabalho apenas farei uma pequena viagem pelo tema.

Chamar ao teatro para crianças “Teatro Infantil” talvez não seja o modo mais correto de o denominar. O Teatro não é infantil, mesmo dirigido às crianças e não é uma arte menor. Por vezes, o sentido pejorativo da palavra “infantil” nem sempre espelha a realidade, nem a importância da sua função.

O teatro para crianças é quase exclusivamente feito por adultos. Estes escolhem textos adequados às faixas etárias a que se destinam as representações e trabalham-nos criativamente, tentando realizar os espetáculos divertidos e participativos. No entanto, existem espetáculos para infância que continuam a manter os espetadores sentados e em silêncio. Esporadicamente é lhes pedida a colaboração para logo de seguida, voltar a ser pedido silêncio. Esquecem-se que é muito difícil para as crianças mais novas entenderem estas bruscas mudanças de atitudes.

Como se pode pedir silêncio a crianças durante 1h, ou mesmo mais tempo?

Assistir a um espetáculo cénico não pode tornar-se um castigo em que é necessário estar em silêncio e sentado, sem se poderem levantar.

A espontaneidade, quando solicitada, é quase em simultâneo, travada; isto tudo no espaço de segundos. Torna-se, assim, muito difícil fazê-los compreender o que afinal lhes pedimos ou como queremos que se comportem.

O excesso de silêncio que, por vezes, é pedido apenas contribui para o alheamento e para o direcionar da atenção para outro qualquer interesse, tornando o teatro algo desagradável e maçador para quem ainda possui períodos de atenção e concentração muito curtos.

O teatro feito por crianças é aquele que nos é dado a assistir nas festas escolares, tão usuais nas nossas instituições. Nem os fatores pedagógicos, nem a criatividade são aqui relevantes. Estas dramatizações continuam a ser, quase exclusivamente, instrumentos de propaganda (do trabalho dos professores e da domesticação dos alunos) qualquer que seja a época em que se realizem. A aposta nas reproduções de caráter religioso, por alturas do Natal, continua a ser um erro comum a muitas das nossas escolas. Estas, esquecendo-se que devem privilegiar a laicidade do ensino e das instituições, muitas vezes esquecem, também, as diferentes culturas e religiões existentes numa mesma sala de aula e apelam a representações religiosas católicas.

Não existindo qualquer tipo de controlo por parte das crianças (pois não são chamadas a opinar sobre os textos, cenografia e representação) estas encenações apenas se destinam a gozo dos espetadores adultos, os familiares dos alunos.

Como podemos pretender encher salas de espetáculos, quando afugentámos as crianças com experiências negativas?

É necessário que se comecem a tirar algumas conclusões sobre os erros e quais os efeitos nefastos, que este tipo de espetáculo pode provocar nos espetadores mais jovens. Mas, repensar a função do teatro para a infância, fica para outra altura.



Fotografias 31 e 32: Representações teatrais das crianças do Asilo (internas e externas), no Teatro Curvo Semêdo (1963).

Socorrendo-me ainda do pensamento de Benjamin (2002)<sup>524</sup>, deve ser, sempre que possível, facultada à criança a possibilidade de viver o mágico, o lúdico e o social, através do brinquedo e do teatro, *os reais instrumentos do seu trabalho*, dando à expressão corporal uma postura de desinibição e afirmação, espelhando os sentimentos que querem vivenciar.

A ausência destas premissas gera atores vítimas de *um controlo minucioso das operações do corpo que realizam a sujeição constante da sua força e lhes impõem uma relação de docilidade* (Foucault, 2013).<sup>525</sup> Este domínio sobre o corpo e sobre as vontades pode, também, ser aplicado aos atores menos preparados e sem sensibilização para uma profissão, mas pode, igualmente, ser às crianças, vítimas de ensaios, horas a fio, e ao assumir de posturas que em nada representam as suas vontades.

A ligação harmoniosa entre o corpo, sentimentos e pensamentos, gera crianças equilibradas, conscientes e responsáveis. O contrário cria frustrações e desequilíbrios emocionais.

---

<sup>524</sup> BENJAMIM, W. (texto sem data)

<sup>525</sup> FOUCAULT, M. (2013)

### **c) E hoje tudo continua igual**

Nas escolas, esta atividade continua a ser feita para deleite dos pais e regozijo dos docentes, que escolhem as peças, as ensaiam e encenam, sem que as crianças possam opinar sobre o que lhes é proposto.

Estas representações escolares nunca deveriam ser nem moralizantes, nem didáticas, apenas deviam apostar no desenvolvimento do imaginário, confrontando-o com ideias e atitudes societárias. Assim, devem ser encaradas como uma expressão artística que envolve a criança no imaginário, desenvolvendo suas ideias, atitudes e posicionamento frente à sociedade em que está inserida.

Muitos professores ainda fazem questão em colocar os seus alunos nos papéis de atores, debitando recitas que muito pouco, ou nada, têm a ver os seus interesse e /ou realidades. A espontaneidade não é bem recebida e o espaço para a improvisação não é aceite, nem reconhecido. Tudo tem de ser decorado e ensaiado até à exaustão, para contentamento de pais e professores.

Esta não aposta na espontaneidade começa a contribuir para o aparecimento de falantes, com muitas dificuldades de se exprimirem oralmente e cuja a comunicabilidade é cada vez mais difícil, pois é frequentemente travada e questionada.

O desenvolvimento da imaginação e as relações de sociabilização, entre pares, constroem-se brincando e consolidam-se através da espontaneidade, do jogo do faz de conta. Se não lhes é permitido desenvolverem-nos, durante a primeira infância, com o avançar da idade, o improvisado vai-se perdendo e quase deixa de existir, aumentando, proporcionalmente, a iliteracia oral.

Levar a criança a pensar, a refletir e a expressar-se, livremente, devia fazer parte de qualquer plano de atividades do ensino básico e do pré-escolar. A construção da autonomia está diretamente ligada à capacidade de brincar.

Iniciando-se, durante a primeira infância, o jogo do faz de conta desenvolve-se através da representação de situações vividas. A criança representa o que lhe é dado ver e/ou ouvir e/ou participar. Começa por imitar cenas da vida familiar, dando-lhes a sua interpretação, nem sempre coincidente com a realidade. Estas moldam as realidades às suas necessidades, confundindo, frequentemente, realidades com fantasias. E é esta premissa que, muitas vezes, é esquecida nos espetáculos destinados ao público infantil. Longos textos, com pretensões didáticas (nem sempre conseguidas) e a utilização de vocábulos, por vezes, muito elaborados e desconhecidos do mundo infantil, não prendem a atenção destes espetadores.

O pensamento infantil não se encontra estruturado para compreender o que lhe é dado a ver ou a ouvir.

Mas o oposto também acontece.

Ao cair-se no infantilismo em nada se contribui para formação de personalidades que se querem críticas, interventivas e livres.

Segundo Bento (2003)<sup>526</sup>, a realidade e a execução estão relacionadas com a expressão dramática. É através desta atividade que as realidades são trabalhadas e entendidas.

---

<sup>526</sup> BENTO, A. (2003)

Em boa parte, o teatro para a infância ainda continua a ocupar um papel secundário, no plano do teatro nacional, bem como nas escolas, onde ainda não atingiu o relevo que lhe é devido.

Alguns do valor que lhe é atribuído, apenas visa os fins errados.

Sendo a percepção, ao nível do imaginário, intuitiva e muito pouco intelectualizada, a exploração do jogo dramático é algo inato, nesta fase da vida. É através dele que as crianças vivem, revivem e recriam acontecimentos que as interessam ou que as marcaram e desenvolvem novas situações como resposta a esses acontecimentos.

Quando do jogo simbólico, ela apodera-se das situações e manobra-as a seu belo prazer, não se preocupando com opiniões, nem com juízos críticos vindos dos adultos.

Assumindo um papel importante no equilíbrio relacional, cria alteridades em que o confronto do Eu com os Outros resulta numa teia de complexas situações que vão contribuindo para o encontrar de respostas e para a resolução de problemas que as possam estar a perturbar.

Retratam medos, angústias, alegrias e toda uma mescla de sentimentos.

Assim, entrando o teatro no universo infantil, cada vez mais cedo, com o alargamento da educação pré-escolar, iniciou-se uma importante etapa que urge agarrar, que não se pode deixar cair no esquecimento. Sendo já grande o número de educadores e professores que possibilitam, aos seus alunos, assistirem a espetáculos destinados às suas faixas etárias e não a espetáculos infantis<sup>527</sup>, isto ainda não é suficiente. Para se poder assistir a este tipo de representações, continua a ser necessário fazer longas viagens.

A descentralização teatral ainda está por fazer.

Se o teatro para o público mais jovem não é um espetáculo menor, ainda há quem pense que a nobreza desta arte se pode escalar. Mas o ponto de partida é sempre o mesmo: seriedade, empenho, honestidade verdade e acima de tudo profissionalismo. Mas é certo que têm de existir diferenças, as crianças já não os adultos em tamanho pequeno. Representar para os mais novos exige meios mais cuidados, textos escolhidos e escritos com o maior rigor possível, tendo sempre em mente o público a que se destinam e a linguagem a utilizar deve igualmente ser cuidada e adaptada sem ser infantilizada. Infantilizar textos e linguagem é sinónimo de passar atestados de imbecilidade a um público tão exigente. Ao escolher uma narração não se podem esquecer as singularidades dos espetadores. Não existe obrigatoriedade na transmissão de mensagens, muito menos moralistas ou moralizantes, o teatro pode ser apenas diversão, mas com o divertimento também se aprende e se cresce; só é necessário cativar e prender a atenção.

A criatividade expressa-se no encontro entre os atores e os espetadores. É do embate entre as diferentes expectativas (dos que dão e dos que recebem) e os interesses do público, que o teatro sobrevive. É, então, necessário abrir caminho aos sonhos, sem desfraldar a realidade. E este percurso da construção de uma identidade, que continua, por fazer, concebe, por vezes, o teatro para a infância, como um espetáculo pouco credível.

Criar o desejo do teatro cabe às famílias, às instituições e aos atores. São estes quem cultiva o desejo de uma arte única em que a reciprocidade, entre ação e reação, é, ou deve ser, uma realidade nem sempre refletida nos palcos. Mas o teatro, também, vive da

---

<sup>527</sup> Julgo ser incorreto dizer que estes espetáculos, destinados às crianças, são infantis. De infantis não têm nada. Se feitos de forma madura e responsável são tão elaborados e trabalhados como os destinados a um público adulto, ou talvez mais, pois a exigência destes espetadores possui nível muito elevado.

liberdade dos seus intervenientes, da liberdade dos figurinos, da liberdade nas encenações, da liberdade nas reações e da liberdade nas representações. O teatro continua a viver do mundo. O teatro é isto tudo.

Assim sendo, continuo a olhar para o teatro para a infância como a construção de uma política da inconformidade, onde os espetadores possam ser participantes ativos e críticos; onde as crianças possam sonhar e inventar o quotidiano; onde possam brincar com os sonhos nas suas diversidades e adversidades. O teatro deve ser um espaço onde as crianças possam ser felizes.

## 2. As vivências entre 1876/1968

### 2.1.O Estudo

*A experiência é um conhecimento empírico, isto é, um conhecimento que determina um objecto por percepções (Kant).<sup>528</sup>*

Sendo o conhecimento empírico factual, procurei, com os dados adquiridos ao longo da observação e leitura de documentos, manuscritos e impressos, organizar um vasto número de quadros e tabelas que espelham parte da realidade vivida, dentro dos muros do Asilo Montemorense da Infância Desvalida. Existências semelhantes a tantas outras, este internato para raparigas pareceu limitar-se a guardá-las sem que existisse um enquadramento pedagógico consistente na sua formação académica e profissional. Estando a funcionar por 99 anos, esta instituição ocupando num amplo convento nunca soube tirar partido destas instalações. Com muitas salas votadas ao abandono, as poucas ocupadas nem sempre respondiam às necessidades das suas ocupantes.

Através do conhecimento apreendido, toda a minha fundamentação teórica foi canalizada para melhor compreender destes dados algo surpreendentes que o arquivo me estava sempre a devolver.

Para documentar o meu estudo, utilizei, como fontes principais, o acervo depositado no Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo: livros de matrícula, entre 1886/1902 e 1889/1914; registos de frequência das aulas, referentes aos anos de 1890, 1893/94 e 1894/95; atas das reuniões da direcção, de 1903 a 1931; pedidos de admissão ao Asilo, entre 1887 a 1927 e registos existentes nos arquivos da Direcção Regional de Educação, sediada em Évora. Aqui, trabalhei os dados referentes aos nomes das professoras, algumas regentes e nomes de asiladas levadas a exame nas escolas públicas oficiais. Nos livros de registos e de frequência da escola situada no interior da instituição, deparei-me com algumas rasuras, folhas arrancadas e letra quase apagada, o que dificultou alguma das leituras referentes à identificação das asiladas. Mas estes registos de presença das aulas também não referiam os nomes de todas as asiladas. Algumas, devido às suas idades ou a afazeres dentro da instituição, poderão não estar aqui referidas.<sup>529</sup>

Foi possível elaborar 11 quadros e fazer 21 gráficos; 12 com resultados parciais e 9 com resultados totais, onde foram lançados os dados possíveis de serem recolhidos referentes às crianças que frequentaram esta instituição: **Quadro 45** - Idade de admissão; **Quadro 46** – Situação familiar das asiladas; **Quadro 47** – Fratria; **Quadro 48** – Origem geográfica; **Quadro 49** – Habilitações, quando da admissão ao Asilo; **Quadro 50**: Habilitações, quando da saída do Asilo; **Quadro 51** – Condições frequência da

---

<sup>528</sup> Kant, E. *Crítica da Razão Pura* Versão para eBook eBooksBrasil.com Fonte Digital: br.egroups.com/group/acropolis/

<sup>529</sup> Segue em anexo 60 a tabela de todas as alunas possíveis de serem conhecidas

instituição; **Quadro 51a, 51b e 51c**: Alteração da situação de frequência; **Quadro 51d**: Valor das mensalidades; **Quadro 52** – Duração dos internamentos; **Quadro 53** - Destino das crianças, quando da saída do Asilo; **Quadro 54** – Idade à da saída do Asilo e, por último, **Quadro 55** – Frequência da instituição entre 1886 e 1975.

No que se refere aos gráficos, estes ficaram assim ordenados: **Gráfico 5**: Idade de admissão (1886/1935); **Gráfico 6**: Totais / Idades de admissão (1886/1935); **Gráfico 7**: Situação familiar das asiladas (1886/1935); **Gráfico 8**: Totais / Situação familiar (1886/1935); **Gráfico 9**: Origem geográfica (1886/1895); **Gráfico 10**: Origem geográfica (1896/1905); **Gráfico 11**: Origem geográfica (1906/1935); **Gráfico 12**: Totais / Origem geográfica (1886/1935); **Gráfico 13**: Habilitações, quando da admissão ao Asilo (1886/1925); **Gráfico 14**: Totais / Habilitações, quando da admissão ao Asilo (1886/1925); **Gráfico 15**: Habilitações, quando da saída do Asilo (1886/1968); **Gráfico 16**: Totais / Habilitações, quando da saída do Asilo (1886/1968); **Gráfico 17**: Condições de frequência da instituição (1886/1935); **Gráfico 18**: Totais / Condição de frequência (1886/1935); **Gráfico 19**: Duração do internamento (1886/1935); **Gráfico 20**: Totais / Duração dos internamentos (1886/1935); **Gráfico 21**: Destino das crianças, quando da saída do Asilo (1886/1935); **Gráfico 22**: Totais / Destino das crianças, quando da saída do Asilo (1886/1935); **Gráfico 23**: Idade à saída do Asilo (1886/1935); **Gráfico 24**: Totais / Idade à saída do Asilo (1886/1935); **Gráfico 25**: Frequência da instituição entre 1886 e 1975.

Optei por dividir os dados recolhidos em períodos de dez anos e construir gráficos exemplificativos dos quadros, para possibilitar uma leitura mais rápida e agradável.

Para cada tabela foram feitos um ou mais gráficos, como facilitadores das interpretações. Casos houve em que surgiu a necessidade de subdividir os quadros, pois a informação recolhida era muito condensada e em grande quantidade, tornando os quadros demasiado longos.

Nem todos os dados, possíveis de serem estudados, correspondem aos 99 anos de existência desta instituição. Em muito casos só consegui obter elementos referentes ao período entre 1886 e 1930. Estes 44 anos estão bem documentados, no acervo existente no Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo. De 1930 até 1968, a informação foi recolhida na Direção Regional de Educação do Alentejo, em Évora. Aqui estão arquivados os processos relativos a admissão a exames das crianças do Asilo. Após 1968, não foi possível encontrar qualquer referência a estas crianças. Por estranho que pareça, depois 1968, não existe qualquer registo de exames efetuados por asiladas, nas escolas da rede pública do concelho. Ninguém conseguiu esclarecer-me sobre este lapso temporal. Ao tentar, em Montemor, junto da direção do Agrupamento, pesquisar nos arquivos as possíveis crianças levadas a exame, a tarefa foi-me impedida, alegando estar o arquivo encaixotado e ser o acesso muito difícil e demorado.

## 2. 2. Idade de admissão

No **quadro 45 - Idade de admissão** – registei, aqui, as idades das crianças, quando da admissão à instituição, entre os anos de 1886 e 1935. Entre 1936 e 1968, não foi



Ilustração 75: Pedido de admissão (1887) (Anexo 61)

possível recolher qualquer dado. Analisei o percurso de quatrocentas e quatro asiladas. Destas, em duzentos e trinta e duas conhecemos a data do acolhimento e em cento e setenta e dois casos, tal não foi possível saber.

Este quadro foi subdividido em período de 10 anos. As idades variaram entre os 3 aos 15 anos, em todas as idades foram encontradas admissões.

Ao serem admitidas tinham de fazer prova do seu estado de pobreza. Para tal era pedido um atestado comprovativo da sua situação, redigido pelo pároco local.

O mais antigo requerimento encontrado com um pedido de admissão ao Asilo, data de 15 de maio de 1887. Foi escrito por terceiros, pois os requerentes não o sabiam fazer. Para a admissão foram, igualmente, entregue o requerimento de batismo da arquidiocese de Évora, o parecer do regedor; o parecer do prior, confirmando a situação de pobreza; o parecer do administrador de concelho e

um atestado médico, comprovando a não existência de doenças infetocontagiosas.

Nos registos de admissões existentes, no arquivo, consta o nome da criança, a idade, a qualidade em que pretende ser admitida (interna, semi-interna ou pensionista), a data de admissão, a data de entrada, as habilitações, a naturalidade e a filiação

Depois de 1919, não são encontrados requerimentos onde apareçam registos de batismo. Existem apenas 10 destes requerimentos de pedido de entrada para a instituição, sendo o ultimo de 1927.

Para além dos registos de admissão, os livros de matrícula também me deram uma ajuda importante para o conhecimento das crianças que frequentaram o estabelecimento. Destes livros constavam: data de admissão no Asilo, habilitações à entrada, data de saída, escolaridade à saída; nome, filiação, naturalidade, idade de admissão e, em alguns casos, existem registadas observações (se eram gratuitas, pensionistas, internas ou externas). Estão arquivados 55 registos, datando o primeiro de maio de 1889 e o ultimo de março de 1914.

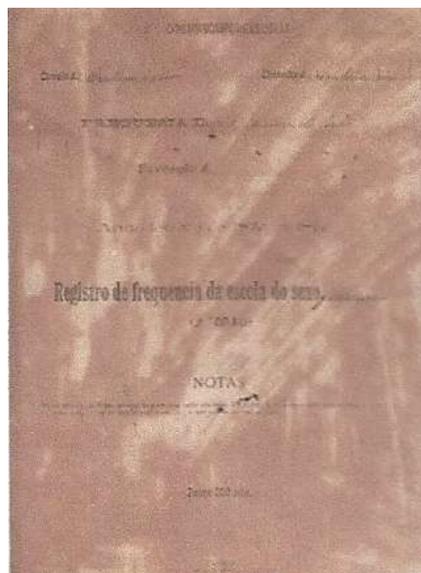


Ilustração 76: Registo de frequência da escola do Asilo (1890) (Anexo 62)

Também os registos de frequência da escola foram documentos indispensáveis, para o estudo. Aqui, encontramos os nomes das alunas, as presenças, as faltas dadas às aulas e o seu número de matrícula. Estão no arquivo 3 livros compreendidos entre 1890 e 1995. Em 1901, era já anexado a este requerimento um atestado de pobreza; em 1919, o atestado de batismo deixou de existir e passou, apenas, a ser pedido um comprovativo de orfandade

**Quadro 45:** Idade de admissão (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Idade à entrada no asilo	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 97 referem a idade à entrada no Asilo e 38 não fazem.	3 anos	1
		4 anos	3
		5 anos	22
		6 anos	25
		7 anos	15
		8 anos	7
		9 anos	7
		10 anos	4
		11 anos	9
		12 anos	1
		13 anos	1
		14 anos	1
		15 anos	1
1896 / 1905	Das 102 crianças identificadas, 98 referem a idade à entrada no Asilo e 4 não fazem.	4 anos	2
		5 anos	15
		6 anos	24
		7 anos	15
		8 anos	15
		9 anos	11
		10 anos	8
		11 anos	5
		12 anos	1
1906 / 1915	Das 35 crianças identificadas, 7 referem a idade à entrada no Asilo e 28 não fazem.	5 anos	1
		6 anos	1
		7 anos	1
		8 anos	4
1916 / 1925	Das 35 crianças identificadas, 17 referem a idade à entrada no Asilo E 18 não fazem.	4 anos	1
		5 anos	3
		6 anos	4
		7 anos	2
		8 anos	1
		9 anos	1
		10 anos	1
		11 anos	1
1926 / 1935	Das 33 crianças identificadas, 9 referem a idade à entrada no Asilo e 24 não fazem.	5 anos	1
		6 anos	3
		7 anos	2
		8 anos	2
		12 anos	1
1936 / 1945	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere a idade de admissão		

<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere a idade de admissão
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas, nenhuma refere a idade de admissão

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo.

Após o triunfo das forças Republicanas, os atestados de pobreza começam a ser redigidos pelo administrador do concelho. A partir de 1929 passam a constar, nos pedidos de admissão, os boletins de vacinas.



Ilustração 77: Atestado de pobreza (1890) (Anexo 63)

Ao fazer a leitura do primeiro quadro, Idade de Admissão, constatei que o maior número de admissões foi entre os cinco e os oito anos, cerca de 71%, como determinam os estatutos no seu artigo 3º:

*Para a admissão interna de qualquer criança no Asylo é preciso provar com documentos authenticos, e com informação da respectiva autoridade administrativa:  
1º Que não tem menos de cinco nem mais de oito annos;...*<sup>530</sup>

No entanto, também encontrei admissões de crianças com idades compreendidas entre os 3 e os 15 anos. Todos os pedidos de admissão foram aceites, cumpram ou não o consignado nos estatutos, não tendo sido possível aferir se existia alguma triagem anterior.

De 1886 a 1895, a instituição recebeu vinte e cinco crianças de seis anos, vinte e duas de cinco anos e quinze de sete anos. Em quarto lugar aparecem as de onze anos com nove admissões. Durante esta década foi admitida uma criança de 3 anos, Maria Falcão, e outra de quinze anos, Marianna Lobo; idades muito diferentes das redigidas nos estatutos. Não foi possível saber o porquê destes internamentos com idades tão díspares das habituais. Posso, no entanto, referir que ambas pertenciam ao concelho de Montemor, tinham os dois progenitores vivos e foram alunas internas pensionistas. No primeiro caso não foi possível saber qual o tempo de permanência na instituição, mas, no caso da aluna mais velha, sei que esteve internada durante dois anos. Para além destes dois casos extremos foram ainda acolhidas sete crianças de oito e nove anos; quatro de dez anos; três de quatro anos; uma de doze anos; uma de treze anos e uma de catorze anos.

Entre 1896 e 1905, das 102 crianças identificadas, foi possível conhecer a idade de admissão em 98 casos. O maior número de entradas registou-se em crianças com cinco, seis, sete e oito anos. Com seis anos contabilizei vinte e quatro entradas, seguidas de quinze admissões para os grupos etários dos cinco anos, sete e oito anos. Nos extremos, voltamos a encontrar duas alunas com idade inferior a cinco anos e outra de quinze anos. As crianças de quatro anos, Eva Mello e Susana Falcão têm os progenitores identificados e são originárias de Montemor. Entraram na condição de externas pensionistas e, no caso da Eva, permaneceu na instituição por mais de 10 anos. Esperança Augusta da Costa, a mais velha, era originária de Lisboa, permaneceu no

Asilo pouco mais de um ano, como interna pensionista e saiu aprovada com o exame de admissão ao liceu.

*Ata de 31/12/1918 (anexo 64)*  
 Sendo assim, foram presentes dois episódios do Espiritismo Brasileiro da  
 Câmara Municipal, pedindo para serem admitidas neste asilo as duas  
 netas pobres e abandonadas - Maria José Ricardo filha de pai inopaco  
 e de Isabel Ricardo e netas, - e Mariana Vitor Leiva filha de  
 pai inopaco e de Maria Vitor Leiva (já falecida), comprometeram-se a  
 garantir, quanto a vida, a saúde, a casa por qualquer motivo não se  
 afilia a poder continuar neste estabelecimento. Foram admitidas, mas a  
 guarda em condições superiores. Foi também presente, em requerimento de  
 vidaamente documentado, em que sua Mãe, a Sra. Maria da Luz, pede para ser  
 admitida neste Asilo a sua filha Mariana Lancheta, esposa de pai  
 e mãe que por vontade própria saiu em casa, a qual ainda é  
 filha de alguns pais e a mesma da Prefeitura foi igualmente admi-  
 tida - a Direção resolveu que daqui em diante as mães pobres a

De 1906 a 1915, apenas identifiquei o percurso de trinta e cinco asiladas existindo, apenas sete, com a idade de admissão referenciada.

Destas, quatro tinham 8 anos, com 5, 6 e 7 anos conhecemos uma entrada para cada idade. Maria da Visitação, 5 anos, foi admitida em junho de 1908;

Ilustração 78: Ata de 31/12/1918 (anexo 64)

Nome	Filiação	Idade	Classe
Amélia Rosa	Rosa e de S. Martinho - Rua da Aurora	8 Anos	1.ª Classe
Amélia Rosa	Rosa e de S. Martinho - Rua da Aurora	8 Anos	1.ª Classe
Amélia Rosa	Rosa e de S. Martinho - Rua da Aurora	8 Anos	1.ª Classe
Amélia Rosa	Rosa e de S. Martinho - Rua da Aurora	8 Anos	1.ª Classe
Amélia Rosa	Rosa e de S. Martinho - Rua da Aurora	8 Anos	1.ª Classe

Data de admissão	Estabelecimento	Data da admissão	Idade	Classe	Obs.
20 de Maio de 1888	Estabelecimento	20 de Maio de 1888	3	3.ª	Admissão de Mariana Lancheta em Junho de 1888
19 de Junho de 1888	Estabelecimento	19 de Junho de 1888	4	4.ª	Admissão de Mariana Lancheta em Junho de 1888
18 de Maio de 1888	Estabelecimento	18 de Maio de 1888	5	5.ª	Admissão de Mariana Lancheta em Junho de 1888
18 de Maio de 1888	Estabelecimento	18 de Maio de 1888	5	5.ª	Admissão de Mariana Lancheta em Junho de 1888
18 de Maio de 1888	Estabelecimento	18 de Maio de 1888	5	5.ª	Admissão de Mariana Lancheta em Junho de 1888

Ilustração 79: Registos de admissões (1889)

Emília Curgeira, 6 anos, entrou em dezembro de 1907 e Maria Isabel Xavier Valente, 7 anos, admitida em junho de 1907.

Na década seguinte (1916/1925), em trinta e cinco alunas, só foi possível conhecer a data de internamento de dezassete.

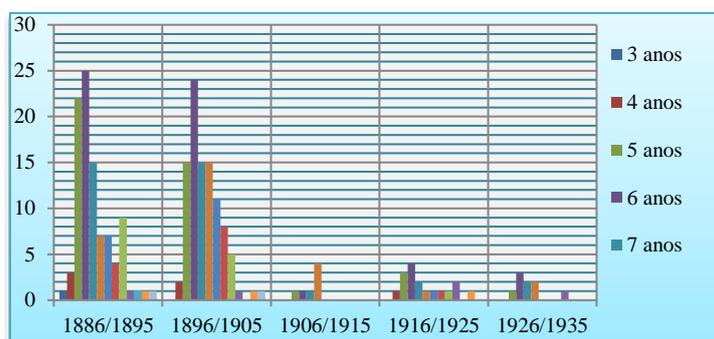
Tornou a registar-se o maior número de entrada de crianças com seis anos, seguida de três entradas com cinco anos e duas com sete e doze anos. Com uma admissão temos crianças de 4, 8, 9, 10, 11 e 14 anos.

A menina de 4 anos, Elisária Augusta Rosado, era órfã de mãe e permaneceu no Asilo cerca de um ano, tendo saído por motivo de doença. A criança mais velha tinha 14 anos. Veridiana do Espírito Santo esteve na instituição apenas por dois meses como interna pensionista.

Durante os dez anos que se seguiram (1926/1935), os registos são muito escassos, apenas identifiquei a idade de internamento de nove asiladas, dos trinta e um nomes encontrados. Continua a surgir, em primeiro lugar, a entrada de alunas com seis anos, seguida das de sete e oito anos, ambas com duas entradas. Com cinco e doze anos apenas surge um caso, para cada idade. Mariana Vitória Gaitas, 5 anos, foi admitida em junho de 1828 e Veridiana Guilhermina Ferreira, 12 anos, admitida em julho de 1927.

Para os anos seguintes não foi possível encontrar dados possíveis de integrarem a este primeiro quadro.

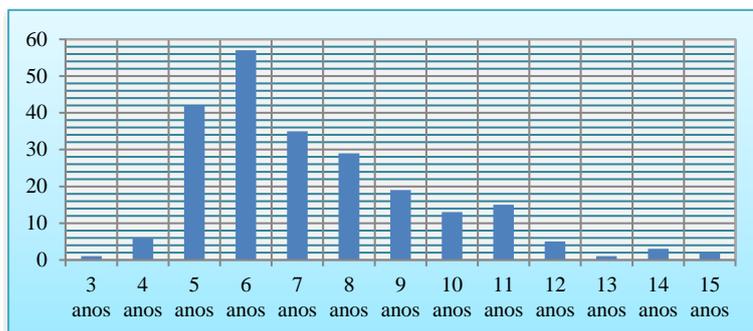
**Gráfico 5: Idades de admissão (1886/1935)**



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

A idade em que ocorreu o maior número de admissão é a dos 6 anos, com 57 casos em 228. Seguem-se as crianças de 5 anos, 42 e as com 7 anos, 35. Apenas com 1 registo conhecido temos uma menina de 3 anos e outra de 13 anos. Na verdade, nem sempre, a idade de admissão estabelecida nos estatutos era cumprida. Os pedidos de admissão não eram recusados e se tal acontecia não aparece registado nas atas. Talvez possa concluir que, ao pretenderem receber, preferencialmente, crianças pertencentes a este grupo etário dos 5/6 anos, estariam, certamente, a facilitar a sua adaptação à instituição, pois crianças mais velhas teriam maiores dificuldades em se integrarem e cumprirem as regras apertadas deste tipo de estabelecimento.

**Gráfico 6:** Totais / Idades de admissão (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Contrariando os Estatutos, foram admitidas 65 crianças sem terem idades compreendidas entre os 5 e os 8 anos. Chegaram a conviver na instituição crianças dos 3 aos 15 anos, o que deve ter originado alguns problemas relacionais pois, com idades tão díspares, não deve ter sido fácil a convivência. Não estando previsto nos Estatutos a entrada de crianças com 3 anos, a realidade é que estes internamentos existiram. Recorrendo à psicologia, a inteligência colaborativa<sup>531</sup> não deve ter sido prática corrente, no interior da instituição. Convívio diário entre raparigas com idades tão diferentes foi, com toda a certeza, algo muito difícil de gerir, no entanto, poucos foram os casos de indisciplina. A docilidade das raparigas internadas é algo pouco comum em instituições congêneres. É muito difícil imaginar crianças com idades tão díspares conviverem de modo tão pacífico. Será que estas eram selecionadas entre os *bons pobres*, aqueles que não causavam problemas?

<sup>531</sup> Por Inteligência colaborativa entende-se a capacidade de pensar e agir de modo consciente, com a intenção de construir relacionamentos colaborativos e harmoniosos, com o objetivo de um desenvolvimento centrado no bem comum, no bem-estar de todos e no equilíbrio do mundo em que vivemos.

### 2.3. Situação familiar

O **quadro 46- Situação familiar** - regista uma grande quantidade de variáveis possíveis de serem estudadas: crianças com pai e mãe identificados; órfãs de pai; órfãs de mãe; órfãs de pai e mãe; filhas de pais incógnitos; pai com paradeiro desconhecido; só com pai identificado; só com mãe identificada e expostas.

Encontrei referências a crianças com os dois progenitores vivos, órfãs de pai, de mãe ou de ambos, filhas de pais incógnitos, pais com paradeiro desconhecido, só pai ou só mãe identificados e expostas, num total de nove categorias.

Durante a primeira década (1886/1895), em 99 crianças foi possível conhecer a sua situação familiar. Destas, 84 tinham, à data de entrada no Asilo, ambos os progenitores vivos e, supostamente, a coabitarem. Com 3 registos temos as órfãs de mãe e as expostas. As expostas pertencem, na totalidade, ao concelho de Montemor. A Maria entrou com 7 anos tendo saído para ir servir, em Estremoz, 7 anos mais tarde. A

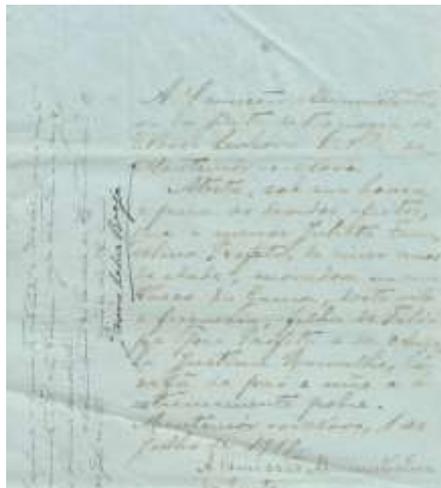


Ilustração 80: Declaração de orfandade (1919) (anexo 65)

Marcelina Augusta foi admitida com 7 anos tendo aí permanecido apenas pouco mais de 1 ano. Não é conhecido o seu destino. Germana Augusta esteve internada apenas 2 meses, tinha 7 anos e era aluna interna gratuita.

Gostava também de destacar a existência de 4 crianças em que só o pai é identificado, não se conhecendo o nome nem o paradeiro da mãe. Encontram-se nesta situação Arsénia Varella que entrou no Asilo com 6 anos e saiu com mais de 23 anos; Palmira, aluna interna pensionista; Adelaide da Purificação que foi internada com 6 anos; Eulampia Augusta Theodorina Pereira, admitida com 5 anos, na situação de semi-interna pensionista, passando mais tarde, quando da segunda admissão, a externa pensionista. Existem, ainda 2 crianças filhas

de pais incógnitos: Anna Roza, que foi admitida aos 4 anos e Marianna Roza, admitida com 5 anos, tendo saído com 9 anos. Todas estas crianças residiam no concelho de Montemor.

Com apenas uma situação identificada temos uma órfã de pai: Josepha da Luz Feijão, de 6 anos, natural de Montemor; órfã de pai e mãe: Felismina Antónia, 6 anos, natural de Cabrela; pai com paradeiro desconhecido: Maria, de 7 anos, natural da Represa e só com mãe conhecida: Virgínia da Conceição, de 4 anos, natural de Montemor.

Entre 1896 e 1905, foram identificadas 96 crianças com a situação familiar conhecida. Destas, 78, cerca de 81%, têm os dois progenitores referenciados, em 8 casos só se lhes conhece o pai e em 4 só a mãe. São também conhecidas 2 crianças filhas de pais incógnitos: Isolina Rosa Gomes, que esteve na instituição cerca de 11 anos, tendo saído com 16 anos para casa de uma tia e Branca Gonçalves. Desta criança apenas conseguiu conhecer a idade, à data de admissão, 6 anos, e a situação, como aluna externa gratuita.

Não deixa de ser um pouco estranho, serem referenciadas como filhas de pais incógnitos quando, no primeiro caso se conhece a família, uma tia e, no segundo, a situação de

aluna externa implicava a existência de um suporte familiar de apoio fora da instituição, que poderiam ter sido familiares ou tutores.

Identifiquei, igualmente, 2 crianças órfãs de pai e 2 só com pai conhecido. Com apenas uma situação conhecida está a órfã de mãe, Rosa Nelly, que deu entrada no Asilo aos 7 anos. Existe ainda uma criança exposta, de que se conhece o nome da mãe. Hortense Gonçalves esteve no Asilo mais de 9 anos, tendo sido entregue à câmara municipal, com 15 anos e, posteriormente, encaminhada para o hospício por não se lhe conhecer nenhum familiar. Não se conseguiu saber se a mãe era viva ou onde residia. Esta criança foi dos raros casos de expulsão por mau comportamento.

**Quadro 46:** Situação familiar das asiladas (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Situação Familiar		
18886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 99 referem a situação familiar e 36 não o referem	Pai e mãe identificados	84	
		Órfã de pai	1	
		Órfã de mãe	3	
		Órfã de pai e mãe	1	
		Pais incógnitos	2	
		Pai com paradeiro desconhecido	1	
		Só pai identificado	4	
		Só mãe identificada	1	
1896 / 1905	Das 102 crianças identificadas, 96 referem a situação familiar e 6 não o referem	Expostas	3	
		Pai e mãe identificados	78	
		Órfã de pai	2	
		Órfã de mãe	1	
		Pais incógnitos	2	
		Só pai identificado	8	
		Só mãe identificada	5	
1906 / 1915	Das 35 crianças identificadas, 14 referem a situação familiar e 21 não o referem	Exposta	1	
		Pai e mãe identificados	1	
		Órfã de pai	4	
		Órfã de mãe	5	
		Pais incógnitos	1	
1916 / 1925	Das 35 crianças identificadas, 19 referem a situação familiar e 16 não o referem	Só mãe identificada	3	
		Pai e mãe identificados	2	
		Órfã de pai	7	
		Órfã de mãe	5	
		Órfã de pai e mãe	2	
		Só pai identificado	1	
		Só mãe identificada	2	
1926 / 1935	Das 33 crianças identificadas, 29 referem a situação familiar e 4 não o referem	Exposta	1	
		Pai e mãe identificados	3	
		Órfã de pai	11	
		Órfã de mãe	11	
		Órfã de pai e mãe	2	
1936 / 1945	Das 33 crianças identificadas, 29 referem a situação familiar e 4 não o referem	Só mãe identificada	2	
		Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a situação familiar		
		Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a situação familiar		
		Das 22 crianças identificadas nenhuma refere a situação familiar		
		Das 22 crianças identificadas nenhuma refere a situação familiar		

Segundo o *Regulamento para o serviço dos expostos e menores desvalidos ou abandonados*, de 1888, os expostos eram os filhos de pais incógnitos, o que nem sempre acontecia. Julgo existir, por vezes, alguma confusão entre expostos e desvalidos, mesmo estando estes termos regulamentados. Por esta razão aparece-nos como exposta uma criança a quem se conhece a mãe. Se entendermos por expostas, aquelas que, à nascença, foram entregues a instituições, maioritariamente religiosas e a quem não se conhece a família, algumas destas crianças consideradas expostas nunca o foram, pois são conhecidos os seus familiares próximos.

Na década de 1906 / 1915, das 35 crianças identificadas, apenas 14 referem a situação familiar. Com 5 casos temos as órfãs de mãe, com 4, as órfãs de pai e; 3, só com mãe identificada. Apenas, com uma situação conhecida, encontramos uma menina em que os dois progenitores são conhecidos e estão vivos e outra, filha de pais incógnitos. Na primeira situação, Inácia Maria entrou na instituição como aluna interna gratuita, aos 8 anos; na segunda, Damásia que apenas sabemos ter entrado no Asilo a 13 de dezembro de 1907.

De 1916 a 1925, foi possível conhecer a situação familiar de 19 crianças, em 35 identificadas. Destas, 7 são órfãs de pai e 5 são órfãs de mãe. Com os dois progenitores conhecidos encontrei 2 crianças assim como, para as órfãs de pai e mãe e as só com a mãe identificada. Só com o pai conhecido, apesar de este já ter falecido, temos Henriqueta de Jesus Fonseca. Esta criança entrou na instituição com 7 anos tendo saído com 14 anos, para ir servir em Lisboa. Igualmente, com um só caso conhecido, uma menina na condição de exposta. Maria Amélia Garcia<sup>532</sup> esteve internada dos 10 aos 15 anos, tendo saído para casa de quem lhe estava a pagar a mensalidade, uma vez que se encontrava na situação de interna pensionista.

Entre 1926 e 1935, das 33 crianças conhecidas apenas 4 não referiram a situação familiar. Onze são órfãs de pai e outras tantas órfãs de mãe. Em 3 casos conhecem-se o pai e a mãe, 2 são órfãs de pai e mãe e 2 só tem a mãe identificada. Na situação de órfãs de pai e mãe, encontramos Guilhermina Maria Balsinha e Josefina Augusta Correia. A primeira era natural do Escoural, tendo entrado na instituição em setembro de 1927. Em relação à Josefina só se conhece a data de admissão: setembro de 1930. As duas crianças só com mãe conhecida são: Joaquina Maria Rosa e Maria José dos Santos. Destas só foi possível conhecer a data de admissão: março e junho de 1929.

As alunas com os dois progenitores identificados, são a grande maioria. Dos 257 casos, 168, 71%, tem pai e mãe conhecidos. Vinte e cinco são órfãs de mãe e igual número, órfãs de pai. Só com um dos progenitores identificado, assinalei 13 crianças para cada caso. Em número de 5 estão as expostas, filhas de pais incógnitos e as órfãs de pai e mãe.

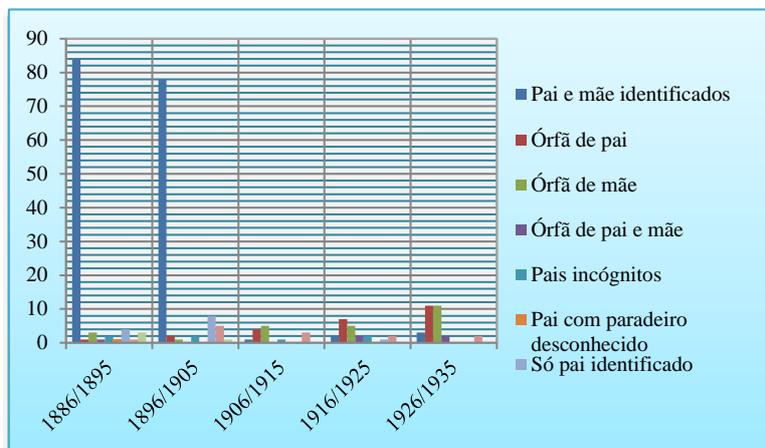
Apesar da grande maioria possuir pai e mãe vivos, muitas viviam em situação de pobreza e não eram, na quase totalidade, meninas abandonadas ou desamparadas. Segundo as atas, eram crianças calmas, sociáveis de comportamento correto. O facto de terem famílias que lhes garantiam um suporte de apoio fora da instituição, estas raparigas, quando apanhadas nas redes da caridade, não se encontravam completamente desprotegidas. Fora dos muros havia quem as esperasse. Filhas de gente humilde, mas cristã<sup>533</sup>, eram a garantia de uma gratidão pretendida por parte de quem as ajudava. São muito raros os casos de indisciplina conhecidos e relatados. Estes *bons pobres*, aqueles que não causavam problemas à sociedade, tinham direito à caridade, os outros eram internados em hospícios e na Mitra.

---

<sup>532</sup> Mais um caso de uma exposta com nome de família.

<sup>533</sup> Pois o atestado de batismo era obrigatório no ato de admissão até à instauração da República.

**Gráfico 7:** Situação familiar das asiladas (1886/1935)

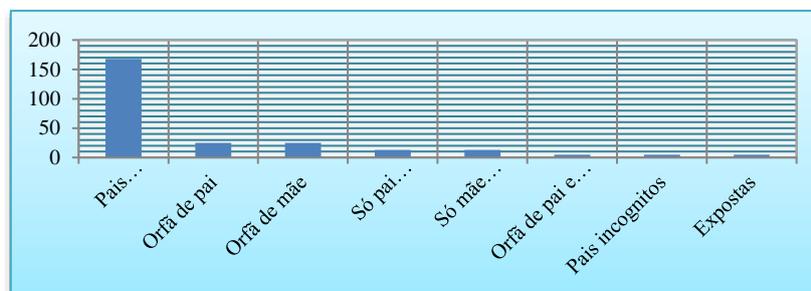


Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Entre 1935 e 1968, não encontrei qualquer registo que referisse a situação familiar das crianças asiladas.

Nunca deparei com observações referentes a filhas de ligações extraconjugais. Se estes casos existiam, e é muito comum a sua existência, não eram identificados e os estatutos são omissos quanto à admissão destas crianças.

**Gráfico 8:** Totais / Situação familiar das asiladas (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Ainda em relação à situação familiar destas crianças, nunca aparece referida a existência de padrastos ou de madrastas. Estas situações não se encontram identificadas nos processos, mas, nem sempre, os nomes das crianças correspondem aos dos progenitores. Acredito que tais situações foram inúmeras, pois era grande o número de viúvos e viúvas. As separações também não aparecem identificadas, nem a existência de famílias destruídas e desfeitas.

Tendo a maior parte das crianças os dois progenitores vivos, pode concluir-se que o seu internamento está mais relacionado com situações de pobreza do que de abandono. Uma pobreza com relações familiares estáveis e potenciadoras de crianças calmas e submissas.

## 2.4. Fratria

Casos de fratria: foram identificados trinta e um grupos de irmãs que frequentaram o Asilo, entre 1886 e 1930, num total de oitenta crianças. Em alguns casos houve simultaneidade na frequência.

Grupos de três irmãs foram encontrados seis. Destes, 2 só tinham o pai em comum; eram filhas de mães diferentes: Maria Adelaide de Oliveira Barreto, 9 anos, era filha de Custódio da Visitação Barreto e de Amélia Augusta Barreto, Gertrudes Emília Barreto, 6 anos e Lucinda Barreto, 7 anos, eram filhas de Emília Barreto; Estrella de Carvalho Nunes, 8 anos e Fortunata de Carvalho Nunes, 10 anos, tinham como pai Leopoldo Nunes e Joaquina Carvalho Nunes; Amélia Rosa Nunes, admitida dez anos depois das irmãs, tinha o mesmo pai e a mãe era Margarida Augusta Varella.

Foi, igualmente, identificado o caso de duas irmãs em que apenas se conhece o nome do pai. Fortunato Landeira pediu, em julho de 1901, a admissão da filha Conceição Landeira, de 6 anos. Esta permaneceu no Asilo pouco mais de um ano. Cinco meses mais tarde, em dezembro, foi admitida Rita Landeira, de 9 anos. Neste caso desconhece-se os anos de permanência na instituição.

**Quadro 47:** Fratria (1886/1930)

Data de admissão	Nomes	Idades	Origem	Filiação
26-8-1886	Leonor Maria	-	-	-
26-8-1886	Gaudência Maria	-	-	-
18-8-1889	Ritta Geraldo	6	Montemor	- Joaquim José Geraldo
5-6-1894	Luiza Eduarda Geraldo	5	Montemor	- Maria Benedicta Guerra
11-3-1890	Maria Cecília Correia	9	Beja	- Manuel Fernandes Correia
11-3-1890	Olinda Correia	5	Beja	- Maria d'Ascensão
16-6-1890	Anna Rodrigues Ramalho Fragoso	12	Lisboa	- Justino Augusto Ramalho Fragosos
20-10-1890	Maria Rodrigues Fragoso	8	Montemor	- Cypriana Rodrigues Fragoso
2-7-1890	Laura da Conceição Marques	11	Lisboa	- António Marques
19-7-1890	Maria Paula Marques	9	Alcácer do Sal	- Alexandrina Marques
1-9-1890	Amélia Roza	11	Montemor	- Manuel António Espada
1-9-1890	Maria Amélia Espada	7	Montemor	- Jesuína de Jesus
7-6-1891	Eugénia Roza Pires Romeiras	7	Montemor	- Alexandre José Pires
8-1901	Jesuína Romeiras	8	Montemor	- Joanna Benedicta Romeiras
1-10-1891	Maria Adelaide d'Oliveira Barreto	9	Montemor	- Custódio da Visitação d'Oliveira
5-1896	Gertrudes Emília Barreto	6	Montemor	- Amélia Augusta Barreto
1-8-1901	Lucinda Barreto	7	Montemor	- Emília Barreto
1-1-1893	Maria Vicência Laboreiro Vicência Augusta	9	Montemor	- José Maria Laboreiro
8-5-1901	Laboreiro	9	Montemor	- Ludovina Victória Beja
1-3-1893	Isabel Mello	5	Montemor	- José de Mello - Isabel de Mello Azêdo
1-12-1893	Ignez Mello	5	Montemor	
3-1896	Ilda Aurora Mello	5	Montemor	
11-4-1893	Maria Antónia Pinto	5	Montemor	- Lourenço José

8-1896	Conceição Pinto	5	Montemor	- Antónia da Conceição Pinto
5-5-1893	Christina Augusta Banha	7	Montemor	- António Augusto Banha
9-8-1893	Cândida Banha	5	Montemor	- Justina Maria Banha
9-11-1893	Esther Freire Torres	5	Montemor	- Manuel Freira Torres
3-1896	Maria Isidora Torres	5	Montemor	- Conceição Torres
2-7-1894	Victória Maria Palaio	6	Montemor	- Bráz Henriques - Maria do Carmo Palaio
2-7-1894	Sarah da Purificação Palaio	6	Montemor	
18-8-1899	Lúcia Palaio	6	Montemor	
1-6-1894	Conceição Cabello Capeans	5	Montemor	- José Cabello Capeans - Maria da Visitação
1-6-1894	Christina Rosa Cabello Capeans	11	Montemor	
3-7-1894	Amélia Adelaide de Mattos	6	Lisboa	- António Martins de Mattos
3-7-1894	Elvira Adelaide de Mattos	5	Lisboa	- Júlia Andrade d'Oliveira
10-1894	Guilhermina Taborda Falcão	6	Montemor	- José Augusto Falcão - Celeste Taborda Falcão
5-2-1895	Maria Falcão	3	Montemor	
21-7-1899	Suzana Falcão	4	Montemor	
10-6-1895	Clotilde Augusta Castello Branco	11	Oliveira do Hospital	- José Augusto Lobo Castello Branco - Delphina Castello Branco
3-8-1895	Maria da Luz Castello Branco	11	Oliveira do Hospital	
3-8-1895	Maria do Carmo Castello Branco	10	Oliveira do Hospital	
2-1896	Maria Alves Pereira	5	Montemor	- João Alves Pereira
8-1-1900	Rachel Taborda Alves Pereira	6	Montemor	- Rachel Taborda
5-1896	Laura Pires	9	Montemor	- António Pires - Jesuína Pires
7-1897	Graziella Pires	-	Montemor	
18-8-1899	Joanna Pires	5	Montemor	
10-1896	Bernardina Varella Romeiras	7	Montemor	- Joaquim Romeiras
10-1896	Feliciana Varella Romeiras	8	Montemor	- Leopoldina Varella
10-1896	Apolónia das Mercês	9	Montemor	- Luzia da Conceição
13-12-1907	Guiomar da Conceição	-	Montemor	
11-4-1897	Florinda da Conceição Reis	7	Montemor	- João Reis
11-4-1897	Laura da Conceição Reis	9	Montemor	- Joanna Roza Reis
12-8-1897	Amélia Pina	8	Montemor	- Simão Augusto Pina
28-2-1901	Maria Sarah Pina	5	Montemor	- Sarah Correia
3-12-1898	Estrella de Carvalho Nunes	8	Montemor	- Leopoldo Nunes
3-12-1898	Fortunata de Carvalho Nunes	10	Montemor	- Joaquina Carvalho Nunes
13-12-1907	Amélia Roza Nunes	-	Montemor	- Margarida Augusta Varella
7-1-1900	Gertrudes da Silva Matheus	8	Serpa	- Francisco Manuel da Silva Matheus
10-4-1901	Josephina Matheus	5	Montemor	- Anna Alexandre
19-11-1902	Amália Matheus	5	Montemor	
1-1-1901	Maria da Conceição Alfaced	10	Montemor	- Feliciano Alfaced
1-7-1901	Estephania Alfaced	6	Montemor	- Caetana de Carvalho Alfaced
1-7-1901	Conceição Landeira	6	Montemor	- Fortunato Landeira
1-12-1901	Ritta Landeira	9	Montemor	
10-10-1902	Ritta Fialho Ferro	6	Montemor	- António Fialho Ferro
10-10-1902	Maria da Glória Fialho Ferro	11	Montemor	- Maria do Carmo
15-1-1919	Henriqueta de Jesus Fonseca	7	Montemor	- Marcelino de Jesus - Joana da Visitação
15-1-1919	Graciosa Augusta da Visitação	6	Montemor	
30-12-1926	Maria Fortunata Miguens	-	-	- Joaquim Augusto Miguens Jorge
28-02-1930	Estrela de Lourdes Miguens	-	-	- Maria dos Mártires Vieira

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Não existem, nos estatutos, referências quanto à admissão de irmãs. Estas não beneficiavam de estatuto privilegiado. Existem irmãs em que todas são pensionistas ou

todas têm o estatuto de gratuitas. Caso fossem pensionistas, por serem irmãs não acarretavam descontos nas mensalidades

Localizei doze grupos de irmãs que requereram admissão no mesmo dia. Neste grupo, referenciámos duas gémeas: Victória Maria Palaio e Sarah da Purificação Palaio, ambas usufruíam do estatuto de internas gratuitas e, dois anos após a entrada, passaram a pensionistas. Clotilde Augusta Castello Branco e Maria da Luz Castello Branco foram admitidas com diferença de dois meses, tendo as duas onze anos à data de admissão, o que nos leva a crer poderem também ser gémeas, desconhecendo, no entanto, o porquê desta admissão com a diferença de dois meses.

Nos processos possíveis de serem consultados não foi viável saber se estas crianças tinham mais irmãos do mesmo sexo ou se eram rapazes. O critério de seleção para a entrada na instituição excluía o sexo masculino. Os rapazes eram, por esta altura, encaminhados para a Casa Pia de Évora, mas, julgo poder dizer, que estes muito cedo começavam a ajudar as famílias nas fainas do campo. Ao começarem a trabalhar tornavam-se uma mais-valia para o rendimento familiar, quantos mais filhos rapazes existissem numa família maior era o seu pecúlio mensal.

## 2.5. Origem geográfica.

A *Origem geográfica* das crianças é, maioritariamente, Montemor-o-Novo, qualquer que seja a década estudada. No primeiro decénio, de 99 registos, 64 são originárias da zona urbana de Montemor. Se juntarmos todas as freguesias deste concelho, o número sobe para 76, o que corresponde a 76,6%.

Os estatutos não limitavam a admissão a crianças naturais deste concelho, apenas referiam terem os seus responsáveis de *residirem há mais de seis mezes n'este concelho*.<sup>534</sup> Também não existia qualquer referência à nacionalidade. Sabemos que, durante o decorrer da guerra de 39/45, esta terra recebeu grande número de crianças oriundas dos países beligerantes, em particular crianças de origem austríaca. Estas crianças foram recolhidas pelas famílias mais abastadas e não encontrei nenhuma referência a possíveis passagens pelo Asilo, nem como internas nem como externas.

Encontrei alunas provenientes das Alcáçovas, Arraiolos, Barreiro, Beja, Beira Alta, Cabrela, Castelo de Vide, Chaves, Covilhã, Escoural, Envendos, Gavião, Lavre, Lisboa, Mora, Montemor-o-Novo, Oliveira do Hospital, Pavia, Represa, Santa Marta de Penaguião, São Cristóvão, São Mateus, São Miguel de Paços, São Romão, Serpa, Trancoso e Vendas Novas, num total de vinte e oito localidades e uma região.

Com a entrada em vigor do novo mapa de distribuição das freguesias, algumas já não pertencem a este concelho, foram extintas, agrupadas. Apenas São Cristóvão, Escoural e Cabrela ainda existem como tal. Lavre uniu-se à freguesia de Cortiçadas de Lavre. As freguesias de São Mateus, São Romão, Represa, foram extintas há alguns anos, sendo presentemente pequenos núcleos habitacionais dispersos. Vendas Novas, em 1968, deu origem a um novo concelho.

Em segundo lugar surge-nos Lisboa. Desta cidade viram para o Asilo Montemorense da Infância Desvalida 6 crianças, duas delas irmãs: Amélia Adelaide de Mattos, de 6 anos e Elvira Adelaide de Mattos, de 5 anos. Entraram e saíram da instituição ao mesmo tempo, após 3 anos de internamento.

Para além de alguns casos isolados oriundos de terras alentejanas não muito longe de Montemor, encontramos 3 meninas de Oliveira do Hospital, uma de Chaves, uma da Covilhã e outra de Trancoso. As 3 crianças oriundas de Oliveira do Hospital são irmãs e todas permaneceram no Asilo, entre junho e dezembro. Virgínia Adelaide, natural de Trancoso foi admitida na instituição com 5 anos, tendo saído 5 meses depois. Como nos casos anteriores, esta menina esteve internada entre os meses de julho e dezembro. Julgo poder afirmar serem estas crianças filhas de trabalhadores sazonais, que se deslocavam ao Alentejo durante a época das ceifas e da apanha da azeitona. Estes “galegos” ou “ratinhos” como ainda hoje são conhecidos, são cada vez mais raros nesta região. Os que por cá se mantiveram nunca perderam a alcunha.

---

<sup>534</sup> *Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)*

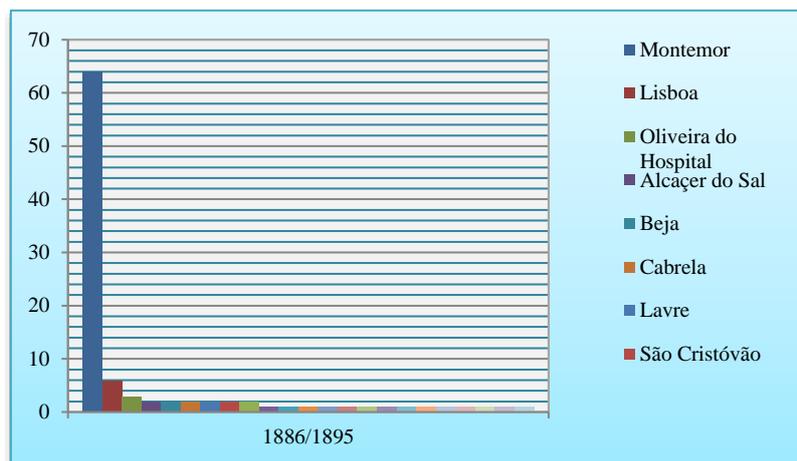
**Quadro 48: Origem geográfica (1886/1968)**

Datas	Números de crianças	Origens	
<b>18886 / 1895</b>	135 Crianças identificadas, 99 estão discriminadas e 36 não estão	Montemor	64
		Lisboa	6
		Oliveira do Hospital	3
		Alcácer do Sal	2
		Beja	2
		Cabrela	2
		Lavre	2
		São Cristóvão	2
		Vendas Novas	2
		Alcáçovas	1
		Arraiolos	1
		Castelo de Vide	1
		Chaves	1
		Covilhã	1
		Escoural	1
		Évora	1
		Gavião	1
		Mora	1
Pavia	1		
Represa	1		
São Mateus	1		
São Romão	1		
Trancoso	1		
<b>1896 / 1905</b>	102 Crianças identificadas, 99 estão discriminadas e 3 não estão	Montemor	82
		São Mateus	3
		Lisboa	2
		São Cristóvão	2
		Vendas Novas	2
		Beira Alta	1
		Envendos	1
		Escoural	1
		Gavião	1
		Lavre	1
		Santa Marta de Penaguião	1
São Miguel de Paços	1		
Serpa	1		
<b>1906 / 1915</b>	35 Crianças identificadas, 3 estão discriminadas e 32 não estão	Montemor	3
<b>1916 / 1925</b>	35 Crianças identificadas, 4 estão discriminadas e 31 não estão	Montemor	2
		Barreiro	1
		Lavre	1
<b>1926 / 1935</b>	33 Crianças identificadas, 5 estão discriminadas e 28 não estão	Montemor	3
		Escoural	1
		Vendas Novas	1
<b>1936 / 1945</b>	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a origem		
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a origem		
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas nenhuma refere a origem		

De 1896 a 1905, em 99 asiladas, 82 residiam em Montemor, 91, se juntarmos todas as freguesias deste concelho. De Lisboa foram admitidas 2 crianças: Sarah Moitinho da Costa, admitida aos 7 anos e Esperança Augusta Costa, admitida aos 15 anos. Originárias do norte do país, 4 alunas: Elisa da Cruz, de 11 anos, natural de São Miguel de Paços, hoje Paços da Serra, distrito da Guarda; Maria Carvalhaes, de 6 anos, natural de Santa Marta de Penaguião, distrito de Vila Real; Victoria Agostinho Dias, de 14 anos, natural de Envendos, Castelo Branco e Virgínia Augusta da Cunha, de 6 anos da Beira Baixa<sup>535</sup>. Só no primeiro caso referido consegui saber o destino à saída da instituição. Esta asilada saiu de Montemor e entrou para o Asilo de Santo António, sediado na freguesia dos Anjos, Lisboa.

Durante o terceiro decénio (1906/1915), apenas só foi possível conhecer a origem geográfica de 3 crianças, todas elas naturais de Montemor e admitidas, durante o ano de 1914. De 35 asiladas, em 32 não foi possível conhecer esta origem geográfica.

**Gráfico 9:** Origem geográfica (1886/1895)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Entre 1916 e 1925, a referência à naturalidade só aparece em 4 meninas: Virgínia Casmarrinho e Rosário Ramalho Profeta, naturais de Montemor; Angelina da Assunção, de Lavre e Maria Amélia Garcia originária do Barreiro.

Com cinco casos conhecidos estão as asiladas que identifiquei, entre 1926 e 1935. Pertencem todas ao concelho de Montemor, como ele era composto, à data de admissão das crianças. Mais precisamente 3 eram de Montemor, 1 do Escoural e 1 de Vendas Novas.<sup>536</sup>

Senti a necessidade de dividir as terras de origem das asiladas por três gráficos. Os dois primeiros (gráfico 5 e 6) correspondem a um período de dez anos cada um; o terceiro aos 30 anos seguintes. Esta necessidade surgiu devido à grande dispersão geográfica das crianças asiladas, não sendo possível inserir tantas localidades num só gráfico de maneira a que este fosse perceptível. No gráfico 5 estão registadas 23 localidades diferentes, enquanto no gráfico 6, estas aparecem em número de 13.

<sup>535</sup> Não está identificada a terra de origem, apenas a região.

<sup>536</sup> Vendas Novas, já não pertence a este concelho, desde os anos 60 do século passado.

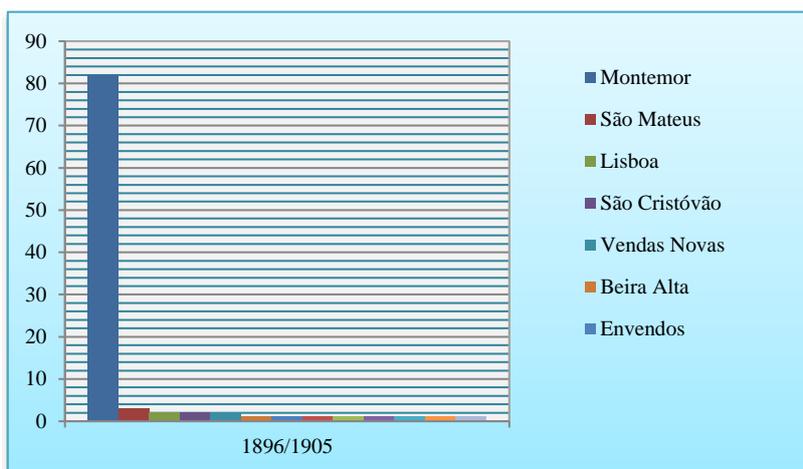
Montemor-o-Novo aparece sempre em grande destaque.

Os estatutos referiam ser condição de admissão, as crianças residirem neste concelho (artº5) ao

*...que seus tutores, curadores ou protectores residam há mais de seis mezes n'este Concelho*<sup>537</sup>

Este artigo nem sempre foi cumprido. Existiram admissões de crianças oriundas de fora do concelho que pediram admissão, por poucos meses.

**Gráfico 10:** Origem geográfica (1896/1905)

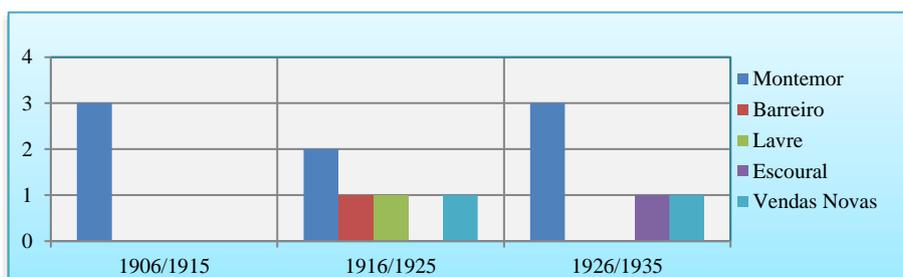


Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo.

Entre 1906 e 1935, apenas localizei a origem de 13 alunas. Destas, oito residiam em Montemor, doze se agruparmos todas as freguesias do concelho. Apenas uma criança está fora deste grupo: Maria do Carmo Gonçalves, admitida aos 11 anos, natural do Barreiro, esteve internada nove meses, tendo saído para ir servir em Lisboa.

O cuidado existente com os registos das asiladas, até ao início do século, foi sendo progressivamente descuidado. Os registos já não nos aparecem completos e as informações tornam-se cada vez mais escassas.

**Gráfico 11:** Origem geográfica (1906/1935)

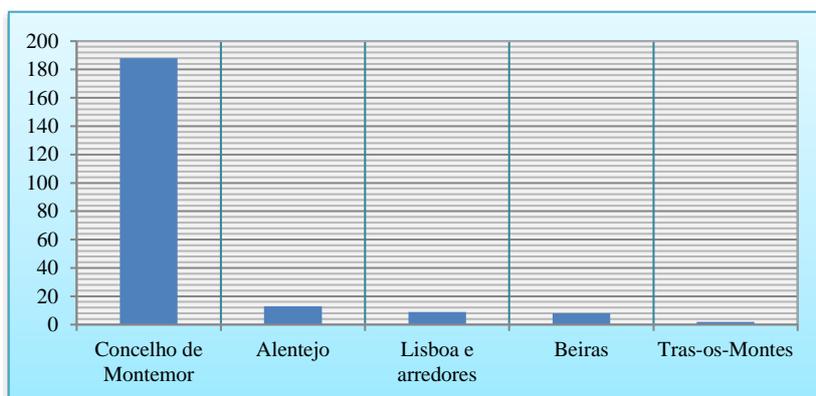


Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

<sup>537</sup> Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)

Para a construção do gráfico 8, agrupei todo o concelho de Montemor-o-Novo que aparece disperso em 9 freguesia e lugares (Montemor, Cabrela, Lavre, São Cristóvão, Vendas Novas, Escoural, São Mateus, São Romão e Represa). O Alentejo engloba 10 localidades diferentes (Beja, Évora, Alcáçovas, Arraiolos, Castelo de Vide, Gavião, Mora, Pavia, Alcácer do Sal e Serpa) não estando aqui contabilizado o concelho de Montemor. Da Grande Lisboa, para além desta cidade, surge-nos o Barreiro. As Beiras estão representadas por 5 terras: Trancoso, Covilhã, São Miguel de Paços, Envendos e Oliveira do Hospital. O último item corresponde a Trás-os-Montes com 2 localidades: Santa Marta de Penaguião e Chaves.

**Gráfico12:** Totais / Origem geográfica (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Das 404 alunas identificadas para a construção deste gráfico, 220 referem as suas origens e de 184, tal não é conhecido. A grande maioria, 188, pertencia ao concelho de Montemor, seguido pelo restante Alentejo, com 13 identificações. Os três últimos lugares aparecem-nos ordenados da seguinte maneira: Lisboa e arredores (9); Beiras (8) e Trás-os-Montes (2).

## 2.6. Habilitações quando da admissão à instituição.

Se o número de localidades conhecidas era muito vasto e obrigou à elaboração de três gráficos, as categorias do **quadro nº49**, *Habilitações quando da admissão à instituição* são apenas em número de 5: nenhuma habilitação; habilitações muito diminutas; algumas habilitações; algumas noções de leitura; fez o exame elementar.

A escolha destes parâmetros está relacionada com os registos encontrados nos livros de admissão das alunas.

De 1886 a 1895, em 101 crianças, 84 não possuíam qualquer tipo de escolaridade, quando entraram para a instituição. Com habilitações muito diminutas encontrei 5 crianças; 9 com algumas habilitações e uma com algumas noções de leitura. Com exame elementar, duas alunas: Marianna da Conceição Magalhães, que entrou na instituição com 13 anos (dois anos após a admissão fez exame de admissão aos liceus) e Maria da Luz Castello Branco, admitida com 11 anos.

A distinção entre habilitações muito diminutas e algumas habilitações leva-me a supor que, no primeiro caso, talvez estejam as asiladas que não sabiam ler, mas que, supostamente, sabiam escrever o nome e/ou contar. As crianças que possuíam algumas habilitações já sabiam ler e possuíam algumas noções de matemática. Fugindo à maioria surge Maria Adelaide d'Oliveira Barreto, 9 anos, como habilitações consta *algumas noções de leitura*<sup>538</sup>. Esta criança não se enquadra em nenhuma das outras categorias encontradas. Ao ter sido admitida com outras meninas que não possuíam qualquer nível de escolaridade, esta deve ter sido uma forma de a diferenciar, quando da entrada na instituição. Este item talvez se referisse a uma criança que pouco mais sabia do que ler com muita dificuldade, não possuindo conhecimentos ao nível da linguagem escrita e matemática.

Sem *qualquer tipo de habilitações*, continua a ser a categoria mais frequente, durante o segundo decénio estudado (1889/1905). Em 95 asiladas possíveis de serem agrupadas neste quadro, 83 preenchem este requisito; 8 possuíam habilitações muito diminutas e apenas 4, algumas habilitações

Entre 1906 e 1915, na maioria das crianças encontradas, nos registos não aparece nenhuma referência às habilitações que possuíam. Apenas em 2 casos tal acontece. Inácia Maria e Gertrudes Dinis, admitidas no mesmo dia. Ambas tinham 8 anos, eram originárias de Montemor e entraram como internas gratuitas.

Posteriormente, quando da entrada na instituição, de 1916 a 1925, e continuando a política da década anterior, a escolaridade não merecia grande importância por parte de quem fazia os registos de admissão das alunas.<sup>539</sup> Das 35 referenciadas, apenas uma possui este registo. Virgínia da Conceição Casmarrinho deu entrada em janeiro de 1917 com *algumas habilitações*. Dois anos mais tarde fez exame de admissão ao liceu, fez o curso comercial e iniciou a preparação para o exame à escola Normal, que não chegou a iniciar.

---

<sup>538</sup> *Registo de entrada de alunas (1886/1902)*. A.H.M.M.N.

<sup>539</sup> Será que o não registo podia significar a ausência de qualquer tipo de habilitações escolares?

**Quadro 49:** Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Escolaridade à entrada no Asilo	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 101 referem a escolaridade e 34 não o fazem	Nenhumas	84
		Muito diminutas	5
		Algumas	9
		Algumas noções de leitura	1
		Exame elementar	2
1896 / 1905	Das 102 crianças identificadas, 95 referem a escolaridade e 7 não o fazem	Nenhumas	83
		Muito diminutas	8
		Algumas	4
1906 / 1915	Das 35 crianças identificadas, 2 referem a escolaridade e 33 não o fazem	Nenhumas	2
1916 / 1925	Das 35 crianças identificadas, 1 referem a escolaridade e 34 não o fazem	Algumas	1
1926 / 1935	Das 33 crianças identificadas nenhuma refere as habilitações possuídas		
1936 / 1945	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere as habilitações possuídas		
1946 / 1955	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere as habilitações possuídas		
1956 / 1968	Das 22 crianças identificadas nenhuma refere as habilitações possuídas		

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Referindo, os estatutos, preocupações com a *escolaridade elementar* das asiladas, constato, através da leitura de algumas atas, não serem estas cumpridas. De tal forma não o eram que, em 30 de abril de 1924, devido às dificuldades financeiras sentidas, a direção desta casa vem reconhecer:

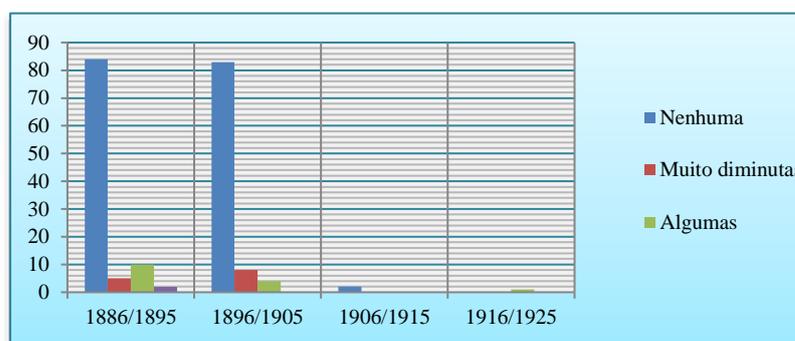
*... que o Asilo não deve ser apenas uma fábrica de criadas de servir cumprindo, também aos superiores, indagar das aptidões das asiladas e aproveitar as que mais se distingam a fim de lhes preparar um futuro melhor.*<sup>540</sup>

Não sendo *fábrica de criadas de servir*, a verdade é que as expetativas destas raparigas eram muito baixas. Poucas foram as que saíram da instituição com qualificações que lhes possibilitassem exercer uma profissão qualificada. O Asilo, como instituição de caridade, limitava-se a garantir alimentação (nem sempre de qualidade), vestuário e um teto para abrigo. As aptidões pessoais e sociais eram frequentemente esquecidas. Se enquanto internadas lhes era garantido o essencial para a sobrevivência, também lhes eram negadas algumas competências que facilmente adquiriam junto das famílias e nas escolas públicas. Havia alguma preocupação em ensinar a ler mas a escrita era

<sup>540</sup> Ata de 30/4/1924 (Anexo 25)

esquecida; eram ensinados os fundamentos da doutrina católica como meio de futura divulgação da religião; não era condição, para as direções, ajudar a criar alicerces para uma futura profissão que não passasse por servir os outros. Era para isso que se preparavam e, em simultâneo eram-lhes negadas competências sociais e intelectuais que as ajudariam a crescer como mulheres.

**Gráfico 13:** Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1925)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

A partir de 1926, não existe qualquer registo da escolaridade das asiladas. Os dados são muito escassos e não foi possível encontrar mais registos, que possam testemunhar este período.

Comprometendo-se os estatutos a proporcionarem às asiladas instrução que:

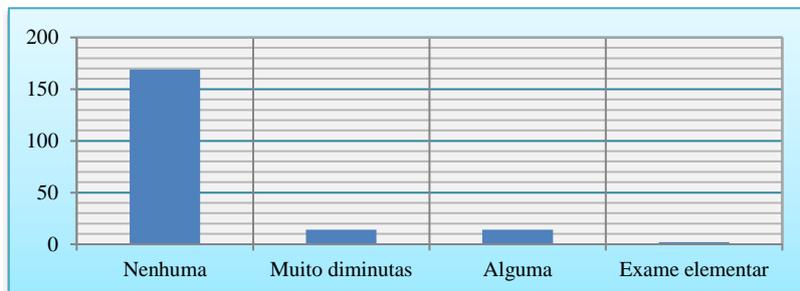
*... compreenderá: Elementos de doutrina cristã; Ler e escrever; As quatro primeiras operações arithmeticas sobre números inteiros e quebrados; História nacional e corográfica; Princípios geraes da grammatica portugueza e civilidade.*<sup>541</sup>

Existiu muito mais preocupação assistencial, do que académica. Também as preocupações com a contratação de uma professora habilitada para o cargo, pelas escolas normais, não foi uma aposta. A instituição esteve longos períodos sem professora, com professoras não habilitadas e, quando a situação financeira foi mais débil, as alunas serem ensinadas por asiladas mais velhas e já com algumas habilitações. Épocas houve em que a situação financeira desta casa não permitiu a contratação de uma professora.

A partir de 1926 não são registadas as habilitações das crianças quando da entrada no Asilo o que dificultou uma leitura mais rigorosa dos dados recolhidos. Mas, se até essa data, as crianças que não possuíam qualquer espécie de habilitação eram a grande maioria, os dados enquadram-se nas expetativas criadas para as raparigas dessa época. A importância da escolarização era diminuta para o sexo feminino.

<sup>541</sup> Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)

**Gráfico 14:** Totais / Habilitações quando da admissão ao Asilo (1886/1925)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Fazendo uma leitura rápida deste gráfico, crianças sem qualquer tipo de habilitações foram a grande maioria. Das 199 alunas que correspondiam a esta categoria, 169 enquadram-se na categoria, *Nenhuma*, 14 com habilitações *muito diminutas* e *algumas habilitações*. O item, *muito diminutas* inclui a asilada que possuía *algumas noções de leitura*. Por último, com 2 registos, estão aquelas que realizam o *exame elementar*.

## 2.7. Habilitações quando da saída da instituição

Se, à entrada para a instituição, as habilitações primavam pela quase inexistência, as *Habilitações quando da saída da instituição* eram pouco melhores.

Para este quadro identifiquei as seguintes categorias: *Nenhumas, Muito Diminutas, Algumas, 1ª classe, 1º grau, 2ª classe, 2º grau, 3ª classe, 4ª classe, Exame da Instrução Primária, Exame de Admissão ao Liceu, 2º ano do liceu, 5º ano do liceu, Fez Exame e Curso Comercial.*

Foram encontrados registos de 307 alunas, onde aparecem referidas as habilitações adquiridas, durante o período de permanência na instituição. Nota-se a existência de algum investimento na escolaridade das crianças, com uma escola a funcionar dentro das instalações até finais dos anos sessenta, tendo sido, apenas, decretada a sua oficialização, em 8 de março de 1929.<sup>542</sup>

Durante a primeira década estudada (1886/1895), apenas 14 crianças, num total de 131, deixaram a instituição sem terem adquirido qualquer nível de instrução. Com habilitações *muito diminutas* estão 89 asiladas; com seis cada, as alunas detentoras de *algumas habilitações* e com o *exame de admissão ao liceu*; quatro com a 2ª e a 3ª classe; três com a 4ª classe; duas com a 1ª classe e com *um exame*<sup>543</sup>. Com o exame da instrução primária aparece Sebastiana de Carvalho Borges, entrou para a instituição com 6 anos e aí permaneceu para lá dos 14 anos.

De 1896 a 1905, existem 95 registos de crianças, das 102 identificadas. O número de saídas sem habilitações é muito maior do que o da década anterior. Das 95 alunas, mais de metade, 58, não adquiriram qualquer tipo de habilitações, durante a permanência no Asilo. Em segundo lugar aparecem as alunas com habilitações muito diminutas, 21; com algumas habilitações, 14 crianças. Júlia Pereira Rosa, que foi admitida no Asilo com 6 anos fez o exame da Instrução Primária, durante os 4 anos que aí permaneceu. Esperança Augusta da Costa entrou na instituição com 15 anos e de lá saiu com exame de admissão ao liceu.

**Quadro 50:** Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Escolaridade à saída do Asilo	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 131 referem a escolaridade	Nenhumas	14
		Muito diminutas	89
		Algumas	6
		1ª Classe	2
		2ª Classe	4
		3ª Classe	4
		4ª Classe	3

<sup>542</sup> Este assunto foi abordado em outro capítulo.

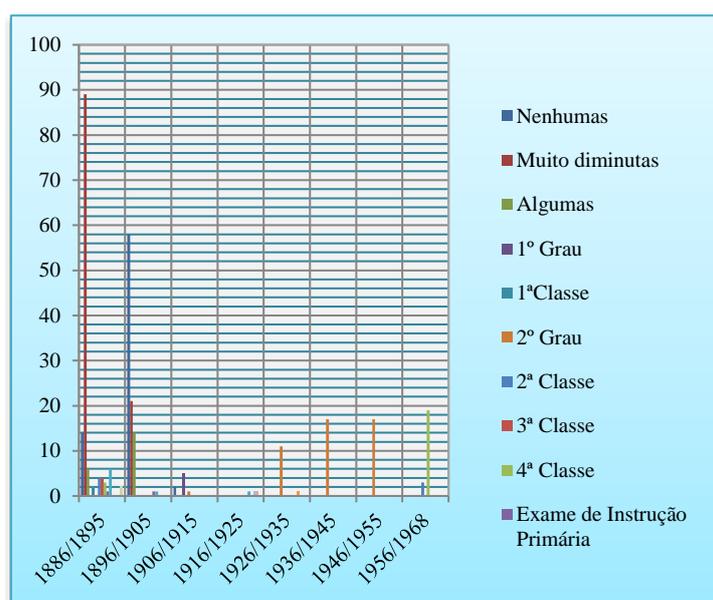
<sup>543</sup> Não consegui saber a qual exame se referem.

	e 4 não o fazem	Exame da Instrução Primária	1
		Exame de Admissão ao Liceu	6
		Fez Exame	2
<b>1896 / 1905</b>	Das 102 crianças identificadas, 95 referem a escolaridade e 7 não o fazem	Nenhumas	58
		Muito diminutas	21
		Algumas	14
		Exame da Instrução Primária	1
		Exame de Admissão ao Liceu	1
<b>1906 / 1915</b>	Das 35 crianças identificadas, 8 referem a escolaridade e 27 não o fazem	Nenhumas	2
		1º Grau	5
		2ª Grau	1
<b>1916 / 1925</b>	Das 36 crianças identificadas, 3 referem a escolaridade e 33 não o fazem	Exame de Admissão ao Liceu	1
		Exame do 5ºano do liceu	1
		Frequentou o Curso Comercial	1
<b>1926 / 1935</b>	Das 33 crianças identificadas, 12 referem a escolaridade e 21 não o fazem	Exame 2º Grau	11
		Exame 2º ano do liceu	1
<b>1936 / 1945</b>	Das 17 crianças identificadas, todas referem a escolaridade	2º Grau	17
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas, todas referem a escolaridade	2º Grau	17
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas, todas referem a escolaridade	2ª Classe	3
		4ª Classe	19

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo e Direção Regional de Educação do Alentejo

De 1906 a 1935, o número de apontamentos, onde surgem itens possíveis de fazerem parte deste quadro, apenas se referem 23 crianças, em 104 asiladas. Duas crianças sem habilitações, cinco com o 1º grau, doze com o 2º grau, uma com o curso comercial, uma com o exame de admissão ao liceu, uma com o 2º ano do liceu e outra com o 5º ano do liceu.

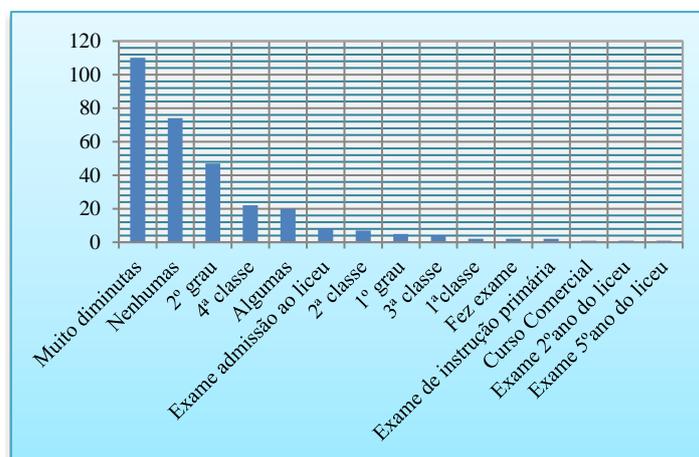
**Gráfico 15:** Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo e Direção Regional de Educação do Alentejo

Para o preenchimento deste quadro, para além das informações recolhidas no Arquivo Histórico Municipal, foi possível, junto da Direção Regional de Educação do Alentejo recolher os nomes de algumas das alunas que, entre 1937 e 1968, realizaram exames nas escolas oficiais da cidade, mais propriamente na antiga escola feminina de Conde Ferreira, ainda hoje em funcionamento. Não consegui saber se estas alunas foram a totalidade das que fizeram exames ou se existem outras que embora os tenham realizado, não apareçam referenciadas, como asiladas, nos mapas dos exames. Identifiquei um total de 55 raparigas, das quais trinta e três fizeram exame do 2º grau, duas da 2ª classe e dezanove da 4ª classe. Após esta data, não existem referências ao Asilo nos mapas dos exames. Talvez as crianças que faziam exame não fossem identificadas como asiladas.

**Gráfico 16:** Totais / Habilitações quando da saída do Asilo (1886/1968)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo e Direção Regional de Educação do Alentejo

Apesar do número de crianças detentoras de algumas habilitações, 231, ser superior às que nada possuíam, 74, estas qualificações eram muito baixas. Num total de 404 asiladas, 94 entraram na instituição sem habilitações e saíram com diferentes níveis de instrução. Foi possível conhecer a evolução de 301 alunas, ao longo dos 99 anos de existência do asilo.

Se durante os anos de funcionamento desta instituição a alfabetização não era uma preocupação no que concerne às raparigas, mesmo que alguns governos tentassem inverter a situação, não se podia pretender que no Asilo a realidade fosse diferente. Segundo Candeias (2004) os países do Sul da Europa eram os menos escolarizados e os fatores religiosos, económicos e geográficos, não eram alheios a esta situação. Mas, esta questão societária manteve-se por muitos anos, Em 1870 existiam apenas 13% de escolarizados, igual percentagem se verificava quanto à população feminina com idade superior a 7 anos, em 1878. Aumentando ligeiramente para 16% no decorrer de 1890; 18% em 1900; 23% em 1911; 27% em 1920; 31% em 1930; 40% em 1940; 51% em

1950; 61% em 1960 e 69% em 1970, <sup>544</sup>a realidade é que a população feminina de Montemor-o-Novo se manteve muito distantes destas percentagens.

Se no ato da admissão era previsível que as habilitações fossem muito baixas ou mesmo nulas, quando da saída do Asilo tal não deveria acontecer. No entanto com habilitações muito diminutas ou, sem qualquer tipo de habilitações, continuam a ser a categoria em que se enquadram a maioria das asiladas. Mesmo tendo registado nos estatutos que as crianças deviam adquirir conhecimentos *de doutrina cristã; Ler e escrever; As quatro primeiras operações arithmeticas sobre números inteiros e quebrados; História nacional e corográfica; Princípios geraes da grammatica portugueza e civilidade*<sup>545</sup>, a realidade é que, a aposta estava na economia doméstica.

---

<sup>544</sup> CANDEIAS, A. (2004)

<sup>545</sup> *Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)*

## 2.8. Condições de frequência

No **quadro 51**, *Condições de frequência*, identifiquei a situação das crianças durante a permanência nesta casa asilar. Foi possível conhecer 199 situações divididas em alunas internas gratuitas, semi-internas gratuitas, externas gratuitas, internas pensionistas, semi-internas pensionistas, externas pensionistas e alunas que alteraram a sua condição, durante os anos que permaneceram no Asilo.

Esta casa só começou a receber alunas externas durante o ano de 1883, até então só foram admitidas alunas internas. Talvez as dificuldades económicas tenham sido a motivação para a abertura às externas, pagantes de mensalidades.

**Quadro 51:** Condições de frequência na instituição (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Situação no Asilo	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 84 referem a situação no Asilo e 51 não fazem	Interna gratuita	45
		Semi-interna gratuita	3
		Externa gratuita	1
		Interna pensionista	23
		Semi-interna pensionista	2
		Alteração da situação durante a permanência no Asilo	10
1896 / 1905	Das 102 crianças identificadas, 98 referem a situação no Asilo e 4 não fazem	Interna gratuita	32
		Semi-interna gratuita	3
		Externa gratuita	15
		Interna pensionista	18
		Semi-interna pensionista	1
		Externa pensionista	23
1906 / 1915	Das 35 crianças identificadas, 6 referem a situação no Asilo e 29 não fazem	Interna gratuita	2
		Interna pensionista	3
		Alteração da situação durante a permanência no Asilo	1
1916 / 1925	Das 35 crianças identificadas, 8 referem a situação no Asilo e 27 não fazem	Interna gratuita	5
		Interna pensionista	2
		Alteração da situação durante a permanência no Asilo	1
1926 / 1935	Das 33 crianças identificadas, 3 referem a situação no Asilo e 30 não fazem	Interna pensionista	2
		Alteração da situação durante a permanência no Asilo	1

<b>1936 / 1945</b>	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a condição de frequência no Asilo
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas nenhuma refere a condição de frequência no Asilo
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas nenhuma refere a condição de frequência no Asilo

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

De 1886 a 1895, 74 registos de alunas referem a sua situação de frequência no Asilo. Como internas gratuitas temos 45; 23 como internas pensionistas; 3 como semi-internas gratuitas; 2 como semi-internas pensionistas e uma como externa gratuita. A maior percentagem relaciona-se com as alunas internas gratuitas, cerca de 53,5%, seguindo-se as internas pensionistas, 27,3%, e as que alteraram a sua situação durante a frequência do Asilo, 11,9%.

### c) Alterações da situação de frequência

Com alteração da situação encontrei 10 meninas.

Em alguns dos requerimentos de pedidos de admissão, vinha sugerida a condição de admissão pelo pároco local ou a pedido de quem subescreve o pedido de admissão.

**Quadro 51a:** Alterações às condições de frequência (1886/1895)

<b>Nome</b>	<b>Idade</b>	<b>Alteração da situação</b>	<b>Tempo decorrido antes da alteração</b>
Josepha da Luz Feijão	6	Externa gratuita para interna	Durante o primeiro ano de admissão
Joaquina Augusta	6	Passou a interna	Após 3 meses
Eugénia Roza Pires Romeiras	7	Interna gratuita para semi-interna gratuita	Após 2 meses
Elysa Cazemira	5	Interna gratuita para semi-interna gratuita	Após 5 anos
Virgínia da Conceição	4	Interna gratuita para semi-interna	Após 3 anos
Cândida Banha	5	Interna gratuita para interna pensionista	Após 3 anos
Sebastianna de Carvalho Borges	6	Interna gratuita para semi-interna	Após 3 anos
Victória Maria Palaio	8	Interna gratuita para pensionista	Após 2 anos
Sarah da Purificação Palaio	6	Interna gratuita para pensionista	Após 2 anos
Fausta da Encarnação Soares Costa	6	Interna pensionista para externa pensionista	Após a 2ª admissão, 5 anos mais tarde

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Não existindo qualquer tipo de justificação para estas alterações, talvez possa concluir estarem relacionadas com a alteração da situação económica e/ou social das famílias ou dos responsáveis pelas crianças. O passarem de uma situação de gratuitidade para a de

pensionista, implica uma alteração económica dos responsáveis. Alterar a situação de interna para externa ou semi-interna, pode estar relacionado com a situação social das famílias: condições de trabalho, desestruturação do núcleo familiar, condições habitacionais.

Durante a segunda década (1896/1905), foram estudadas 98 situações, apenas em 4 casos não aparece referida a situação de frequência das alunas.

Como alunas internas gratuitas temos 32; semi-internas gratuitas, 3; externas gratuitas, 15; internas pensionistas, 18; semi-internas pensionistas, 1 e externas pensionistas, 23. Asiladas com alteração durante o período que frequentaram a instituição encontramos 6 casos.

**Quadro 51b:** Alterações às condições de frequência (1896/1905)

Nome	Idade	Alteração da situação	Tempo decorrido antes da alteração
Maria José Fogareiro	6	Semi-interna gratuita para interna	Após 1 ano
Gertrudes Emília Barreto	6	Interna pensionista para externa	Após 2 ano
Laura Pires	9	Interna pensionista para interna gratuita	Após 5 meses
Conceição Pinto	5	Externa pensionista a gratuita	-
Theodolinda Augusta Mira Theias	8	Externa pensionista para interna	Após 3 ano
Conceição Cabello Capeans	5	Externa pensionista a interna	Após 3 ano

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

De 1906 a 1915, apenas seis registos referem as categorias referidas no quadro 7. Duas alunas internas gratuitas, três internas pensionistas e uma com alteração da sua situação de permanência. Maria Isabel Xavier Valente, 7 anos, passou de interna pensionista a gratuita, ao fim do terceiro mês de admissão.

Entre 1916 e 1925, apenas encontrei oito situações possíveis de se enquadrarem nestas categorias. Cinco crianças a usufruírem de um internamento gratuito e duas como internas pensionistas. Maria Amélia Garcia, 10 anos, decorridos três anos após a admissão, passa a interna pensionista. Desconhece-se qual a condição quando da admissão.

Na década seguinte (1926/1935), somente a três alunas foi possível enquadrá-las nestes parâmetros. Duas na condição de internas pensionistas e Adelina Augusta Catalão Romeiras que, depois de dois anos de admissão, passa a pensionista.

**Quadro 51c:** Alterações às condições de frequência (1906/1935)

Nome	Idade	Alteração da situação	Tempo decorrido antes da alteração
Maria Isabel Xavier Valente	7	Interna pensionista a gratuita	Após 3 meses
Maria Amélia Garcia	10	Passou a interna pensionista	Após 3 anos
Adelina Augusta Catalão Romeiras	-	Passou a pensionista	Após 2 anos

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo.

#### d) Valor das mensalidades

No grupo das pensionistas, nem todas possuem uma estrutura familiar funcional. Existem as órfãs, crianças a cargo de tutores e/ou de familiares próximos. Não existindo estatutariamente qualquer tipo de referência às mensalidades das pensionistas, não foi possível saber como era feito esse cálculo. Os estatutos são igualmente omissos no que diz respeito ao número de pensionista a admitir. Estas admissões estavam apenas dependentes das vontades das direções. O valor das mensalidades tende a variar de aluna para aluna aumentando, ao longo dos anos. A primeira referência encontrada sobre o valor do pagamento data de 1885 em que a mensalidade era de 500 reis.

**Quadro 51d:** Valor das mensalidades (1885/1927)

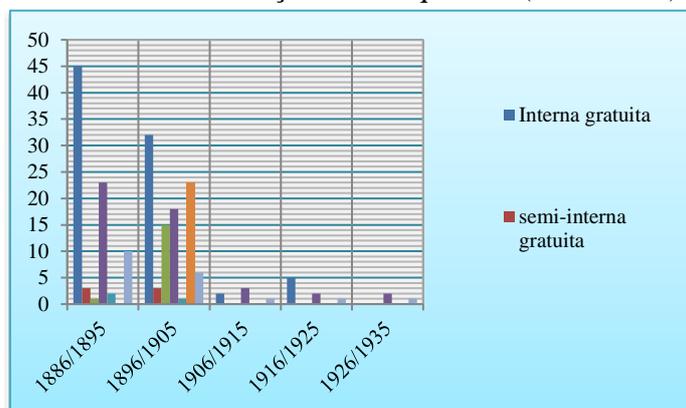
Data	Nome	Idade	Valor da mensalidade
1885	?	-	500 reis
24-3-1907	Emiliana de Mattos Moreira	-	6\$000
24-3-1907	Joanna Paula da Silva Pires	-	7\$000
23-6-1907	Maria Isabel Xavier Valente	7	7\$500
1908	?	-	9\$000
31-5-1921	Maria Amélia Garcia	10	100\$00
30-6-1923	Veridiana do Espirito santo	14	150\$00
15-2-1924	Maria do Carmo Gonçalves	11	100\$00
15-7-1926	Adelina Augusta Catalão Romeiras	-	180\$00
15-7-1927	Veridiana Guilhermina Ferreira	12	100\$00

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Mesmo existindo, em número muito diminuto de registos referentes às mensalidades, estas estavam relacionadas com as possibilidades económicas das famílias das crianças. Durante o ano de 1907, foram cobradas mensalidades que variavam entre os seis mil reis e os sete mil e quinhentos reis. Encontramos prestações de 100\$00 quer em 1921, 1924 e 1927, intercalando com outras de 150\$00 e 180\$00, respetivamente, em 1923 e 1926.

Após 1927, não existem registos de mensalidades nos documentos estudados. Segundo os estatutos a admissão de alunas semi-internas e externas *será determinada no regulamento interno*, documento que não foi possível ser encontrado.

**Gráfico 17:** Condições de frequência (1886/1935)



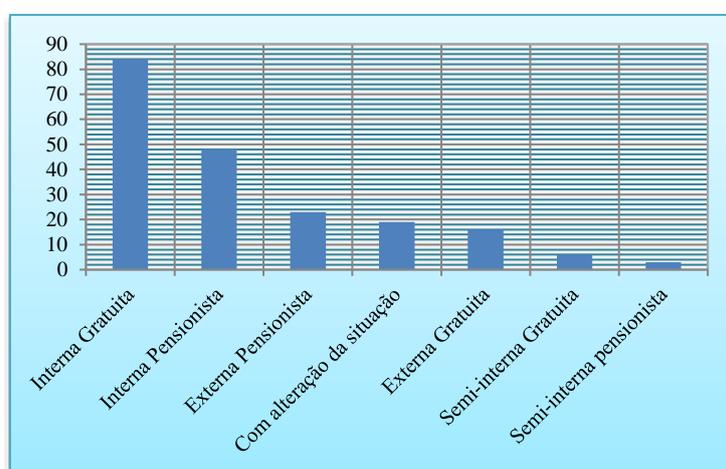
Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Analisando o gráfico 13, apercebemo-nos que a situação das crianças foi sofrendo algumas alterações. Durante a primeira década, o número de internas gratuitas superou largamente todas as outras com 45 casos conhecidos. Em segundo lugar estão as internas pensionistas com 23 crianças e em terceiro lugar, com 10 casos, as asiladas que alteraram a sua situação durante a permanência na instituição.

No segundo decénio as situações alteraram-se. As asiladas internas gratuitas, 32, continuam a estar em maior número, no entanto, surgem-nos em segundo lugar as alunas externas pensionistas, 23 e em terceiro as internas pensionistas, 18. Se somarmos as pensionistas externas, internas e semi-internas obtemos um total de 42 alunas, mais duas que a totalidades das com o estatuto de gratuitas.

As restantes décadas têm resultados pouco representativos. Poucos são os casos em que é referida a situação destas alunas.

**Gráfico 18:** Totais / Condições de frequência (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Na totalidade, as alunas internas gratuitas são as que tem mais representatividade, 84 em 199, cerca de 42% da totalidade. Seguem as internas pensionistas com 24%; as externas pensionistas com uma percentagem de 11,5%; as asiladas que sofreram alteração da sua situação de permanência com uma percentagem de 9,5%; as externas gratuitas com 8%; semi-internas gratuitas com 3% e as semi-internas pensionistas com um total de 3 alunas a que corresponde uma percentagem de 1,5%.

Tendo sido o Asilo criado para dar assistência às crianças mais desprotegidas,

- *Que é orfã de pae, ou mãe, ou que não tem filiação certa;*
- *Que é pobre, e não tem família que a possa sustentar e educar, e que os seus tutores, curadores ou protectores residam há mais de seis mezes neste Concelho.*<sup>546</sup>

<sup>546</sup> Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)

Alturas houve em que isto não se verificou. As alunas internas pensionistas e as externas pensionistas ocuparam um lugar de destaque entre as asiladas. Vivendo o Asilo das esmolas recolhidas pelas alunas e dos donativos de beneméritos, as mensalidades das crianças tornavam-se uma importante e indispensável fonte de rendimento.

Se a situação quando da admissão era muito variada, os anos de permanência na instituição não o eram menos. Tanto podiam fazer parte da instituição apenas um mês, como cerca de dezoito anos.

## 2.9. Duração dos internamentos

No **quadro 52** registei a *Duração dos internamentos*. Este variou entre um mês e mais de 10 anos. No primeiro parâmetro, encontramos asiladas que estiveram na instituição entre um mês e um ano. No último parâmetro, as alunas que permaneceram no Asilo entre 10 anos e mais de vinte anos.

Em março de 1889, estava registada uma criança da qual apenas consegui saber ter pertencido ao Asilo apenas um mês; com o mesmo tempo de permanência entrou, em 14 de dezembro de 1890, Gertrudes Amália da Silva, de 6 anos. No extremo posto, em 1886, Rosária Maria, 6 anos, permaneceu na instituição cerca de dezoito anos, assim como Arsénia Varella, 6 anos, Antónia da Visitação, 6 anos e Constantina Sampayo, de 5 anos. Estas crianças entraram no decorrer do ano de 1887. Posteriormente não foram encontrados registos de crianças, que tenham estado asiladas tanto tempo. No entanto, com internamento superior a dez anos, existiram mais, ao longo dos anos.

**Quadro 52:** Duração dos internamentos (1886/1968)

Data	Número de crianças	Anos de permanência no Asilo	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas Em 72 referem os anos de permanência e 63 não o fazem	Menos de 1 ano	24
		Entre 1 e 2 anos	6
		Entre 2 e 3 anos	6
		Entre 3 e 4 anos	5
		Entre 4 e 5 anos	2
		Entre 5 e 6 anos	3
		Entre 6 e 7 anos	5
		Entre 7 e 8 anos	4
		Entre 8 e 9 anos	3
		Entre 9 e 10 anos	1
	Mais de 10 anos	13	
1896 / 1905	Das 102 crianças identificadas 28 referem os anos de permanência e 74 não o fazem	Menos de 1 ano	1
		Entre 1 e 2 anos	8
		Entre 4 e 5 anos	1
		Entre 5 e 6 anos	1
		Entre 6 e 7 anos	2
		Entre 7 e 8 anos	5
		Entre 8 e 9 anos	3
		Entre 9 e 10 anos	1
	Mais de 10 anos	6	
1906 / 1915	Das 35 crianças identificadas 6 referem os anos de permanência e 29 não o fazem	Menos de 1 ano	1
		Entre 5 e 6 anos	2
		Entre 8 e 9 anos	1
		Mais de 10 anos	2
1916 / 1925	Das 35 crianças identificadas 15 referem os anos de permanência e 20 não o fazem	Menos de 1 ano	2
		Entre 1 e 2 anos	1
		Entre 3 e 4 anos	1
		Entre 4 e 5 anos	1
		Entre 5 e 6 anos	3
		Entre 6 e 7 anos	1
		Entre 7 e 8 anos	2
		Entre 8 e 9 anos	2
	Mais de 10 anos	2	

<b>1926 / 1935</b>	Das 33 crianças identificadas 5 referem os anos de permanência e 28 não o fazem	Menos de 1 ano	1
		Entre 1 e 2 anos	1
		Entre 2 e 3 anos	2
		Entre 3 e 4 anos	1
<b>1936/ 1945</b>	Das 17 crianças identificadas Nenhuma refere os anos de permanência no Asilo		
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas Nenhuma refere os anos de permanência no Asilo		
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas Nenhuma refere os anos de permanência no Asilo		

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Entre 1886 e 1895, grande número de asiladas, 24, esteve no Asilo menos de um ano. Com permanência superior a dez anos encontrei 13 alunas. Destas, nove estavam como internas gratuitas. Com seis casos conhecidos para cada parâmetro, estavam as alunas que se mantiveram na instituição entre 1 e 3 anos. Com apenas um caso uma asilada permaneceu institucionalizada entre nove e dez anos: Felismina Antónia entrou no Asilo com 6 anos a 20 de maio de 1892 e saiu em janeiro de 1902, com 15 anos.

Durante o segundo decénio só uma criança esteve na instituição menos de um ano: Maria Francisca foi admitida com 5 anos, a 2 de janeiro de 1896, e saiu em abril do mesmo ano. Com mais de dez anos de internamento, temos 6 crianças.

De 1906 a 1915, só seis referências aos anos de permanência nesta casa foram encontradas. Uma criança que aí permaneceu menos de um ano; duas entre cinco e seis anos; uma entre oito e nove anos e duas por mais de 10 anos.

Entre 1916 e 1925, foram identificadas quinze alunas. Duas com internamentos inferiores a um ano; uma entre um e dois anos, dois e três anos, três e quatro anos e seis e sete anos. Com apenas dois casos conhecidos, estão as crianças internadas durante sete e oito anos, oito e nove anos e mais de dez anos.

Por último, das 33 crianças encontradas entre 1926 e 1932, apenas 16%, são passíveis de se enquadrarem nesta categoria: Lídia Augusta Faustino, quatro meses; Tagilda da Liberdade Catalão, um ano e meio; Adelina Augusta Catalão Romeiras, dois anos e três meses e Eulália Pereira dos Santos, dois anos e meio e Ludovina Rosa Vieira, três anos e três meses;

Não foi grande o número de crianças em que constava, nos seus registos, os anos de permanência na instituição. Em 404 crianças identificadas apenas encontramos esta referência em 32% dos casos, o que corresponde a cento e vinte e seis asiladas.

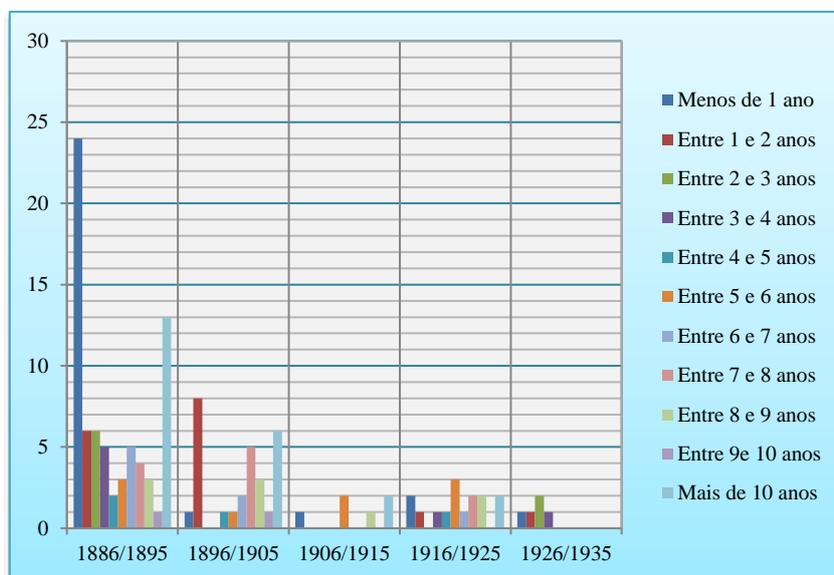
Segundo os dados possíveis de serem lidos, durante o primeiro decénio, cerca de 24 crianças estiveram no Asilo menos de um ano. Os dois extremos do gráfico são os que registam maior número de casos: vinte e nove na primeira categoria, menos de um ano, e vinte e seis na última, mais de 10 anos. Com menor número de casos temos as alunas que estiveram na instituição entre 4 e 5 anos, quatro crianças e entre 9 e 10 anos, apenas duas.

Algumas das crianças internadas eram filhas de imigrantes sazonais. Estas permaneciam na instituição o tempo necessário a que os seus pais terminassem o trabalho no campo: ceifas, apanha da azeitona... Estavam internadas por períodos curtos e talvez fossem os próprios patrões dos seus progenitores que sugerissem estes internamentos pois, vindos de longe, não conheciam a instituição. Assim ao facilitarem estes internamentos as mães estariam mais disponíveis para o trabalho no campo e em simultâneo praticavam a caridade de que tanto gostavam.

As raparigas que, mais tempo permaneceram internadas, eram essencialmente oriundas de Montemor-o-Novo. Mas também aqui os dados recolhidos podem ter diferentes interpretações. Se algumas ficavam muito tempo na instituição por não terem um suporte familiar conhecido (Maria, 1887, esteve internada até aos 23 anos e era órfã de mãe e o pai tinha paradeiro desconhecido) outros casos houve que permanecendo institucionalizadas até aos 24 anos (Rosária Maria, 1886) tinham ambos os progenitores vivos.

Também se pode dar o caso de algumas terem saído da instituição por comportamento *desaconselhável*, mesmo que não estivesse registado em ata, não sendo assim em causa a instituição. Não consegui encontrar uma razão justificativa para as diferenças de tempo nos internamentos. A grande variação encontrada pode ter variadas razões: sazonalidade dos pais; mau comportamento; necessidade de ajudar em casa, as famílias; imposição de trabalho remunerado. Também nunca detetei nenhuma saída por inadaptação à instituição.

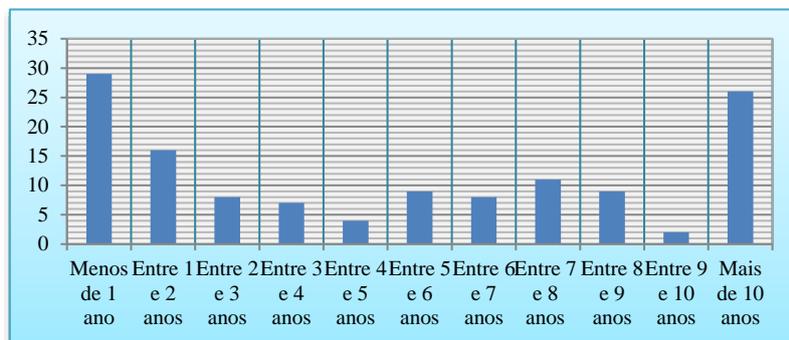
**Gráfico 19:** Duração dos internamentos (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Na sua totalidade, após a recolha de todos os dados possíveis, a diferença entre as crianças, que permanecerem na instituição menos de um ano e as que aí estiveram mais de dez anos, é de três; 29, no primeiro caso e 26, no segundo. A categoria que registou menos dados, 2 crianças, refere-se aos internamentos entre os nove e os dez anos.

**Gráfico 20:** Totais / Duração dos internamentos (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

A duração do internamento estava estatutariamente dependente da idade e da possível expulsão. Da idade falaremos mais à frente. Quanto à expulsão, apenas temos conhecimento de dois casos de alunas nesta situação.

Segundo os estatutos, no seu artigo 10º, referiam que

*A expulsão das asyladas que por mau comportamento e incorrigibilidade incorrem em severo e extremo castigo, assim como a ephoca em que devem shair as alumnas semi-internas serão determinadas no regulamento interno.*

O primeiro caso referido de expulsão de uma aluna, remonta a 1898. Guilhermina Augusta da Visitação foi expulsa da instituição por mau comportamento, após 11 anos de internamento.

Outro caso, que conhecemos, refere-se ao ano de 1912 e diz respeito às alunas Ana Augusta Marmelada e Hortense Gonçalves.<sup>547</sup>

<sup>547</sup> Estes casos foram já anteriormente abordados.

## 2.10. Destino das crianças à saída da instituição

Para a elaboração do **quadro 53**, *Destino das crianças à saída da instituição*, identifiquei vinte e uma origens distintas: Criadas de servir, pais, mãe, pai, irmãos, irmã, irmão, avó, avô, tia, tio, primo, família, madrinha, padrinho, tutor, Asilo de Santo António, Asilo da Ajuda, hospício, doença e faleceram.

Na primeira década estudada, apenas em dezassete casos consegui conhecer qual o destino das alunas. Aquela é a que regista maior número de crianças que, ao saírem da instituição, foram para criadas de servir. Estas famílias, para quem foram trabalhar, nem sempre viviam em Montemor ou nos seus arredores. Das sete crianças que tiveram este destino, apenas duas continuaram a residir em Montemor, as restantes foram para Santarém, Setúbal, Vendas Novas, Cabrela e Estremoz.

Duas alunas saíram desta instituição e deram entrada em outra casa congénere, na Associação Protectora da Infância de Santo António, em Lisboa: Constantina Sampayo, que esteve institucionalizada cerca de dezoito anos (1889/1910) e Joanna Salgado que esteve nesta casa cerca de 6 anos (1889/1895), sendo posteriormente transferidas para Lisboa. Quatro alunas foram entregues à família; duas aos tios, uma ao avô e outra que saiu por motivos de doença (Elvira entrou na instituição aos 8 anos e saiu aos 9 anos).

Entre 1896 e 1905, encontrei dez categorias diferentes como destinos das asiladas. O mais representativo refere-se às alunas que foram entregues às suas mães, com 8 crianças. Seguem-se as entregues às tias, 3 casos, e com uma asilada cada estão as que saíram para casa de um primo, madrinha, irmão, irmã e tutor. Identifiquei, ainda, Elisa da Cruz, que foi admitida em 1896 e mais tarde transferida para a Associação Protectora da Infância de Santo António, Sarah Moitinho da Costa, admitida em 1897, que foi transferida para o Asilo da Ajuda e Hortense Gonçalves, admitida em 1902, e ao fim de dez anos foi entregue à Câmara Municipal e depois transferida para o Hospício, por ter sido expulsa da instituição.

**Quadro 53:** Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1968)

Datas	Número de crianças	Destinos à saída	
1886 / 1895	Das 135 crianças identificadas, 17 referem o destino à saída do Asilo e 118 não o fazem	Criada de servir	7
		Associação Protetora da Infância de Santo António, Lisboa	2
		Família	4
		Tio	2
		Avô	1
		Doença	1
		Primo	1
		Mãe	8
		Madrinha	1
		Irmão	1

<b>1896 / 1905</b>	Das 102 crianças identificadas, 19 referem o destino à saída do Asilo e 83 não o fazem	Irmã	1
		Tutor	1
		Tia	3
		Associação Protetora da Infância de Santo António, Lisboa	1
		Asilo da Ajuda, Lisboa	1
		Hospício	1
<b>1906 / 1915</b>	Das 35 crianças identificadas, 8 referem o destino à saída do Asilo e 27 não o fazem	Criada de servir	1
		Mãe	3
		Tia	1
		Padrinho	1
		Faleceram	2
<b>1916 / 1925</b>	Das 35 crianças identificadas, 23 referem o destino à saída do Asilo e 12 não o fazem	Criada de servir	9
		Mãe	1
		Pais	1
		Tia	1
		Tio	2
		Irmã	2
		Irmãos	1
		Madrinha	1
		Avó	1
Doença	1		
Faleceram	3		
<b>1926 / 1935</b>	Das 33 crianças identificadas, 6 referem o destino à saída do Asilo e 27 não o fazem	Mãe	3
		Pai	2
		Irmão	1
<b>1936 / 1945</b>	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere o destino à saída do Asilo		
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere o destino à saída do Asilo		
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas, nenhuma refere o destino à saída do Asilo		

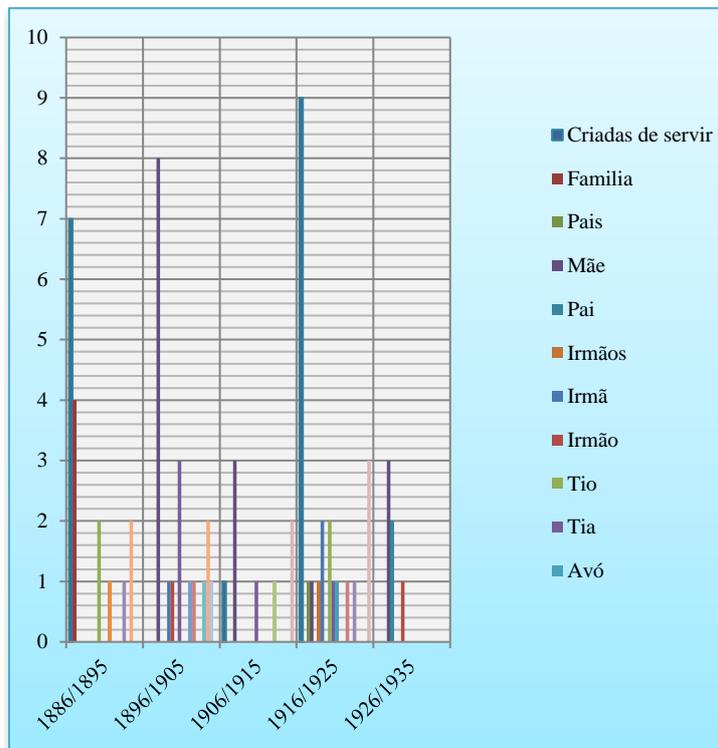
Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

De 1906 a 1915, apenas conheci o destino de oito asiladas: uma para criada de servir, três entregues às respetivas mães, uma para casa de uma tia e outra entregue ao padrinho. Angelina Rita, admitida em 1913, faleceu com pneumonia em 1918 e Maria Antónia, admitida em 1914, faleceu com febre infecciosa aos 13 anos.

Na década de 1916 a 1925, das 35 crianças identificadas, de 23 conhecemos os seus destinos: nove asiladas foram servir, duas foram entregues a tias e outras tantas a irmãs. Com um caso conhecido para cada categoria temos as que foram entregues à mãe, aos pais, tio, irmãos, madrinha, avó e que saiu por motivos de doença.

Nesta década faleceram, na instituição, com pneumonia, Mariana da Conceição, Rosa Augusta das Dores, após três anos na instituição, Custódia Maria Tadeia, com 11 anos.

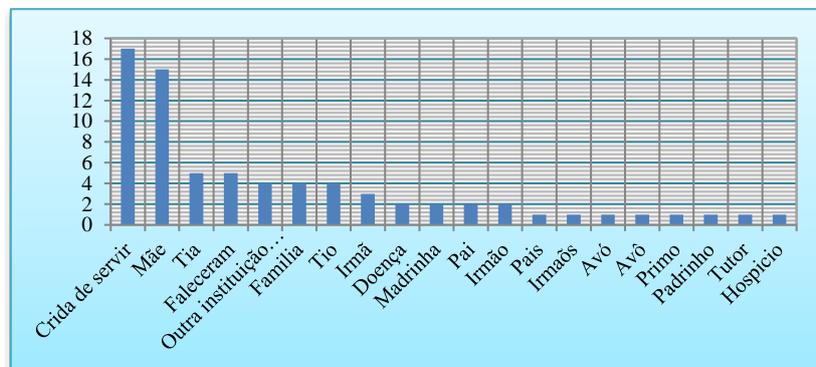
**Gráfico 21:** Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

De 1926 a 1935, apenas foi possível identificar 6 alunas; três que foram entregues às mães, duas ao pai e uma ao irmão.

**Gráfico 22:** Totais / Destino das crianças quando da saída do Asilo (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Das 404 crianças conhecidas, só em 18,55% dos casos, 73 crianças, consegui conhecer os seus destinos à saída da instituição. Destas destaco, como as mais representativas, 17, equivalente a 23%, saíram para criadas de servir e 15, o que corresponde a 20%, foram entregues às mães. Com apenas um caso cada, representando cada uma cerca de 1,3%, estão as que foram entregues aos pais, irmãos, avó, avô primo, padrinho, tutor e ao hospício.

## 2.11. Idade à saída do Asilo

Como com a idade de admissão, a *Idade à saída do Asilo* também não era cumprida.

*As asyladas logo que completem a idade de dezasseis annos serão entregues a suas famílias, curadores ou protectores, se estes não houverem requerido a sua entrega antes da referida epocha.*<sup>548</sup>

Muitas crianças permaneciam na instituição muito para além dos 16 anos de idade. Para esta categoria não houve possibilidade de encontrar um referencial de dados muito significativos. Das 393 alunas identificadas apenas em 116, cerca de 29,5%, foi possível recolher esta informação. Estas foram agrupadas em: menos de 5 anos, entre 5 e 10 anos, entre 10 e 15 anos, entre 15 e 20 anos e mais de 20 anos.

A deixarem a instituição com mais de 16 anos, durante a década de 1886 a 1895, estão 11 alunas, destas, sete tinham mais de 20 anos: Rosária Maria saiu com mais de 24 anos; Arsénia Varella, com mais de 23 anos; Antónia da Visitação, com mais de 23 anos; Maria, com mais de 23 anos; Constantina Sampayo, saiu com 23 anos; Thereza da Visitação Ferrão, com 21 anos e Christina Roza Cabello Capeans, com 21 anos.

Com menos de 5 anos, Maria do Carmo entrou no Asilo com 4 anos e saiu dois meses depois.

Entre 1896 e 1905, só em 26% dos registos aparece referida a idade, à saída da instituição. Dos 27 casos conhecidos, oito estão entre os 5 e os 10 anos, quatro entre os 10 e os 15 anos e quinze entre os 15 e os 20 anos. Nenhuma destas crianças saiu após os 16 anos. Com a idade limite consignada nos estatutos temos 12 alunas: Isolina Rosa Gomes, Euphrásia, Epiphania da Conceição, Gabriella da Visitação, Bennvinda, Benta Pinto, Veridiana Rosa, Esperança Augusta da Costa, Vicência Augusta Laboreiro, Filomena da Conceição, Zepherina Augusta Delca e Hortense Gonçalves.

Durante a década de 1906 a 1915, apenas foram encontradas 3 referências a esta categoria. Maria Antónia morreu aos 13 anos, Emília Curgeira foi entregue à mãe com 19 anos e Laura da Conceição Palaio que foi servir, para Lisboa, aos 18 anos.

Entre 1916 e 1925, saiu uma aluna com idade compreendida entre os 5 e os 10 anos, 6, entre os 10 e os 15 anos e 9 entre 15 e os 20 anos. Destas, seis tinham mais de 16 anos. Com idade superior a 20 anos identificamos Ana Rita Pereira que, aos 22 anos, ainda estava no Asilo *por não ter nenhuma aptidão e nem serve para criada*.

Por último de 1916 a 1935, só duas alunas tinham registada a idade à saída. Lídia Augusta Faustina saiu com 8 anos e Ludovina Rosa Vieira que saiu com 11 anos.

---

<sup>548</sup> *Estatutos do Asylo Montemorense de Infância Desvalida (1878)*

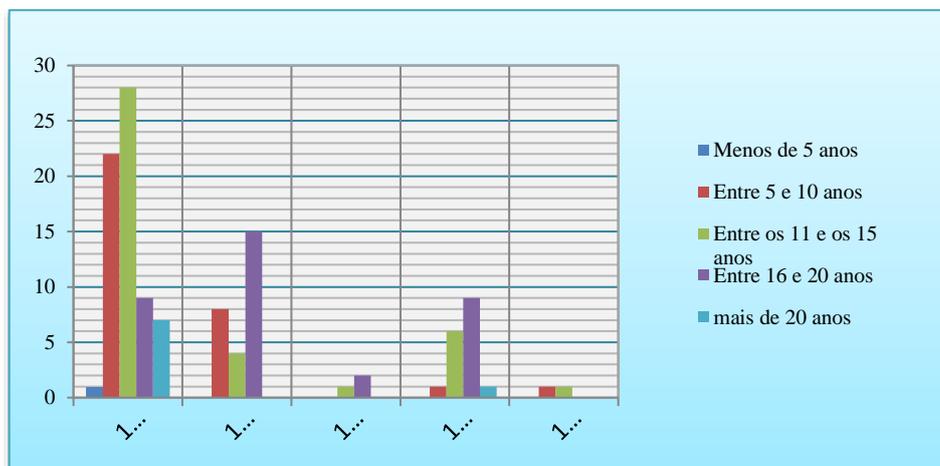
**Quadro 54: Idade à saída do Asilo (1886/1968)**

Datas	Número de crianças	Idade à saída	
<b>1886 / 1895</b>	Das 135 crianças identificadas, 67 referem o destino à saída do Asilo e 68 não o fazem	Menos de 5 anos	1
		Entre 5 e 10 anos	22
		Entre 11 e 15 anos	28
		Entre 16 e 20 anos	9
		Mais de 20 anos	7
<b>1896 / 1905</b>	Das 102 crianças identificadas, 27 referem o destino à saída do Asilo e 75 não o fazem	Menos de 5 anos	0
		Entre 5 e 10 anos	8
		Entre 11 e 15 anos	4
		Entre 16 e 20 anos	15
		Mais de 20 anos	0
<b>1906 / 1915</b>	Das 35 crianças identificadas, 3 referem o destino à saída do Asilo e 32 não o fazem	Menos de 5 anos	0
		Entre 5 e 10 anos	0
		Entre 11 e 15 anos	1
		Entre 16 e 20 anos	2
		Mais de 20 anos	0
<b>1916 / 1925</b>	Das 35 crianças identificadas, 17 referem o destino à saída do Asilo e 18 não o fazem	Menos de 5 anos	0
		Entre 5 e 10 anos	1
		Entre 11 e 15 anos	6
		Entre 16 e 20 anos	9
		Mais de 20 anos	1
<b>1926 / 1935</b>	Das 33 crianças identificadas, 2 referem o destino à saída do Asilo e 31 não o fazem	Menos de 5 anos	0
		Entre 5 e 10 anos	1
		Entre 11 e 15 anos	1
		Entre 16 e 20 anos	0
		Mais de 20 anos	0
<b>1936 / 1945</b>	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere a idade à saída do Asilo		
<b>1946 / 1955</b>	Das 17 crianças identificadas, nenhuma refere a idade à saída do Asilo		
<b>1956 / 1968</b>	Das 22 crianças identificadas, nenhuma refere a idade à saída do Asilo		

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Das 116 identificadas, possíveis de integrarem esta categoria, 40, que corresponde a uma percentagem de 34,4%, tinham idades entre os 11 e os 15 anos; 35, cerca de 30%, entre os 16 e os 20; 32, 27%, entre os 5 e os 10 anos; 8, 6,8%, mais de 20 anos e uma, 0,8% com menos de 5 anos.

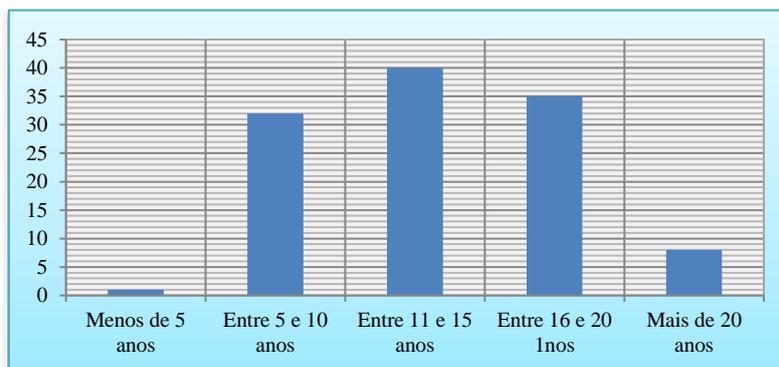
**Gráfico 23:** Idade à saída do Asilo (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Se apenas referir as alunas com mais de 16 anos, somente 20 raparigas se enquadram neste parâmetro, das quais 8 tinham mais de 20 anos. Destas 7 que foram admitidas durante a década de 1886/1895, só uma, após esta década, Ana Rita Pereira em 15 de julho de 1921, já tinha 22 anos e continuava asilada.

**Gráfico 24:** Totais / Idade à saída do Asilo (1886/1935)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Referindo os estatutos no seu artigo 3º

*O número de admissão das crianças n'este Asylo será regulado segundo as forças do cofre do estabelecimento.*

Variando muito ao longo dos 99 anos de existência, a permanência na instituição por períodos mais longos pode estar relacionada com a falta de colocação das raparigas como criadas de servir. Registrando-se o maior número de estadias durante as décadas de

1886/1895 e 1896/1905, para além da hipótese levantada em cima, a crise económica vivida e as constantes rebeliões antecessoras da instauração da República poderão ter sido outra das razões. Estas, ao provocarem o aumento do desemprego originavam que as famílias mantivessem as suas filhas institucionalizadas. Sem emprego e sem futuro estável, a opção pelo internamento ganhava pontos.

## 2.12. Frequência ao longo dos anos

Durante os 99 anos de funcionamento, esta casa passou por inúmeras dificuldades. Algumas delas vêm retratadas nos periódicos locais.

No ano de 1918, mais precisamente a 7 de dezembro, em carta enviada à Santa Casa da Misericórdia de Montemor queixava-se, a direção do Asilo, de uma grande crise financeira agravada com as muitas despesas provocadas pela epidemia de pneumonia. Por esta altura vivia-se em Montemor grandes dificuldades a todos os níveis. Com o fim da primeira grande guerra, a escassez de mantimentos era uma realidade. As festas de angariação de fundos para o Asilo tornavam-se frequentes. Com a crise financeira e social declaradas, instalou-se neste concelho, uma das maiores epidemias do século XX, a pneumónica, que facilmente se espalhou, tendo aumentado a mortalidade e por consequência o número de crianças órfãs.

Em maio de 1924, foi suspensa a entrada de alunas. A direção, devido às dificuldades com que o Asilo lutava, resolveu suspender, por algum tempo, até ver se era possível melhorar a situação financeira desta casa, a admissão de novas asiladas. Pensamos que a situação se manteve por mais de um ano.

Durante todo o ano de 1925, não encontrei referência a qualquer admissão.

Em 1933, por falta de verbas para contratar pessoal, a direção do Asilo é obrigada a recorrer às alunas mais velhas, para os serviços domésticos e de cozinha

*.... no Asilo não há creadas. São as próprias educandas que fazem todo serviço doméstico. Não há cozinheiras. São as mais velhas que tem a seu cargo as refeições e todo o serviço de cozinha.*<sup>549</sup>

No início de 1937, mais precisamente durante o mês de janeiro, a direção do asilo escreve uma carta aberta, publicada no Jornal Montemorense, em que apela à intervenção direta de



Ilustração 81: O Montemorense (1/1/1933)

Salazar, pedindo-lhe ajuda para continuação da instituição.

<sup>549</sup> O Montemorense (1/1/1933). Entrevista ao diretor do Asilo P. Alfredo Cartaxo

*... Excelência: não pretendo escurecer o quadro; mas a verdade é que, a vida dos Asilos<sup>550</sup> de Montemor é angustiosa e alarmante... não virá longe o dia em que envergonhados assistiremos à passagem das infelizes crianças... pedindo de porta em porta o pão que hão-de comer no dia seguinte.<sup>551</sup>*

Muitos mais apelos à ajuda se vão seguindo ao longo dos anos. Para a elaboração deste último quadro, recorri a fotografias, atas, registos de frequência das aulas e notícias de jornais.

**Quadro 55:** Frequência da instituição (1886/1975)

<b>Datas</b>	<b>Número de alunas</b>
<b>1876</b>	5
<b>1877</b>	9
<b>1878</b>	12
<b>1882</b>	23
<b>1885</b>	32 a)
<b>1888</b>	33 b)
<b>1886</b>	32
<b>1889</b>	53 c)
<b>1918</b>	17
<b>1929</b>	23
<b>1933</b>	54
<b>1934</b>	40
<b>1935</b>	42
<b>1936</b>	41
<b>1938</b>	38
<b>1939</b>	35

---

<sup>550</sup> É de referir que à data existiam em Montemor dois Asilos: o Asilo da Infância Desvalida e o Asilo da Mendicidade, destinado aos velhos.

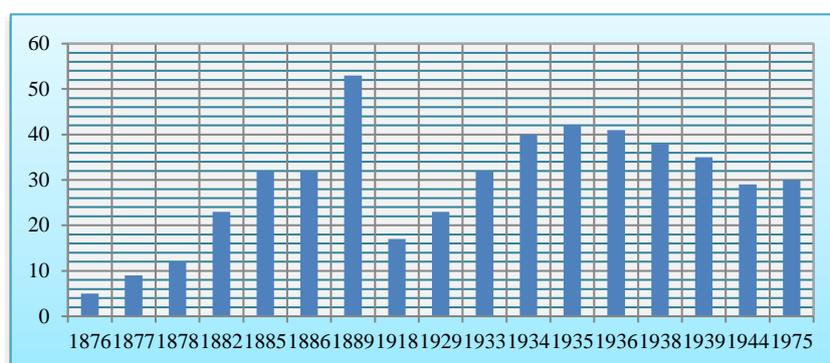
<sup>551</sup> O Montemorense (17/1/1937)

<b>1944</b>	30
<b>1962</b>	30
<b>1975</b>	30 ?

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo, imprensa regional e fotografias

- a) 16 internas e 16 semi-internas
- b) 22 internas e 11 semi-internas
- c) 32 internas e 22 externas

**Gráfico 25:** Frequência da instituição (1886/1975)



Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Com uma variação significativa do número de internamentos, entre as 5 crianças, em 1876, ano da inauguração, e as 53, em 1889, a instituição foi-se mantendo a funcionar durante 99 anos.

Possuía o concelho de Montemor-o-Novo, no início do século XX, uma população presente quando dos censos, estimada em cerca de 16839<sup>552</sup> habitantes. Destes 53% (9011) eram do sexo masculino e 46% do feminino (7828). Com uma população maioritariamente masculina era espectável que as taxas de analfabetismo fossem pouco elevadas, pois, os homens eram os frequentadores maioritários das escolas. Tal não se verificava neste concelho. As diferenças percentuais entre os analfabetos variavam apenas em 3%. 7532 (83%) dos homens eram analfabetos e 6768 (86%) eram mulheres. Também as percentagens daqueles que sabiam ler distavam apenas 3% entre elas: 1479 (16%) de homens e 1060 (13%) de mulheres. Os censos apenas referem quem sabe ler e nunca quem sabe ler e escrever. Ainda assim está a totalidade da população residente escrutinada o que, numa primeira leitura poderia concluir-se que ninguém em Montemor sabia escrever; o que não era de modo algum a realidade. Mas as competências de leitura tinham prioridade sobre as da escrita; eram de apreensão mais fácil e serviam as necessidades da população mais humilde. Também nesta casa asilar a realidade era igual.

<sup>552</sup> Censos da População do Reino de Portugal (1900). Lisboa: Imprensa Nacional (1905).

Tentando caracterizar a aluna-tipo desta instituição posso dizer que esta era oriunda de uma família com os dois progenitores vivos, quando deu entrada na instituição, entre os 6 e os 8 anos, era analfabeta e quando saiu, entre os 10 e os 15 anos tinha habilitações muito diminutas. Permaneceu na instituição maioritariamente menos de um ano ou por mais de 10 anos tendo saído para servir em casa de outrem.

Com uma frequência muito irregular, atingiu o seu pico no ano de 1889. Reinando D. Carlos, o país começava a sentir uma crise financeira com o decréscimo, em cerca de 80%, das remessas enviadas pelos emigrantes brasileiros. O movimento republicano começava a surgir tendo-se dado, dois anos mais tarde, a 31 de janeiro, a primeira revolta republicana. Também o Asilo se sentia com a crise que se iniciava. As entradas de asiladas foram suspensas pois não havia como as sustentar. De 1889 para 1918 os internamentos descem de 53 para 17. Mesmo aumentando o miserabilismo nas populações mais humildes, a instituição trava as admissões. Este acontecimento vem provar que a preocupação, das direções, não era ajudar quem mais necessitava mas ajudar-se a ela própria. Nem a primeira Grande Guerra fez crescer o número de internamentos. Com a instalação da crise de 1929 o número de asiladas continuava muito baixo. A crise afetava todos e a burguesia instalada no concelho não abdicava das suas regalias. Vivendo Portugal uma conjetura de bloqueio económico e social, que em muitos casos se manteve até finais da segunda Grande Guerra, a crise de 1929 foi aproveitada pelo Estado Novo a seu favor. Não tendo tido os efeitos que se registaram em outros países europeus, com a mesma intensidade, a travagem do ritmo de crescimento aliada à falta de produtividade e da alta do desemprego, originaram que Salazar tomasse o pulso à orientação política e económica do país. Como não era possível haver retorno do investimento, a caridade ia ficando esquecida. Era nos períodos menos conturbados que o número de asiladas crescia. Entre as duas Guerras o número de internamentos variou entre os 32 e os 42, tendo posteriormente voltado a decrescer. Quando do seu encerramento estavam internadas cerca de 30 crianças.

Ocupando um edifício conventual, grande parte das salas encontravam-se desocupadas e muito degradadas. O número de frequências não justificava o investimento na reabilitação do espaço. As preocupações dos seus benfeitores pautavam-se pelo reconhecimento da sociedade burguesa local e pelas mordomias que podiam retirar com o pouco investimento feito.

Resumindo, esta casa de caridade não foi mais do que isso: uma casa de caridade. Sem preocupações com a escolaridade das suas crianças serviu, essencialmente, para que a burguesia local se tornasse visível praticando a caridade. Instalado num convento com cerca de 47 salas, as ocupadas eram pouco mais de 10 o que revela a pouca preocupação com o bem-estar dos seus ocupantes e com a preservação do edifício. Sendo uma instituição feminina, com diferenças substanciais das do sexo oposto, onde a aposta na formação era uma realidade, aqui o objetivo era simplesmente tirar das ruas as meninas de fracos recursos, escondendo-as dos olhares das populações que poderiam ser incomodadas com a sua presença. Entaipando-as garantiam-lhes comida, alojamento e vestuário e tudo o mais era esquecido. Com o aumento significativo do seu poder económico por parte da burguesia havia a necessidade de ser reconhecida pela população e pela igreja. Nada melhor que um Asilo para lhes proporcionar a importância e visibilidade pretendidas.

## **Parte IV**

### **O Fim**

Conclusões possíveis

## 1. Conclusões possíveis

Foi minha intenção, durante os últimos cinco anos, conhecer o Asilo Montemorense da Infância Desvalida; saber quem o frequentou; entender as vivências no seu interior; informar-me das interações com a população da vila, aprofundar o conhecimento da sua envolvente geográfica e dar a conhecer uma instituição ainda não estudada, pode vir a ajudar à compreensão da educação asilar entre meados do século XIX e meados do século XX.

Não sendo uma instituição escolar, mas uma instituição assistencial, oferecendo essencialmente abrigo, alimentação e vestuário, proporcionou algumas práticas pouco comuns, das instituições suas congéneres. São exemplos: a construção de um salão para as aulas de ginástica (mandado construir por Joaquim José Faísca, quando da inauguração da instituição), e para as representações teatrais; as aulas de datilografia, (para as quais foi comprada uma máquina de escrever e contratada uma professora mas que nunca deve ter iniciado funções, pois não existe nenhuma referência a estas aulas), e as colónias de férias, nos meses de verão, que se realizaram, pelo menos, por quatro anos, tendo surgido como resposta para o crescente número crianças com tuberculose e desnutrição. A existência, no seu interior, de espaços adaptados para a prática do exercício físico e do teatro é, sem dúvida alguma, algo inovador na educação feminina do século XIX. Estes factos levaram-me a sentir necessidade de dedicar algumas páginas ao teatro, particularmente ao teatro para a infância. Podendo, num primeiro olhar, parecer um tema desenquadrado de todo o texto, mas sabendo da importância que as récitas tinham no interior desta casa asilar, pareceu-me adequada a pequena abordagem que lhe dediquei. Sabendo que o teatro contribui para um desenvolvimento integral da criança, o contacto precoce com esta arte só pode ser considerada uma mais-valia desde que este assuma um papel interativo, didático e de divertimento. Sem esquecer as suas dimensões afetivas e estéticas, o teatro para a infância ainda é, frequentemente, considerado um espetáculo menor. Este entendimento, por estar completamente errado, necessita, com urgência, de um maior empenho por quem de direito e o reconhecimento que lhe é devido. Ao falar de teatro para a infância e não de teatro infantil pretendi demonstrar que de infantil esta arte não tem nada. Mesmo destinado ao público mais jovem a sua seriedade deve ser tanta, ou maior do que o destinado aos adultos uma vez que é nesta fase da vida que se alicerçam personalidades e que os ensinamentos assumem um papel relevante na formação cívica e intelectual dos futuros cidadãos adultos. Também foi minha intenção questionar o modo como se continua a trabalhar a arte dramática nas escolas. Não pedindo a colaboração das crianças, mas impondo textos, figurinos e cenários, as representações realizadas para deleite dos encarregados de educação continuam a manter os mesmos propósitos que os do século XIX. Os adultos decidem e as crianças obedecem sem poderem opinar.

Como casa assistencial que foi, e não podendo ser considerada como *uma instituição total* (Goffman, 2010), também não pode ser encarada como uma *instituição disciplinar* (Foucault, 2013). Possui, no entanto, muitas das características que definem estes dois tipos de instituições. *Instituição total* na medida em que funcionou como um local de

residência e de trabalho, onde coabitaram um elevado número de crianças que, estando institucionalizadas possuíam situações sociais semelhantes. Era-lhes *criado um quotidiano do qual eles dependem completamente...e criados dispositivos regimentais na governação dos internos*.<sup>553</sup> Se é certo que o podemos considerar um local de residência e de trabalho não foi, no entanto, um lugar completamente fechado e isolado da vila. As crianças internadas não viviam em clausura. Não existia um apartamento da sociedade local e as saídas eram frequentes para participarem em eventos societários: irem à missa, para passarem férias em casa de familiares, fazerem peditórios, colaborarem em festas para a angariação de fundos e, mais tarde, para frequentarem a escola primária, fora do Asilo. Também, considerá-lo uma *instituição disciplinar*, é apenas uma meia verdade. Se está comprovada a existência de regras rigorosas e de uma hierarquia sólida, as regras eram comumente desrespeitadas e nem sempre a disciplina foi sinónimo de obediência. No entanto, a relação entre docilidade e utilidade (Foucault, 2013) era uma realidade nesta casa. A passividade e a submissão que estas crianças demonstravam, faziam delas seres úteis para o funcionamento da instituição, não criando conflitos e colaborando em todos os serviços para que eram solicitadas. Ninguém se revoltava nem desobedecia. Estas vidas quase semelhantes à do convento onde estavam instaladas, facilitavam o rigor disciplinar. Sendo a disciplina uma relação de poder esta estava na base do funcionamento dos asilos. *A disciplina faz funcionar um poder relacional que se auto-sustenta pelos seus próprios mecanismos e substitui o brilho das manifestações pelo jogo ininterrupto dos olhares calculados*.<sup>554</sup> Não tendo sido propósito desta casa asilar, reabilitar condutas marginais nem comportamentos desviantes, o seu quotidiano não deixou de ser marcado por inúmeras diretrizes que, apenas visavam a pacificação e a convivência entre as asiladas. Nos casos em que a indisciplina e o não cumprimento das normas, assumiu maiores proporções, as crianças foram expulsas da instituição (poucos foram os casos conhecidos), não existindo tentativas de reabilitação conhecidas.

Recorrendo ainda a Goffman, também a estigmatização destas crianças se fazia sentir nas sociedades em que as instituições estavam inseridas. Só a condição de asiladas acarretava já um estigma difícil de ser combatido. Durante os anos 60/70, do século XX<sup>555</sup>, as “meninas do Asilo” ainda eram olhadas como seres diferentes, esta diferença entre *realidade virtual e identidade real*<sup>556</sup> condicionava a interação social sentida pelas raparigas asiladas.... *todos os atributos indesejáveis estão em questão, mas somente os que são incongruentes com o estereótipo que criamos para um determinado tipo de individuo*.<sup>557</sup> Mas, para tentar reverter a situação e apostar na inclusão das internadas era necessário que o contacto entre as duas partes passasse a ser regular e existisse interação entre as partes. Esta questão da diferença identitária está sempre relacionada com o lugar que se ocupa numa determinada sociedade e estas questões continuam a pesar na formação de carater, São ainda as sociedades, que para além de estigmatizarem, segregam e marginalizam. Transportando-me para a realidade vivida no Asilo Montemorense, estes estigmas estão diretamente relacionados com a realidade das *instituições totais*. Ao primarem pelo fechamento isolavam-se, o que se tornava facilitadores de desconhecimentos, logo de ignorâncias.

---

<sup>553</sup> RUFINO, C. (2004)

<sup>554</sup> FOUCAULT, M. (2013)

<sup>555</sup> Não existindo fontes escritas que sustentem tal afirmação, as fontes orais tiveram aqui grande importância.

<sup>556</sup> GOFFMAN, E. (1891)

<sup>557</sup> Idem

Fazendo parte desta categoria a que Goffman chamou de *instituições totais*, o Asilo, era um espaço circundado por muros em que as internadas participavam de forma ativa na vida comunitária. Existia, aqui, quase que uma obrigação em contribuir com o trabalho para o bem comum. O controlo e a vigilância sobre as raparigas impunham regras que, no caso em estudo, muito raramente eram quebradas. A obrigatoriedade da participação nas atividades da rotina diária, pelas mais velhas, contribuía, não só para as preparar para as atividades domésticas como tinham, também, uma função economicista. No entanto, não existem registos em que se pudessem relacionar estas atividades com castigos por comportamentos desajustados. Estando implícito um modelo disciplinar rígido, poucos foram os casos conhecidos de indisciplina dentro da instituição. Também o relacionamento entre este tipo de instituição e o poder beneficiavam ambas as partes. Por um lado, eram retirados das ruas alguns elementos perturbadores ou embaraçadores da ordem pública (não que fosse o caso das crianças estudadas). Por outro lado davam visibilidade à caridade prestada pela burguesia, que se começava a afirmar pelo dinheiro. Em Montemor tudo se revelava mais fácil para a prática da caridade. As direções da instituição não necessitavam preocupar-se com questões disciplinares, as asiladas eram crianças e jovens que, oriundas do meio mais desfavorecido, não estavam abandonadas e possuíam condutas não conflituosas.

Dirigido por inúmeras direções, encabeçadas, maioritariamente, por personalidades de renome e detentoras de fortunas, alguns foram-se destacando ao longo do tempo por variadíssimas razões: longevidade no cargo, perspetivas inovadoras, idade abaixo da média e reconhecimento exagerado por parte dos locais. Joaquim José Faísca, nome sobejamente conhecido e sobrestimado, revelou-se, ao longo da investigação, um personagem oportunista e interesseiro. Mesmo sabendo que foram obra sua, alguns melhoramentos no Asilo, o seu caráter de filantropo negociante marcou sempre presença; acima de tudo interessavam os retornos obtidos com as ações filantrópicas.

Percorrendo diferentes contextos históricos, o Asilo iniciou a atividade durante o Regime Liberal, atravessou a Primeira República, uma Ditadura Militar, o Estado Novo, tendo encerrado as portas após o 25 de abril. Com o acentuar do caráter positivista, paralelamente, o romantismo vingava, na cultura escolar. Se, por um lado se recorria à ciência na tentativa de justificar e credibilizar teorias, por outros, a burguesia era glorificada e a religiosidade levada ao extremo. Caminhando rapidamente pela Europa, a Revolução Industrial tardava em chegar. Época conturbada, mas uma das mais ricas em acontecimentos, crises políticas e profundas alterações económicas implicaram reajustamentos de mentalidades e a alteração de protagonismos. Por cá a produção agrícola já tinha conhecido melhores dias, o desemprego estava em crescendo e o atraso tomava conta da economia local.

As tentativas de atenuar o analfabetismo iam surgindo e falhando consecutivamente.

Também a forma de encarar as casas de caridade pouco ou nada foi evoluindo. O seu incremento, durante a Monarquia Constitucional e as tímidas tentativas de abordagem ao tema, durante a Primeira República, não tiveram qualquer tipo de sucesso.

Com a Ditadura Militar e posteriormente, com o Estado Novo, a estagnação foi a palavra de ordem. O apelo à pátria e a defesa da raça começavam a simbolizar escolhas conscientes representativas de uma determinada ideologia, em que o combate ao analfabetismo não era uma prioridade. Quanto maior fosse a iliteracia e a ignorância, mais facilmente as “verdades” difundidas iam ao encontro dos mitos criados e venerados. A verdade era seletiva e o etnocentrismo caracterizava os discursos, as verdades eram aquelas que, os defensores do Estado Novo, pretendiam fazer chegar às populações e o mundo era olhado segundo a perspetiva muito particular dos

governantes. A exaltação da ruralidade e da felicidade na pobreza contribuía para o perpetuar do atraso. Com um percurso histórico tão heterogéneo, os reflexos destas realidades intramuros, foram quase nulos.

O que o Asilo Montemorense de Infância Desvalida nos mostra não é mais do que o reflexo das políticas vigentes e das realidades vividas durante as várias épocas históricas que a sua existência atravessa. Começando pela educação feminina, esta continuava a não ter as mesmas oportunidades que a masculina e o Asilo é bem um reflexo disso. Se olharmos para as casas similares masculinas (por exemplo a Casa Pia) as diferenças são enormes. No caso dos rapazes a formação escolar e profissional é uma constante, existe a preocupação de os preparar para a vida fora da instituição dando-lhes as ferramentas que lhes possibilitem encarar a vida adulta com alguma confiança. Em Montemor apenas era permitido às raparigas sonharem em ser criadas de servir, casar e ter filhos. As poucas que ousaram ir mais longe nem sempre lhes foram dadas as condições necessárias para prosseguirem os estudos; alegava-se falta de dinheiro, impossibilidade em lhes arranjar acomodações fora da instituição e muitas vezes exigia-se a sua permanência na instituição para colmatar a falta de pessoal (ajudantes, cozinheiras, criadas de mandados, auxiliares de professora e da monitora). Sediado no meio rural, onde as dificuldades do dia-a-dia eram muitas para as populações rurais mas, a burguesia e os latifundiários possuindo avultadas fortunas, necessitavam dar visibilidade à onda filantrópica em voga no país. Era necessário aderir a esta nova forma de praticar a caridade. O liberalismo político impunha-se em paralelo com o aumento da pobreza. A ruralidade e toda a pobreza por ela gerada possibilitavam, aos mais afortunados, darem asas às suas preocupações filantrópicas. Mesmo sabendo que este tipo de caridade tem sempre em vista o retorno das suas ações, nada melhor que uma casa asilar para tal.

Mas em Montemor-o-Novo só as raparigas necessitavam de ajuda? Não havia rapazes pobres? E que tipo de pobreza era esta a que podia usufruir da assistência proporcionada pelo Asilo? Porque o Asilo se manteve em funcionamento com um número tão reduzido de internamentos, durante 99 anos?

Muitas perguntas continuam por responder e, só para algumas, consegui encontrar resposta. Claro que a pobreza não discriminava os sexos mas, aos rapazes, era-lhes permitido frequentar a escola pública e mais cedo começavam a trabalhar no campo para ajudar ao sustento das famílias. As raparigas eram muitas vezes esquecidas e estigmatizadas. Assim as famílias burguesas e, algumas nobres, tentando dar visibilidade às suas ações e, na tentativa de limparem consciências, praticando uma espécie de mecenato, criavam este tipo de instituições, com o aval da igreja, mostrando a sua boa vontade para com os pobres. Com uma população estimada em pouco mais de 13 mil habitantes, quando da inauguração do Asilo, apenas 5 crianças estavam internadas na instituição. Mas nem toda a pobreza era abrangida. No caso em estudo só algumas raparigas tinham acesso a esta assistência. Não consegui saber se houve casos em que tinham sido recusadas admissões, mas constato que, as crianças admitidas eram dóceis e não causavam problemas comportamentais nem a funcionários nem aos diretores. Estes pobres pacíficos eram os eleitos para que se pudesse dar visibilidade às boas consciências e às boas vontades de quem necessitava da aprovação da sociedade para poder continuar a usufruir do reconhecimento e de regalias condizentes com o seu estatuto social.

Analisando tudo o que se viveu dentro deste convento, agora transformado em casa de caridade, deparamo-nos com um retrato do que se passava no país oitocentista: as dificuldades do Estado em assumir a educação, deixando-a a cargo de quem o pudesse

fazer; o assumir, por parte burguesia, em ascensão, de um estatuto até à data pertencente à nobreza; olhar para a mulher como ser inferior negando-lhe estatuto cultural e social; praticar a caridade como meio de promoção social; contribuir para a criação de uma elite, que por se situar no mundo rural e longe dos centros de decisão, possuía uma grande margem de manobra e impacto social e permitir o reforçar de fortunas com os retornos das ações filantrópicas. Brincando um pouco com as imagens, se o Asilo representasse o país, no seu interior, meia dúzia de pessoas (a burguesia) sobreviviam e adquiriam visibilidade dando de comer, vestindo, abrigando e pouco mais, 0,4% da população, as crianças asiladas. Um grande espaço transformado em abrigo (o convento da Saudação) muito mal aproveitado, degradado e onde poucos vingavam aproveitando a fragilidade de muitos.

Os pressupostos históricos que estiveram na base do meu trabalho, recaíram, essencialmente, nos trabalhos académicos, sobre as instituições asilares (entre meados do século XIX e meados do século XX), na literatura de referência e no confronto destes, com a instituição em estudo. Não podendo recriar situações, permiti-me fazer algumas comparações com casas similares, na função e na contemporaneidade, completando os fundamentos históricos com os elementos recolhidos através do estudo empírico. Dentro de um vasto manancial de estudos já realizados, recorri aos que, fisicamente estavam mais próximos e coexistiram temporalmente. Tendo como um dos principais objetivos conhecer as crianças institucionalizadas (origens, famílias, naturalidade, idades, escolaridade...); saber das professoras e restantes funcionárias; compreender e conhecer, através da imprensa local, os acontecimentos vividos, adquirir, em simultâneo, um maior conhecimento da minha cidade.

Nunca foi meu propósito construir uma narrativa 100% imparcial. Acreditando que a imparcialidade não existe, pois temos sempre posições a tomar qualquer que seja o assunto, foi através das realidades vividas e fazendo eu parte de algumas delas, não pude, em alguns casos, deixar de as interpretar, segundo os meus conhecimentos e entendimento dos factos.

Na primeira parte do trabalho, percorri os caminhos que me foram guiando através do Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo e pelos jornais publicados durante o período de funcionamento do Asilo. No contacto com a imprensa e devido ao elevado número de publicações existentes, houve que fazer uma seleção, dando primazia aquelas que mais amiúde publicavam notícias da instituição. Os 19 títulos publicados, entre 1883 e 1989, não refletiam o número de alfabetizados existentes no concelho. Apenas espelhavam os ideais republicanos que se tentavam impor, refletindo as tendências para com o investimento na leitura e na literatura. Citado inúmeras vezes, nos vespertinos, o Asilo Montemorense, surgia frequentemente como um exemplo a seguir. O elevado número de referências nunca significou que algo acontecesse de noticiável. As notícias eram muitas, mas nada se fazia, no seu interior, que o justificasse; alguns dos projetos mais inovadores nunca tiveram continuidade.

Foram cerca de três anos de viagens pelos arquivos e bibliotecas, lendo e relendo o que parecia relevante (e tudo o parecia) com receio que algo de importante pudesse escapar. Foram-se estabelecendo afinidades, consubstanciando conhecimentos, informações e estabelecendo prioridades.

Preenchida com os fundamentos históricos, a segunda parte do trabalho, veio consolidar e justificar a literatura de referência com a pesquisa anteriormente realizada e os dados recolhidos durante a investigação. Ao dedicar um capítulo à cidade de Montemor-o-

Novo, adquirir um maior conhecimento da minha terra e dos acontecimentos aqui vividos nos séculos XIX e XX. Entendendo melhor os acontecimentos, a terra e os seus habitantes, estava facilitada a compreensão dos factos vividos no interior desta casa asilar. Mesmo sendo uma instituição semifechada, não vivia isolada das ocorrências da vila. Os momentos de convívio repetiam-se, com ações do caráter caritativo e/ou filantrópico. Fez, então, todo o sentido abordar e analisar estes dois substantivos à luz da História, de como foram evoluindo e sendo encarados nas diferentes épocas e no interior da instituição em estudo.

Na terceira parte, com o estudo aprofundado do Asilo, pude reconstituir cerca de 90 anos de histórias: histórias de pessoas; história de regimes e histórias de uma cidade que soube acolher, mas, nem sempre acarinhar uma instituição assistencial: o Asilo Montemorense da Infância Desvalida. Sem pretender levantar, ao longo do trabalho, questões de cidadania, não pude evitar a sua abordagem quando da falta de respeito pelo empenho académico de algumas asiladas (quem não foi permitido a continuidade dos estudos por questões economicista) e o frequente recurso às alunas para a realização das tarefas das competências das ajudantes de cozinha e costura.

Ao chegar ao fim de todo o percurso apercebo-me que alimentei, durante este tempo, uma relação entre a paixão e o desespero, que me trouxe a este porto. Paixão pelo encantamento sentido sempre que a descoberta aparecia de forma inesperada; por ver evoluir uma narrativa que cresceu comigo e me proporcionou novos conhecimentos: pessoais e académicos. Paixão pela possibilidade de frequentar um Seminário que em muito contribuiu para o meu enriquecimento intelectual e se revelou crucial para o desenvolvimento da minha escrita. Paixão gerada na empatia com o estudo.

Desespero pelas dificuldades com que me fui deparando; os entraves na recolha das fontes; a angústia na gestão temporal; o medo do desconhecido... Os retrocessos e os avanços caminharam paralelamente, nunca se tocando e, por vezes, pareciam não ter fim; surgia sempre alguma coisa importante; era, frequentemente, necessário voltar atrás, na tentativa de justificar um acontecimento; nem sempre foi fácil saber onde e quando parar. As aprendizagens foram muitas e a contribuição deste estudo pode vir a revelar-se importante para a compreensão de uma realidade localizada em Montemor-o-Novo. Realidade orientada para a promoção de uma classe burguesa que estando muitas vezes falida, aparentava um modo de vida desenquadrado das realidades. Instituição, aparentemente, igual a tantas outras, ao manter sempre um número muito baixo de internamentos e sem problemas disciplinares, mesmo abarcando faixas etárias tão díspares, revelou-se muito diferente das suas congéneres mais vocacionadas para a promoção social e académica das alunas. Chego, por vezes, a pensar que o objetivo final da instituição era a promoção dos filantropos locais, e as crianças, o meio para a alcançarem. Também algumas surpresas foram surgindo ao longo da investigação. A que maior impacto pode vir a ter diz respeito à figura de Joaquim José Faísca. Considerado, desde sempre, como benemérito incontestável e dado como fundador da instituição revelou-se um filantropo e prestamista que sempre procurou rentabilizar ações a seu favor, chegando a abdicar daquelas que não lhe davam recompensas económicas. Se é certo que contribuiu com obras de relevo (sala para o exercício físico e representações teatrais) também é verdade que quando as suas ações de filantropia não eram rentabilizadas rapidamente se desfazia delas (casa localizada no rossio onde se vendiam trabalhos realizados pelas asiladas). Detentor de grande fortuna, deixada pela mulher e ampliada com os elevados juros dos empréstimos monetários cedidos a burgueses falidos, soube sempre manter os seus atos acima de qualquer suspeita, ao

ponto de ter, nesta cidade, uma rua perpetuando o seu nome. Também aqui pode retratar uma burguesia liberal que, investindo nas instituições de caridade, nada fez para as dignificar; é uma espécie de investimento fictício, pois dele apenas se retiram benefícios para os investidores - as senhoras da burguesia local. A quem era destinado, nunca foi favorecido (as crianças). Se de início considerei a construção de uma sala para a atividade física algo inovador para a época, com o desenrolar da investigação nada encontrei que consolidasse esta minha expectativa. A sala existiu, mas a atividade física nunca aparece referenciada nos documentos arquivados.

Voltando ao início do trabalho e fazendo um resumo de tudo o que escrevi julgo ter respondido, em parte à pergunta inicial. Diferentes de outras instituições similares (como já referi em cima) pode esta dar o seu contributo para o enriquecimento dos estudos no campo da História da Educação. Como nenhuma instituição é igual a outras, quantas mais forem estudadas, mais rico fica o conhecimento. Tendo percorrido três épocas históricas distintas: Monarquia Liberal, Primeira República e uma Ditadura a estagnação no interior da instituição manteve-se inalterável; a educação no feminino não sofreu alterações. Todos referiam a urgência em escolarizar as mulheres e dotá-las de competências para a vida adulta e pra a vida societária, no entanto, tudo permaneceu em forma de lei sem nunca ter sido uma aposta ganha. Mesmo os estatutos referindo metas curriculares mínimas, nem essas eram cumpridas. As crianças entravam e saiam do Asilo sem que existisse a preocupação com a sua formação académica. Aqui nada acontecia, o tempo passava e este tipo de internamento apenas protelava o que já estava decidido. A burguesia local fazia querer e dava a entender que, com o seu empenho, estas crianças estavam a ser preparadas para a vida adulta, mas tudo não passava de ilusão. O futuro estava escrito quando eram institucionalizadas: serem esposas submissas e mães extremosas; nada acontecia de novo. Por mais publicitada que a instituição fosse na comunicação social escrita, o abandono era real. Esta publicidade apenas serviu para que a burguesia local se vangloriasse dos seus belos sentimentos para com os pobres, a valorização das mulheres nunca foi verdadeiramente questionada. Se a sociedade se mobilizava quando chamada a tal, e as ajudas iam surgindo, a verdade é que com uma existência de 99 anos nada foi feito para dignificar a condição feminina. Quem nascia pobre nunca podia aspirar a uma outra condição; a pobreza era vitalícia. Por mais “boas vontades” que fossem surgindo era a glorificação dos benfeitores, e a sua promoção social que saia reforçada.

Se, em parte, contribuí com este trabalho para um melhor conhecimento sobre a educação, ou melhor a não educação, das raparigas pobres em contexto rural, julgo igualmente ter contribuído para reforçar que os maiores problemas referentes à escolarização destas raparigas se mantiveram na sua condição de pobreza. Quem nascia pobre estava destinada a ser pobre, toda a vida. O problema permanecia na condição social e na condição de género. Por mais legislada que estivesse a escolaridade, por mais artigos, relacionados com a escolarização, que os estatutos possuíssem, a condição social era quem definia o futuro. E educação da mulher continuava a ser protelada em favor do servilismo para com a casa e a família.

Pesando todo o percurso, o enamoramento saiu vencedor. Relação possível de ser continuada, no futuro, na tentativa de colmatar o que ficou por fazer, preenchendo as omissões que foram surgindo ao longo de todo processo.

Mais uma etapa terminada e outras curiosidades se começam a delinear. Durante os anos em que decorreu esta pesquisa, novos interesses foram surgindo e ganhando bases para futuros trabalhos. Andando para trás no tempo, a minha curiosidade foi aumentando, e uma relação de sedução foi-se estabelecendo e ganhando alicerces com o

*Juízo dos Órfãos* (1581/1828). Conhecer o percurso das crianças desvalidas, expostas e abandonadas, durante os séculos XVI/XIX, em Montemor-o-Novo, perfila-se como a futura pesquisa que pretendo realizar.

**Referências  
Bibliográficas**

## Bibliografia

### A

- ADÃO, A. (1997). *Estado Absoluto e ensino das primeiras letras. As Escolas régias. (1772/1794)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- ADÃO, A. (texto sem data). *A necessidade de um ensino público para as meninas no início de oitocentos; das decisões políticas à instalação das 1<sup>as</sup> escolas*. Lisboa: UIDEF do Instituto da educação
- ALVIM, M. V-B. (1984). *Em torno dos expostos: as primeiras casas de expostos, portuguesas*. Porto: Separata da revista História da Educação, vol. I.
- AMARAL, G.L. (2003). *Gatos pelados X Galinhas gordas: desdobramentos da educação laica e da ação católica na cidade de Pelotas (1930/ 1960)*. Tese de Doutoramento em educação. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- ARIES, P. (1988). *A criança e a vida familiar no Antigo Regime*. Lisboa: Relógio d'Água.

### B

- BENAVENTE, A; MENDES, H. e SCHMIDT, L. (1977). *Direito dos cidadãos em Portugal: conhecimentos e opiniões*. Lisboa: Revista de Sociologia, Problemas e Práticas, nº24.
- BENAVENTE, A. (coord.) ROSA, A. e COSTA, A.F. (1996). *A Literacia em Portugal*. Lisboa: Edição Fundação Calouste Gulbenkian.
- BENJAMIM, W. (Texto sem data). *Reflexões sobre a criança, o brinquedo e a educação*. São Paulo: Editora 34.
- BENTLEY, E. (1967). *A experiencia viva do teatro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- BENTO, A. (2003). *Teatro e animação*. Lisboa: Edições Colibri.
- BOUDIEU, P. e PASSERAN, J.C. (1975). *A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino*. Rio de Janeiro: Edições Francisco Alves.
- BRECHT, B. (1963). *Estudos sobre o teatro*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- BRECHT, B. (1967). *Teatro dialéctico. Ensaio*. Rio de Janeiro: Edição Civilizações.
- BROOK, P. (2002). *A porta aberta*. Rio de Janeiro: Edição Civilizações.

### C

- CANDEIAS, A.; PAZ, A.L e ROCHA, M (2004). *Alfabetização e escola em Portugal nos séculos XIX e XX. Os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian
- CAPELATO, M.H. (1988). *Imprensa e História do Brasil*. São Paulo: Contexto/Edusp.
- CARVALHO, R. (2011). *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- CASTILHO, A. F. (1857). *Revista de Educação Pública Portugal e Brasil*, nº 3. Rio de Janeiro: Editorial.
- CASTRO, A.de (1954). *Garrett e o teatro português*. Conferência no teatro D. Maria II. Lisboa: Edição Universidade Aberta.
- CERTEAU, M. (2002). *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- CHATIER, R. (1988). *A História cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Editora Difel.

- CHERVEL, A. (1988). *L'Histoire des disciplines scolaires. Reflexion sur un demoiné de recherché*. Revista História da Educação nº38. Lisboa
- CORREIA, J.H. e ALVAREZ, J.M. (1873). *Estudos históricos, jurídicos, e económicos sobre o município de Montemor-o-Novo*. Coimbra: Imprensa Litteraria. (edição fac simile)
- COSTA, I. A. (2003). *O desejo de teatro – O instinto do jogo teatral como dado antropológico*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- COSTA, S. (1992). *As memórias de Salvador da Costa*. Revista Almansor, nº10. Montemor-o-Novo: Camara Municipal de Montemor-o-Novo.
- CUBEIRO, T. M. R. (2011). *A assistência em Torres Vedras. Estudos dos subsídios da lactação concedidos pela Camara Municipal (1873/1910)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- CUTILEIRO, J. (1977). *Ricos e pobres no Alentejo*. Lisboa: Editora Sá da Costa.

## D

- DEUSDADO, F. (1886). *Ensaio psicológico de mulher sob o ponto de vista da pedagogia e da história*. Revista Educação e Ensino, nº1.
- DURKHEIM, E. (1984). *Sociologia, educação e moral*. Porto: Edição Rés.

## E

- ESPANCA, T. (1975). *Inventário Artístico de Portugal. Distrito de Évora. Concelhos de Arraiolos, Estremoz, Montemor, Mora e Vendas Novas*. Vol.1. Lisboa: Academia Nacional de Belas-Artes.

## F

- FERNANDES, R. (1978). *O pensamento pedagógico em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa.
- FERNANDES, R. (1994). *Os caminhos do ABC*, Lisboa: Editorial Estampa.
- FERNANDES, R. (2000). *Orientações pedagógicas das casas de asilo*. Cadernos de Pesquisa, nº109. Lisboa.
- FERNANDES, R. (2004). *Roturas e permanências da educação portuguesa do século XIX*. Revista da História da Educação, nº 5. Lisboa.
- FERNANDES, R. e VIDIGAL, L. (2005) *Infantia e Pueritia. Introdução `História da Infância em Portugal*. Santarém: Escola Superior de Educação de Santarém.
- FERRÃO, M. (1867) citado em LOPES, M.A. (20113). *Os socorros públicos em Portugal; as primeiras manifestações de um estado providência (século XVI – XIX)*. Revistas Estudos do século XX. Coimbra: Centro de Estudos da Universidade de Coimbra.
- FILHO, L. F. M. (2004). *A infância e a sua educação*. Belo Horizonte: Edição Autentica.
- FONSECA, J. (1986). *Uma vila alentejana no Antigo Regime. Aspectos socioeconómicos de Montemor-o-Novo nos séculos XVII e XVIII*. Revista Almansor, nº 4. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- FONSECA, J. (1995). *O Mosteiro de Nossa Senhora da Saudação. Fundação e patrocínio régio*. Revista Cidade e Évora, 2ª série, nº1. Évora: Câmara Municipal de Évora.
- FONSECA, J. (2012). *A comunidade judaica de Montemor-o-Novo*. Revista Almansor, nº 10. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.

- FONSECA, J. (2012). *A educação na 1ª República. A instrução primária em Montemor-o-Novo*. Revista Almansor, nº9. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- FONSECA, T. (1995). *O movimento operário em Montemor-o-Novo e a 1ª República*. CIDEHUS. Évora: Universidade de Évora.
- FONSECA, T. (2002). *A Guerra Civil e a administração municipal de Montemor-o-Novo*. Revista Almansor nº 1, 2ª série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- FONSECA, T. (2013). *O impacto da Grande Guerra em Montemor-o-Novo*. In *Cinco olhares sobre a República*. Coletânea de textos. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor o Novo.
- FONTES, T.A. (2005). *No limiar da honra e da pobreza: a infância desvalida e abandonada no Alto Minho. (1698/1924)*. Imprensa Ofilito. Porto: Edição Areosa.
- FOUCAULT, M. (1974). *A verdade as formas jurídicas*. Cadernos PUC- RJ. Série Letras e Artes, nº16. Pontifica Universidade Católica do Rio de Janeiro. Divisão Intercâmbio e Edições.
- FOUCAULT, M. (1980). *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal.
- FOUCAULT, M. (1997). *A ordem do discurso*. Lisboa: Relógio d'Água.
- FOUCAULT, M. (2013). *Vigiar e punir*. Petrópolis: Editora Vozes.
- FREITAS, M. C. de (1997). *História social da criança no Brasil*. São Paulo: Cortez Editora.

## G

- GAMEIRO, F. (1997). *Entre a escola e a lavoura*. Lisboa: Instituto de Inovação Educativa.
- GEREMEK, B. (1995). *A Piedade e a Força*. Lisboa: Terramar.
- GEREMEK, B. (1998). *A Pobreza*. Enciclopédia Einaudi - Sociedade e Civilização, vol.38. Lisboa: Casa da Moeda.
- GARRETT, A. (1904). *Da Educação*. In CARVALHO, R. (2011) *História do ensino em Portugal. Desde a fundação da nacionalidade até ao fim do regime de Salazar-Caetano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- GODINHO, V.M. (1971). *A estrutura da antiga sociedade portuguesa*. Lisboa: Livros Horizontes. Lisboa.
- GOFFMAN (1891) *Estigma – Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Edição digitalizada (2004)
- GOFFMAN, E. (1974). *Manicómios, prisões e conventos*. São Paulo: Editora Perspetivas.
- GONDRA, J. G. e SCHURLER, A. (2008). *Educação, poder, e sociedade no Império brasileiro*. São Paulo: Edição Cortez.
- GROMCSI, citado por MARROW, R. e TORRES, C.A. (1997). *Teoria social da educação. Uma crítica das teorias de reprodução social e cultural*. Porto: Edições Afrontamento.

## K

- KANT, E. *Critica da Razão Pura*. Versão ebook e ebookBrasil.com.

- KAWAMI, R. (2006). *Una introducion a lá educaci3n musical intercultural: conceptosy. Principios, problemas y posibilidades*. In MOLINA e FERNANDEZ (coord.) *Estudios sobre musica y educaci3n intercultural*. Madrid: Granada Editora.
- KOUDELA, I. D. (1984). *Jogos teatrais*. S3o Paulo: Ediç3o Perspectiva.
- KUHLMAN, M. (1998). *Inf3ncia e educaç3o infantil: uma abordagem hist3rica*. Porto Alegre: Editora Mediaç3o.

## L

- LE GOOF (2003). *Hist3ria e mem3ria*. S3o Paulo: Unicamp.
- LEITE, C. (2002). *O curr3culo e o multiculturalismo no sistema educativo portugu3s*. Lisboa: Fundaç3o Calouste Gulbenkian.
- LOPES, M. A. (1993). *Os pobres e a assist3ncia p3blica*. In MATTOSO, *Hist3ria da Educaç3o*. Vol. V. Lisboa: Editoria Estampa.
- LOPES, M.A. (2004). *Crianç3s e jovens em risco nos s3culos XVIII e XIX. O caso portugu3s no contexto europeu*. In SILVA, M. H. *Da investigaç3o à intervenç3o*. Coimbra: Centro de psicopatologia da Universidade de Coimbra.
- LOPES, M. A. (texto sem data). *Assist3ncia publica à inf3ncia ap3s a extinç3o da roda dos expostos: Hosp3cio dos abandonados e crianç3s maiores de sete anos (distrito de Coimbra, 1872/1890)*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- LUC, J-N. (1982). *La petit enfance a l'ecole; XIX – XX siecle*. Paris: INPR
- LUDKE, M. e ANDRÉ, M. (1986). *Pesquisa em Educaç3o. Abordagens Qualitativas*. S3o Paulo. Brasil.

## M

- MAGALH3ES, J. (1994). *Ler e escrever no mundo rural do antigo regime. Um contributo para a hist3ria da alfabetizaç3o e da escolarizaç3o em Portugal*. Braga: Universidade do Minho; Instituto da Educaç3o.
- MAGALH3ES, J. (2007). *A Hist3ria da Educaç3o em Portugal*. Porto: Ediç3es ASA.
- MAGALH3ES, J. E NETO, W. (2009). *Aç3o privada e poder p3blico na luta pela instruç3o: Portugal na segunda metade do s3culo XIX*. Revista Brasileira de Hist3ria da Educaç3o, n3o 20. S3o Paulo.
- MARC3LIO, M. L. (1998). *Hist3ria Social da crianç3a abandonada*. S3o Paulo: Hucitec
- MARQUES, O. (1986). *Hist3ria de Portugal. Das revoluç3es liberais aos nossos dias*. Lisboa: Palas editora.
- MARTINS, E. C. *O retrato hist3rico-educativo da crianç3a abandonada (Monarquia constitucional e 1ª rep3blica)* in Fernandes e Vidigal (coord.) *Infantia e Pueritia* (2005)
- MARTINS, C.A. (1997). *Trabalho e condiç3es da vida em Portugal (1850-1913)* Revista An3lise Social, vol. XXXII. Lisboa
- MARTINS, E. C. (2005) *O retrato hist3rico-educativo da crianç3a abandonada (Monarquia Constitucional e 1ª Rep3blica)*. In FERNANDES e VIDIGAL (coord.) *Infantia e Pueritia*. (2005) Introduç3o *Hist3ria da Inf3ncia em Portugal*. Santar3m: Escola Superior de Educaç3o de Santar3m.
- MARTINS (2005). *A obra de rua no contexto historiogr3fico da crianç3a abandonada em Portugal*. Cadernos de Pedagogia, n3o10. S3o Paulo.
- MATTOSO, J. (1994). *Hist3ria de Portugal – O Estado Novo*. Vol. 6. Editorial Lisboa: Estampa.

- MENDONÇA, M. (1995). *D. João, Marquês de Montemor*. Revista Almansor nº 13. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- MOGARRO, M.J. (2006). *Arquivos e educação. A construção de memórias educativas*. Revista Sísifo nº1. Lisboa: IE
- MOGARRO, M.J. e MARTINEZ, A. (2010). *Normalistas e meninas de asilo de asilo. As origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil*. Revista Ciências da Educação, nº11. Lisboa
- MOGARRO, M.J. e PINTASSILGO, J. (texto sem data). *Educação, cidadania e alfabetização em contexto revolucionário*. Universidade de Lisboa. Lisboa: Centro de Investigação em Educação.
- MÓNICA, M.F. (2005). *D. Pedro V*. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- MORAIS, M. da G. (1977). *Expostos da roda do hospital de Santo André da vila de Montemor-o-Novo no início do século XIX (1806/1830)*. Revista Almansor, nº5. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- MULLOIS, M. I. (1847). *Manual de caridad*. Madrid: Tejado editor.

## N

- NÓVOA, A. (1987). *Do mestre-escola ao professor do ensino primário. Subsídios para a história da profissão docente em Portugal*. Revista Análise Psicológica, vol 3.
- NÓVOA, A. (1988). *A República e a escola. Das intensões generosas ao desengano das realidades*. Revista de Educação, nº1. Lisboa.
- NÓVOA, A. (1997). *Instituto Histórico da Educação*. Lisboa: Ministério da Educação.
- NÓVOA, A. (2002). *A imprensa de educação e ensino: concepções reorganização do repertório português*. In BASTOS, M. H. C. e CATANI, D. B. (org.) *Educação em revista: a Imprensa e a História da Educação*. São Paulo: Escrituras Editora.
- NÓVOA, A. (texto sem data) *L'image à l'infini: La lente accommodation de la profession enseignante à une identité féminine*.

## O

- Ó, J.R do (2003). *Governo de si mesmo: modernidade pedagógica e encenações disciplinares do aluno liceal (ultimo quartel do século XIX – meados do século XX)*. Lisboa: Educa.
- Ó, J. R. do e CARVALHO, L.M. (2009). *Emergência e circulação do conhecimento psicopedagógico moderno (1889/1960)*. Estudos comparados Portugal – Brasil. Lisboa: Educa/ Unidade I&D de Ciências da Educação.

## P

- PARDAL, U. V. (1968). *Cem anos ao serviço da infância*. Asilo distrital de Castelo Branco. Castelo Branco: Edição Asilo Distrital de Castelo Branco.
- PEREIRA, M. (2015) *Aspetos da morte na nobreza do século XVII. A escavação da Cripta dos Mascarenhas no Convento da Saudação em Montemor-o-Novo*. Revista Almansor nº 1, 3.ª série. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- PERROT, M. (1988). *Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra.
- PERUGA, B. (2000). *Ciencia de la salud: Higienismo y educacion en el siglo XVIII*. Revista de Ciências sociais, nº 2. Madrid: Edição Áreas

- PINTASSILGO, J. (2007). *Reflexões históricas em torno do (eventual) sucesso da educação nova. O exemplo do instituto feminino da educação e trabalho (1911/1942)*. Centro de Investigação em Educação. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- PINTASSILGO, J. (texto sem data). *A educação doméstica nos asilos femininos. O exemplo do asilo D. Pedro V na transição do século XIX para o século XX*. Lisboa: Centro de Investigação em Educação.
- PINTASSILGO, J. (texto sem data). *Regeneração moral e formação de cidadãos – O debate da imprensa pedagógica portuguesa no início do século XX*. Lisboa: Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.
- PIZARRO, J.A. (2005). *D. Dinis*. Lisboa: Circulo dos Leitores.
- PORTELA, A. M. e QUEIRÓS, F. (2002). *Contributos para a história da arquitectura e do urbanismo em Montemor-o-Novo, do século XVI ao século XIX*. Revista Almansor, nº 2. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo.
- POSTMAN, N. (1999). *O desaparecimento da infância*. Rio de Janeiro: Edição Graphia.
- PRAÇA, J. J. (1872). *A mulher e a vida ou a mulher considerada debaixo dos seus principais aspectos*. Lisboa: Editora Colibri. (edição fac-similada).

## R

- REICHELDT, D. (1999) *Les Brigands dans la Salle à Manger: Histoire du Théâtre de Papier*. In [www.marktbreit.de/museum/les\\_brigands.htm](http://www.marktbreit.de/museum/les_brigands.htm).
- REIS, M. J. (2012). *Margens sociais*. In Revista da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Ano XV, nº 27 e 28. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.
- RIBEIRO, V. (1905). *História da beneficência pública em Portugal*. Citado em LOPES, M. A. (2005). *A criança ao desamparo: A representação da criança pobre na imprensa periódica de Setúbal. (1870/ 1930)*. Dissertação de mestrado. Lisboa: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- RIZZINI, I. (1993). *Assistência à infância no Brasil: uma análise da sua construção*. Rio de Janeiro: Edição Universitária Santa Úrsula.
- ROMEIRAS, J. de S. (1890). *História summária da fundação do Asylo Montemorense de Infância Desvalida e da sua administração até Junho de 1889*. Évora: Minerva Eborense
- RUFINO, C. (2004). *A educação correcional de menores em internato. Discurso pedagógico e práticas disciplinares da modernidade*. Lisboa: Faculdades de Psicologia e de Ciências da Educação.

## S

- SCHUELER, A. M. (2009). *Internatos, asilos e instituições disciplinares na História da Educação brasileira*. Revista Contemporânea da educação, vol.4, nº 7. Rio de Janeiro.
- SILVA, M. C. (2002). *Discriminatio subtilis: estudo de três classes multiculturais*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. Lisboa: Universidade de Lisboa. (tese de doutoramento).
- SOARES, N.F. (2001). *Outra infância: a situação social da infância atendidas numa comissão de proteção de menores*. Centro de Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho.

## T

- TAMBORA, E. (1997). *A educação feminina no Brasil no final do século XIX*. Revista de História da Educação, nº1. Lisboa
- TENGARRINHA, J. M. (1983). *Quem lia e o que se lia no final do regime monárquico: uma incursão histórica na psicopatologia da leitura*. Estudos Históricos Contemporâneos de Portugal. Lisboa: Editorial Caminho.
- TENGARRINHA, J. M. (1989). *História da imprensa periódica portuguesa*. Lisboa: Editorial Caminho.
- TUCKMAN, B.W, (2000). *Manual de Investigação em Educação*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 4ª edição.

## V

- VARGAS, H. C. (2004). *La educacion moral feminina segundo la revista El Magistério Nacional*. Revista de História da Educação, nº 15. Lisboa.
- VARELLA J.J. (1814). *Memória estatística acerca da notável villa de Monte Mor o Novo*. Documento policopiado.
- VENTURA, A. (2013). *A Maçonaria no concelho de Montemor-o-Novo*. In *Cinco olhares sobre a República*. Montemor-o-Novo: Câmara Municipal de Montemor-o-Novo
- VEYNE, P. (1971). *Como se escreve História*. Lisboa: Edições 70.

## Fontes

### Atas de reuniões da direção do Asilo:

-4/4/1907; 6/5/1908; 30/6/1908; 13/7/1908; 20/7/1908; 6/5/1912; 19/5/1912; 1/6/1912; 22/7/1918; 22/10/1918; 4/11/1918; 15/1/1919; 30/4/1919; 30/5/1920; 31/5/1920; 30/6/1920; 31/7/1920; 31/8/1920; 15/7/1921; 17/2/1923; 15/4/1923; 15/5/1923; 15/9/1923; 30/4/1924; 30/6/1924; 30/9/1924; 30/4/1925; 30/4/1926; 30/4/1927; 30/6/1927; 30/9/1927; 1/6/1928; 30/6/1928; 31/10/1928; 31/1/1929; 23/2/1929; 10/4/1929; 30/4/1929; 20/5/1929; 31/8/1929; 30/6/1930; 31/12/1930; 15/7/1930; 15/8/1930;

## Documentos em Arquivos

### - Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo.

#### Acervo da Câmara Municipal.

- A1 B153: Livro de atas da Junta governativa (2/6/1846);
- A1 B154: Livro de atas da Câmara Municipal (25/4/1846): sessão extraordinária;
- A1 B160 Livro de atas (1858/1860): sessão de 30/5/1860;
- A1 B161 Livro de atas (1860/1862): sessão de 4/8/1860;
- A1 B167 Livro de atas (1875/1878): sessão de 30/4/1877;
- A1 B167 Livro de atas (1875/1878): sessão de 5/2/1877;
- A1 B168 Livro de atas (1878/1881): sessão de 25/2/1878;
- A1 B169 Livro de atas (1881/1884)
- A1 M10 Livro de atas da Comissão Promotora da Instrução Popular (1865);
- A1 B80 Livro de atas das vereações camarárias (1911/1912);
- A2 K50 Fundo da Câmara Municipal:
- A4 C86 Correspondência recebida (13/4/1918);

#### Acervo do Asilo Montemorense da Infância Desvalida:

- 1 M10: Livro de atas (22/5/1865);
- 2 M2 Registo de correspondência expedida (1911/1934);
- 3 M1 Registo da entrada das alunas (1886/1902)
- 12 M6 Livros de bens de Joaquim José Faísca (1893);
- 12 M8 – Atas – 1903/1920.
- 12 M9 – Atas – 1908/ 920.
- 12 M10 – Atas – 1921/1931

#### Arquivo da Biblioteca Pública de Évora.

- Maço 27, peça 73, folha 2

#### Arquivo Municipal de Évora:

- Câmara eclesiástica de Évora: K-Conventos; J-Montemor-o-Novo; 001-Convento da Saudação (1719/1860);
- M91 Núcleo do governo civil
- M44 Núcleo do governo civil

Arquivo Nacional da Torre do Tombo.

- IV/I/25 (35): caixa 1932, capilla 4 e 6
- IV/I/25 (1) a IV/I/25 (6): caixa 1931, capilla 1
- IV/I/25 (7) a IV/I/25 (12): caixa 1931, capilla 2

## **Imprensa escrita**

### **Jornais**

- A Folha do Sul:
  - 2/6/1896; 2/6/1898; 22/1/1889; 7/2/1939; 15/5/1944; 5/8/1944; 3/4/1945; 7/4/1945
- Diario do Alemtejo:
  - 5/10/1886; 27/10/1886; 4/11/1886; 10/11/1886; 14/11/1886; 19/11/1886; 23/11/1886; 24/11/1886; 25/11/1886; 26/11/1886;
- Democracia do Sul:
  - 24/3/1918; 3/10/1918
- Folha de Montemor:
  - Fevereiro/1992
- O Meridional:
  - 17/9/1893; 5/5/1895; 22/12/1895; 9/2/1896; 5/1/1897; 8/8/1897; 21/8/1898; 13/5/1900; 19/8/1900; 21/1/1901; 11/8/1901; 18/11/1901; 27/7/1902; 7/9/1902; 22/3/1903; 23/3/1903; 30/8/1903; 10/7/1904; 24/9/1904; 13/5/1906; 19/8/1906; 18/4/1909; 18/8/1909; 27/3/1910; 11/9/1910; 13/11/1910; 12/2/1911; 9/4/19011; 12/5/1912; 16/6/1912; 14/2/1915; 12/9/1915;
- O Montemorense:
  - 1/1/1933; 24/6/1936; 1/7/1934; 8/7/1934; 23/6/1935 13/12/1936; 17/1/1937; 1/8/1937; 4/11/1938 12/2/1939; 1/5/1947; 4/4/1954.

### **Revistas**

- Revista Almansor
  - Nº 4, 1ª série (1986); nº 6, 1ª série (1968); nº 10, 1ª série (1992); nº 13 (1995); nº 1, 2ª série (2002); nº 9, 2ª série (2012); nº 10, 2ª série (2013/2013);
- Revista Comercio e Industria: Sciencias, Artes e Lettras. Galeria Biographica Contemporânea, nº105

- Revista Ilustração Alentejana (1927)
- Revista Montemôr – junho de 1929

### **Legislação:**

- Diário do Governo de 20 de novembro de 1852
- Diário do Governo de 1 de março de 1889
- Diário do Governo de 5 de janeiro de 1951
- Decreto-lei de 27 de maio de 1911
- Decreto-lei nº 16077 de 26 de outubro de 1928
- Decreto-lei nº 44287 e 44288 de 20 de abril de 1962
- Decreto-lei nº 314 de 27 de outubro de 1978
- Diário da sessão da Câmara de Deputados (10/6/1887)
- Decreto-lei nº 60 / 97, de março. Artigo 3º, nº1, da alínea r

### **Outros Documentos:**

- Cadernos de História de Montemor-o-Novo (2015) Comemoração do centenário de Banha de Andrade.
- Catálogo do Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo
- *Estatutos da Associação de Beneficência Montemorense* (1860)
- INE: Censos de 1981, 2001, 2011.
- PORDATA: Censos de 1981, 2001, 2011.
- Carta estratégica do concelho de Montemor-o-Novo (2013/2017)

- [Http://lecturasdeinfancia.blogspot.pt/2008/10/programa-de-un-teatr-infantil.html](http://lecturasdeinfancia.blogspot.pt/2008/10/programa-de-un-teatr-infantil.html)
- [Http://br.egroups.com/group/acropolis/](http://br.egroups.com/group/acropolis/)

# **ANEXOS**

Anexo 1 – Pedido de admissão de uma criança (1919)

Ex<sup>mos</sup> Srs. Presidente e vogaes  
da direcção do D<sup>to</sup> Montemorrense  
d' Infancia Desvalida.

Admittido em sessão de 15 de Julho de 1919.

Offendente - ~~St. João~~  
Gertrudes da Conceição Parnalho Propbeta, solteira,  
Cezã de pae e mãe, residente nesta villa, vem  
requerer a V. Ex<sup>as</sup> se dignarem admittir neste  
D<sup>to</sup> sua irmã Julia Propbeta Parnalho, de  
cinco annos de idade, que com o falecimento  
de seus paes ficou na mais extrema miseria,  
mas pedindo a supplicante por forma alguma  
tê-la a seu cargo. Junta tres documentos e  
muito respeitosa e muito  
S. a V. Ex<sup>as</sup>. He de girar  
como requer.

E. R. J.

Montemor. Novo 15 de Julho de 1919.

Gertrudes da Conceição Parnalho Propbeta

# Diario do Alemtejo

**I ANNO**      **EVORA**      **N.º 46**  
 A assignatura em Evora (por dallas) ..... 240 reis.  
 Pelo correio ..... 100 .....  
 Numero avulso ..... 10 reis.  
**Quarta feira, 24 de novembro de 1886**  
 Publicação em Astoria (por dallas) ..... 240 reis.  
 Pelo correio ..... 100 .....  
 Por cada copia e publicação no exterior, em carta de jornal, preço particular.

## EXPEDIENTE

Pela difficuldade de effectuar a cobrança em algumas localidades fora de Evora, muito nos obsequiarão os srs. assignantes, a quem enviamos as jornales pelo correio, mandando satisfazer o importe de suas assignaturas, se pelas suas relações nesta cidade isso não causar incommodo.

Evora, 24 de novembro de 1886

A Associação Agrícola Ebovense dirigiu á junta geral do districto uma representação nos seguintes termos:

«III.ª e Ex.ª sr. presidente da junta geral do districto d'Evora.—A Associação Agrícola Ebovense, no desenvolvimento da missão que lhe impõem os seus estatutos,—promover por todos os meios legitimamente reconhecidos a prosperidade da industria agricola,—intenta realizar no proximo anno futuro uma exposição de gado, a que só devea concorrer os criadores do districto.

Todos sabem quanto são uteis e como estimulo de melhoramentos,—premiando os que se distinguirem pelo esforço activo e intelligente das seus esforços e como incentivo de transacções commerciaes, pondo em contacto produtores e

consumido e—as exposições industriaes, que os mais adelantados países estao organisando, mesmo a custo de enormes despesas, que todos julgam ser largamente compensadas pelo desenvolvimento resultante da riqueza publica, que animam e promovem.

E tambem certo que por via da crise afflicta que actualmente atravessa a agricultura nacional, principalmente ocellifera, esta vae cada vez restringindo-se mais, alargando simultaneamente a producao pecuaria, em que os agricultores felicemente encontram ainda um mais proveavel remunerador lucto. No nosso districto, em que tristemente se accentua este facto, e consequentemente da maior importancia e de instante necessidade promover a prosperidade da criação e orgão da gado, onde muitos dos nossos lavradores vão buscar a mais solida garantia de exito economico das suas explorações.

A exposição que se projecta, não podendo deixar de chamar a attenção do país pela abundancia, variedade e qualidade dos productos que hade exhibir, determinará tambem grande affluencia de foresteiros, com a qual ganhará a cidade, que ainda tem uma vez terá occasião de desmentir a injusta reputação

de retrugada e apathica de que ha muito goza, sendo allias bem digna de que se lhe fixe d'elle melhor joia.

Por estes motivos, que julgamos bastantemente poderosos para justificar o empreendimento da associação agricola ebovense e o auxilio indispensavel já muitas vezes prestado ao país pelos corpos administrativos em aguas lentativas,—a mesa da assembleia geral da Associação Agrícola eua solicitar da junta geral d'este districto, nos interessos scrupulosamente zela, a que V. Ex.ª dignamente preside, o subsidio de um conto de reis, para coadjuvar a realisação da exposição que se projecta.

O subsidio foi concedido por unanimidade, na fôrma requerida, o que nos zerezo ser nenhum serviço, de grande utilidade para este districto.

Por extracto da camera municipal de 17 da corrente foi nomeada professor da escola elemental do sexo masculino da freguezia de N. Senhor do Mocho de sr. D. Cecilia Gertrudes Castro, que tomou posse no mesmo dia.

O primeiro caminho de ferro concebido no municipio do Alemtejo foi, em 7 de agosto de 1854, entre

Al.ª Gallega e Vendaa Nova, que foi em 28 de agosto de 1854, substituída por uma linha que, partindo do Barreiro, ligasse o Tejo ao Sado, em Setúbal.

Em 6 de dezembro de 1854 foi arrematada a construção da linha de Barreiro a Setúbal e de Vendaa-Nova por Thomas da Costa Ramos & C.ª.

Em 3 de janeiro de 1884 foi contractada, com uma companhia inglesa, o prolongamento de Vendaa-Nova a Evora e Beja.

A distancia do Barreiro a Lisboa é de 8 kilometros em que se gasta no barco a vapor 35 minutos.

Dialogo num tribunal.  
—O que? Outra vez a qual?

—E verdade, sr. juiz. Como está a familia? está boa?

No districto de Evora ha 3 correioiros.

Atradiu bastante a revista de curiosos dada no theatro do *Recreio Focilior Ebovense*, da rua do Raymundo. O theatro estava completamente cheio.

E' limitada a força do homem para gozar, mas é ilimitada para soffrir!

## Instituições de beneficencia no Alemtejo

O ARTEL DE BOVINCENHO (Continuação do n.º 45)

### XIII

E' uma bellena aquella janella e realmente mais encantador ainda é, entrar na sala, como uma das vizes me succedeu, ao sair da vida, inesperadamente e sem dezessete moedas assentadas, costurando e aspirando a plenos pulmões, aquelle ar puro e vivificante, e illuminado pelos ultimos clarões saes do crepusculo vespertino.

Esta sala tem—no centro, uma grande mesa para se fazer as obras de costura; nas paredes differentes quadros e no topo, em logar sobranceiro, Santa Rosa ensinando uma creancinha a coser.

Moço na escolha de todos os quadros, um cuidado, um *conser* faço, um occupado e naturalidade muito para especular.

A terceira sala, que fica ao norte da da escola e igualmente elegante, clara e arejada, mede de comprimento 13,90 e de largura 6,65.

Serve de casa de exposição, bibliotheca, e casa de sessões da direcção. Tem differentes *crianças* e armarios onde a umas estão expostas a differentes obras de costura, lavuras feitas

## FOLHETIM

### NOS QUOQUE

Eu sou como o Zimova? Nunca o vi, mais garbo, já se sabe, mas não por informaçoes.

Sei, por mais bozaca, que não tenho em que expulsa cada lado ministro da guerra tinha a governação de duas juntas, achando-se elle um dia no seu pallete a só com um amigo, disse-lhe, achou-se a' uma semana de alma a mais avaros.

—Ora não vê esta, homem? O dilão não tem somas? Pois até se já sou ministro da fo-

ra tras e bosei na rua e S. Sebastião. Ainda se está o Jemmy, mo do Salto Lobo, que foi dos bandoleiros, agora não para o Henrique Figueira, que para cá se crevia o chefe de Lisboa; já foi para as assignaturas das obras publicas e do *Exercício Nacional*, que agora se crevia o chefe para o *Exercício Nacional* e já se crevia o chefe de Lisboa.

Alguns dias depois de tudo isto se sabe, quando já não havia com a praça, mas todos os seus por o seu pensamento em letra redonda.

As soltas simulavão nas assignaturas, com muitas vezes expostas e creiam assim ficando em nullo.

Os nomes de Marília eram conhecidos, mas em pouco se descobria aquelle proprio estado de obediencia classica que lhe podia dar direito a serem impressos. O Fido e mais o Parasse creio acustamem cre-

na tras e bosei na rua e S. Sebastião. Ainda se está o Jemmy, mo do Salto Lobo, que foi dos bandoleiros, agora não para o Henrique Figueira, que para cá se crevia o chefe de Lisboa; já foi para as assignaturas das obras publicas e do *Exercício Nacional*, que agora se crevia o chefe para o *Exercício Nacional* e já se crevia o chefe de Lisboa.

Nesse tempo o caso dava um certa uma relativa de solididade; ser-se para a gozta?

Hejo todo o mundo se era crevamosa de que ser-se para um jornal não é nenhum

ser, não crevamosa a lista vago pelas jornales publicas.

Foi achado a maré, que que veio a publicação disse, que foi o livro declarado uma coisa inconstitucional aqui, e só progra para fazer o publico durante quinze dias, pelo ser-se poro tramo da redacção em lugar que tinha todos os dias alguns com que diast.

Com o *Diario*, reflikaram ainda mais os assignaturas. E a presciao ainda não vai nada!

Em pouco tempo, cada qual que está obrigado a ter um jornal seu, como se ter uma boza. O jornal foza' embo artigos de primeira necessidade. Cada um dia sendo todas as manhas se publico como passou

seculos psicologicos. Em seguida, mandada as suas assignaturas como as tem, e quem não, não.

Depois cada um annunciava que tem para vender, ou o que boza compra a aquella dia. Hejo, verbi gratia, se já tivemos obediencia a essa publicação, se poro o seguinte annunciava:

### As do mercado

Crepro-se aqui está crevamosa um crevamosa de *remanes*, do *relo* de rubricas, *trido* *relo* de *remanes* e um *relo* de *remanes*.

Assim é que hoje se em pouco tempo. A crevamosa *remanes* está de generalizada, que não pode mesmo ser de outra maneira.

# A Folha do Sul

SEMANÁRIO DE LARGA EXPANSÃO NO SUL DO PAÍS

Propriedade de Eng.º Filipe Malta da Costa, Rua de Monteiro e Silva, 1407, Botafogo (RJ) - Leste

Director: ENG.º FILIPE MALTA DA COSTA

Redacção e Imprensa: R. 4 da Avenida de Monteiro e Silva Editor: Filipe Malta da Costa

N.º 4105

QUINTA-FEIRA, 2 DE ABRIL DE 1945

ANO 48

## UMA SIMPATICA OBRA SOCIAL

De lá muito que habitamos, nos desfrutamos a maior serenidade da cidade municipal de nossa terra. Sr. Engenheiro Adriano da Silva Baptista, tendo em mente a obra social de construir um Centro de Saúde para os habitantes da zona rural...

A obra social não podia ser mais bem feita, do que o foi, do lado a lado das obras de "revolucionários" dos tempos e dos do Aulho, a Sra. Maria Francisca Reis da Costa Filadelfo, Sr. Adalberto Souto de Lacerda, Sr. João de Deus, Sr. João de Deus...

A obra social não podia ser mais bem feita, do que o foi, do lado a lado das obras de "revolucionários" dos tempos e dos do Aulho, a Sra. Maria Francisca Reis da Costa Filadelfo, Sr. Adalberto Souto de Lacerda, Sr. João de Deus, Sr. João de Deus...

## O MERCADO MUNICIPAL

será inaugurado no dia 2 de Maio

É, sem dúvida alguma, sensacional e poético que hoje tenham o prazer de dar uma vistosa e agradável leitura, para os nossos olhos de que ela será recebida com júbilo. Vai ser inaugurado no próximo dia 2 de Maio, a maior e melhor obra que se fica devendo ao esforço do presidente da Câmara Municipal do nosso município, Sr. Engenheiro Adriano da Silva Baptista...

Não esqueceremos, por enquanto, o programa de inauguração, que transitaremos logo que da mesma indubitavelmente.

## VIDA RELIGIOSA

As comemorações da Semana Santa

Com o nome de "Semana Santa" designa-se o período de sete dias que se prolonga de terça-feira da Semana Santa, ou seja, da terça-feira da Semana Santa, até a sexta-feira da Semana Santa, ou seja, da sexta-feira da Semana Santa...

## A estação dos Correios do ESCOURAL não tem condições

Estive há dias na vila do Escoural, em serviço da vistoria à estação telegráfico-postal, e sr. Engenheiro-Chefe da Secção de Edificações do C. T. T., o qual considero na dependência da mesma estação telegráfico-postal...

Com efeito, as instalações da estação telegráfico-postal do Escoural são muito deficientes e obsoletas em aspecto desagradável. As conversações ao telefone—feito na do serviço da estação—com as do serviço público—não ouve e por toda a extensão que se encontram na estação, porque o gabinete não está devidamente isolado. Além disso, o telefone encontra-se em estado deplorável, podendo urgente substituição.

Sabemos que a Junta de Freguesia do Escoural está já a ter os seus meios à disposição do C. T. T., úteis para os fins necessários para a instalação da estação dos correios. Ojalá que o consiga.

## A CALÚNIA

Século XX, século da civilização, não se reconhece mais o homem de antes. Não mais uma época em que a vida é simples e a felicidade é alcançada por meio de um trabalho honesto e de uma vida simples...

A calúnia tornou-se por isso a parte mais importante da vida social. Não se trata mais de uma simples injúria, mas de uma verdadeira obra de arte, que se torna cada vez mais sofisticada e cruel...

A calúnia tornou-se por isso a parte mais importante da vida social. Não se trata mais de uma simples injúria, mas de uma verdadeira obra de arte, que se torna cada vez mais sofisticada e cruel...

—Dizem agora V. Ex.ª como vejo encontrar o Aulho? A Ilustre Senhora, depois de me ler estas coisas, não se dá ao trabalho de me responder, mas simplesmente me dá o seu endereço, e eu vou lá para ver se encontro o Aulho...





## SESSÃO DE 11 DE MARÇO DE 1878

Presidência do ex. sr. Joaquim Gonçalves Mamede

Secretaries — os srs. — Francisco Augusto Florido da Mota e Vasconcellos  
Alfredo Figueiras da Rocha Peixoto

### SUMMARIO

Apresentação de requerimentos e representações.— Na ordem do dia foram approvados os seguintes projectos de lei: n.º 75 de 1876, restabelecendo a prestação de 6:000\$000 réis á sociedade do palacio de crystal portuense; n.º 74 de 1876, autorizando as camaras municipaes a remir os fóros de que foram directas suberbas, independentes de licença do governo; n.º 98 de 1877, alterando a divisão judicial da comarca de Cabeceiras de Basto em relação ás duas freguezias do S. Nicolau e Santa Esmoborinha; n.º 57 de 1877, autorizando o governo a conceder á commissão administrativa do ayto montemorense da infancia desvalida o edificio do extinto convento das religiosas dominicanas de S. Santiago, e fim de a elle continuar definitivamente estabelecido o orzamo ayto.— O sr. visconde de Mucira de Rey fez algumas considerações sobre não haver muitas vezes nos processos consulares dos paizes estrangeiros quem saiba traduzir para portuoguez os documentos all recebidos em diversas linguas, para cumprir a disposição do codigo do processo civil a este respeito, a que respondeu o sr. ministro da justiça.— O mesmo sr. ministro da justiça apresentou uma proposta de lei para ser autorizado a reformar a secretaria da justiça.— Foi apresentado o parecer da commissão sobre a reforma eleitoral.

Presentes á chamada 36 srs. deputados.

Presentes á abertura da sessão.— Os srs.: Rocha Peixoto (Alfredo), Pereira de Miranda, Cardoso Avelino, A. J. d'Avila, Carrilho, Telles de Vasconcellos, Ferreira de Mesquita, Zeferino Rodrigues, Barão de Ferreira dos Santos, Carlos Testa, Vieira da Mota, Conde da Graciosa, Custodio José Vieira, Forjas de Sampaio, Eduardo Tavares, Vieira das Neves, Cardoso de Albuquerque, Guilherme de Abreu, Hildio do Valle, Ferreira Braga, Vasco Leão, Gonçalves Mamede, J. J. Alves, Matos Correia, Figueiredo de Faria, Ferreira Freire, Moraes Rego, Sampaio e Mello, Luis de Campos, Camara Leme, Bivar, Faria e Mello, Pires de Lima, Mello e Simas, Cunha Monteiro, Pedro Correia, Pedro Jacome, Visconde da Arriaga, Visconde da Villa Nova da Ramha.

Entraram durante a sessão.— Os srs.: Osorio de Vasconcellos, Brasmcamp, Antunes Guerreiro, A. J. Boavida, A. J. de Seixas, Cunha Belem, Arrobas, Correia Godinho, Sousa Lobo, Mello Gouveia, Neves Carneiro, Conde de Bertandos, Conde da Foz, Filipe de Carvalho, Pinheiro Osorio, Mouta e Vasconcellos, Francisco Costa, Van-Zeller, Paula Medeiros, J. M. de Magalhães, Correia de Oliveira, Dias Ferreira, Pereira da Costa, Namorado, José Luciano, Pereira Rodrigues, Mexia Salama, Julio de Vilhena, Luis de Lencastro, Freitas Branco, Pedro Franco, Pedro Roberto, Visconde da Azarjinha, Visconde de Guedes Teixeira, Visconde de Moreira de Rey, Visconde de Sicuro de Monizes.

Não compareceram á sessão.— Os srs.: Adriano de Sampaio, Agostinho da Rocha, Alberto Garrido, Teixeira de Vasconcellos, A. J. Teixeira, Francisco Mendes, Pinto Bessa, Palma, J. Perdigão, Jayme Moniz, Jeronymo Pimentel, Barros e Cunha, Húbeiro dos Santos, Cardoso Klerck, Guilherme Pacheco, J. M. dos Santos, José de Mello Gouveia, Nogueira, Pinto Basto, Manuel d'Assumpção, Rocha Peixoto (Manuel), Alves Passos, Pinheiro Chagas, Marçal Pacheco, Mariano de Carvalho, Miguel Continho (D.), Placido de Abreu, Julio Ferraz, Ricardo de Mello, Visconde de Carregoso.

Abertura— ás duas horas e um quarto da tarde.  
Acta — approvada.

### EXPEDIENTE

#### Officio

Da santa casa da misericórdia de Lisboa, acompanhando  
Sessão de 11 de março de 1878

120 exemplares do relatorio e contas da gerencia da mesa da santa casa no anno economico de 1876-1877.  
Mandaram-se distribuir.

### Representações

1.º Do procurador á junta geral do districto, vereadores da camara e vogaes do conselho municipal de Alcoutim, districto de Faro, pedindo que seja approvado um projecto de lei que autorise a camara municipal a distrahir do cofre do fundo de viação a quantia de 3:000\$000 réis para ser applicado á edificação dos paços do concelho.

Apresentada pelo sr. deputado Carrilho e enviada á commissão de administração publica, ouvida a de obras publicas.

2.º Da camara municipal e mais municipes do concelho de Mora, districto de Evora, pedindo que se ligue a linha do caminho de ferro do sul e sueste com a linha de Beise.

Apresentada pelo sr. deputado Faria e Mello e enviada á commissão de obras publicas, ouvida a de fazenda.

3.º Dos escriptarios do scrivio de fazenda do concelho de Setúbal, pedindo augmento de ordenado.

Apresentada pelo sr. deputado Arrobas e enviada á commissão de fazenda.

### Comunicações

1.º Declaro que por incommodo de saúde falteti ás ultimas sessões.— Alberto Osorio de Vasconcellos.

2.º Declaro que falteti por motivo justificando ás sessões dos dias 7, 8 e 9 do corrente mez.

Sala das sessões, em 11 de março de 1878.— O deputado, Antonio José Boavida.

3.º Declaro que o sr. deputado Manuel Bento da Rocha Peixoto tem deixado de assistir a algumas das ultimas sessões da camara e faltará a mais algumas por motivo justificando.

Sala da camara dos senhores deputados, em 11 de março de 1878.— Alfredo Figueiras da Rocha Peixoto, deputado secretario.

4.º Declaro que por motivo de doença não compareci a algumas sessões e que se cativasse presente teria votado contra o imposto de consumo.— Luis de Campos.

### Nota de interpellação

Dezajo interpellar o sr. ministro das obras publicas sobre as providencias que tem adoptado ácorca da execução das portarias de 3 e 14 de julho, 16 e 21 de novembro e 7 de dezembro de 1877, que se referem aos contratos para fornecimento das obras da penitenciaría.

Sala das côrtes, 9 de março de 1878.— J. G. de Barros e Cunha.

O sr. Eduardo Tavares:— Mando para a mesa um requerimento de Antonio Ramos da Silveira Continho, residente em Angra do Heroísmo, o qual se refere a uma pretensão que este individuo tem pendente da commissão de guerra.

Peço a v. ex.ª o obsequio de dar a este requerimento o devido destino.

O sr. Carlos Testa:— Mando para a mesa cincoenta requerimentos de outros tantos officios marinheiros da armada, os quaes, tendo obtido prévia licença das autoridades superiores, pedem a esta camara augmento dos seus vencimentos.

Attendendo a que a profissão dos requerentes é muito laboriosa, como todos vós bem podemos conhecer, que as

na villa de Montemor o Novo, onde o mesmo asylo se acha interinamente estabelecido.

A vossa commissão, considerando ser de justiça e de incontestavel utilidade que os poderes publicos auxiliassem estas philantropicas instituições, que tão importante serviço prestam, e de tão grande alcance são para a moralidade publicã, e provam os sentimentos caritativos que felizmente distinguem a nossa patria, pelo que se tornam dignas de louvor e auxilio;

Considerando que as autoridades a quem competia, tanto n'um o reconhecerem, que concederam licença para provisoriamente se estabelecer n'aquelle edificio o alludido asylo;

Considerando que nenhuma applicação mais util se podia dar ao referido edificio, cuja conservação na posse da fazenda só trahia encargos, e a venda pouco valer, muito mais comparando-se com a utilidade e vantagens da instituição ali estabelecida;

Por todas estas considerações, a vossa commissão, de accordo com o governo, tem a honra de vos propor o seguinte

PROJECTO DE LEI

Artigo 1.º É o governo autorisado a conceder á commissão administrativa do asylo montemorense da infancia desvalida, o edificio do extinto convento das religiosas dominicanas da Saudação, a fim de n'elle continuar definitivamente estabelecido o mesmo asylo.

Art. 2.º Ficam a cargo da referida commissão administrativa os reparos de conservação do dito edificio, a fim de poder servir para o fim para que é creado.

Art. 3.º No caso de, por qualquer eventualidade, fechar o dito asylo e cessar portanto o fim utilitario que preside a esta concessão, revertirá novamente para a posse da fazenda o edificio cedido, bem como quaisquer benfitorias feitas sem direito a indemnização alguma.

Art. 4.º Fica revogada toda a legislação em contrario. Senta a commissão de fazenda, em 2.ª de fevereiro de 1877. — Joaquim de Mattos Correia — A. R. Scoparia — Antonio José de Sousa — Antonio Maria Barreira — Irrolas — Mello e Silva — Antonio José Teixeira — Antonio M. P. Carvalho — A. C. Ferreira de Mesquita — Theodoro de Azevedo, relator.

O sr. Presidente: — A ordem do dia para amanhã é a continuação da que estava dada para hoje, e mais os projectos n.º 156, de 1875, e 12 e 14 do corrente anno.

Está levantada a sessão.  
Ficam quatro e meia horas de tarde.

Discurso do sr. ministro das obras publicas, Lourenço de Carvalho, pronunciado na sessão de 20 de fevereiro, e que devia ler-se a pag. 420, col. 1.º

O sr. Ministro das Obras Publicas (Lourenço de Carvalho): — Eu ouvi com verdadeiro deleite o discurso que se ouvi de proferir o sr. deputado Pinheiro Chagas, meu antigo amigo e considepual; admirei mais uma vez o talento e a graça com que s. ex.ª trata dos assumptos, mesmo quando elles não têm os dotes naturaes para recrearem uma assembléa.

Com respeito á proposta que s. ex.ª apresentou, direi que todas as contradicções e incoherencias que s. ex.ª tem notado por parte do governo com respeito ás leis já votadas, decretando os caminhos de ferro da Beira Alta, da Beira Baixa e do Algarve, não vem senão, na minha opinião, demonstrar a inutilidade e ociosidade de qualquer prescripção com respeito a estes caminhos.

Se temos mudado de systema, de theorin em relação aos caminhos de ferro da Beira Alta, da Beira Baixa e do Algarve; se fomos por umas vezes adoptado e defendido um systema, e depois, por effeito das circumstancias meramente eventuales, temos propagando pela adopção de outro systema; isto, na minha opinião, não vem demonstrar senão uma verdade incontestavel: é que cada caminho de ferro

Sessão de 11 de março de 1878

se construe n'um dado momento pelo modo que é mais conveniente e consentaneo com os interesses publicos.

Ora, se o illustre deputado me dissesse que o governo, reconhecendo a necessidade da construção immediata e simultanea dos caminhos da Beira Baixa e da Beira Alta, devia adoptar e aceitar as mesmas facilidades para a Beira Baixa que se adoptassem para a Beira Alta, de accordo; mas s. ex.ª sabe que o governo n'este momento se occupa em satisfazer a uma necessidade verdadeiramente nacional, a exigencia da opinião publica, que se occupa da construção do caminho de ferro da Beira Alta.

O governo ainda não abriu concurso para o caminho de ferro da Beira Baixa; ainda não se deram as circumstancias de opportunidade para que esse concurso seja aberto e para que essa linha seja concogada.

Eu não sei se o caminho de ferro da Beira Baixa, posto uma vez a concurso, logrará que sejam apresentadas propostas em condições de serem acceptavias pelo governo. Não digo pelo actual, mas por qualquer governo que mande proceder á arrematação d'essa linha.

Mas não quero isto dizer que se não tente esta hypothese.

Se, porventura, dada essa circumstancia, a proposta do concurso não for conveniente, em vista das condições prescriptas na lei, o governo de então resolverá como entender esse negocio, trazendo uma proposta á camara para esse fim.

Eu sou muito mais amante do caminho de ferro da Beira Baixa do que s. ex.ª julga. E s. ex.ª, que teve a bondade de me denominar o Barão Azul dos caminhos de ferro portuguezes, permita-me que lhe diga, invocando aquelle proverbio francez *L'on revient toujours à ses premiers amours*, que eu ainda espero sentir renascer um dia no meu coração os antigos amores por aquella linha.

Estou persuadido de que ainda me hei de ver enamorado do caminho de ferro da Beira Baixa. Estimarei muito que me esteja reservada a ventura de o mandar construir, não como significando o desejo de uma longa permanencia nos bancos dos ministros, mas para poder mostrar, até certo ponto, quanto aprecio a construção d'esta linha.

S. ex.ª referiu-se ao facto de eu ter declarado em conversação particular com o illustre deputado que não tinha duvida em aceitar a sua proposta.

Eu julguei que por esta forma dava a s. ex.ª uma demonstração sincera da sympathia que me mereço o caminho de ferro da Beira Baixa. Mas não podia de modo algum comprometter-me a aceitar, nem eu o fiz publicamente, a sua proposta. De mais a mais o illustre deputado sabe perfeitamente bem que esta proposta tinha de ser sujeita ao exame das commissões e não deitaria, em ponto algum, achar-me em divergencia com a maioria das commissões ou com a maioria d'esta casa; desejo quanto possível, e todo o governo, ir de accordo com as commissões e com a maioria da camara; não desejaria collocar-me em divergencia sobre uma questão que me parece mais de interesse platónico, do que de alcance real.

As commissões, como s. ex.ª disse com toda a verdade, s. ex.ª não era capaz de faltar a elle, reconhecerem a justiça da proposta, entendem, porém, que é uma disposição especial relativa ao caminho de ferro da Beira Baixa, e como o pensamento d'este projecto é a construção do caminho de ferro da Beira Alta, a inserção d'esta disposição era deslocada e inopportuna por ser inteiramente estranha a este mesmo pensamento.

Aqui tem s. ex.ª explicada com placidez e com toda a franqueza a razão por que a sua proposta não foi attendida no projecto, conquanto seja considerada no relatório da commissão.

Não quero deixar de me referir aos dois illustres deputados que inctaram este debate, os srs. Luiz de Campos e Luiz de Lancaster.

A este respeito tenho a dizer a s. ex.ª que me parece

o referido e citados Taxadores apresentaram a fazenda aprovados os mapas da receita e despesa referentes aos meses de Agosto e Setembro ultimos. E na mesma reunião mais que tratar foi encaminhada a receita da qual, para constar, se leu esta ata que assim se deu a seguinte assinatura. Eu Epifanio de Jesus Barreto, secretario, e subscreevi. Presidente, Joaquim Lopes de Jesus Taxador, e Jozias Lopes de Jesus de Jesus, Joaquim Magalhães Junior e Secretario Epifanio de Jesus Barreto.

Sessão ordinária do dia 15 de Novembro de 1915

As quinze dias do mês de Novembro findo apresentamos a dita lista de mapes referentes a receita e despesa, nesta lista de representações do Estado e coladas, e mais da Direcção do Artilheiro temporario de Supplencia de Artilheiro, aqui, pelas dez e seis horas, reuniram-se a Direcção do mesmo Artilheiro, estando presente todos os membros da mesma. Aberta a sessão, o Cidadão Taxador apresentou, devidamente assinada, a receita e despesa do mês de Outubro ultimo, - que foi aprovado. Por proposta do Cidadão presidente foi resolvido por unanimidade pedir aos proprietarios dos fazendas desta vila para que votem e assistam nos mesmos fazendas a seguir.

tencia de vacillas propriamente para  
o fim de qualper beneficios que o fues  
se fazer deitar uelos arquite para o sol.  
O Cidadão Tesoureiro proutificou  
se, de haue fiado a, pessoalmente,  
dirigir-se a alguns proprietarios  
de Casas neste sentido. E não ha  
uendo mais por tratar foi encerra  
da a sessao da qual, para constar  
se lavrou esta acta que vai em de  
vidamente assinada. Em Epinao  
D. J. P. B. Secretario, a autem  
Presidente Juiz Lopes  
D. J. P. B. Secretario, a autem  
D. J. P. B. Secretario, a autem  
D. J. P. B. Secretario, a autem

Lessão da Direcção de  
15 de Dezembro de 1915  
Ao quinze dia do mês de Dezembro  
de mil novecentos e quinze, neste mil  
de Luatembor o povo e sala das ses  
sões da Direcção do Asilo Municipal  
muse de Suficiência Localida, aqui,  
pelas vinte horas, reuniu a Direcção  
do mesmo Asilo, estando presentes  
os Vozais adiante mencionados. E  
pela a sessão presidida pelo  
cidadão Tesoureiro apresentou  
mapa da receita e despesa referente  
ao mês de Novembro ultimo, o qual  
foi aprovado. E não haendo mais  
por tratar foi encerrada a sessão,  
da qual, para constar, se lavrou  
esta acta que vai ser devidamente

Anexo 8 - Ata de 15/7/1921

os formados, etc. assinados por os membros do Conselho de  
 administração, e os membros do Conselho de administração, que informam a  
 respeito de todos os doadores, que se acham devidamente  
 registados e agradecidos, donatários, etc. recebidos durante o  
 mês. Foram presentes, oultas, examinadas, conferidas e aprova-  
 das unanimemente as contas dos recibos e despesas deste  
 mês relativas ao ano económico que se finda e bem  
 assim todos os documentos que lhes servem de base, veri-  
 ficando-se que a receita (incluindo o saldo do ano anterior)  
 foi de nove mil novecentos e trinta e cinco e um centavos  
 e as despesas de cinco mil novecentos e noventa e nove  
 e setenta e oito centavos, transitando, portanto, pa-  
 ra o ano económico seguinte um saldo de três mil nove-  
 centos e setenta e cinco e três centavos. Com respeito  
 foram convidados a comparecer na Aula dos Senhores de  
 honra, a Professora, a fim de informarem a respeito  
 dos meios de aproveitamento e comportamento dos Alu-  
 dos de informação foram feitas a Direcção declarou-se  
 satisfeitos tendo as Expressões de letras pedida licença para  
 apresentar, este ano, um exame de admissão ao Liceu de  
 unidade Rosaria Maria Brava, licença que lhe foi  
 concedida. E não havendo mais a tratar foi en-  
 cerrada a sessão da qual para constar se lavrou este  
 acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção  
 vai ser devidamente assinada. E em foundar-se  
 do Conselho de administração e dos membros do Conselho de administração  
 O Presidente - ~~Alfredo de Azevedo~~  
 O Tesoureiro - ~~João de Deus~~  
 O Legal - ~~João de Deus~~  
 O Legal - ~~Alfredo de Azevedo~~  
 O Secretário - ~~João de Deus~~

Acta da sessão do dia 15 de julho de 1921  
 aos quinze dias do mês de julho do ano de mil novecentos

Fora ainda o mesmo, nota-se que de horticultura e de  
Artilharia, de Infanteria, de Cavalaria, de Artilharia, de  
saõ da Direccão, onde se encontravam reunidos os membros  
três Presidentes e mais existência de refugio de todo, for  
as outras horas abster a sessão, pelo Senhor Presidente,  
que informem ter já recebido devidamente a proposta e  
exame de ordinario para o corrente ano economico, se  
tratando a Direccão e Senhor Presidente a ordenar o  
pagamento de todas as verbas de despesa constantes de  
dito orçamento e sem serem as de qualquer natureza  
de suplementar que a Direccão organize e seja aprova-  
do, ali as fôr de ano economico, e que o Senhor Presi-  
dente agradeça. O Senhor Tesoureiro deu conhecimento  
de que receberá do Sr. Fernandes da fatura no cargo Joa-  
quim Pedro de Aguiar desta villa a quantia de duzentos e  
noventa e cinco e oitenta e três centavos, e do Palácio Alameda  
a doze e dez centavos, além de outros de frequencia  
importancia que se acham como aquelles <sup>compartilhadas</sup> devotamente  
lançadas ao Sr. competente. Foi resolvido que se ordena-  
dos os cahiers se continuem a pagar aos trimestres, como  
a despeza das interessadas. O Senhor Presidente debruça-  
to começando organizar uma Comissão para ter a efi-  
to em principio de Agosto com Beneficio, em favor deste  
Artilharia o Sr. Fernandes desta villa, e em outra Comis-  
são dedicada tempo do Sr. que vai organizar duas cor-  
sadas, uma de vacas em catorze de Agosto e a outra  
de touros e ocaes para quatro de Setembro, ambas também  
em favor (produto liquido) deste Artilharia, com o que a Di-  
reccão se mostrou unanimemente satisfeita. Talon se da  
força das horas, ficando assente se realize a vinte e oit-  
to e oitenta e nove de Agosto, conferindo desde já a Di-  
reccão ao Senhor Presidente todos os poderes para se pro-  
gráo, como entendido das mesmas testas. Foram presen-  
tes as contas de receita e despesa relativas ao ano eco-  
nomico proximo, sendo de oitenta e nove e oitenta e nove.

a mal os assuntos em ante e com todos os documentos  
 e mapas; e depois de conferidas e bem examinadas foram  
 unanimemente aprovadas e determinadas pela Direccão, lo-  
 do se observando todas as formalidades da acta. — Resolven  
 a Direccão que a asilada Ina Paula Pereira de vinte  
 e dois annos de idade, que não tem aptidão de escrever  
 alguma, pede que não se faça collocar na mesma escola  
 como criada de semir, se conservar por mais alguma tem-  
 po no hote até se lhe conseguir destino conveniente, ficando  
 de não como asilada, mas como ajudante da cozinha,  
 sendo ordenado e se pela camara, ouzias e vestuario, o  
 que faz não se pouca, atendendo a que nada se pode  
 esperar dos seus serviços. — A Direccão autorizou a saída  
 definitiva de hote da asilada Eugenia das Dores Pereira  
 Alves de dezesseis annos de idade, a fim de ser entregue  
 nas cuidados do Senhor Amualdo Eduardo da Silva e de  
 sua mãe Dona Maria Benedita de Aguiar e Oliveira,  
 residentes em Lisboa; e por proposta do Senhor Fereu  
 reis autorizou tambem a saída definitiva de hote da  
 asilada Maria José Marques de dez annos de idade, a fim  
 de ser entregue ao pedido de pai, e ao desempenho do Sr.  
 Senhor Francisco Henriques da Conceição e ao auxilio de  
 Dona Maria Luiza da Conceição, residentes em Lisboa  
 — Não podendo a Direccão, por falta de recursos, conti-  
 nuar a manter no collegio Inglês da asilada Eugenia  
 da Conceição Leonor Maria, e tendo se oferecido a illu-  
 strada e distincta Professora desta villa Sr. Julia da  
 Abadade Tronex — para as leccionar gratuitamente e prepara-la pa-  
 ra o exame de admissoes da Escola Normal a Direccão  
 accetou reconhecer e reconhecer a mesma de novo no ho-  
 te, não faz como asilada, mas como ajudante da escola  
 primaria — passando a se diariamente a casa da pro-  
 fessora referida recitar as suas lições. — E não havendo ma-  
 is a tratar foi encerrada a sessão da qual  
 para constar se lavrou esta acta, que depois de lida

um magalhães peruviano a Direcção não se devidamente  
 assinada. Relembra-se a interclima que diz importan-  
 cias. Foi o Sr. João Maria de Sousa secretário e sub-  
 scrição e assinou  
 O Presidente = Afonso de Castro  
 O Secretário = João Maria de Sousa  
 O Fiscal = João Maria de Sousa  
 O Fiscal = João Maria de Sousa  
 O Secretário = João Maria de Sousa

Ata da sessão de dia 31 de Julho de 1921  
 Em trinta e um de julho de mil novecentos e vinte  
 e um não houve sessão por falta de número tendo  
 comparecido apenas os membros Presidente e Secretário  
 O Presidente = Afonso de Castro  
 O Secretário = João Maria de Sousa

Ata da sessão de dia 15 de Agosto de 1921  
 Foi quinze dias do mês de Agosto do ano de mil no-  
 vcentos e vinte e um, nesta vila da Montanha  
 Nova e Alto Montemorense de Infancia Social de  
 Sala das sessões da Direcção, onde se encontraram  
 reunidos os Laureatados em Presidente e mais Direc-  
 tores do referido Alto, foi ás vinte horas abertas as ses-  
 são tendo a Direcção reconhecida nesta reunião que  
 por falta ainda não se fizera referenda sobre o  
 novo acto de fidejussão de nomeamento de um  
 membro da Direcção e sobre a nomeação de um  
 dos membros da Direcção para o cargo de secretário

## Anexo 9 - Discrição dos Estatutos do Asilo

### Discrição dos Estatutos do Asilo

#### Capítulo I - Denominação e fins d'esta instituição.

##### Artigo 1º

Esta casa tinha como principal objetivo *recolherem, sustentarem e educarem os órfãos desvalidos do sexo feminino; que, pelo seu estado de pobreza, necessitem de semelhante auxílio; já como internos, semi-internos e pensionistas.*<sup>521</sup>

Termina este artigo deixando em aberto a possibilidade da admissão de crianças do sexo masculino, pois *o fim d'esta instituição é crear o maior numero de indivíduos uteis á sociedade.*<sup>522</sup>

Tal situação nunca se veio a verificar, nos 99 anos de funcionamento. Manteve-se, sempre, exclusivamente feminino, no que se refere aos internamentos. Em 1963, encontrando-se já sob a alçada da igreja, abriu uma sala mista, de jardim-de-infância, como meio de angariação de fundos, onde as crianças externas conviviam com as asiladas.

##### Artigo 2º

A Instituição terá como nome *Asylo Montemorense d' Infância Desvalida – Pátria de S. João de Deos o Pae da Caridade*<sup>523</sup>

#### Capítulo II - Da admissão das creanças.

##### Artigo 3º

O número de crianças a admitir estava de acordo com as *forças do cofre do estabelecimento.*<sup>524</sup>

Quanto mais dinheiro houvesse disponível, maior seria o número de admissões, o que, nem sempre, se concretizou. A relação entre dinheiro e internamentos foi, por vezes, no sentido oposto: os internamentos aumentavam em proporção direta com a falta de fundos, não constando que tivessem existido pedidos de admissão rejeitados.

##### Artigo 4º

As crianças admitidas receberiam *educação moral, civil e religiosa adoptada nos outros estabelecimentos de igual natureza*<sup>525</sup> e no que respeita à instrução, esta era composta por

*Elementos da doutrina christã; Ler e escrever; as quatro primeiras operações arithmeticas sobre*

---

<sup>521</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>522</sup> Esta utilidade estava relacionada com a empregabilidade em serviços domésticos. Não encontrei qualquer documento que levantasse a hipótese, por mais ténue que fosse, de abrir o internamento a crianças do sexo masculino.

<sup>523</sup> Idem

<sup>524</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>525</sup> Idem

*números inteiros e quebrados; História nacional e corographia; Princípios geraes de grammatica portugueza e civilidade; E todos os trabalhos e prendas próprias do seu sexo, e de uma mãe de família.*<sup>526</sup>

#### Artigo 5º

Qualquer criança admitida na instituição não podia ter menos de 5 menos, nem mais de 8 anos; deviam ser órfãs de pai e/ou mãe, ou de ambos, ou sem filiação certa; serem pobres, não terem família que as possa sustentar ou educar e *que seus tutores, curadores, ou protectores, residam há mais de seis mezes n'este Concelho.*<sup>527</sup>; deviam, ainda, estar vacinadas e não sofrer de *moléstia contagiosa.*<sup>528</sup>

A idade limite para a institucionalização, também, nem sempre foi cumprida. Houve crianças que deram entrada com apenas 3 anos e outras com mais de 8 anos. Em 1889, foi institucionalizada Maria do Carmo, com 4 anos; em 1895, Maria Falcão com 3 anos; em 1894 Marianna Lobo com 15 anos; em 1900, Esperança Augusta, com 15 anos.....

#### Artigo 6º

A admissão das alunas semi-internas e externas era regulamentada pelo regulamento interno<sup>529</sup>

### **Capítulo III - Da sahída as asyladas.**

#### Artigo 7º

As asiladas, assim que completassem 16 anos, deveriam ser entregues às famílias, *curadores ou protectores, se estes não houverem requerido esta entrega antes da referida epocha*<sup>530</sup>. Caso a instituição decidisse, que a criança não devia ser entregue a quem a reclamasse, informaria a família e as autoridades para tentarem resolver a situação *que a tal respeito julgar conveniente.*<sup>531</sup> No entanto, houve casos em que as asiladas permaneceram na instituição para além dos 20 anos, como referirei em outro capítulo.

#### Artigo 8º

As alunas que, *pelo bom comportamento e habilitações, tiverem sido promovidas à graduação de ajudantes*, poderiam permanecer na instituição para além dos 16 anos, caso assim o pretendessem. Acrescenta ainda este artigo que, em caso de igualdade, se devia sempre optar, para estes cargos, em primeiro lugar, pelas alunas da instituição. Este artigo levou a que algumas direções, tentando minimizar as dificuldades económicas, despedissem funcionárias, colocando nos seus lugares as asiladas mais velhas.

#### Artigo 9º

Sempre que uma asilada necessitasse sair da instituição, a concelho do médico, para *mudança d'ares, ou por qualquer outro motivo, será entregue a sua família, ou*

---

<sup>526</sup> Idem

<sup>527</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>528</sup> Idem

<sup>529</sup> Não me foi possível encontrar este documento.

<sup>530</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>531</sup> Idem

*protectores, e, na falta d'estes, a uma pessoa idónea e de bons costumes, que se queira encarregar do seu tratamento.*<sup>532</sup>

#### Artigo 10º

As expulsões das asiladas, por *mao comportamento e incorrigibilidade*<sup>533</sup>, quer fossem internas ou externas, eram determinadas no regulamento interno.<sup>534</sup>

### **Capitulo IV - Dos fundos e rendimentos do Asylo.**

#### Artigo 11º

Os fundos do Asilo consistiram nas inscrições da Junta de Crédito Público, que *este vier a possuir por compra, legados ou doações*<sup>535</sup>.

Acrescenta ainda o artigo que, estes fundos nunca poderão ser aplicados em qualquer tipo de despesa, *por mais urgente e justificada que seja.*

#### Artigo 12º

Os rendimentos podiam ser certos ou eventuais. Dos rendimentos certos, constavam; os juros das inscrições averbadas ao Asilo e dos eventuais os donativos, esmolos, legados e subsídios. Estes rendimentos *nunca poderão ter aplicação que não seja a dos encargos d'este estabelecimento, na conformidade dos presentes estatutos.*<sup>536</sup>

#### Artigo 13º

Caso os rendimentos excedessem as despesas e *custeios do Asylo*<sup>537</sup>, os estatutos referem que, este excedentário seria aplicado nos dotes das asiladas que fossem, preferencialmente, órfãs de pai e mãe ou *as que se acharem em total abandono*<sup>538</sup>.

Estes dotes seriam sempre dados em *inscrições de assentamento com reversão para o Asylo por morte das asyladas a quem foram concedidos, devendo portanto averbarem-se somente em nome das asyladas o uso fructo das inscrições, que lhes forem concedidas*,<sup>539</sup> e nunca poderiam exceder *a reis 500\$000 em inscrições.*<sup>540</sup>

Referindo-se a este artigo, o Diario do Alentejo refere:

*...uma particularidade digna de menção encerra os estatutos; e realmente não podemos regatear-lhe os nossos louvores. Quando o rendimento do asylo exceder a despesa, o excesso é aplicado a dotes às asyladas.*

*Os dotes serão em inscrições de assentamento com reverso para o asylo, dada a hypothese da morte da*

---

<sup>532</sup> Idem

<sup>533</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>534</sup> Apenas encontrei dois casos de expulsão por mau comportamento: Hortense Gonçalves e Anna Marmelada.

<sup>535</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>536</sup> Idem

<sup>537</sup> Idem

<sup>538</sup> Idem

<sup>539</sup> Idem

<sup>540</sup> Idem

## **Capítulo V - Da administração do Asylo.**

### **Artigo 14º**

A administração do Asilo estava a cargo de uma direção, nomeada pelo governador civil do distrito, até ao dia 15 de dezembro. Em simultâneo eram nomeados os vogais suplentes.

### **Artigo 15º**

Depois de nomeada, a direção reunia-se no dia 2 de janeiro, para distribuir, entre os seus membros, os respetivos cargos: um presidente, um secretário, um tesoureiro e um ou dois vogais, *e feita a dita eleição, ficará desde logo constituída, e entrará em exercício pelo tempo de dois anos, podendo comtudo ser reconduzida no todo ou em parte, por tempo ilimitado*<sup>542</sup>. O presidente, quando lhe surgia algum impedimento, era sempre substituído pelo secretário e este por um dos vogais.

### **Artigo 16º**

Os cargos da direção eram todos gratuitos.

### **Artigo 17º**

Competia à direção:

- Gerir economicamente o Asilo assim como tratar da alimentação, vestuário, saúde e educação de todas as alunas; opinar sobre as admissões *tendo sempre em vista o que a tal respeito fica disposto no capítulo;*
- Nomear uma regente, professoras e restantes empregadas e *estabelecer-lhes os ordenados adequados á natureza e importância dos seus serviços.*<sup>543</sup>
- Organizar e fazer executar o regulamento interno;
- Zelar pelo destino das crianças, à saída da instituição, e decidir o número de admissões;
- Enviar, anualmente, o orçamento, até 31 de março de cada ano, e as contas do ano anterior, até 31 de julho, às entidades competentes;
- Organizar, mensalmente, *a conta de receita e despeza do Asylo para ser afixada na casa da entrada d'este estabelecimento, e, sempre que possa ser, publicadas, assim como as geraes do anno no jornal mais lido n'esta villa.*<sup>544</sup>;
- Escalonar os seus membros de modo a que, diariamente, um visite a instituição, vigiando a distribuição dos alimentos, a manutenção da ordem interna e o cumprimento do regulamento;
- Promover todas as fontes de receitas possíveis para sustentar a instituição; estabelecer um calendário de reuniões (duas por mês);
- Regular e conceder licença para as visitas dos familiares ou responsáveis pelas crianças evitando *qualquer abuso, tanto nas visitas, como em outra qualquer ocasião.*<sup>545</sup>

---

<sup>541</sup> Diario do Alemtejo (27/10/1886)

<sup>542</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>543</sup> Idem

<sup>544</sup> Idem

### Artigo 18º

Ao presidente cabia:

- Dirigir a discussão dos negócios e manter a boa ordem e regularidade dos trabalhos;
- Assinar a correspondência;
- Assinar, em conjunto com o secretário, as ordens de pagamento e despesas;
- *Dirigir e fiscalizar toda a escripturação.*<sup>546</sup>

### Artigo 19º

Era da competência do secretário:

- Zelar por *toda a escripturação e expediente do Asylo*<sup>547</sup>;
- Assinar os documentos de receitas e despesas;
- Registrar as admissões e as saídas das alunas, a correspondência expedida e *conservar a escripturação com a maior regularidade possível, para poder ser examinada a qualquer hora.*<sup>548</sup>

### Artigo 20º

Ao tesoureiro competia:

- Responsabilidade pelos fundos do Asilo;
- Receber as receitas (assinadas pelo secretário) e passar os respectivos recibos;
- Efetuar os pagamentos autorizados;
- Prestar mensalmente contas à direção.

### Artigo 21º

Os vogais deviam assistir a todas as reuniões da direção e participar na inspecção semanal do Asilo, alternando com o presidente, secretário tesoureiro.

e



## **Capítulo VI**

### Artigo 22º



Livro de Atas (1903/1908)

Livro de Correspondência  
Expedida

<sup>545</sup> Idem

<sup>546</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>547</sup> Idem

<sup>548</sup> Idem

*Para escripturação do Asylo haverá os seguintes livros:*<sup>549</sup>

- Livro de atas da direção;<sup>550</sup>
- Livro de matrícula das asiladas e semi-internas;<sup>551</sup>
- Livro de conta corrente;
- Livro de receitas e despesas;
- Livro de correspondência;
- Livro de entrada e saída de géneros alimentícios;
- Livro para registo e opinião dos visitantes.

*E além d'estes os mais que a experiencia e o progresso do estabelecimento tornar necessário.*<sup>552</sup>

#### Artigo 23º

*Logo que haja asyladas ou alumnas habilitadas para os diferentes misteres do estabelecimento serão sempre estas preferidas a qualquer outras pessoas estranhas ao Asylo.*<sup>553</sup>

#### Artigo 24º

*Todas as asiladas, ao saírem da instituição, depois de terminada a sua educação, tinham direito a um diploma que lhes sirva de documento e recommendação para o destino a que se dedicarem.*<sup>554</sup>

#### Artigo 25º

*Esta instituição também passava diplomas aos benfeitores, ou protectores do Asylo*<sup>555</sup>, que tivessem contribuído para o sustento da casa.

#### Artigo 26º

*Para que tenha validade qualquer alteração que de futuro se venha a fazer n'estes estatutos, será indispensável a aprovação da autoridade superior competente.*<sup>556</sup>

---

<sup>549</sup> Idem

<sup>550</sup> Só se encontram no Arquivo Municipal as fotocópias dos livros de atas entre os anos de 1903 e 1931, em 3 volumes diferentes. De 6 de janeiro de 1903 a 5 de fevereiro de 1908; de 10 de fevereiro de 1908 a 31 de dezembro de 1920 e de 15 de janeiro de 1921 a 30 de junho de 1931. Os originais estão na posse de um particular

<sup>551</sup> Nestes livros podemos encontrar: data de admissão no Asilo; nome das crianças; a filiação; naturalidade; idade quando da admissão; habilitação à entrada para a instituição; data de saída do Asilo; Escolaridade, quando da saída do Asilo. No espaço destinado às observações está registado qual o regime em que se encontram a frequentar o Asilo (gratuita, pensionista interna e pensionista externa).

<sup>552</sup> Estatutos do Asilo (26/10/1877)

<sup>553</sup> Idem

<sup>554</sup> Idem

<sup>555</sup> Idem

<sup>556</sup> Idem

te a Direcção, vai em desenvolvimento segundo  
deu, seguindo o plano de obras, secretaria,  
a Pulcra e a assistência  
O Presidente = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~  
O Tesoureiro = ~~José Maria de Almeida~~  
O Vogal = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~  
O Secretário = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~

Acta da sessão do dia 30 de Novembro de 1928  
Neste dia não houve sessão por nada haver a  
tratar, tendo comparecido apenas os senhores  
Presidente e Secretário.

O Presidente = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~  
O Secretário = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~

Acta da sessão do dia 15 de Dezembro de 1928  
Neste dia não houve sessão por nada haver a tratar,  
tendo comparecido apenas os senhores Presidente e  
Secretário.

O Presidente = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~  
O Secretário = ~~Agostinho Lourenço Lourenço~~

Acta da sessão do dia 31 de Dezembro de 1928  
Nos trinta e um dias do mês de Dezembro de ano de mil  
novecentos vinte e oito, nesta vila de Beja, no município de Beja,  
e Arco de Montemor de Lufancía, Sala  
das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos  
os Excepcionários Presidente e mais Directores do  
refeito Arco, foi às dez horas abertas as sessões.  
A Direcção, apreciando o importante melhoramento  
com que o Excepcionário Presidente da Comissão Adm.  
municipal da Câmara Municipal de Beja, com a

... e a cargo de Professora de Letras, e assim, esta  
 mesma acta a Direcção accresceu, posteriormente, a  
 Professora Regente desta turma, a Professora de Letras do mes-  
 mo a Senhora Dona Maria Cristina Latham, devendo  
 entrar em exercício no dia primeiro de fevereiro mês de  
 Fevereiro, chamada à data das sessões a Senhora Dona  
 Maria Cristina Latham declarou esta acceptar o cargo  
 de Professora Regente que acaba de lhe ser confiado  
 agradecendo à Excelentíssima Direcção, tal elevada proce-  
 der, consideração e confiança. O Senhor Presidente fran-  
 te lhe mandou um abraço, para seu título, comunicando-  
 lhe tal nomeação. A mãe havendo nada mais a tra-  
 tar foi encerrada a sessão, da qual, para constar a  
 honra esta acta, que depois de lida em seu alto par-  
 te a Direcção seu seu devedamente assinada. E em fim  
 Alvará de elle, p. secretario a subscreei e assig.  
 O Presidente - Pedro dos Santos Latham  
 O Financeiro - João de Deus  
 O Fiscal - João de Deus  
 O Fiscal - João de Deus  
 O Secretario - João de Deus

Acta da sessão do dia 23 de Fevereiro de 1921  
 Com vinte e sete de Fevereiro de mil novecentos e vinte  
 e um não houve sessão por falta de numero tendo com  
 parecer apenas os Senhores Presidente e Secretario.  
 O Presidente - Pedro dos Santos Latham  
 O Secretario - João de Deus

Acta da sessão do dia 15 de Março de 1921  
 Nos quinze dias do mês de Março do ano de mil nove-  
 centos e vinte e um nada mais das Sontemas a flôr e  
 Nilo Antimaciano de Infancia e Desvalida Jaba das sessões

Anexo 12 – Hino do Asilo Montemorense

*L. J. Lopes*

**H Y M N O**

Do  
ASYLO MONTEMORENSE  
Da infancia desvalida  
Musica  
de  
**Antonio do Nascimento e Oliveira**  
Poesia  
de  
**D. J. J. LOPES PRAÇA**  
Preço 2-40r.  
*Armazem de musica, pianos e outros instrumentos de  
Luzia & C. Camoegiz. Rua Nova da Almeida 94 e 96.  
Propriedade do Asylo*

*L. J. Lopes*

Anexo 12 a) – Hino do Asilo Montemorense

1

# HYMNO

*Do Asylo Montemorense D'infancia desvalida*

Poema do Dr. Joze Joaquim Lopes Praga.

♩ Tempo de Musarica. *Musica de Antonio de N. a Oliveira.*

CANTO

PIANO

The musical score consists of three systems. The first system shows the vocal line (CANTO) and the beginning of the piano accompaniment (PIANO). The piano part starts with a series of sixteenth-note patterns. The second system continues the piano accompaniment with more complex rhythmic figures. The third system shows the piano accompaniment concluding with sustained chords and a final cadence.

Anexo 12 b) – Hino do Asilo Montemorense

2

*Ca-ri-da-de be-né-li-ta tu se-jas, Que nos*

*das a Alma-to e U-ni-ão: Nós bei-ja-mos as mãos tem-ple-*

*-ze-jas, Es-sas mãos que confor-te nos dão. Nós bei-*

*-ja-mos as mãos tem-ple-ze-jas, Es-sas mãos que confor-te nos*

The image shows a page of a musical score for a hymn. It consists of six systems of music. Each system has a vocal line on a single staff and a piano accompaniment on two staves (treble and bass clef). The music is in a minor key, indicated by one flat in the key signature. The lyrics are in Portuguese and are written below the vocal line. The score includes various musical notations such as notes, rests, and dynamic markings like 'f' (forte). The page is numbered '2' in the top left corner.

Anexo 12 c) – Hino do Asilo Montemorense

The image shows a page of a musical score for the hymn "Hino do Asilo Montemorense". The score is written for voice and piano. It consists of six systems of music. The first system is labeled "VOZ" and "3". The lyrics are in Portuguese. The piano accompaniment includes dynamic markings such as *f*, *ritardando*, and *ritornello*. The score concludes with a double bar line and the initials "H.C.S.".

*VOZ* 3

*f* Entre esse theparais d'essa vi-da Ai que ne-gras d'elli no se-

*f* Entre esse theparais d'essa vi-da Ai que ne-gras d'elli no se-

*f* sua! De pe-que nassem paz, n'essa vi-da Eis nos te-das d'essa bra-da

*f* sua! De pe-que nassem paz, n'essa vi-da Eis nos te-das d'essa bra-da

*ritardando*

*p* cruz Eis nos te-das d'essa bra-da cruz

*p* cruz Eis nos te-das d'essa bra-da cruz

*ritornello* *f* *ritardando*

*ritardando*

H.C.S.

facultades, tem tereira para a tuberculose, a Direcção se dirige a Assistência Nacional, para obter a um albergue das mesmas n'algum do sanatório e cargo da mesma Assistência, e que logo já se offerece ao Provedor da Misericórdia pelo bom trato logo da Misericórdia agradecer o bom com que foi tratada esta e outra amaldiçada durante a permanencia d'elle, no hospital d'esta villa.

Este acto pelo thesoureiro foram apresentadas as contas da receita e despeza dos meses de outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro verificando-se que n'esse periodo a receita foi, incluso o saldo que tem vindo incluido 599\$119,00 e a despeza de 543\$634,00 reis e o saldo de 55\$485,00 reis

E não havendo mais nada a tratar, emarchou-se a sessão de que se lavrou esta acta que lida e approvada foi assignada

Antônio Chaves d'Almeida, Sec.

José de Almeida, Sec.

Antônio Justino da Costa, Sec.

Antônio Justino Rodrigues d'Almeida

Acta da sessão

em 4 d' Abril de 1907

Aos quatro d' Abril de mil novecentos e sete pelas 5 horas da tarde na sala das sessões da Direcção do Hospital Montezano,

22  
Gouveia

renda d' Infancia desvalida, compareceram  
 todos os membros da Direcção no fim d'esta  
 assignatura. Pelo sejal se Doutor Cunha foi  
 apresentada uma queixa por escripto, enviada  
 a Direcção pela Regente D. Luiza Roberto  
 contra a Alunada Roberta. Lida a queixa,  
 foi chamada a dita regente que confirmou  
 a queixa e citou varios casos de desobediencia,  
 indisciplinay e mau comportamento da mes-  
 ma alumada. Em seguida foi chamada a  
 professora Thozza Ferraz, que apontou ma-  
 uos casos de desobediencia e maldade da mes-  
 ma Roberta. Foi tambem chamada a professora  
 de Costura D. Francisca, que confirmou tudo  
 quanto disseram as outras habendo e citou  
 novos casos. Depois foram chamados os auxiliares  
 Vicencia e Carolina que confirmaram tudo quanto  
 affirmaram as empregadas. A regente dis-  
 seram outras. A Roberta, sendo interrogada pediu  
 del' rigor alguns factos e confirmou explicando-a  
 a ser modo alguns actos muito correctos pra-  
 cticados por elle. A Direcção resolveu que a ac-  
 cusada fosse applicada o seguinte castigo:  
 Que durante o acto esteja por todos os actos a  
 dita alumada de pé, em lugar separado dos  
 outros alumnos, tornando as refeicoes na  
 mesma posicao; que alem d'isso fique privada  
 do seu recreio durante o mesmo tempo, e  
 que se lhe imoveve o nome no quadro me-  
 gno que se acha patente na escola. Não

deliberação fazer sentos as impugnações que tiveram  
uso total a modificação nas expressões no acto  
de reprehensão as demandas, isto que em  
tos actos de insubordinação são originados da  
insubordinação das expressões impugnações na  
reprehensão. E não havendo mais nada  
a tratar incorporou-se a sessão de que se tra-  
vava esta acta que lida e approvada era por  
tudo assignada

Antonio Maria d'Almeida - Secy

João de Deus

Antonio Justino da Costa Traca

Antonio Justino Rodrigues d'Almeida

Acta

da sessão de 18 de abril de 1907

No dia deito de abril de mil novecentos e sete  
na sala das sessões da Direcção de S. Paulo e Monte-  
moreno e Infancia Desvalida por quatro  
horas da tarde compareceram os membros da  
Direcção no fim d'ista assignação não com-  
pareceram o Sr. Presidente Antonio Maria d'Al-  
meida e Silva por motivo de grave doen-  
ça que o retém de cama; por isso na uni-  
formidade do disposto no estatuto tomou a  
presidencia e secretaria Antonio Justino  
Rodrigues d'Almeida, assistido de secretario o  
Sr. Senhor Doutor Affonso Augusto Cunha  
Junior. Foi presente uma reclamação da profa

Acta da sessão do dia 23 de abril de 1912

Atos pinto e pres. deus do meq. de abril de mil novecentos e doze, nesta sala de Montemuro-o-Novo e sala das sessões da Direcção do Arco Montemuroense d' Lufancão Descolada; onde compareceram os membros da Direcção com fim desta acta assumida, foi pelas dezesseis horas abertas a sessão pelo cidadão presidente e por ele foi dito: que a regente do archo, D. Lawrence Calças Varela, lhe communicou a reprodução d'uma carta da eschola e d'ua adjectiva d' Marmelada para José Joaquim Pereira, de modo-lhe que não era possível mandar-lhe o archo de dia os molhos das febraduras que ele lhe fedira;

Que lhe parece muito grave esta queixa da regente, tanto mais que a mesma eschola se negou a mostrar-lhe a carta, que disse ter recebido, e a dizer-lhe o que da continha mais;

Que por ter ficado convencido de que a carta fazia qualquer reproche de agradavel a regente, e ainda por lhe parecer indispensavel que a eschola seja ouvida em sessão da Direcção acerca do assumto da carta, mandou a mesma regente a maior vigilancia sobre a resposta eschola para evitar que da pratique qualquer acto oneroso comto emquanto permanecia no Archo.

Que visto das palavras proferidas pelo presidente, resolveram os ditos membros que a Marmelada seja ouvida em sessão com de primeira instancia. Não havendo mais nada a tratar, encerram-se a presente sessão, da qual, para puztas, se lavrou esta acta. E em fecho d' Thomeo Barreto, secretario, e assinado

José Joaquim Pereira  
 Thomeo Barreto

Ata da sessão do dia 5 de Maio de 1912

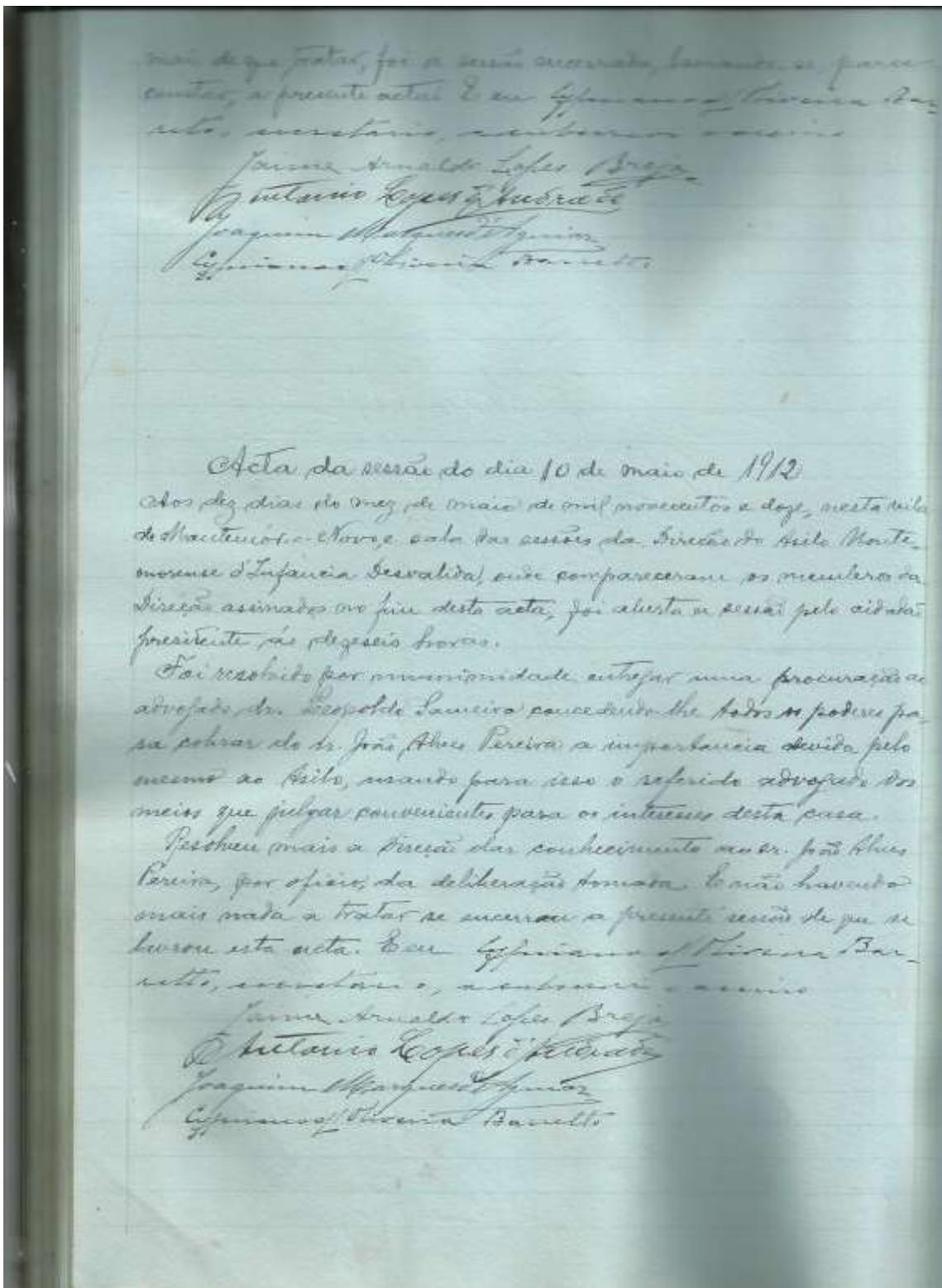
Em seis dias de meo de maio de mil novecentos e doze, nesta sala de Montemor e Nova e sala das sessões da Direcção do Sítio Montemor, senão d'Influencia) localida, onde compareceram os membros da Direcção no fim desta acta assinados, foi aberta a sessão ás dez e meia horas pelo cidadão presidente, o qual disse:

Deo pela referida de Sítio D. Laurencea Calças Valente, lhe foi communica-  
 que se ouvira do mesmo Sítio, em brevidade, se na manhã de dia anterior,  
 encontrara abertas as portas de junção para a antiga portaria, suspen-  
 tendo por isso de qualquer acto grave praticado pelas aciladas Ana Maria  
 Paula Marmelada e Restante fonsalves, ás quaes já tinham sido aprezen-  
 tadas pastas de maneiro?

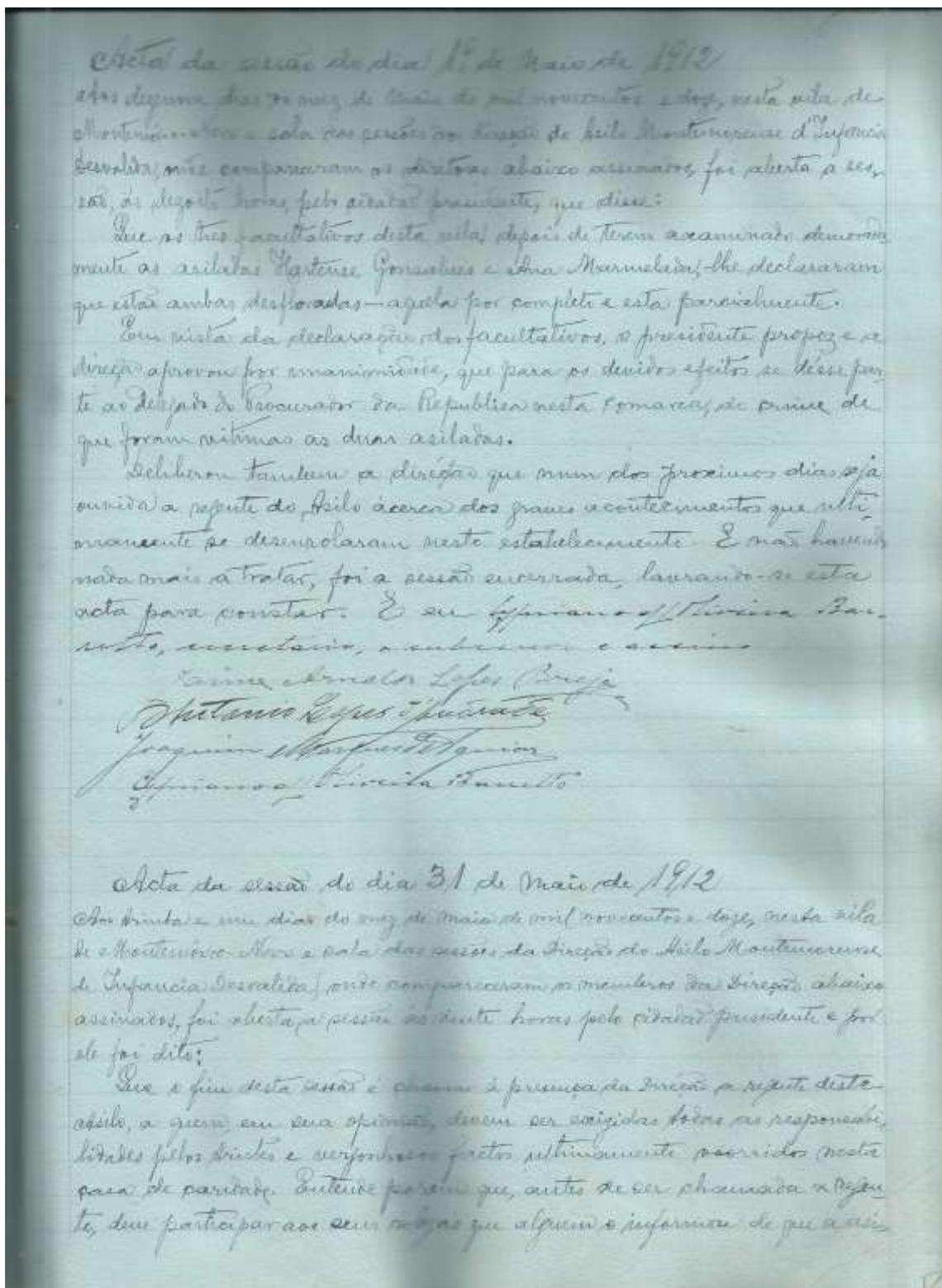
Respondeu a Direcção chamar immediatamente a sua presença as referidas  
 aciladas para serem ouvidas sobre o caso que acabava de lhe ser parti-  
 cipado pelo presidente e sobre a carta a que se refere a acta de vinte  
 e tres de abril proximo findo; e por elas foi dito que efectivamente no dia  
 em do corrente meo levantaram as portas vinte e tres horas e meia e di-  
 stiram-se a uma casa que junto da antiga portaria, tem uma pe-  
 quena janela sem grade que communica com a cerca de cima, onde  
 estavam com os respectivos namoros, isto é, a Hortense com Antonio Tom-  
 euzo Nogueira Junco, e a Ana, com José Joaquim Fervira. Disseram  
 tambem as referidas aciladas que as portas foram abertas por elas dias  
 antes a pretzete de irem tratar de gagemetro; que muitas vezes falavam  
 com os namoros e entre elles quando saiam a passeio com as demais  
 aciladas e a repute, que não impediu que elas se apresentassem da gruppa,  
 tendo assim tempo a que com elles conversassem a vontade.

Acerca da pasta aprezenhada pela repute d' Marmelada, disse  
 esta que na referida carta, além da parte ja conhecida, dizia tambem  
 que tendo ido todas as aciladas passar, estiveram por algum tempo fora  
 das junto da effeja de S. João, onde foram a repute de maneiro com José  
 e Manoel e Alves.

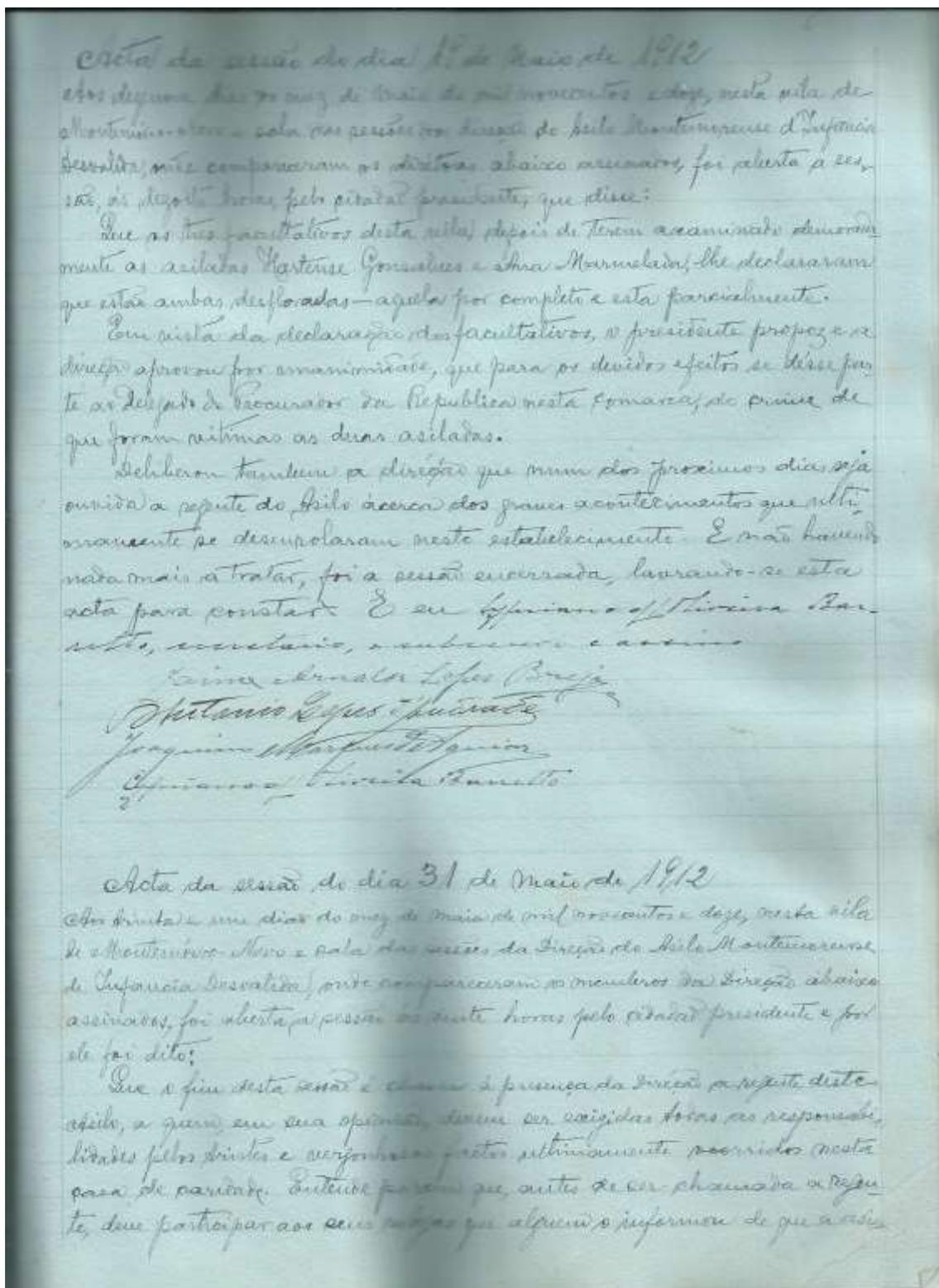
Além destas declarações, e de ter ainda mais queas, foram feitas pela Mar-  
 melada como pela Hortense, ascolhem os directores presentes ouvidas os  
 Sítios de Montemor e Nova a fazerem um exame ás demais aciladas, por  
 não ficado convencidos de que outras foram desfloradas. E não havendo



Anexo 16 – Ata de 19/5/1912



Anexo 17 - Ata de 31/5/1912



relata a mesma, tendo sido ao tribunal feitas declarações acerca da queixa apresentada pela Direcção, dizendo, na data das declarações, que responderia a tudo que lhe fosse perguntado e dirias algumas coisas a respeito de um tal José Pilha, que entra frequentemente no Asilo em serviço da sr.<sup>a</sup> regente. O

Chamada em seguida a presença da Direcção, foi por ela dito que ora verdadeiramente as palavras que lhe são atribuídas porque sabe que o José Pilha <sup>estava</sup> sempre de nome Carlos ora, que foi saído de Asilo, sendo encontrado agarrado a ela na chaminé da casa da ca., e também da dinda acitada Margarida do Norte, a quem pig levantar as saias, perseguindo esta Sr.<sup>a</sup> se livre dele porque entrou pela sr.<sup>a</sup> regente.

Ouvindo em seguida a Margarida do Norte, corroborou em absoluto as palavras da Hortense e ambas disseram que a regente tivera conhecimento destas proezas de Pilha, porque foi informada pela velha criada do Asilo, de nome Maria.

Em seguida comparecer perante a Direcção a regente Leocadia Calças Valente, a quem o cidadão presidente, levou com os seus colegas Barreto e Lopes, mostraram, profundamente magoados, as responsabilidades, que sobre ela impendem nos graves acontecimentos ocorridos com as acitadas Hortense e Margarida e os seus vizinhos, mais atentos de que acabam de ter conhecimento.

A regente, protestando contra as palavras dos distantes, disse que nos primeiros acontecimentos, nenhuma responsabilidade lhe cabe e, os segundos, nunca tivera conhecimento. A isto replicaram os mesmos directores que a responsabilidade, tanto nuno como noutro caso, é unicamente da regente, que tem por dever vigiar convenientemente as acitadas de forma a impedir a pratica de tais abusos; e a Direcção tem a certeza absoluta de que não havia a vigilância devida, não só porque se a houvesse estes tristes acontecimentos não se teriam verificado, mas também porque, pelas declarações das acitadas e pela leitura de cartas dos namorados, se depreende que elas falavam com os namorados quando a ordem

queriam) sem que pessoa alguma devesse se oppôr.

Como a referida declaração que não teve conhecimento das pro-  
prias atribuições de José Pelha, foi immediatamente acorrida com  
a criada Maria, qual disse ter informado devidamente a  
repute dos factos praticados pelo José Pelha, logo que d'elle teve co-  
nhecimento e não ser por isso verdadeira a assignação de igno-  
rancia.

Em vista da afirmativa da criada Maria, não entrou a repu-  
te perante a sua negativa, antes affirmado, ante a suspeita de que  
toda pelo presente de mais alguma vergonha praticada a dentro do  
asilo, não se ter passado mais coisa alguma, — o que prova evi-  
dentemente serem verdadeiras as declarações das Srs. Hortense  
e Margarida de Norte, e da criada Maria.

Em virtude da gravidade dos factos já conhecidos e dos que nes-  
ta sessão se apuraram, a Direcção resolveu reunir áncaria para  
adoptar medidas energicas e tendentes a pôr sobre a todos os  
olhos que tanto concernem para o desprestigio desta casa.

Delibera-se mais subtejar a Srta. Hortense de Souza M.  
mãe-pá, visto que é casada, desde de alguns annos, e por conse-  
quente a sua permanencia no Asilo.

Como não haver mais nada tratar foi encerrada a sessão, be-  
nendo-se a presente vista para que conste de que se passou  
e em offim do Sr. Director Duarte, e secretario  
a subscreevi e assino.

Declaramos que esta linha 5.ª do pag. 39.ª se abiscionou a esta  
linha tendo abiscos entre as palavras Pelha e donna.

José Antunes Lopes Diretor  
Joaquim Margarido de Souza  
Antonio de Oliveira Banette

Acta da sessão do dia 1 de junho de 1912  
das primeiras duas horas de manhã de seus movimentos e logo  
na sala de Montemor e logo a sala das sessões da direção do  
Colégio Montemoreno de Infância Desvalida reuniram-se os  
membros da direção do mesmo Colégio adiante assinados para  
resolverem sobre os graves factos ocorridos e expostos na acta  
de trinta e um de maio.

Examinados o relato e ponderados convenientemente esses factos, a  
direção:

Considerando que este Colégio é um estabelecimento de beneficência  
para que devam conquistar-se todas as sympathias por meio  
duma acção de benefícios e salutaris exemplos de moralidade;

Considerando que os factos ultimamente desmoroados nesta  
casa, cujo relato se encontra nas actas anteriores, não só podem  
contribuir não só para o desprestígio mas também para  
o desmoronamento desta obra de beneficência a que fazem  
falta todas as proteções;

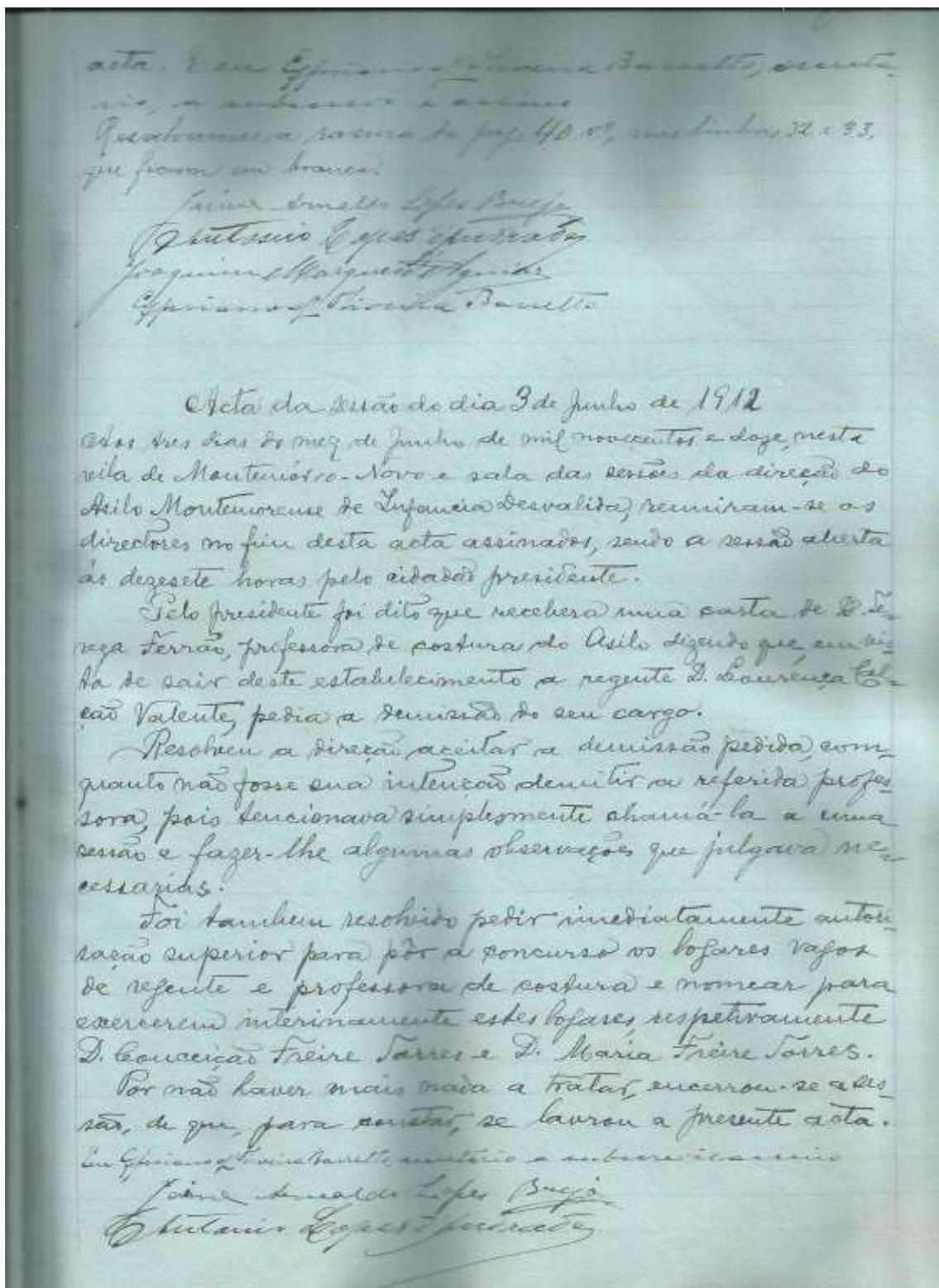
Considerando que a repente D. Lourença Calçada Várzea  
não tem ultimamente correspondido ao fim para que foi  
nomeada, antes faltando ao cumprimento de seus deveres não  
exercendo a necessaria vigilância - o que deve ser resultado  
a realiação de factos tristes e vergonhosos que certamente se  
teriam evitados se aquella vigilância existisse;

Considerando que a responsabilidade de tais factos é unica-  
mente da referida repente, que nem sequer participou da  
direção, alguns daquelles da que teve conhecimento e antes do  
negou;

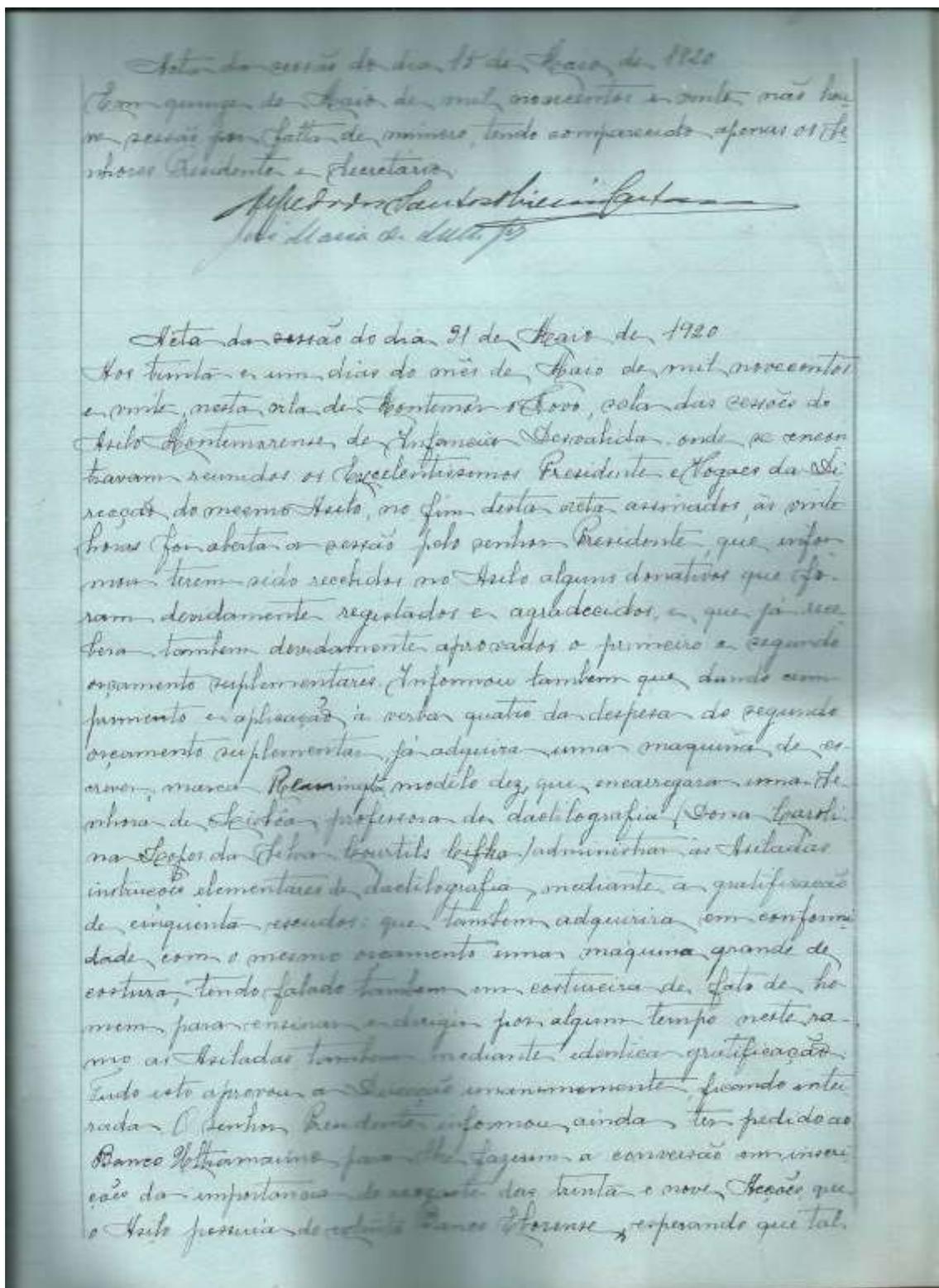
Considerando que tal procedimento merece severa punição  
e em face d'ele não pode nem deve a referida repente me-  
recer mais a confiança desta direção; delibera a  
mesma punir a repente a pedir immediatamente a exo-  
neração do seu cargo -

E não havendo outro assunto a tratar, encerrou-se  
a presente sessão, de que, para constar, se lavrou esta -

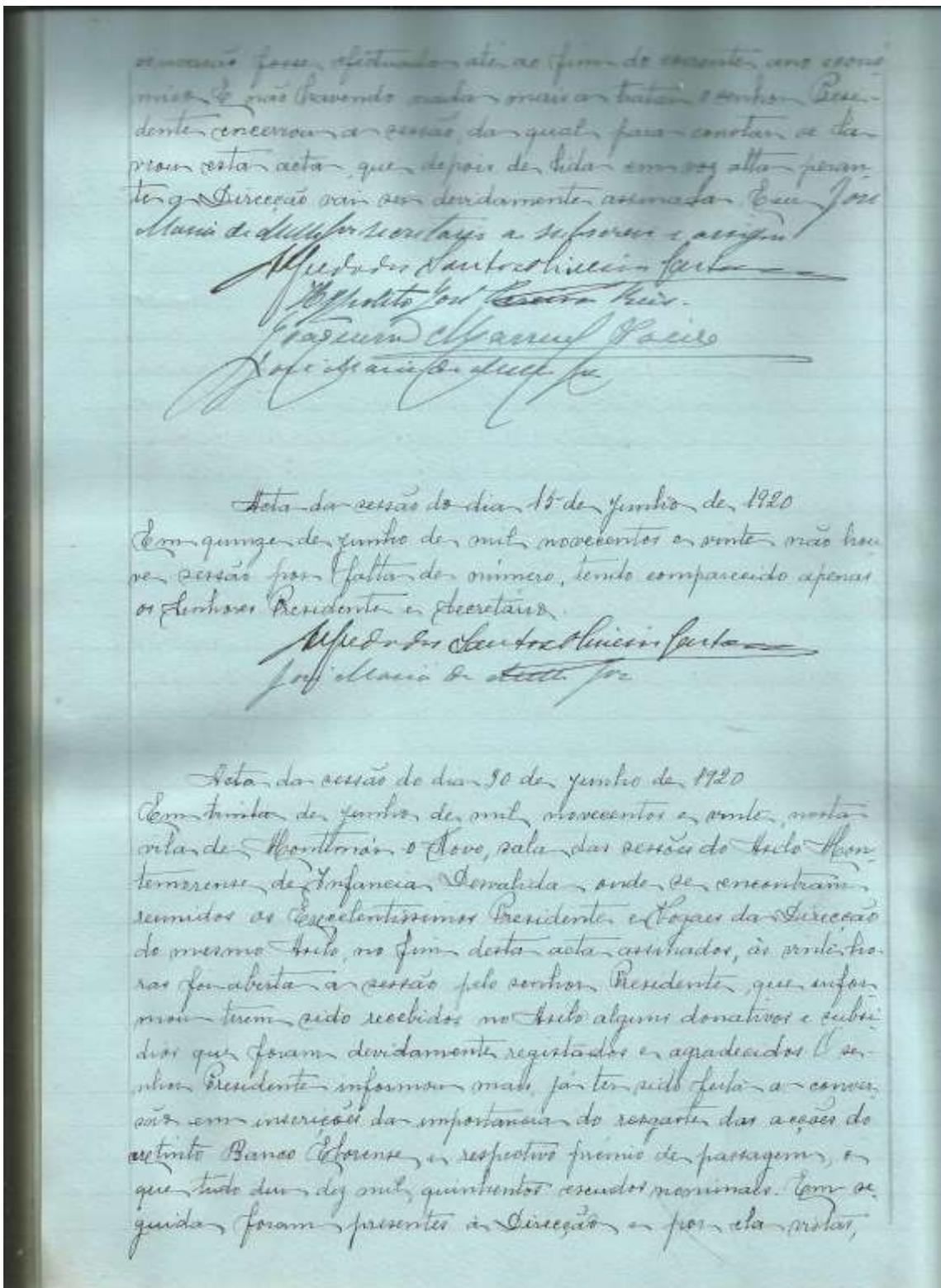
Anexo 18 a) – Ata de 1/6/1912



Anexo 19 – Ata de 31/5/1920



Anexo 19 a) - Ata de 31/5/1920



Anexo 20 - Ata de 15/7/1921

os foram lidas e examinadas, foram as mesmas lidas e abertas e  
 assim pelo Senhor Presidente, quem informou terem sido  
 recibidos no título cinco donativos, que se achavam devidamente  
 requeridos e agradecidos, donativos estes recibidos durante o  
 mês. Foram presentes as atas examinadas conferidas e aprova-  
 das unanimemente as contas dos recibos e despesas deste  
 título relativas ao ano economico que se ha findo e bem  
 assim todos os documentos que lhes servem de base, veri-  
 ficando-se que a receita (incluindo o saldo do ano anterior)  
 foi de nove mil novecentos e trinta e cinco e um centavo  
 e a despesa de cinco mil novecentos e noventa e nove  
 e setenta e oito centavos, transitando, portanto, pa-  
 ra o ano economico seguinte um saldo de tres mil nove-  
 centos e setenta e oito e tres centavos. Com respeito  
 foram convidados a comparecer na aula de 21 de  
 setembro o Sr. Professor e a Professora a fim de informarem a Di-  
 reccão acerca do aproveitamento e comportamento das Alu-  
 das de informaçõs foram boas e a Direccão declarou-se  
 satisfeita tendo as Expressões de leticia pedido licença para  
 apresentar, neste anno, um exame de admissoes ao Liceo de  
 unidade Rosaria Maria Brava, licença que lhe foi  
 concedida. E não havendo mais a tratar foi en-  
 cerrada a sessão da qual para constar se lavrou este  
 acta que depois de lida em voz alta perante a Direccão  
 vai ser devidamente assinada. E eu fundador  
 do Liceo, secretario e subscrisor e assino  
 O Presidente - *Alfredo de Azevedo*  
 O Secretario - *João Maria de Azevedo*  
 O Legal - *João Maria de Azevedo*  
 O Legal - *Alfredo de Azevedo*  
 O Secretário - *João Maria de Azevedo*

Acta da sessão do dia 15 de julho de 1921  
 aos quinze dias do mês de julho do anno de mil novecentos

Anexo 20 a) – Ata de 15/7/1921

Fora ainda o mesmo, visto pela de Honra e de  
Aulo Honorarissimo de Infancia Sacerdote, pelo seu  
caõ da Direccão, onde se encontravam reunidos os Senhores  
Presidentes e outras Sinceras de respeito pelo  
as vobas horas abata a poesia, pelo Senhor Presidente,  
que informam ter já recebido devidamente a proposta  
orçamento ordinario para o corrente ano economico, que  
tornando a Direccão e Senhor Presidente a ordenar o  
pagamento de todas as verbas de despesa constantes de  
dito orçamento e sem serem as de qualques orçamen-  
to suplementar que a Direccão organize e seja aprova-  
do, ali as fim do ano economico, o que o Senhor Presi-  
dente agradece. O Senhor Tesoureiro deu conhecimento  
de que receberá duma formosa de fortuna no obargo por  
quim Pedro de Aguiar desta villa a quantia de duzentos e  
noventa e cinco e vinte e tres centavos, e do Palácio Aldeia  
a doze e dez e duzentos e cinco, alem de outros de frequencia  
importancia que se acham como aquelles <sup>compartilhadas</sup> deuctivamente  
lançados no livro competente. Foi resolvido que se ordena-  
dos os cahares se continuem a pagar aos trimestres, como  
a desejo das interessadas. O Senhor Presidente desbaroi-  
to conseguiu organizar uma formosa para ter a efec-  
to um principio de Agosto com benefícios em favor deste  
Aulo no fimatographo desta villa, e em outras Comi-  
sas dedicadas tempo do bilio que vai organizar duas cor-  
sidas, uma de vacas em catoyra de Agosto e a outra  
de touros e ocaes para quatro de Setembro, ambas tambem  
em favor (produto liquido) deste Aulo, com o que a Di-  
reccão se mostrou unanimente satisfeita. Talon se da  
fortes da casa, ficando assente se realize a vinte e coi-  
te e vinte e nove de Agosto, conferindo de da faz a Di-  
reccão ao Senhor Presidente todos os poderes para se par-  
gare, como entendido das mesmas cartas. Foram presen-  
tes as contas de receita e despesa relativas ao ano eco-  
nomico proximo, sendo de vinte e noventa e cinco e vinte.

a qual os assuntos em ante e com todos os documentos  
 e orçãos, e depois de conferidas e bem examinadas foram  
 unanimemente aprovadas e estimadas pela Direccão, lo-  
 do se observando todas as formalidades da actão. — Resolven  
 a Direccão que a asilada Ina Rita Pereira de vinte  
 e dois annos de idade, que não tem aptidão de escrever  
 alguma, pede que não se faça collocar a nem ensinar  
 como criada de casa, se conservar por mais alguma tem-  
 po no hote até se lhe conseguir destino conveniente, ficando  
 de mais como tutelada, mas como ajudante da cozinheira,  
 sendo ordenada em si pela comida, roupa e vestuario, o  
 que faz não se pouca atendendo a que nada se pode  
 esperar dos seus serviços. — A Direccão autorizou a saída  
 definitiva de hote da asilada Virginia das Neves Pereira  
 de dezessete annos de idade, a fim de se entregar  
 nas cuidados do Senhor Manuel Eduardo da Silva e de  
 sua mãe Dona Maria Benedicta de Aguiar e Oliveira,  
 residentes em Lisboa; e por proposta do Senhor Jose  
 reis autorizou tambem a saída definitiva de hote da  
 asilada Maria Jose Marques de doze annos de idade, a fim  
 de se entregar ao cuidado do pai, e ao dos seus avos  
 Senhor Francisco Henriques da Conceição e as suas esposas  
 Dona Maria Luiza da Conceição, residentes em Lisboa  
 e não podendo a Direccão, por falta de recursos, conti-  
 nuar a manter no collegio Inglês da asilada Virginia  
 da Conceição, e tendo se oferecido a illustre  
 e distinta Professora desta villa, Sr. Julia da Piedade  
 Traves, para as ensinar gratuitamente e preparal-as pa-  
 ra o exame de admissoes da Escola Normal, a Direccão  
 accitou reconhecer e reconhecer a existencia de nova no hote,  
 não faz como asilada, mas como ajudante da escola  
 primaria, passando a se diariamente a casa da pro-  
 fessora referida receber as suas lições. — E não havendo mais  
 a tratar, foi encerrada a sessão da qual  
 para constar se lavrou esta acta, que depois de lida

reunidos na Excelentíssima Presidência e depois da leitura do  
mesmo livro, no fim desta acta, os senhores de nome, a  
foi aberta a sessão pelo senhor Presidente, que informou  
terem sido recebidos no livro alguns donativos que foram  
devidamente registados e agradecer os mesmos, e depois  
uma das senhoras da casa, de nome, e também de ser  
neste, o qual foi unanimemente aprovado, e compareceu a  
esta reunião a senhora Professora Dona Maria Luísa  
ma Galvão para informar a Excelentíssima Direcção  
de que a Associação Camararinho fazia exame de admis-  
são ao Liceu, em nome do corrente, tendo dado algumas  
provas, para a Licença para ensinar pela colação desta  
Academia em qualquer colégio onde pudesse seguir os estudos.  
A Direcção felicitou a senhora Professora e pelo bom êxito  
do exame, da sua discípula, e prometeu tratar definitiva-  
mente do assunto da colação da pequena escola, colégio  
antes do começo do próximo ano lectivo. O senhor Presidente  
informou ter sido mandado proceder varias reparações e saneamentos  
no edificio e que foi muito particularmente por dedicação  
dos do livro, que devem conservar o anónimo. E não ha-  
sendo mais nada a tratar, foi encerrada a sessão, da  
qual para constar se lavrou esta acta, que depois de  
lida em voz alta perante a Direcção foi devidamente  
assinada. E em foi lida em voz alta a seguinte resolução  
subscrita assim

Affirmação da Direcção da  
 Associação Camararinho  
 Joaquim Chaves de Sá  
 José Maria de Sá

Acta da sessão do dia 31 de Agosto de 1920  
 Aos trinta e um dias do mês de Agosto do anno de mil e  
 novecentos e vinte, nesta sala de Actas, sala de

Anexo 22 – Ata de 31/8/1920

reunidos os Excecellentissimos Presidente e depois da leitura do  
 mesmo bulto, no fim desta acta, successos, se sobre a mesma  
 foi aberta a sessao pelo Senhor Presidente, que informou  
 terem sido recebidos no bulto alguns donativos que foram  
 devidamente registados e aquillicados e apresentou o progra-  
 ma da festa da casa para as noites e noites e tanta de cor-  
 rente, o qual foi unanimemente approved e compareceu a  
 esta reuniao a Senhora Professora Dona Maria Augusta  
 em lachas para informar a Excecellentissima Srsccia  
 de que a Academia Camararia fizera exame de admissao  
 ao Liceu, em nome do corrente tendo dado magnificas  
 provas, pedira licença para assistir pela collocação desta be-  
 clada em qualquer collegio onde podesse seguir os estudos.  
 A Srsccia felicitou a Senhora Professora e pelo bom resultado  
 do exame das suas discipulas e prometeu tratar definitivamente  
 do assumto da collocação da pequena ougn collegio  
 antes de comecar o proximo ano lectivo. O Senhor Presidente in-  
 formou ter já mandado proceder varias reparações e reformas  
 no edificio o que foi muito particularmente por dedicados tra-  
 gos do bulto, que doujam commencar o anno lectivo. E não ha-  
 vendo mais mais a tratar foi encerrada a sessao da  
 qual para constar se lavrou esta acta, que depois de  
 lida em voz alta perante a Srsccia vai ser devidamente  
 assinada. E em foi o lido do bulto por secretario a  
 subscriver e assim

Affonso Augusto de S. Paulo  
 Secretario  
 Joaquim Chaves  
 Joaquim Chaves

Acta da sessao do dia 31 de Agosto de 1920  
 Das festas annuaes do mes de Agosto do anno de mil no-  
 recentas e vinte e cinco mil e setecentos e nove, sala da

Anexo 22 a) – Ata de 31/8/1920

sessão do clube de recreação de São Paulo, sendo se  
encontraram presentes os Srs. Presidente e Vices da  
Direção de ensino de São Paulo, no fim desta sessão, assinados, os  
depois foram abertas a sessão pelo senhor Presidente, que  
informou terem sido recebidos no clube vários doadores que  
se acham devidamente registrados e que, em agradecimento, o se-  
nhor Presidente informou que, o produto líquido das Festas de  
São Paulo realizadas ontem e ante-ontem foram de mil e dez  
cruzeiros e vinte e cinco centavos. O senhor Presidente deu  
conhecimento de que a Academia em benefício do clube se  
deverá realizar a noite e seis de Setembro próximo e infor-  
mou mais de que, receberá em fins de julho decidamen-  
te aprovado o orçamento ordinário para o corrente ano,  
economico, e que não comunicou nas sessões de quinze  
de Agosto por esquecimento, que já ordenara a pagamen-  
to de uma factura de tinta e cruzeiros (queijos) a favor do  
clube de São Paulo, a Direção não se aprovou esta ordem,  
mas autorizou o senhor Presidente a ordenar o paga-  
mento de todas as verbas de despesa constantes do dito  
orçamento e de qualquer orçamento su-  
plementar que a Direção aprova até fins do anno  
legislativo, e que o senhor Presidente agradeceu. Foi de-  
terminado colocar-se a Academia Virgínia de Beneficência para  
marcar-se nos livros de São Paulo em São Paulo, afim de ter-se o  
curso comercial, devendo dar entrada em princípios de  
Setembro próximo. Como a verba aprovada e creada para este  
fim é apenas de trezentos e sessenta cruzeiros, licou o se-  
nhor Presidente de diligenciar, conseguir particularmente  
de alguns Beneficentes do clube uma cota mensal para pa-  
gamento do que faltar, se tanto for necessario. E não  
havendo mais a tratar, foi encerrada a sessão, da  
qual para constar se lavrou esta acta, que depois de  
lida em voz alta perante a Direção foi devidamente  
assinada. E em seguida o Sr. Presidente fez se certificar  
a subscricao e assignar

Anexo 23 – Ata de 15/2/1923

por competente autoridade - presentes as senhoras profissionais  
que informaram acerca do aproveitamento e comportamento  
de duas senhoras tendo estas informado impressões muito boas  
a Direcção, com as de também aproveitamento de estudo fi-  
nancieiro do Hotel, tendo as senhoras Tesoureira e Secretária,  
prestado os seus esclarecimentos. E pois havendo muito a fazer  
a tratar foi encerrada a sessão, da qual para a certidão se  
fazem extractos que depois de lida em voz alta perante  
a Direcção, foram devidamente assinada. E assim Joaquina  
Alvarado Soares, secretária, a subscrevi e obrigada.

Presidente - Alfredo de S. B. de Oliveira  
Procurador - José Maria de S. L. de S.  
Fiscal - Hipólito José Pereira Reis.  
Fiscal - (Ausente por impossibilidade física)  
Secretária - Joaquina Alvarado Soares

Ata da sessão do dia 15 de Janeiro de 1923  
Em quinze de Janeiro de mil novecentos e vinte e três,  
não houve sessão por falta de número, tendo comparecido  
apenas as senhoras Presidente e Secretária

Presidente - Alfredo de S. B. de Oliveira  
Secretária - Joaquina Alvarado Soares

Ata da sessão do dia 31 de Janeiro de 1923  
Em trinta e um de Janeiro de mil novecentos e vinte e  
três, não houve sessão por falta de número, tendo compare-  
cido apenas as senhoras Presidente e Fiscal Hipólito Reis

Presidente - Alfredo de S. B. de Oliveira  
Fiscal - Hipólito José Pereira Reis

Ata da sessão do dia 16 de Fevereiro de 1923

Anexo 23 a) – Ata de 15/2/1923

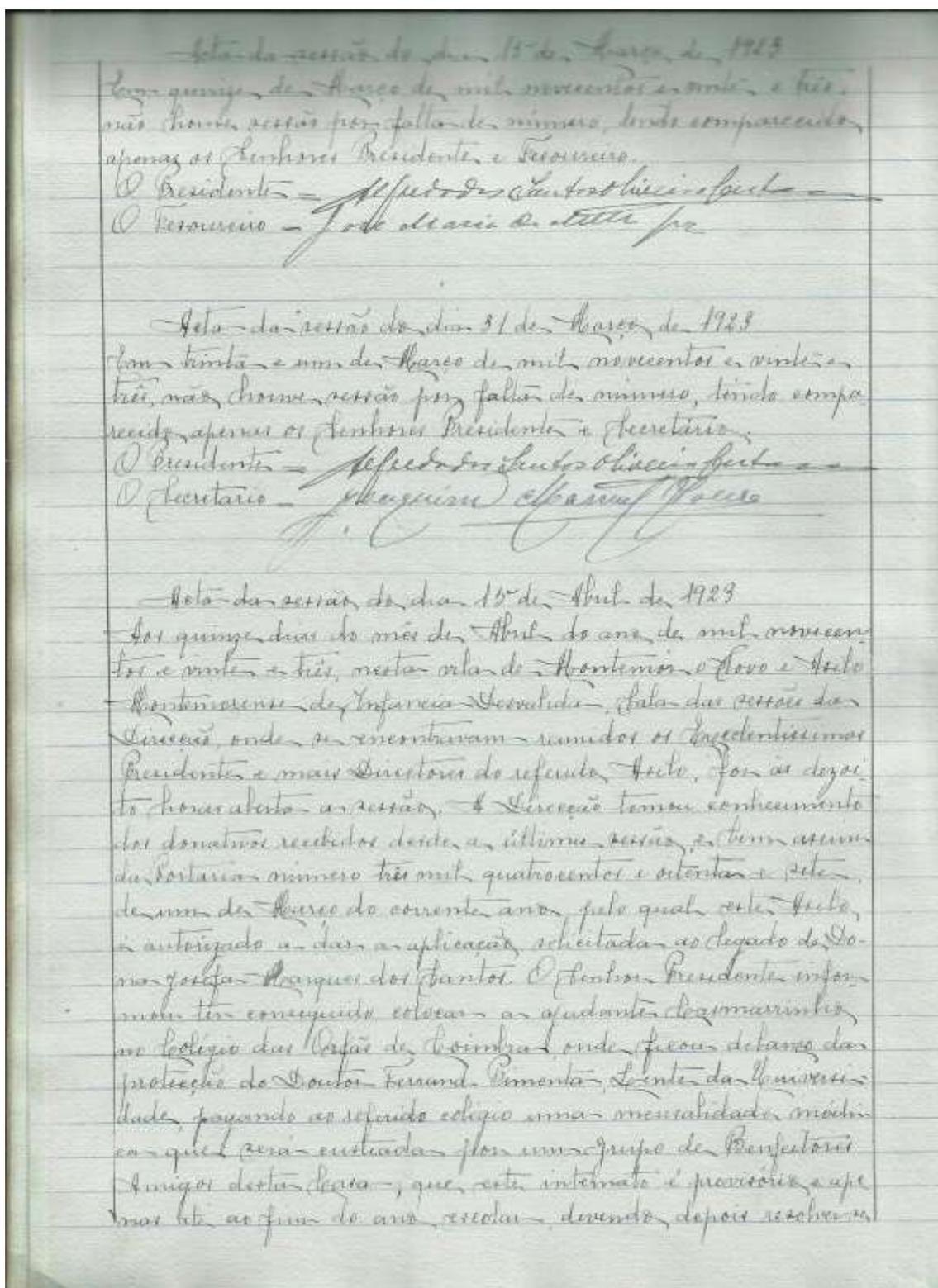
Em quinze dias do mês de Fevereiro de 1923, aos dez e seis  
centos e vinte e três, no salão de Recreio e Biscoito  
de São Domingos de Benfica, Secção de Educação, sob a  
presidência da Direcção onde se encontravam reunidos os senhores  
António Presidente e os vários Directores de escolas de Lisboa,  
foram feitas as seguintes deliberações: a Direcção tomou co-  
nhecimento dos donativos recebidos desde o dia 1.º de Janeiro  
até hoje e devidamente registados nos livros competentes do  
António Presidente informou ter-lhe comunicado a senhora  
Dona Julia Franco, viúva e leal professora desta cidade  
que tem leccionado gratuitamente a ajudante de aulas em  
uma destas escolas, que se achava habilitada com a  
disciplina de terceiro anno do curso do Liceo, mas que tal  
preparação era ainda insufficiente para o exame de admissã-  
o á Escola Normal, a qual requeria a habilitação de  
quinto anno do Liceo ou equivalente, que para a habilita-  
ção para tanto não se achava competente, e por isso  
em sua opinião que a referida ajudante fosse inter-  
nada em um collegio em qualquer das cidades onde  
actualmente ha Escola Normal (Lisboa, Coimbra ou  
Porto) afim de ali com professor ou professora com a  
devida competencia e acompanhamento de orientação da Direc-  
ção, podesse ser finalmente preparada para entrar na  
mesma com bases solidas. Disse mais a ditada pro-  
fessora que o programma de exame de admissã o á Escola  
Normal era hoje muito mais vasto e complicado que  
muito tempo, exigindo por isso uma preparação mais e  
mais completa, e que em sua opinião a ajudante ha-  
veria de se lá fazer e veria de mil necessarios e outros  
exqu岸ico poder fazer com vantagem tal exame, prece-  
sario para ella mesma, como já se viu de profes-  
sas competentes que seguindo tal parecer se facilmente se  
conseguiu nas referidas cidades onde leccionavam, tal  
vez a Direcção entendendo-se da opinião e informa-  
ção da senhora Dona Julia Franco, transmitta pelo

Anexo 23 b) – Ata de 15/2/1923

Senhor Presidente, conformou-se absolutamente com elias e  
 tinguem-se Senhor Presidente a resolução do assunto como tem  
 sido por melhor, ficando no entanto deale, já presente que,  
 por suas razões que foram devidamente ponderadas se  
 preferia a cidade de Coimbra para a ajudante restituir.  
 O Senhor Presidente, em face da deliberação da Direcção  
 tomou a seu cargo a resolução de tal assunto, ficando de  
 escrever quando julgar oportuno, a um seu amigo, abo  
 te da Universidade de Coimbra a ver se consegue a insti  
 lação da pequena ouma eclogia de confiança, naquela ci  
 dade, mediante uma amabilidade, mecnica. Enquanto este  
 assunto não for resolvido continuara a ajudante a ser  
 lecionada pela Senhora Dona Julia Franco, e meo  
 que se accente para Coimbra, continuara recitando para a  
 ajuda das suas desferas extraordinarias a graduação trima  
 tral de quinze annos que vem recitando como ajudante  
 e não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a ses  
 são da qual para constar se lavrou esta acta que, de  
 pois de lida em voz alta perante a Direcção, em ser de  
 vidamente assinada de um Joaquin d'Almeida Faria,  
 secretario a subscricao e assiguo.  
 O Presidente - Aguedo de S. Bartholomeu Faria  
 O Tesoureiro - Jos. Maria de S. J. Faria  
 O Regal - Maximiliano José Pereira Faria  
 O Regal - Fra. Antonio por impossibilidade de Faria  
 O Secretario - Joaquin d'Almeida Faria

Acta da sessão da dia 18 de Fevereiro de 1923  
 Em ante a acta de Fevereiro de mil novecentos e vinte e tres  
 não houve assis por falta de numero, tendo comparecido  
 apenas os Senhores Presidente e Tesoureiro.  
 O Presidente - Aguedo de S. Bartholomeu Faria  
 O Tesoureiro - Jos. Maria de S. J. Faria

Anexo 24 – Ata de 15/4/1923



Anexo 24 a) – Ata de 15/4/1923

definitivamente o assunto como se fulgura mais convenientemente do de harmonia com as deliberações tomadas a tal respeito na sessão de quinze de Fevereiro do ano corrente. - Foi presente, examinado e unanimemente aprovado, o primeiro orçamento suplementar do corrente ano orçamentário, da importância de dez mil novecentos setenta e quatro réis e cinqüenta centavos. Não havendo nada mais a tratar, foi encerrada a sessão, da qual para constar se fizeram estas actas, que depois de lidas em voz alta perante a Direcção, foram devidamente assinadas de eu, Joaquim Elias dos Santos, secretario e substituto de Joaquim

O Presidente - Affonso Carlos de Oliveira Freitas  
O Secretario - Joaquim Elias dos Santos  
O Regal - Hippolyte José Pereira Reis  
O Regal - (não compareceu por incapacidade física)  
O Substituto - Joaquim Elias dos Santos

Actas da sessão do dia 3 de Abril de 1923  
Foi feita a sessão de mil novecentos e vinte e três mais duas sessões por falta de número, tendo comparecido apenas o Presidente e o Secretario.

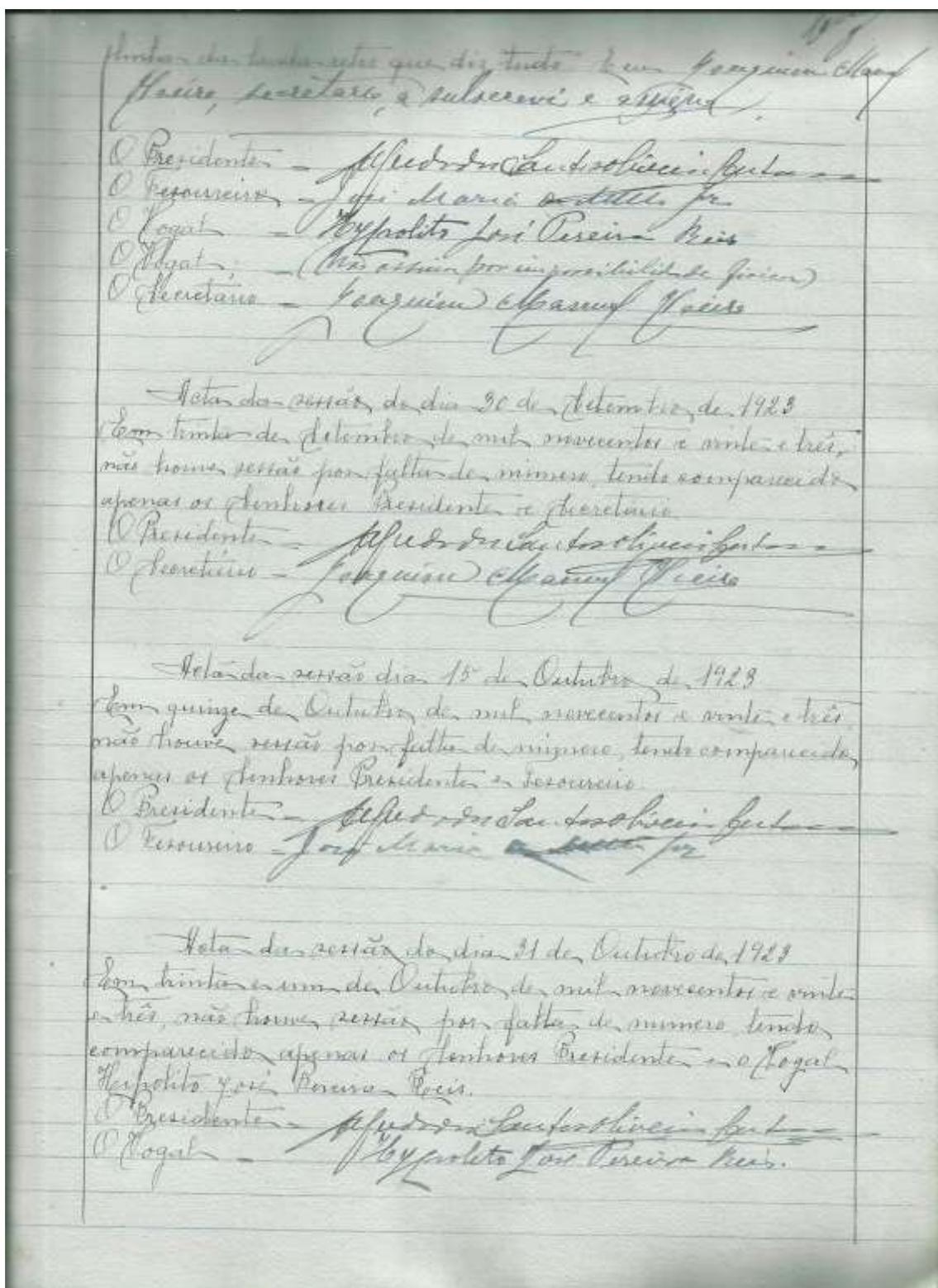
O Presidente - Affonso Carlos de Oliveira Freitas  
O Secretario - Joaquim Elias dos Santos

Actas da sessão do dia 15 de Maio de 1923  
Nos quinze dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e vinte e três, sexta-feira, dia de S. Antão e S. João, foi feita a sessão de S. Antão e S. João, da qual para constar se fizeram estas actas, que depois de lidas em voz alta perante a Direcção, foram devidamente assinadas de eu, Joaquim Elias dos Santos, secretario e substituto de Joaquim

Ata da sessão de dia 15 de Setembro de 1923  
Nos quinze dias do mês de Setembro de anno de mil novecentos e vinte e três nesta sala de Sontomim e Povo e Alto Monte  
município de Sontomim, Estado de Goiás, pelas sessões da Direcção  
em que se encontravam reunidos os Beneficentissimos Presidentes  
e mais Directores do referido Asilo, foram desanaradas horas aben-  
to a sessão da Direcção tomou conhecimento de um grande nu-  
mero de doações, especialmente em gêneros, recebidos desde  
a instituição - sessões já devidamente registados e agradecidos,  
bem como tomou também conhecimento do produto liquido  
das Festas da Povo a saber a saber a saber a saber de Sontomim  
a qual foi de dois mil duzentos e cinco escudos do produto  
liquido da Festa da Povo a dois e três do corrente, que foi de  
dois mil e dezenta e cinco escudos e cinquenta centavos, e ainda do  
produto liquido da corrida de touros a dois do corrente que  
foi de seis mil cento e oitenta e sete escudos e cinquenta  
centavos; congratulando se muito a Direcção com o tom certo  
destas jornadas de Beneficencia que levantam bem alto o  
nome de Sontomim. O Senhor Presidente informou ter já  
feito os seus agradecimentos pessoais e por escrito as todas as  
entidades e pessoas que, por qualquer forma  
contribuíram para os Povo resultados obtidos com tanta fel-  
icidade e simpatia e proficua. Informou também o Sr.  
Presidente ter saído do Asilo logo que completou o dia  
meio a pequena Fundação do Asilo de Sontomim que havia si-  
do admitida promissoriamente e por esse tempo apenas,  
como consta da acta da sessão de tanto de Junho ulte-  
rior, tendo sido paga a respectiva mesalidade. Resolva a  
Direcção que a ajudante Pinguim da Beneficencia Guimarrães  
que esteve três meses no Colégio das Artes de Coimbra e que  
desde julho ultimo se encontra a ficar neste Asilo, passe  
com o futuro próximo para o Colégio Beneficencia Fluminense  
da mesma cidade por motivo de economia e maior  
faculdade em obter professoras competentes para o curso a  
que se destina. Percebeu se que a permanencia da mes-

uma ajudante no Colégio das Orfãs de Braga e sobre a  
uma despesa maior, pois não podendo este Colé-  
gio, professoras com competência pagar a habilitação pa-  
ra o exame de admissão à Escola Normal, seria preciso  
contractar-las fora, o que daria origem a uma despe-  
sa enorme; ao passo que dentro do Colégio de S. Maria  
existem três professoras competentes e em condições de leccio-  
narem as disciplinas exigidas na referida Escola, recebendo  
a ajudante ali, sem ser necessário mais, a educação,  
e instrução requeridas. Além disto, a Direcção tem tam-  
bém acerca deste Colégio as melhores referencias e infor-  
mações, por parte da Direcção do Colégio das Orfãs de  
Lisboa, pois acentua e entemato da referida ajudante no Co-  
légio de S. Maria, de Coimbra, devendo se no pri-  
meiro orçamento suplementar que se fizer, transferir a  
conta dicima quarta da despesa do orçamento ordina-  
rio do corrente ano económico, e destinada ao Colégio  
das Orfãs, para o dito Colégio de S. Maria, para a  
que bastaria uma nota explicativa no fim do mesmo  
orçamento suplementar. A Direcção tem ainda con-  
tamente da que o subsídio anual do Governo, paga em  
duodécimos e que, por no ano passado de mil duzentos  
e sessenta e seis do corrente ano económico para dois mil  
e sessenta e sete, conforme comunicação das estações superiores. O  
Senhor Presidente declarou que, já aproveitara esse aumento  
e que aproveitara a ocasião para pedir um subsídio de  
seis mil e sessenta e sete, por uma só vez, <sup>total</sup> para levar a cabo que  
devido à carência da vida nos falta em breve o dinheiro  
para as despesas mais urgentes e indispensáveis, ainda  
que, declarou também, poucas esperanças tem na obten-  
ção de tal subsídio, que provavelmente nunca mais  
chega. E não havendo mais a tratar, foi conser-  
vada a sessão, da qual para constar se lavrou esta  
acta, que depois de lida em voz alta perante a Direc-  
ção, não sendo devidamente assumida. Proclama-se a sessão

Anexo 25 b) – Ata de 15/9/1923



mica da importância de seis mil quatrocentos setenta e  
 cento e cinquenta e nove centavos. Não havendo nada  
 mais a tratar, foi encerrada a sessão da qual para  
 constar se lavrou esta acta, que depois de dada con-  
 tra alta perante a Direcção vai ser devidamente assi-  
 nada de em 4º e 5º José Maria de Sá e Sá, secretario,  
 e fulcra de Sá.

O Presidente — Alfredo de Sá  
 O Tesoureiro — José Maria de Sá e Sá  
 O Regal — Hippolito José Pereira Reis  
 O Regal — (não estava por impossibilidade física)  
 O Secretario — José Maria de Sá e Sá

Acta da sessão da dia 15 de Abril de 1924  
 Com quinze de Abril de mil novecentos e vinte e qua-  
 tro, não houve sessão por falta de numero tendo com-  
 parecido apenas os Senhores Presidente e Tesoureiro.

O Presidente — Alfredo de Sá  
 O Tesoureiro — José Maria de Sá e Sá

Acta da sessão da dia 30 de Abril de 1924  
 Aos trinta dias do mês de Abril do anno de mil nove-  
 centos e vinte e quatro, nesta sala de Montemor e  
 Novo e São Montemorense de Infancia, devalida, da  
 da das sessões da Direcção onde se encontravam reuni-  
 dos os Excecellentissimos Presidente e mais Directores da  
 referido Gêlo, foi ás dezto horas aberta a sessão pelo  
 Senhor Presidente. A Direcção tomou conhecimento de  
 varios donativos dos seis meses ultimos devidamente re-  
 gistrados nos livros competentes desta altura pediu li-  
 cença para entrar na sala a senhora professora  
 regente Dona Luiza Augusta Agido: dando-lhe conee-  
 dada a palavra comunicou a Excecellentissima Direc-

Anexo 26 a) – Ata de 30/4/1924

caso que temerariamente considerava-se no prazo proximo e que por esse motivo vinha com tempo pouco a sua regeneração dos cargos que occupava neste facto, agradecendo de particular a Excelentissima Direcção e em especial ao Excelentissimo Senhor Presidente todas as atencões finanças que nesta hora lhe tem sido dispensadas. O Sr. Presidente por si e em nome da Direcção dirigiu a Senhora Dona Luiza muito palavras de muito affecção e reconhecimento pelos serviços prestados a este estabelecimento e a sua escola, salientando as suas bellas qualidades de espirito e de coração e apeteendo lhe um futuro de intermináveis venturas de que é dignissima. Disse mais o Senhor Presidente que perante um tal motivo a Direcção só tinha que se curvar concedendo a regeneração pedida, e de facto a Direcção concedeu a Senhora Dona Luiza Augusta Lyde a regeneração do cargo de professora regente desta Escola de Beneficencia, pedindo-lhe porém para o occupar ainda até ao fim do corrente anno reconhecendo isto e por mais dois meses; ao que a Senhora Dona Luiza da melhor vontade accedeu. Esta Senhora retirou-se em seguida, e logo a Direcção passou a occupar-se da sua substituição. Resolveu-se que a regeneração passasse a começar em um de julho proximo para a Senhora Dona Augustina Augusta Bandelho Lyde mãe da regente demissionaria e professora de costura deste estabelecimento, Senhora muito competente sob todos os pontos de vista e que por esse motivo e ainda pela sua idade deveria fazer um ótimo lugar, sendo a sua nomeação garantida absoluta da ordem, respeito e disciplina que deve haver sempre nesta Escola. Chamada à sala das sessões a Senhora Dona Augustina Augusta Bandelho Lyde, esta Senhora agradeceu a favor de sua filha a consideração que lhe era dada e declarou aceitar mais não com a mesma do momento actual, que bem sabe que o estabelecimento tem falta de recursos.

mas que as ordenadas que aqui se estão pagando as professoras são inferiores aos que recebem hoje as criadas de servir. A Direcção concordou absolutamente; e reconhecendo embora que o aumento que ia fazer não era certamente compensação conveniente e justa ficou o vencimento da professora regente (regencia e costura) a começar em um de julho próximo, em sessenta e seis mil e oitenta e subvencão, e pediu meacuidadamente à senhora Dona Virginia Agido para nestas condições aceitar o cargo de professora regente interna deste Asilo; tendo a mencionada senhora respondido que aceitava, o que a Direcção agradeceu. A Direcção nomeou pois, interinamente, a senhora Dona Virginia Augusta Bardello Agido professora regente (regencia e costura) deste Asilo, devendo ela pôde realizar se somente daqui a dois meses isto é na occasião de fim de junho próximo. Retirou-se a senhora Dona Virginia Agido, e a Direcção passou a occupar-se da vaga de professora de lettras deixada tambem pela senhora Dona Louisa. Depois de bem discutido e ponderado este assunto ardentou-se no seguinte: O Asilo não está hoje em condições de pagar a uma professora diplomada; luta com enormissimas difficuldades vivendo por assim dizer da beneficencia particular. Vai para dois annos que não recebe subsidio extraordinario do governo, e o ordinario que é insignificantissimo, não lhe é pago desde dezembro do anno passado. A Camara, a quem se pediu ha dias um subsidio annual importante, não respondeu ainda, mas sabe-se já o que deliberou (12): não conceder o subsidio pedido com fundamento em que está informada de que vai sair uma lei (13) providenciando quanto ao pagamento do Deficit das Housas e Asilos. Logo apressa disse a mencionada Camara, e volou ha dias vinte e cinco por cento do ad valorem

para o título de beneficência desta escola, fundado em mil orçamentos e doze, a que deve dar um subscrito anual superior a vinte contos (!), tendo o dito título uma despesa inferior a metade da que sobrecarrega este título de Infância! Esta Direcção não fez coarbitraros alguns, tendo se limitado a lamentar profundamente a resolução dos vereadores que lhe negaram o subsídio pedido. — Por todas estas razões a Direcção não pode pensar sequer em professoras diplomadas nem em senhoras que ensinem grandes ordenados. O máximo que poderá pagar será ainda assim um vencimento ridículo. Por outro lado e pelas mesmas razões se vê também a Direcção obrigada a reduzir, quanto possível, as despesas, assim apegando de reconhecer que o título, não deve ser apenas uma fábrica de criadas de corno, compreendendo também as superiores indagações das aptidões das filhas e aproveitar as que mais se distinguem a fim de lhes preparar um futuro melhor, a Direcção, por ter reforçada com grande pena, a mandam retirar de Coimbra, onde se estava habilitando para o magistério primário a apudante. Alguns da Direcção Lucomarinho, apudante, contando-lhe a carreira, vêta a impossibilidade de da baixa poder continuar a mantê-la e os donativos, alias importantes, dos Beneficentes não podem chegar para tudo. — Em face de todas estas circunstâncias, a concordarem com o pedido de demissão da senhora Dona Luiza Augusta Lyeto, resolveu a Direcção chamar a referida apudante Alguns da Direcção Lucomarinho a tomar conta, interinamente, da cadeira de instrução primária do título; tanto mais que, a esse tempo, varios precedentes neste estabelecimento de caridade. Senos habilitações que as que tem pai hoje a apudante Lucomarinho tinham remediado alguma quando foram chamadas para professoras deste título e a outras também apudantes em a ajudado Dona Luiza Augusta Lyeto em a fazer de hoje

amada, uma outra professora particular), Sra. Maria  
 tem também, a Sra. Maria Feliciano Pina Pen-  
 tes. Esta Direcção é que se permitiu o capricho, ou  
 digamos talvez o luxo de ter no Anjo uma senhora  
 idônea (para o que contribuiu também, sobretudo  
 do ultimamente, a circunstancia de se collocarem no  
 Anjo duas senhoras da mesma casa - mãe e filha.  
 Tal capricho não se pôde hoje sustentar de forma al-  
 gumas. Além disso, a ajudante bairrarrinha tem já  
 hoje a mesma idade (quase dezanove annos) que te-  
 nha a senhora professora demissionaria quando  
 seiu para este Anjo. Todas estas considerações foram  
 bem ponderadas pela Direcção que deliberou afinal  
 nomear desde já professora interina da escola de  
 Letras (instrução primaria), devendo porém só tomar  
 posse na sessão de trinta de junho proximo, a se-  
 nhora Dona Virginia da Conceição bairrarrinha, ex-  
 ajudante e antiga assistida, motivos estes que a Direc-  
 ção tomou também na devida conta com conformi-  
 dade com os Estatutos da casa. O seu vencimento se-  
 rá (ordenado e subvezas) de cinquenta, escudos men-  
 saes. O senhor Presidente declarou em seguida que  
 a senhora regente e informara de que tanto a lavadei-  
 ra como a criada de mandados não ficariam ao  
 serviço do Anjo com os salarios que recebem actualmen-  
 te. Foi por esse motivo pagou-se à lavadeira tanto  
 escudos mensaes e à criada de mandados quinze  
 escudos também por mês, mas somente a começar  
 no proximo anno económico, como succede com as de-  
 mhoras. A Direcção resolveu mais anterior a saída  
 definitiva do Anjo, e collocar as quatro assistidas mais  
 velhas e que são: Maria da Conceição Pêlao, Cecília  
 da Barra bairrarrinha, Maria José Pereira e Ana  
 de Brito desta, por terem atingido a idade própria  
 as três primeiras tendo até a primeira já deztois annos

factos, e a ultima tem sido equalizada pelo maior  
 afim de a angaria no serviço da cozinha. O destino  
 ou colocação que tiverem as três primeiras será des-  
 damente registado no livro de matrícula na escola  
 allura. Reconheceu-se a necessidade absoluta de  
 uma cozinha, como por varias vezes tem havido  
 do no lido, visto as cozinhas que ficam sem todas  
 muito pequenas. Resolheu-se por a Direcção a autor-  
 sar a senhora regente a contractar, e empregar  
 por trinta e seis omeiras, uma cozinheira, mas  
 se entrará ao serviço também no principio do novo ano  
 economico. As cozinhas mais velhas serão aos omees  
 nomeadas por escola (pela senhora regente) ajudan-  
 tes da cozinheira, para sem praticando nos serviços  
 culinarios. Com seguida foi presente o orçamento or-  
 dinario deste lido para o proximo ano economico de  
 mil novecentos e cinco e quatro e cinco novecentos e vin-  
 te e cinco, com todos os documentos que lhe servem de  
 base; e a Direcção examinando o detidamente e discen-  
 tendo-o, e aprovou por unanimidade, mandando fosse  
 posto a reclamacia durante o prazo legal, e seguida-  
 mente enviado com os respectivos documentos as instancias  
 superiores. E não havendo mais a tratar, foi  
 encerrada a sessão da qual para constar se lavrou  
 esta acta, que depois de lida em voz alta perante a  
 Direcção vai por devidamente assinada de um "saigi"  
Manuel Soares, secretario, e subscrita  
Laureto  
 O Presidente - Leopoldo de Albuquerque  
 O Vigario - Leopoldo de Albuquerque  
 O Regal - Leopoldo de Albuquerque  
 O Regal - (não se viu por não estar presente)  
 O Secretario - Manuel Soares

## Anexo 27 – Oficialização da escola do Asilo

1929 ABRIL DE 1929 887

... e execução do presente decreto com força de lei, pertencor o cumpriam e façam cumprir e guardar integralmente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições, o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Abril de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Barelar Behiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

**Portaria n.º 6:066**

O Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Marinha, deminuir na lotação do vapor *Lida* o sargento ajudante de manobra.

O Governo da República, 12 de Abril de 1929. — O Ministro da Marinha, Aníbal de Mesquita Guimarães.

**5.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública**

**Decreto n.º 16:722**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Da verba de 50.000\$, inscrita no capítulo 2.º, artigo 6.º, do orçamento do Ministério da Marinha para o corrente ano económico de 1928-1929 sob a rubrica «Funerais de praças do activo», é transferida para o capítulo 3.º, artigo 25.º, do mesmo orçamento a verba de 15.000\$, a fim de reforçar a verba destinada a despesas gerais da secção de reformados.

Artigo 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencor o cumpriam e façam cumprir e guardar integralmente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 12 de Abril de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Barelar Behiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

**MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E COMUNICAÇÕES**

Secretaria Geral

... com inserção novamente se publica o seguinte:

**Decreto n.º 16:704**

... a partir da noite de 20 para 21 de Abril de 1929, as mesmas circunstâncias que no ano findo de-

terminaram a publicação do decreto n.º 15:331, relativo à alteração da hora legal;

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta dos Ministros de todas as Repartições:

Hei por bem decretar, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º A hora legal será adiantada de sessenta minutos a partir de 31 de Abril até a data que oportunamente se determinar.

§ único. Para os efeitos d'êste artigo todos os relógios do continente da República deverão ser adiantados de sessenta minutos às vinte e três horas do dia 20 de corrente mês.

Art. 2.º Pela hora legal serão regulados todos os serviços públicos e particulares.

Art. 3.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Determina-se portanto a todas as autoridades a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencor o cumpriam e façam cumprir e guardar integralmente como nêlo se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da República, em 8 de Abril de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — José Vicente de Freitas — Mário de Figueiredo — António de Oliveira Salazar — Júlio Ernesto de Moraes Sarmiento — Aníbal de Mesquita Guimarães — Manuel Carlos Quintão Meireles — José Barelar Behiano — Gustavo Cordeiro Ramos — Pedro de Castro Pinto Bravo.

**MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA**

Direcção Geral do Ensino Primário e Normal

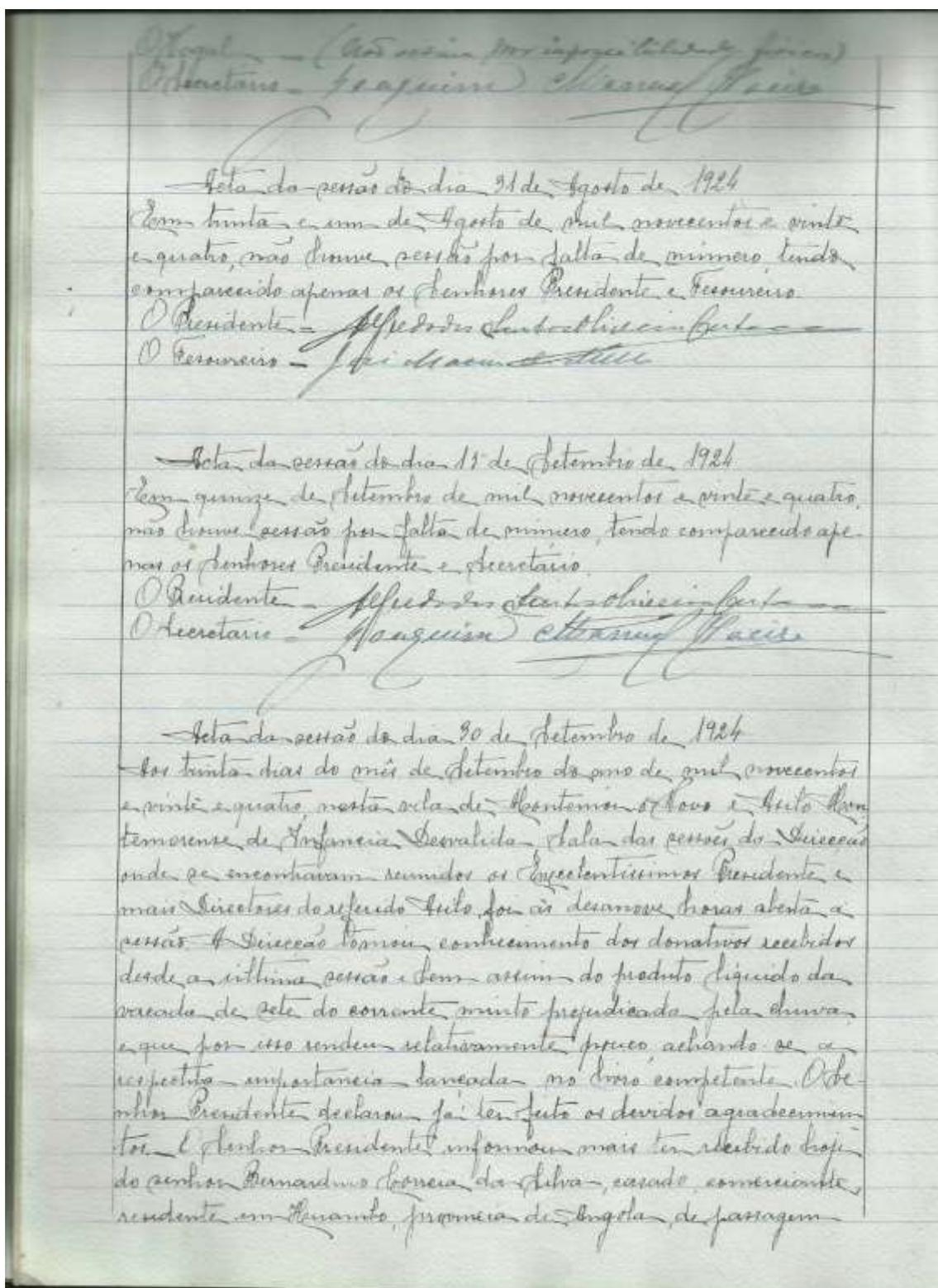
**Decreto n.º 16:723**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública: hei por bem decretar que, nos termos do decreto n.º 16:423, de 25 de Janeiro de 1929, seja oficializada a escola primária elementar que funciona no Asilo Montemorrense da Infância Desvalida, com sede na vila de Montemor-o-Novo, devendo ser nomeada para a regência da referida escola a sua actual professora, Maria Inácia Fornaes de Coelho, legalmente diplomada para o ensino primário.

O Ministro da Instrução Pública assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 8 de Março de 1929. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — Gustavo Cordeiro Ramos.

**Decreto n.º 16:724**

Usando da faculdade que me confere o n.º 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 12:740, de 26 de Novembro de 1926, por força do disposto no artigo 1.º do decreto n.º 15:331, de 9 de Abril de 1928, sob proposta do Ministro da Instrução Pública: hei por bem decretar que, nos termos do decreto n.º 16:423, de 25 de Janeiro



Anexo 28 a) – Ata de 30/9/1924

esta sala donde é natural e decorativa, quinhentos annos  
na sala da Casa de Beneficencia, donativo que logo aquideceu, que  
este senhas é tu oratorio da senhora Dona Virginia da ben-  
evidencia da Beneficencia, antiga achada e actualmente professora  
artima de instrucção primaria neste Heilo, tendo o mesmo ora  
tentado de se de aceder, em sua casa a dita senhora, ma  
vinte e seis, caso esta estivesse disposta a acompanhá-lo, que len-  
do o senhor Presidente consultado sobre isto a senhora Dona  
Virginia da Beneficencia, esta respondeu que procedia como a  
Direccão entendesse, reconhecendo no entanto que talvez che-  
gasse mais a como tio, pois o lugar do Heilo vai lhe  
fazer futuro algum com a aquitação de o ordenado (infe-  
ria de uma criada de servir para lhe chegar para se re-  
querer, chamada em sala das sessões a senhora D. Virgi-  
nia da Beneficencia, esta confirmou o que acabava de se supor  
pelo senhor Presidente, como a que afinal a Direcção con-  
cedeu estas razões a senhora Dona Virginia da Beneficencia  
depois de aquidecer a Direcção a senhora D. Virginia  
em especial ao Excelentissimo senhor Presidente, todos os  
benefícios, favores e honras com que for distin-  
tado e remunerado neste Heilo, ao qual deve toda a sua educa-  
ção e a sua fidei de honrarias do cargo de professora  
de escola primaria deste estabelecimento de cauda  
depois de tomado posse em virtude de junho ultimo, -  
e a que foi concedida. - A Direcção resolveu, além  
de mais e rido ordenado, não pôz o lugar a con-  
fiança como ali aqui uma nomeação interina, fi-  
zendo o senhor Presidente de ser se consegue contractar  
uma senhora que reúna as qualidades e aptidões indis-  
pensáveis para exercer o referido cargo, agora vago, deven-  
do a nomeação proper a Direcção a sua nomeação  
depois de pedido se a senhora Dona Laura de  
Lima que já foi professora e muito distinta neste  
estabelecimento, se se realiza, segundo consta, em  
alguma data, para até junho de um de Dezembro deste



reforço. Ato, foi ai vinte horas aberta a sessão. O Senhor Presidente declarou que convocara esta reunião extraordinária porque, tendo se recebido hoje neste Ato dos herdeiros do Padre João Joaquim de Sousa Fancinas o legado de quinhentos e sessenta e seis mil e setecentos e sessenta e seis réis, no seu testamento, esta casa de Caridade, e tendo de ser convertida em inscrição a importância desse legado, bem como o outro que existe em nome da quantia de seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos e sessenta e seis réis do testamento de Antonio Monteiro dos Santos, do Porto, para o que é necessário fazer-se um orçamento suplementar (não se tendo pedido ao Governo autorização para se aceitarem esses legados visto que eles não trazem para o Ato o mínimo encargo), entendia que se devia fazer sem perda de tempo esse orçamento por estar prestes a expirar o corrente ano económico e já se succederam feitos o orçamento ordinário para o ano seguinte. A seu dizer, entende mais que se deve aproveitar esse orçamento suplementar para se dar a pluração também ao excesso de saldo sobre o calculado no orçamento ordinário do corrente ano económico e que transitou do ano económico anterior para o corrente, a fim de se legalisarem todas as despesas. A Direcção concordou em absoluto com o que o Senhor Presidente acabou de expor. — Foi feita e logo feita a dimensão o primeiro orçamento suplementar do corrente ano económico de mil novecentos e sessenta e seis mil e setecentos e sessenta e seis réis e setenta e um centavos, para o que foi apresentada a devida documentação; e a Direcção,

examinando-o em todas as suas verbas de receita e despesa, e aprovou por unanimidade, manda do fôro posto a reclamação durante o prazo legal e depois enviada com os documentos competentes às instâncias superiores. — O senhor Presidente apresentou em seguida um requerimento datado de trinta e um de Maio ultimo e dirigido ao excellentissimo senhor Presidente da Republica no qual a Direcção deste Arulo, depois de varios considerandos tendentes a demonstrar a justiça da sua pretensão (citando-se até casos semelhantes com despachos favoravel), pede que pelo Ministerio da Instrucção seja decretada a conversão em official da escola particular de ensino primario elemental instalada neste Arulo, e que para o lugar de professora da escola convertida o official por tal decreto seja nomeada a actual professora Salmira da Conceição Calmeirão, diplomada e legalmente habilitada para o exercicio de magisterio primario official, como se tem feito em casos identicos noutras localidades e como alia i' de justicia. A Direcção não se animou tal requerimento, que aprouve entusiasticamente, mas louvou tambem o senhor Presidente por tão feliz como simpatica iniciativa, esperando confiantemente que os poderes constituidos desiram como se requer. O senhor Presidente ficou de elle entregue pessoalmente o requerimento na Inspeccão Escolar podendo garantir que a informacão desta repartiçãõ será a melhor possivel. — A Direcção tomou conhecimento dos donativos recibidos desde a ultima sessãõ e nomeadamente dum importante donativo em generos alimentizios enviado a este Arulo pelo senhor Presidente da Camara Municipal deste concelho no dia vinte e oito de

suas últimas e em comemoração desta data, devotivos que o senhor Presidente já agradeceu oficialmente. — A Direcção resolveu entregar a asilada Rosaria Augusta Fernaldo Pro-feta à madrinha de mesma, Rosaria Maria Abrantes, viúva, moradora na Rua de Passo do Passo desta vila, a pedido desta e foi a considerada pessoa de toda a confiança, autorizando que a dita asilada váia já a manha devendo fornecer-se lhe o encaval do costume. — A Direcção resolveu admitir como asiladas as seguintes orfãs, cujos documentos se encontram nos devidos termos e condições, todas naturaes e residentes neste concelho: Leidia Augusta Faustina, de oito annos, filha de João Faustino Correia e de Adelaide da Conceição Casaca, falecida; — Eugracia de Jesus Brito, de seis annos, filha de Adriano Martins de Brito e de Ludovina Rosa, falecida; — Jersa Maria da Silva, de seis annos incompletos, filha de Antonio Jacinto da Silva e de Josefa Maria, falecida; — Herminia Maria da Silva, de sete annos, filha de Diogo da Silva Vicamillho e de Ludovina Rosa Maria ou Ludovina Maria, falecida; e Mariana Victoria Gaitas, de cinco annos, filha de João Manoel Gaitas e de Amélia da Conceição, mais conhecida por Minha da Conceição Almeida, falecida. — Foi resolvido insistir se junto da Commissão Municipal de Assistencia para que seja concedido a este Asilo o subsidio a que tem direito, tanto mais que ha fornecedores desta Casa de Beneficencia que vai para um anno não recebem as suas contas. A

Direcção encarregou o senhor Presidente de se entender sobre este assunto com o senhor Presidente da Comissão Municipal de Assistência. - E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, foi devidamente assinada. E em testimony

O Senhor Secretário, o subscrivei e assino.  
O Presidente = Agostinho Augusto de Sousa  
O Tesoureiro = José Maria de Mattos  
O Vogel = Hypólito José Pereira  
O Secretário = João Maria Augusto de Sousa

Acta da sessão do dia 15 de Junho de 1928  
Neste dia não houve sessão por nada haver a tratar, tendo comparecido apenas os senhores Presidente e Secretário.

O Presidente = Agostinho Augusto de Sousa  
O Secretário = João Maria Augusto de Sousa

Acta da sessão do dia 30 de Junho de 1928  
Nos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos vinte e oito, nesta sala de Reunioes e Sessão, e Sella de Montemorru de Sufamora Desvahlida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excelentíssimos Presidente e mais Directores do referido Aulo, foi ás vinte horas aberta a sessão. A Direcção temna conhecimento de subscivos das Beneficencias e doações recebidos desde a ultima sessão, especialmente de importante doação de mil trezentos e cinquenta annos de S. Antonia Augusta Latata, como compensação para este Aulo por ter tido inter-

Ata da sessão de dia 31 de Janeiro de 1929

Em trinta e um dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e nove, nesta vila de Beccutim e Beccos, e Arilho Beccutimense de S.ª Família Desvahlida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excecellentissimos Srs. Presidente e mais Directores do referido Arilho, foi ás dez e seis horas aberta a sessão. A Direcção tomou embermunto de alguns donativos recebidos depois da ultima sessão, e bem assim de subscricão de cinco mil escudos recolhido em vinte e dois do corrente da Commissão Municipal de Assistência. — Depois a Direcção insistiu junto do Excecellentissimo Ministro da Instrução pela assignação da escola deste Arilho, propondo para professora desta escola, quando operationalizada, a actual professora do Arilho Dona D.ª Thora de Jesus Figueira; e o senhor Presidente ficou encarregado de fazer a necessaria representação e proposta, devendo esta substituir a que foi feita em novembro ultimo e referente a outra professora Dona D.ª Maria Luiza Fernandes Coelho. O senhor Presidente declarou ter as melhores esperanças em conseguir este grande beneficio para o Arilho, encontrando-se já emite empenhada no assunto o senhor Doutor Fernando Punentof de Almeida, Chefe de Gabinete do senhor Ministro da Instrução. — A Direcção autorizou a saída definitiva deste Arilho da arilhada, beneficiaria Th.ª Juliana Guilhermina Ferreira, a pedido da pai a quem logo mesmo se vai ser entregue. — Não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para sempre se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assignada. Em seguida

Th.ª Maria Socio, secretario, a subscreevi e estipendi  
 O Presidente — Affonso Antonio Luis de Barros  
 O Secretario — Ori de Assis de Mattos  
 O Fiscal — Affonso Socio  
 O Secretari — Joaquim Affonso Socio

Ata da sessão do dia 15 de Fevereiro de 1929  
Neste dia não houve sessão por não haver a tratar, tendo comparecido apenas os senhores Presidente e Secretário.

O Presidente = Affonso de Souza  
O Secretário = Joaquim da Cunha Soares

Ata da sessão do dia 28 de Fevereiro de 1929  
Nos vinte e oito dias do mês de Fevereiro do ano de mil novecentos vinte e nove, nesta sala de lectures do Lyceu, e Anillo Lectu-  
torium da Faculdade Descentralizada, Sala das sessões da Di-  
recção, onde se encontravam reunidos os Decretacionarios  
Presidente e mais Directores do referido Anillo, foi a se-  
ssão poras aberta a sessão. A Direcção tomou conheci-  
mento de varios donativos recebidos durante o mês que he-  
finda e que se encontram devidamente registados.  
Foram admitidas, pela Direcção, como auxiliaes, as ome-  
res, Maria Benignina de Jesus, filha de Artur Augusto  
do Rosário e de Virgínia Ferreira, e Gerarda Jose da Vieta-  
ção, filha de Afonso Jose e de Gertrudes da Vietação, cu-  
jos documentos se encontram nas condições devidas. —  
O senhor Presidente informou a Direcção de que aguarda, com  
fundadas esperanças, que seja decretada por estes dias a  
opinião da escola deste Anillo; pois assim lhe foi ga-  
rantido pelo seu particular amigo o senhor Doutor Fernando  
Timentel de Almeida, distincto lente da Universidade de  
Coimbra e actual chefe de Gabinete do Decretacionario Direc-  
tor da Instrução. A Direcção ficou imensamente satisfeita com  
tal noticia e congratulou-se com o senhor Presidente por  
esse motivo. Informou mais o senhor Presidente de que lhe  
ocorreu haver de estraviada a representação que em prin-  
cipio do corrente mês de Fevereiro mandou para o Director  
da Instrução insistindo pela opinião da escola e propo-  
ndo a nomeação da actual professora Dona Elvira de Jesus.

Figueira. E em vista d'isto, acha toda a commissão  
 favoravel a uma representacão em meo do mesmo. A Di-  
 reccão viu e entendeu tambem, e autorizou o senhor  
 Presidente a fazer nova representacão nos meos termos  
 da que foi aprovada na sessão de trinta e um de Janeiro  
 ultimo. — E não havendo nada mais a tratar foi en-  
 cerrada a sessão, da qual para osentar se lavrou esta  
 acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção,  
 vai ser devidamente assinada. Por Joaquim Caspary  
 Secreario, a subscryti e assigno.

O Presidente = Affonso de S. Thome  
 O Secretario = Joaquim Caspary  
 O Fiscal = Hippolyte J. Pereira  
 O Secretario = Joaquim Caspary

Acta da sessão do dia 15 de Março de 1929

Aos quinze dias do mes de Março do anno de mil novecentos e  
 vinte e nove, nesta villa de Curitiba o livro e livro de  
 processo de Infancia Desobediada, Sala das sessões da Direcção,  
 onde se encontravam reunidos os Excecellentissimos Presidente  
 e mais Directores do referido Arilo, foi em legar as horas  
 aberta a sessão. A Direcção tomou conhecimento do sub-  
 ditto de três mil e oitocentos e sessenta e sete da Parana bem infel-  
 deste concelho. — A esta sessão compareceu a professora do  
 Arilo, senhora Dona Gloria de Jesus Figueira, que expoz  
 o seguinte: Sabe da falta de recursos do Arilo e das difficul-  
 dades com que luta para pagar a professora; que ella por  
 sua vez tambem não tem recursos proprios. Com isso  
 toda leva a crer que a applicação da escola não  
 se possa esperar, propunha esta resoluçã: A Direcção pa-  
 ghe-lhe o seu ordenado e subvençã até hoje e nada mais;  
 autorisa a e tomar posse de uma interinidade oficial  
 em Villa de Alentejo, onde deverá exercer-se o máxi-  
 mo até fim de Abril proximo, pois certamente antes disso

data e decretada a especialização da escola; que as pupilas nada perdem com esta sua ausência temporária para a distincta professora especial desta escola, Dona Julia Antunes Franco, se prontificou da melhor vontade e sem remuneração alguma a leccionar-las durante esta curta ausência de la. Dona Elvira; e que assim pedida lhe fosse concedida licença, com verdadeiramente, até ao fim de Abril próximo nas mesmas condições expostas. A Direcção, ponderando os razões apresentadas pela professora Dona Elvira de Jesus Figueira, resolveu conceder-lhe a licença pedida, nas condições indicadas e muito especialmente atendendo a que a illustre professora, a Dona Julia Antunes Franco se prontificou a substituir-la durante esse tempo. — Sendo lido e tendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção vai ser devidamente assinada. — Em 1.º de Março de 1929, Manuel Jacinto, secretario da Direcção e assessor.

O Presidente — Affonso Leites de Oliveira Costa  
 O Tesoureiro — João Maria de Mattos Jr.  
 O Fiscal — Hippolito José Teixeira  
 O Secretario — Manuel Jacinto

Acta da sessão do dia 31 de Março de 1929  
 Neste dia não houve sessão por nada haver a tratar, tendo comparecido apenas os senhores Presidente e Tesoureiro.

O Presidente — Affonso Leites de Oliveira Costa  
 O Tesoureiro — João Maria de Mattos Jr.

Acta da sessão do dia 10 de Abril de 1929  
 Nos dez dias do mês de Abril do anno de mil novecentos e vinte e nove

e nome, nesta sala de reuniões e boas e muito bem vindo  
 souso de Sufrencia Decalada, sala das sessões da Direcção,  
 onde se encontravam reunidos os Excellentissimos Presi-  
 dente e mais Directores do referido Anilo, foi ás onze horas  
 aberta a sessão. O senhor Presidente declarou que convo-  
 cava extraordinariamente esta reunião a fim de comen-  
 mias oficialmente aos seus excellentissimos colegas da  
 Direcção que já se encontrava oficializada a escola deste  
 Anilo, pois recebera ontem à noite um telegramma do  
 seu particular amigo Doutor Ferrand Fumaltil de Alveida,  
 Chefe de Gabinete do senhor Ministro da Instrução, dan-  
 do-lhe esta boa noticia; e que, por isso, deveria o respec-  
 tivo Decreto sair publicado amanhã ou depois no Diário  
 do Governo. A Direcção replicou imediatamente com a  
 grata noticia deste importante acontecimento para a  
 vida e para a historia deste Anilo, apresentando ao se-  
 nhor Presidente as melhores congratulações por este gran-  
 de successo. Disse o senhor Presidente, desejando que da  
 acta conste, que este importantissimo melhoramento  
 e beneficio para o Anilo se deve principalmente á mu-  
 lta valiosa e ferozante intervenção do senhor Doutor  
 Ferrand Fumaltil de Alveida, a quem o excellentissimo  
 Ministro da melhor vontade atendeu, como abia era  
 de justiça, propondo para ambos, o que foi unanimemente  
 aprovado, um voto de louvor e de agradecimento. — A  
 Direcção tomou em seguida conhecimento dos donativos rece-  
 bidos desde a ultima sessão, incluindo de quantia de qua-  
 trecentos vinte e quatro escudos e setenta e cinco centavos,  
 como metade dum saldo dum espectáculo de caridade, su-  
 orada a este Anilo em favor da corrente pelo senhor Ademia  
 mistador de Barcellos. — A Direcção resolveu mais, ainda  
 a propósito da officialização da escola do Anilo, telegraphar já  
 aos excellentissimos Ministros da Instrução e Chefe de Gabe-  
 nete, apresentando respectivas sandações com vivos agradeci-  
 mentos. — E não havendo nada mais a tratar foi encer-

cada a sessão, da qual para constar se lavrou esta  
acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção,  
vai por devidamente assignada. E em transição  
O Presidente — *Agueda de Castro*  
O Vice-presidente — *Agueda de Castro*  
O Secretário — *Agueda de Castro*  
O Fiscal — *Agueda de Castro*  
O Director — *Agueda de Castro*

Acta da sessão do dia 12 de Abril de 1929

Aos doze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e vinte e nove, nesta sala de Sessões da Direcção, e Aula hum temporanea de Infancia Desvalida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os abaixo assina-  
dos Presidente e mais Directores do referido Anho, foi ás vinte e uma horas aberta a sessão. O senhor Presidente declarou que convocara extraordinariamente esta reunião porque acabara de receber o Decreto do Go-  
verno de hoje (que um amigo, chegado agora de outro-  
nes gentilmente lhe trouxe de Lisboa) onde vem publica-  
do o Decreto que officialisa a escola deste Anho, mas onde  
com o seguinte seu, nome, certamente por engano, indica  
da para professora a senhora Dona Maria Luísa  
Fernandes Coelho, que há tempo deixou de exercer o  
magistério neste Anho, e não a actual professora, Dona  
Elvira de Jesus Figueira, posteriormente proposta por  
esta Direcção, e já duas vezes, para tal cargo, como é  
de intima justiça. A Direcção concordou em que foi  
certamente engano ou confusão, e não ser que se le-  
vára extraviado também a segunda proposta. Fizeram,  
por isso, o senhor Presidente encarregado de, em no-  
me da Direcção, pedir a rectificação do Decreto nes-  
ta parte, ficando mais em todos os poderes para re-  
presentar ou requerer tudo o que necessario for para

Ata da sessão do dia 30 de Abril de 1929

Aos trinta dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e vinte e nove, nesta vila de Lourenço Marques, e mais Sala de Recreação de Infancia Desvalida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excepcionaríssimos Presidente e mais Directores da referida Escola, foi ás dez e meia horas aberta a sessão. A Direcção tomou conhecimento dos donativos recebidos desde a ultima sessão, e bem assim do subscrito de seiscentos e sessenta da Junta da Freguesia desta vila; e resolveu admitir como alçada a menor Flominda Luiza Tavares Pereira, filha de Domingos Thomaz Guerra Pereira e de Amélia da Purificação Tavares Pereira (falçada), cujos documentos se encontram nas condições devidas. — O senhor Presidente informou de que a senhora professora, D. Maria Elvira de Jesus Figueira, está tratando de conseguir todos os documentos de que carece para a sua nomeação official para esta Escola, documentos que elle, Presidente, depois enviara á Direcção Geral de Ensino Primario e Secundario para os devidos Offeitos; e que a mesma professora receberá gratuitamente as suas funcões até a sua posse definitiva, o que de certo tem succedido desde o dia de regresso de Luiza Luiza durante a licença que lhe foi concedida (que terminou hoje) e em que foi obsequiosamente substituida pela distincta professora official D. Maria Julia Antunes Franco. — Como consequencia da officialização da escola desta Vila e atendendo a que a professora official, paga pelo Governo, com a mesma e apenas terá a seu cargo a aula, e nada mais resolveu a Direcção adoptar desde já algumas providencias e tomar novas deliberações quanto ao pessoal superior desta Escola. E assim, resolveu a Direcção unanimemente o seguinte:

Sucessor por substituição de serviço, a alçada graduada, Luiziana Carolina da Victória, do cargo de Affundante, que vem succedendo desde o principio do corrente ano

economias; nomear a mesma senhora graduada, Sr.  
 Maria Carolina da Veitacão, para o lugar de Inspectora  
 nomear senhora graduada e também para outro lu-  
 gar de Inspectora, a senhora Genoveva Maria Alvim;  
 Que as referidas Inspectoras fiquem com o serviço da  
 cozinha a seu cargo, ás quinquenas, cada uma de qua-  
 rez, devendo a que estiver livre da cozinha auxiliar  
 a senhora Regente e a sua Ajudante na manuten-  
 ção da disciplina e em tudo o mais que for necessá-  
 rio e conveniente; Que as referidas Inspectoras (visto  
 no Asilo não haver cozinheira, nem outras creadas  
 além da de mandados) receberão, para estímulo e  
 como abris e de inteira justiça, os salários (metade  
 para cada uma) que no orçamento forem destina-  
 dos à cozinheira do Asilo. Resolveu mais a Direcção  
 nomear, interinamente, como de facto nomear, pa-  
 ra o cargo de Ajudante a senhora D.ª Adelaide So-  
 ro das D.ªs Ferreira, a qual, além dos deveres próprios  
 deste cargo (em que é um pouco beneficiada com a in-  
 meação das Inspectoras), ficará mais com o encargo  
 da secção de costura e lavandaria, para o que tem pro-  
 vada e reconhecida competência, mantendo-se nos  
 tanto o ordenado e subsistência que está em vigor  
 e que são de oitenta e cinco mil réis mensais. Os salários  
 destinados à cozinheira serão de setenta e cinco  
 mil réis mensais, devendo portanto cada uma das Inspec-  
 toras receber metade desta importância. Foi mais  
 resolvido que todas estas alterações, quanto ao perso-  
 al superior do Asilo, só entram em vigor em um de  
 Julho próximo, isto é no começo de próximo ano  
 económico; e assim a senhora graduada, Sr.  
 Maria Carolina da Veitacão, continuará como Ajudante até  
 ao fim do corrente ano económico. A posse dos novos  
 cargos (tudo nomeações interinas) resolveu re-  
 ceber de Junho de próximo. Foi ainda resol-

vista que, no primeiro dia que a senhora professora se apresentar neste Anho depois da sua parte definitiva, seja recebida pela Direcção, que assistirã aos primeiros dez minutos de aula, devendo nesse dia haver jantar de gala para as auladas, de conta particular da Direcção, para o qual será convidada a senhora professora. A solenisação de tal acontecimento reduzir-se-hã a esta pequena festa em família atenta as dificuldades financeiras com que o Anho luta. — Sua seguinte foi apresentada e pôsto à discussão e exaustão ordinária deste Anho para o próximo ano exaustão de mil novecentos e vinte e nove a mil novecentos e trinta, da importância de cincoenta e seis mil cento e sessenta e sete e quarenta e quatro centavos, com os respectivos documentos; e a Direcção, examinando-o e discutindo-o em todas as suas verbas de receita e despesa, o aprovou por unanimidade, mandando fosse pôsto à reclamação durante o prazo legal e depois enviado com os documentos competentes às relações superiores. — E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, foi devidamente assinada. E em, Joazeiro Espirito Saes, secretario, a elle se referi e a si mesmo.

O Presidente = ~~Agostinho Antonio de Jesus~~  
 O Tesoureiro = ~~Wacillean de Mattos~~  
 O Fiscal = ~~Hippolito José Teixeira Baptista~~  
 O Secretario = Joazeiro Espirito Saes

Acta da sessão de dia 15 de Maio de 1929

Neste dia não houve sessão por nada haver a tratar, tendo comparecido apenas os senhores Presidentes

te e Secretário.

O Presidente - *Agostinho Lourenço*  
O Secretário - *Agostinho Lourenço*

Acta da sessão do dia 20 de Maio de 1929

Nos vinte dias do mês de Maio do ano de mil novecentos e vinte e nove, nesta vila de Espinho e Vila de Espinho, e Escola Municipal de Infancia Desvalida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excepcionários, o Presidente e mais Directores do referido Anulo, foi ás oito horas aberta a sessão. O senhor Presidente declarou haver convocado esta reunião extraordinária e para esta hora, a fim de a Direcção assistir, como ficára resolvido na sessão de trinta de Abril ultimo, aos primeiros exercicios escolares depois da posse definitiva da professora oficial desta Anulo; Para a substituição da professora, Dona Elvira de Jesus Figueira, fora nomeada definitivamente para a escola deste Anulo por despacho publicado nos Diarios do Governo de Lezaria do corrente, e que a mesma senhora já tomara posse deste seu cargo na Inspeccão da Região Escolar de Vozara em dezoito deste mesmo mês, devendo apresentar se hoje a exercer o seu cargo, já como professora oficial. O senhor Presidente representou um officio do Inspector Chefe da Região Escolar de Vozara, dando-lhe d'isto mesmo conhecimento. Em seguida todos os senhores Directores se levantaram indo aquando a senhora Professora na portaria do edificio, acompanhados pelas senhoras e senhoras. Chegada a senhora Professora o Excepcionário Presidente deu-lhe as boas vindas, em nome da Direcção e de todo o pessoal do Anulo, desejando-lhe um futuro brilhante e feliz, e sumamente proveitoso para esta Casa de Caridade, que é todo o seu motivo e para a qual ambiciona

na as maisas profundadas; encareceu muito e com  
 todo o entusiasmo este grande melhoramento, que  
 iria pessoalmente agradecer aos excellentissimos bem  
 visto e chefe de Gabinete, e terminou por apressar  
 a senhora Professora que a Direcção se julga imen-  
 so com a sua nomeação. A senhora Professora, ex-  
 tremamente commovida, agradeceu muito as pala-  
 bras do senhor Presidente e o encargo que toda a  
 Direcção tomou pela sua nomeação, faziendo que  
 jamais esquecerá, e prometeu fazer quanto em  
 suas forças e recursos couber para corresponder na  
 escola a qual a sua regencia lhe foi confiada, e me-  
 lhor possível a tão nobres e perhorantes provas de  
 confiança e de imerecido affeio. Seguidamente todos  
 se dirigiram para a aula, tendo a Direcção assistido  
 aos exercicios feitos nos primeiros dez minutos. Vol-  
 tando a sala das sessões todos os Directores retomaram  
 os seus lugares. Estando presente a senhora Regente,  
 foi esta pelo senhor Presidente encarregada de man-  
 dar confeccionar para hoje um bom jantar (jantar  
 de gala) para as senhoras e suas superiores, para o  
 qual convidaria tambem a senhora Professora, devan-  
 do todas as despesas com esta refeição correr por con-  
 ta particular da Direcção. — A Direcção tomou co-  
 nhecimento do doativo de uma inscriçãõ do valor  
 nominal de cem esmudas (tendo o numero noventa  
 e oito mil novecentos noventa e quatro) oferecido  
 há dias a este Asilo pelos pais do falecido Doutor Euzé-  
 bio Pousinho de Beato. — Não havendo nada mais a  
 tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar  
 se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta  
 perante a Direcção, vai ser devidamente assinada.  
 E em faga visãõ Manuel Faeiro, secretario,  
 a Pulperovi e assigno.  
 O Presidente - Alfredo de Castro Oliveira

### Anexo 35 – Tabela de professoras

#### Tabela de professoras

1876 - 1968

Nomes	Datas em que se encontravam a leccionar na escola do Asilo	Observações
Maria Victória da Silva Teixeira	1876	Acumulou com o lugar de regente
Margarida Ronquilha	1883	
Francisca Emília Roza Ferreira	1883	
Marianna Emília Pestana	?	
Palmira Cândida de Campos	19-8-1885 a 3-6-1886	Diplomada pela Escola Normal de Lisboa.
Francisca Emília da Veiga Araújo	Saiu em 22-1-1887	
Júlia da Piedade Silva	1894	

Maria dos Prazeres	1896	
Maria dos Prazeres Antónia	29-1-1887 <sup>a</sup> 9-1902	Foi aluna do asilo de Braga
Leonarda Magdalena da Silva	1-8-1903 a 4-1906	Data em que se encontrava a leccionar no Asilo.
Thereza da Visitação Ferrão <sup>557</sup>	De 4-4-1907 a 12-1907	Interrompe e regressa mais tarde (1911)
Thereza de Jesus Roberta da Silva	6-1-1908	Colocada em concurso
Thereza da Visitação Ferrão	Sai a 24-11-1911	Segunda colocação
Maria Isidora Torres Garrido	15-8-1917	Pede demissão
Maria Feliciano Pinto Pontes	27-5-1918	Apesar de colocada a 31-1-1918 só entrou ao serviço em maio, por motivo de doença
Maria Cristina Calhaus	30-11-1919 (nomeação) 31-10-1921 (demissão)	Acumula com o lugar de regente a partir de 24-2-1921
Luísa Augusta Azêdo	31-10-1921(nomeação provisória) 30-4-1924 (exoneração)	Diplomada pela escola normal de Évora

<sup>557</sup> Este nome surge, também, como ajudante de costura e da escola, de 1900 a 1906. Volta a aparecer em 1924, como ajudante, sem especificar em que função.

	30-9-1924 regressa e fica até 31 de dezembro	
Virgínia Casmarrinha	30-4-1924 a 30-9-1924	Aluna asilada a preparar-se para exame da Escola Normal. Não era possível pagar a professora diplomada
Barbara dos Anjos Perdigão	15-11-1924	Diplomada pela escola normal de Évora
Palmira da Conceição Calmeirão	15-11-1925 a 30-9-1928	
Maria Inácia Fernandes Coelho	11-10-1928(nomeação interina) 15-1-1929 (exoneração)	Diplomada pela escola normal de Évora
Júlia Antunes Franco	15-3-1929	Professora da escola Conde Ferreira, ofereceu-se, gratuitamente, para substituir provisoriamente a colega Diplomada pela escola normal de Évora
Elvira de Jesus Figueira	15-1-1929 Suspendeu entre 15-3-1929 e 17-5-1929 (nomeação definitiva)	Diplomada pela escola normal de Évora Acumulou com o lugar na escola Conde Ferreira.
Isaura de Jesus Roque Romeiras	10-1931 a 10-1946	Escola Conde Ferreira.
Maria Elisa Rebocho Salvado Alves Nunes	10-1946 a 11-1948	Escola Conde Ferreira.
Mariana Rebocho Salvado	10-1949 a 10-1950	Escola Conde Ferreira.

Caetana Borges Pequito	7-1953	Escola Conde Ferreira.
Maia da Conceição Paixão Alface	7-1957	Escola Conde Ferreira.
Maria Rita Godinho	7-1963 a 7-1964	Escola Conde Ferreira.
Constantina Maria Ferro	7-1965	Escola Conde Ferreira.
Natividade da Conceição F. Moreira	7-1966 a 7-1968	Escola Conde Ferreira.

Arquivo Histórico Municipal de Montemor-o-Novo e Direção Regional de Educação do Alentejo

Nem sempre o Asilo contou com a presença de uma professora qualificada, períodos houve que as professora eram uma miragem. Em outras ocasiões este lugar era ocupado por uma asilada com mais habilitações ou por uma senhora que se disponha a ensinar as crianças a ler e a escrever.

Depois de 1929, não existem referências à colocação de professoras no Asilo. Sabendo que, por esta altura, a escola do Asilo ainda se encontrava em funcionamento, sou levada a pensar que o lugar era exercido em acumulação de funções com a escola Conde Ferreira.



# GOVERNO CIVIL DE LISBOA

Boletim de vacinação e sanidade

Maria do Carmo Fanealves - de  
idade 10 anos, natural de Lisboa  
freguesia de Santa Justa - concelho de  
2º Bairro filho de Acundino Antunes  
Fanealves, e de Maria do Carmo de  
Queiroz - foi ~~vacinado~~ revacinado hoje  
não sofre actualmente de doença contagiosa.  
Lisboa, 13 de Novembro de 1922

O Sub-delegado de saúde,



Ata da sessão de dia 10 de Setembro de 1918.

Às dez horas de manhã de Outubro de mil novecentos e dezeto, nesta sala de Montemor o Novo, sala das sessões do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, onde se encontravam reunidos os Excmos. Presidente e Vogais da Direcção do mesmo Asilo, no fim desta acta assinada foi ás quinze horas aberta a sessão pelo Excmo. Presidente declarando que em sessão de dezeto de Setembro ultimo, foi deliberado que fossem publicados editais nos Jornaes desta vila, pondo a concurso as obras indispensaveis a fazer no edificio do mesmo Asilo cujo prazo finda hoje.

Apresentaram-se duas propostas, abertas e das reconhecendo-se ser uma de João da Silva Caldeira, pela quantia de quinhentos oitenta e cinco escudos, apresentando como seu fiador o Senhor Antonio Joaquim Marques dos Santos Junior, e outra de Viriato Satorio das Dors Ferreira, pela quantia de quinhentos e quarenta e cinco escudos, dando como fiador o Senhor Antonio Lopes de Andrade. Foi adjudicada a obra a este ultimo, sendo obrigado a fazel'a, segundo o orçamento elaborado para tal fim.

Para constar se lavrou a presente acta que depois de lida, vai ser devidamente assinada. Com João Maria de Alencar Junior, secretario, a subscriçõ e assigno.

Affonso dos Santos Oliveira *Presidente*  
 Adriano Alves Baptista  
 Hippolyte José Pereira Reis  
 João Maria de Alencar Junior  
 João Maria de Alencar Junior

Ata da sessão de dia 22 de Outubro de 1918.

Às onze horas de manhã de Outubro de mil novecentos e dezoito, nesta sala de Montemor o Novo, sala das sessões do Asilo Montemorense de Infância Desvalida, onde se encontravam reunidos os Excmos. Presidente e Vogais da Direcção do mesmo Asilo, no fim

desta ata emendado, foi a sessão de 22 de Outubro e a sessão pelo Equilíbrio  
 Presidente declarou esta sessão dada entrada no livro diversos documentos  
 que foram expedidos no livro competente e que do Presidente se aguardam  
 em nome da Comissão. Foi ainda feita pelo Equilíbrio a Comissão a por  
 outadas as sentenças da sessão e expoz de novo de Outubro ultimo de  
 mais foram aprovados pela Comissão. Presidente informou  
 haver já recebido alguns casos de gripe pneumónica, mas os dois de alguma  
 gravidade; que, se em pedidos todos os dias viram ao Hotel e Equilíbrio  
 Dr. Salazar da Costa, e também algumas vezes o Equilíbrio Dr. Jovino,  
 que teve sido angustiado pela informação Dr. Olympia Cardoso, mas no  
 entanto tratadas com toda a atenção, cuidado e civildade. Como a sessão foi  
 ma a sessão bastante curta devido a interrupção intermédia no Hospital.  
 E no momento em que se tratava foi suspensa a sessão da qual para con-  
 tar a sessão esta ata, que lista em voz alta, vai se devidamente regi-  
 strada. E em José Maria de Mello Junior, secretario e  
 sub-secretario e a seguinte.

Alfredo dos Santos Lúcio Feliciano  
 Adriano Elias Baptista  
 Augusto José Lúcio - Sec.  
 João Antonio de Mello Junior  
 José Maria de Mello Junior

Ata da sessão de dia 11 de Novembro de 1918.  
 Dos quatro dias de sessões de Novembro do ano se um aconteceu e deu-se  
 nesta sala de reuniões, a saber, sala dos nomes do Sr. Martiniano  
 de Sousa Lima, onde se encontravam reunidos os Equilibrados  
 Presidente e Sec. da Comissão da mesma sala, no fim desta sessão  
 foi, pelas três horas, aberta a sessão pelo Equilíbrio Presidente desta  
 dando esta sessão dada entrada no livro diversos documentos que foram  
 expedidos no livro competente e que do Presidente se aguardam em nome  
 da Comissão. Foram feitas e aprovadas as sentenças da sessão e expoz  
 de novo de Outubro ultimo. O Equilíbrio Presidente deu conhecimento da  
 reunião do Parlamento das Américas da Louisiana e Angélica Cortez  
 sobre a gripe pneumónica, apoz de todos os informes dos membros facultativos.

desta ata assinada, foi a seguinte: houve aberta a sessão pelo Exaltado  
 Presidente desta sessão, este termo dado entrada no livro diverso doativo  
 que foram expedidos os livros recuperados e que de Presidente já expedidos  
 em nome da Comissão. Com a qual foram pelo Exaltado Presidente  
 entidades as contas da receita e despesa do mês de Setembro último. Os  
 mais foram aprovados pela Comissão. Exaltado Presidente informou  
 sobre as notícias alguns casos de gripe pneumônica, mas se não de alguma  
 gravidade; que, se em período, todos os dias vinda ao Hotel e Exaltado  
 Dr. Salvador de Lacerda, e também alguns casos e Exaltado Presidente  
 que tem sido assistidos pela enfermeira Sr. Olympia Cardoso, sendo as  
 doenças tratadas com toda a atenção, cuidado e carinho. Como a cidade dispõe  
 de uma assistência bastante durante o inverno a Comissão anterior - la se hospital  
 tal. E não havendo mais a tratar, foi movida a sessão da qual para em-  
 tar a ordem esta ata, que lida em voz alta, em se discutindo por-  
 tando. E em nome Maria de Alencar Junior, secretário e  
 assinou e a seguinte.

Afonso dos Santos Brasil - Exaltado  
 Adriano Alves Magalhães  
 Augusto José Pereira - Secret.  
 Francisco de Assis de Mello Junior  
 José Maria de Alencar Junior

Ata da sessão de dia 11 de Novembro de 1918.

Em sessão dia 11 de Novembro de 1918, em nome de um dos assuntos e devido  
 esta sala de reuniões - a qual, pela das sessões do mês Novembro  
 de 1918, em nome de um dos assuntos e devido a Comissão  
 Exaltado e Maria da Conceição de menor idade, no fim desta ata assinada,  
 de, pelas três horas, aberta a sessão pelo Exaltado Presidente desta  
 sessão este termo dado entrada no livro diverso doativo que foram  
 expedidos os livros recuperados e que de Presidente já expedidos em nome  
 da Comissão, foram lidas e aprovadas as contas da receita e despesa  
 do mês de Setembro último. Exaltado Presidente deu subsídios a fim  
 de pagamento das dívidas Maria da Conceição e República Portuguesa,  
 mas da gripe pneumônica, apesar de todos os esforços das distintas famílias.

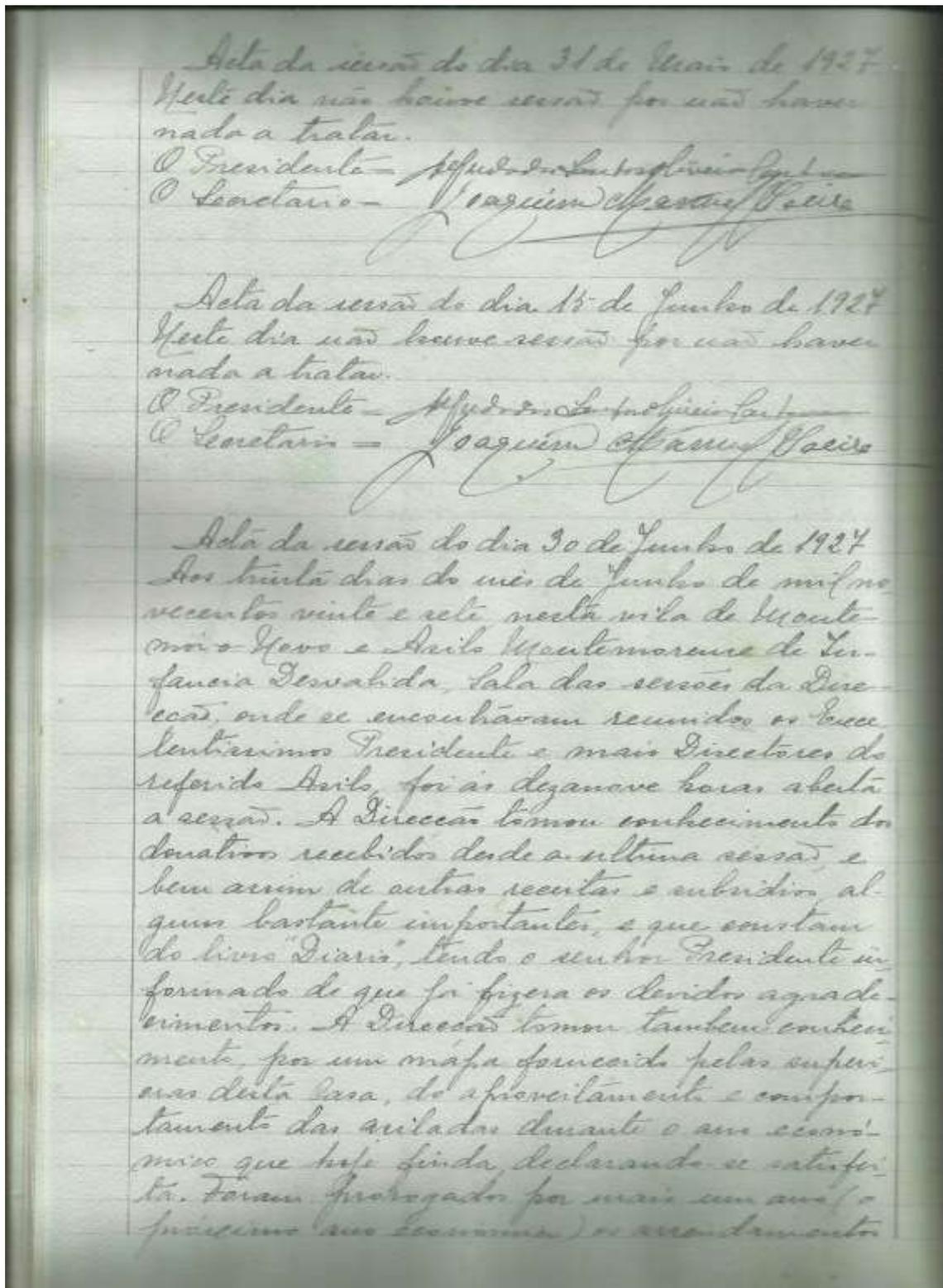
e afe profissoria e devida parte a subleida homenagem. Não tendo  
 sido, em julgado no hospital a vida de guerra, ficando encarregada  
 a subleida de manter uma caixa para a mesma guerra, e a  
 taxa que a comunidade pelo seu bom parte e contribuição subleida.  
 Foi mais resolvido subleida a subleida guerra da Prefeitura que tem  
 mais de dez mil reais, a sua mais visto esta tem manifestado desejo  
 de a receber sua taxa, podendo sair por meio de e costado  
 da mais em seguida em visto, reunido e aprovado unanimemente  
 e seguidos e seguidos voluntários de somar a sua economia, em qual  
 se dá a comunidade aplicadas no município de dois mil e oitocentos do  
 Governo. Dificuldade a serem se aprovado mais no desejo de não por motivo  
 da aplicação, que além disso, obriga a Prefeitura a admitir neste estabelecimento  
 alguns alunos, mais que ficarem ao abandono. Este exposto  
 tem sido levado ao estagio superior para resolver a economia apenas  
 por. E não havendo mais a tratar, o Excmo. Presidente encerra  
 a sessão, da qual fica constar se houve esta ata, que depois de lida  
 em voz alta, foi unanimemente aprovada. Em 4 de novembro de  
 1918.

Mello Junior secretario a subscricao a seguir.

Adorno Alves Baptista  
 Hippolyte José Luiz de Almeida  
 João de Almeida Junior  
 João de Almeida Junior

Ata do dia 25 de Novembro de 1918.

Nos vinte e cinco dias do mês de Novembro do ano de mil nove e oitenta  
 e oitenta, nesta sala de Montemar - o - Nova, pela das sessões do Hótel  
 de Prefeita Tranquila, onde se encontraram reunidos os Excmos. Presidente  
 e Popais da Direção do mesmo Hótel, no fim desta ata  
 aprovada, foi feita feita feita aberta a sessão. O Excmo. Presidente  
 encerrando a do Hótel de Residência, instalou desde mil nove e oitenta e  
 doze provisoriamente, em dependência deste Hótel de Prefeita, relativa  
 vários factos e que alguns dos Excmos. Presidentes concluíram e fez

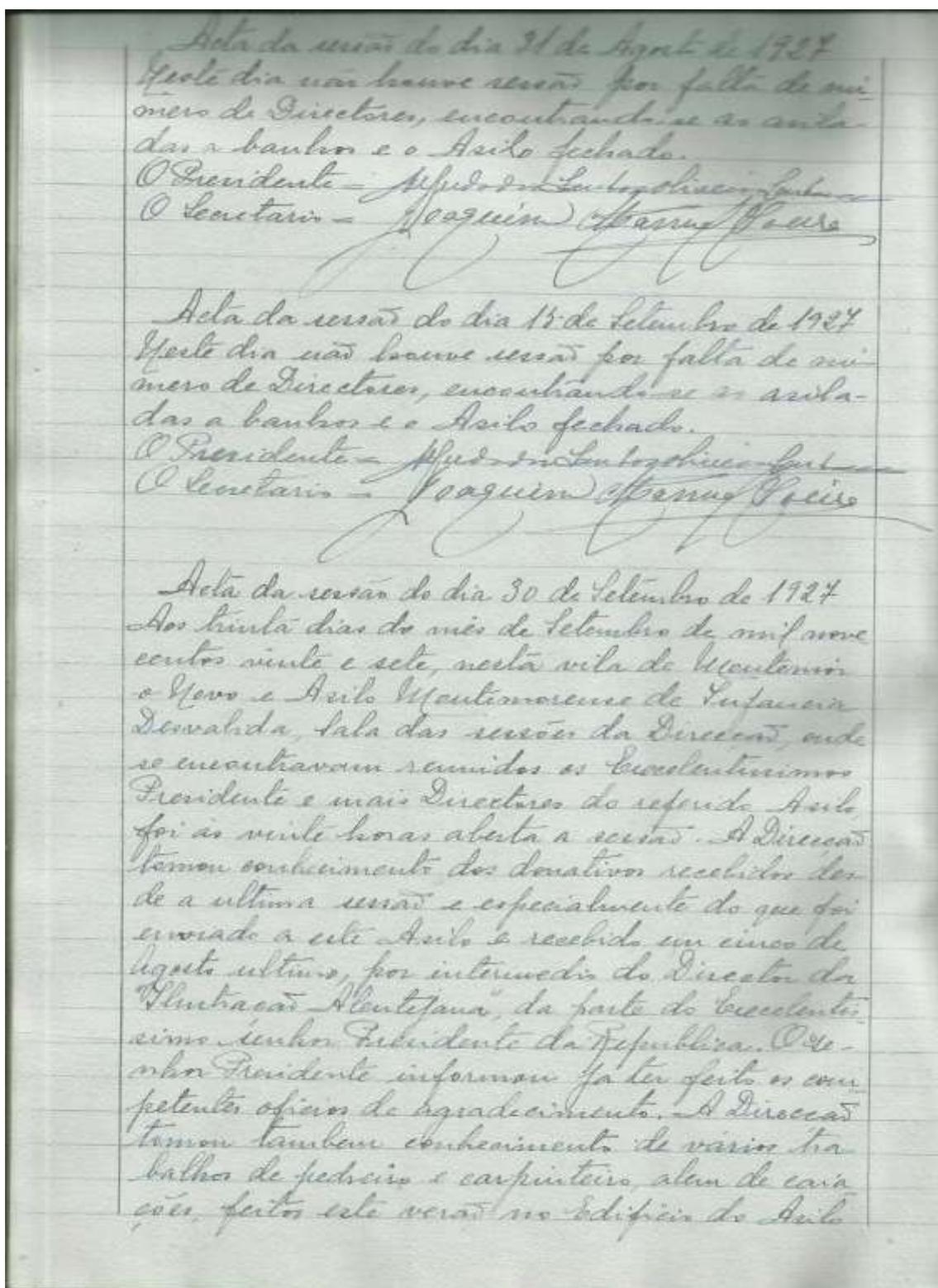


do farragal da Foz da d'Água, da cerca da Matriz Velha, da cerca pequena do Pelagio e do quintal pequeno de frente do Spucon, as mesmas indivíduos e pela mesmas quantias recebidas no ano económico que hoje finda. Foi admitida como arilada a senhorinha S.ª Augusta da Cruz, filha de José Candido da Cruz, falecido, e de Maria da Encarnação, encontrando-se os documentos nas condições devidas. - Foi conselho do medico da Casa e atendendo a que uma grande parte das ariladas se encontram enfezadas e raquíticas, concedendo muito de banhos e ares de mar, e considerando que, desde que não faltem os subsídios da Commissão Municipal de Assistência, este Asilo passará a ter uma vida económica um pouco mais desafogada, resolveu a Direcção, a semelhança do que se pratica em estabelecimentos originários (sobretudo ares de Leiria e Porto), que as ariladas forem este verão passar uma temporada numa praia (depois de concluidos os trabalhos escolares); e assim ficou o senhor Presidente encarregado de escolher o local e de tratar, com plenos poderes, de tudo o que se relacionar com este assunto. - A Direcção resolveu, atendendo a que não está previsto o cargo de escriptoraria deste Asilo, mas que há uma escriptora que há três annos vem fazendo a escripta do mesmo sem que até hoje tenha recebido qualquer remuneração, que no próximo ano económico se pague todo esse trabalho de escripta já feito (e que será mencionado em orçamento suplementar oportunamente).

providenciando-se depois, quanto ao fu-  
turo sobre este assunto. - A Direcção  
conferiu, fecho e unanimemente a pro-  
pria as contas da receita e despesa do mes-  
mo Anho referentes ao ano económico que  
hoje findo, de mil novecentos vinte e seis  
a mil novecentos vinte e sete verificando  
que a receita (incluindo o saldo que ven-  
do dos economios anteriores) foi de seten-  
ta e um mil novecentos cinquenta e nove  
escudos e trinta e sete centavos (na qual  
se acham incluídos seiscentos escudos  
provenientes dum legado de Antonio Juan-  
tes dos Santos, do Porto, e recebidos em vin-  
te e sete de Junho ultimo), e que a despesa  
foi de quarenta e dois mil quatro-  
centos e sete escudos e setenta e seis cen-  
tavos, transitando portanto para o ano eco-  
nómico seguinte um saldo de vinte e no-  
ve mil quinhentos e noventa e um escudos  
e setenta e um centavos (no qual se encon-  
tra incluído o mencionado legado de seis-  
centos escudos, que será aplicado em ins-  
crições). Este saldo é assim tão avultado por-  
que não houve tempo de dar applicação ao  
orçamento suplementar a dois subsídios im-  
portantes da Comissão Municipal de Assis-  
tencia recebidos hoje. - A Direcção autori-  
sou o senhor Presidente a ordenar todos os  
pagamentos referentes ás verbas de despesa  
do orçamento ordinario para o proximo ano  
económico e bem assim os referentes ás ver-  
bas de despesa de qualquor orçamento suple-  
mentar que venha a fazer-se no decurso do  
mesmo ano. - E não havendo mais a

tratar foi encerrada a sessão, da qual se  
ra comtada se lavrou esta acta, que depois  
de lida em voz alta perante a Direcção, vai  
ser devidamente assinada. E em seguida  
João Paulo Passos, secretario, a subscrever e assigra,  
O Presidente - Affonso Antunes Lourenço  
O Tesoureiro - José Carlos de Sousa  
O Fiscal - Hippolyte José Pereira Klein  
O Secretario - Joaquim Elphann Passos

Acta da sessão do dia 15 de Julho de 1927  
Aos quinze dias do mês de Julho de mil no-  
vecentos vinte e sete nesta vila de Monte-  
mor-o-Novo e Arco de Sant'Antonio de Lu-  
fancia Desvalida, sala das sessões da Di-  
recção, onde se encontravam reunidos os  
Excelentíssimos Presidente e mais Directores  
do referido Arco, foi ás vinte horas abert-  
ta a sessão. O senhor Presidente informou  
de que em cumprimento do mandado que  
lhe fora conferido pela Direcção em sessão  
de trinta de Junho ultimo, já escolhera  
local para as anteadas fadarem a época  
de banhos. Deverão instalar-se na Quinta  
Espirabela, em Linda a Pastora, freguesia  
da freguesia da Cruz Encobrada onde tomarão  
os banhos. A Quinta foi generosamente cedi-  
da para esse fim pelo seu proprietário, o Ex-  
celentíssimo senhor Doutor Artur Brindley.  
A Direcção folgou imenso e muito se congrat-  
ulou com o senhor Presidente pelos optimos  
resultados das suas diligencias neste sentido,  
e deliberou que as anteadas saíssem para ba-  
nhos em meados de Agosto depois de concluir



deute com este memoravel acontecimento para a historia deste Arco. Foram aprovadas e aprovadas as contas apresentadas pela senhora regente das despesas feitas durante a época de banhos. — A Direcção tomou tambem conhecimento de premio de cinquenta escudos com que, pelo senho Pedro José do Souto da "Folha de Lul", foi contemplada a senhada Graciinda Augusta da Visitação pelo seu bom comportamento e aproveitamento. — Tomou tambem conhecimento dum officio reflecto de palavras amaveis e de encitamento, acompanhando a oferta de varias gravuras de monumentos e paesagens desta villa, da parte do distincto Director da "Illustração Alentejana", senhor João Marcos Rodrigues, ao qual se o senhor Presidente respondeu, hoje mesmo, agradecendo, perbunadiçiosos em nome da Direcção. — E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assinada, e em fôrmula de Charles Jaciro, secretario, a Pulserovi e pppigro.

O Presidente — *[assinatura]*  
O Tesoureiro — *[assinatura]*  
O Regal — *[assinatura]*  
O Secretario — *[assinatura]*

Acta da sessão do dia 15 de Outubro de 1927  
Heste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo comparecido ape

Direccão encaregem o senhor Presidente de se entender sobre este assunto com o senhor Presidente da Comissão Municipal de Assistência - e não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, foi ser devidamente assinada. E em seguida

Chamou o Sr. Secretario, a subscriver o seguinte -  
O Presidente = Alfredo de Sousa Pereira  
O Tesoureiro = José Maria de Mattos  
O Fiscal = Hypolito José Pereira  
O Secretario = Joaquim Affonso de Jesus

Acta da sessão do dia 15 de Junho de 1928  
Neste dia não houve sessão por nada haver a tratar, tendo comparecido apenas os senhores Presidente e Secretario.

O Presidente = Alfredo de Sousa Pereira  
O Secretario = Joaquim Affonso de Jesus

Acta da sessão do dia 30 de Junho de 1928  
Nos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos vinte e oito, nesta sala de Montemor o Novo, e Aula Montemorense de Sufancia Desvahlida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excelentíssimos Presidente e mais Directores do referido Aula, foi ás vinte horas aberta a sessão. A Direcção tendo conhecimento de subscricao das Compañias e doações recebidas desde a ultima sessão, especialmente de importante doativo de mil trezentos e cinquenta escudos de D. Antonia Augusta Patatán como compensação para sete Aulas por ter tido inter-

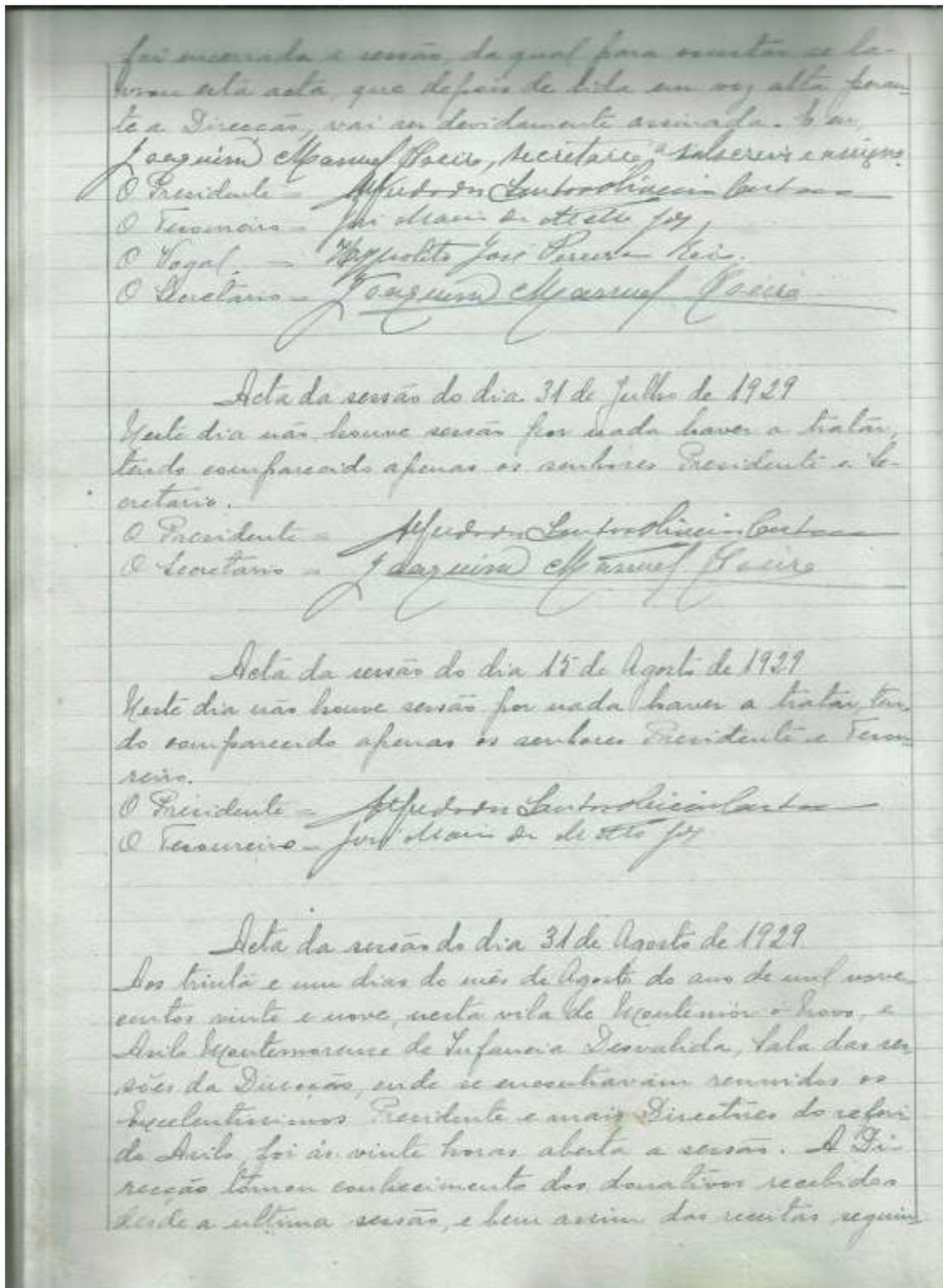
mada sua filha meua Adolma Augusta Lota  
tã Gomez, ainda depois da morte de avô por  
terno de quem recebe herança, que se agora foi li-  
quidada; tendo a Direcção resolvido de acôrdo  
com a mãã da referida meua, que está para a  
categoria de ancilada-pensionista de ancilada au-  
diante e ficando a pagar a mensalidade de ce-  
ta e cincoenta escudos. — A Direcção temou tam-  
bem conhecimento, por um mapa fornecido pe-  
las superiores desta casa, do aproveitamento e  
comportamento das anciladas durante o ano eco-  
nómico que hoje finda, declarando se satisfeita.  
A Direcção resolveu arrendar por um ano (o próxi-  
mo ano económico) os seguintes pequenos prédios  
que pertencem a este Asilo: a Augusto Salvo o  
ferragal-grande à Porta das Fichas por quinhem-  
tos escudos; a Manuel Joaquim Salvo o quintal da  
Matry Velha por cento e vinte escudos; a João Fran-  
cisco Pecos a cerca pequena do lado da Torre de Pa-  
lacio por oitocenta escudos; e a Emília José Vi-  
lho o pequeno quintal de frente do Depozito do Asilo  
por trinta escudos; importancias estas que de-  
vem ser pagas por uma só vez e adiantadamen-  
te. — Foi deliberado mais, por se ver mais a ma-  
nifestancia e attenção os bens resultados co-  
llectos no ano passado, que tambem este verão  
as anciladas tenham a sua época de banhos. Foi  
resolvida para esse fim a cidade de Lagos, vir-  
ta dois bons recreios e dedicados amis  
que desta casa de caridade, residentes naquella  
cidade, os senhores João António Carretas e Jo-  
ão Amarel Carretas, terem já oferecido gentil-  
mente a este Asilo uma casa devidamente sus-  
titada para as anciladas passarem a tempora-  
da de banhos naquella cidade; e assim fim o

senhor Presidente encarregado de tratar, com plausi-  
 produz, de tudo o que se relacionar com este assunto,  
 devendo as atividades sair logo terminem os trabalhos  
 escolares (primeira ou segunda semana de agosto) e  
 regressar em fins de Setembro. O senhor Presidente  
 declarou que espera conseguir da Companhia Portu-  
 guesa uma importante redução no preço dos bilhe-  
 tes, e assim mesmo espera ainda pagar-lhe com o  
 producto de uma subscrição que um grupo de ve-  
 nhosas vai abrir para tal fim. — A Direcção cha-  
 mou a sala das sessões a menina Mariana La-  
 robina da Visitação, que foi nomeada interinamen-  
 te para o cargo de Ajudante em sessões de trinta de  
 Abril ultimo, a qual foi dada posse do dito cargo, que  
 começará a exercer de amanhã em diante, tendo lhe  
 feito o senhor Presidente, perante a Direcção, a enu-  
 meração dos deveres de tal cargo e algumas adver-  
 tências que julgou convenientes. A referida Aju-  
 dante agradeceu confundida esta prova de apre-  
 cio e consideração da excellentissima Direcção e pro-  
 metteu desempenhar-se o melhor que souber e puder  
 das obrigações do seu cargo. — A Direcção procedeu  
 em seguida á verificação e fecho das contas do  
 anno economico que hoje finda, e assim foram  
 por ela vistas, conferidas, fechadas e unanimi-  
 mente aprovadas as contas da receita e despeja  
 do mesmo Anno referentes ao anno economico, que  
 hoje finda, de mil novecentos vinte e sete a mil  
 novecentos vinte e oito, verificando-se que a re-  
 ceita que entrou em cofre (incluindo o saldo do  
 anno anterior) foi de quarenta e dois mil cento e  
 trinta e sete escudos e quarenta e cinco centavos e  
 o despeja paga foi precisamente de igual quantia,  
 ficando ainda por pagar, por falta de receita, do-  
 cumentos de despeja na importância de treze mil

sendos documentos estes que serão incluídos para pagamento nos primeiros orçamentos suplementares do próximo ano económico; não tendo havido portanto saldo positivo, mas sim um "deficit" de treze mil e oitenta e sete contos. — A Direcção autorizou o referido Presidente a ordenar todos os pagamentos referentes às verbas de despesa de orçamentos ordinários para o próximo ano económico, e bem assim os referentes às verbas de despesa de qualquer orçamento suplementar que venha a fazer-se no decurso do mesmo ano. — A senhora Pagante informou a Direcção de que as assalariadas (cozinheira, lavadeira e criada de mandados) lhe haviam declarado espontaneamente que não continuariam a servir o Asilo por menos de sessenta contos mensaes cada um; e a Direcção resolveu que assim se lhes pagasse de amanhã em diante, tanto mais que existam no orçamento ordinario para o próximo ano económico, já devidamente aprovado, as competentes verbas e dessa importância para tal fim. — Não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois se lida em voz alta perante a Direcção, e foi devidamente assinada. E eu, Joaquim Joaquim Pereira secretario, a subcrevi e assizei.

O Presidente — *Joaquim de Sousa e Silva*  
O Tesoureiro — *José Maria de Mattos*  
O Vogal — *Hypólito José Pereira Reis*  
O Secretário — *Joaquim de Sousa e Silva*

Acta da sessão de dia 15 de Julho de 1928  
aos quinze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e vinte e oito, nesta sala de Sessão da Direcção do Asilo de Infancia Desvalida, tal da seguinte



tos. Produto da venda e lactos das latices de condulha e  
focordas pela firma F. B. Leão da Silva, limitada,  
de Setúbal, a que se fez referência na sessão de quinze  
de julho ultimo, um mil quinhentos e dez escudos; Pro-  
duto liquido dum Torneio de Tiro aos Tombos realizado  
pelos Festivos de julho nesta vila, tres mil trezentos  
e trinta e oito escudos e quarenta centavos; Pro-  
duto liquido dum Torneio de Tiro aos Tombos realizado  
num pequeno festival na Herdade da Videira, duzen-  
tos e vinte e um escudos e cinquenta centavos; Lu-  
bricos da Junta Geral deste Distrito, dois mil escudos.  
— A Direcção resolveu aduntyr como acilada a me-  
nor Joaquina Maria Rosa, filha de Maria Rosa, cu-  
jos documentos se encontram nas conservas devotas.  
— Pela Direcção foi deliberado que, por motivo de força  
maior (especialmente falta de recursos) e sobriedade  
por não se ter obtido casa conveniente e em boa con-  
ta para installação das aciladas numa praça, não  
se levou a cabo as aciladas a bambos; devendo a  
verba que estava destinada no orçamento para tal  
fim ser transferida, em orçamento suplementar, pa-  
ra amortização do deficit do ultimo ano economico fin-  
do. — O senhor Presidente informou ter organizado uma  
Comissão de Damas que amanha e depois deverão le-  
var a efeito um Festival de Beneficencia (Bazar e Venda  
da Flor) em favor deste Asilo, tendo muitas esperanças  
no bom exito desta jornada de bem-fazer; com o que  
muito se congratula a Direcção. — E não havendo  
nada mais a tratar foi encerrada a sessão da qual  
para constar se lavrou esta acta, que depois de lida  
em voz alta perante a Direcção, vai ser devidam-  
ente assinada, e em Joazeiro Cláudio Gomes,  
secretario, a subscryta e affixado:  
O Presidente - *[assinatura]*  
O Secretario - *[assinatura]*

O Regal - Hippolyte José Teixeira Pin.  
O Secretário - Joaquim Affonso G. G. G.

Acta da sessão do dia 15 de Setembro de 1929

Aos quinze dias do mês de Setembro do ano de um mil novecentos vinte e nove, nesta vila de Montemor o Novo, e Artilha de Montemor de Infancia Dowalida, sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os burocratas Presidentes e mais Directores do referido Artilha, foi ás vinte horas aberta a sessão. A Direcção tomou conhecimento do bom exito do Festival de Beneficencia (Bazar e Venda da Flor) realizado nesta vila nos dias um e dois do corrente, em favor deste Artilha, festival que rendeu, na totalidade, cinco mil e dez esordos e cinquenta centavos. Foi incontestavel a Comissão de bucinas, a quem o senhor Presidente, como declarou, já agradeceu, porem agradecer, em nome da Direcção. Tomou-se tambem conhecimento do doativo de cento e cinquenta esordos de uma aviumma (D. S.) por aluna de sua amiga Dona Ambrosina de Sá Correia. - Resolven a Direcção contemplar a avilada, buclaba Guilhermina Faria com o premio de cinquenta esordos oferecido pela "Folha do Sul", importancia esta que sera empregada na compra de um objecto de ouro que sera entregue á dita avilada no dia vinte do corrente, como foi recommendado. - O senhor Presidente informou que a Comissão de bucinas que tomou a seu cargo, em Julho ultimo, a rifa de caridade em beneficio deste Artilha, continua trabalhando afanosamente e com todo o empenho na distribucão dos bilhetes. - Se não houver nada mais a tratar foi encerrada a sessão da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assinada. E eu (Joaquim Affonso G. G. G.)

comparecendo os senhores Presidente e Secretário.  
O Presidente = *Aguiar de Sousa*  
O Secretário = *Aguiar de Sousa*

Ata da sessão do dia 30 de Junho de 1930.

Nos trinta dias do mês de Junho do ano de mil novecentos e trinta, nesta vila de Montemor-o-Novo, a Real Academia de Beneficência Desportiva, Sala das sessões da Direcção, em de se encontravam reunidos os Excelentíssimos Presidente e mais Directores do referido Arco, foi ás dez e meia horas aberta a sessão. A Direcção tomou conhecimento dos donativos e subscritos recebidos durante o mês que hoje finda, assim durante do subscrito de três mil e oitenta e dois escudos da Junta Paraf deste Districto e de subscrito de mil e quinhentos e oitenta e dois escudos da Junta da Freguesia Matriz desta vila. Sobre que se venderam alguns trabalhos de costura que venderam oitenta e cinco escudos, e a própria Direcção procedeu nesta ocasião a abertura das caixas onde encontram a quantia de cento e trinta e três escudos e quinze centavos. — O senhor Presidente informou de que, por conselho de médicos da casa, havia pedido a admissão no Sanatório de Oeiras daasilada Florinda Luana Faria Pereira, por se encontrar bastante fraca e em condições de ali ser internada; com o que a Direcção plenamente concordou. — A Direcção aprovou o pagamento feito a Rosa Lima Brava Leora, de varios trabalhos de costura deste Arco, durante o ano economico que hoje finda, com a verba destinada no orçamento para tal fim. — A Direcção tomou conhecimento, por mapas fornecidos pela Frequentadora e Professora desta casa, do comportamento e aproveitamento das pupiladas durante o ano economico que hoje finda, declarando-se satisfeita. — Foi resolvido prorrogar-se por mais um ano (o proximo ano economico) os arrendamentos dos pequenos pedros que este Arco possui, arrendamentos que cou-

tam da esta da sessão de trinta de Junho de mil novecentos e vinte e oito, as mesmas pessoas e nas mesmas condições então estabelecidas, apenas com a modificação seguinte: a renda do Ferragial Grande à Porta das Freiras, paga por Augusto Salvo, passará a ser de quatrocentos e cincoenta annos (como o rendeiro proprio e pedim), atendendo a que este ferragial foi muito prejudicado com a abertura da vala para a canalização das águas por conta da Camara Municipal e a desvalorização dos cereaes.

A Direcção nomeou, interinamente, D. Estrella de Coutura de Almeida, com as condições, deveres e direitos que constam da acta de vinte e oito de Fevereiro da corrente anno, a senhora D. Maria Vlda Maria Alvarada da Rosa, a qual entrará já amanhã no exercicio do seu cargo. Como esta senhora se encontrava no Avile, foi convidada a comparecer na sala das sessões e logo lhe foi conferida posse do seu cargo, ficando com a faculdade de poder ser auxiliada por sua mãe no exercicio das suas funções. — A Direcção procedeu seguidamente à verificação e fecho das contas do anno ordinario que lhe foi feita; e assim foram por elle vistas, conferidas, fechadas e unanimemente aprovadas as contas da receita e despesa do mesmo Avile, referentes ao anno ordinario, que lhe foi feita, de mil novecentos e vinte e nove a mil novecentos e trinta, verificando-se que a receita foi de quarenta e nove mil oitocentos e noventa e cinco annos e cinco centavos e a despesa paga foi precisamente de igual quantia, ficando ainda por pagar, por falta de receita, documentos de despesa na importância de três mil novecentos setenta e quatro annos e dez centavos, documentos estes que serão incluídos para pagamento no primeiro orçamento suplementar do presente anno ordinario. Não houve, portanto, saldo positivo, mas sim um "déficit" de três mil novecentos e setenta e quatro annos e dez centavos. — A Direcção autorizou o senhor Presidente a ordenar todos os pagamentos, nas ultimas folhas, das contas de despesa do orçamento or-

direção da próxima reunião. — E não havendo na  
da mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual fa-  
ra constar se lavrar esta acta, que depois de lida em  
voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente arqui-  
vada. E de, Francisco Chaves Soares, secretario, e  
fulcrey e insignis.

O Presidente — ~~Francisco Chaves Soares~~

O Tesoureiro — ~~Francisco Chaves Soares~~

O Legal — ~~Francisco Chaves Soares~~

O Secretario — ~~Francisco Chaves Soares~~

### Acta da sessão do dia 15 de Julho de 1930

Nos quinze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e  
trinta, nesta sala de reuniões a ser e sala de reuniões  
reunio de Infancia Desvalida, sala das sessões da Direcção,  
onde se encontravam reunidos os Srs. Presidentes e  
e mais Directores da referida sala, foi ás vinte horas aberta  
a sessão. Pela Direcção foram definitivamente vistas, em-  
padas e unanimemente aprovadas as contas da receita e  
despesa do mesmo sala, referentes ao ano económico ultima-  
mente findo de mil novecentos vinte e nove a mil novecen-  
tos e trinta, verificando-se que a receita foi de quarenta e  
nove mil oitocentos e noventa e cinco e cinquenta e cin-  
co centavos e a despesa paga foi precisamente de igual qua-  
tia, ficando ainda por pagar, por falta de receita, documen-  
tos de despesa na importância de três mil novecentos setenta  
e quatro escudos e dez centavos, documentos estes que serão  
incluídos para pagamento no primeiro pagamento suplementar  
do corrente ano económico; não tendo transitado portanto  
para este ano saldo algum positivo, mas sim um deficit de  
três mil novecentos setenta e quatro escudos e dez centavos.

— A Direcção resolveu que as salidas sejam este ano a uma  
época de trabalho em São de Arco, nos meses de Agosto e Se-  
tembro, em três turnos; cada turno durar-se-á vinte

firmas de nós correntes. Também se recobrou um documento de cem segundos, em vigor de Outubro, do Granjeiro Municipal Cabellouze. — O senhor Presidente informou que a malada Florinda Soares Faria Ferreira, que desde muito a do de Outubro ultimo se encontra em tratamento no Sanatório de Outão, está muito melhor e quasi inteiramente restabelecida, segundo noticias que recebeu do Sanatório; assim e que a Direcção muito folgou. — Não houve de nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assinada. E eu, Joaquim Manuel Paes, secretario, a subscreevo e assigno.

O Presidente — Affonso Santos Baccin Cabellouze  
O Secretario — Joaquim Manuel Paes  
O Fiscal — Affonso Santos Baccin Cabellouze  
O Secretario — Joaquim Manuel Paes

Acta da sessão do dia 30 de Novembro de 1930  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.

O Presidente — Affonso Santos Baccin Cabellouze  
O Secretario — Joaquim Manuel Paes

Acta da sessão do dia 15 de Dezembro de 1930  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.

O Presidente — Affonso Santos Baccin Cabellouze  
O Secretario — Joaquim Manuel Paes

Acta da sessão do dia 31 de Dezembro de 1930  
Nos trinta e um dias do mês de Dezembro de anno de mil nove

contos e trinta, nesta sala de reuniões, a D.ª D.ª  
Montenegro de Infancia Desobedi, sala das reuniões da  
Direcção, onde se encontravam reunidos os respectivos  
nos Presidentes e mais Directores do referido Anho, foi a  
quinze horas abata a sessão. A Direcção também conhe-  
cimento de vários donativos, em dinheiro e em géneros,  
recebidos desde a última sessão, especialmente por o-  
casão de Natal, e que hoje mesmo, por circular, e re-  
cursos Presidentes agradeceu. — O senhor Presidente in-  
formou que a senhora Florinda Maria Tavares Pereira,  
que se encontra em Sanatório do Durtas, está completa-  
mente curada, como lhe foi comunicado, docen-  
do hoje mesmo ter-lhe sido dada alta naquelle es-  
tabelecimento; facto que deveria regressar a este Anho  
por estes dias; com o que a Direcção muito folgou.  
— Em seguida foi apresentada o primeiro orçamento  
suplementar do corrente aos economistas, da importan-  
cia de sete mil e oitocentos; e a Direcção, examinando-o  
em todas as suas verbas, o aprovou por unanimida-  
de, mandando fazer parte a reclamação durante  
o prazo legal e depois enviado com os documentos  
competentes ás instâncias superiores. — A Direcção exe-  
ceron de cargo de regente deste Anho a senhora Dona  
Maria da Conceição Diciturba, que havia sido no-  
meada interinamente por três meses; e nomeou re-  
gente, também interinamente, a actual mostra de costu-  
ra senhora Dona Ilda Maria Almeida da Rosa, mas  
nas condições seguintes: receberá o vencimento de regen-  
te, e apenas este, ficando porém com a obrigação de  
continuar a dirigir a secção de costura e lavores (na  
que poderá ser auxiliada por uma costurã); e a duração  
esta que durará enquanto a Direcção não puder provi-  
denciar por outra forma, se bem que tem a melhor  
consideração a abriedade e competência da senhora  
Dona Ilda, mas sabe por outro lado que tal cargo lhe

não comuns e que se interinamente se ha de fazer  
e aceitar. A senhora Dona Hda Maria Almeida da Pa  
que se achava presente, agradeceu a prova de confiança  
e de consideração, e acceptou o cargo de regente nas con  
dições antes referidas, tomando seguidamente posse  
do dito cargo de regente, interinamente, desta Aula, que, em  
o auxilio de uma mãe, espera poder desempenhar a con  
tudo da actualissima Direcção. — E não havendo mais  
mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual fo  
cometer se lavrou esta acta, que depois de lida em  
voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente si  
gnada. — Em, Joaquim Chaves Pereira,  
secretario da Direcção e assigno.  
O Presidente — Alfredo de Castro e Almeida  
O Secretario — Joaquim Chaves Pereira  
O Fiscal — Hippolyte José Pereira Reis.  
O Secretario — Joaquim Chaves Pereira

Acta da sessão do dia 15 de Janeiro de 1931  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo  
no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.  
O Presidente — Alfredo de Castro e Almeida  
O Secretario — Joaquim Chaves Pereira

Acta da sessão do dia 31 de Janeiro de 1931  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo  
no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.  
O Presidente — Alfredo de Castro e Almeida  
O Secretario — Joaquim Chaves Pereira

Acta da sessão do dia 15 de Fevereiro de 1931  
Nos quinze dias do mês de Fevereiro do anno de mil novecentos

diário de frequência aos economistas. — E não havendo na  
da mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual pa-  
ra constar se lavrou esta acta, que depois de lida em  
voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente arqui-  
vada. — *Francisco Joaquim Chaves Soares, secretario, e  
subscreve e autografa.*

O Presidente — *Francisco Joaquim Chaves Soares*

O Tesoureiro — *João Maria de Mattos*

O Legal — *Hippólito José Pereira Mendes*

O Secretario — *Francisco Joaquim Chaves Soares*

Acta da sessão do dia 15 de Julho de 1930

Aos quinze dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e  
trinta, nesta sala de S. Sebastião do Largo e Salto de S. Sebastião  
recreio de Infancia Desvalida, Sala das sessões da Direcção,  
onde se encontravam reunidos os Incolutorários Presidente  
e mais Directores do referido Salto, foi ás vinte horas aberta  
a sessão. Pela Direcção foram definitivamente vistas, em-  
pilhadas e unanimemente aprovadas as contas da receita e  
despesa do mesmo Salto, referentes ao ano económico ultima-  
mente findo de mil novecentos vinte e nove a mil novecen-  
tos e trinta, verificando-se que a receita foi de quarenta e  
nove mil oitocentas e cinquenta e seis e cinco centavos e a  
despesa paga foi precisamente de igual qua-  
ntia, ficando ainda por pagar, por falta de receita, documen-  
tos de despesa na importância de três mil novecentos setenta  
e quatro e quatro centavos, documentos estes que serão  
incluídos para pagamento no primeiro orçamento suplementar  
de corrente anno economico; não tendo transitado, portanto,  
para este anno saldo algum positivo, mas sim um déficit de  
três mil novecentos setenta e quatro e quatro centavos.

— A Direcção resolveu que as anuidades façam este anno a sua  
época de cobrança em São de Agosto, nos meses de Agosto e Se-  
tembro, em três turnos; cada turno durar-se-há vinte

depois e assim acompanhada pela senhora Desfensora que em  
 nome de breves sessões de seguinte, ficando no intuito com as sen-  
 tantes assistidas a senhora Regente atendida a uma idade.  
 O senhor Presidente ficou encarregado de alargar coisa para  
 este fim e de tratar de todos os assuntos que se relacionarem  
 com a época de banhos, resolvendo por si e deliberando o  
 que julgar conveniente neste sentido. — E não havendo  
 nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual pas-  
 sa constar se houver esta acta, que depois de lida em  
 voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assen-  
 tada. Leu, e assinou, o sr. Manuel Pereira, secretario,  
 a subscricao e abeyrio.  
 O Presidente — *Alfredo de S. L. Thucin Card.*  
 O Tesoureiro — *José Maria D. Mello*  
 O Vogel — *Alfredo José Pereira*  
 O Secretario — *José Maria D. Mello*

Acta da sessão do dia 31 de Julho de 1930  
 Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar,  
 tendo no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.  
 O Presidente — *Alfredo de S. L. Thucin Card.*  
 O Secretario — *José Maria D. Mello*

Acta da sessão do dia 15 de Agosto de 1930  
 Nos quinze dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e  
 trinta, nesta vila de Beaulieu e Levo, e Anil Beaulieu e Levo  
 de Infancia Desvalida, Sala das sessões da Direcção, on-  
 de se encontravam reunidos os Excepcionários Presidente  
 e mais Directores do referido Anil, foi ás vinte horas aberta  
 a sessão. A Direcção tomou conhecimento da donativa de  
 mil esmolas de senhor Manuel Simão Gomes recebida em  
 doze de Julho ultimo e bem assim do subsidio de dez  
 mil esmolas da excellentissima Camara Municipal de

81  
dias e não com pábado pela comhora Sempresora que em  
Fogo de braco servirá de seguinte, ficando no meio com as ces-  
tantes outadas a comhora seguinte atendida á sua idade.  
O senhor Presidente ficou encarregado de alugar casa para  
este fim e de tratar de todos os assumtos que se relacionarem  
com a época de banhos, resolvendo por si e deliberando o  
que julgar conveniente neste sentido. — E não havendo  
nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual pa-  
ra constar se lavram esta acta, que depois de lida em  
voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assen-  
nada. — Leu, Joaquim Elphannuê Casiro, secretario,  
a subscrive e assina.  
O Presidente — Affonso de S. Carlos  
O Tesoureiro — José Carlos de Mello  
O Fiscal — Hippólito José Pereira  
O Secretario — Joaquim Elphannuê Casiro

Acta da sessão do dia 31 de Julho de 1930  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar,  
tendo-se somente comparecido os senhores Presidente e Secretario.  
O Presidente — Affonso de S. Carlos  
O Secretario — Joaquim Elphannuê Casiro

Acta da sessão do dia 15 de Agosto de 1930  
Nos quinze dias do mês de Agosto do ano de mil novecentos e  
trinta, nesta vila de Beaulimoz e Lousa, e Arco Beaulimoz  
de Infancia Desobediada, sala das sessões da Direcção, on-  
de se encontravam reunidos os Excepcionarios Presidente  
e mais Directores do referido Arco, foi ás vinte horas aberta  
a sessão. A Direcção tem conhecimento da doação de  
mil annos do senhor Manuel Simões Gomes recebido em  
dezete de Julho ultimo e bem assim do subsidio de dez  
mil annos da excelléssima Camara Municipal, res-

bita este em nome de Agente corrente, e que se foram logo decididos. — O senhor Presidente informou já se encontram em Foz de Azevedo o primeiro turno de aciladas, em casa que alugou para esse fim, estando tudo a correr em melhor ordem. O transporte fez-se em automóveis particulares necessariamente pedidos para tal fim. De tudo isto ficou inteirada e muito satisfeita a Direcção. — Foi resolvido que se realizasse em Setembro, por ocasião da Feira de São José, um festival, no Povo desta vila, em benefício deste Instituto, a qual constará da Venda da Flor, Guerniceu e Festa da Solidariedade; ficando o senhor Presidente encarregado de nomear a respectiva Comissão de Recrutas e de dirigir e controlar em tudo que diga respeito a este assunto, no que será auxiliado pelos seus colegas da Direcção. — Não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente assinada. E eu, Joaquim Emmanuel Soares, secretario, a subscrevo e assino.

O Presidente — Alfredo de Sousa Lourenço

O Secretário — Joaquim Emmanuel Soares

O Vogal — Hipólito José Lourenço

O Secretario — Joaquim Emmanuel Soares

Acta da sessão do dia 31 de Agosto de 1930

Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.

O Presidente — Alfredo de Sousa Lourenço

O Secretario — Joaquim Emmanuel Soares

Acta da sessão do dia 15 de Setembro de 1930

Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar, tendo no entanto comparecido os senhores Presidente e Secretario.

em toda a membros da Direcção  
Antonio de S. Almeida  
João de S. Almeida  
António de S. Almeida  
Antonio Justino Rodrigues d'Andrade

Acta da sessão  
em seis de maio de 1908

No seis de maio de mil novecentos e oito  
por sua hora do dia, compareceram, na sala da  
sessão da Direcção de Aylls Montemorizense  
& Infancia desobediada, todos os membros da  
Direcção no fim assignados e bem assim com  
pessoa e Com. Administrativa d'este concelho  
e todas as Empregadas d'este Aylls com todas  
as Aylladas Abriudo a sessão e se Presiden-  
te declarou que ella tinha exclusivamente  
o fim de inaugurar n'esta sala o retrato  
de Sua Magestade El Rei e Senhor D. Manuel  
segundo o qual se achava na parede da sala  
da Presidencia emoldurado em baquillo dor-  
pada e encoberto com ven de gaze e tri-  
gindo-se ao retrato vissem o ven de gaze fi-  
cando a descoberto a imagem de dita Magestade  
depois do que voltou um viva a El Rei  
e muito aos diferentes membros da Real Fam-  
ilia. Elle esta cerimonia era commemorati-  
va da que hoje tem lugar em Lisboa, sen-  
do solemnemente aclamado perante as costas  
geraes do throno Sua Magestade El Rei D.  
Manuel. Dizendo-se a creanca, expoz-  
ta a significação da cerimonia e estorou as  
que foram sempre dedicados a El Rei e a  
Familia Real. Para solemnizar tan fausto

contingente alibiano que esta ha sido comido  
coda he quanto gale no Anglo; que o pastor dos  
Anglato, seja malhorado, que seja encobida a bu  
tura nacional no companario de Anglo, repican  
de a si sua occasio a simon, que a noite, em  
sinal de regoijo seja illuminada a fronte  
na e que se pratiquem durante o dia todo  
os actos demonstrativos e jubilo nacional; final  
mente que finda a sessao se transmita um  
telegramma em nome da Direcção, e da Ma  
joridade felicitando-o pela sua aclamação e  
desejando-lhe um longo e prospero reinado. E  
nao havendo mais nada a tratar encerram-se  
a sessao, he que se lavra esta acta, que lida  
e approvada por todos os membros da Di  
recção assignada

Antoni Maria i Chivis. S. B.

Ant. Quintana da Costa Trancos

João Luis Freixo

Antonio Justino Rodrigues d' Andrade

João Baptista de Sousa

Acta da sessao

em 31 de maio de 1908

As trinta e um de maio de mil novecentos  
e oito, na sala das sessões da Direcção do  
Arco Montemorim d' Infancia tutelada por  
12 horas de dia compareceram todos os membros  
da Direcção no fim assignado. Pelo Sr. Presi  
dente foi apresentado um telegramma envi  
ado por S. Magestade El-Rei, em resposta ao  
telegramma de felicitação que lhe havia sido  
enviado por esta Direcção. Em seguida o Sr. Trancos  
apresentou as contas do corrente mez, as  
quas foram examinadas e achadas certas, verifi-







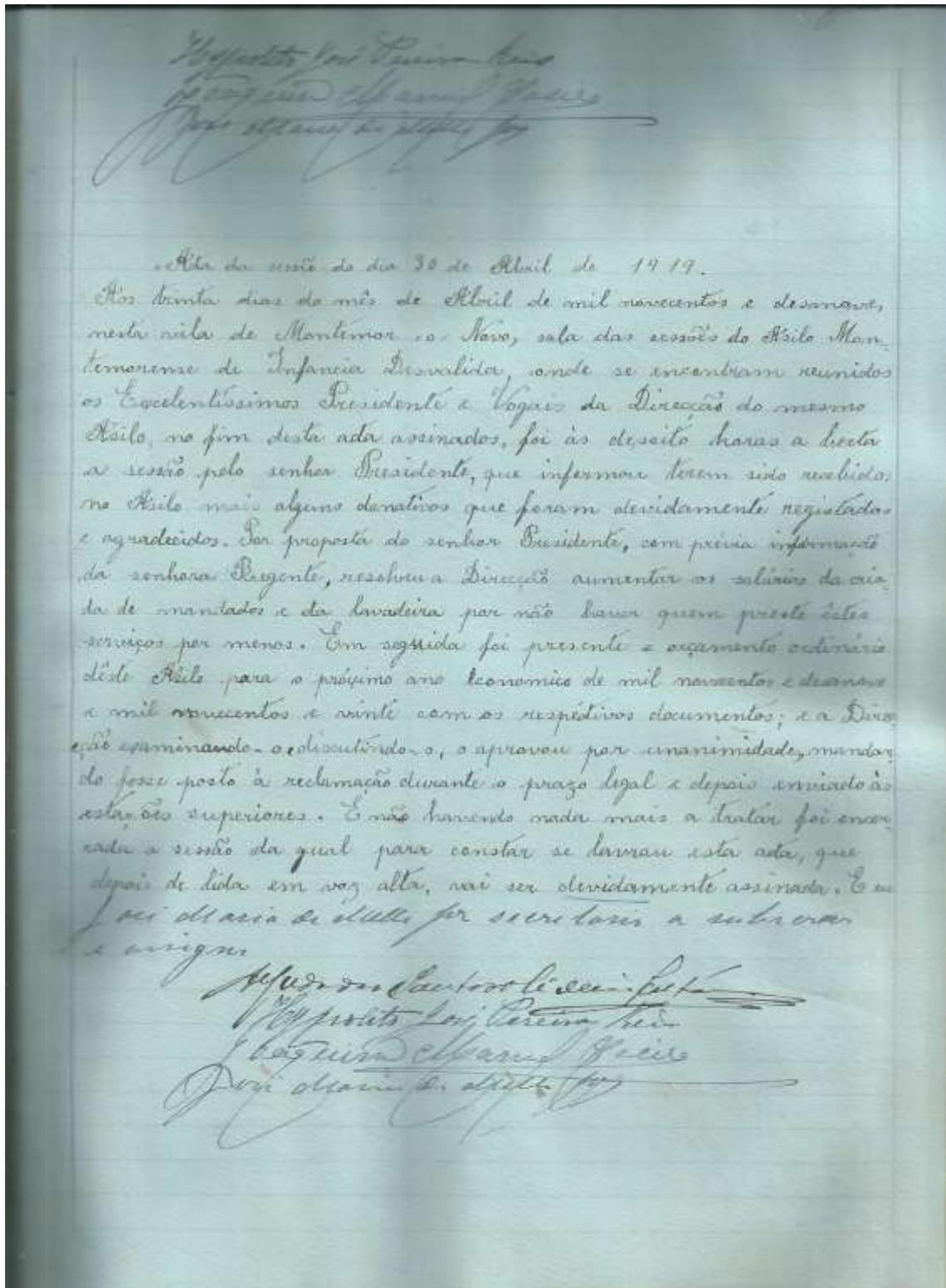
Anexo 51 – Folha de vencimentos (1876)

Vencimentos das empregadas abaixo mencionadas no mez de *Dezembro* de 18 *76*.

EMPREGADA	NOME	VENCIMENTO		OBSERVAÇÕES
		ANUAL	MEZAL	
<i>Repartição</i>	<i>D. Maria Victoria da S. Theresia</i> <i>Repartição de S. Theresia</i>	<i>44,000</i>	<i>14,500</i>	
<i>Caixa de Contas e Contas</i>	<i>D. Victoria Adelaide</i> <i>Repartição de Contas e Contas</i>	<i>18,000</i>	<i>5,500</i>	
<i>Caixa de Contas e Contas</i>	<i>D. Victoria Maria</i> <i>Repartição de Contas e Contas</i> <i>Maria Victoria da S. Theresia</i>	<i>28,000</i>	<i>9,000</i>	
		<i>178,000</i>	<i>56,500</i>	

Deposita esta folha no quanta de *Forças mil e quinhentos reis*  
Montante a Nota *21* de *Dezembro* de 18 *76*.

O Secretário da Direção  
*Antonio Maria da Silva e Sousa*



definitivamente e assim como se julgar mais conveniente de  
 de de Chamomama com as deliberações tomadas a tal respeito  
 nas sessões de quinze de Fevereiro de anno corrente - Foi pre-  
 sente, examinado e unanimemente aprovado, o primeiro  
 orçamento suplementar do corrente anno economico da im-  
 portancia de diez mil novecentos e quarenta e quatro oitavas  
 e cinqüenta centavos. E mais havendo tratado mais a tratar  
 foram encerradas as sessões da qual para constar se firmou  
 estas actas que depois de lidas em voz alta perante a  
 Direcção e por devidamente assinada de eu Joaquim  
 Esparruf Socio, secretario e subscricao e effigie.

O Presidente - Affonso dos Santos Lins de Barros  
 O Fornecedor - J. M. de S. Lins de Barros  
 O Regal - Hypolito José Pereira de S.  
 O Regal - (sem nome por impossibilidade de firma)  
 O Secretario - Joaquim Esparruf Socio

Actas das sessões do dia 7 de Abril de 1923  
 Com tanto de Abril de mil novecentos e vinte e tres não  
 houve sessões por falta de numero, tendo comparecido ape-  
 nas os senhores Presidente e Secretario.

O Presidente - Affonso dos Santos Lins de Barros  
 O Secretario - Joaquim Esparruf Socio

Actas das sessões do dia 15 de Maio de 1923  
 Foi quinze dias do mes de Maio de anno de mil nove-  
 centos e vinte e tres, sexta-feira de Kontempore e floco e  
 - fute Kontempore de infancia - Servalido - fute das ses-  
 são da Direcção, onde se encontrariam reunidos o Sr.  
 e Sr. Presidente e mais Directores do referido fute.  
 foram as dez e nove horas abertas as sessões com seguida foi  
 presente e organizado ordinario, desta fute para o pro-

que tomou conhecimento da recente colocação em casa da  
 Santos Joaquim Talente das duas em lotes da unidade  
 favela da Lamerça Palácio e unidade favela de Prata Vista se-  
 rá amanhã entregue a mim, e a unidade Escadela Razona  
 Lacerda será entregue amanhã também a mim. Procura da hon-  
 reária Lacerda e a unidade favela José Ricardo ainda não foi co-  
 locada e ainda definitiva destas unidades favela autorizada em  
 sessão de junho de Abril último. A Direcção em face das difficul-  
 dades com que o Auto-Luta resolveu suspender por algum tem-  
 po até se se i possível melhorar a situação financeira  
 desta favela a administração de novas unidades favelas tendo  
 nada mais a tratar foi encerrada a sessão da qual para  
 constar se lavrou esta acta que depois de lida em voz al-  
 ta perante a Direcção foi devidamente assinada por  
 Joaquim Casarum Jaciro, secretario, e Lacerda  
 e Mignone.

O Presidente - Pedro de Castro Salgueiro  
 O Tesoureiro - José Maria de Almeida  
 O Vogal - Hippolyte José Pereira  
 O Vogal - (Não compareceu por incapacidade física)  
 O Secretario - Joaquim Casarum Jaciro

Acta das sessões do dia 15 de Junho de 1924  
 Em quinze de junho de mil novecentos e vinte e quatro,  
 não houve sessões por falta de numero, tendo comparecido  
 apenas os Senhores Presidente e Tesoureiro.

O Presidente - Pedro de Castro Salgueiro  
 O Tesoureiro - José Maria de Almeida

Acta das sessões do dia 30 de Junho de 1924  
 Foi quinta dias do mês de junho de mil novecentos e  
 vinte e quatro, sexta-feira de honorem e lot e favela  
 Montemorane de Honorem e Lot e favela de Honorem de

Reunião onde se encontraram reunidos os Directores e  
Presidente e mais Directores do referido Instituto de  
educação e ensino. A Direcção tornou conhecimento dos de  
cretos recebidos no mês de Junho e foi agradecida. Foi pre-  
sente um mapa assinado pelas Senhoras Professoras com  
as listas de apresentamentos e comportamentos das alunas  
nestas listas que satisfizeram a Direcção. Foram vistas,  
confiradas, fechadas e aprovadas unanimemente as contas de  
recursos e despesa referentes ao ano económico que se finda  
verificando-se que a receita cobrada foi de dezasseis  
mil trezentos e sete escudos e onze centavos, e que  
a despesa paga foi precisamente de igual importância,  
mas havendo por isso saldo positivo antes um Deficit  
de três mil e quarenta e cinco escudos e quarenta e cinco cen-  
tavos, pois deixaram de se pagar, por falta de receita, três  
facturas que somadas dão aquela importância. Foi resolvido  
que a Direcção se recusa a pagar de novo pelas despesas dis-  
tas a fim de serem definitivamente aprovadas e assinadas  
as referidas contas, pois ainda se não acham feitas as con-  
tas da conta geral. As mencionadas facturas são pagas  
por: uma de Salvador da Costa (pai) da quantia de  
dois mil quinhentos e dezasseis escudos; outra de António  
Lopes de Andrade (antigo para vestuário) da quantia de nove  
centos e nove escudos e quarenta e cinco centavos; e a tercei-  
ra de Carvalho & Pais (também antigo para vestuário) da  
quantia de quatrocentos e setenta e cinco escudos, constituindo a so-  
ma destas três facturas o deficit mencionado. A esta reunião  
compareceram, para o que haviam sido convidadas, as Se-  
nhoras Dona Virginia Augusta, Carlotta Guedes e Dona Vir-  
ginia da Beneficência Carocharia, respectivamente Professora  
Regente (regência e costura) e Professora de letas (instru-  
ção primária) deste Instituto de educação e ensino, para que fossem nomea-  
das interinamente em vista de falta de pessoal do corren-  
te ano, a fim de tomarem posse dos referidos cargos. A Direc-  
ção confirmou as utadas nomeações na presença das mes-

mas senhoras que declararam aceitar, e logo pelo Senhor  
 Presidente em nome da Direcção lhes foi conferida a posse  
 dos mencionados cargos tendo o Senhor Presidente feito uma  
 consideração acerca das obrigações e responsabilidades desta  
 classe responsabilidades das pessoas desta classe e referindo  
 as senhoras agradeceram as suas nomeações e prometeram desempe-  
 nhar-se sempre fielmente e com toda a dedicação e zelo dos  
 deveses dos seus cargos. Estive também presente a esta occasi-  
 ão a Senhora Dona Luiza Augusta Lydio ex professora re-  
 gente deste lyceu, cujo mandado terminou prof. a quem de apre-  
 sentar os seus cumprimentos de despedida a Excelentissima  
 Direcção e de lhe agradecer os testemunhos de elevada con-  
 sideração a que sempre foi tratada pelos Senhores Directores  
 desta casa. O Senhor Presidente agradeceu por sua vez  
 em nome da Direcção a Senhora Dona Luiza Augusta  
 Lydio os seus apreciáveis serviços e maravilhoso zelo e compe-  
 tencia de que deu muitas provas no desempenho do espinhoso  
 cargo que acaba de deixar fazendo os melhores votos para  
 que a Senhora Dona Luiza encontre sempre no seu futuro  
 as todas as felicidades de que é dignissima e não havendo  
 nada mais a tratar foi encerrada a sessão (depois das referi-  
 das senhoras já se terem retirado) da qual para constar se la-  
 mou esta ata que depois de lida em voz alta perante a Di-  
 recção vai ser devidamente assinada de um Laaguim Affonso  
 Paes, secretario, e subscrito de proprio  
 O Presidente - ~~Jose de Souza~~  
 O Regente - ~~Jose de Souza~~  
 O Fiscal - ~~Thypholito~~ José Pereira Reis  
 O Fiscal - ~~Mor~~ Mor assinou por incapacidade física  
 O Secretario - Laaguim Affonso Paes

Acta da sessão de dia 1 de julho de mil novecentos e  
 vinte e quatro  
 De primeira dia de mês de julho de mil novecentos e com

Ata da sessão do dia 30 de abril de 1925

Nos trinta dias do mês de abril do ano de mil novecentos e vinte e cinco, nesta vila de Montemor-o-Novo e Arilo Montemarese de Infância Desvalida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excelentíssimos Presidente e Directores abaixo assinados, foi às dez e sete horas aberta a sessão. A Direcção resolveu atender as insistentes reclamações do pessoal remunerado deste Arilo pedindo aumento de vencimentos, como aliás é de justiça; aumento este que só entrará em vigor no próximo ano económico. Foi presente o orçamento ordinário deste Arilo para o próximo ano económico de mil novecentos e vinte e cinco a mil novecentos e vinte e seis na importância de dezassete mil trezentos e sessenta e seis e sessenta e sete escudos, com os respectivos documentos, e a Direcção, depois de o examinar e discutir, o aprovou por unanimidade, mandando fosse posto a reclamação durante o prazo legal e depois enviado com os documentos competentes às instâncias superiores. Não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão da qual para constar se lavrou esta acta que depois de lida em voz alta perante a Direcção foi devidamente assinada. E eu, Joaquim Chaves, secretario, a publico e asseguro.

O Presidente = Alfredo dos Santos Pereira  
 O Tesoureiro = Sr. Maria de Almeida  
 O Legal = Hippolito José Terceira  
 O Secretário = Joaquim Chaves

Acta da sessão do dia 15 de Maio de 1925

Em quinze de maio de mil novecentos e vinte e cinco não houve sessão por falta de numero, tendo comparecido apenas os Senhores Presidente e secretario.

O Presidente = Alfredo dos Santos Pereira  
 O Secretario = Joaquim Chaves

ta e quatro em dois e cincoenta e quatro de  
torn, e qual foi visto examinado, discuti-  
do e por fim unanimemente aprovado pela  
Direccão, que mandou fazer pôr a recla-  
mação perante o Juiz legal e depois en-  
viado ás instações superiores para receber  
a necessaria approvaçãõ. E não havendo en-  
da mais a tratar foi encerrada a sessãõ  
da qual para constar se lavrou esta acta,  
que depois de lida em voz alta perante a  
Direccão, vai ser devidamente assinada.  
E em consequença assigno, secretario,  
a subscrisse e assigno.  
O Presidente - Affonso de Lencastre  
O Terceiro - José Maria de Mattos  
O Legal - Hippolito José Pereira  
O Secretario - Joaquim Espanhol Pereira

Acta da sessãõ de dia 30 de Abril de 1926  
Aos trinta dias do mês de Abril de mil no-  
vecentos vinte e seis, nesta villa de Montevideo  
e Novo e Anillo Lyctemorene de Sufrancia  
Demarhada, Sala das sessões da Direcção, en-  
de se encontravam reunidos os Decretos  
nos Presidentes e mais Directores do referido  
Anillo, foi ás vinte horas aberta a sessãõ. A  
Direccão tomou conhecimento dum devativo de  
duzentos e oitenta e cinco recibos de um avião em  
pinto e quatro de corrente. Foi resolvido aten-  
der as reclamações do pessoal remunerado do  
Anillo pedindo aumento de vencimento, como  
se fulgirem de fôrça, excepto quanto á creche  
de mandados por ter casas para morar, aumen-  
to aquelle que se entrará em vigor no primeiro

que economicas. Foi presente e regularmente or-  
dinario deste Acelo para o proximo anno eco-  
nomico de mil novecentos vinte e seis e seis e  
mil novecentos vinte e sete na importan-  
cia de trinta mil e dez cruados e dezamo-  
ve centavos, com os respectivos documentos,  
e a Direcção depois de os examinar e discur-  
tir, o aprovou por unanimidade, mandan-  
do fosse posto a reclamação durante o pro-  
cesso legal e depois enviado com os documen-  
tos competentes ás instancias superiores. E não  
havendo nada mais a tratar foi encerrada  
a sessão da qual para constar se lavrou es-  
ta acta que depois de lida em voz alta pe-  
sante a Direcção, vai ser devidamente assi-  
nada. E eu Joaquim Espinosa Soares, secretario  
a subscreevi e affizegi.

O Presidente - Affonso Lourenço  
O Terceiro - José Maria Botelho  
O Vozal - Hippolito José Pinheiro  
O Secretario - Joaquim Espinosa Soares

Acta da sessão do dia 14 de Maio de 1926  
Neste dia não houve sessão por não haver nada  
a tratar.

O Presidente - Affonso Lourenço  
O Secretario - Joaquim Espinosa Soares

Acta da sessão do dia 31 de Maio de 1926  
Neste dia não houve sessão por não haver nada  
a tratar.

O Presidente - Affonso Lourenço  
O Secretario - Joaquim Espinosa Soares

Acta da sessão do dia 31 de Março de 1927  
Neste dia não houve sessão por falta de mi-  
noria de Directores.

O Presidente — *J. J. de S. L. de S. L. de S. L.*  
O Secretário — *J. J. de S. L. de S. L. de S. L.*

Acta da sessão do dia 1.º de Abril de 1927  
Neste dia não houve sessão por falta de mi-  
noria de Directores.

O Presidente — *J. J. de S. L. de S. L. de S. L.*  
O Tesoureiro — *J. J. de S. L. de S. L. de S. L.*

Acta da sessão do dia 30 de Abril de 1927  
Aos trinta dias do mês de Abril de mil nove-  
centos vinte e sete, nesta vila de Beautimoi-  
e Novo e Arilo Beautimareme de Tu fancaia  
Desvalida, Sala das sessões da Direcção, ou-  
de se encontravam reunidos os Excelentí-  
simos Presidente e mais Directores do refe-  
rido Arilo, for as vinte horas aberta a ses-  
são. A Direcção tomou conhecimento do do-  
nacion recebido desde a ultima sessão, e re-  
solvem mandar proceder a cariacaõ e separaçõs  
nos telhados logo que seja possível. A Direcção  
deberon confiar e entregar aos auxilador do  
Senhor Joaquim Correia Gonçes, desta vila, che-  
fe de familia, a auxilada beauria Anucha Gar-  
cia, fêmeonista, e cuja pensão era paga pelo  
mesmo senhor. Em seguida foi presente o pri-  
meiro orcaunente suplementar do corrente ano  
económico da importancia de doze mil e qui-  
nhentos esudos, a qual foi visto, unanimado  
dientido e por fim unanimemente approved.

pela Direcção, que mandou fazer pôr a resolução diante o prazo legal e depois emido do as instâncias superiores para receber a necessária aprovação. Entraram nesta altura na Sala as senhoras professoras que pediram á Direcção aumento de vencimentos, fazendo várias considerações acerca da distribuição dos serviços das mesmas, e tendo a senhora regente informado mais que a creche de mandados e a lavanderia lhe haviam declarado que não continuariam a servir o Arco pelos salários que recebem actualmente e que, ao contrario a actual existência, apesar de sobrecarregada com serviços, a vizia e Arco por circunstâncias muito meiores desde que fôr autorizada a ter em sua companhia uma filha de dois annos. A Direcção depois de ponderar e discutir o assunto, resolveu aumentar os vencimentos ás senhoras professoras e ás auxiliares (creche de mandados e lavanderia), acertando tambem a proposta da existência transmutada pela senhora regente; e resolveu mais que de futuro, a senhora regente ficasse apenas com os serviços de administração, passando a aula de costura e lavagens para a senhora professora de letras, que, por tal motivo, passaria a ter o mesmo vencimento (ordenado e subsídio) que a senhora regente, ficando no entanto subordinada a esta em tudo que não fôr com os serviços escolares. Estes aumentos foram alterações de serviços e respectivas deliberações tomadas só entrarão em vigor nos serviços do proximo anno economico. As senhoras professoras agradeceram e retiraram-se. O senhor

Presidente informou de que a Câmara Municipal recebeu nada receber deste Anillo pelo funcionamento da luz electrica, resolveu esta que de Presidente já agradecerá há tempo e que por esquecimento ainda não havia comunicado. Foi presente o orçamento ordinario de este Anillo para o proximo ano e o valor de mil novecentos vinte e sete e mil novecentos vinte e oito na importancia de trezenta mil cento e setenta e sete e setenta e sete centavos, com os respectivos documentos; e a Direcção, depois de o examinar e discutir, o aprovou por unanimidade, mandando fosse feita a reclamação durante o prazo legal e depois enviado com os documentos competentes ás instancias superiores. E não havendo nada mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, vai ser devidamente archivada. Seu Joaquim Espinosa Pereira, secretario, a subscreeva e assina.

O Presidente - Affonso Antonio Rodrigues  
O Tesoureiro - José de Almeida  
O Vogal - Hipolito José Pereira  
O Secretario - Joaquim Espinosa Pereira

Acta da sessão do dia 15 de Maio de 1927  
Neste dia não houve sessão por não haver nada a tratar.

O Presidente - Affonso Antonio Rodrigues  
O Secretario - Joaquim Espinosa Pereira

Leu, (seguido) e (seguido) Secretários,  
e (seguido) assistentes.  
O Presidente - Alfredo de Souza Lúcio -  
O Fiscal - José Manoel de...  
O Secretário - (seguido) e (seguido) Gláucio

Ata da sessão do dia 31 de Outubro de 1928  
Nos trinta e um dias do mês de Outubro do ano de  
mil novecentos vinte e oito, nesta vila de Monte-  
mir e hoço, e Arilo Lycentimense de Infancia  
Descolada, Sala das sessões da Direcção, onde se  
encontravam reunidos os Excentimismos Presi-  
dente e mais Directores do referido Arilo, foi ás  
dezanove horas aberta a sessão. A Direcção resol-  
veu, por proposta da senhora Regente, dispensar  
os serviços dos assalariados - Paula da Lourenço  
Pinto Talente, cozinheira, e seu marido Francisco  
Terceira, creado de mandados, os quasi deixaria  
desta data em diante, de estar ao serviço deste A-  
rilo. Para creada de mandados foi contratada  
uma viuva, que vive só, de nome Luiza Luiza,  
da qual a senhora Regente dá muito boas infor-  
mações e que deverá começar amanhã a pre-  
star os seus serviços. - Resolveu a Direcção, até  
ser deliberado o contrario, não contratar nin-  
guem para a cozinha. O serviço de cozinheira  
passará a ser feito, enquanto se vier mais con-  
veniente, pelas aniladas mais velhas, duas  
em cada semana, para assim se habilitarem  
e desenvolverem nos serviços domésticos, ficando  
a distribuição de tal serviço a cargo da senho-  
ra Regente. - Foi deliberado entregar definitivamente  
emante a mão, a pedido desta, a anilada para

siamota Adolphina Augusta batista Fernandes a qual hoje mesmo saiu de Arilo. — A senhora Fegante declarou-se satisfeita com a lavadeira, Poliviana de Jesus, a qual continuará no serviço de Arilo. — E não havendo mais a tratar foi encerrada a sessão, da qual para constar se lavrou esta acta, que depois de lida em voz alta perante a Direcção, não foi demandamente assinada, e eu, Joaquim Cassares Soares, a subcrey e escrevo.

O Presidente = ~~Agostinho de Jesus~~ Agostinho de Jesus  
O Tesoureiro = José Maria de Mattos  
O Fiscal = Agostinho José Soares  
O Secretário = Joaquim Cassares Soares

Acta da sessão do dia 14 de Novembro de 1928  
Nos quinze dias do mês de Novembro do ano de mil novecentos vinte e oito, nesta villa de Lourenço o novo e Arilo de Autimarene de Sufanora de Alida, Sala das sessões da Direcção, onde se encontravam reunidos os Excepcionarios Presidente e mais Directores do referido Arilo, foi ás dez horas aberta a sessão. A Direcção tomou conhecimento de ter dado entrada em cofre no dia 14 do corrente a quantia de quinhentos esudos (entendida pelo senhor Presidente da Camara e Administrador deute omeelho) como parte do producto liquido dum espectaculo de beneficencia levado a effecto nesta villa em Setembro ultimos no theatro "L'Opera", tomando tambem conhecimento de alguns donativos recebidos. — A senhora Fegante informou ter se recebido da Excepcionaria Camara Municipal a quantia de cento e trinta e tres esudos e noventa e cinco centavos impartidos

Anexo 59 – Tabela de funcionárias

Tabela de Funcionárias e respetivos vencimentos

1876 a 1945

Ano	Nome	Funções	Vencimentos
1876	Maria Victória da Silva Theixeira	Regente e professora primária	12\$000
	Quitéria Maria	Lavadeira e criada externa	3\$000
	Victória Adelina	Cozinheira e criada	1\$500
1881	Maria José Alfar	Regente	-
1887	Petronilla Perpectua Roza Ferreira	Regente	-
1889	Margarida Victória Palma	Regente	-
	Benvinda de Jesus	Ajudante	-
	Maria da Silva	Ajudante	-
1900 a 1906	Luiza Norberta Pereira	Regente	8\$000
	Francisca Emília Veiga Araújo	Professora de costura	5\$000
	Gertrudes Angélica	Lavadeira	2\$500
	Maria José	Criada	2\$000
	Thereza Ferrão	Ajudante	1\$800
1906	Custódia de Jesus	Lavadeira	2\$500
1907	Francisca Emília Veiga Araújo	Professora de costura	-
	Thereza Ferrão	Ajudante de costura e da escola	-
	Custódia de Jesus	Lavadeira	-
1908	Lourença Calção Valente	Regente	-
	Thereza da Visitação Ferrão	Professora de costura	-

1912	Maria	Criada	-
1918	Leopoldina Augusta Varela	Regente	-
	Cipriana	Criada	-
1919	Maria Feliciano Pontes	Professora de costura	-
1920	Carolina Lopes da Silva	Professora de datilografia	50\$00
1921	Maria Cristina Calhaus	Regente e professora primária	
	Virgínia da Conceição Casmarrinha ( ex-asilada)	Ajudante da escola primária	15\$00
	Virgínia Augusta Cardelho Azêdo	Regente	15\$00
	Maria Ana dos Santos	Professora de costura	-
1923	Eufrásia do Rosário Mira	Cozinheira	-
	-	Lavadeira	30\$00
	-	Criada de Mandados	15\$00
1924	Leopoldina Augusta Varela	Regente e professora de costura	60\$00
	Teresa Ferrão	Ajudante	50\$00
		Cozinheira	30\$00
	-	Lavadeira	30\$00
	-	Criada de mandados	15\$00
1926	Maria Ana dos Santos <sup>558</sup>	Regente e professora de costura	-
1927	Maria da Conceição Ferreira Torres	Regente e professora de costura	-
	Paula da Conceição Pinto Valente	Cozinheira	-
	-	Criada de mandados	-
1928	Ana Soeiro das Dores Ferreira	Regente	-
	Paula da Conceição Pinto Valente	Cozinheira	60\$00
	Elisiária Maria	Lavadeira	60\$00

<sup>558</sup> Esta senhora foi contratada com poderes para admitir “ as assalariadas necessárias para as limpezas, caiações e esfregações.” (ata de 30/1/1926)

	Mariana Carolina da Visitação (ex-asilada)	Ajudante	80\$00
	Maria Luiza	Criada de mandados	60\$00
1929	Maria da Assunção Direitinho	Regente	-
	Adelaide Soeiro das Dores Ferreira	Professora de costura	-
	Maria Carolina da Visitação (asilada)	Monitora	30\$00
	Guiomar maria alvito (asilada)	Monitora	30\$00
	Paula da Conceição Pinto Valente	Cozinheira	70\$00
	Francisco Teixeira <sup>559</sup>	Criado de mandados	-
1930	Ilda Maria Almeida da Rosa	Professora de costura <sup>560</sup> e regente	100\$00
	Jacinta Ferreira da Silva	Cozinheira	180\$00
1931	Maria da Assunção Direitinho	Regente e professora de costura	-
	Mariana Carolina da Visitação	Auxiliar da regente	50\$00
	Guiomar Maria Alvito	Auxiliar de costura e lavoures	50\$00
	Jacinta Ferreira da Silva	Cozinheira	80\$00
	Ana Maria Gois	Lavadeira	70\$00
	Maria Luiza	Criada de mandados	-
1940	Mariana Carolina da Visitação (asilada)	Auxiliar de Regente <sup>561</sup>	50\$00
1941	Luiza Godinho Valente	Regente	-
1945	Guiomar Maria Alvito (asilada)	Auxiliar de costura e lavoures <sup>562</sup>	50\$00

Arquivo histórico Municipal de Montemor-o-Novo

Após 1945 não encontrei referências a nomes ou vencimentos de funcionárias da instituição.

<sup>559</sup> Este é o único elemento do sexo masculino que aparece no Asilo, não contando com os elementos das direções.

<sup>560</sup> Em dezembro, deste ano, passa a acumular com o cargo de regente mas, por dificuldades económicas, só recebe o ordenado de regente (ata de 31/12/1930).

<sup>561</sup> Aparecem no Arquivo Municipal notas de despesa assinadas por esta rapariga em nome da regente. O que me leva a pensar que talvez o lugar de rente estivesse vago,

<sup>562</sup> Também esta auxiliar assina pela regente algumas notas de despesas.

## Lista nominal das crianças que frequentaram o Asilo

1886 – 1968

Nº de ordem	Data de Admissão ao Asilo	Nome	Idade à entrada para o Asilo	Filiação	Naturalidade	Habilitações		Data de saída do Asilo	Observações
						À Entrada para o Asilo	À Saída do Asilo		
1	Antes de 1886	Bennvinda de Jesus	-	-	-	-	24-4-1887 Exame ao liceu	Depois de 1890	- Aluna interna gratuita. - Estava abandonada quando foi recolhida. - Em 5-11-1890 vai para professora ajudante
2	26-8-1886	Gaudência Maria	-	-	-	-	-	-	-Aluna interna gratuita
3	26-8-1886	Leonor Maria	-	-	-	-	-	-	-Aluna interna gratuita
4	1-9-1886	Rosária Maria	6	- Vicente José - Leonor Maria	São Cristóvão	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Em 1904 ainda estava na instituição. - Saiu com mais de 24 anos.
5	1-1-1887	Uma aluna	-	- Maria José	-	-	-	-	Aluna interna gratuita
6	1-1-1887	Uma aluna	-	- Silvéria Joaquina Pires	-	-	-	-	Aluna interna gratuita
7	6-1-1887	Arsénia Varella	6	-Francisco do Rosário Varella - Mãe incógnita	São Cristóvão	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Em 1904 ainda estava na instituição. - Saiu com mais de 23 anos.
8	9-1-1887	Antónia da Visitação	6	- Manoel Joaquim Caldeira - Maria José	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Em 1904 ainda estava na instituição. - Saiu com mais de 23 anos.

9	11-1-1887	Maria	7	- Exposta	Cabrela	Nenhumas	Muito diminutas	1894	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos.</li> <li>- Saiu com 14 anos, para casa de Maria Eusébia, em Estremoz, onde esteve até casar.</li> </ul>
10	15-5-1887	Maria	7	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Paulo José (paradeiro desconhecido no estrangeiro)</li> <li>- Ludovina da Conceição (falecida)</li> </ul>	Represa	Nenhumas	Muito diminutas	3-6-1904	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 16 anos e 11 meses.</li> <li>- Antes de entrar no Asilo estava abandonada.</li> <li>- Saiu com 23 anos.</li> </ul>
11	10-6-1887	Guilhermina Augusta da Visitação	5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- José Rodrigues</li> <li>- Maria Augusta Neves</li> </ul>	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	1898	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Em 12-1894 frequentava a escola do Asilo.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos., saindo com 16 anos.</li> <li>- Foi expulsa por mau comportamento.</li> <li>- Saiu para casa de António Joaquim Correia d'Almeida, em Cabrela.</li> <li>- Posteriormente foi para Setúbal, para casa de Alfredo Miguéns.</li> <li>- Em 1901 regressou a Montemor para casa do padrinho, Justino Catão.</li> </ul>
12	25-6-1887	Maria Manuel Fragoso	5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- José Maria Fragoso Amado</li> <li>- Francisca Thomé</li> </ul>	Alcáçovas	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1-1890	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna pensionista.</li> <li>- Em 1889 ainda estava no Asilo.</li> <li>- Em 1-1890 frequentava a escola na instituição.</li> <li>- Saiu com mais de 8 anos.</li> <li>- No ano de 1898 casou com António Augusto Rodrigues Ramalho Fragoso.</li> </ul>
13	1-8-1887	Constantina Sampayo	5	<ul style="list-style-type: none"> <li>- António Maria Sampayo</li> <li>- Joanna Roza</li> </ul>	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	1900	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.</li> <li>- Saiu para a Associação Protectora da Infância de Santo António, em Lisboa, onde faleceu em 1-1900</li> </ul>
14	Antes de 5-10-1887	Lourença	-	-	-	-	-	Depois de 1887	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Interna gratuita</li> <li>- Em 5-10-1887 foi internada no Hospital</li> </ul>

15	1-3-1888	Palmira	-	- Manoel João	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	-	- Aluna interna pensionista.
16	19-5-1888	Marianna de Jesus	8	- Joaquim José - Ludovina de Jesus	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 1904 já não estava no Asilo. - Saiu, com mais de 14 anos, para servir em casa do Dr. Alexandre.
17	29-10-1888	Francisca Maria	6	- João Baptista - Maria Justina	Vendas Novas	Nenhumas	Muito diminutas	Entre 1895 e 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo - Saiu com mais de 13 anos. - Em 1904 já não estava na instituição.
18	10-1888	Uma aluna	-	-	-	Nenhumas	3ªclasse	5-1889	- Permaneceu no Asilo cerca de 7 meses.
19	12-1888	Uma aluna	-	-	-	Muito diminutas	7/1889 Exame 4ªclasse	-	-
20	1-1-1889	Joanna Salgado	-	- Manuel Rosado Salgado - Luzia	Montemor	-	Muito diminutas	31-3-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 3 meses. - Saiu para a Associação Protectora da Infância de Santo António, em Lisboa.
21	1-1-1889	Mónica Augusta	5	- António José Mira - Mathilde de Jesus Mira	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	1889	- Permaneceu no Asilo menos de 1 ano tendo saído com 6 anos.
22	Antes de 2-1889	Custódia Maria Barroso	-	-	-	-	11-2-1889 Exame à escola Normal em Évora	-	- Aluna interna gratuita. - Em 1890 foi transferida para o Asilo de Évora
23	1-2-1889	Thereza da Visitação Ferrão	6	- Francisco António Ferrão - Antónia de Jesus	Montemor	Nenhumas	1895 Exame de admissão ao liceu	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola na instituição. - Em 1904 fica como ajudante no Asilo. - Saiu com mais de 21 anos. - Em 1915 era professora do ensino primário.
24	3-1889	Uma aluna	-	-	-	Nenhumas	Muito diminutas	7-1899	- Permaneceu no Asilo cerca de 10 anos e 4 meses.
25	3-1889	Uma aluna	-	-	-	Nenhumas	Nenhumas	4-1889	- Permaneceu no Asilo cerca de 1 mês.

26	5-1889	Uma aluna	-	-	-	Nenhumas	3ª classe	2-1896	- Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 9 meses.
27	5-1889	Maria da Visitação	9	- José Correia - Maria da Piedade Correia	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	31-10-1895	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo. - Em 5-1895 ainda frequentava a escola na instituição. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 5 meses, tendo saído com 15 anos.
28	3-7-1889	Maria do Carmo	4	- António Marujo - Margarida	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	17-9-1889	- Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses. - Saiu com 4 anos.
29	23-7-1889	Amélia Augusta da Conceição	6	- José Maria - Josepha Rita	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	15-10-1892	- Aluna externa gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos e 3 meses. - Saiu com 9 anos
30	15-8-1889	Ritta Geraldo	6	- Joaquim José Geraldo - Maria Benedicta Guerra	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 6-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 12 anos
31	4-1-1890	Emília Jacinta Catita	7	- Vicente Catita - Leonilde Maria	Lavre	Nenhumas	Muito diminutas	1901	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu para casa de Alfredo Leite Miguéns, em Setúbal, com 8 anos.
32	Antes de 1-1890	Adelina Alves	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
33	Antes de 1-1890	Anna Augusta	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
34	Antes de 1-1890	Anna Pimenta	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
35	Antes de 1890	Emília Alves Pereira	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
36	Antes de 10-1890	Guilhermina Dias	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 10-1890	- Em 10-1890 frequentava a escola do Asilo.
37	Antes de 1-1890	Jacoba Calção	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.

38	Antes de 1-1890	Joanna Carvalho	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
39	Antes de 1890	Joanna Margarida	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
40	Antes de 10-1890	Margarida Augusta	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 10-1890	- Em 10-1890 frequentava a escola do Asilo.
41	Antes de 1-1890	Maria Carolina Carvalho	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
42	Antes de 4-1890	Maria Gertrudes	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 4-1890	- Em 4-1890 frequentava a escola do Asilo.
43	Antes de 1-1890	Mathilde da Silva	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
44	Antes de 1-1890	Rosária Guerra	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 1-1890	- Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo.
45	Antes de 2-1890	Theresa do Carmo	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 2-1890	- Em 2-1890 frequentava a escola do Asilo.
46	11-3-1890	Maria Cecília Correia	9	- Manuel Fernandes Correia - Maria d'Ascensão	Beja	Algumas	3ª classe	10-5-1890	- Em 4 -1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses. - Saiu com 9 anos.
47	11-3-1890	Olinda Correia	5	- Manuel Fernandes Correia - Maria d'Ascensão	Beja	Muito diminutas	1ª classe	10-5-1890	- Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses. - Saiu com 5 anos
48	8-4-1890	Luiza da Visitação Barata	10	- Gabriel Nunes Barata - Luiza Eduarda Nunes Barata	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	8-6-1891	- Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 2 meses. - Saiu com 11 anos.
49	13-4-1890	Aldegundes de Jesus	10	- Joaquim Realista - Felicidade Martha	Alcácer do Sal	Nenhumas	Muito diminutas	2-12-1890	- Em 4-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 meses. - Saiu com 11 anos.
50	15-4-1890	Rosa Maria Fernandes	9	- José António Fernandes - Sophia Roza (falecida)	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	31-8-1890	- Em 4-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 meses. - Saiu com 9 anos.
51	16-6-1890	Anna Rodrigues Ramalho Fragoso	12	- Justino Augusto Ramalho Fragoso - Cyprianna Rodrigues Fragoso	Lisboa	Algumas	-	24-12-1890	- Em 6-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 meses. - Saiu com 12 anos.

52	1-7-1890	Beatriz Josephina	11	- Francisco Januário Rodrigues - Maria	Lisboa	Nenhumas	Nenhumas	30-9-1890	- Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses. - Saiu com 11 anos.
53	2-7-1890	Laura da Conceição Marques	11	- António Marques - Alexandrina Marques	Lisboa	Nenhumas	Muito diminutas	20-11-1890	- Em 8-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 meses. - Saiu com 11 anos
54	19-7-1890	Maria Paula Marques	9	- António Marques - Alexandrina Marques	Alcácer do Sal	Nenhumas	Muito diminutas	15-11-1890	- Aluna interna gratuita. - Em 8-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 meses. - Saiu com 9 anos.
55	18-8-1890	Maria da Conceição Baptista	6	- Adriano Alves Baptista - Maria Antónia Baptista	Castelo de Vide	Nenhumas	Muito diminutas	17-11-1890	- Aluna interna pensionista. - Em 8-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 meses. - Saiu com 6 anos.
56	1-9-1890	Amélia Roza	11	- Manuel António Espada - Jesuína de Jesus	Montemor	Nenhumas	1ª classe	27-5-1892	- Aluna interna gratuita. - Em 9-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 8 meses. - Saiu com 13 anos.
57	1-9-1890	Maria Amélia Espada	7	- Manuel António Espada - Jesuína de Jesus	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 12 anos.
58	9-9-1890	Maria da Visitação Pimenta da Silva	5	- Joaquim da Silva - Antónia Pimenta	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	8-1896	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 11 meses. - Saiu com 11 anos.
59	9-1890	Constantina Roza Queimado	5	- Joaquim Luciano - Gertrudes Queimado	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	15-8-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 anos e 11 meses. - Saiu com 10 anos.
60	1-10-1890	Joaquina Ritta de Mira	11	- José de Mira - Emília	Escoural	Nenhumas	Algumas	31-12-1892	- Aluna interna pensionista. - Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e 2 meses. - Saiu com 13 anos

61	1-10-1890	Joanna Ritta Soeiro	8	-	Arraiolos	Nenhumas	Muito diminutas	22-3-1893	- Aluna interna gratuita. - Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e 5 meses. - Saiu com 10 anos.
61	20-10-1890	Maria Rodrigues Fragoso	8	- Justino Augusto Fragoso - Cypriana Augusta Fragoso	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	12-1892	- Aluna interna pensionista. - Em 1-1890 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 10 meses. - Saiu com 10 anos.
63	21-10-1890	Hermínia Dias	5	- Herminio Dias - Maria da Piedade	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	12-1896	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 10 meses. - Saiu com 11 anos.
64	6-12-1890	Maria do Resgate	-	- Manoel Maria - Jesuína Augusta	-	Nenhumas	Algumas	Saiu entre 1895 e 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Em 1904 já tinha saído para casar.
65	14-12-1890	Gertrudes Amália da Silva	6	- Manoel Correia da Silva - Rosária da Silva Caldeira	Montemor	Algumas	Algumas	27-1-1891	- Permaneceu no Asilo pouco mais de 1 mês. - Saiu com 6 anos.
66	20-12-1890	Emília	-	-	-	-	-	-	-
67	23-12-1890	Maria Adelaide Macêdo	8	- Jacintho Macêdo - Maria da Visitação	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	11-1891	- Permaneceu no Asilo cerca de 11 meses. - Saiu com 9 anos.
68	8-1-1891	Leonor	8	- Ezequiel Inácio - Leonor Maria (falecida)	S. Romão	-	-	-	- Nasceu em 1891. - Aluna interna gratuita.
69	12-1-1891	Josepha da Luz Feijão	6	- Manoel António Feijão (falecido) - Francisca Maria	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	5-10-1902	- Aluna externa gratuita passando a interna em 1891. - Nasceu a 4-10-1884. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos e 9 meses. - Saiu, com 18 anos, para casa de Maria Augusta de Villa Lobos.
70	12-1-1891	Gracinda Amaro Dias Taborda	11	- António Barata Figueiredo Taborda - Anna Dias Taborda	-	-	-	14-9-1891	- Aluna interna pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 meses. - Saiu com 12 anos.

71	4-2-1891	Anna Roza	4	- Pais incógnitos	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 9 anos.
71	23-2-1891	Joaquina Henriqueta	9	- Honório Augusto Grillo - Bernardina Henriqueta	Montemor	Algumas	Algumas	11-1892	- Aluna interna gratuita - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 9 meses. - Saiu com 10 anos.
73	8-4-1891	Joaquina Augusta	6	- João Marques - Maria Gertrudes Motta	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	5-1898	- Aluna passou a interna em 15-7-1891. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 1 mês. - Saiu com 13 anos.
74	12-5-1891	Josepha Augusta de Mira Nogueira	7	- Luiz da Tíbia - Henriqueta da Conceição	Montemor	Nenhumas	8-1899 Fez exame	1899	- Aluna interna gratuita - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos. - Saiu com 15 anos.
75	7-6-1891	Eugénia Roza Pires Romeiras	7	- Alexandre José Pires - Joanna Benedicta Romeiras	Montemor	Nenhumas	1897 Exame de admissão aos liceus	15-12-1897	- Aluna interna gratuita. - Passou a semi-interna gratuita em 11-8-1891. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 6 meses. - Saiu com 13 anos.
76	7-6-1891	Marianna Roza	5	- Pais incógnitos	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	1896	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 anos e meio. - Saiu com 9 anos.
77	9-8-1891	Elysa Cazemira	5	- Manoel Grande - Joaquina	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1897	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Passou a semi-interna gratuita em 5-1896. - Não frequentou entre 8-1896 e 5-1897. - Saiu com mais de 11 anos.
78	28-9-1891	Antónia Reis	6	- José Maria Reis Júnior - Marcelina Augusta Jorge	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	2-9-1902	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos. - Saiu, com 17 anos, para servir em casa do tenente veterinário de artilharia 3, Aniceto Rodrigues Horta, em, Santarém.

79	1-10-1891	Maria Adelaide d'Oliveira Barreto	9	- Custódio da Visitação d'Oliveira - Amélia Augusta Barreto	Montemor	Algumas noções de leitura	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Aluna interna gratuita. - Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 12 anos.
80	17-12-1891	Maria do Nascimento	7	- Ignácio Pereira - Jacintha	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	16-9-1892	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 9 meses. - Saiu com 8 anos.
81	1-2-1892	Margarida Nunes	14	- João António Nunes - Joaquina Nunes	Montemor	Nenhumas	Exame 2ª classe	Depois de 5-1895	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 17 anos.
82	20-5-1892	Felismina Antónia	6	- António Pereira (falecido) - Guilhermina Maria (falecida)	Cabrela	Nenhumas	Algumas	1-1902	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 9 anos e 8 meses. - Foi entregue à família, com 15 anos.
83	9-9-1892	Maria Rozalina	6	- Salvador Lucas - Rozalina Lucas	S. Matheus	Algumas	3ª classe	30-10-1894	- Aluna interna pensionista. - Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e 1 mês. - Saiu com 8 anos.
84	23-11-1892	Custódia do Sacramento	6	- António - Maria Perpetua	Lavre	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 9 anos.
85	21-12-1892	Virgínia da Visitação	7	-	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Aluna interna gratuita. - Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
86	22-12-1892	Albertina de Mello Carmona	10	- Ignácio de Moraes Carmona - Maria Ignez de Mello Carmona	Chaves	Nenhumas	Nenhumas	14-3-1898	- Aluna semi-interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 3 meses. - Saiu com 15 anos.
8	1-1-1893	Maria Vicência Laboreiro	9	- José Maria Laboreiro - Ludovina Victória Beja	Montemor	-	Algumas	1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos. - Saiu, com 19 anos, para casa de Manuel Esperança, em Vendas Novas.
88	1-3-1893	Isabel de Mello	5	- José de Mello - Isabel de Mello Azêdo	Montemor	Nenhumas	2ª classe	Depois de 5-1895	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 7 anos.
89	11-4-1893	Maria Antónia Pinto	5	- Lourenço José - Antónia da Conceição Pinto	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 7 anos.

90	11-4-1893	Virgínia da Conceição	4	- Margarida da Conceição	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 6-1896	- Aluna interna gratuita - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Semi-interna desde 6-1896. - Saiu com mais de 7 anos.
91	16-4-1893	Marcellina Augusta	7	- Exposta	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	7-7-1894	- Aluna interna gratuita. - Em 6-1894 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 3 meses. - Saiu com 8 anos.
92	5-5-1893	Christina Augusta Banha	7	- António Augusto Banha - Justina Maria Banha	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 9 anos.
93	2-6-1893	Germana Augusta	7	- Exposta	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	28-8-1893	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses. - Saiu com 7 anos.
94	2-6-1893	Euphémia Augusta Pereira	6	- Bernardino Pereira - Albina da Encarnação	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 8 anos.
95	27-6-1893	Josepha de Mira	11	- Luiz de Mira - Barbara	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	1-12-1893	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 meses. - Saiu com 11 anos.
96	3-7-1893	Marianna de Jesus Ferreira	7	- Manuel Maria Ferreira - Joanna Banha	Montemor	Nenhumas	1899 Exame admissão aos liceus	31-8-1901	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e 1 mês. - Saiu com 15 anos.
97	19-7-1893	Adelaide da Purificação	6	- Manuel Palrão	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 8 anos.
98	7-1893	Virgínia Adelaide	5	- António Augusto - Maria do Nascimento	Trancoso	Nenhumas	Muito diminutas	6-12-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 meses. - Saiu com 5 anos.
99	9-8-1893	Cândida Banha	5	- António Augusto Banha - Maria Justina Banha	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1896	- Aluna interna gratuita até 5-1896. - A partir desta data passou a interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 8 anos.
100	Antes de 8-1893	Anna Ferreira	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
101	Antes de 8-1893	Anna Roza Sá Pereira	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.

102	Antes de 8-1893	Antónia Amado	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
103	Antes de 8-1893	Januária Benedicta	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
104	Antes de 8-1893	Feliciana de Jesus	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
105	Antes de 8-1893	Cesária Nogueira	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
106	Antes de 8-1893	Lucinda Augusta	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
107	Antes de 8-1893	Luzia de Jesus Branco	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
108	Antes de 8-1893	Maria Leopoldina	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
109	Antes de 8-1893	Isaltina da Conceição	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
110	Antes de 8-1893	Marianna Ferreira	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 8-1893	- Em 8-1893 frequentava a escola do Asilo.
111	10-10-1893	Maria da Purificação Branquinho	6	- José Sebastião Freixo - Generosa Branquinho	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	A 1ª vez em 30-3-1894 A 2ª vez em 8-1901	- Aluna interna gratuita. - Em 11-1893 frequentava a escola do Asilo. - Frequentou novamente entre agosto de 1894 e agosto de 1901. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 5 meses. Saiu com 13 anos.
112	9-11-1893	Esther Freire Torres	5	- Manuel Freire Torres - Conceição Torres	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	1900	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos. - Saiu com 12 anos.
113	1-12-1893	Ignez de Mello	5	- José de Mello - Isabel de Mello Azêdo	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 7 anos.
114	6-12-1893	Isabel Canellas	7	- José Francisco Canellas - Rufina Augusta	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	1895	- Aluna interna gratuita. - Em 12-1894 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos. - Foi entregue, com 9 anos, ao tio José Pedro de Carvalho, em Montemor.

115	8-1-1894	Sebastianna de Carvalho Borges	6	- Veríssimo Borges - Joanna Carvalho	Montemor	Nenhumas	Exame ao liceu nacional de Évora	Depois de 8-1901	- Aluna interna gratuita. - Em 2-1894 frequentava a escola do Asilo. - Semi-interna desde 1-9-1897. - Saiu com mais de 14 anos.
116	15-1-1894	Alda Alice Amado	5	- Joaquim António Amado - Marianna de Jesus Amado	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna semi-interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 6 anos.
117	16-1-1894	Escolástica da Conceição	7	- José Dias - Antónia Maria	Pavia	Nenhumas	Muito diminutas	4-2-1896	- Aluna semi-interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e 1 mês. - Saiu com 9 anos.
118	2-4-1894	Marianna Lobo	15	- António Lobo Mello - Joaquina Maria Lobo	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	7-4-1896	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos. - Saiu com 17 anos.
119	4-4-1894	Rachel Celeste da Costa Fragoso	6	- Valério Fragoso - Isidora Salvador Fragoso	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	A 1ª vez a 1-1896 A 2ª vez depois de 5-1899	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Voltou a frequentar em 5-1899. - Saiu com 11 anos.
120	Antes de 1-6-1894	Christina Roza Cabello Capeans	11	- José Cabello Capeans - Maria da Visitação	Vendas Novas	Nenhumas	Muito diminutas	3-1904	- Aluna interna gratuita. - Em 2-1894 frequentava a escola do Asilo. - Entregue, com 21 anos, ao avô Luís Santos, em Vendas Novas.
121	5-6-1894	Eulampia Augusta Theodorina Pereira	5	- Manuel Joaquim Pereira	Montemor	Nenhumas	2ª classe	Depois de 5-1895	- Aluna semi-interna pensionista, em 11-1894. - Saiu durante 3 meses e voltou como externa pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 6 anos.
122	5-6-1894	Luiza Eduarda Geraldo	5	- Joaquim José Geraldo - Maria Benedicta Guerra	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Saiu com mais de 6 anos.
123	2-7-1894	Victória Maria Palaio	8	- Braz Henriques - Maria do Carmo Palaio	Montemor	Algumas	1900 Exame ao liceu	3-1901	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Passou a pensionista em 6-1896. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 8 meses. - Saiu com 14 anos.

124	2-7-1894	Sarah da Purificação Palaio	6	- Braz Henriques - Maria do Carmo Palaio	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 6-1896	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Passou a pensionista em 6-1896. - Saiu com mais de 8 anos.
125	3-7-1894	Amélia Adelaide de Mattos	6	- António Martins de Mattos - Júlia Andrade d'Oliveira	Lisboa	Nenhuma	Muito diminutas	1897	- Aluna interna gratuita. - Em 12-1894 frequentava a escola do Asilo. - Entrou novamente em 5-11-1895. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos. - Saiu com 9 anos.
126	3-7-1894	Elvira Adelaide de Mattos	5	- António Martins de Mattos - Júlia Andrade d'Oliveira	Lisboa	Nenhumas	Muito diminutas	1897	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Entrou novamente em 5-11-1895. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos. - Saiu com 8 anos.
127	9-7-1894	Maria Roza de Carvalho Matheus	5	- Manuel da Visitação Matheus - Antónia Fraústo Matheus	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	3-1898	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos e 7 meses. - Saiu com 8 anos.
128	10-1894	Guilhermina Taborda Falcão	6	- José Augusto Piteira Falcão - Celeste Taborda Falcão	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Aluna interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.. - Saiu com mais de 7 anos.
129	8-11-1894	Marianna da Conceição Magalhães	13	- Francisco Maurício Magalhães - Maria da Conceição Salgado Magalhães	Montemor	Exame elementar	1896 Exame de admissão ao liceu	Depois de 11-1898	- Aluna semi-interna pensionista. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Entrou novamente em 11-1898. - Saiu com mais de 17 anos.
130	Antes de 11-1894	Maria Henriqueta Pinto	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 11-1894	- Em 11-1894 frequentava a escola do Asilo.
131	1894	Isaltina Heitor	7	- António Mattos Heitor - Genebra Barata	Gavião	Algumas	Muito diminutas	1-1898	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos. - Saiu com 10 anos.
132	1-3-1895	Joaquina Lúcia Alves	-	- Joaquim Guerra - Maria Joanna	Mora	-	-	1904	- Aluna interna gratuita. - Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos. - Saiu para casa do tio Manuel do Val, em Évora.

133	4-3-1895	Fausta da Encarnação Soares Costa	6	- António Francisco das Neves e Costa - Joanna Adelaide d'Oliveira Costa	Évora	Nenhumas	1901 Exame ao liceu	Depois de 5-1900	- Aluna interna pensionista. - Em 4-1895 frequentava a escola do Asilo. - Regressou em 5-1900 e passou a externa pensionista. - Saiu com mais de 10 anos.
134	Antes de 3-1895	Joaquina Maria	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 3-1895	- Em 3-1895 frequentava a escola do Asilo.
135	Antes de 5-1895	Irene A. de Vasconcellos	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
136	Antes de 5-1895	Maria Reis	-	-	-	-	Muito diminutas	Depois de 5-1895	- Em 5-1895 frequentava a escola do Asilo.
137	10-6-1895	Clotilde Augusta Castello Branco	11	- José Augusto Lobo Castello Branco - Delphina Castello Branco	Oliveira do Hospital	Muito diminutas	2ª classe	31-12-1895	- Aluna interna pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 meses. - Saiu para o estrangeiro. - Saiu com 11 anos.
138	19-6-1895	Elvira	8	- António Pereira	Lisboa	Nenhumas	Nenhumas	1897	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e meio. - Saiu por motivos de doença, para Lisboa. - Saiu com 9 anos.
139	1-7-1895	Anna da Conceição Pisco	5	- Simão Augusto Pisco - Joaquina Pisco	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
140	3-8-1895	Maria da Luz Castello Branco	11	- José Augusto Lobo Castello Branco - Delphina Castello Branco	Oliveira do Hospital	Exame elementar	4ª classe	31-12-1895	- Aluna interna pensionista. - Saiu para o estrangeiro. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 meses. - Saiu com 11 anos.
141	3-8-1895	Maria do Carmo Castello Branco	10	- José Augusto Lobo Castello Branco - Delphina Castello Branco	Oliveira do Hospital	Algumas	4ª classe	31-12-1895	- Aluna interna pensionista. - Saiu para o estrangeiro. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 meses. - Saiu com 10 anos.
142	5-8-1895	Maria Falcão	3	- José Augusto Falcão - Celeste Taborda Falcão	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
143	4-11-1895	Lucinda Antónia dos Reis	8	- João António - Joaquina Reis	Covilhã	Algumas	1900 Exame	A 1ª vez a 3-10-1896 A 2ª vez depois de 11-1897	- Aluna interna pensionista. - Voltou a entrar em 3-11-1897. - Saiu com 10 anos.
144	2-1-1896	Maria Francisca	5	- José Francisco Marques - Maria Roza da Silva	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	4-1896	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 meses. - Saiu com 5 anos.

145	2-1896	Júlia Pereira Rosa	6	- Viriato Pereira Rosa - Joanna Canellas	Montemor	Nenhumas	8-1902 Exame Instrução primária	9-1902	- Aluna interna pensionista. - Saiu para casa do primo Jorge Gregório Feio Pereira Rosa. - Permaneceu no Asilo cerca de 4 anos e 7 meses. - Saiu com 10 anos.
146	2-1896	Maria Alves Pereira	5	- João Alves Pereira - Rachel Taborda	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
147	3-1896	Maria Isidora Torres	5	- Manuel Freire Torres - Conceição Torres	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna semi-interna gratuita.
148	3-1896	Ilda Aurora Mello	5	- José Maria Mello - Isabel Azêdo Mello	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	3-12-1897	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 9 meses. - Saiu com 6 anos.
149	4-1896	Adelaide Saturnino Monteiro	8	- Ayres Saturnino - Júlia Monteiro	Montemor	Nenhumas	Nenhuma	A1ª vez em 5-1896 A 2ª vez depois de 1-1898	- Aluna interna pensionista. - Voltou a entrar em 1-1898. - Saiu com 9 anos.
150	12-5-1896	Maria José Fogareiro	6	- António Joaquim Mattatudo - Maria Joaquina Mattatudo	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	2-1904	- Aluna semi-interna gratuita. Passou a interna em 13-5-1897. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 9 meses. - Foi entregue à mãe, aos 13 anos.
151	5-1896	Gertrudes Emília Barreto	6	- Custódio d'Oliveira Barreto - Emília Barreto	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 9-1898	- Aluna interna pensionista. - Passou a externa em 11-9-1898. - Saiu com mais de 8 anos.
152	5-1896	Maria da Piedade	7	- Ezequiel Sampayo - Maria Augusta	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
153	5-1896	Laura Pires	9	- António Pires - Jesuína Pires	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 10-1896	- Aluna interna pensionista. - Passou a gratuita em 10-1896. - Saiu com mais de 9 anos.

154	26-6-1896	Isolina Rosa Gomes	5	- Pais incógnitos	Montemor	Nenhumas	Algumas	13-12-1907	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Em 6-5-1906 e 3-6-1906 recebeu prémio de aplicação e comportamento, atribuído pela direção do Asilo.</li> <li>- Em 13-7-1907 recebeu o prémio por bom aproveitamento, correspondente ao 6º lugar.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos e meio.</li> <li>- Entregue aos 16 anos, à tia Rosa de Jesus.</li> </ul>
155	27-6-1896	Antónia Maria	6	- Francisco Maria Palaio - Margarida Augusta Varella	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
156	27-6-1896	Gertrudes da Conceição	8	- Manuel Vicente Coelho - Carolina Augusta Coelho	Vendas Novas	Nenhumas	Muito diminutas	5-1904	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 11 meses.</li> <li>- Entregue à mãe, com 15 anos.</li> </ul>
157	27-6-1896	Euphrásia	5	- Francisco Rodrigues - Antónia Maria	Montemor	Nenhumas	Algumas	8-1906	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Nasceu a 9-1-1890.</li> <li>- Em 6-5-1096 e 3-6-1906 recebeu prémio de aplicação atribuído pela direção do Asilo.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 10 anos e 2 meses.</li> <li>- Foi entregue, com 16 anos, à madrinha Joaquina Romeiras da Costa, casada com Salvador da Costa, devido ao mau comportamento da mãe, cujo paradeiro se desconhecia.</li> </ul>
158	27-6-1896	Maria Barrisco	8	- Gregório Barrisco - Thereza Paes Pimenta	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita
159	27-6-1896	Epiphania da Conceição	9	- Francisco da Conceição - Thereza Augusta Perpetua	Montemor	Nenhumas	Algumas	12-2-1904	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aluna interna gratuita.</li> <li>- Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 8 meses.</li> <li>- Entregue, com 16 anos, ao irmão Salvador da Conceição.</li> </ul>

160	2-6-1896	Gabriella da Visitação	6	- Francisco Gonçalves - Joaquina do Espírito-Santo	Montemor	Nenhumas	Algumas	13-6-1907	- Nasceu a 11-12-1890. - Aluna interna gratuita. - Em 6-5-1906 e 3-6-1906 recebeu prémio de aplicação e comportamento atribuído pela direção do Asilo. - Em 13-7-190 recebeu o prémio de bom aproveitamento, correspondente ao 6º lugar. - Permaneceu no Asilo cerca de 11 anos. - Entregue à mãe aos 16 anos, para ir servir para a casa onde já se encontrava uma irmã
161	6-1896	Catharina da Conceição	6	- Joaquim Gallego - Maria Gallego	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna semi-interna gratuita.
162	6-1896	Maria Pimenta	7	- Ambrósio - Gertrudes Pimenta	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna semi-interna gratuita.
163	8-7-1896	Elisa da Cruz	11	- José - Anna Mendes	São Miguel de Paços	Nenhumas	Muito diminutas	Antes de 1904	- Aluna interna gratuita - Em 1904 já tinha saído para o Asilo de Santo António, em Lisboa. - Saiu com menos de 19 anos.
164	30-7-1896	Bennvinda	10	- Luiz Maria - Rita Maria	Vendas Novas	Nenhumas	Muito diminutas	29-8-1902	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 1 mês. - Foi entregue à mãe, em Montemor, com 16 anos.
165	1-8-1896	Maria Cunha	-	- Sebastião Cunha - Maria Cunha	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Antes de 1904	- Aluna interna pensionista. - Em 1904 já não estava no Asilo.
166	8-1896	Conceição Pinto	5	- Lourenço José - Antónia Pinto	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista. - Mais tarde passou a gratuita.
167	9-1896	Romana Moreira	12	- José Moreira - Usmia Carvalho	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	12-1897	- Aluna interna pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 3 meses. - Saiu com 13 anos.
168	10-1896	Cremilde Celeste Reis	6	-	Montemor	Nenhumas	Algumas	Antes de 1904	- Aluna interna pensionista. - Estava a cargo do padrinho D. Arthur de Sousa Barreto. - Em 1904 já não estava no Asilo. - Saiu com menos de 14 anos
169	10-1896	Apolónia das Mercês	9	- Luzia da Conceição	Montemor	Nenhumas	Algumas	-	- Aluna interna pensionista. - Frequentou a escola do Asilo.

170	10-1896	Bernardina Romeiras	Varella	7	- Joaquim Romeiras - Leopoldina Varella	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
171	10-1896	Feliciana Romeiras	Varella	8	- Joaquim Romeiras - Leopoldina Varella	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
172	3-12-1896	Eva Mello		4	- António Mello - Margarida Mello	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1907	- Aluna externa pensionista. - Deixou de frequentar algum tempo tendo regressado em 10-1898. - Em 6-5-1096 recebeu prémio de comportamento atribuído pela direção do Asilo. - Em 13-7-190 recebe o prémio correspondente ao 6º lugar, de bom comportamento. - Saiu com mais de 15 anos.
173	11-4-1897	Laura da Conceição Reis		9	- João Reis - Joanna Roza Reis	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 1907	- Em 13-7-1907 recebeu uma menção honrosa pelo seu bom comportamento. - Aluna externa gratuita.
174	11-4-1897	Florinda da Conceição Reis		7	- João Reis - Joanna Roza Reis	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
175	7-5-1897	Maria Dias		6	- Firminio Dias - Maria Dias	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
176	5-1897	Maria Isabel Passinhas		9	- Jacintho Borges - Maria Francisca Passinhas	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
17	7-1897	Graziella Pires		-	- António Pires - Jesuína Pires	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
178	12-8-1897	Amélia Pina		8	- Simão Pina - Sara Correia	Montemor	Algumas	Algumas	-	- Aluna interna pensionista.
179	9-1897	Theodolinda Mira	Augusta	8	- António Theias - Ritta de Mira Theias	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1900	- Aluna externa pensionista. - Passou a interna em 1900. - Saiu com mais de 11 anos.
180	10-10-1897	Sarah Moitinho da Costa		7	- Augusto Pinto Moitinho - Conceição de Jesus	Lisboa	Nenhumas	Muito diminutas	Antes de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 1904 já tinha saído para o Asilo da Ajuda, Lisboa. - Saiu com menos de 14 anos.
181	2-4-1898	Conceição Capeans	Cabello	5	- José Cabello Capeans - Maria da Visitação	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 1900	- Aluna externa pensionista. - Passou a interna em 1900. - Saiu com mais de 7 anos.

182	6-1898	Roberta Pinto Valente	6	- Francisco dos Santos Valente - Deodata Rosa	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	13-12-1907	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e meio. - Entregue à tia Gertrudes Pinto Queimado aos 16 anos.
183	18-8-1898	Francelina da Conceição	7	- José do Nascimento - Maria	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
184	1-10-1898	Maria Adelaide Castro Gião	8	- Joaquim Alberto - Mariana Castro	Montemor	Muito Diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna externa pensionista.
185	3-12-1898	Fortunata de Carvalho Nunes	10	- Leopoldo Nunes - Joaquina Carvalho Nunes	Montemor	-	-	-	- Aluna externa pensionista.
186	3-12-1898	Estrella Carvalho Nunes	8	- Leopoldo Nunes - Joaquina Carvalho Nunes	Montemor	-	-	-	- Aluna externa pensionista.
18	1-1-1899	Victoriana de Carvalho	6	- José Maria de Carvalho	Montemor	-	-	-	- Aluna externa pensionista.
188	21-7-1899	Suzana Falcão	4	- José Augusto Falcão - Celeste Taborda Falcão	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
189	15-8-1899	Maria Margarida	11	- Augusto Caetano - Margarida Gama	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 1904 ainda estava no Asilo. - Saiu com mais de 15 anos.
190	18-8-1899	Joanna Pires	5	- António Pires (falecido) - Jesuína Pires	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	Depois de 1906	- Em 6-4-1906 recebeu o prémio de bom comportamento. - Aluna interna gratuita.
191	18-8-1899	Lúcia Palaio	6	- Braz Henriques - Maria do Carmo Palaio	Montemor	Nenhumas	Nenhumas		- Aluna interna gratuita.
192	18-8-1899	Benta Pinto	5	- Lourenço José - Antónia Maria	Montemor	Nenhumas	Algumas	9-10-1910	- Aluna interna gratuita. - Em 6-5-1906 e 3-6-1906 recebeu prémio de comportamento atribuído pela direção do Asilo. - Teve um segundo internamento entre 30-8-1902 e 9-10-1910. - Em 13-7-1907 recebeu o prémio correspondente ao 3º lugar, pelo seu bom comportamento e aproveitamento. - Foi entregue à mãe, com 16 anos.

193	26-8-1899	Florinda Sampayo	8	- José Nascido Sampayo - Christina Augusta	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
194	6-11-1899	Veridiana Rosa	7	- José Christovan da Silva - Felisbella Mira Jesus	Lavre	Nenhumas	Algumas	15-6-1908	- Aluna interna gratuita. - Nasceu a 15-4-1892. - Em 6-5-1096 recebeu prémio de aplicação e comportamento atribuído pela direção do Asilo. - Em 3-6-1906 recebeu o prémio correspondente ao bom comportamento - Em 13-7-1907 recebeu o prémio correspondente ao 3º lugar de bom comportamento e bom aproveitamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e 8 meses. - Saiu por ordem da direção do Asilo ao completar 16 anos. - Foi para Lisboa, para casa da irmã Maria de São José.
195	1-10-1899	Isolinda Olga Silva	7	- José Joaquim Silva - Júlia Maria Conceição Silva	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna interna pensionista.
196	1-11-1899	Maria José Amador Maia	8	- Luiz Maia - Maria Perpetua Amador	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna interna pensionista.
197	8-1-1900	Gertrudes da Silva Matheus	8	- Francisco Manuel da Silva Matheus - Anna Alexandre	Serpa	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
198	9-1-1900	Rachel Taborda Alves Pereira	6	- João Alves Pereira - Rachel Pereira	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
199	22-1-1900	Joaquina Adelaide da Silva	8	- Manuel Francisco - Adelaide Augusta da Silva	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna externa gratuita.
200	1-2-1900	Sílvia de Mattos Heitor	11	- António de Mattos Heitor - Genebra Barata	Gavião	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 10-1901	- Aluna externa pensionista. - Tornou a entrar em 9-10-1901. - Saiu com mais de 12 anos.
201	5-2-1900	Branca Gonçalves	6	- Pais incógnitos	-	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
202	3-1900	Alice Marques	5	- Francisco Marques - Deodata	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.

203	3-1900	Adelaide Maria Careca	10	- Manuel Careca (falecido) - Clementina de Jesus	Montemor	-	-	-	- Aluna interna gratuita.
204	1-5-1900	Theodora Ladeiras	9	- Manuel José Ladeiras - Anna Barbara	S. Matheus	Nenhumas	Muito diminutas	13-12-1907	- Aluna interna gratuita. - Nasceu a 12-2-1891. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 7 meses. - Foi entregue com 16 anos à tia Rosa Chucha.
205	5-1900	Hilda Aurora Freixo	7	- José Liberato de Gomes Freixo - Marcelina Roza Marques Freixo	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
206	4-7-1900	Maria Carvalhaes	6	- José d'Almeida Carvalhaes - Maria Amélia Stuart Torrie d'Almeida	Santa Marta de Penaguião	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
207	15-8-1900	Cipriana	9	- Saturnino Miguens Jorge - Roza de Jesus	Montemor	-	-	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 1904 ainda está no Asilo. - Saiu com mais de 13 anos.
208	15-8-1900	Gertrudes	9	.Manuel Craveiro .Maria Joaquina	S. Matheus	Nenhumas	Muito diminutas	Depois de 1904	- Aluna interna gratuita. - Em 1904 ainda estava no Asilo. - Saiu com mais de 13 anos.
209	9-1900	Jesuína Amélia	7	- José Bica - Amélia Bica	S. Cristóvão	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
210	9-1900	Esperança Augusta da Costa	15	- João Augusto da Costa - Maria de Jesus Costa	Lisboa	Algumas	1901 Exame admissão ao liceu	Depois de 1901	- Aluna interna pensionista. - Saiu com mais de 16 anos.
211	12-1900	Virgínia Augusta da Cunha	6	- Maximino da Cunha - Maria Tervinha da Cunha	Beira Alta	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
212	1-1901	Isabel Carvalho	5	- João Maria Carvalho	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
213	1-1901	Maria da Conceição Alfaca	10	- Feliciano Alfaca - Caetana de Carvalho Alfaca	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna externa pensionista.
214	1-1901	Sebastianna Lopes Tavares	6	- Joaquim José Lopes Tavares - Isabel Caldas Lopes Tavares	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
215	2-1901	Maria Sarah Pina	5	- Simão Augusto Pina - Sarah Correia	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.

216	10-4-1901	Josephina Matheus	5	- Francisco Manuel Matheus - Anna Alexandre	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
217	8-5-1901	Vicência Augusta Laboreiro	9	- José Maria Laboreiro - Ludovina Victoria Beja	Montemor	Nenhumas	Muito diminutas	13-12-1907	- Aluna interna pensionista. - Em 3-6-1096 recebeu prémio de aplicação atribuído pela direção do Asilo. - Em 13-7-1907 recebeu uma menção honrosa pelo seu bom comportamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 7 meses. - Foi entregue, com 16 anos, ao tutor José Maria Mello.
218	19-6-1901	Maria José Castello Branco	7	- Manuel Pinto Castello Branca Silveira Mello	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
219	6-1901	Maria de Sousa	6	- António Maria de Sousa	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	6-1902	- Aluna externa pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano. - Saiu com 7 anos.
220	6-1901	Maria Sousa Pereira	7	- João Luiz de Sousa Pereira - Epiphania Guerra	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	8-1902	- Aluna externa pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 2 meses. - Saiu com 8 anos.
221	1-7-1901	Mathilde Madeira	8	- Nuno Madeira - Theresa Madeira	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	26-1-1903	- Aluna interna gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e meio. - Saiu com 9 anos.
222	2-7-1901	Filomena da Conceição	10	- Palmyra de Jesus	Escoural	Nenhumas	Algumas	13-12-1907	- Nasceu a 6-7-1891. - Em 6-5-1096, 3-6-1906 recebeu prémio de aplicação e comportamento atribuído pela direção do Asilo. - Em 13-7-1907 recebeu o prémio correspondente ao 6º lugar pelo seu bom comportamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 6 anos e 5 meses. - Foi entregue à mãe, aos 16 anos.
223	7-1901	Estephania Alface	6	- Feliciano Alface - Caetana de Carvalho	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	8-1902	- Aluna externa pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 1 mês. - Saiu com 7 anos.

224	7-1901	Conceição Landeira	6	- Fortunato Landeira	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	8-1902	- Aluna externa pensionista. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 1 mês. - Saiu com 7 anos.
225	7-1901	Isabel d'Oliveira	9	- António d'Oliveira - Maria Leonarda	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	8-1902	- Aluna externa gratuita. - Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e 1 mês. - Saiu com 10 anos.
226	9-8-1901	Victória Agostinho Dias	14	- Manuel Agostinho - Maria do Rosário Dias	Envendos	Algumas	Algumas	-	- Aluna interna pensionista.
227	8-1901	Jesuína Romeiras	8	- Alexandre José Pires - Joanna Benedicta Romeiras	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
228	8-1901	Lucinda Barreto	7	- Custódio d'Oliveira - Emília Barreto	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.
229	11-1901	Beatriz da Silva	10	-	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
230	11-1901	Maria Roza Miguens	6	-	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita.
231	1-12-1901	Arminda Coelho	7	- Agostinho Joaquim d'Oliveira Coelho	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
232	5-12-1901	Anna de Castro	-	-	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna semi-interna pensionista.
233	26-12-1901	Zepherina Augusta Delca	10	- Luiz Francisco - Maria do Rosário	Montemor	Nenhumas	Algumas	13-6-1907	- Aluna interna gratuita. - Em 13-7-1907 recebeu uma menção honrosa pelo seu bom aproveitamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e meio. - Foi entregue à mãe aos 16 anos.
234	12-1901	Ritta Landeira	9	- Fortunato Landeira	Montemor	Muito diminutas	Muito diminutas	-	- Aluna interna pensionista.
235	1901	Rosa Nelly	7	- José Nelly - Falecida	-	-	-	-	-
236	3-1-1902	Gertrudes Diniz	10	-	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna pensionista.
237	2-4-1902	Elisa d'Almeida	11	- Alfredo Miguens	Montemor	Algumas	Algumas	-	- Aluna interna pensionista.

238	12-9-1902	Hortense Gonçalves	6	- Exposta apesar de se conhecer o nome da mãe - Elizária Augusta Gonçalves	Montemor	Nenhumas	Algumas	3-6-1912	- Aluna interna gratuita. - Em 13-7-1907 recebeu o prémio correspondente ao 2º lugar pelo seu bom aproveitamento e comportamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 9 anos e 9 meses. - Foi entregue, com 16 anos, à camara municipal e posteriormente encaminhada para o Hospício, por ser exposta.
239	10-10-1902	Maria da Glória Fialho Ferro	11	- António Fialho Ferro - Maria do Carmo	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
240	10-10-1902	Ritta Fialho Ferro	6	- António Fialho Ferro - Maria do Carmo	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
241	10-10-1902	Ritta Canellas	6	- Manuel Canellas - Maria Canellas	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa pensionista.
242	3-11-1902	Eva d'Oliveira	6	- Pai incógnito - Maria Oliveira	S. Matheus	Nenhumas	Muito diminutas	20-8-1911	- Nasceu a 8-9-1896. - Aluna interna gratuita. - Em 3-6-1906 recebeu o prémio pelo seu bom comportamento. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e 10 meses. - Foi entregue à mãe, aos 15 anos.
243	19-11-1902	Amália Matheus	5	- Francisco Manuel da Silva Matheus	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	-
244	3-1903	Barbara de Jesus	8	- Fillipa de Jesus	S. Cristóvão	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna externa gratuita
245	4-8-1903	-	-	-	-	-	-	-	- Admitida uma criança.
246	Antes de 6-1906	Maria da Graça Dias	-	-	-	-	1-9-1908 Exame 1º grau	Depois de 9-1908	- Aluna pensionista interna. - Em 3-6-1906 recebeu o prémio de bom aproveitamento.
247	Antes de 6-1906	Maria do Carmo	-	-	-	-	-	Depois de 6-1906	- Em 3-6-1906 recebeu o prémio de bom aproveitamento.
248	24-3-1907	Emiliana de Mattos Moreira	-	-	-	-	-	-	- Aluna interna pensionista.
249	24-3-1907	Joanna Paula da Silva Pires	-	-	-	-	-	-	- Aluna interna pensionista.

250	13-6-1907	Albertina da Glória Santos	-	- António José dos Santos - Rosária Maria (falecida)	-	-	-	-	-
251	23-6-1907	Maria Isabel Xavier Valente	7	- Lourença Calção Valente (regente no asilo)	-	-	-	Depois de 1907	- Aluna interna pensionista.(7\$500 / mês). - Em 9-1907 passou a gratuita. - Saiu com mais de 7 anos.
252	13-12-1907	Amélia Roza Nunes	-	- Leopoldo Augusto Nunes - Margarida Augusta Varella (falecida)	-	-	-	-	-
253	13-12-1907	Engrácia	8	- Elias de Jesus - Maria Joanna (falecida)	-	-	-	-	- Nasceu a 6-8-1899.
254	13-12-1907	Ana Rita	-	- João Pires Confeiteiro (falecido)	-	-	-	-	-
255	13-12-1907	Maria Antónia	-	- Gertrudes da Visitação	-	-	-	6-1908	- Permaneceu no Asilo cerca de 6 meses. - Entregues à mãe.
256	12-12-1907	Guiomar da Visitação	-	- Luiza da Conceição Paes	-	-	-	4-9-1918	- Permaneceu no Asilo cerca de 10 anos e 9 meses. - Entregue à mãe.
257	13-12-1907	Emília Curgeira	6	- António Rodrigues Curgeira (falecido) - Generosa Curgeira	-	-	3-7-1914 Exame 1º grau	15-4-1921	- Permaneceu no Asilo cerca de 13 anos e 4 meses. - Saiu aos 19 anos e foi entregue à mãe.
258	3-12-1907	Isaura	8	- José Domingos - Mãe falecida	-	-	-	-	-
259	13-12-1907	Ilosia	-	- Pai falecido - Antónia Maria	-	-	-	-	-
260	13-12-1907	Damásia	-	- Pais incógnitos	-	-	-	-	-
261	15-6-1908	Maria da Visitação	5	- Pai falecido - Mariana da Conceição	-	-	-	-	-
262	Antes de 9-1908	Anna Emília	-	-	-	-	1-9-1908 Exame 1º grau	Depois de 9-1908	- Em 13-7-1907 recebeu uma menção honrosa pelo seu bom comportamento e aproveitamento.
263	Antes de 9-1908	Laura de Jesus	-	-	-	-	1-9-1908 Exame 1º grau	Depois de 9-1908	-
264	Antes de 9-1908	Margarida de Jesus	-	-	-	-	1-9-1908 Exame 1º grau	Depois de 9-1908	-
265	1908	Joanna Chucha	-	-	-	-	-	-	- Saiu para casa da tia Margarida Cândida Palhinha.

266	Antes de 7-1907	Ana Augusta Marmelada	-	-	-	-	-	Depois de 4-1912	- Em 13-7-1907 recebeu o prémio correspondente ao 5º lugar pelo seu bom comportamento. - Em 31 de maio de 1912 foi expulsa e entregue a familiares
267	Antes de 1911	Gertrudes da Conceição Ramalho Profeta	-	-	-	-	1911 Exame 2º grau	Depois de 1911	-
268	Antes de 5-1912	Margarida Norte	-	-	-	-	-	Depois de 5-1912	- Em 31-5-1912 estava no Asilo.
269	15-8-1912	Esperança Olívia Salsa	-	-	-	-	-	-	-
270	15-8-1912	Marta da Encarnação	-	-	-	-	-	-	-
271	15-8-1912	Laura da Conceição Palaio	-	-	-	-	-	30-4-1924	- Saiu com 18 anos para casa de Dr. Joaquim Taborda Alves Pereira, em Lisboa
272	15-8-1912	Victória Silva	-	-	-	-	-	-	-
273	15-5-1913	Angelina Rita	-	-	-	-	-	4-11-1918	- Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 4 meses. - Faleceu com pneumonia em 4-11-1918.
274	15-7-1913	Gertrudes Barros	-	-	-	-	-	-	-
275	6-1-1914	Ana Rita da Conceição Bexiga	-	-	-	-	-	15-7-1922	- Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e meio. - A pedido da mãe foi entregue ao padrinho Flamino José Pereira.
276	6-1-1914	Maria Antónia	-	-	-	-	-	30-11-1919	- Permaneceu no Asilo 5 anos e 10 meses. - Faleceu com febre infecciosa aos 13 anos.
277	1-3-1914	Inácia Maria	8	-Vitorino Simão - Joana	Montemor	Nenhumas	Nenhumas		- Aluna interna gratuita.
278	1-3-1914	Gertrudes Diniz	8	-	Montemor	Nenhumas	Nenhumas	-	- Aluna interna gratuita.

279	16-6-1914	Rosária Maria	-	- Manoel Maria - Mãe falecida	Montemor	-	-	-	-
280	1-9-1915	Sara Conceição Paredes	-	-	-	-	-	-	-
281	12-9-1916	Ana de Brito Costa	-	-	-	-	-	30-4-1924	- Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e sete meses. - Saiu a pedido da mãe para a auxiliar na costura.
282	15-1-1917	Virgínia da Conceição Casmarrinho	-	- Francisco José Casmarrinho (falecido) - Gertrudes Amália Correia	Montemor	Algumas	Curso Comercial e iniciou a preparaçã o para o exame à Escola Normal	30-9-1924	- Aluna interna gratuita. - 30-6-1920 Fez exame de admissão ao liceu. - 31-10-1920 Foi para o Colégio Inglês, em Lisboa para continuar os estudos (Curso Comercial). - 5-7-1921 Saiu por falta de verba para as despesas. - Ficou a estudar com uma professora da vila, Júlia Franco, para fazer exame à Escola Normal ficando como ajudante do Asilo. - Em 1922 vai para o Colégio das Órfãs, em Coimbra. - Em 10-1923 transita para o Colégio Alexandre Herculano (Coimbra) por questões económicas. - 30-4-1924 regressa de novo ao Asilo, por falta de verba para pagar os estudos. - Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 8 meses. - A 30-9-1924 vai para Angola na companhia do tio Bernardino Correia
283	15-1-1917	Maria José Marques	8	- José Francisco Marques - Joana Augusta Pisco	-	-	-	15-7-1921	- Permaneceu no Asilo cerca de 4 anos e meio. - Saiu com 12 anos e foi entregue a pedido dos pais a Francisco Henriques da Conceição e sua esposa Maria Vinhas da Conceição, em Lisboa.

284	10-1917	Matilde da Conceição	-	-	-	-	-	5-10-1919	- Foi entregue, com 16 anos, Adelino Madeira, Inspetor das finanças em Évora.
285	31-1-1918	Rosária Augusta Ramalho Profeta	-	- Mãe falecida	Montemor	-	-	1-6-1928	- Em 30/9/1926 – Prémio da Folha do Sul. - Em 30/4/1928 era a interna mais velha e passou a ajudante de cozinha. - Permaneceu no Asilo cerca de 10 anos e 5 meses. - Saiu para casa da madrinha Rosária Maria Abrantes, a pedido desta.
286	30-6-1918	Deodata Mariana Casaca	12	-	-	-	-	30-4-1924	- Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 10 meses. - Saiu com 18 anos para casa da irmã Rosária da Conceição Casaca.
287	Antes de 9-1918	Mariana da Conceição	-	-	-	-	-	9-1918	- Faleceu com pneumonia em 4-9-1918.
288	31-12-1918	Maria José Ricardo	12	- Pai incógnito - Isabel Ricardo	-	-	-	31-12-1924	- Permaneceu no Asilo 6 anos. - Saiu com 18 anos. - Foi viver com a professora Luíza Azêdo que também saiu neste dia, do Asilo.
289	31-12-1918	Mariana Rita Soeiro	-	- Pai incógnito - Joana Rita (falecida)	-	-	-	-	-
290	31-12-1918	Mariana Carolina da Visitação	-	- Adelino Casimiro (falecido) - Laura da Visitação	-	-	-	Depois de 4-1931	- Aluna interna gratuita. - Em 30-4-1928 era das internas mais velhas e passou a ajudante de cozinha. (50\$00) - Em 30-4-1929 passa a ajudante/monitora. - Em 1-4-1931 passa a auxiliar de regente dos serviços domésticos (80\$00).
291	15-1-1919	Angelina da Assunção	5	- Isidoro Simões da Silva (falecido) - Amélia Augusta Soeiro	Lavre	-	-	-	- Nasceu a 25-4-1914.
292	15-1-1919	Henriqueta de Jesus Fonseca	7	- Marcelino de Jesus (falecido)	-	-	-	31-12-1926	- Permaneceu no Asilo cerca de 7 anos e 11 meses. - Saiu, com 14 anos, para servir em casa Henrique Azeiteira da Costa, em Lisboa.
293	15-1-1919	Gracinda Augusta da Visitação	6	- Marcelino Jesus (falecido) - Joana da Visitação (falecida)	-	-	1934 Exame 5ºano liceu	Depois de 9-1927	- Em 30-9-1927 – Prémio da Folha do Sul. - Saiu com mais de 14 anos. - Frequentava o Colégio Mestres de Avis

294	15-7-1919	Julieta Francelina Profeta Ramalho	5	- Filipe José Profeta (falecido) - Ângela Justina Ramalho (falecida)	-	-	-	31-1-1928	- Nasceu a 4-12-1913. - Permaneceu no Asilo cerca de 8 anos e meio - Em 15-11-1925 – Prémio da Folha do Sul (50\$00). - Saiu, com 13 anos, para casa de Maria Julieta Barata e Santos, no Porto.
295	15-10-1919	Felismina Rafael	6	- Pai incógnito - Custódia Maria (falecida)	-	-	-	-	- Nasceu a 28-7-1913.
296	31-12-1920	Maria Marcelina	7	- Sabino António (falecido) - Maria Teresa	-	-	-	-	-
297	Antes de 1921	Elvira Ferreira	-	-	-	-	-	15-1-1921	- Saiu, com 17 anos, para casa da avó materna a pedido desta.
298	Antes de 1921	Rosária Lopes Pinto	-	-	-	-	-	15-4-1921	- Saiu, com 18 anos, por vontade própria. - Ficou a viver com a tia materna Rosária Lopes.
299	31-5-1921	Maria Amélia Garcia	10	- Exposta	-	-	-	30-4-1927	- Em 30-4-1924 passa a interna pensionista (100\$00). - Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos e 11 meses. - Foi servir, aos 15 anos, para casa Joaquim Correia Garcia, que lhe estava a pagar a mensalidade.
300	Antes de 6-1921	Rosária Maria Bravo	-	-	-	-	30-6-1921 Admissão ao liceu.	15-2-1924	- Á saída foi entregue aos pais.
301	Antes de 7-1921	Ana Rita Pereira	-	-	-	-	-	Depois de 7-1921	- Aluna interna gratuita. - 15-7-1921 – Continua no Asilo, com 22 anos, <i>por não ter nenhuma aptidão, nem serve para criada</i> fica como ajudante, no Asilo.
302	Antes de 7-1921	Virgínia das Dores Pereira Alves	-	-	-	-	-	15-7-1921	- Saiu com 16 anos para Lisboa onde foi servir em casa de Manuel Eduardo da Silva e sua mãe Maria Benedicta da Silva e Oliveira.
303	15-9-1921	Margarida Emília	-	-	-	-	-	Depois de 9-1921	-

304	15-9-1921	Rosa Augusta das Dores	-	-	-	-	-	11-1924	- Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos. - Em 11-1924 faleceu por doença em casa da mãe.
305	Antes de 11-1921	Damásia Maria Prates	-	-	-	-	-	11-1921	- Saiu com 19 anos para casa do tio Albino Rodrigues, a pedido deste.
306	31-1-1922	Custódia Maria Tadeia	6	- José Francisco - Tadeia Maria	-	-	-	31-1-1927	- Permaneceu no Asilo cerca de 5 anos. - Morreu, com 11 anos, no hospital de Montemor.
307	31-3-1922	Gertrudes da Conceição Mósca	5	- Pai incógnito - Joana Augusta (falecida)	-	-	-	Depois de 3-1922	-
308	Antes de 9-1922	Marta da Encarnação Gião	-	- Ana Rita da Conceição	-	-	-	15-7-1922	- Foi para Lisboa entregues à irmã Maria Clementina Gomes.
309	3-9-1922	Guiomar Maria Alvito	9	- Manuel João Alvito (falecido) - Maria Barbara	-	-	-	Depois de 4-1931	- Aluna interna gratuita. - Em 30-4-1929 passa a ajudante /monitora. - Em 15-4-1931 passa a auxiliar de regente dos serviços de costura (50\$00). - Saiu com mais de 18 anos.
310	30-9-1922	Olívia Maria dos Santos	6	- José Pires dos Santos - Mãe incógnita	-	-	-	Depois de 9-1922	-
311	30-6-1923	Veridiana do Espírito Santo	14	-	-	-	-	15-9-1923	- Pensionista interna (150\$00). - Permaneceu no Asilo cerca de 2 meses e meio. - Pedido de admissão por 2 meses. - Saiu com 14 anos.
312	Antes de 9-1923	Maria de Jesus Pereira Alves	-	-	-	-	-	15-9-1923	- Entregue aos irmãos Mafalda de Jesus Alves e António Alves da Silva.
313	15-2-1924	Maria do Carmo Gonçalves	11	- Secundino António Gonçalves (falecido) - Maria do Carmo Sequeira	Barreiro	-	-	15-11-1924	- Nasceu a 7-10-1912. - Aluna interna pensionista (100\$00). - Permaneceu no Asilo cerca de 9 meses. - Saiu, com 12 anos, a pedido da mãe, para servir para Lisboa.
314	Antes de 4-1924	Laura da Conceição Pelaio	-	-	-	-	-	30-4-1924	- Saiu com 18 anos para casa de Dr. Joaquim Tabora Alves Pereira, em Lisboa.

315	31-12-1924	Elisária Augusta Rosado	4	- António Ramalho Pereira - Rosária Luísa (falecida)	-	-	-	15-7-1926	- Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e meio. - Saiu, com 5 anos, por motivo de doença.
316	15-7-1926	Tagilda da Liberdade Catalão	-	- Custódio Manuel Catalão - Joana Augusta Lamego	-	-	-	31-1-1928	- Permaneceu no Asilo cerca de 1 ano e meio. - Foi entregue à mãe, a pedido desta.
317	15-7-1926	Adelina Augusta Catalão Romeiras	-	- António Augusto de Sousa Romeiras (falecido) - Antónia Augusta da Silva Catalão	-	-	-	31-10-1928	- Em 30-6-1928 passa a pensionista interna (180\$00). - Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e 3 meses. - Foi entregue à mãe a pedido desta.
318	30-9-1926	Joaquina das Dores Vidigal	-	- José Manuel Vidigal - Rosária de Jesus (falecida)	-	-	-	Depois de 9-1926	-
319	30-9-1926	Eulália Guilhermina Faria	-	- Joaquim José Faria - Guilhermina Maria (falecida)	-	-	-	Depois de 9-1929	- Em 15-9-1929 – Prémio da Folha do Sul.
320	31-10-1926	Floripes Maria Correia	-	- Miguel Domingues (falecido) - Antónia Correia	Vendas Novas	-	1934 Exame 2ºano liceu	Depois de 10-1926	-Frequentava o Colégio Mestre de Avis
321	31-12-1926	Maria Fortunata	-	- Joaquim Augusto Miguéns Jorge (falecido) - Maria dos Mártires Vieira	-	-	-	Depois de 12-1926	-
322	30-6-1927	Luísa Augusta da Cruz	-	- José Cândido da Cruz (falecido) - Maria da Encarnação	-	-	-	Depois de 6-1927	-
323	15-7-1927	Eulália Pereira dos Santos	-	- José Jacinto dos Santos (falecido) - Joaquina Júlia Pereira dos Santos	-	-	-	31-1-1930	- Permaneceu no Asilo cerca de 2 anos e meio. - Entregue à mãe a pedido desta.
324	15-7-1927	Veridiana Guilhermina Ferreira	12	- Albino Diogo Ferreira - Efigénia de Jesus Ferreira (falecida)	-	-	-	Depois de 7-1927	- Nasceu a 23-3-1915. - Em 30-4-1928 passa a pensionista interna (100\$00).
325	15-7-1927	Maria Custódia Pinto	-	- Manuel João Pinto (falecido) - Joaquina Maria	-	-	1934 Exame 2º grau	Depois de 7-1927	-

326	30-9-1927	Guilhermina Maria Balsinha	-	- Heliodoro José Balsinha (falecido) - Maria Vicência Delfina (falecida)	Escoural	-	-	Depois de 9-1928	- Em 30-9-1928 – Prémio da Folha do Sul.
327	31-12-1927	Maria Agostinha da Silva Maia	-	- Agostinho José Maia (falecido) - Mariana da Conceição Silva	Montemor	-	1933 Exame 2º grau	Depois de 12-1927	-
328	Antes de 1-1928	Maria Marcellina Vélez Caldeira	-	-	-	-	-	31-1-1928	- Foi entregue ao irmão Flaviano António, a pedido deste.
329	1-6-1928	Lídia Augusta Faustino	8	- João Faustino Correia - Adelaide da Conceição Casaca (falecida)	-	-	-	10-1928	- Permaneceu no Asilo cerca de 4 meses. - Foi entregue ao pai, com 8 anos, a pedido deste.
330	1-6-1928	Engrácia de Jesus Brito	6	- António Mártires Brito - Ludovina Rosa (falecida)	-	-	1933 Exame 2º grau	Depois de 6-1933	-
331	1-6-1928	Jersa Maria da Silva	6	- António Jacinto da Silva - Josefa Maria (falecida)	-	-	-	Depois de 6-1928	-
332	1-6-1928	Hermínia Maria da Silva	7	- Diogo da Silva Picamilho - Ludovina Maria (falecida)	-	-	1934 Exame 2º grau	Depois de 6-1934	-
333	1-6-1928	Mariana Vitória Gaitas	5	- João Manuel Gaitas - Amélia da Conceição Almeida (falecida)	-	-	-	Depois de 6-1928	-
334	15-7-1928	Custódia Maria de Sousa	6	- Inácio Luiz de Sousa - Mãe falecida	Montemor	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 7-192-8	-
335	15-7-1928	Jacoba Ezequiel Caldeira da Silva	7	- Ezequiel Augusto da Silva (falecido) - Antónia da Visitação Caldeira	Montemor	-	1934 Exame 2º grau	Depois de 30-9-1934	- Prémio Folha do Sul – 30-9-1930. - Saiu com mais de 9 anos. - Em 1950 tirou o Magistério primário e leccionou em Montemor. - Em 1964 era professora no Escoural.
336	15-11-1928	Ludovina Rosa Vieira	8	- Cristovan Vieira (falecido) - Rosa Vieira	-	-	-	15-2-1931	- Permaneceu no Asilo cerca de 3 anos e 3 meses.
337	Antes de 1-1929	Guilhermina Ferreira	-	-	-	-	-	31-1-1929	- Aluna pensionista interna. - Foi entregue ao pai, a pedido deste.

338	28-2-1929	Maria Miquelina de Jesus	-	- Artur Augusto do Rosário - Visitação Pereira	-	-	1934 Exame 2º grau	Depois de 2-1934	-
339	28-2-1929	Maria José da Visitação	-	- Afonso José - Gertrudes da Visitação	-	-	-	Depois de 2-1929	-
340	31-3-1929	Joaquina Maria Rosa	-	- Maria Rosa	-	-	-	Depois de 3-1929	-
341	30-4-1929	Florinda Maria Pina Pereira	-	- Domingos Romão Guerra Pereira - Amélia da Purificação Pina Pereira (falecida)	-	-	-	Depois de 12-1930	- Em 30-6-1930 foi internada no Outão, tendo alta em 31-12-1930, regressando ao Asilo.
342	15-6-1929	Maria José dos Santos	-	- Mariana da Visitação dos Santos	-	-	1934 Exame 2º grau	Depois de 6-1934	-
343	28-2-1930	Estrela de Lourdes Miguens	-	- Joaquim Augusto Miguens Jorge (falecido) - Maria dos Mártires Vieira	-	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 2-1930	-
344	28-2-1930	Palmira da Luz Pereira	-	- José Francisco Pereira - Maria da Luz Pereira (falecida)	-	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 2-1930	-
345	30-9-1930	Josefina Augusta Correia	-	- Manuel Correia (falecido) - Carlota Augusta (falecida)	-	-	-	Depois de 9-1930	-
346	30-9-1930	Laura Augusta de Almeida	-	- Custódio José de Almeida (falecido) - Antónia Maria Rijo	-	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 9-1930	-
347	Antes de 1936	Maria Cesaltina Braz Ferreira	-	-	-	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 1936	-
348	Antes de 1936	Vitória Gaitas	-	-	-	-	1936 Exame 2º grau	Depois de 1936	-

349	Antes de 1937	Carmina Maria	-	-	-	-	23-7-1937 Exame 2º grau	Depois de 7-1937	- À data do exame tinha 12 anos
350	Antes de 1937	Custódia Maria Neves	-	-	-	-	23-7-1937 Exame 2º grau	Depois de 7-1937	- À data do exame tinha 12 anos
351	Antes de 1937	Guilhermina dos Santos Jorge	-	-	-	-	23-7-1937 Exame 2º grau	Depois de 7-1937	- À data do exame tinha 10 anos
352	Antes de 1937	Ludomira de Jesus Alves	-	-	-	-	23-7-1937 Exame 2º grau	Depois de 7-1937	- À data do exame tinha 10 anos
353	Antes de 1938	Aurora Jacinta Maria	-	-	-	-	25-7-1938 Exame 2º grau	Depois de 7-1938	- À data do exame tinha 10 anos
354	Antes de 1938	Fortunata Maria	-	-	-	-	25-7-1938 Exame 2º grau	Depois de 7-1938	- À data do exame tinha 12 anos
355	Antes de 1938	Isabel Braz Ferreira	-	-	-	-	25-7-1938 Exame 2º grau	Depois de 7-1938	- À data do exame tinha 11 anos
356	Antes de 1938	Maria da Conceição	-	-	-	-	25-7-1938 Exame 2º grau	Depois de 7-1938	- À data do exame tinha 14 anos
357	Antes de 1938	Perpétua Rosa Lopes	-	-	-	-	25-7-1938 Exame 2º grau	Depois de 7-1938	- À data do exame tinha 13 anos
358	Antes de 1939	Maria Arlete Carvalho de Almeida	-	-	-	-	1939 Exame 2º grau	Depois de 1939	-
359	Antes de 1943	Antónia B. Gama	-	-	-	-	21-7-1943 Exame 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 12 anos
360	Antes de 1943	Cacilda Jorge Dias Duque	-	-	-	-	21-7-1943 Exame 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 12 anos
361	Antes de 1943	Ernestina Vitória Macau	-	-	-	-	21-7-1943 Exame 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 12 anos

362	Antes de 1943	Guilhermina Augusta Franco	-	-	-	-	21-7-1943 Exame de 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 11 anos
363	Antes de 1943	Irene Maria Dimas	-	-	-	-	21-7-1943 Exame de 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 13 anos
364	Antes de 1943	Maria Gertrudes Correia	-	-	-	-	21-7-1943 Exame de 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 11 anos
365	Antes de 1943	Victória Maria Paulo	-	-	-	-	21-7-1943 Exame de 2º grau	Depois de 7-1943	- À data do exame tinha 11 anos
366	Antes de 1946	Alcina Luiza dos Santos	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 14 anos
367	Antes de 1946	Clarinda Fermelinda Reis Murtinhol	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 12 anos
368	Antes de 1946	Deolinda das Dores Palaio	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 13 anos
369	Antes de 1946	Júlia Angelina Almodôvar Correia Frade	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 13 anos
370	Antes de 1946	Matilde da Conceição	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 13 anos
371	Antes de 1946	Maria Ernestina	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 11 anos
372	Antes de 1946	Páscoa de Jesus Simões	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 11 anos
373	Antes de 1946	Rosa da Conceição	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 14 anos
374	Antes de 1946	Violante Maria de Almeida	-	-	-	-	24-7-1946 Exame de 2º grau	Depois de 7-1946	- À data do exame tinha 12 anos

375	Antes de 1948	Esperança Augusta de Sousa	-	-	-	-	23-7-1948 Exame de 2º grau	Depois de 7-1948	- À data do exame tinha 14 anos
376	Antes de 1948	Gertrudes Maria da Mão	-	-	-	-	23-7-1948 Exame de 2º grau	Depois de 7-1948	- À data do exame tinha 14 anos
377	Antes de 1950	Constantina Maria Santos	-	-	-	-	19-7-1950 Exame de 2º grau	Depois de 7-1950	- À data do exame tinha 13 anos
378	Antes de 1950	Maria Teresa Barros	-	-	-	-	19-7-1950 Exame de 2º grau	Depois de 7-1950	- À data do exame tinha 11 anos
379	Antes de 1950	Veridiana Adelaide André	-	-	-	-	19-7-1950 Exame de 2º grau	Depois de 7-1950	- À data do exame tinha 12 anos
380	Antes de 1953	Maria Antónia Gomes Sequeira	-	-	-	-	18-7-1953 Exame de 2º grau em	Depois de 7-1953	- À data do exame tinha 11 anos
381	Antes de 1953	Maria Gertrudes Nabo	-	-	-	-	18-7-1953 Exame de 2º grau	Depois de 7-1953	- À data do exame tinha 10 anos
382	Antes de 1953	Rosária Maria Tavares	-	-	-	-	18-7-1953 Exame de 2º grau	Depois de 7-1953	- À data do exame tinha 13 anos
383	Antes de 1957	Maria Catarina Ribeiro Hortas	-	-	-	-	20-7-1957 Exame de 2º grau	Depois de 7-1957	- À data do exame tinha 14 anos
384	Antes de 1957	Maria Isabel Faca	-	-	-	-	20-7-1957 Exame de 2º grau	Depois de 7-1957	- À data do exame tinha 12 anos
385	Antes de 1957	Maria Teresa Maio	-	-	-	-	20-7-1957 Exame de 2º grau	Depois de 7-1957	- À data do exame tinha 11 anos
386	Antes de 1963	Joaquina Casimiro Bandarra Sampaio	-	-	-	-	5-7-1963 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1963	- À data do exame tinha 11 anos
387	Antes de 1963	Marinela de Deus Rosa Rosado	-	-	-	-	5-7-1963 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1963	- À data do exame tinha 9 anos

388	Antes de 1963	Maria Rosa Tarreirinha	-	-	-	-	5-7-1963 Exame da 4ª classe	Depois de 1963	- À data do exame tinha 12 anos
389	Antes de 1964	Custódia Maria Vieira Salgueiro	-	-	-	-	10-7-1964 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1964	- À data do exame tinha 11 anos
390	Antes de 1964	Maria Adelaide Vieira	-	-	-	-	10-7-1964 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1964	- À data do exame tinha 13 anos
391	Antes de 1964	Maria Barbara Jorge Espadinha	-	-	-	-	10-7-1964 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1964	- À data do exame tinha 12 anos
392	Antes de 1964	Maria Margarida Pimenta Salgueiro	-	-	-	-	10-7-1964 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1964	- À data do exame tinha 12 anos
393	Antes de 1965	Augusta Olinda Rodrigues Teixeira	-	-	-	-	6-7-1965 Exame da 4ª classe	Depois de 7- 1965	- À data do exame tinha 11 anos
394	Antes de 1965	Júlia Maria Gil	-	-	-	-	6-7-1965 Exame da 4ª classe	Depois de 7- 1965	- À data do exame tinha 11 anos
395	Antes de 1965	Ludovina Maria Santos Bastos	-	-	-	-	6-7-1965 Exame da 4ª classe	Depois de 7- 1965	- À data do exame tinha 11 anos
396	Antes de 1966	Ana Maria Alvito Barba Russa	-	-	-	-	13-7-1966 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1966	- À data do exame tinha 12 anos
397	Antes de 1966	Maria Virgínia Vieira Cativei	-	-	-	-	13-7-1966 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1966	- À data do exame tinha 10 anos
398	Antes de 1966	Ofélia Maria Valada Marques	-	-	-	-	13-7-1966 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1966	- À data do exame tinha 10 anos
399	Antes de 1967	Ana Maria Barreiros Braz Calhau	-	-	-	-	11-7-1967 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1967	- À data do exame tinha 9 anos
400	Antes de 1967	Maria Joaquina Soeiro Peixe	-	-	-	-	11-7-1967 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1967	- À data do exame tinha 12 anos

401	Antes de 1968	Eglantina Rosa de Matos	-	-	-	-	3-7-1968 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1968	- À data do exame tinha 10anos
402	Antes de 1968	Mariana Sales Soeiro	-	-	-	-	3-7-1968 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1968	- À data do exame tinha 10 anos
403	Antes de 1968	Maria do Rosário Santos	-	-	-	-	3-7-1968 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1968	- À data do exame tinha 9 anos
404	Antes de 1968	Maria Teresa Vinhas	-	-	-	-	3-7-1968 Exame da 4ª classe	Depois de 7-1968	- À data do exame tinha 10 anos

Tentando perlongar a pesquisa, além 1968, os entraves com que me deparei foram muitíssimos. Mesmo estando ainda vivas, algumas destas raparigas, o Agrupamento de Montemor não me facilitou o acesso aos seus processos, alegando estarem encaixotados e sem qualquer ordem, devido às obras que se registavam na escola sede.

Anexo 61 – Pedido de admissão ao Asilo

2. Recoz da Smeccas 23.07.10

Recordando-lhe o seu de 15 de Maio de 1884  
 da Direcção do Asilo e poremorendo a defam-  
 da devotada admitto a tenor elhas ceteras  
 as circumstancias de extrema pobreza e abandono  
 que a acompanhavam e visto o outro parecer do  
 Excmo. Sr. Administrador deute conceder  
 accei finto. Abra-se tenor de matricula no livro  
 respectivo e de entrega a esta data, em harmonia  
 com o Regulamento de 15 de Maio de 1884

6.º  
 Lourenço - Silveira,  
 Sr. J. F. Faisca  
 Yze P. P. P.  
 Sr. J. J. J. J. J.

Diz a Sr.ª Isabel Ballester que casualmente  
 apparece em sua casa uma menor, por nome  
 Maria, filha de Paulo José e de Gertrudina da  
 Fominação já fallecida, deixando-se seu pai des-  
 sente em terras estrangeiras, e ficando esta  
 menor em absoluto abandono. E suppe que  
 e' aliás muito pobre, tem por de e caridade,  
 alimentada aquella menor, como por que não  
 pode continuar a alimental-a por causa de  
 pobreza, deiza que ella seja recolhida como  
 alumna interna no Asilo que Sr.ª admi-  
 nistram por se dehaer nos prezos annua-  
 lidades dos estatutos. E por que a Sr.ª de  
 a sr.ª Augusta de 100 de libras, se presta  
 a alimentar a quando houver de sair de casa,  
 dehinmento em signal de que a sr.ª admi-  
 nistram, reguem a suppe a Sr.ª que reguem  
 servidos administrat. a, para o que junta os  
 prezos da menor.

C. R. M.  
 e poremorendo o Pos 9 de Maio de 1884.  
 Sr. Maria Augusta Ballester  
 Sr.ª de Maria Isabel Ballester por nos saber com  
 Antonio Henrique Meryjans

Anexo 62 – Registo de frequência da escola do Asilo (1890)

2.ª CIRCUNSCRIPÇÃO ESCOLAR

Circulo d. *Mentemacastro* Concelho d. *Mentemacastro*

FREGUEZIA De *S. Ymbroa da Serra*

Povoação d. \_\_\_\_\_

Anno lectivo de *1890* a *1890*

Registo de frequencia da escola do sexo *femenino*

(2.º GRAU)

NOTAS

*N*

Não se marquem as faltas, porque as presenças estão nas notas das lições. A falta da manhã nota-se com o signal — a da tarde — ; e de manhã e da tarde — ; e nos exames de um só lição.

Preço 200 reis.

EVORA

Imprensa Evorense, de S. Francisco, com 2.ª edição de 1889.

Anexo 63 – Atestado de pobreza (1890)

Joaquim Simões da Silva Regedor da  
Freguesia Matriz

Attesto que Francisca Maria viua de  
Manoel e Antonio Feijão natural desta villa  
e residente nesta Freguesia é absolutamente  
pobre. E por ser verdade passo o presente que  
assigno.

Monte Moro Novo 27 de Agosto de 1890

Joaquim Simões da Silva

Ata da sessão de dia 31 de Dezembro de 1918.

Nos termos e em virtude da sessão de 21 de Dezembro de mil novecentos e dezoito, nesta sala de Sessões do Conselho da Vila das Neves do Porto Alegre, município de Espinosa, Parahyba, onde se reuniram os membros do Excmo. Conselho Municipal, e demais membros da Comissão de Recrutamento do Exército Brasileiro, no fim desta sessão ordinária, foi feita a seguinte leitura aberta a todos os presentes a pareceres e votos sobre a despesa relativa ao curso que se fez fundado, no qual foram feitas e aprovadas pela Comissão, que também tomou conhecimento de vários documentos recebidos neste dia, destacando-se um de dezentes e noventa e quatro de duas peças de amigos do Excmo. Conselho Municipal e respectivos beneficiários desta obra, ao qual se deu a aplicação oportunamente. Informou o Excmo. Presidente de que o jantar do Dia de Natal fora todo a expensas de alguns Excmos. Beneficiários a quem se havia dirigido para tal fim. A Comissão reconheceu-se com o Excmo. Conselho pelos muitos serviços que tem conseguido para este estabelecimento. Foi confirmada a escolha feita pela Comissão Recrutante de Espinosa, Parahyba de Mira para o dia da sessão, a qual se fez no dia de um mês de novembro no antigo do Excmo. Conselho. Foram presentes dois oficiais do Excmo. Conselho Municipal de Espinosa, Parahyba, pedindo para serem admitidas neste ano as seguintes crianças e abandonadas: Maria José Ricardo, filha de pai incógnito e de Isabel Ricardo (mãe), e Mariana Vitor Casimiro, filha de pai incógnito e de Maria Vitor Casimiro (mãe), comprando-se a criança, quanto a esta, a respeito da qual por qualquer motivo não se possa a poder sustentar neste estabelecimento. Foram admitidas, mas a requisição não a condicão imposta. Foi também presente um requerimento de admissão de uma criança, com o nome Maria Adonina, pede para ser admitida neste dia e nome de Mariana Carolina, filha de pai e mãe que foi condicão de algum ou sua mãe, a qual nome é filha de Adolpho Casimiro e Maria da Britagem, foi igualmente admitida. A Comissão resolveu que daqui em diante as suas sessões se



Anexo 65 – Declaração de orfandade (1919)

Comissão Administrativa da Junta de Freguesia de Alameda Lourenço. Início de sustentação - o - obito.

Atesta, sob sua honra e para os devidos efeitos, que a menor Julieta Francisca Profeta, de cinco annos de idade, moradora na rua Vasco da Gama, desta vila e freguesia, filha de Filipe José Profeta e de esposa Justina Ramalho, é orfã de pai e mãe e é extremamente pobre.

Sustentação - o - obito, 1 de julho de 1919.

A Comissão Administrativa da Junta,  
O Presidente  
Virasio Lourenço das Torres

Confirma a honra e integridade de todos os membros da Comissão e de todos os membros da Junta de Freguesia de Alameda Lourenço, em 1919.

Confirma a honra e integridade de todos os membros da Comissão e de todos os membros da Junta de Freguesia de Alameda Lourenço, em 1919.

Confirma a honra e integridade de todos os membros da Comissão e de todos os membros da Junta de Freguesia de Alameda Lourenço, em 1919.

Nota: Os anexos surgem pela ordem com que vão aparecendo no texto na tese e não por ordem cronológica. Assim aparecem, em alguns casos, documentos mais recentes antes de outros com maior antiguidade. Optei por esta ordem para facilitar o acompanhamento da narrativa.